UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ANDRÉ LUÍS LOURENÇO

POLÍTICAS REGIONAIS PARA PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS DIGITAIS: A CENTRALIDADE DAS INDÚSTRIAS CULTURAIS E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA AGENDA DA UNASUL

BAURU
2019

ANDRÉ LUÍS LOURENÇO

POLÍTICAS REGIONAIS PARA PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS DIGITAIS: A CENTRALIDADE DAS INDÚSTRIAS CULTURAIS E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA AGENDA DA UNASUL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Área de Concentração em Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista, campus de Bauru, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Juliano Maurício de Carvalho.

BAURU
2019

Ficha Catalográfica

L892p

Lourenço, André Luís
Políticas regionais para conteúdos digitais : a centralidade das indústrias culturais e da propriedade intelectual / André Luís Lourenço. -- Bauru, 2019
419 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru
Orientadora: Juliano Maurício de Carvalho

1. Conteúdos Digitais. 2. Economia Política da Comunicação. 3. Indústrias Culturais. 4. Propriedade Intelectual. 5. Unasul. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE ANDRÉ LUÍS LOURENÇO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 27 dias do mês de maio do ano de 2019, às 09:00 horas, no(a) Auditório dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Professor Associado JULIANO MAURICIO DE CARVALHO - Orientador(a) do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicacao de Bauru, Professor Doutor CARLO JOSE NAPOLITANO do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicacao de Bauru, Profa. Dra. ANGELA MARIA GROSSI do(a) Departamento de Comunicação Social / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru e Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, Professor Doutor FRANCISCO JAVIER MORENO GÁLVEZ do(a) Comunicação / Universidad Carlos III de Madrid (UC3M), Professora Doutora ADRIANA CRISTINA OMENA DOS SANTOS do(a) Programa de Pós-Graduação em Educação / UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da TESE DE DOUTORADO de ANDRÉ LUÍS LOURENÇO, intitulada **Políticas regionais para produção de conteúdos digitais: a centralidade das indústrias culturais e da propriedade intelectual na agenda da Unasul**. Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Professor Associado JULIANO MAURICIO DE CARVALHO

Professor Doutor CARLO JOSE NAPOLITANO

Profa. Dra. ANGELA MARIA GROSSI

Professor Doutor FRANCISCO JAVIER MORENO GÁLVEZ

Professora Doutora ADRIANA CRISTINA OMENA DOS SANTOS

Dedicatória

À memória de Airton Lourenço Júnior

Agradecimentos

A todos aqueles que participaram direta ou indiretamente no desenvolvimento deste estudo:

- Aos colegas de Faculdade Eduvale de Avaré, minha primeira experiência na carreira acadêmica, em especial ao jornalista e professor Érick Facioli (parceiro de todas as horas e grande incentivador);

- Aos colegas de Fundação Educacional Dr. Raul Bauab, em nome da jornalista e professora Bianca Zaniratto, pelo apoio, principalmente, para realização de meu estágio de doutoramento no exterior;

- A todos os alunos que tive a oportunidade de conviver, que me instigaram à busca pela qualificação e me proporcionaram a certeza sobre o valor da educação; em grande medida, devo o desenvolvimento de meu doutorado à tentativa de retribuir todas as experiências e conhecimentos que recebi de meus alunos durante os anos de sala de aula;

- Aos colegas de Senac-SP, que me acolheram durante minha transição das salas de aula à consultoria pedagógica e no período de finalização deste estudo;

- Ao Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal-Quito, Ecuador), por ter me recebido para desenvolvimento de meu doutorado – período determinante às definições dos caminhos percorridos por esta investigação;

- À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por ter apostado e financiado o desenvolvimento desta investigação e do estágio doutoral no exterior, por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE);

- À **Universidade Pública** – tão relevante ao desenvolvimento socioeconômico, político, cultural e educacional, apesar de tão maltratada –, na figura do corpo técnico e docente da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac-Unesp); que em um futuro próximo possamos fortalecer a existência da Universidade Pública e vencer o atual projeto de desmonte da educação e da ciência públicas;

- Aos membros da Banca Examinadora, por participarem deste momento tão importante de minha vida e carreira;

- Aos parceiros de Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã (Lecotec-Unesp), pelos debates e contribuições a este trabalho;

- Ao Professor Dr. Danilo Rothberg, que ainda na graduação (Universidade do Sagrado Coração – USC) me incentivou a percorrer os caminhos da pesquisa e da academia;

- Ao meu orientador, Prof. Dr. Juliano Maurício de Carvalho, pela força, dedicação e apoio em todos os momentos, e pelas grandes oportunidades que me proporcionou;

- Um agradecimento especial aos meus pais, Airton Lourenço e Maria Elvira Figueiroa Lourenço, que passaram uma vida inteira lutando pela, e incentivando, a minha formação acadêmica, profissional, ética e moral;

- Ao meu sobrinho Raul Lourenço, pelo simples fato de sua existência, benefício suficiente ao meu profundo agradecimento;

- Por fim, um agradecimento mais que especial à minha princesa guerreira, Mariana Lourenço, companheira de vida e de enfrentamento do destino.

LOURENÇO, André Luís. **Políticas regionais para produção de conteúdos digitais: a centralidade das indústrias culturais e da propriedade intelectual na agenda da Unasul.** 2019. Tese de Doutoramento (FAAC – UNESP), sob a orientação do Prof. Dr. Juliano Maurício de Carvalho.

RESUMO

O presente estudo se propõe a identificar, sistematizar e analisar a agenda política construída no plano regional sul-americano acerca da produção, distribuição e circulação de bens simbólicos e culturais, materializados na forma de conteúdos digitais, no âmbito da União das Nações Sul-americanas (Unasul). O recorte temporal de análise compreende o período entre 2008 e 2017, que representa a primeira década de atuação do organismo de cooperação, posteriormente à consolidação das Declarações da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), que definiriam os elementos norteadores das estratégias de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) para a consolidação do novo paradigma sociotécnico da Sociedade da Informação. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter explicativo, e recorre à Análise Documental como procedimento para desconstrução dos elementos essenciais dos registros documentais da Unasul; reconstrói e debate os elementos essenciais à conformação de políticas de comunicação para produção de conteúdos digitais a partir do referencial teórico-epistemológico da Economia Política da Comunicação e do Conhecimento – influenciado pela tradição de pesquisa do Ciespal. Como resultados, a pesquisa identifica a centralidade das indústrias culturais e da propriedade intelectual na agenda política da Unasul, apesar de verificar certa dificuldade na implementação de ações concretas para o setor.

Palavras-Chave: Conteúdos Digitais; Economia Política da Comunicação; Indústrias Culturais; Propriedade Intelectual; Unasul.

LOURENÇO, André Luís. **Políticas regionales para la producción de contenidos digitales: la centralidad de las industrias culturales y de la propiedad intelectual en la agenda de Unasur.** 2019. Tesis de doctorado (FAAC – UNESP), bajo la orientación del Prof. Dr. Juliano Maurício de Carvalho.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es identificar, sistematizar y analizar la agenda política construida a nivel regional de América del Sur con respecto a la producción, distribución y circulación de bienes simbólicos y culturales, materializados en forma de contenido digital, en el marco de la Unión de Naciones Suramericanas. (Unasur). El plazo de análisis abarca el período entre 2008 y 2017, que representa la primera década de funcionamiento del organismo de cooperación, después de la consolidación de las Declaraciones de la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI), que definiría los elementos orientadores de las estrategias de cooperación. Desarrollo de las Naciones Unidas (ONU) para consolidar el nuevo paradigma sociotécnico de la sociedad de la información. La investigación tiene un enfoque cualitativo, de carácter explicativo, y utiliza el análisis de documentos como un procedimiento para deconstruir los elementos esenciales de los registros documentales de Unasur; Reconstruye y discute los elementos esenciales para la configuración de las políticas de comunicación para la producción de contenido digital desde el marco teórico-epistemológico de la economía política de la comunicación y el conocimiento, influenciado por la tradición de investigación de Ciespal. Como resultado, la investigación identifica la centralidad de las industrias culturales y la propiedad intelectual en la agenda política de Unasur, a pesar de encontrar algunas dificultades para implementar acciones concretas para el sector.

Palabras-Clave: Contenidos Digitales; Economía Política de la Comunicación; Industrias Culturales; Propiedad Intelectual; Unasur.

LOURENÇO, André Luís. **Regional policies for the production of digital content: the centrality of cultural industries and intellectual property on the agenda of Unasul**. 2019. PHD thesis (FAAC – UNESP) supervised by Dr. Juliano Maurício de Carvalho.

ABSTRACT

The present research proposes to identify, systematize and analyze the political agenda built on the South American regional plan on the production, materialized in the form of digital content, within the Union of South American Nations (USAN). The analysis understand the period between 2008 and 2017, that represents the first decade of cooperation operation, after the consolidation of the Declaration of the World Summit on the Information Society (WSIS), that would define the guiding elements of the development strategies of the United Nations (UN) for the consolidation of the new socio-technical paradigm of the information society. The research has a qualitative approach with an explanatory character and uses the documentary analysis to deconstruction the essential elements of USAN's documentary records; reconstructs and debates the essential elements to the conformation of communication policies for the production of digital contents from the theoretical-epistemological referential of the Political Economy of Communication and Knowledge – influenced by Ciespal's research tradition. As results, the research identifies the centrality of cultural industries and intellectual property on the political agenda of USAN, although verify some difficulty in the implementation of concrete actions for the sector.

Keywords: Digital Contents; Political Economy of Communication; Cultural Industries; Intellectual Property; USAN.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AG – Assembleia Geral da ONU

AIR – Associação Internacional de Radiodifusão

ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América

AP – Associated Press (Associação de Imprensa)

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAME – Conselho de Ajuda Econômica Mútua

CAN – Comunidade Andina de Nações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CARICOM – Comunidade e Mercado Comum do Caribe

CEDAL – Centro de Estudios Democráticos de América Latina

CELAC – Comumidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CERN – Organização Europeia para a Investigação Nuclear

CIA – Central Intelligence Agency (Agência de Inteligência Estadunidense)

CIESPAL – Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina

CMC – Conselho do Mercado Comum

CMSI – Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação

CNUCED – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento

COSECCTI – Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação

COSIPLAN – Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento

CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

EUA – Estados Unidos da América

FIC – Fundo de Iniciativas Comuns

FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – General Agreement on Tariffs and Trade (em português: Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio)

IPANC – Instituto Iberoamericano do Patrimônio Natural e Cultural

ITACAB – Instituto de Transferencias de Tecnologias apropiadas para Sectores Marginales

KOMIFORM – Oficina de Informação dos Partidos Comunistas

LGBTs – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MICSUR – Mercado de Indústrias Culturais

MPNA – Movimento dos Países Não Alinhados

NOEI – Nova Ordem Econômica Internacional

NOMIC – Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PDSE – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior

PIDC – Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação

PNC – Políticas Nacionais de Comunicação

PIB – Produto Interno Bruto

PROSUR – Programa Sul-americano de Apoio à Investigação Científica

RME – Reunião de Ministros de Educação do Mercosul

SICSUR – Sistema Integrado de Informação Cultural

SINIC – Sistema Nacional de Informação Cultural da Colômbia

SIP – Sociedade Interamericana de Imprensa

TCP/IP – Transmission Control Protocol/Internet Protocol

TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação

UIT – União Internacional de Telecomunicações

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPI – United Press International

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Introdução 17

Métodos, técnicas e procedimentos 26

Apresentação da Investigação 33

Parte I

1. Fundamentação Teórica 38

1.1 Os primeiros anos da ONU, o modelo de desenvolvimento em etapas e o papel da Comunicação 38

1.2 O movimento terceiro-mundista na ONU e a construção da Nova Ordem Econômica Internacional e da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação 58

1.2.1 A construção da proposta da NOMIC a partir das premissas da NOEI 84

1.2.2 O Informe MacBride: a materialização dos ideais da NOMIC 101

1.2.3 Crítica ao Informe MacBride e o afastamento da Unesco em relação às premissas da NOMIC 113

1.3 Da Unesco à UIT: a construção do paradigma da Sociedade da Informação, os antecedentes da Cúpula Mundial e os novos debates sobre Comunicação 122

1.4. A cultura e o conhecimento como insumos produtivos no capitalismo cognitivo: a crítica ao Projeto da Sociedade da Informação e o papel dos conteúdos digitais 143

1.4.1 Breves considerações acerca do Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio 151

1.5 Políticas de Comunicação para o desenvolvimento no capitalismo cognitivo 154

1.6 O pensamento crítico latino-americano: Da Economia Política da Comunicação à Economia Política do Conhecimento 162

1.7 Marcos de análise de políticas de comunicação para conteúdos digitais, construídos a partir da literatura ciespalina 177

Parte II

2. Identificação e sistematização das perspectivas e ações da Unasul para produção de conteúdos digitais 184

2.1 A Unasul – objetivos e estrutura administrativa 184
2.1.1 Conselhos temáticos da Unasul 192
2.1.2 Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (Coseccti) 192
2.1.2.1 Grupo de Trabalho de Educação: Plano de Ação e desenvolvimento de iniciativas 198
2.1.2.2 Grupo de Trabalho de Cultura: Plano de Ação e desenvolvimento de iniciativas..... 205
2.1.2.2.1 Reunión sobre Contenidos Culturales para televisión.... 211
2.1.2.2.2 II Foro de Derechos Culturales y mecanismos transversales compartidos en la región 215
2.1.2.3 Grupo de Trabalho de Ciência, Tecnologia e Inovação: Planos de Ação e o Programa Marco da CT&I 219
2.1.2.3.1 Plano de Ação 2010-2011 220
2.1.2.3.2 Programa Marco da CT&I 225
2.1.2.3.3 Plano de Ação 2013-2014 230
2.1.3 Conselho Sul-americano de Educação..... 231
2.1.3.1 O Estatuto 232
2.1.3.2 Os Planos Estratégico e Operativo Quinquenais: elaboração e desenvolvimento 233
2.1.4 Conselho Sul-americano de Cultura 243
2.1.4.1 Declaração de Ministras e Ministros de Cultura dos Estados-membros e o Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura 245
2.1.4.2 Plano de Ação para o biênio 2013-2014 249
2.1.4.3 Plano de Ação para o biênio 2015-2016 253

2.1.5 Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação 261
2.1.5.1 O Estatuto do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação 263
2.1.5.2 Plano de Ação 2013-2014: desenvolvimento das atividades 265
2.1.5.3 Plano de Ação 2014-2015: desenvolvimento das atividades 270
2.1.5.4 Plano de Ação 2016-2017: desenvolvimento das atividades 277

Parte III

3. Das análises dos resultados à crítica à agenda de Políticas de Comunicação da Unasul para conteúdos digitais 282

3.1 As perspectivas contidas no Tratado Constitutivo da Unasul e nos Estatutos dos Conselhos autônomos analisados 283
3.1.1 Integração regional e sub-regional para o desenvolvimento comum 283
3.1.2 Resgate e fomento à preservação da memória cultural e gestão do conhecimento..... 289
3.1.3 Regulação dos direitos culturais e de propriedade intelectual 296
3.1.4 Políticas industriais e desenvolvimento tecnológico comum 302
3.1.5 Constituição de Clusters e condições para consolidação de uma economia imaterial 309
3.1.6 Relações de trabalho e organização do capital simbólico 314
3.1.7 Ócio e consumo cultural 316
3.1.8 Considerações sobre as orientações institucionais da Unasul 320

3.2 O desenvolvimento dos Planos de Ação e a materialização das diretrizes institucionais da Unasul 324
3.2.1 Ações no âmbito da “Educação”..... 325
3.2.1.1 O Grupo de Trabalho Especializado em Educação: Plano de Ação 2010-2011 325
3.2.1.2 Conselho Sul-americano de Educação: Planos Estratégico e Operativo Quinquenais 2013-2017 329

3.2.2 Ações no âmbito da “Cultura” 331
3.2.2.1 O Grupo de Trabalho Especializado em Cultura: Plano de Ação 2010-2011 332
3.2.2.1.1 Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região 332
3.2.2.1.2 Reunião sobre Conteúdos Culturais para televisão 337
3.2.2.1.3 Outras temáticas relevantes 349
3.2.2.2 Conselho Sul-americano de Cultura 350
3.2.2.2.1 Indústrias Culturais e Economia Criativa 351
3.2.2.2.2 Interculturalidade 355
3.2.2.2.3 Comunicação e Cultura 357
3.2.3 Ações no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação 359
3.2.3.1 Instituições científicas focadas na inclusão social 363
3.2.3.2 Sistematização e avaliação das capacidades científicas 364
3.2.3.3 Programas e estratégias para transferência e intercâmbio 366
3.2.3.4 Construção e integração de redes de instituições de investigação. 369
3.2.3.5 Adequação dos marcos legais e normativos nacionais 371
3.2.3.6 Difusão e popularização da CT&I 378
3.2.3.7 Ações de inclusão social 380

3.3 Considerações finais 382
3.3.1 A Agenda da Unasul: a centralidade das indústrias culturais e da propriedade intelectual 382
3.3.2 Resgatando as perspectivas de desenvolvimento no capitalismo cognitivo. 391
3.3.3 Limites da investigação 394
3.3.4 Lacunas e oportunidades para as próximas investigações 395

4. Referências..... 369

4.1 Referências Bibliográficas..... 396

4.2 Documentos Unasul..... 406

Introdução

O capitalismo se refere a um conjunto de comportamentos individuais e coletivos relativos aos processos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (RUSCONI, 1998). Esse fenômeno se desenvolveria de diferentes formas ao longo da história, sempre atrelado aos avanços tecnológicos e à procura pelo aumento da produtividade, assim como à expansão territorial decorrente da evolução dos transportes e da comunicação; em última instância, esse conjunto de elementos visaria à busca pela ampliação da capacidade de lucro e pelo acúmulo de capital (BRESSER-PEREIRA, 2011; FURTADO, 2000).

Sinteticamente, o capitalismo se caracterizaria por três elementos essenciais, passíveis de interpretação e crítica. O primeiro se refere à propriedade privada dos meios de produção, "para cuja ativação é necessária a presença do trabalho assalariado formalmente livre"; o segundo diz respeito à existência de um "sistema de mercado, baseado na iniciativa e na empresa privada, não necessariamente pessoal"; o terceiro elemento corresponde à existência de "processos de racionalização dos meios e métodos diretos e indiretos para a valorização do capital e a exploração das oportunidades de mercado para efeito de lucro" (RUSCONI, 1998, p. 141).

O fenômeno do capitalismo ultrapassaria a esfera da racionalização técnico-produtiva e avançaria como sistema organizador da "conduta de vida" individual e coletiva. "Esta racionalização ou modernização política culmina na formação do sistema político liberal, que historicamente coexiste com o Capitalismo" (RUSCONI, 1998, p. 141). Conforme Chauí (2001, p. 521), consolidado nos preceitos da Revolução Francesa, o liberalismo parte do princípio de que o indivíduo seria a origem e o destinatário do poder, preconizando a liberdade do indivíduo como fundamento essencial da sociedade, a ser assegurada pelo Estado. Estabelece a propriedade privada como "direito natural dos indivíduos" e a igualdade como fundamento da organização social. As relações de propriedade seriam reguladas por um Estado impessoal, constituído por representantes dos proprietários privados, que tomariam decisões com base na deliberação de um poder legislativo. Nesse Estado também seria figura central um poder judiciário responsável por regular as relações de propriedade e garantia das liberdades individuais. Entretanto, conforme Rusconi (1998, p. 145), o poder da "ideologia liberal e liberalista oculta completamente o momento de coerção, implícito no mercado do trabalho livre e na concepção individualista do Estado". Isso significa que, sendo o sistema de produção capitalista um sistema organizador da sociedade, nenhum de seus elementos estruturais poderiam ser observados isolados de fatores contextuais extra-econômicos

decorrentes tanto de relações de poder quanto culturais, ligados à história e à tradição. Nesse sentido, a cultura exerceria um papel preponderante na conformação e manutenção do próprio sistema, por meio da reprodução ideológica do sistema.

Segundo Bresser-Pereira (2011), o capitalismo apresentaria, ao longo da história, quatro diferentes fases. A primeira se refere ao 'capitalismo comercial', baseado essencialmente no estabelecimento de trocas de mercadorias majoritariamente primárias e organização do trabalho artesanal; esse momento é marcado pela forte influência do capital na produção e pelos processos de baixa transformação técnica, nos quais haveria pouca separação entre o produtor e a propriedade dos meios de produção (INCISA, 1998).

Já a segunda fase, capitalismo industrial, também denominada de Revolução Industrial, é caracterizada pela transição do capitalismo comercial em direção a um modelo produtivo mais eficiente sob o ponto de vista dos resultados e geração de lucros. Trata-se do movimento de transformação de uma sociedade eminentemente tradicional, cujos processos produtivos se caracterizam por atividades predominantemente primárias (agricultura e mineração), em direção à organização produtiva de caráteres secundários (indústria) e terciários (serviços). Esse processo foi determinado pelo avanço da ciência e da tecnologia como elementos mobilizadores dos processos de produção (INCISA, 1998). A Revolução Industrial, como marco histórico, representa o momento em que o processo produtivo se organiza de maneira específica, tendo a fábrica como unidade coletiva de produção de massa e com separação definitiva entre o produtor e os meios de produção; com isso, estabelece-se a clássica relação direta entre capitalistas (detentores dos meios de produção) e assalariados (possuidores da força de trabalho) (RUSCONI, 1998). Também nesse momento surgem novas configurações naquilo que ficaria conhecida como Divisão Internacional do Trabalho[1] (DIT).

O capitalismo financeiro, por sua vez, representa a terceira fase do capitalismo. De acordo com Sandroni (1999, p. 80), do ponto de vista histórico, trata-se do momento em que ocorre a fusão entre o "capital dos monopólios bancários e industriais nos países imperialistas". Esse movimento caracterizou-se pela conformação de conglomerados transnacionais e pela oligopolização econômica. Isso porque, com o ingresso de recursos do capital financeiro à atividade industrial, com aquisição pelos bancos dos controles acionários

[1] Conforme Pochmann (2000), há duas referências teóricas que debatem a temática da Divisão Internacional do Trabalho. A primeira refere-se à perspectiva das vantagens comparativas que as diferentes nações possuem no processo de produção e distribuição no âmbito do comércio internacional, baseada na existência de nações mais ou menos ricas que determinariam a divisão das atividades no âmbito do capitalismo mundial por meio de fatores de ordem econômica. A segunda referência teórica identificaria a estratificação e hierarquização da economia mundial como resultado da lógica intrínseca de funcionamento do sistema econômico e social, que produziria a divisão territorial das atividades de produção. Apesar das diferenças, ambas denotam uma estrutura internacional que atribui funções produtivas aos países e às regiões do mundo, baseadas nas relações de produção.

das empresas, as instituições financeiras teriam iniciado um processo de "concentração e centralização do próprio capital financeiro com a formação de grandes conglomerados que passam a influir não apenas na direção de um setor, mas de toda a economia nacional, projetando-se no plano internacional"; ao mesmo tempo, a expansão dos conglomerados empresariais para o plano internacional revolucionou a dinâmica do capitalismo de forma que algumas poucas marcas passariam a dominar a rede comercial. Isso porque, com o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, bem como a melhoria nas condições de transportes, os conglomerados se expandiriam para além dos países desenvolvidos, agudizando as contradições da Divisão Internacional do Trabalho. Apesar de as fábricas seguirem como unidade coletiva de produção, a organização do processo produtivo seria descentralizada em direção aos países subdesenvolvidos, num processo de busca pela redução dos custos de produção e ampliação da capacidade de acúmulo de capital. Assim, ocorre a descentralização da produção concomitantemente com a centralização e concentração do poder político-econômico.

Por fim, a quarta fase – o capitalismo informacional, cognitivo, do conhecimento ou pós-industrial[2] –, se configuraria como fruto das evoluções das Tecnologias da Informação e da Comunicação, com emergência do comércio internacional de serviços e de bens imateriais e simbólicos (BRESSER-PEREIRA, 2011). Esse momento, vivenciado pela sociedade mundial atualmente, sobreleva o papel da ciência, da tecnologia e da inovação, dos processos de manipulação da informação e do conhecimento, modificando tanto as relações de produção quanto as estratégias de acúmulo de capital. Esse período registra uma significativa alteração tanto do processo produtivo quanto do modelo de acumulação de capital, uma vez que os recursos criativos passam a representar valor de capital mais significativo que os insumos materiais e de energia, característicos da fase industrial do capitalismo (VERCELLONE, 2016).

Nota-se, portanto, que as distintas fases correspondem às experiências técnicas e tecnológicas vivenciadas pelas sociedades, que definiram modelos de produção, distribuição e consumo. Neste contexto, observa-se que a constituição de um núcleo industrial, na Europa do século XVIII, seria o elemento que daria início à transformação da estrutura do sistema capitalista, que deixava de ter suas características essencialmente comerciais para avançar à perspectiva industrial e financeira e, posteriormente, pós-industrial ou cognitiva. Essas

[2] As nomenclaturas acerca dessa fase do capitalismo variam conforme as perspectivas teóricas e/ou metodológicas de pensadores e correntes de pensamento. Ao longo do presente estudo, algumas dessas variações serão trabalhadas, sempre relacionadas às perspectivas teórico-filosóficas que as sustentam.

transformações, segundo Furtado (2000), passaram a condicionar o desempenho de quase todas as regiões do mundo em função da ampliação da capilaridade dos processos de comercialização de produtos industrializados e da nova Divisão Internacional do Trabalho. Progressivamente, muito em função da redução das distâncias geográficas decorrente do avanço tecnológico em transportes e comunicação, que possibilitariam a maximização do comércio de produtos industrializados, Echavarría (2000) aponta terem surgido configurações políticas de dimensões mundiais, fazendo com que as economias locais se organizassem a partir de relações internacionais de comércio de bens e serviços de todo tipo.

De acordo com Furtado (2000), do ponto de vista histórico, a influência desse núcleo industrial e das novas configurações políticas mundiais teria se dado em três direções. A primeira refere-se ao processo de reorganização da relação de produção artesanal. Isso teria se devido à dinamização dos processos produtivos decorrente do avanço tecnológico e científico, que culminou na alteração da estrutura tradicional de produção mercantil. Como o avanço tecnológico tendeu a ser concentrado, os países que pretendiam acompanhar o progresso técnico e produtivo paulatinamente passavam a depender das relações estabelecidas com países que já haviam conquistado certos graus de industrialização e produtividade. Evidentemente, o modelo dessas relações seria o ponto emergente na análise desse processo, nos mais diferentes setores.

A segunda direção de influência teria se dado na expansão da economia industrial europeia para além de suas fronteiras – seja na exportação ou importação. Nesse caso, a expansão teria ocorrido, a princípio, em espaços coloniais que ainda não haviam estabelecido níveis organizacionais, mas que continham condições econômicas favoráveis para a produção primária. Isso teria feito com que esses espaços se desenvolvessem como extensões da própria Europa – a partir do estabelecimento de vínculos bastante definidos e desiguais – com a consolidação de estruturas hibridas entre sistema capitalista e a estrutura pré-existente (de caráter pré-capitalista), conforme o interesse dos países colonizadores (FURTADO, 2000).

A terceira direção de influência refere-se à expansão da interação para além das fronteiras em direção a diferentes regiões já ocupadas, algumas densamente povoadas, com sistemas econômicos amplamente estruturados de natureza pré-capitalista – e que não eram colônias efetivamente estabelecidas. Furtado (2000) aponta que esse contato teria ocorrido de formas distintas, ora limitado à abertura de linhas de comércio, ora com o fomento à produção de matérias primas que abastecessem os centros industriais; também se registra nesse momento um movimento de desenvolvimento industrial tímido nos países subdesenvolvidos, conforme os interesses dos centros industriais, como estratégia de abastecimento de bens de

pouco valor agregado. Nessas localidades, guardadas suas especificidades, teria ocorrido um fenômeno semelhante, qual seja, a consolidação de estruturas hibridas entre sistema capitalista e a estrutura pré-existente (de caráter pré-capitalista) – fenômeno que pode ser observado a partir de diferentes referenciais teóricos, como será evidenciado.

Neste contexto, de acordo com Furtado (2000), o conceito de desenvolvimento econômico capitalista está diretamente ligado às condições de avanço tecnológico – e, portanto, do progresso da ciência –, que permitiram o aprimoramento dos processos de produção, a redução de custos e a ampliação da capacidade de geração e acumulação de capital. Esse movimento, como defendiam os ideólogos da Economia Política Clássica, entre os quais Stuart Mill (1974), poderia gerar condições para distribuição de riquezas e melhoria na qualidade de vida do conjunto da sociedade, a partir da elevação do poder aquisitivo das massas trabalhadoras – que se tornariam, paulatinamente, em tese, em massas consumidoras.

Entretanto, em razão do sistema capitalista se assentar na perspectiva de um Estado liberal, e ter se constituído tendencialmente de forma concentrada, produziu contradições e assimetrias entre indivíduos e/ou regiões que detinham os meios de produção ou se apresentavam de forma mais dinâmica no contexto da acumulação de capital no plano interno dos Estados Nacionais[3] ou na relação entre Estados Nacionais no plano internacional (GARCÍA, 1974, 1980; SUNKEL, 2000). Como a lógica e o objetivo de acumulação não se alterou, apesar de a metodologia de geração de riquezas e acumulação de capital ter se transformado no decorrer da transição entre as fases do capitalismo, as contradições e os processos de dominação foram se agudizando. Isso teria permitido a consolidação de estruturas de dependência tecnológica, cultural e econômica, que empurraria os países de menos capacidade de produção endógena de tecnologia e gestão do conhecimento à periferia do sistema capitalista (CARDOSO; FALETTO, 2000; VERCELLONE, 2004, 2016; SIERRA CABALLERO, 2016).

O fenômeno da expansão capitalista e a preocupação com a questão do desenvolvimento econômico têm mobilizado a comunidade internacional desde o início do século XX (SALLES, 2012). Seja em razão do interesse pelo alargamento das fronteiras de produção e consumo, seja pela preocupação em relação às consequências dos programas de

[3] De acordo com Bresser-Pereira (2011, p. 04), estado-nação é um fenômeno próprio da Revolução Capitalista. Trata-se de uma unidade político-territorial formada por uma nação, um Estado e um território. Por nação compreende-se a "sociedade politicamente organizada que compartilha um destino comum, logra dotar-se de um Estado e de um território, e tem como principais objetivos a segurança e o desenvolvimento econômico". Por sua vez, Estado se refere à instância normativa e organizacional. "(...) enquanto instituição normativa, é a matriz das demais instituições formais, é a instituição revestida de soberania; enquanto instituição organizacional, é a organização que, conforme Max Weber assinalou, tem o monopólio da violência legítima".

consolidação desse modelo de produção e acumulação de capital, a problemática do desenvolvimento tem estado em pauta, tanto nos âmbitos nacionais quanto no internacional. Com isso, diferentes perspectivas de se interpretar e produzir modelos de desenvolvimento têm estado na arena de disputa internacional, estimuladas por diferentes atores internacionais e permeadas de distintos objetivos programáticos. Os organismos internacionais, como aqueles advindos da criação do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), ganharam destaque no processo de elaboração e difusão de modelos de desenvolvimento, influenciados por uma série de atores, interesses e contextos. Outros movimentos também se notabilizariam como determinantes nos processos de disputas ideológicas e programáticas nas arenas de disputa.

O surgimento de diferentes perspectivas de desenvolvimento foi acompanhado por transformações importantes no campo das tecnologias da informação e da comunicação, que determinaram cenários, consequências e características tanto no sistema de produção quanto no processo de interação social e produção de bens simbólicos (SCHRAMM, 1967, 1969; ISLAS, 2005). Isso produziu distintas perspectivas de se interpretar o fenômeno e o papel que deveriam exercer os veículos de comunicação para o processo de desenvolvimento econômico, gerando tanto a atenção de organismos internacionais para os problemas da comunicação, quanto o surgimento de outros organismos cujos focos se centraram nos estudos e proposições de atuação dos meios de comunicação, por meio de sistemas de regulação e fomento à produção midiática nos âmbitos local, regional e internacional.

A atenção à produção, circulação e consumo de bens simbólicos acompanhou, neste contexto, tanto os modelos de desenvolvimento propostos ao longo do século XX e XXI, quanto os processos de transformação no campo da comunicação, sobretudo a partir da transformação dos meios e dispositivos de ampliação do espaço público experienciada pela sociedade global, por meio das oportunidades comunicativas permitidas pela internet. Isso produziria novas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais, estabelecendo um novo marco baseado na centralidade das indústrias culturais, principalmente dos conteúdos digitais[4], e na determinação dos processos de desenvolvimento social alicerçados pelo capital simbólico e pelo trabalho imaterial – característicos da quarta fase do capitalismo.

É possível identificar de forma bastante clara a existência de uma proximidade acentuada entre os movimentos teóricos de proposição de modelos de desenvolvimento, o

[4] De acordo com Barbosa Filho (2011, p. 147), conteúdos digitais referem-se a "todos aqueles materiais de áudio, vídeo, textos e dados que circulam por meio de diferentes plataformas tecnológicas, como a TV digital, o cinema e o rádio digital, os celulares, os computadores e os videojogos em rede, assim como os materiais pensados para a convergência de mídias".

papel dos produtos culturais e dos meios de comunicação e os debates empreendidos no âmbito internacional, por meio de organismos de cooperação multilaterais. Importante mencionar que esses movimentos teóricos se apresentaram, inclusive, a partir de ferramentais analíticos próprios, gerando escolas de pensamento e assumindo status de modelo programático de desenvolvimento ou superação de condições de subdesenvolvimento (ROSTOW, 1961; SCHRAMM, 1967, 1969; GARCÍA, 1974, 1980; ARJONA; CALDERÓN, 1998; JURADO VARGAS, 2008; VERCELLONE, 2004, 2016; SIERRA CABALLERO, 2016). Por isso, compreender os projetos de desenvolvimento dos sistemas de comunicação e produção de bens culturais e simbólicos implica a compreensão acerca da trajetória do debate no âmbito internacional.

A relevância dos processos de concertação política internacional decorre, segundo Wolkmer (1999), do fato de que ao longo do século XX, e principalmente a partir do XXI, o fenômeno globalização teria desenvolvido e ampliado os vínculos entre nações, principalmente no que concerne o Direito Internacional e as relações de cooperação e integração econômica, regional ou bilateral. Essa perspectiva, destaca Califano (2013), leva alguns pensadores a desenvolver o conceito de 'governança global' para debater e explicar a forma como organismos internacionais, junto com acordos supranacionais e bilaterais, intervêm no desenho das políticas públicas dentro das fronteiras nacionais.

O principal organismo internacional de fomento ao debate e à concertação política acerca do desenvolvimento é a própria Organização das Nações Unidas (ONU), que desde sua fundação, em 1945, empreendeu movimentos de discussão e orientação dos processos de desenvolvimento, bem como das relações que deveriam estabelecer os países desenvolvidos e subdesenvolvidos no processo de busca pela redução das assimetrias internacionais, a partir de movimentos de integração e cooperação internacional – que variariam conforme perspectivas, modelos e ideologias, por vezes antagônicas. Já a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura[5] (Unesco), num primeiro momento, e a União Internacional de Telecomunicações[6] (UIT), num segundo, foram os organismos que se destacaram no debate a respeito dos problemas da Comunicação e o papel que deveriam exercer os produtos culturais, imateriais e simbólicos nos processos de desenvolvimento. Por serem entidades ligadas ao Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), as

[5] No pós-guerra, destaca Marques de Melo (2007), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) se notabilizou como entidade internacional promotora de debates e perspectivas para a comunicação como elemento essencial para viabilização do desenvolvimento de países subdesenvolvidos.

[6] Conforme Jurado Vargas (2009), apesar de a União Internacional de Telecomunicações (UIT) ter suas raízes ainda no século XIX, é a partir da década de 1990 e da reorientação da ONU acerca das estratégias de desenvolvimento, que a organização assume a dianteira do debate sobre as temáticas relativas à comunicação.

perspectivas acerca da comunicação e produção de bens simbólicos estiveram coerentes e acompanharam os modelos de desenvolvimento difundidos.

Califano (2013) destaca que as políticas de comunicação também passariam a ser influenciadas pelas relações internacionais e espaços regionais de concertação política. Nesse sentido, como aponta Bustamante (2004), os novos contextos socioeconômicos e políticos teriam ocasionado demandas de transformação na elaboração de Políticas Culturais e de Comunicação, que passaram a serem pensadas para além das fronteiras nacionais, exigindo o estabelecimento de diálogos internacionais por meio da constituição de áreas de integração, como a União Europeia, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), e de cooperações internacionais, sem, é claro, que seja deixado de lado o incentivo às instâncias nacionais.

De acordo com Arjona e Calderón (1998), pode-se definir a "integração" como o processo por meio do qual um conjunto de países que possuem desafios comuns decide levar a cabo ações de tratamento discriminatório em respeito a outros países; essas ações discriminatórias referem-se a condições de vantagem estabelecidas para as transações internas ao grupo que compõe esse conjunto. Na avaliação dos autores (*Ibid*), os processos de integração seriam estratégias importantes para Estados que não teriam condições de enfrentar a competição econômica estabelecida no âmbito de um sistema mundial globalizado, no qual ocorreria um aumento significativo de produtos imateriais, culturais e simbólicos comercializáveis – que podem ser considerados como integrantes estruturais de uma economia pós-industrial ou cognitiva –, que ameaçariam os Estados de economias débeis de desaparecerem enquanto entes produtivos e identidades autônomas. Nesse sentido, os intentos de integração de países em blocos econômicos e de interesses representariam a possibilidade de estruturar "procesos economicos, sociales y politicos que le permitan negociar, en mejores condiciones, con el gran capital transnacional, a la vez que asumir con ventaja los resultados de la violencia cientifica y tecnologica del mundo [...]" (ARJONA; CALDERÓN, 1998, p. 28). Por esse prisma, a integração se mostraria bastante útil às economias historicamente periféricas e dependentes, como é o caso da América do Sul.

Considerando, portanto, que as agendas produzidas nos âmbitos dos órgãos da Organização das Nações Unidas e os acordos multilateriais de integração, apesar de não possuírem efeito vinculante, exerceriam forte influência na opinião pública internacional e no âmbito da governança global nos diferentes setores econômicos e sociais, ao pesquisador interessado na análise das políticas regionais para produção e distribuição de bens simbólicos e culturais, por meio de conteúdos digitais, cabe a investigação acerca das resoluções e ações desenvolvidas no plano dos organismos regionais de cooperação – que desempenhariam

influência na pauta política interna dos países. Sobreleva-se, nesse sentido, a relevância de estudos acerca da construção de políticas regionais que visem a construção de condições de produção e circulação de bens simbólicos e culturais capazes de contribuir com o processo de desenvolvimento latino-americano.

Tendo-se em vista a primazia da articulação regional entre países historicamente subdesenvolvidos e dependentes para a consolidação de estratégias conjuntas de desenvolvimento, ganha destaque no contexto sul-americano a União de Nações Sul-Americanas (Unasul). A entidade é o resultado de negociações empreendidas pelos Estados Sul-americanos desde 2004. O marco fundador dessa organização é a Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em dezembro de 2004, na cidade de Cuzco, Peru. Na oportunidade, os chefes de Estado acordaram e aprovaram a criação da Comunidade Sul-americana de Nações – nascida para promover o diálogo e os processos de integração desenvolvidos no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Comunidade Andina de Nações (CAN), ambos blocos econômicos da região. As tratativas para constituição do organismo de articulação e cooperação política sul-americana seguiram entre os anos de 2005 e 2006, nos quais seria estabelecido um plano estratégico para consolidar uma agenda comum para a região. Durante a Cúpula Energética Sul-americana, realizada em abril de 2007, na Venezuela, os chefes de Estado alterariam o nome da organização para União de Nações Sul-Americanas[7] (Unasul).

Mas é em maio de 2008, na Terceira Cúpula de Chefes de Estado, realizada em Brasília (Brasil), que é assinado o Tratado Constitutivo da Unasul – que estabelece, em seu artigo 1º, se tratar de "uma organização dotada de personalidade jurídica internacional", cujo objetivo principal seria a construção participativa e consensuada de um espaço cultural, social, econômico e político entre seus povos. Para tanto, priorizar-se-ia o "diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã", bem como o fortalecimento da democracia e a

[7] Apesar de não ser o foco do presente estudo, é importante destacar que durante o processo de investigação sobre as políticas regionais para produção de conteúdos digitais no âmbito da Unasul – entre 2015 e 2019, período de desenvolvimento do curso de doutorado do autor deste trabalho –, o organismo de cooperação multilateral registrou perda de força, poder de articulação e representatividade política. Isso se deveu à ascensão da direita e da extrema-direita no continente, ao longo da segunda década do século XXI, a partir das eleições presidenciais de Sebastián Piñera (Chile, 2018), Maurício Macri (Argentina, 2015), Iván Duque Márquez (Colômbia, 2018), Mario Abdo Benítez (Paraguai, 2018) e Jair Messias Bolsonaro (Brasil, 2018). Esse movimento tem sido considerado o fim do ciclo progressista sul-americano, inaugurado por uma tentativa de cooperação regional horizontal e conformação de um bloco político para a convergência de interesses, a Unasul, ideializada pelos presidentes sul-americanos Hugo Chavez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil).

redução das assimetrias socioeconômicas, promovendo, em última instância, o fortalecimento da soberania e da independência dos Estados (UNASUL, 2011, artigo 2º).

Diante disso, a presente investigação se propôs a identificar e analisar a agenda política construída no plano regional sul-americano acerca da produção, distribuição e circulação de bens simbólicos e culturais, materializados na forma de conteúdos digitais, no âmbito da Unasul. Recortou-se o período entre 2008 e 2017, que representa a primeira década de atuação do organismo de cooperação, posteriormente à consolidação das Declarações da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) (UIT, 2014). A escolha pelo marco das Declarações da CMSI se deve ao fato de os encontros internacionais promovidos pela União Internacionais de Telecomunicações (UIT), com os auspícios da ONU, terem sido considerados os elementos norteadores das estratégias de desenvolvimento à luz do novo paradigma sociotécnico da Sociedade da Informação.

Métodos, técnicas e procedimentos

Para viabilizar seus objetivos, a investigação se propôs a desenvolver uma pesquisa qualitativa, de caráter explicativo (GIL, 1999, 2008). A escolha pelo desenvolvimento de pesquisa qualitativa se deu em razão de esta se configurar em um modo de investigação dos fenômenos sociais que intenciona proporcionar respostas adequadas a problemas complexos, adequada à análise da construção da agenda política regional acerca dos problemas e políticas da comunicação voltadas ao processo de desenvolvimento (SALINAS MERUANE, 2009).

Para tanto, o estudo realiza-se em três etapas fundamentais – 'Fundamentação Teórica', 'Pesquisa de Campo' e 'Análise do Material e Considerações'. A Fundamentação Teórica está baseada em pesquisa Bibliográfica (STUMPF, 2012) e utiliza como recorte principal de pesquisa o acervo histórico do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina (Ciespal), entidade internacional que se dedicou a produzir conhecimentos e críticas acerca do papel da comunicação para o desenvolvimento. Localizado em Quito, no Equador, surgiu em 1959 como resultado da X Conferência Geral da Unesco, ocorrida em Paris, na França. A instituto se organiza a partir de um convênio tripartite, que envolve o Governo Equatoriano, Unesco e Universidade Central do Equador. O objetivo do Ciespal é o de promover e contribuir para a constituição de uma escola crítica latinoamericana de estudos em Comunicação, acreditando que a Comunicação, como disciplina científica e fenômeno técnico-social, se configura como pilar para o desenvolvimento socioeconômico e político, sobretudo, em países e regiões subdesenvolvidas ou em desenvolvimento.

Por ter se dedicado nas últimas quase sete décadas a empreender e registrar os debates relativos à comunicação, o Ciespal se apresenta como mecanismo de observação e resgate histórico, bem como suporte para a análise do pensamento crítico latino-americano – perspectiva que norteia os intentos investigativos do presente estudo. O levantamento bibliográfico foi realizado *in loco*, no acervo histórico localizado na própria biblioteca do Ciespal, durante o primeiro semestre de 2017. Isso foi possível em razão de estágio de doutoramento desenvolvido pelo autor deste trabalho, com recursos do *Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)*. O levantamento considerou as publicações editoriais da entidade desde 1965, quando da realização dos seminários latino-americanos que definiram as linhas de ação e as perspectivas do Ciespal para os estudos dos problemas da comunicação e suas relações com o desenvolvimento dos países da região (CIESPAL, 1965). A análise compreendeu os títulos publicados até 2016, que tratavam dos temas concernentes aos problemas estruturais latino-americanos e sistemas de comunicação, integração regional, Comunicação para o Desenvolvimento, Políticas Nacionais de Comunicação e Economia Política da Comunicação. Nesse sentido, foram excluídos manuais de produção jornalística e pesquisas de análise de conteúdo dos veículos de comunicação latino-americanos. Importante destacar que não se pretendeu o desenvolvimento de uma revisão sistemática, mas a construção teórica e metodológica a partir da influência dos debates empreendidos no âmbito do Ciespal. Portanto, o acervo histórico do Ciespal contribuiu no sentido do delineamento histórico e conceitual da crítica aos problemas da comunicação e a sua relação com os processos de desenvolvimento. Assim, a investigação não se restringe ao acervo bibliográfico do Ciespal, mas acompanha a trajetória do pensamento do organismo internacional de pesquisa como plataforma teórica de sustentação do debate.

A segunda etapa diz respeito à Pesquisa de Campo, desenvolvida por meio de Pesquisa e Análise Documental (MOREIRA, 2012; CELLARD, 2008). A escolha da análise documental baseia-se nos argumentos de Cellard (2008), para o qual a estratégia apresenta, no plano metodológico, vantagens no processo de pesquisa científica, principalmente no contexto de construção historiográfica, em virtude de sua capacidade de proporcionar condições para reconstrução de fatos e acontecimentos. Isso porque, um documento permitiria acrescentar a dimensão do tempo a uma compreensão social, por meio da observação e da sistematização da evolução de indivíduos, grupos, comportamentos, conceitos e conhecimentos que impactam e interferem nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas de uma determinada sociedade – perspectiva que se apresenta coerente com o objetivo de mapeamento e análise da construção

de agenda política sul-americana em torno da produção, distribuição e circulação de bens simbólicos e culturais, materializados em conteúdos digitais, bem como a análise acerca do caráter de mediação simbólica entre Estado, Mercado e sociedade.

Para tanto, a investigação se deu a partir de documentos relativos a 'Decisões', 'Resoluções', 'Diretrizes', 'Recomendações', 'Tratados', 'Protocolos' e 'Acordos' – bem como outros estudos e posicionamentos tomados pela Unasul, necessários à contextualização da pesquisa. Esses documentos encontram-se disponíveis no site oficial do organismo regional de cooperação[8]. Em razão do volume de documentos produzidos pelo organismo regional de cooperação ao longo de sua primeira década de atuação, foram instituídos critérios de relevância hierárquica documental e de proximidade temática com a proposta do presente estudo, estabelecendo como foco de análise os debates e deliberações desenvolvidas no âmbito do "Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação", e seus Grupos de Trabalho Especializados, que a partir de 2012 ganhariam o status de Conselhos Autônomos de "Educação", "Cultura" e de "Ciência, Tecnologia e Inovação". Posicionamentos institucionais advindos do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, que é o órgão máximo da Unasul, bem como eventuais menções e articulações com outros Conselhos internos da Unasul, também foram levados em consideração – porém, com menos destaque.

De acordo com Cellard (2008), a análise documental, no plano metodológico, apresenta vantagens no processo de pesquisa científica, em função de se caracterizar como método de coleta de dados que elimina, em grande medida, influências diversas no processo de construção de conhecimento – como aquelas exercidas pelo pesquisador diretamente, ou decorrentes das interações sociais ou acontecimentos cotidianos. Apesar disso, o autor também alerta para a possibilidade de um documento não ser dominado integralmente pelo pesquisador e, por isso, sua análise pode incorporar imperfeições em interpretações. Nesse sentido, o pesquisador que se propõe a trabalhar com documento precisa superar vários obstáculos e armadilhas para credenciar-se a realizar uma análise em profundidade.

O primeiro desafio se refere à localização dos documentos pertinentes ao seu objeto de pesquisa, a avaliação da credibilidade do documento, bem como sua representatividade (CELLARD, 2008). No caso da presente pesquisa, esses não seriam problemas verdadeiros em razão de se tratar de documentos oficiais, disponibilizados publicamente no endereço eletrônico oficial da entidade; da mesma forma, a questão da representatividade não seria

[8] Disponível em: http://docs.unasursg.org/latest-documents.

preocupante em razão de o recorte do corpus de pesquisa colocar como objetos de análise os documentos publicados pelo órgão especializado nas temáticas que constituiriam os eixos formativos de uma política de comunicação para conteúdos digitais, no caso o "Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação", seus Grupos de Trabalho Especializados, e os Conselhos Autônomos decorrentes desses grupos: de "Educação", de "Cultura" e de "Ciência, Tecnologia e Inovação".

No desenvolvimento da pesquisa de campo baseada na Análise Documental, e conforme sistematização de Cellard (2008), foram consideradas cinco dimensões preparatórias para a análise propriamente dita: "contexto"; "autor ou autores"; "autenticidade e confiabilidade do texto"; "natureza do texto"; "conceitos-chave e lógica interna do texto".

Em relação ao contexto, este deve compreender a necessidade de exame da conjuntura e do cenário sociopolítico global no qual o documento foi produzido – e que será levado em consideração em todas as etapas de desenvolvimento da análise. No caso da presente pesquisa, a conjuntura e o cenário foram construídos por meio do resgate do debate sobre relação da Comunicação com os modelos e estratégias de desenvolvimento ocorridos tanto nos espaços dos organismos internacionais de cooperação (ONU, Unesco e UIT), quanto no âmbito do Ciespal. Também foram considerados os elementos constituintes do cenário de criação da Unasul, bem como as perspectivas norteadoras do órgão presentes em seus próprios registros. Portanto, o contexto que envolve o objeto de análise da presente investigação foi estabelecido a partir da pesquisa bibliográfica e da revisão da literatura, assim como do resgate contextual apresentado pelos documentos constituintes do organismo de cooperação multilateral. "Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc" (CELLARD, 2008, p. 299). Por isso, a análise do contexto colocaria o pesquisador, na opinião do autor, em condições favoráveis para compreender as particularidades da forma, da organização e do conteúdo dos documentos.

Assim como a compreensão do contexto, a atenção em relação à autoria dos documentos é fundamental para a identificação acerca do universo que ele representa. Segundo Cellard (2008), para se compreender os interesses de um texto, confessos ou não, há que se compreender as razões e em nome de quem esses documentos falam. É nesse sentido que se recortaram destacadamente os documentos produzidos pelos Conselhos Autônomos que mais apresentariam proximidade temática com a presente discussão. Importante lembrar que temáticas próximas ao foco da presente investigação aparecem em outros Conselhos Autônomos da Unasul. Esses são os casos dos debates empreendidos nos âmbitos do

Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) e do Grupo de Trabalho Especializado em Telecomunicações. Ocorre, porém, que essas iniciativas estão focadas na questão da infraestrutura, não abordando o campo da cultura e, especificamente, dos conteúdos digitais; por esse motivo, o presente estudo não os aborda em profundidade.

A questão da autenticidade e da confiabilidade do texto também não se configura como problema para as análises empreendidas pela presente investigação. Isso porque, por se tratar de um organismo com legitimidade reconhecida pelos diferentes Estados-membros, e pelos documentos terem recebido a chancela de seus signatários, parte-se do princípio de que as informações constantes seriam confiáveis e autênticas. Também a questão da "natureza do texto" não gerou preocupação, já que segundo Cellard (2008) essa dimensão estaria focada no estabelecimento de critérios de seleção dos documentos em função de seu tipo, objetivo e finalidade; entre as preocupações estaria a diferença entre os documentos selecionados. Neste contexto, a única preocupação se referiu à evidenciação de que os documentos produzidos pelas diferentes instâncias possuiriam graus distintos no que concerne seu poder de decisão.

A quinta dimensão considerada, relativa à identificação dos "conceitos-chave e lógica interna do texto", compreendeu o esforço de "delimitar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos" (CELLARD, 2008, p. 303). Isso implicou a identificação dos conceitos-chave e das principais temáticas presentes nos documentos e na avaliação do contexto da investigação. Levando em consideração os objetivos da presente pesquisa, os conceitos-chave e as temáticas identificados seriam aqueles relacionados aos múltiplos elementos e realidades do novo modelo de desenvolvimento social, cujo capital imaterial e intelectual e as atividades de alta intensidade de saberes se configuram na variável-chave do crescimento e da competitividade das nações no plano geopolítico internacional. Nesse sentido, o presente trabalho empreendeu o relato pormenorizado das atividades desenvolvidas no âmbito dos Conselhos Autônomos e Grupos de Trabalhos Especializados analisados, desenvolvendo uma narrativa cronológica dos direcionamentos, acontecimentos e ações, estabelecendo uma sequencialidade e observando processos de continuidades e rupturas; também identificaram-se processos de seleção, ênfase e exclusão temática acerca de perpectivas concernentes ao objeto de análise desta investigação. O objetivo foi o de traçar um panorama temático, histórico e conceitual que definiriam os aspectos mais relevantes para a conformação de uma agenda política acerca da produção de conteúdos digitais.

Após a realização de uma análise preliminar bastante descritiva, a análise crítica de fato requereu a reunião de todas as partes que compuseram o debate – "elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do

texto, conceitos-chave" (CELLARD, 2008, p. 303). Por se tratar de uma análise assentada nas premissas da Economia Política da Comunicação, corolária da dialética crítica e coerente com a trajetória teórico-metodológica dos intentos investigativos do Ciespal, esse esforço intelectual buscou a interpretação dinâmica e totalizante da realidade, a partir dos elementos evidenciados como essenciais às políticas para a comunicação e produção de conteúdos digitais no contexto do capitalismo cognitivo. Isso significa compreender que os acontecimentos e elementos identificados nos documentos da Unasul não poderiam ser entendidos quando considerados isoladamente, mas apenas a partir da influência de aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais. A história, neste sentido, é interpretada a partir de sua ligação e relacionamento com as demais instâncias de influência da sociedade. Essa perspectiva rompe com a abordagem positivista da Economia Política clássica, para a qual a reconstrução da história se dava a partir da acumulação de fatos históricos – de maneira quase linear (CELLARD, 2008). Tratou-se, assim, de buscar a compreensão da construção da história para além da verificação de uma possível verdade contida nos documentos.

Assim, após a identificação e a descrição das prerrogativas estabelecidas no Tratado Constitutivo da Unasul, nos Conselhos Autônomos objetos de análises deste estudo, bem como as atividades delas decorrentes ao longo da primeira década de atividades, o esforço passou a ser o de construção de crítica acerca das diretrizes e ações do organismo multilateral no sentido da construção de uma política de comunicação regional voltada à promoção de estratégias para a consolidação e a exploração dos conteúdos digitais como produto cultural imaterial capaz de preservar e promover a identidade cultural da região, e de fomentar a geração de riquezas, no contexto de um capitalismo cognitivo, como estratégia de catalisação do desenvolvimento de países historicamente subdesenvolvidos e dependentes.

Para isso, utilizam-se como parâmetros de análise os marcos construídos a partir da tradição teórico-crítica do Ciespal, com especial atenção à análise da comunicação no capitalismo cognitivo, em relação às perspectivas necessárias de consolidação de políticas para produção de conteúdos digitais que contribuam para os processos de desenvolvimento. Particularmente, focou-se nas diretrizes e ações da Unasul para o fomento à produção de conteúdo, seja no campo da conformação de condições de produção técnica e tecnológica, da organização produtiva e da geração de riquezas, das relações entre Estados no âmbito da produção, distribuição e consumo voltadas ao desenvolvimento, da gestão do conhecimento, da regulação das políticas culturais e da propriedade intelectual, ou da inclusão da diversidade sociocultural e da construção de identidade cultural regional.

Esse trabalho dividiu-se em dois momentos. O primeiro refere-se à análise e comparação entre as perspectivas definidas pelo Tratado Constitutivo da Unasul e pelos Estatutos dos Conselhos Autônomos e os parâmetros de atenção acerca das políticas de comunicação para o desenvolvimento relativos ao setor de conteúdos digitais. O segundo momento diz respeito ao acompanhamento e avaliação das proposições e atividades desenvolvidas no âmbito dos Grupos de Trabalho Especializados do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, e dos Conselhos Sul-americanos de Educação, de Cultura e de Ciência, Tecnologia e Inovação – sempre, é claro, com foco nas estratégias para consolidação de condições para a ampliação da produção, distribuição e consumo de conteúdos digitais no âmbito da Unasul. Dessa análise buscou-se identificar e sistematizar a viabilização das perspectivas defendidas pelos organismos da Unasul e estabelecer o rol de prioridades temático e programático do bloco. Portanto, a partir desse esforço, objetiva-se a confirmação, ou não, das diretrizes estabelecidas como políticas de comunicação efetivas.

Em outras palavras, estabeleceu-se um processo de desconstrução do material recolhido para, depois, reconstruí-lo com o objetivo de empreender questionamentos, elaborados e sustentados em aspectos e parâmetros definidos a partir da literatura que fundamenta esta investigação no que tange às políticas de comunicação e de produção de bens culturais e simbólicos, no contexto de uma economia pós-industrial ou cognitiva. Neste contexto, o trabalho buscou descobrir ligações entre os fatos acumulados e entre os elementos da informação recolhida – percebendo contradições e sequências. Esse processo permitiu a realização de ligações entre a problemática da pesquisa e as observações extraídas da documentação – "(...) o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir uma interpretação coerente, e realizar uma reconstrução de um aspecto qualquer de uma dada sociedade, neste ou naquele momento" (CELLARD, 2008, p. 304).

Dessa forma, acredita-se que, por meio da observação, identificação, sistematização e análise de propostas que constituiriam uma agenda política comum de regulação e fomento do setor relativo aos conteúdos digitais no âmbito da Unasul – bem como os elementos ausentes ou omissos no debate –, tenha sido possível a sistematização das perspectivas e modelos de comunicação e sua contribuição nos processos de desenvolvimento regional.

Apresentação da investigação

Como já mencionado, o presente trabalho está organizado em três blocos de atividades, que representam as etapas fundamentais de desenvolvimento do trabalho científico – 'Fundamentação Teórica', 'Pesquisa de Campo' e 'Análise do Material e Considerações'.

A primeira etapa (Parte I) compreende 7 capítulos que sistematizam a trajetória tanto do debate sobre o conceito e os modelos de desenvolvimento quanto a evolução do entendimento acerca da comunicação aplicada aos processos de desenvolvimento, em diferentes fases do capitalismo; também nesse momento, se estabelecem as bases teórico-metodológicas da análise da agenda da Unasul para a produção de conteúdos digitais. Essa etapa busca sistematizar a trajetória histórica e teórico-metodológica crítica latino-americana sobre os problemas da comunicação nas diferentes fases do capitalismo a partir do acervo histórico do Ciespal.

Para tanto, o capítulo "Os primeiros anos da ONU, o modelo de desenvolvimento em etapas e o papel da Comunicação" se dedica à identificação dos primeiros debates promovidos pela ONU sobre a questão do desenvolvimento e o papel da comunicação nesse processo. Apresenta a relação entre as perspectivas difundidas pela ONU à época de sua criação e o modelo de desenvolvimento proposto por Rostow (1961), baseado em etapas mais ou menos definidas que os países subdesenvolvidos precisariam percorrer para alcançarem a categoria histórica de 'país desenvolvido', com forte apelo às perspectivas da Economia Política clássica (STUART MILL, 1974).

Já o capítulo "O movimento terceiro-mundista na ONU e a construção da Nova Ordem Econômica Internacional e da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação" aborda a trajetória de construção da oposição político-ideológica à perspectiva do desenvolvimento por etapas. Nesse sentido, destaca a atuação de movimentos contra-hegemônicos internacionais, conformados a partir da união de países considerados subdesenvolvidos, que atuaram na proposição do projeto de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Também nesse capítulo, o trabaho resgata o processo de construção da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) no âmbito da Unesco, decorrente da proposta da NOEI, com destaque à consolidação do Informe MacBride (1980), que sistematizou os princípios da NOMIC, definiu desafios e objetivos dos meios de comunicação, bem como estabeleceu orientações de atuação dos Estados Nacionais para

elaboração de um projeto de comunicação para o desenvolvimento. Também nesse momento se empreende a crítica ao próprio Informe MacBride e evidenciam-se motivos pelos quais a Unesco passaria a se afastar dos princípios da NOMIC.

O capítulo "Da Unesco à UIT: a construção do paradigma da Sociedade da Informação, os antecedentes da Cúpula Mundial e os novos debates sobre Comunicação" apresenta a trajetória histórico-conceitual de construção do paradigma da Sociedade da Informação, as transformações nos processos de produção e acumulação de capital e destaca a ascensão da União Internacional de Telecomunicações (UIT) como novo espaço de articulação e projeção do debate sobre a comunicação. Nesse âmbito, destacam-se os movimentos internacionais que culminariam na promoção da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), evidenciam-se as premissas do desenvolvimento estabelecidas pela UIT para viabilização do novo paradigma sócio-técnico, bem como o papel da comunicação e dos conteúdos digitais nesse processo. Também aborda as consequências programáticas decorrentes do deslocamento do debate sobre a comunicação da Unesco à UIT, a partir do redimensionamento da perspectiva político-econômica orientadora dos processos de comunicação e desenvolvimento.

Essa temática, aliás, é o centro do debate empreendido no âmbito do capítulo "A cultura e o conhecimento como insumos produtivos no capitalismo cognitivo: a crítica ao Projeto da Sociedade da Informação e o papel dos conteúdos digitais". Nesse momento, o trabalho empreende um esforço de crítica aos pressupostos do projeto da Sociedade da Informação proposto na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), evidenciando a necessidade de modificação das estratégias para o desenvolvimento dos países historicamente periféricos e dependentes, a partir da restruturação dos sistemas produtivos e das relações entre cultura, conhecimento e economia. A crítica se estrutura a partir do debate sobre a consolidação do capitalismo cognitivo e da restruturação dos modelos de produção e acumulação de capital, que colocam bens e serviços culturais, imateriais e simbólicos, como insumos produtivos geradores de direitos de autor e de propriedade intelectual. Nesse sentido, o capítulo ainda conta com uma seção complementar, dedicada a apresentar o Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio, um tratado internacional que apresenta bases comuns para as legislações sobre propriedade intelectual.

O capítulo "Políticas de Comunicação para o desenvolvimento no capitalismo cognitivo" está orientado para a definição e debate dos aspectos determinantes às políticas culturais e de comunicação voltadas à consolidação de um novo modelo de desenvolvimento.

Na sequência, e com o objetivo de definir o referencial teórico-metodológico que sustenta a análise empreendida neste estudo, está o capítulo "O pensamento crítico latino-americano: Da Economia Política da Comunicação à Economia Política do Conhecimento". Nesse momento, são resgatados histórica e conceitualmente os referenciais teórico-metodológicos que sustentaram tanto os esforços de consolidação das fases do capitalismo, quanto a crítica a esse modelo de acumulação de capital. Isso significa que se refere ao momento em que é sistematizada a relação entre os modelos de desenvolvimento e o capital teórico que os sustenta. A partir disso, assume-se como referencial teórico-metodológico a Economia Política da Comunicação, ampliando seus postulados à compreensão ao contexto produtivo do capitalismo cognitivo (o Conhecimento).

Por fim, a etapa de Fundamentação Teórica apresenta o capítulo "Marcos de análise construídos a partir da literatura ciespalina", que define e sistematiza os marcos de análise das políticas de comunicação para o desenvolvimento, no contexto do capitalismo cognitivo, a partir da literatura resgatada do acervo do Ciespal – incluindo, também, perspectivas atualizadas das teses da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC).

A etapa relativa à 'Pesquisa de Campo' (Parte II) – intitulada "Identificação e sistematização das perspectivas e ações da Unasul para produção de conteúdos digitais" – compreende os capítulos e seções destinados ao relato e sistematização dos resultados dos processos de análise dos documentos oficiais da Unasul no que concerne à temática desta pesquisa. Organizados a partir dos Conselhos Autônomos analisados, os capítulos apresentam pormenorizadamente as perspectivas delineadas no Tratado Constitutivo da Unasul, nos Estatutos do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (Coseccti) e dos Grupos de Trabalho Especializados a ele vinculados, bem como o descritivo completo dos Conselhos decorrentes do desmembramento do Coseccti. Também estão evidenciadas as trajetórias das ações empreendidas pelos órgãos especializados, com destaque às concepções e desenvolvimento dos Planos de Ação. Em útlima instância, trata-se da construção de uma narrativa cronológica dos direcionamentos, acontecimentos, ações e projetos desenvolvidos ou prospectados pelos colegiados especializados selecionados para a investigação ao longo do período recortado para análise.

A etapa de 'Análise do Material e Considerações' (Parte III), intitulada "Das análises dos resultados à crítica à agenda de Políticas de Comunicação da Unasul para conteúdos digitais", é composta por três capítulos, com seções complementares. O primeiro e o segundo capítulos – "As perspectivas contidas no Tratado Constitutivo da Unasul e nos Estatutos dos Conselhos autônomos analisados" e "O desenvolvimento dos Planos de Ação e a

materialização das diretrizes institucionais da Unasul", respectivamente – empreendem a crítica propriamente dita em relação aos resultados da pesquisa documental, a partir do diálogo e crítica dos resultados obtidos a partir da análise documental, utilizando como referencial os aspectos essenciais às políticas culturais e de comunicação no capitalismo cognitivo e a Economia Política da Comunicação e do Conhecimento. Já o terceiro, "Considerações finais", sistematiza e avalia a agenda da Unasul para a produção de conteúdos digitais, considerando a necessidade de estabelecimento de estratégias de desenvolvimento para os países e regiões historicamente subdesenvolvidos e dependentes, no contexto do capitalismo cognitivo; o estudo ainda discute os limites, lacunas e oportunidades para as próximas investigações no campo da comunicação para o desenvolvimento e das políticas de comunicação para conteúdos digitais no âmbito sul-americano. Neste momento são evidenciados os 'achados' ou 'teses' decorrentes da investigação desenvolvida.

O trabalho se encerra apresentando as referências bibliográficas utilizadas para fundamentação teórica do trabalho, bem como o conjunto de documentos oficiais da Unasul que compuseram o corpus de análise.

Parte I

1. Fundamentação teórica

A Fundamentação teórica deste estudo apresenta e sistematiza a trajetória do Centro Internacional de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina (Ciespal) no que concerne o debate sobre o conceito e os modelos de desenvolvimento, bem como a evolução do entendimento acerca da comunicação aplicada aos processos de desenvolvimento, em diferentes fases do capitalismo.

1.1 Os primeiros anos da ONU, o modelo de desenvolvimento em etapas e o papel da Comunicação

O debate sobre desenvolvimento como princípio norteador da sociedade internacional está em pauta, segundo Salles (2012), desde o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando da assinatura do Pacto da Liga das Nações[9]. Apesar de o texto estar especialmente interessado na indicação de premissas para a manutenção da paz e promoção da Justiça nos e entre os "Estados, Domínios ou Colônias" (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919, art. 1º), em decorrência das consequências da Primeira Grande Guerra Mundial, o Pacto da Liga das Nações apresenta algumas perspectivas de salvaguarda de processos de desenvolvimento, principalmente em relação aos países que não tivessem atingido condições satisfatórias de promoção de desenvolvimento, com o objetivo de promoção e manutenção da harmonia entre os países.

Conforme o artigo 23, os Estados-Membros se comprometeriam com seis aspectos relativos à promoção da dignidade humana, bem como a paz e a Justiça. O primeiro seria o esforço pela promoção e manutenção de "condições de trabalho equitativas e humanas para o homem, a mulher e a criança nos seus próprios territórios", "em todos os países aos quais se estendam suas relações de comércio e indústria"; o documento apontava que essas perspectivas deveriam nortear as ações empreendidas pelas organizações internacionais

[9] A Liga das Nações, ou Sociedade das Nações, foi uma organização internacional idealizada pelos países vencedores da Primeira Guerra Mundial, que durou entre 1919 e 1946. Instituída a partir da assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919, entre os objetivos da organização estava o de assegurar a paz e o fomento ao desenvolvimento da sociedade internacional. Assinaram o Pacto de criação da Liga das Nações 32 países-membros fundadores, mais 13 Estados convidados a aderir ao pacto. A íntegra do Pacto da Liga das Nações, em versão traduzida, encontra-se disponível no repositório da Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html>. Acessado em 28/08/2018.

existentes, bem como aquelas que porventura viessem a ser criadas para viabilização desses objetivos.

O segundo aspecto se refere à garantia de "tratamento equitativo das populações indígenas dos territórios submetidos à sua administração". Os terceiro e quarto aspectos seriam a fiscalização acerca dos acordos relacionados "ao tráfico de mulheres e crianças, ao comércio do ópio e de outras drogas nocivas", bem como no tocante ao "comércio de armas e munições com o país em que a fiscalização desse comércio é indispensável ao interesse comum" (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919, art. 23).

O quinto aspecto apresentado pelo artigo 23 do Pacto da Liga das Nações se refere à necessidade de os Estados assegurarem a "garantia e manutenção da liberdade do comércio e de trânsito, assim com equitativo tratamento comercial a todos os membros da Sociedade", com destaque às "regiões devastadas durante a guerra de 1914 a 1918"; essa perspectiva, notadamente, se alinha à defesa das liberdades individuais e comerciais características de um sistema de livre mercado. Por fim, aos Estados-membros caberia a promoção de "medidas de ordem internacional a fim de prevenir e combater moléstias". (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919, art. 23)

O artigo 22 do Pacto, por sua vez, seria o que mais evidencia a preocupação com a problemática do desenvolvimento desigual entre os Estados, com destaque aos chamados Domínios e às Colônias – territórios sob a tutela ou extensões dos países desenvolvidos. Nesse sentido, o texto é claro ao afirmar que o "bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma missão sagrada de civilização" (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919, art. 22). Nesse momento já seria possível perceber uma série de interpretações acerca das características do modelo de desenvolvimento defendido pela Liga das Nações, assim como do entendimento acerca da realidade e da capacidade de empreender transformações qualitativas dos povos que apresentassem baixos níveis de desenvolvimento. Isso porque, o Pacto aponta que a comunidade internacional conformada pelos países membros da Liga das Nações haveria de ter especial atenção às "colônias e territórios que, em conseqüência da guerra, cessaram de estar sob a soberania dos Estados que precedentemente os governavam e são habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno" (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919, art. 22). Nesse sentido, o Pacto advogava por um modelo de tutela para viabilização do auxílio aos territórios distantes de níveis satisfatórios de desenvolvimento. "O melhor método de realizar praticamente esse princípio é confiar a tutela desses povos às nações desenvolvidas que, em razão de seus recursos, de sua experiência ou de sua posição geográfica, estão em situação de

bem assumir essa responsabilidade e que consintam em aceitá-la: elas exerceriam a tutela na qualidade de mandatários e em nome da Sociedade" (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919, art. 22). Portanto, o modelo de desenvolvimento apregoado se mostraria pouco fomentador da autonomia e soberania dos Estados-nação, estabelecendo vínculos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos; o modelo também atribuiria responsabilidade aos povos considerados subdesenvolvidos pelo contexto de pobreza e vulnerabilidade que, por "incapacidade" de condução de processos de desenvolvimento, precisariam admitir a atuação dos Estados desenvolvidos no direcionamento das ações.

Salles (2012) também destaca que a questão do desenvolvimento estaria presente na Carta das Nações Unidas[10] (ONU, 1945). Em seu Preâmbulo, à semelhança do Pacto da Liga das Nações, a Carta das Nações Unidas aponta que o Organismo Internacional surgiria com o objetivo de promover a paz entre as nações, o respeito às diferentes populações e a promoção do progresso social, em "nações grandes e pequenas", por meio da melhoria nas condições de vida, com garantia à liberdade. Entre seus princípios, a Carta discorria sobre a necessidade de assegurar a paz e as "relações amistosas" entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade e direitos e autodeterminação dos povos; também preconizava a cooperação como método de resolução de problemas internacionais de caráter econômico, cultural, social ou humanitário (ONU, 1945, art. 1º). Importante lembrar que a Organização das Nações Unidas surge após o término da Segunda Guerra Mundial, à semelhança também da Liga das Nações, num cenário de polarização ideológica, encabeçado por potências econômico-militares, ocasionado pela Guerra Fria.

De acordo com Jurado Vargas (2009) e Ostellino (1998), pode-se estabelecer como marco temporal de início da Guerra Fria o pronunciamento, em 1947, do presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Harry S. Truman, ao Congresso daquele país sobre uma mudança radical nos objetivos e nas estratégias da política externa. A partir desse pronunciamento, a orientação da política externa estadunidense passou a ser a de contenção do comunismo, considerado pelo Governo dos Estados Unidos uma ameaça à liberdade dos povos e à integridade nacional. Essa decisão estaria em conformidade com a preocupação estadunidense em relação à progressiva conquista de espaço dos partidos comunistas em países da Europa Oriental e os triunfos eleitorais de partidos comunistas na Europa Ocidental,

[10] A Carta das Nações Unidas se refere ao documento que institui a Organização das nações Unidas como organização internacional e o Estatuto da Corte Internacional de Justiça, na condição de organismo de mediação e garantia de justiça internacional. O documento foi assinado em São Francisco (EUA), em 26 de junho de 1945, na Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Disponível em https://nacoesunidas.org/docs/carta_da_onu.pdf. Acessado em 28/08/2018.

ao avanço dos exércitos de Mao Tse Tung[11], na China, entre outros indicativos de uma possibilidade de mudança na perspectiva econômica e de relações internacionais no plano mundial – que se orientava à época, basicamente, pela 'ordem econômica internacional' colocada em prática a partir da Conferência de Brettom Woods[12], em 1944.

Frente a essa nova perspectiva de relações internacionais dos Estados Unidos, Jurado Vargas (2009) explica que Josef Stalin, então secretário-geral do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do Comitê Central (responsável pela direção do partido e do governo da URSS), teria passado a defender que os EUA representariam uma ameaça internacional, principalmente ao sistema socialista. Em suas 'respostas' à política externa dos Estados Unidos, Stalin apontava que os bloqueios empreendidos pela potência capitalista aos países de orientação socialista se configurariam em um empecilho à viabilização do regime. Sendo uma potência econômica e militar, Stalin defendia que caberia à URSS o impulsionamento da luta de classes no nível internacional. O objetivo da política externa soviética, após pronunciamento do presidente Truman e dos bloqueios econômicos estadunidenses, seria a criação de um sistema socialista mundial capaz de fazer frente às políticas e estratégias capitalistas capitaneadas pelos Estados Unidos.

As superpotências também promoveram a criação de vários organismos internacionais, com o intuito de promover e defender seus interesses. Do lado estadunidense, aponta Jurado Vargas (2009, p. 38), destacar-se-iam a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – as duas últimas notadamente ligadas à viabilização das propostas de Brettom Woods. Do lado Soviético, surgiriam a Oficina de Informação dos Partidos Comunistas (Komiform), o Conselho de Ajuda Econômica Mútua (CAME) e o Pacto de Varsóvia – que objetivavam a viabilização da expansão do modelo comunista. Essas organizações internacionais patrocinadas pelas superpotências econômico-militares tinham por objetivo estabelecer estratégias de alianças e difusão de ideologias. Evidentemente, esse contexto influenciou os debates no âmbito das estratégias de desenvolvimento.

Neste contexto de confronto ideológico e bi-polarização entre potências econômicas e militares, sobre a questão específica do desenvolvimento, a Carta das Nações Unidas

[11] De acordo com Santana (2009), Mao Tsé Tung foi um líder chinês que defendeu o comunismo e a expansão desse modelo de organização político-produtiva para além as fronteiras chinesas. Esteve à frente da Revolução Chinesa de 1949, que culminaria na conformação da República Popular da China; seria o primeiro presidente da República Popular da China.

[12] De acordo com Bresser-Pereira (2007, p. 466), Brettom Woods diz respeito a um sistema de governança internacional, criado em 1944 a partir da Conferência de Brettom Woods. "Seu objetivo conhecido era estabelecer um sistema de governança econômica baseado em taxas fixas de câmbio, no qual o FMI desempenharia o papel de principal controlador financeiro e banco de último recurso". Nesse período, capitaneado pelos Estados Unidos, ocorre a promoção da doutrina do livre comércio e fluxo de informações, de caráter notadamente liberal.

apresenta, em seu artigo 13, a intenção de promoção de estudos sobre o incentivo ao "desenvolvimento progressivo", por meio da cooperação internacional no terreno político, bem como o incentivo à cooperação internacional no campo econômico, social, educacional, cultural e sanitário. Já em seu artigo 55, a Carta das Nações Unidas evidencia o objetivo do organismo em fomentar "níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social", assim como a solução pacífica dos problemas internacionais de diversas ordens. Entretanto, novamente à semelhança do Pacto da Liga das Nações (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919), a Carta das Nações Unidas, em seu artigo 73, apresenta uma possibilidade/proposta de tutela de "territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos" (ONU, 1945). Nota-se, neste contexto, que a Carta das Nações Unidas também sugeriria que os problemas do desenvolvimento seriam decorrentes da organização interna dos países subdesenvolvidos, e de sua incapacidade gerencial, e não consequências de uma divisão internacional de trabalho e das relações estabelecidas historicamente entre países industrializados e desindustrializados no campo do comércio internacional – como criticariam correntes teóricas latino-americanas.

De acordo com Islas (2005), concomitantemente à constituição da ONU e a promulgação da Carta cujas intenções indicavam a promoção do desenvolvimento e da seguridade social, a década de 1940 teria sido relevante para o desenvolvimento e consolidação das comunicações, em função da materialização de tecnologias a serviço da aproximação de grandes distâncias, como as redes de telecomunicações transoceânicas que cristalizariam a comunicação, principalmente, entre a Europa e os Estados Unidos. Essa aproximação ocorreria, do ponto de vista do conteúdo, pela atuação de agências especializadas de comunicação (meios impressos e eletrônicos) oriundas dos dois países desenvolvidos e das superpotências que protagonizaram a Guerra Fria, assim como pelo entrecruzamento de meios impressos e radiodifusores. Também seria nessa década que ocorreria a difusão da televisão e que se iniciam, ou intensificam, as investigações acerca da comunicação eletrônica. Também nesse período seriam dados os primeiros passos no campo da eletrônica e da informática – o que posteriormente acarretaria na possibilidade de convergência dos meios tradicionais e da comunicação digital.

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, o conceito de "informação" passa a ganhar muito mais destaque no contexto de uma sociedade complexa e conformada numa geopolítica internacional cada vez mais ampla, porém, acirrada e permeada por tensões ideológicas. A necessidade de informação passaria a ser fator determinante na construção das decisões no âmbito sociopolítico e econômico; pelo seu poder, os meios de

comunicação passariam cada vez mais a serem almejados e comandados por uma pequena parcela da sociedade, economicamente dominante, que buscava a ampliação de seus benefícios em detrimento de outros setores sociais. Esse fato culminou em um processo de concentração de propriedade e constrangimento da pluralidade temática. A questão mais relevante, conforme Islas (2005), seria o fato de que a informação teria ganhado um caráter estruturante, a partir do desenvolvimento tecnológico e a ampliação de sua capilaridade e relevância social. Neste contexto, cada vez mais se percebeu a utilidade e potência dos processos comunicativos para promoção do desenvolvimento econômico, tornando-se integrante das estratégias de desenvolvimento dos diferentes modelos – como demonstraria a preocupação da Unesco em se colocar como espaço para debate sobre a Comunicação, com a criação de órgão especializado no estudo sobre os problemas da Comunicação – o Ciespal. (MARQUES DE MELO, 2007)

Notadamente, à época da criação e dos primeiros anos da Organização das Nações Unidas, o modelo e as estratégias de desenvolvimento estariam baseados em um enfoque quantitativo e mecanicista[13], por meio de fases sucessivas de modernização da industrialização, colocando ênfase na participação dos países considerados desenvolvidos ou industrializados no auxílio, ou direcionamento, das atividades produtivas e econômicas dos países que não teriam atingido índices satisfatórios de desenvolvimento e industrialização. Esse modelo claramente influenciaria a perspectiva de atuação dos meios de comunicação no processo de desenvolvimento. (GARCÍA, 1974)

Neste contexto, García (1974, p. 28) explica que o período teria sido marcado pela elaboração de um modelo político de desenvolvimento, no âmbito da ONU, pautado por um complexo repertório conformado em quatro elementos essenciais. O primeiro se refere a uma "teoria sobre o subdesenvolvimento", que explicaria o atraso em razão de os países subdesenvolvidos não terem percorrido as etapas vivenciadas pelos países capitalistas desenvolvidos em matéria de investimentos, níveis de tecnologia e produtividade, bem como no tocante à distribuição do lucro e consolidação de cultura e condições de vida. O segundo elemento, diria respeito a uma "teoria do desenvolvimento", capaz de definir os elementos essenciais por meio dos quais os países subdesenvolvidos alcançariam a categoria histórica de países desenvolvidos, a partir de coeficientes convencionais de investimento e de produção e renda por habitante. O terceiro elemento seria apresentado na forma de uma "política de

[13] Por influências dos autores consultados – sobretudo Garcia (1974; 1980), Sunkel (2000), Cardoso e Falleto (2000), Furtado (2000), Prebisch (2000, 1987) –, a teoria do desenvolvimento de caráter mecanicista e quantitativa idealizada por Rostow (1961) e acolhida pela ONU como direcionadora das estratégias de desenvolvimento será denominada de Teoria Convencional.

desenvolvimento" que defenderia a implantação e viabilização de formas convencionais de comportamento político advindos, ou percebidos, nos países desenvolvidos em direção ao Estado e às classes responsáveis pela condução econômica dos países subdesenvolvidos. Por fim, o quarto elemento referir-se-ia a um conjunto de "objetivos finais ou estratégicos do desenvolvimento", baseados nas relações internacionais de intercâmbio ou de processos de "modernização econômica e social dos países atrasados, dentro de marcos sociais, econômicos, culturais e políticas da sociedade capitalista".

Conforme García (1974), essa perspectiva teria sido acolhida oficialmente pelas Nações Unidas, de forma que o desenvolvimento passaria a ser medido por padrões quantitativos em termos de crescimento econômico – produto e renda por habitante, níveis de tecnologia e produtividade –, utilizando como referência ou recorte a capacidade de industrialização apresentada pelos países desenvolvidos, entendendo que, na perspectiva da Teoria Convencional, "industrialização é sinônimo de crescimento econômico, desenvolvimento econômico, modernização econômica" (INCISA, 1998, p. 626).

García (1974) e Schramm (1969) apontam que o autor que melhor teria sistematizado esse conjunto de perspectivas e se tornado referência na construção desse modelo de desenvolvimento teria sido o estaduniense Walt Whitman Rostow[14], a partir da obra clássica publicada no Brasil em 1961 sob o título de "As etapas do desenvolvimento econômico". O objetivo do modelo era o de compreender o processo de desenvolvimento a partir de etapas mais ou menos definidas que os países que intentavam o desenvolvimento deveriam projetar e experienciar, numa perspectiva notadamente linear, mecânica e difusionista. Embora considerasse a existência de peculiaridades e circunstâncias sociopolíticas, econômicas e culturais de cada país na consolidação de seu projeto de desenvolvimento, Rostow (1961) evidenciou cinco etapas do desenvolvimento econômico como elementos fundamentais desse processo – a "sociedade tradicional", as "pré-condições para o arranco", o "arranco", a "marcha para a maturidade", e a "era do consumo em massa". Haveria, ainda, uma sexta etapa referente à busca pela qualidade dos processos industriais, a ser empreendida após a consolidação da indústria no sentido da melhoria da qualidade de vida da sociedade (INCISA, 1998). Cabe frisar que, além de uma perspectiva teórica, esse viés também influenciou na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento de países considerados subdesenvolvidos; justamente por isso gerou críticas severas de organismos multilaterais,

[14] Evidentemente, há outros teóricos e pesquisadores que advogaram pelo processo de industrialização e desenvolvimento por meio de etapas. Rostow foi escolhido em razão de ser mencionado em García (1974; 1980) e em Schramm (1969), bem como por Bell (1991) quando da discussão sobre a sociedade pós-industrial.

movimentos internacionais e de intelectuais, com destaque à Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal)[15] e ao Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA)[16]. Nesse sentido, Ulloa Tapia (2007) destaca que projetos de desenvolvimento de caráter mecanicista, exógenos, teriam sido historicamente implantados em países latino-americanos, em grande medida, em razão de os organismos internacionais de financiamento (como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI) exigirem padrões de atuação no campo político-econômico, como as perspectivas norteadoras das políticas neoliberais relativas, por exemplo, à desestatização dos investimentos e desregulamentação dos sistemas de comércio exterior. Importante lembrar que o FMI é uma instituição internacional criada para viabilizar as perspectivas adotadas a partir dos acordos estabelecidos na ocasião da Conferência de Brettom Woods.

Na concepção de Rostow (1961, p. 15), o processo de desenvolvimento partiria do contexto de uma sociedade tradicional, caracterizada como sendo aquela que se organiza a partir de uma ciência e uma tecnologia intitulada pelo autor de "pré-newtoniana"[17]. Apesar disso, o autor enfatiza que o próprio conceito de sociedade tradicional não seria estático e, por isso, não estaria impossibilitado de modificações produtivas. Na verdade, seria a existência de um teto produtivo per-capito que caracterizaria a sociedade tradicional. "Esse teto se originava do fato de as potencialidades inerentes à ciência e a tecnologias modernas não estarem ainda disponíveis ou não serem regular e sistematicamente aplicadas" (ROSTOW, 1961, p 16).

Isso demonstra a preocupação pelo avanço no sistema de produtividade como indicador de desenvolvimento econômico e a proximidade com a perspectiva da Economia Política clássica, caracterizada por se conformar como a ciência que visaria a compreensão da dinâmica produtiva, de forma a empreender a redução dos gastos e o aumento da

[15] A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, com a missão de debater as relações econômicas existentes entre países desenvolvidos/industrializados e aqueles considerados /subdesenvolvidos/desindustrializados da América Latina. A organização foi responsável pela elaboração de um modelo analítico histórico-estrutural, conhecido como estruturalismo latino-americano, que também teria forte influência na construção do pensamento e dos movimentos contra-hegemônicos em torno de novos modelos de desenvolvimento. (HAFFNER, 2002)

[16] O Movimento dos Países Não Alinhados se refere a um movimento político de cooperação surgido em 1955, tendo como marco a Conferência de Bandung – da qual participaram 23 países asiáticos e seis africanos descolonizados. O objetivo era o distanciamento das duas potências (EUA e URSS) e formação de um bloco alternativo no âmbito mundial capaz de encontrar caminhos para o desenvolvimento econômico e superação das desigualdades sociais. Esse bloco teria dado origem ao termo Terceiro Mundo – aqui entendido como o conjunto de países originalmente colonizados por países desenvolvidos. Juntos, o grupo representava 52% da população mundial – à época de sua realização.

[17] De acordo com Rostow (1961, p. 15), Isaac Newton é referenciado neste momento por representar um divisor de águas na história da ciência, na medida em que, a partir de seus postulados, a humanidade teria passado a crer que o mundo exterior estaria sujeito a leis passíveis de compreensão e sujeito a manipulação produtiva sistemática.

produtividade[18]. De acordo com Bolaño (2012), a Economia Política como ciência surge no processo de consolidação da Revolução Industrial e do Modo de Produção Capitalista na Europa; entre os seus objetivos estava o de justificar os benefícios da separação entre os campos da política e da economia num capitalismo nascente, premissa que representa um dos pilares da teoria do Estado Liberal. Apesar de sua contribuição à constituição do capitalismo na Europa, na opinião de Bolaño (2012), o caráter ideológico da Economia Política teria limitado sua contribuição no sentido do desvendamento das leis gerais da produção capitalista e suas consequências. Isso significa que, apesar de compreender a lógica de produção no contexto de um capitalismo, a Economia Política clássica não teria conseguido prever, ou sistematizar, as consequências da hegemonia da burguesia industrial no tocante à exploração do homem.

Rostow (1961) salienta que a sociedade tradicional seria acometida por poucas mudanças significativas em suas estruturas, já que não haveria incrementos tecnológicos que alterassem as lógicas e as práticas produtivas, bem como os níveis de vida da população. Para Schramm (1969), isso seria ocasionado pelo caráter fechado da sociedade tradicional. Nesse sentido, ainda que existisse algum tipo de produção manufatureira, essa sociedade, pelos limites da técnica, não alcançaria níveis produtivos capazes de gerar transformações estruturais. Assim, o combate à incapacidade de transformação da sociedade tradicional, decorrente da ausência de avanço no campo da técnica e da tecnologia, ocorreria no âmbito da segunda etapa, intitulada "Pré-condições para o arranco". Esse momento representaria o período em que um determinado país gozaria de plenas condições naturais e, a partir disso, inicia um movimento de acesso e incorporação de conhecimento e novas técnicas no processo produtivo. Esse período seria marcado pela participação da influência externa – como consequência das estratégias de desenvolvimento mencionadas por García (1974).

> No caso mais geral da História moderna, entretanto, viu a fase das precondições surgir não endogenamente, mas provindo de uma intromissão externa por sociedades mais adiantadas. Essas invasões – literais ou figuradas – abalaram a sociedade tradicional e iniciaram ou aceleraram seu desmoronamento; elas, porém, igualmente puseram em movimento ideias e sentimentos que originaram o processo graças ao qual uma alternativa moderna para a sociedade tradicional pôde ser construída a partir da antiga cultura. (ROSTOW, 1961, p. 18)

[18] Para Stuart Mill (1974, p. 302), a economia política clássica seria, por definição, a ciência que "traça as leis daqueles fenômenos da sociedade que se originam das operações combinadas da humanidade para a produção de riquezas, na medida em que aqueles fenômenos não sejam modificados pela procura de qualquer outro objeto". Entretanto, críticos a essa perspectiva, como Garcia (1980), afirmam que a economia política clássica se apresentaria como modelo de análise e aprimoramento do projeto do liberalismo econômico – que, segundo Bresser-Pereira (2014, p. 88), representa a "ideologia que nasce no século XVIII para defender os interesses da classe média burguesa contra a oligarquia militar e religiosa e o Estado absoluto ou autocrático". Garcia (1980) considera o liberalismo econômico uma espécie de ideologia de colonização.

De acordo com Schramm (1969), à medida em que as sociedades iniciam seus processos de modernização industrial, afastando-se da configuração da sociedade tradicional e abrindo-se à contribuição externa, uma série de transformações começam a ocorrer nos processos de comunicação. Nesse sentido, os avanços em matéria de comunicação seriam frutos da evolução econômica, social e política, que, por sua vez, seriam decorrentes do crescimento nacional. Neste contexto, os sistemas de comunicação seriam promotores desse processo. Incisa (1998, p. 626) explica que seria justamente na segunda fase elaborada na teorização de Rostow, como momento de reunião do "conjunto das condições preliminares para o desenvolvimento" e do "processo de unificação nacional", que residiria propriamente dito o processo de modernização. Ou seja, seria a etapa em que ocorreria uma transformação na cultura nacional, que passaria a se envolver e buscar a construção de um projeto de desenvolvimento. Diante disso, defende Rostow (1961, p. 18), ao país "invadido" seria disseminada a ideia de que o progresso é, ao mesmo tempo, possível e condição necessária para alcance de uma série de benefícios, como "dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar geral, ou uma vida melhor para os filhos" – que acarretariam em melhoria na qualidade de vida da sociedade, entendendo que a qualidade de vida estaria diretamente ligada à possibilidade de aquisição de bens de consumo oriundos ou semelhantes àqueles consumidos pelos países que já teriam alcançado níveis elevados de desenvolvimento. Essa disseminação da ideia de progresso e de fortalecimento do sentido nacional seria proporcionado pela atuação dos sistemas de comunicação social[19]. (SCHRAMM, 1969)

Esse princípio de ciclo de prosperidade proporcionaria, conforme Rostow (1961), pelo menos para alguns dos membros da sociedade, ampliação nas condições de educação, bem como o aparecimento de uma nova classe produtiva e dirigente, tanto pública quanto privada, capaz de alavancar estratégias e elementos que proporcionem progresso. Nota-se, assim, que a ampliação das condições socioeconômicas, políticas e culturais não seria uma preocupação à priori de Rostow (1961), mas, na verdade, a promoção do crescimento puramente econômico a partir do aumento da produtividade. Esse crescimento econômico, por sua vez, seria responsável pela ampliação das condições de qualidade de vida da sociedade.

Nessa etapa do processo de construção do desenvolvimento, a partir do surgimento de uma nova classe diretiva, Rostow (1961) explica que começariam a surgir condições organizativas para o progresso, representado pelo avanço em questões de interesse econômico – sejam na forma de investimentos em infraestrutura, em tecnologia e expertise, ou em

[19] A perspectiva desenvolvimentista dos meios de comunicação será debatida adiante.

recursos humanos. Nesse momento, as transformações ocorreriam em ritmo lento, sobretudo, em função da ainda predominância das estruturas e dos valores de uma sociedade tradicional, caracterizada pela baixa capacidade tecnológica e de produtividade (ROSTOW, 1961). Ou seja, essas estruturas teriam seu processo de transformação a partir da influência dos países desenvolvidos – o que denota proximidade com as perspectivas evidenciadas na Carta das Nações Unidas. (ONU, 1945)

Portanto, no curso dos processos de desenvolvimento, no momento anterior à constituição em sociedades modernas, as sociedades subdesenvolvidas conformar-se-iam em um padrão híbrido entre o modelo 'tradicional' e o 'moderno' – neste estágio considerado como 'em desenvolvimento'. E quando essa hibridização não se consolidaria – ou seja, quando os modelos tradicional e moderno coexistem, mas se mostram estanques – evocar-se-ia a noção de 'dualismo estrutural', termo que surge como crítica ao modelo de desenvolvimento alicerçado em etapas (CARDOSO; FALETTO, 2000). De acordo com Echavarría (2000), a ideia do dualismo estrutural da América Latina é uma perspectiva válida, mas que possui limites significativos. A ideia básica do dualismo estrutural seria a coexistência de duas sociedades distintas em um mesmo espaço; uma moderna e outra tradicional; em outras palavras, uma 'progressista' e outra 'arcaica' (CARDOSO; FALETTO, 2000). No campo econômico, esse conceito seria muito preciso, referindo-se à justaposição em um determinado país, em função de grande influência da ação colonial, de dois mundos técnico-econômicos diametralmente, ou parcialmente, opostos. Na perspectiva da Teoria Convencional, o dualismo não seria um problema real, uma vez que, embora apresente dilemas e questões sociais que geram tensões, a própria existência desse dualismo poderia representar uma tentativa dos países subdesenvolvidos em avançar na utilização de seus recursos (ECHAVARRÍA, 2000). Ou seja, no sentido otimista da Teoria Convencional, o dualismo seria uma fase de transição anterior ao pleno desenvolvimento e industrialização.

A reestruturação do Estado tradicional, caracterizado por Rostow (1961) por interesses regionais agrários e pela influência colonialista, seria fundamental a esse momento de transição. Em seu lugar, haveria de se consolidar um "Estado Nacional", que tivesse sua própria organização social, política, econômica e cultural, bem como limites geográficos estabelecidos, com os quais poderiam ser forjados objetivos e estratégias de desenvolvimento. Ou seja, o desenvolvimento de um país ocorreria a partir da concretização da revolução capitalista dos países subdesenvolvidos, registrada anterior ou antecipadamente nos países considerados industrializados e desenvolvidos.

Transcorrida a fase de ‘pré-condições’, com alterações estruturais significativas no sistema produtivo e na organização do Estado, a partir da influência de países desenvolvidos, tornar-se-ia possível um processo de consolidação de um desenvolvimento regular (ROSTOW, 1961). Nesse momento, o país ou região já teria constituído um conjunto de forças que fossem capazes de levar a cabo um projeto de desenvolvimento. Esta etapa seria caracterizada pelo acúmulo de capital e evolução tecnológica, que permitiriam o avanço em termos de produtividade, aliado a uma condição de acesso ao poder por parte de parcelas e grupos sociais com condições de conduzir politicamente o desenvolvimento econômico.

> No decurso do arranco, novas indústrias se expandem rapidamente, dando lucros dos quais grande parte é reinvestida em novas instalações, e estas novas indústrias, por sua vez, estimulam, graças à necessidade aceleradamente crescente de operários, de serviços para apoiá-las e de outros bens manufaturados, uma ulterior expansão de áreas urbanas e de outras instalações industriais modernas. Todo o processo de expansão no setor moderno produz um aumento de renda nas mãos daqueles que não só economizam a taxas mais elevadas, como também colocam suas economias à disposição dos que se acham empenhados em atividades no setor moderno. A nova classe empresarial se amplia e dirige os fluxos aumentados do investimento no setor privado. A economia explora recursos naturais e métodos de produção até então inaproveitados. (ROSTOW, 1961, p. 20-21)

Nesse período ocorreria a difusão das técnicas e tecnologias por todos os setores produtivos, agrícola e industrial, que estabelecem novas práticas e estilos de vida. Isso significa que essas modificações acarretariam transformações não apenas do ponto de vista produtivo-econômico, mas sociocultural e político, já que novas expectativas seriam fomentadas no âmbito da sociedade e de seus processos de convivência. “Em um ou dois decênios, tanto a estrutura básica da economia quanto a estrutura social e política da sociedade se transformam de maneira tal que, a partir daí, pode ser mantido um ritmo constante de desenvolvimento” (ROSTOW, 1961, p. 21).

A quarta etapa do desenvolvimento econômico, a “marcha para a maturidade”, seria o período de consolidação das etapas anteriores, com a evolução das economias e da capacidade de produção, bem como pela busca de aprimoramento tecnológico em todas as atividades produtivas. A substituição das importações seria uma das características desse período, uma vez que, já em ritmo acelerado de industrialização, o país ou região passaria a produzir seus próprios bens de consumo (ROSTOW, 1961). Da mesma forma, aumentar-se-ia o nível de exportações, equilibrando a balança comercial. Assim, os países que já tivessem alcançado essa etapa reuniriam melhores condições de negociação frente ao mercado internacional e,

portanto, mais representatividade e poder político-econômico, tornando-se paulatinamente menos dependentes e subalternos.

De modo geral, na visão de Rostow (1961), esse seria o estágio do processo de desenvolvimento no qual ocorreria a consolidação das mudanças estruturais decorrentes da industrialização. Essa etapa também compreenderia uma paulatina eliminação dos desequilíbrios setoriais produtivos, proporcionando um desenvolvimento equilibrado (INCISA, 1998). Ou seja, o crescimento no montante de capital que circula no país ou região que atingisse a etapa da "marcha para a maturidade" acarretaria na distribuição de recursos – financeiros, técnicos, tecnológicos – para outros setores ainda não modernizados. Na visão de Rostow (1961), esse fenômeno representaria um movimento de 'efeito dominó' nas estruturas diversas da sociedade, contagiando setores que ainda não haviam conquistados níveis de produtividade ou crescimento. Com isso, os frutos do desenvolvimento econômico passariam a ser sentidos nos mais variados segmentos da sociedade, da produção ao consumo.

> Podemos definir essencialmente a maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos — se não a todos êles — os frutos mais adiantados da tecnologia (então) moderna. Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir. (ROSTOW, 1961, p. 22)

Por fim, a quinta etapa do desenvolvimento econômico, a "Era do consumo de massa", representaria o momento em que a sociedade passaria a organizar seu sistema produtivo em torno da produção de bens de consumo, onde anteriormente predominavam os bens instrumentais e primários; a partir disso, a sociedade passaria, efetiva e amplamente, a se beneficiar dos dividendos do progresso (INCISA, 1998). Esse período seria marcado pela superação da necessidade de evolução tecnológica como valor supremo, avançando para a perspectiva de ampliação dos direitos e da assistência social pelos Estados (ROSTOW, 1961). Nesse sentido, a consolidação massiva da perspectiva do Estado do Bem-Estar[20] (Welfare State) em países industrializados representaria a manifestação autêntica de uma sociedade que teria superado a maturidade técnica.

[20] Conforme Regonini (1998, p. 416), o Estado de bem-estar (Welfare State), também denominado de Estado assistencial, refere-se a um tipo específico de Estado, cujas funções implicam a garantia de uma série de condições de vida para seus cidadãos, entre as quais alimentação, saúde, habitação, educação e renda mínima. Nesse Estado, essas condições essenciais de vida não seriam interpretadas como caridade, mas como direito político. O autor (1998, p. 417) explicam que desde o fim da Segunda Guerra Mundial, "todos os Estados industrializados tomaram medidas que estendem a rede dos serviços sociais, instituem uma carga fiscal fortemente progressiva e intervêm na sustentação do emprego ou da renda dos desempregados".

Portanto, resumidamente, Rostow (1961) partiria do princípio de que os países subdesenvolvidos, como os da América Latina, seriam caracterizados por serem uma 'sociedade tradicional' que estaria sofrendo transformações em direção a uma outra sociedade, chamada de 'moderna'. Em sua visão, essa sociedade moderna seria muito melhor em termos de equidade e qualidade de vida, partindo da "(...) idéia central de que é preciso passar necessariamente de um estágio de forte compressão de consumos, de notáveis poupanças e de grandes investimentos, para uma fase de desenvolvimento econômico autopropulsivo e de expansão de consumos" (PASQUINO, 1998, p. 773). Neste contexto, a concepção norteadora do sistema social e os esquemas técnicos de uma sociedade capitalista madura seriam representados pelos países desenvolvidos; por outro lado, os países subdesenvolvidos seriam caracterizados como uma situação prévia e imperfeita que, sujeitos a ajustes e investimentos semelhantes àqueles percebidos em sociedades consideradas desenvolvidas, alcançariam padrões ideiais de desenvolvimento (SUNKEL, 2000).

A ideia de desenvolvimento mecanicista elaborada a partir das teorizações da Teoria Convencional, denominado por Ulloa Tapia (2007, p. 76) como projeto de "desenvolvimento neoliberal", teria sido popularizada ao longo do século XX pelo incentivo da Organização das Nações Unidas e pela difusão de 'campanhas midiáticas transnacionais' estruturadas por bens culturais e simbólicos estabelecidos em conformidade com objetivos expansionistas de potências econômicas e militares, ao longo dos primeiros anos da Guerra Fria, bem como de empresas transnacionais interessadas na expansão dos mercados consumidores. É neste contexto que se desenvolve o debate sobre a relação entre comunicação e desenvolvimento.

Ulloa Tapia (2007) destaca que haveria diversas interpretações sobre o papel da comunicação no processo de desenvolvimento, que dependem do entendimento acerca do conceito de comunicação e suas funções. Assim, por exemplo, existiriam diferenças bastante marcadas entre a percepção de "comunicação como plataforma para o desenvolvimento", "comunicação como forma de desenvolvimento" e comunicação para o desenvolvimento". O autor (2007, p. 105) explica que, quando se pensa na "comunicação como plataforma para o desenvolvimento", assume-se que a comunicação representa uma 'sorte' de veículos de comunicação que permitiriam alcançar o desenvolvimento. "(...) la comunicación es reducida a prácticas desbordadas e intereses de diversos órdenes. La comunicación, en ese sentido, es un eslabón dentro del proceso, mas no algo que encubre todo el proceso". Já a partir da expressão "comunicação como forma de desenvolvimento", compreender-se-ia a comunicação como um elemento constituinte do processo de desenvolvimento, tal como a política, a economia, a cultura; ou seja, por esse viés, entende-se que a consolidação da

comunicação representa um processo de desenvolvimento da sociedade. Por sua vez, quando se propõe o debate da "comunicação para o desenvolvimento", assume-se que a comunicação seria elemento constituinte do processo de construção do desenvolvimento – antes, durante e depois –, com uma orientação integral. Isso implicaria a compreensão de que a comunicação representa todo um universo simbólico, manifestado através das expressões culturais dos atores sociais. Ainda quando se recorta a discussão em torno da perspectiva da comunicação como elemento constituinte dos processos de desenvolvimento haveria diferentes correntes interpretativas, que acompanham as diretrizes das teorias de desenvolvimento hegemônicas no âmbito do debate internacional.

De acordo com Marques de Melo (2007), o debate sobre comunicação e desenvolvimento teria ganhado legitimidade acadêmica por meio das elaborações teóricas do pesquisador estadunidense Wilbur Schramm – encomendadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e publicadas no ensaio "Mass Media and Nacional Development", em 1964. Essa obra também foi editada sob o título de "El papel de la información en el desarrollo nacional", e publicada pelo Ciespal em 1967[21].

Adepto de uma perspectiva de desenvolvimento condizente com a proposta de Rostow (1961), Schramm (1967, 1969) advogava que o desenvolvimento dos sistemas midiáticos eram componentes de um mesmo sistema nacional, por isso, a modificação do sistema das comunicações implicaria a necessidade de transformação de todos os elementos, bem como a orientação desses elementos em uma mesma direção – a do desenvolvimento capitalista. Isso demonstra a preocupação em relação às políticas de comunicação, entendidas aqui como conjunto de ações, estratégias e mecanismos regulatórios que envolvem os processos de produção, circulação e consumo de bens simbólicos midiáticos; importante, porém, frisar que se trata de uma perspectiva de política de comunicação bastante específica, cujas características, objetivos e intencionalidades estariam permeadas pela noção de modelo de desenvolvimento linear, mecânico e difusionista – à semelhança da proposição metodológica de Rostow (1961).

Para o autor, à medida em que as sociedades iniciariam seus processos de modernização industrial, afastando-se da configuração da sociedade tradicional, uma série de transformações começam a ocorrer nos processos de comunicação. Nesse sentido, os avanços em matéria de comunicação seriam frutos da evolução econômica, social e política, que, por sua vez, seriam decorrentes do crescimento nacional. Neste contexto, os sistemas de

[21] Cumpre destacar que os debates que se seguem foram empreendidos a partir da leitura da obra traduzida de Wilbur Schramm, disponível no acervo bibliográfico da Biblioteca do Ciespal, em Quito-Equador.

comunicação seriam promotores e componentes desse processo. Isso porque, a partir da lógica de sistemas interdependentes, Schramm (1967, 1969) acreditaria que apenas poderia ocorrer desenvolvimento econômico, político e social caso todos os componentes do sistema evoluíssem em sincronia – ou seja, ao mesmo tempo em que se projetassem modernizações industriais, haveria de se propor e levar a cabo transformações nos demais componentes do sistema nacional.

Schramm (1969) adverte que a estrutura de comunicação social refletiria a estrutura de desenvolvimento da sociedade. Com isso, o volume de atividades de comunicação, bem como o grau de desenvolvimento das cadeias de comunicação e a transferência dos papeis da comunicação individual da sociedade tradicional às organizações produtivas da comunicação, seriam indicadores do crescimento econômico da sociedade. Assim, as características do sistema de comunicação nacional – como a propriedade, as intencionalidades e os mecanismos de controle dos meios de comunicação – refletiriam o desenvolvimento político e o valor da sociedade. Diante disso, a sociedade e seu sistema de comunicação seriam partes inseparáveis e interdependentes; a comunicação seria a estrutura viva da sociedade e, portanto, se transformaria com a sociedade. Por esse raciocínio, o desenvolvimento econômico ou o desenvolvimento das comunicações apenas ocorreria concomitantemente. Isso não significaria que o desenvolvimento da economia não dependeria de ações e perspectivas anteriores ao desenvolvimento das comunicações; isso porque, haveria algumas etapas que os países devem cumprir na busca pelo desenvolvimento dos diferentes setores, como investimentos e definição de diretrizes. Da mesma maneira, o desenvolvimento da comunicação também auxiliaria o processo de circulação e comercialização de bens de consumo, favorecendo a consolidação de um mercado ao setor industrial.

Por isso, Schramm (1967) salienta que a circulação de informação seria um importante fator de desenvolvimento social, uma vez que possibilitaria a manutenção da temática pública em destaque. Dessa forma, a redução do número de atores sociais com a capacidade de fazer circular as informações seria extremamente prejudicial à sociedade, na medida em que reduziria a capacidade de discussão e de regulação das tensões de uma nação. Assim, na visão do autor, as trocas informativas da sociedade seriam fundamentais no processo de aprimoramento do modelo de desenvolvimento social; apesar disso, o autor não trabalha com a ideia de democratização do acesso aos meios, mas com a perspectiva da ampliação do acesso às informações; ou seja, questões sobre concentração de propriedade de mídia e diversidade no campo da produção de bens simbólicos e culturais não seriam exatamente a sua preocupação.

De acordo com Schramm (1967, 1969), o desenvolvimento econômico nacional dependeria da criação de um sistema nacional ativo, de forma que os diferentes componentes se inter-relacionem e produzam efeitos na ampliação de suas atividades e da produtividade. Neste contexto, o autor não considera que a atuação dos veículos de comunicação no sentido da difusão dos objetivos nacionais de desenvolvimento poderia ser caracterizada como afiliação a uma filosofia política determinada. Isso porque, na condição de componente do sistema da sociedade, os veículos de comunicação refletiriam um sentimento nacional comum e, portanto, não seria elemento de tensão. Pelo contrário. Aportado em Daniel Lerner, Schramm (1969) aponta que os veículos de comunicação teriam como função e potência a capacidade de contribuir para a consolidação daquilo que denominou de "empatía nacional", que seria um sentimento compartilhado entre os membros da sociedade, indivíduos e instituições, que proporcionaria a um país em desenvolvimento o sentimento de nacionalismo e a capacidade de trabalho articulado. Esse sentimento seria uma pré-condição para o desenvolvimento e estimulado, em grande medida, pela atuação dos veículos de comunicação. Essa perspectiva, note-se, estaria em conformidade com o modelo de desenvolvimento defendido por Rostow (1961).

Na consolidação da "empatía nacional", Schramm (1969) afirma que os veículos de comunicação deveriam estimular a intensificação das lealdades e da consciência nacional, articuladas com as lealdades e consciência local. Considerando que os países subdesenvolvidos se caracterizariam como sociedades tradicionais, fechadas e pouco afeitas a mudanças, o objetivo seria a unificação da vontade de pessoas de diferentes crenças e culturas no sentido da identificação de interesses comuns e da percepção da necessidade de trabalho conjunto – favorecendo a compreensão nacional sobre os problemas do desenvolvimento.

Segundo Schramm (1967, 1969), em razão de os países em desenvolvimento dependerem de novos conhecimentos e novos modos de vida para empreenderem o avanço nas etapas de desenvolvimento, aos veículos de comunicação caberia o papel de levar ao conjunto da sociedade informações e discussões através das quais a sociedade compreendesse os objetivos e as estratégias de desenvolvimento. E nesse sentido, os meios de comunicação de massa seriam essenciais por proporcionar velocidade a esse processo, articulados com os sistemas diretivos locais e nacionais.

A articulação entre os veículos de comunicação e os sistemas diretivos nacionais e locais também exerceria uma importante função, qual seja, a de estabelecer os princípios e os conhecimentos necessários para veiculação de informações. Nesse sentido, Schramm (1969) aponta que os conhecimentos e informações a serem veiculadas devem estar em consonância

com os objetivos de desenvolvimento do país – como aqueles relativos à melhoria dos processos técnicos e tecnológicos de produção. Esse movimento haveria de estar articulado, ainda, com as organizações de educação formal e informação do Estado e da sociedade civil, respectivamente. Nesse sentido, o ensino à distância, por exemplo, por meio de rádio ou televisão, seriam instrumentos relevantes.

Schramm (1969) também destaca que os veículos de comunicação devem estar focados no cotidiano urbano, uma vez que a estratégia de desenvolvimento proposta por Rostow (1961) implicaria no fomento aos parques industriais e, por consequência, a maior parte da população deveria estar nas cidades em razão da necessidade de contingentes de trabalhadores para as indústrias. Assim, a natureza das comunicações deveria estar alinhada à importância da empresa privada nos planos de desenvolvimento nacional. Isso significa que a natureza das comunicações deve refletir a perspectiva de industrialização preconizada na estratégia de desenvolvimento nacional. Neste contexto, Schramm (1969) aponta que os veículos de comunicação deveriam contribuir para a formação de recursos humanos alinhados às exigências de massas laborais decorrentes dos processos de desenvolvimento e das transformações produtivas decorrentes da alteração da matriz produtiva da sociedade. Ou seja, os meios de comunicação deveriam estimular a capacitação permanente dos trabalhadores ativos ao mesmo tempo em que deveriam fomentar a formação de novas profissões.

Segundo Schramm (1967, 1969), aos meios de comunicação caberia a tarefa de ampliar os horizontes da sociedade tradicional, de forma que esta veja as possibilidades e condições de vida dos países desenvolvidos, bem com a necessidade e importância da expansão do comércio nacional. A partir disso, Lerner (1972) aponta que ocorreria um aumento paulatino das expectativas da sociedade por conquistas, de um lado, e o aumento das frustrações individuais decorrentes da ampliação das exigências de uma sociedade mais complexa e industrializada, de outro.

Portanto, resumidamente, Schramm (1967) defende que a essência do desenvolvimento econômico seria o aumento da capacidade produtiva da sociedade, destacadamente a urbana e industrial – foco principal dos novos sistemas de comunicação. Apesar disso, alerta o autor, um país em processo de desenvolvimento econômico não poderia deixar áreas sem a devida atenção ou em déficit de crescimento em relação a outros setores. Ter-se-ia, para melhor qualidade do desenvolvimento, que haver a promoção do desenvolvimento de forma harmônica para os diferentes setores. Na interpretação do autor, para sustentar os setores produtivos tidos como mais relevantes para uma nação – aqui considerados a Agricultura de exportação e a Indústria, mas com destaque a esta última –,

haveria de se construir uma ‘estrutura social’ que compreendesse transportes básicos, saneamento básico, fontes energéticas e comunicação. Junto a esses elementos deve-se acrescer a necessidade de investimentos em recursos humanos, por meio, evidentemente, de educação e de segurança em saúde. Por essa lógica, só haveria desenvolvimento caso os diferentes setores estivessem em um mesmo movimento de evolução, numa ampla transformação da sociedade.

Para tanto, Schramm (1967, p, 08) defende a necessidade de aproximação dos diferentes setores, de distintos níveis econômicos e grupos étnico, em torno de objetivos nacionais comuns – gerando a denominada ‘empatía nacional’. Ou seja, uma nação que se pretende desenvolvida teria no diálogo e na integração seu elemento central. Assim, quando o desenvolvimento nacional se colocaria em curso, o volume das comunicações deveria se multiplicar, sobretudo, por três motivos: “pela função vigilante”, “pela função política” e “pela função educativa”.

A “função vigilante” significa a possibilidade de os diferentes setores populacionais contidos numa determinada cidade terem, a partir da circulação da informação e da comunicação, a possibilidade de verem a si próprios e conhecerem a si próprios. Isso permite a criação de um espírito de troca a partir do qual os diferentes setores sociais percebem as possibilidades que o conjunto social lhe permite. E isso não se resume à questão nacional. De acordo com Schramm (1967), antes das possibilidades de comunicação, os diferentes governos não se viam interessados em relações internacionais, a não ser as relações com o poder colonial. A partir do momento em que os diferentes países se veem no plano internacional, passam a sentir a necessidade de atuação mais ativa na cena política mundial e demandam ajuda e conhecimentos dos países que estão em situação de desenvolvimento mais avançado – perspectiva notadamente condizente com o modelo de desenvolvimento defendido por Rostow (1961) e apregoado pela ONU em seus primeiros anos de atuação no fomento ao desenvolvimento. “En otras palabras, el horizonte se dilata y el país em proceso de desarrollo necesita un volumen sensiblemente mayor de información de ese horizonte” (SCHRAMM, 1967, p. 08).

No que diz respeito à “função política”, destaca Schramm (1967, p. 08), um país que pretende desenvolver-se teria de disseminar mais profundamente a sua capacidade de ampliação do escopo de atores participantes dos processos de decisão política. Trata-se de um movimento no qual o Governo chama a população a decidir sobre seus próprios destinos, crenças, perspectivas e prioridades – de forma horizontal. Já a “função educativa”, explica Schramm (1967, p. 09), refere-se ao fato de que no processo de desenvolvimento, com livre

circulação de informação e comunicação, quase todos os cidadãos estariam aprendendo. Por isso, necessariamente, todos estariam interessados em um aumento significativo da quantidade e da qualidade dos estudantes e do próprio ensino. Isso geraria na sociedade um crescimento natural na demanda por serviços educacionais e culturais, bem como por meios de comunicação de massa mais numerosos e diversificados.

De forma geral, Schramm (1967) aponta que o aumento na circulação de informação e de comunicação acarretaria a construção de um clima de desenvolvimento nacional, ajudando a elevar o nível das aspirações cidadãs – contribuindo para que a sociedade possa ver-se e identificar-se, observar suas possibilidades e desafios, e entender a possibilidade de avançar.

> Al hacer una parte de un país consciente de las demás partes, de su pueblo, de sus artes, costumbres y política; al permitir a los dirigentes nacionales hablar al pueblo, y al permitir al pueblo hablar a los dirigentes; al hacer posible un diálogo en escala nacional sobre política nacional; al mantener los objetivos y las conquistas nacionales siempre a la vista del público – así, juiciosamente empleada, la comunicación moderna puede ayudar a vincular comunidades aisladas, subculturas dispares, individuos y grupos reconcentrados y esfuerzos aislados de progreso en un desarrollo verdaderamente nacional. (SCHRAMM, 1967, p. 10)

Resumidamente, Peruzzo (2014, p. 180) aponta que no contexto do paradigma da modernização, a comunicação para o desenvolvimento possuiria um "modelo difusionista", para o qual "comunicação é tomada de maneira linear". Nesse sentido, haveria uma preconização do uso da comunicação massiva e se prospectava a comunicação interpessoal, influenciada pela comunicação massiva, "como vetores de difusão de inovações com vistas à modernização de sociedades tidas como atrasadas, como inclusão de tecnologias e mudanças de hábitos culturais no cultivo agrícola, na alimentação, produtos de consumo etc". Esses hábitos, aliás, nos países latino-americanos, estariam alinhados aos objetivos capitalistas de consumo dos Estados Unidos. Essas perspectivas foram notadamente disseminadas pelas grandes agências de notícias internacionais, pelo cinema hollywoodiano e pelas agências de publicidade estadunidense por meio do Rádio, da TV e de meios impressos.

Ao Estado caberia a promoção de políticas de ampliação da infraestrutura para o setor, garantindo a possibilidade de desenvolvimento das comunicações por meio da ampliação dos fluxos informativos e do livre mercado, encabeçados pela própria iniciativa privada engajada nos objetivos de modernização. Isso significa que o foco das políticas não estaria na pluralidade de conteúdos ou de representações de ideias e perspectivas, não sendo exatamente um problema a questão da concentração midiática – desde que alinhada àquilo que se considerava o objetivo nacional.

Porém, tanto a perspectiva de desenvolvimento com modernização quanto a comunicação sob o modelo difusionista seriam notadamente criticados pelo surgimento de movimentos teórico-intelectuais e políticos internacionais, que marcariam a passagem da década de 1960 para a de 1970, perdurando até meados da década de 1980. Esse movimento de crítica ao paradigma da modernização e da comunicação difusionista teria como palco a Assembleia Geral da ONU e teria como protagonistas os países considerados de Terceiro Mundo, com aporte teórico-crítico advindo de pensadores latino-americanos.

1.2 O movimento terceiro-mundista na ONU e a construção da Nova Ordem Econômica Internacional e da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação

Na avaliação de Salles (2012), as bases jurídicas internacionais estabelecidas nos primeiros anos de atuação da ONU sobre a questão do desenvolvimento não teriam recebido muita atenção. "Mas, à medida que o processo de descolonização se disseminou e as ex-colônias foram alcançando a independência e tornaram-se Membros da ONU, perceberam que, ao somar seus votos na Assembleia Geral (AG), o problema do subdesenvolvimento poderia se converter em um tema relevante para a ONU" (SALLES, 2012, p. 35).

É possível apontar que o debate internacional sobre a questão do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, por consequência o desenvolvimento dos países latino-americanos, inicia-se no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) como crítica ao processo de polarização do mundo entre dois blocos econômicos encabeçados pelas superpotências econômicas e militares que protagonizaram a Guerra Fria. Neste contexto, surgiria no cenário internacional forças ligadas a movimentos sociais e de solidariedade, bem como ligados à iniciativa privada. Conforme Jurado Vargas (2009), em ambos casos, o intuito dessas forças era o de buscar impor seus próprios pontos de vista no sistema internacional.

Relevante neste contexto, e especialmente ao debate sobre os problemas do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos – e, posteriormente, aos problemas e à função relativa à Comunicação – é o surgimento do Movimento dos Países Não Alinhados[22] (MPNA), a partir da Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955. Jurado Vargas (2009) explica que a Conferência Afro-Asiática teve por objetivo a tentativa de definição de políticas

[22] O Movimento dos Países Não Alinhados se refere a um movimento político de cooperação surgido em 1955, tendo como marco a Conferência de Bandung – da qual participaram 23 países asiáticos e seis africanos descolonizados. O objetivo era o distanciamento das duas potências (EUA e URSS) e formação de um bloco alternativo no âmbito mundial capaz de encontrar caminhos para o desenvolvimento econômico e superação das desigualdades sociais. Esse bloco teria dado origem ao termo Terceiro Mundo – aqui entendido como o conjunto de países originalmente colonizados por países desenvolvidos. Juntos, o grupo representava 52% da população mundial – à época de sua realização.

internacionais conjuntas que pudessem fazer frente aos blocos dominantes (às superpotências e seus aliados). Para Ostellino (1998, p. 813), o Não-Alinhamento seria "consequência direta da guerra fria e da divisão do mundo em blocos contrários". Também poderia ser interpretado como reação e opção ético-política de países ex-colonizados "frente à polarização e à radicalização das relações internacionais que se seguiu à Segunda Guerra Mundial". Esse movimento teria se orientado por meio de 10 princípios voltados à promoção da paz e cooperação mundiais, baseados na Carta das Nações Unidas[23].

> (...) el respeto a la integridad territorial y la soberanía, la no agresión, la no injerencia en asuntos internos, la igualdad de los Estados y las ventajas mutuas, la coexistencia pacífica, el respeto a los derechos humanos, el reconocimiento de la igualdad de las razas, el derecho de cada nación de defenderse, el acuerdo con la Carta de la ONU, el rechazo al recurso de arreglos destinados a defender los intereses de las grandes potencias, y el respeto a la justicia y a las obligaciones internacionales. (JURADO VARGAS, 2009, p. 39)

Esses princípios constituiriam a matriz filosófica e política daquilo que se converteria no Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA) e teriam orientado os debates e as políticas de relações internacionais dos países que comporiam o chamado Terceiro Mundo. Apesar de iniciado em 1955, o MPNA apenas seria oficializado como organismo de cooperação multilateral em 1961, por meio de Declaração aprovada na Cúpula de Belgrado (JURADO VARGAS, 2009).

O surgimento de movimentos contra-hegemônicos frente a polarização do mundo entre os blocos afiliados aos Estados Unidos e à União Soviética determinou uma série de transformações nas políticas internacionais, sobretudo no que concerne ao campo econômico e às estratégias de desenvolvimento estabelecidas no âmbito da Organização das Nações Unidas, principalmente no tocante aos embates nas esferas decisórias da entidade. Isso porque, explica Salles (2012), a organização decisória da ONU ocorre por meio de diferentes instâncias. A Assembleia Geral se caracterizaria por ser o órgão de maior expressão democrática, já que se configura na instância em que estariam representados todos os Membros do organismo internacional e na qual ocorreriam as deliberações e votações acerca das diretrizes políticas a serem seguidas. Cabe frisar que, em razão de a Assembleia Geral

[23] De acordo com Mengozzi (1998, p. 355), a Carta das Nações Unidas, ou Carta de São Francisco, se refere ao acordo que formalizou a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial. O acordo foi assinado em 26 de junho de 1945, em São Francisco (USA). Entre os princípios da Carta está o fomento à cooperação internacional na solução dos problemas internacionais de caráter econômico, social e cultural ou humanitário. A Carta também afirma a necessidade de respeito aos Direitos Humanos e às liberdades fundamentais, sem distinção de raça, de sexo, de língua ou de religião.

possuir sistema de decisão baseado na composição de maioria simples, com representatividade de "um membro, um voto", esse órgão teria potencial de se transformar em lócus de disputa e possibilidade de surgimento de movimentos contra-hegemônicos – considerando que os países desenvolvidos se caracterizariam como autores de decisões e perspectivas hegemônicas. Apesar disso, Salles (2012, p. 36) salienta que o funcionamento democrático da Assembleia Geral ficaria fortemente prejudicado em razão de quase dois terços do "volume total do orçamento dos programas de ajuda da ONU são [*serem*] financiados por 6 ou 7 países industrializados (EUA, Suécia, Alemanha, Canadá, Reino Unido, e em menor escala, Dinamarca e Países Baixos)".

O autor aponta que esse contexto faria com que parte significativa das propostas ou resoluções aprovadas majoritariamente, mas que não tenham o auspício dos países desenvolvidos, não tivessem sido viabilizadas a contento. "No entanto, durante muito tempo, especialmente nas primeiras décadas das estratégias para o desenvolvimento da ONU, tal consenso não ocorreu e os Membros da AG decidiam independentemente dos países industrializados, como forma de expressão do poder (ainda que meramente formal), dos países em desenvolvimento" (SALLES, 2012, pp. 36-37). Isso explicaria, por exemplo, o surgimento de movimentos contra-hegemônicos, como o Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA) e o Grupo dos 77[24], que seriam determinantes para a idealização e mobilização em torno de uma Nova Ordem Economia Internacional (NOEI)[25] e de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC)[26] – que seriam estabelecidos após os esforços contra-hegemônicos de articulação dos países tidos como subdesenvolvidos.

Para além dos embates no âmbito decisório, é importante salientar que a missão de colocar em prática as diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral seria do "Conselho Econômico e Social das Nações Unidas" (ECOSOC). Esse órgão, explica Salles (2012), atuaria com base no artigo 32 da Carta da ONU para tratar de questões relativas à cooperação para solução de problemas econômicos e sociais no âmbito internacional. "O ECOSOC tem poderes para fazer informes, iniciar estudos, fazer recomendações à AG, aos Estados Membros da ONU, aos organismos especializados, além de formular projetos de tratados para

[24] A constituição do Grupo dos 77 e sua participação no processo de idealização e mobilização político-internacional serão questões trabalhadas adiante.

[25] A NOEI se refere a um movimento e um projeto internacional emergido na Organização das Nações Unidas, sob a influência do Movimento dos Países Não-Alinhados e do Grupo dos 77, que tinha como objetivo a diminuição da disparidade de poder nas relações econômicas entre países industrializados e países em desenvolvimento. Esse movimento se oporia às estratégias de desenvolvimento até então estimuladas pela ONU.

[26] A NOMIC se refere a um projeto internacional surgido no âmbito da Unesco cujo objetivo era o de reorganização dos fluxos globais de informação. Surge a partir dos debates críticos e dos pressupostos teórico-analíticos empreendidos para viabilização da NOEI.

submetê-los à AG e convocar conferências internacionais" (SALLES, 2012, p. 37). O autor (*Ibid*) aponta que o organismo se estrutura em órgãos especializados e outros orientados por critério geográfico[27]. Entre os órgãos regionais encontra-se a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), que possui grande relevância no debate relativo ao movimento "terceiro-mundista"[28].

Para Trindade (1984), embora sua viabilização tenha ocorrido a partir da década de 1970, a construção dos conceitos e dos documentos relativos à pretensão de estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional possuiria raízes mais profundas, com antecedentes que remontariam às décadas de 1950 e 1960.

> Foi a partir dos anos cinqüenta, com as nacionalizações que se seguiram, que o conceito de soberania permanente dos Estados (de conteúdo econômico, distintamente do conceito anterior de soberania, pura e ingenuamente político) passou a formar-se no seio da ONU, com a adoção de uma resolução em 1952 sobre o direito de se explorar livremente os recursos e riquezas naturais (TRINDADE, 1984, p. 214).

Nesse sentido, nota-se que se iniciava no âmbito da agenda da ONU a indicação sobre a necessidade de preservação do interesse nacional nas relações internacionais, com recomendações que versavam sobre a necessidade de supervisão governamental em relação à atividade do capital estrangeiro, de forma que fosse assegurada sua utilização para interesse do desenvolvimento nacional. Apesar disso, Salles (2012) reforça que até a década de 1960 não haveria uma estratégia clara internacional em relação aos países subdesenvolvidos, apenas o lançamento de algumas iniciativas isoladas, como a criação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), ambos espólios das estratégias estabelecidas a partir da Conferência de Brettom Woods. Embora as iniciativas tenham fracassado, consideradas por Salles (2012) como isoladas e programáticas, o período teria servido para que surgisse um novo entendimento acerca da necessidade de estabelecimento de princípios básicos norteadores das estratégias de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, que poderiam ser concentrados em dois pilares.

---

[27] Conforme o site oficial do ECOSOC, o organismo possui 8 Comissões Orgânicas, 5 Comissões Regionais, 3 Comitês permanentes, 4 órgãos especializados integrados a organismos governamentais, 5 órgãos especializados integrados por Estados-Membros. Há outros 5 órgãos de interesses específicos. Informações disponíveis em https://www.un.org/ecosoc/es/content/subsidiary-bodies-ecosoc; acessado em 28/08/2018.

[28] A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, com a missão de debater as relações econômicas existentes entre países desenvolvidos/industrializados e aqueles considerados /subdesenvolvidos/desindustrializados da América Latina. A organização foi responsável pela elaboração de um modelo analítico histórico-estrutural, conhecido como estruturalismo latino-americano, que também teria forte influência na construção do pensamento e dos movimentos contra-hegemônicos em torno de novos modelos de desenvolvimento (HAFFNER, 2002).

> a) entender que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos envolve uma problemática distinta da que se apresenta aos países industrializados, o que obriga a um estudo prévio e participar dos problemas específicos destes países antes de adotar qualquer medida em relação ao seu desenvolvimento, e; b) considerar que os problemas dos desenvolvimento econômico e social são interdependentes, de modo que o desenvolvimento econômico deve ser coordenado com o social (SALLES, 2012, p. 45).

O autor (*Ibid*) aponta que, embasado nessas duas compreensões formuladas ao longo da década de 1950 e diante do fracasso das iniciativas de desenvolvimento até então empreendidas, o Sistema da ONU teria passado a agir pragmaticamente no sentido do enfrentamento dos problemas de desenvolvimento, estabelecendo uma ordem normativa, por meio de um conjunto de premissas e estratégias relativas ao incentivo ao desenvolvimento dos países do chamado Terceiro Mundo. Trindade (1984) destaca que o objetivo era o de estabelecer regramentos para garantia da autonomia jurídica dos Estados-Nação em desenvolvimento, que se constituiria na tentativa de planejamento global da cooperação internacional.

Foram três resoluções que lançaram bases normativas que criariam direitos e obrigações a serem observadas pelos Estados-Membros, que serviriam de referência às próximas décadas. Esse conjunto normativo teria sido iniciado a partir da Resolução nº 1515 (XV)[29], de dezembro 1960, intitulada "Ação concertada para o desenvolvimento dos países economicamente pouco desenvolvidos" (ONU, 1960). Salles (2012, p. 46) explica que a resolução teria inaugurado um novo momento do Sistema da ONU, sendo a primeira iniciativa da Assembleia Geral em direção à promoção de um programa articulado de ação. Dessa resolução surgiria o programa "Primeira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento", instituído pela Resolução nº 1710 (XVI)[30], em dezembro de 1961 (ONU, 1961). Entre as metas do programa estavam o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países subdesenvolvidos; programas de transferências de recursos dos países desenvolvidos a programas de desenvolvimento de países em desenvolvimento; fomento à adoção de políticas incrementais de exportação de produtos primários a preços estáveis; incentivo a políticas nacionais de controle da exploração dos recursos naturais realizados com capital estrangeiro; e estabelecimento de políticas nacionais que garantissem que os países em desenvolvimento recebessem mais investimentos públicos e privados para o desenvolvimento.

[29] Disponível em https://undocs.org/es/A/RES/1515(XV). Acessado em 28/08/2018
[30] Disponível em https://undocs.org/es/A/RES/1710(XVI). Acessado em 29/08/2018.

Paralelamente às Resoluções que criariam um quadro normativo para viabilização do programa da "Primeira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento" (ONU, 1961), ocorreria, em setembro de 1961, como já mencionado, o nascimento oficial do Movimento dos Países Não Alinhados, por meio de Declaração aprovada na Cúpula de Belgrado (JURADO VARGAS, 2009; OSTELLINO, 1998). Na oportunidade, além da oficialização do organismo multilateral, foram fixados seus objetivos principais, entre os quais:

> (...) la autodeterminación, la oposición al Apartheid, la no-adhesión a pactos multilaterales militares, la lucha contra el imperialismo, el desarme, la no-injerencia en los asuntos internos de los Estados, el fortalecimiento de las Naciones Unidas, la democratización de las relaciones internacionales, el desarrollo socioeconómico y la reestructuración del sistema económico internacional (JURADO VARGAS, 2009, p. 39).

A partir desses princípios, aponta Jurado Vargas (2009, p. 39), se desenvolveram discursos que problematizaram o papel e os desafios dos países subdesenvolvidos no cenário internacional. Esses princípios também nortearam debates sobre a necessidade de estabelecimento de modificações orientadas à promoção da equidade das formas de gestão das relações econômicas no campo da produção, do comércio e do desenvolvimento; o avanço da produção científica e tecnológica; bem como a transformação nos fluxos de produção, circulação e consumo de informações de todos os países no âmbito global. Ostellino (1998) entende que, paulatinamente, as ideias do Movimento dos Países Não Alinhados se tornariam uma espécie de ideologia autônoma do Terceiro Mundo. E, a partir da Conferência de Belgrado em 1961, os princípios norteadores dos Não-alinhados teriam se tornado atuantes dentro da Organização das Nações Unidas, com presença e participação nas decisões internacionais e arbitragens, bem como nas iniciativas da ONU no tocante à pacificação e mediação de conflitos.

Diante desse contexto, Salles (2012) aponta que surgiria uma resolução mais incisiva no que concerne à soberania dos Estados. Trata-se da Resolução nº 1803 (XVII)[31], de dezembro de 1962, intitulada "Soberania Permanente sobre os Recursos Naturais" (ONU, 1962). Na oportunidade, seriam estabelecidos princípios que reforçariam a soberania dos povos e Estados em relação às suas riquezas naturais, indicando a necessidade de regulação acerca da exploração dos recursos naturais pelo capital estrangeiro.

Na avaliação de Salles (2012, p. 47), objetivamente o conjunto de ações da Primeira Década do Desenvolvimento teria apresentado pouco avanço. Porém, isso não significaria um

[31] Disponível em https://undocs.org/es/A/RES/1803(XVII). Acessado em 28/08/2018.

fracasso, propriamente dito. Isso porque, os esforços empreendidos, tanto no campo conceitual quanto pragmático, teriam permitido o reconhecimento de que o problema do subdesenvolvimento seria um problema coletivo, "que deveria ser solucionado, tanto pelos países em desenvolvimento, quanto pelos países ricos, tanto bilateralmente quanto multilateralmente".

As temáticas levantadas pelo Movimento dos Países Não Alinhados seriam discutidas de forma mais apropriada no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1964, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED; em inglês, UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development)[32] – que teria registrado protagonismo dos países pertencentes ao Movimento dos Países Não Alinhados (JURADO VARGAS, 2009). De acordo com Salles (2012), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento também registraria outro movimento de defesa dos interesses dos países subdesenvolvidos – o Grupo dos 77, estabelecido a partir da assinatura da "Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países em Desenvolvimento"[33] (CNUCED-ONU, 2004). O objetivo do movimento era o de "aumentar a capacidade de articulação e pressão dos países em desenvolvimento nas questões de natureza comercial, que eram tratadas no âmbito do GATT, mas que, ao longo da década de 60, passaram a sofrer a influência direta da ONU, por meio da UNCTAD" (SALLES, 2012, pp. 32-33). Importante lembrar que GATT se refere à sigla em inglês para Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio; trata-se de um conjunto de normas e concessões tarifárias que objetivavam o impulsionamento do livre comércio e o combate às políticas protecionistas nacionais em relação ao comércio exterior. O surgimento do Acordo, à semelhança do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, também se alinharia às perspectivas da política internacional preconizada a partir da Conferência de Brettom Woods (1944).

Jurado Vargas (2009) e Salles (2012) concordam que, alicerçado na atuação do Movimento dos Países Não-Alinhados e no G-77, o Terceiro Mundo teria passado a ganhar espaço e legitimidade internacional. Salles (2012) defende que a união dos grupos representou a formação de um bloco de pressão no âmbito da ONU que proporcionou certa capacidade de participar da elaboração das diretrizes das iniciativas voltadas ao desenvolvimento. Assim,

[32] Conforme Jurado Vargas (2009, p. 40), a CNUCED seria a primeira instituição especializada da ONU; a entidade formou-se a partir da necessidade de empreender crítica e traçar estratégias para o problema da desigualdade de condições de mercado entre as nações no âmbito internacional, sobretudo no contexto Norte/Sul. Vale destacar que o economista argentino Raúl Prebisch, primeiro diretor da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED – UNCTAD), também se notabilizou como Secretário Executivo da Cepal entre os anos de 1949 e 1963, tendo se afastado justamente para ocupar a direção da CNUCED.

[33] Apesar de controversa a expressão "países em desenvolvimento", o termo foi mantido aqui em decorrência de constar no próprio site oficial do organismo. Disponível em http://www.g77.org/doc/index.html. Acessado em 28/08/2018.

especialmente a partir da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, de 1964, teriam sido irradiadas as perspectivas "terceiro-mundistas" aos demais fóruns do sistema da ONU, bem como a outros espaços nacionais e internacionais de diálogo intergovernamental. Desses diálogos, surgiram as lutas pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e por uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC). Essas lutas foram impulsionadas pelos países não alinhados, apoiados por intelectuais dos países desenvolvidos e representavam uma tentativa de afastamento em relação às perspectivas da visão "clássica e convencional" do livre comércio internacional e das iniciativas de desenvolvimento em etapas empreendidas nos primeiros anos de atuação da ONU.

Jurado Vargas (2009, p. 64) aponta que, embora houvesse oposição dos países desenvolvidos em relação ao modelo econômico da CNUCED, era consenso a necessidade de modificações na 'velha ordem econômica internacional' colocada em prática a partir da Conferência de Brettom Woods, em 1944, e estimuladas pela perspectiva de desenvolvimento que orientou os primeiros anos da ONU. Apesar desse entendimento, Salles (2012) aponta que as iniciativas empreendidas pela ONU ao longo da Primeira Década teriam apresentado êxito limitado. Isso porque, no início da década de 1970, parte significativa dos países pobres ainda enfrentavam barreiras ao desenvolvimento. E é justamente nesse período que os debates sobre a NOEI e a NOMIC teriam sido iniciados no âmbito da Unesco, a partir da 16ª Conferência Geral da Unesco, realizada em 1970 (UNESCO, 1970a)[34].

Em razão desse contexto surgiria no âmbito da ONU a "Estratégia Internacional para o Desenvolvimento para a Segunda Década", estabelecida por meio da Resolução nº 2.626 (XXV)[35] (ONU, 1970), que compreenderia metas e perspectivas para o período de 1971-1980. De acordo com Salles (2012), na Segunda Década teria ocorrido uma alteração conceitual e programática, qual seja, a responsabilidade dos próprios países em desenvolvimento sobre seu progresso econômico e social. Vale lembrar, neste momento, que a Primeira Década era caracterizada por ações que envolviam a solidariedade dos países ricos em relação ao desenvolvimento dos países pobres. Apesar disso, estratégias internacionais de cooperação teriam sido mantidas, como a estabilidade do comércio internacional de produtos primários

[34] Na oportunidade, ressalta Jurado Vargas (2009), a temática da comunicação teria sido tratada com mais profundidade, gerando uma série de resoluções e diretrizes de ação no tocante ao setor. A questão da NOMIC será tratada com mais profundidade mais adiante. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114046S.pdf. Acessado em 28/08/2018.

[35] Disponível em https://undocs.org/es/A/RES/2626(XXV). Acessado em 28/08/2018.

produzidos pelos países em desenvolvimento e adquiridos pelos países ricos e transferência de recursos dos países ricos em direção a programas de desenvolvimento de países pobres.

Porém, a chamada "Crise do Petróleo" deflagrada em 1973 teria prejudicado a estratégia de desenvolvimento da Segunda Década da ONU (JURADO VARGAS, 2009; TRINDADE, 1984). Para Salles (2012, p. 48), esse contexto teria feito com que os países desenvolvidos enfrentassem "estancamento econômico, acompanhado de uma crescente inflação e desemprego". "Os países em desenvolvimento, ao contrário, emergiram da situação como atores poderosos graças ao seu controle sobre a produção e exportação de matérias-primas essenciais para o funcionamento das economias desenvolvidas". O autor chama atenção para o fato de que os países em desenvolvimento, conscientes da nova configuração de poder econômico, teriam articulado a realização de uma Sessão Especial da Assembleia Geral para pressionar os países desenvolvidos a introduzir mudanças na "Ordem Econômica Internacional", responsável, na interpretação terceiro-mundista, pelo atraso econômico e subdesenvolvimento. Assim, diante da consciência acerca das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, Salles (2012, p. 49) destaca ter ocorrido a proposta de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Isso ocorreria em 1974, a partir da adoção da Resolução nº 3201 (S-VI)[36], que continha a "Declaração sobre o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional" (ONU, 1974a), e da Resolução nº 3202 (S-VI)[37], que versava sobre o "Programa de Ação para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional" (ONU, 1974b). Complementar a essas resoluções, Salles (2012, p. 50) aponta a adoção da Resolução nº 3281 (XXIX)[38], que continha a "Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados" (ONU, 1974c). Outras duas declarações também comporiam o escopo da Nova Ordem Econômica Internacional; trata-se da Resolução nº 3.362 (S-VII), que tratava do Desenvolvimento e cooperação econômica internacional (ONU, 1976), e a Resolução nº 35 (XXXVI), que estabelecia a "Estratégia Internacional de Desenvolvimento para a Terceira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento" (ONU, 1980).

Porém, o estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional teria sido gestado um ano antes, na Conferência dos Chefes de Estado dos Países Não Alinhados, realizada em 1973, em Argel. Na oportunidade, os Estados Membros concluíram sobre o fracasso das estratégias de desenvolvimento da ONU e a necessidade de novas perspectivas que contemplassem os interesses dos países subdesenvolvidos. Também teriam apresentado crítica

[36] Disponível em https://undocs.org/es/A/9559. Acessado em 28/08/2018.
[37] Disponível em https://undocs.org/es/A/9559. Acessado em 28/08/2018.
[38] Disponível em https://undocs.org/es/A/RES/3281(XXIX). Acessado em 28/08/2018.

à conduta das empresas multinacionais e de outras companhias monopolistas que se aproveitariam da exploração dos países em desenvolvimento. Diante disso, Salles (2012, p. 53) aponta que o Grupo dos Países Não Alinhados teria encaminhado mensagem à Secretaria geral da ONU, solicitando uma Sessão Extraordinária da Assembleia Geral com o objetivo de apresentar proposta de mudanças nas perspectivas da economia internacional. Neste contexto, em 02 de maio de 1974, ocorre a aprovação da "Declaração sobre o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional e de um programa de ação para a sua execução, por meio das resoluções 3.201 e 3.202".

De acordo com Trindade (1984, p. 218), a Declaração destaca a descolonização como uma conquista significativa dos países subdesenvolvidos, "ressaltando ademais o progresso tecnológico e a emergência do mundo em desenvolvimento, fatores que conflitam com a atual ordem econômica internacional". A Declaração defendia a existência de uma "interdependência" entre os Estados e enumerou vinte princípios norteadores da Nova Ordem Econômica Internacional.

> O Programa de Ação, a seu turno, volta-se às questões das matérias primas, do sistema monetário internacional e financiamento do desenvolvimento dos países mais pobres, da industrialização dos países em desenvolvimento, da transferência de tecnologia e regulamentação e controle das multinacionais, da promoção de cooperação entre os países em desenvolvimento; o Programa de Ação reafirma a soberania permanente dos Estados sobre os recursos naturais e manifesta-se igualmente a favor do fortalecimento do papel da ONU no campo da cooperação econômica internacional. Conclui, enfim, com um programa especial (incluindo medidas de emergência) destinado a mitigar as dificuldades dos países menos favorecidos (TRINDADE, 1984, p. 218).

Trindade (1984) explica que a "Declaração sobre o Estabelecimento de Nova Ordem Econômica Internacional" (ONU, 1974a) e o "Programa de Ação sobre o Estabelecimento de Nova Ordem Econômica Internacional" (ONU, 1974a) teriam antecedido a "Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados" (ONU, 1974c). Para Jurado Vargas (2009), a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados (CDDEE) teria sido o primeiro instrumento internacional de regulação de direitos que estabeleceu normas às regulações econômicas entre os Estados. Seu objetivo era o de proteger direitos dos Estados, em especial o direito dos "Estados em Desenvolvimento" – como havia sido estabelecido na Resolução nº 45 (III)[39] (ONU, 1972), que criou um grupo de trabalho, formado por representantes de 31 Estados-membros da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento,

[39] Disponível em http://unctad.org/es/Docs/td180vol1_sp.pdf. Acessado em 30/08/2018.

para elaboração do texto da Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados para ser apreciado pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Trindade (1984) aponta que a redação da Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados teria contado com a aproximação do Movimento dos Países Não Alinhados com o Grupo dos 77 – que possuiria um componente latino-americano bastante representativo. Isso teria feito com que ocorresse a facilitação de ação conjunta dos países em desenvolvimento em benefício de uma nova ordem econômica internacional.

> (…) la Carta de los Derechos y Deberes Económicos de los Estados […] dio forma al Nuevo Orden Económico Internacional (NOEI). La tensión referida se expresa en que la Carta fue "aprobada por una mayoría aplastante: 120 votos en favor, seis en contra y 1O abstenciones. Todos los votos en contra provinieron de los países capitalistas del Centro, (los Estados Unidos, Inglaterra, República Federal de Alemania, Bélgica, Luxemburgo y Dinamarca) lo mismo que las 1O abstenciones (Francia, Japón, Italia, Canadá, Países Bajos, Austria, Noruega, Irlanda y España) a los que se acopló lsrael (JURADO VARGAS, 2009, p. 63).

Trindade (1984) reforça o argumento e destaca que o conjunto da "Declaração sobre o Estabelecimento de Nova Ordem Econômica Internacional", o "Programa de Ação sobre o Estabelecimento de Nova Ordem Econômica Internacional" e a "Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados" teriam delineado o escopo paradigmático da NOEI.

> Afirmam claramente o direito de todo Estado de regular e controlar o capital estrangeiro e as atividades das empresas multinacionais (estas sob o dever de não-intervenção nos assuntos internos do Estado) da maneira que melhor lhe aprouver. Afirmam ademais que nenhum Estado pode ser compelido a conceder tratamento preferencial ao capital estrangeiro, e indicam standards a reger expropriações e nacionalizações. Os documentos enfatizam as necessidades das economias dos países em desenvolvimento, afirmam o direito desses últimos de se engajarem no comércio internacional livres de discriminações baseadas em diferenças nos sistemas políticos e econômico-sociais, e propõem uma extensão e aperfeiçoamento do sistema de preferências tarifárias generalizadas não recíprocas e não discriminatórias em benefício dos países 'em desenvolvimento. Finalmente, os documentos, fundamentados no princípio da igualdade jurídica dos Estados, urgem maior cooperação nas relações econômicas internacionais tendo em vista as necessidades dos países menos desenvolvidos, urgem igualmente o desenvolvimento de uma política internacional econômica através dos mecanismos da ONU, e advertem os Estados a atentar para os efeitos danosos que sua política nacional econômica possa ter sobre os interesses e as economias de outros países, particularmente os menos desenvolvidos (TRINDADE, 1984, pp. 218- 219).

Jurado Vargas (2009) explica que a principal pretensão da Carta era a defesa de que a Nova Ordem Econômica Internacional deveria se basear na racionalidade do Direito e,

portanto, fundamentar-se na ideia de uma Justiça Internacional que substituísse a centralidade das 'leis de mercado' na organização da economia mundial. Essa compreensão partia do entendimento de que a organização econômica mundial estaria distorcida pela "superioridade das grandes potências" na definição das condições de produção e comercialização no âmbito internacional.

> Así pues, el Derecho debía proveer cierta igualdad de oportunidades, sobre todo a los países en desarrollo, para definir soberanamente su modelo productivo y también establecer ciertos límites a los actores internacionales de la economía respecto de la definición de las condiciones de intercambio comercial (JURADO VARGAS, 2009, p. 66).

Nota-se que a estrutura conceitual e teórica político-econômica que sustentou a proposta da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), assim como da Nova Ordem Mundial para Informação e Comunicação (NOMIC), guarda relevante proximidade com a proposta cepalina para superação do problema do subdesenvolvimento da América Latina, em grande medida, pela atuação dos mesmos atores no processo de condução[40] – além, é claro, do fato de os países subdesenvolvidos que faziam parte do Movimento dos Países Não Alinhados e do G-77 possuírem problemas semelhantes em seus processos de desenvolvimento e no relacionamento econômico no plano internacional, decorrentes de processos colonizadores.

Jurado Vargas (2009) destaca que a finalidade do modelo era a de corrigir os desequilíbrios das transações comerciais internacionais. Raúl Prebisch defendia que o problema do subdesenvolvimento estaria ligado à deterioração dos termos de troca entre países industrializados e desindustrializados, aliado à condição histórica dos países subdesenvolvidos em configurar suas atividades econômicas no comércio exterior como exportador de matérias primas, de baixa produtividade e valor agregado – em oposição à posição histórica dos países desenvolvidos na produção de bens de consumo e bens de capital, com alta produtividade decorrente da aplicação de tecnologias e processos inovadores, de valor agregado (PREBISCH, 1987).

> En ese modelo se asignaba mayores responsabilidades y protagonismo a las instancias estatales en relación a la regulación de los mercados internos, el apoyo a la investigación científico-técnica con aplicaciones productivas industriales, el control de las divisas y el establecimiento de empresas nacionales, muchas de las cuales eran públicas y debían gestionar – bajo la figura de monopolios estatales – sectores estratégicos de la economía, entre

[40] Vale lembrar, o economista argentino Raúl Prebisch, primeiro diretor da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED – UNCTAD), também se notabilizou como Secretário Executivo da Cepal entre os anos de 1949 e 1963, tendo se afastado justamente para ocupar a direção da CNUCED. A Cepal, por sua vez, é reconhecida como o espaço intelectual internacional onde emergiu o estruturalismo latino-americano, que viria a sustentar a proposta da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

> los cuales estaban la producción, distribución y comercialización de energía, telecomunicaciones y petróleo, aunque también se promovía la asignación de recursos públicos, ya sea por la vía subvenciones o empréstitos, para formar empresas privadas o mixtas que explotasen otros recursos naturales y, en lo más posible, incursionasen en la producción de artículos industrializados, disminuyendo así al dependencia económica y tecnológica que los países de la periferia tenían respecto de los centros capitalistas industriales (JURADO VARGAS, 2009, p. 62).

Embora o modelo econômico baseado na substituição de importações nunca tenha sido implantado efetivamente na totalidade dos países terceiro-mundistas, explica Jurado Vargas (2009), os países industrializados o teriam percebido como uma estratégia de desenvolvimento que atentaria aos seus próprios interesses. Além disso, entre as dificuldades de viabilização de um modelo de substituição de importações, como o idealizado inicialmente por Raúl Prebish, estariam aquelas ligadas à necessidade de transformação estrutural dos países subdesenvolvidos, como a "redistribuição ou limitação da propriedade privada entre os setores econômicos e sociais que atuavam no interior de cada um dos países subdesenvolvidos e menos ainda dos países capitalistas desenvolvidos" (JURADO VARGAS, 2009, p. 62).

> (...) para la viabilidad de este modelo resultaba necesario hacer algún acento de orden social en sus planteamientos, en tanto se reconocía que su implementación precisaba de que las políticas laborales, educativas y tecnológicas debían recoger algunas de las aspiraciones orientadas a mejorar el nivel de vida de la población, especialmente de quienes serían uno de los principales actores del cambio en el modelo económico propugnado: los trabajadores industriales y sus familias (JURADO VARGAS, 2009, p. 63).

Importante mencionar, conforme Jurado Vargas (2009), que o modelo econômico baseado na substituição de importações, defendido por Raúl Prebish e a CNUCED, não tinha a intenção de romper com a estrutura capitalista de produção e de organização das relações sociais, mas proporcionar uma capacidade mais contundente de competição entre os países subdesenvolvidos e os países mais dinâmicos do bloco capitalista – que estariam organizados a partir da perspectiva do Estado de Bem-estar Social. Portanto, esse modelo econômico não teria perspectiva "revolucionária", mas "reformista".

O modelo de desenvolvimento que sustentou do ponto de vista teórico e analítico as premissas que compunham a proposta da NOEI, e por consequência da NOMIC, se apresentava como crítica ao enfoque quantitativo, linear e mecanicista da perspectiva que alicerçou os debates no âmbito da ONU, baseados no modelo de desenvolvimento idealizado por Rostow (1961), ao longo dos primeiros de atuação da organização internacional. Isso porque, resumidamente, para García (1974), haveria dois problemas fundamentais na

perspectiva da Teoria Convencional. A primeira diria respeito a uma perspectiva de caráter formalista e quantitativa, para a qual o desenvolvimento econômico seria representado como uma etapa do círculo de desenvolvimento, e como tal poderia ser medido em etapas mais ou menos comuns aos diferentes países, ou seja, poderia ser medido em estágios. Isso, por sua vez, acarretaria na perspectiva segundo a qual o subdesenvolvimento seria um estágio do desenvolvimento dos países, que, com o tempo e o correto investimento, alcançariam a categoria histórico-cultural de "desenvolvidos" – desconsiderando fatores históricos de ordem socioeconômicos, políticos e culturais de cada país. A segunda crítica, que notadamente decorre da primeira, estaria na interpretação de que os problemas do subdesenvolvimento não seriam de natureza estrutural e, portanto, não careceriam de reformas estruturais significativas. A solução para os problemas do subdesenvolvimento estaria na mobilização ou transferência de recursos, principalmente, às áreas mais subdesenvolvidas, por parte dos países mais desenvolvidos – com elevação de níveis de emprego e renda da população.

Na mesma direção, Cardoso e Faletto (2000) apresentam outras duas críticas a esse raciocínio. A primeira refere-se aos conceitos de 'tradicional' e 'moderno', sob o argumento de que não seriam suficientemente amplos para abranger os contextos sociais existentes, por exemplo na América Latina, bem como não permitiriam distinguir os componentes estruturais que definem o "modo de ser" das diferentes sociedades. A segunda, a exemplo de García (1974), aponta para a impossibilidade de construção de nexos inteligíveis entre as diferentes etapas econômicas "subdesenvolvimento [*e*], desenvolvimento através de exportações ou de substituição de importações etc" (CARDOSO; FALETTO, 2000, p. 499) –, ou seja, a inviabilidade de construção de um esquema linear de projeção de etapas de desenvolvimento. Isso porque, a mudança social não seria um processo puramente cumulativo (de sobreposição), no qual somar-se-iam novas variáveis incorporáveis à configuração social (CARDOSO; FALETTO, 2000). Na verdade, a mudança social estaria permeada por processos de relações entre os grupos, forças e classes sociais, em permanente conflito e tentativa de imposição ao conjunto da sociedade de suas formas de dominação.

Apesar disso, historicamente, os debates e pautas dos sistemas político, social e econômico na América Latina estiveram interessados em reproduzir as perspectivas assinaladas pelos países considerados desenvolvidos – ou seja, os processos de elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento estiveram sob a batuta da perspectiva cumulativa, fomentada pelos organismos internacionais e financiada por entidades defensoras do liberalismo econômico, do livre mercado e do livre fluxo de informações (CARDOSO; FALETTO, 2000; ULLOA TAPIA, 2007). Portanto, considerou-se que o 'processo de

desenvolvimento' deveria reproduzir as diversas etapas que caracterizaram as transformações sociais dos países desenvolvidos. Nesse sentido, a elaboração de estratégias e políticas de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos – ou "em desenvolvimento" na perspectiva da Teoria Convencional – passaria pelo espelhamento das estratégias e políticas adotadas pelos países industrializados/desenvolvidos, avançando, paulatinamente, tal como a proposta de Rostow (1961), de uma sociedade tradicional para uma moderna, enfrentando, inclusive, a etapa em que apresentasse o fenômeno do dualismo estrutural.

Porém, Echavarría (2000) defende que essa não seria uma lógica válida ao contexto da América Latina – ou para os países subdesenvolvidos, em geral. Isso porque, em primeiro lugar, na América Latina a distância entre 'tradicional' e 'moderno' seria demasiadamente acirradas em função de sua própria estrutura social – ou seja, haveria uma diferenciação e uma distância muito grandes entre os espaços tradicionais e os espaços modernos, com estruturas de poder e dominação vinculadas a essas circunstâncias. O segundo motivo seria o fato de que, na América Latina, a diferença entre as estruturas 'tradicional' e 'moderna' seria muito menos preocupante em questões de estilo de vida do que o acirramento e a continuidade dessas estruturas em relação às forças de que exercem pressão para a manutenção da estrutura social. Por isso, pensadores como Sunkel (2000, p. 526) teriam defendido, ao longo das décadas em que se iniciou esse debate no âmbito internacional, a emergência da substituição dessa visão mecanicista da teoria convencional por um enfoque que percebesse "a natureza concreta da estrutura e do funcionamento das sociedades subdesenvolvidas e de seu processo de transformação". Para tanto, no argumento do autor, tornar-se-ia necessária a concepção de um modelo analítico e programático que se alicerçasse no estudo do processo histórico de formação das sociedades subdesenvolvidas – como é o caso dos Estados latino-americanos. Isso significaria a identificação de normas e padrões sociais que, historicamente arraigados, teriam feito com que os resultados percebidos em termos de subdesenvolvimento fossem "normais" àquela conjuntura.

Assim, nota-se que Sunkel (2000) parte do princípio de que as condições de formação de um determinado contexto social produzem elementos que constituem uma estrutura própria, que resulta na conformação do subdesenvolvimento. Isso também implica no raciocínio segundo o qual apenas com a transformação desses elementos constituintes é que a estrutura própria da sociedade poderia ser alterada e, portanto, seria possível alcançar efetiva mudança social. Nesse sentido, segundo Cardoso e Faletto (2000, p. 502), para uma análise mais profunda acerca do processo de desenvolvimento, sobretudo no contexto da América Latina, seria necessária a abordagem de dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à

necessidade de se considerar as "condições históricas particulares" em sua totalidade, tanto econômicas quanto sociais, que são componentes ao processo de desenvolvimento nos planos nacional e internacional. O segundo refere-se à necessidade de compreensão dos objetivos e interesses que dão sentido, orientam e animam o conflito entre grupos/classes/movimentos sociais e que colocariam em marcha o desenvolvimento, e que estariam subsumidos às situações estruturais da própria sociedade.

Por meio da análise dos interesses e valores que orientam a ação, o processo de mudança social deixaria de apresentar-se como o resultado do conjunto de fatores naturais, ou seja, independentemente de conjunturas históricas e corolárias de etapas de desenvolvimento – como defendido na Teoria convencional. Esses valores e interesses comporiam um contexto estrutural e, por isso, a questão fundamental seria a compreensão do modo como são estabelecidas as estruturas de dominação e o modo como, por meio dessas estruturas, se compreende a dinâmica das relações sociais. Assim, os aspectos político-institucionais não poderiam ser compreendidos se não em função das estruturas de domínio. Obviamente, como aponta Sunkel (2000), o sistema econômico internacional, como qualquer outro sistema social, se apresentaria como sistema de poder. Portanto, apenas após o entendimento acerca da estrutura de domínio exercido pelo sistema econômico internacional, poder-se-ia compreender o processo de transformação da ordem política-institucional.

Nesse sentido, o estruturalismo latino-americano procuraria compreender não o processo de acumulação e avanço técnico em uma economia capitalista modelo (em condições ideais), mas tentou elucidar as características e perspectivas assumidas pelo progresso ao serem "propagadas as técnicas capitalistas de produção no âmbito de um sistema econômico mundial composto por centros e periferia" (RODRÍGUES, 2009, p. 80). Basicamente, nos textos fundamentais do estruturalismo latino-americano[41], Raúl Prebisch defendia que o problema do subdesenvolvimento e das relações de dependência estaria ligado à deterioração dos termos de troca entre países industrializados e desindustrializados, aliado à condição histórica dos países subdesenvolvidos em configurar suas atividades econômicas no comércio exterior como exportador de matérias primas, de baixa produtividade e valor agregado – em oposição à posição histórica dos países desenvolvidos na produção de bens de consumo e bens de capital, com alta produtividade decorrente da aplicação de tecnologias e processos inovadores, de valor agregado.

[41] Ver Prebisch, R.. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. Revista Brasileira de Economia. Fundação Getulio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 1949. Disponível em http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767. Acessado em 23/08/2018.

Nesse sentido, de acordo com Cardoso e Faletto (2000), a explicação teórica das estruturas de dominação nos países da América Latina implicaria o estabelecimento das conexões existentes entre determinantes internos e externos, registrados ao longo da história da região. Para Echavarría (2000), haveria pelo menos dois condicionantes históricos relevantes para compreensão do desenvolvimento da América Latina. O primeiro refere-se ao fato de a América Latina ter se constituído em um fragmento da cultura ocidental, por mais que tenha historicamente ocupado uma posição marginal; o segundo diz respeito à grande influência de acontecimentos e vínculos externos na organização da sociedade ao longo da história.

Sunkel (2000) concorda com essa perspectiva e defende que as vinculações externas históricas seriam o elemento fundamental para a análise da estrutura e do funcionamento dos sistemas econômicos da América Latina. Entretanto, o fato de os países da América Latina terem convivido com as influências e determinações externas não diminuiria a participação de estruturas condicionantes internas. Neste contexto, a influência externa responsabilizar-se-ia pelos processos de mudança no longo prazo, enquanto as transformações estruturais seriam produto da interação histórica entre condicionantes internas e externas. Esse enfoque do processo socioeconômico parte do princípio de que o funcionamento do sistema econômico capitalista, que se apresentaria como uma estrutura específica – a saber, composta por elementos próprios de processos de acumulação, distribuição geográfica da atividade econômica, de utilização e mobilização de recursos produtivos, incorporação de novas técnicas e mudanças na distribuição de renda –, contribuiria para a construção de um cenário de desigualdades e processos de dominação que acarretaria a manutenção de posições geopolíticas e produtivas dos países na economia mundial.

Diferentemente das dinâmicas evidenciadas nas teorias convencionais do desenvolvimento, para as quais a interação entre os países corresponderia ao processo ‘natural’ de crescimento experimentado pelo sistema econômico no médio prazo, rumo à condição de país desenvolvido (por meio de etapas), na visão de Sunkel (2000) o desenvolvimento e o subdesenvolvimento poderiam ser considerados como “estruturas parciais” que configurariam um mesmo sistema. Por essa ótica, segundo Furtado (2000), o subdesenvolvimento seria um fenômeno histórico autônomo e não uma etapa do processo de desenvolvimento, gerado pelo conjunto de circunstâncias ocasionadas a partir da conformação de núcleos industriais. A diferenciação principal entre essas duas estruturas residiria no fato de que a “desenvolvida”, caracterizada pela existência de núcleos industriais, seria dominante em função de possuir capacidade endógena de crescimento, ao passo que a “subdesenvolvida”

seria diretamente dependente em razão de ocupar uma função específica dentro do sistema global. Isso indica que a compreensão do subdesenvolvimento da América Latina, para Sunkel (2000) e Furtado (2000), passaria pelo entendimento acerca das "funções" exercidas por grupos e países/economias dentro das estruturas parciais que comporiam o sistema capitalista mundial.

Nesse sentido, a análise do desenvolvimento da América Latina constituir-se-ia na busca pelo ponto onde a dominação econômica se expressaria como dominação social – em outras palavras, como política (CARDOSO; FALETTO, 2000). Isso porque, seria apenas através do processo político que uma classe ou grupo social conseguiria estabelecer as relações sociais necessárias para impor ao conjunto da sociedade sua própria perspectiva e um modelo específico de produção – ou, pelo menos, estabelecer alianças de modo a construir uma perspectiva econômica compatível aos interesses e objetivos. "Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política" (CARDOSO; FALETTO, 2000, p. 505).

Pela perspectiva da análise do desenvolvimento da América Latina a partir do estudo das condicionantes estruturais históricas (GARCÍA, 1974, 1980; CARDOSO; FALLETO, 2000; ECHAVERRÍA, 2000; FURTADO, 2000; PREBISCH, 2000; SUNKEL; PAZ, 1970; SUNKEL, 2000), em oposição às etapas subsequentes de Rostow (1961), tem-se a necessidade de debate acerca dos fatores de vinculação internas e externas constituídas historicamente no âmbito do sistema econômico internacional no contexto dos países latino-americanos. Portanto, seguindo essa perspectiva, torna-se fundamental a discussão acerca da lógica das relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento nos planos externo e interno.

De acordo com Sunkel (2000), até meados da década de 1950 teria prevalecido o modelo de incorporação de recursos do exterior – portanto, da aplicação dos investimentos na consolidação da estrutura industrial dos países da América Latina, seja por meio de financiamentos, recursos humanos, tecnológicos e/ou materiais[42]. Isso, certamente, teria contribuído para o desenvolvimento das indústrias nacionais na América Latina, embora reforçasse a dependência em relação aos países. Porém, superadas as crises econômicas do pós Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 1960, teria ocorrido um movimento de crescimento de conglomerados transnacionais, com um novo modelo de substituição de importações. Trata-se, segundo Sunkel (2000, p. 534), de um período de desnacionalização e

[42] Vale lembrar, essa perspectiva encontrava-se fomentada pela ONU e patrocinada pelas entidades que deram suporte às estratégias da Conferência de Brettom Woods.

sucursalização da indústria na América Latina, que estabeleceu "vínculos novos, poderosos e crescentes com as economias estrangeiras, particularmente com os Estados Unidos".

> Nas fábricas, laboratórios, departamentos de projeto e propaganda, e nos núcleos de planejamento, decisão e financiamento que constituem seu quartel-general, e que se localizam nos países industrializados, a grande empresa multinacional desenvolve: (a) novos produtos; (b) novas maneiras de produzir esses produtos; (c) as máquinas e equipamentos necessários para produzi-los; (d) as matérias-primas sintéticas e produtos intermediários que entram em sua elaboração; e (e) a publicidade necessária para criar e dinamizar seus mercados (SUNKEL, 2000, p. 535).

Nesse modelo, às economias subdesenvolvidas caberia quase exclusivamente a fase de produção final das manufaturas. Essa nova divisão internacional do trabalho, a partir de oligopólios manufatureiros transnacionais, teria gerado um mundo de mercados protegidos, de consumidores praticamente indefesos ante a manipulação da publicidade e sob a influência do "efeito demonstração" – que se caracterizaria pela vontade de países subdesenvolvidos em utilizar produtos de países desenvolvidos, uma vez que teriam iniciado um processo de experimentação desses produtos, sem que outros setores relativos à consolidação da qualidade de vida fossem satisfeitos. Conforme Cardoso e Falleto (2000, p. 501), em grande medida, esse fenômeno seria decorrente do fato de a urbanização da América Latina ter precedido cronologicamente à industrialização, favorecendo "a difusão de aspirações e de formas de comportamento político que favorecem a participação crescente das massas no jogo do poder, antes que exista um crescimento econômico autônomo e baseado no mercado interno". Porém, essa participação, sobretudo em aspectos sociais, aparentemente similar aos países centrais, teria gerado uma falsa compreensão de que seria possível a criação de uma ponte entre as diferentes pautas sociais e orientações valorativas entre sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. Interessante notar que, do ponto de vista do modelo teórico de desenvolvimento de Rostow (1961), o 'efeito demonstração' seria um aspecto positivo por incentivar a sociedade tradicional do país subdesenvolvido a transformar seu modo de observação das possibilidades da vida.

Embora reconheça que o desenvolvimento de empresas multinacionais, ligadas aos conglomerados internacionais, ter a possibilidade de gerar alguns empregos, García (1974) aponta que a relação de domínio que estabelecem acarretaria uma série de consequências à organização econômica, política, social e cultural nos países subdesenvolvidos em que se instalam em função de os processos de produção científico-tecnológica não serem incorporados. Isso ocorreria na medida em que a interação científica e tecnológica apenas aconteceria em um aspecto determinado de um setor específico, justamente aquele que o

conglomerado transacional possui interesse. Portanto, esse movimento não contribuiria para o fomento à criação de novos protocolos e objetivos de elevação da capacidade de produção de insumos científicos e tecnológicos próprios, capazes de alavancar setores estratégicos de desenvolvimento, mas agudizaria a dependência dos países subdesenvolvidos tanto às propriedades intelectuais quanto à agenda produtiva estratégica dos países desenvolvidos. Para Sunkel (2000), isso geraria, pelo menos, seis consequências notadamente críticas na questão da superação da condição de subdesenvolvimento, por polarizarem as funções ocupadas pelos diferentes países no plano internacional.

> (a) persistência e até acentuação de nosso caráter monoexportador (como não podemos exportar produtos manufaturados no esquema descrito, tendemos a expandir, preferencialmente, o setor exportador tradicional); (b) impulsão dinâmica da economia proveniente do exterior; (c) centros decisórios fundamentais externos, no que concerne ao financiamento, às políticas econômicas, aos conhecimentos científicos e tecnológicos, ao acesso aos mercados internacionais etc.; (d) tendência persistente e cada vez mais aguda ao endividamento externo e à desnacionalização da indústria nacional; (e) ameaça de que o processo de integração latino-americano favoreça, principalmente, as empresas multinacionais extralatino-americanas e liquide em definitivo as empresas privadas nacionais na América Latina, ao criar, mediante a integração dos mercados e a liberação do comércio, condições em que a empresa nacional fica não apenas desfavorecida, mas também impossibilitada de obter proteção do Estado nacional; (f) ampliação cumulativa do abismo entre nossos países e os países desenvolvidos etc (SUNKEL, 2000, p. 535-536).

Delineadas as problemáticas advindas das relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento no plano internacional, cabe a discussão sobre a lógica de interação no plano nacional, considerando a já apontada afirmação de que os elementos que compõem as estruturas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento seriam determinados por fatores de vinculação internas e externas. Nesse sentido, Sunkel (2000) defende a existência tanto de uma polarização externa, ligada às funções exercidas pelos diferentes países no interior do sistema econômico internacional, quanto uma polarização interna, a partir de uma tendência de divisão interna entre espaços físicos, grupos sociais e atividades econômicas consideradas avançadas e atrasadas, e que teriam vinculação direta com o plano internacional, sobretudo com conglomerados transnacionais.

A partir dos investimentos advindos dos vínculos com conglomerados transnacionais e das exportações, esses diferentes espaços tenderiam a apresentar certa industrialização, com incremento de atividades dos setores manufatureiro, produção de insumos e infraestrutura. Esse desenvolvimento industrial interno seria estimulado pela estagnação dos setores de

exportação tradicional e da agricultura (bens primários), modernização tecnológica manufatureira e concentração de propriedade. “Esses três fenômenos — estagnação, modernização tecnológica e concentração da propriedade — aceleram o êxodo da população que está vinculada às atividades exportadoras e rurais, direta e indiretamente, acelerando o processo de urbanização” (SUNKEL, 2000, p. 537).

O adensamento populacional em algumas poucas cidades de cada país da América Latina teria ocasionado grandes desequilíbrios interurbanos e intra-urbanos, concentrando praticamente toda a infraestrutura econômica, social, administrativa e cultural.

> De fato, talvez seja na caracterização ecológica das cidades principais que podemos apreciar, de maneira mais dramática e patente, o fenômeno da polarização interna: os setores marginalizados, que constituem um cinturão de miséria infernal em torno das cidades grandes e se infiltram nelas; as áreas fabris, que são, simultaneamente, os bairros residenciais do proletariado; o centro administrativo, financeiro e comercial, em torno do qual se localiza a baixa classe média; e os bairros residenciais dos grupos de renda média e alta, que coincidem com as áreas de maior gasto privado e público no consumo suntuário, e que são, ao mesmo tempo, os de menor densidade populacional. Essa é, sem sombra de dúvida, a expressão espacial urbana de um processo de polarização e segregação da distribuição da renda, da estrutura dos gastos, da estratificação social e da distribuição do poder, prestígio e cultura (SUNKEL, 2000, p. 537-538).

Interessante notar, novamente, que o processo de adensamento urbano e o foco da estrutura sociopolítica e econômica concentrada nas cidades seria uma das estratégias preconizadas pela Teoria Convencional de Rostow (1961), que teria orientado as ações em prol do desenvolvimento estimuladas pela ONU nos primeiros anos de suas atividades.

A partir do exposto acerca dos processos de vinculação e relações de dominação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, de um lado, e entre espaços internos desenvolvidos e subdesenvolvidos, de outro, o estruturalismo latino-americano advoga por uma interpretação global do desenvolvimento que exige o estudo acerca das conexões existentes entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas (GARCÍA, 1974, 1980; CARDOSO; FALETTO, 2000; ECHAVARRÍA, 2000; SUNKEL, 2000). Nesse sentido, Cardoso e Faletto (2000, p. 506) explicam que a especificidade histórica do subdesenvolvimento nasce, exatamente, das relações entre sociedades “periféricas” e sociedades “centrais”, e seu prolongamento interno em regiões “periféricas” e “centrais”, que possuem vínculos externos, via de regra, com empresas subsidiárias de conglomerados transnacionais. Essa conjuntura, evidentemente, seria determinada por fatores estruturais internos históricos, característicos da América Latina, aliados a uma conformação específica

do sistema produtivo mundial calcado na produtividade industrial e na mundialização dos mercados.

Cardoso e Faletto (2000) apontam que países, e regiões internas, se conformaram como economias periféricas em termos ‘coloniais’, quando do vínculo advindo das relações de colonização; já as economias periféricas se conformaram enquanto ‘sociedades nacionais’, quando da vinculação de países independentes a núcleos industriais dominantes no plano internacional – estabelecendo uma Divisão Internacional do Trabalho própria do mundo industrializado. Esses modelos de vinculação teriam ocorrido em fases distintas do capitalismo ao longo da história – capitalismo mercantil e capitalismo industrial, respectivamente –, proporcionando vinculações e relações de dominação com diferentes formatações. O aspecto comum aos diferentes momentos e conjunturas históricas teria sido a permanência da situação de dependência.

> Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação (CARDOSO; FALETTO, 2000, p. 507).

Disso deduziria-se a insuficiência do conceito de subdesenvolvimento para caracterizar a estrutura de um tipo de sistema econômico predominantemente baseado no setor primário, com elementos de forte concentração de renda e predomínio do mercado externo sobre o interno (CARDOSO; FALETTO, 2000). Isso porque, a análise da situação de desenvolvimento envolveria o esforço de compreensão não apenas das características estruturais das economias subdesenvolvidas, mas o entendimento acerca da forma como historicamente as economias subdesenvolvidas se vincularam às economias desenvolvidas no mercado mundial. Ou seja, trata-se da compreensão em relação à forma como grupos sociais internos conseguiram definir relações orientadas para o exterior. Partindo do princípio de que o sistema econômico internacional, como qualquer outro sistema social, se apresenta como sistema de poder, notadamente se apresentaria como um sistema historicamente gerador de dominação/dependência que favoreceria o desenvolvimento de países “desenvolvidos/industrializados’ em detrimento de países subdesenvolvidos.

Em outras palavras, a noção de dependência implicaria no reconhecimento da existência de condições específicas de interação e funcionamento do sistema econômico com o sistema político – ou seja, uma imbricação tanto no plano interno quanto no externo. Já a noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento caracteriza um grau de diferenciação do

sistema produtivo, sem que fossem levadas em consideração questões relativas ao controle das decisões de produção e consumo – ou seja, desconsidera orientações e ideologias políticas, como o capitalismo e o socialismo, bem como relações coloniais e periféricas. (CARDOSO; FALETTO, 2000)

No contexto latino-americano, levando-se em consideração a dinâmica do mercado, bem como funções exercidas historicamente nos sistemas produtivo e de consumo pelos diferentes países no plano internacional – e as diferentes regiões no plano nacional –, o esquema explicativo a partir das definições de "economias centrais" e "economias periféricas" em relação de dependência parece mais preciso em significação social que o esquema a partir dos conceitos de "economias desenvolvidas" e "economias subdesenvolvidas" (CARDOSO; FALETTO, 2000). Isso porque, no esquema centro/periferia existe subsumida uma noção de desigualdade de posições e funções dentro de uma estrutura de produção global.

Por essa perspectiva, a do estruturalismo latino-americano, a interpretação global do processo de desenvolvimento exigiria do pesquisador a consciência de que não existe um nexo imediato entre a diferenciação do sistema produtivo-econômico e a formação de centros autônomos de decisão (CARDOSO; FALETTO, 2000). Ou seja, a possibilidade de um país periférico desenvolver-se no plano do industrial não o coloca necessariamente em situação de autonomia de decisão no plano da economia global (GARCÍA, 1974). Assim, o que seria mais preciso afirmar é a existência de países subdesenvolvidos em situação de dependência ou, em algum caso, países industrialmente desenvolvidos em situação de dependência. Isso evidenciaria que o posicionamento de um país no âmbito internacional também estaria ligado, para além do aspecto de dominação econômica, ao domínio cultural e ideológico entre países centrais e periféricos.

Nesse sentido, Ordoñez Andrade (1974) defende que, para além da dependência econômica, os países subdesenvolvidos sofreriam do fenômeno da "dependência cultural", caracterizado pela existência de laços simbólicos de dominação que determinariam as possibilidades de atuação e projeção dos planos de desenvolvimento nos âmbitos nacionais.

Em sociedades industrializadas, explica Ordoñez Andrade (1974), existiriam estruturas institucionalizadas de inovação, investigação e invenção, que seriam as instâncias responsáveis pelos avanços científicos, técnicos, ideológicos, de novos conceitos éticos e estéticos, bem como pelos valores ou normas que determinam os padrões de comportamento. Essas estruturas também estariam diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico da sociedade, de maneira dialógica, ou seja, essas estruturas atuam sobre o desenvolvimento econômico e cultural ao mesmo tempo em que são influenciados por ele – no que diz respeito

à relevância social ou investimentos, bem como aos incrementos produtivos e de consumo, ou no tocante às estratégias para o progresso. Num segundo campo dinâmico na sociedade estariam os centros de crítica ou análise/adaptação/execução dos efeitos dessas estruturas institucionalizadas. Segundo Ordoñez Andrade (1974), esses centros de crítica se refeririam aos grupos de indivíduos responsáveis pelas tomadas de decisão que seriam os primeiros a receberem os avanços promovidos pelas instâncias institucionalizadas, ou seja, as inovações tecnológicas, científicas e os novos valores. Em muitas vezes, esses grupos seriam os únicos a receberem esses novos incrementos intelectuais e, por isso, se tornariam novas elites e grupos de pressão. Assim, seria nesses centros que ocorreria a depuração dos avanços promovidos pelas estruturas institucionalizadas, bem como a depuração e adaptação à sociedade. Isso significa dizer que seriam esses grupos que adaptariam os avanços científicos, técnicos, tecnológicos, ideológicos, estéticos, éticos e normativos para a sociedade. Nesse processo ocorreriam alterações que poderiam ser efeito de influências e pressões de outros grupos organizados, adaptando as inovações às necessidades reais ou 'aparentes' da sociedade. Essas manifestações culturais passariam pelas duas instâncias (estruturas institucionalizadas e grupos decisórios) para, só depois, chegar à sociedade. Nesse processo de transmissão estariam situadas diversas entidades ou mecanismos, como a educação, os meios de comunicação e organizações da sociedade.

Ocorre, adverte Ordoñez Andrade (1974), que esse modelo seria válido exclusivamente nos contextos de sociedades industrializadas. No caso de países colonizados – ou dependentes, ou em desenvolvimento –, os processos culturais não se cumpririam da mesma maneira. Na verdade, as sociedades em desenvolvimentos ou subdesenvolvidas, com graus significativos de dependência, teriam apresentado a tendência de se transformarem em consumidores de criações e invenções das sociedades industrializadas, pagando por isso grandes custos econômicos e sociais.

No caso dos países subdesenvolvidos, as estruturas institucionalizadas que seriam responsáveis pelos avanços científicos, técnicos, tecnológicos, ideológicos, estéticos, éticos e normativos para a sociedade, via de regra, seriam incipientes e não acompanhariam as demandas da própria sociedade. Esse fato obrigaria os países subdesenvolvidos a utilizar o conhecimento produzido em nações desenvolvidas. "Copiamos los modelos de comportamiento y ajustamos la acción, la planificación, el ejercício del poder, la actividad política, las ideologias, comportamientos, modas, usos y costumbres de la nación patrona" (ORDOÑEZ ANDRADE, 1974, p. 68).

Nesse sentido, também problemático seria o fato de os países subdesenvolvidos e dependentes importarem conhecimento exclusivamente daquilo que lhe é conveniente aos interesses dos poucos núcleos industriais, atrelados ao capital estrangeiro – como já destacado por Sunkel (2000) e Furtado (2000). Essa condição, sob a ótica do estruturalismo latino-americano, contribuiria para o aumento da dependência centro-periferia. Isso porque, explica Ordoñez Andrade (1974), a brecha tecnológica, científica e econômica, aliada à importação cultural, tenderia a acentuar a ausência de novas perspectivas e soluções localizadas e diferenciadas surgidas das próprias demandas da sociedade, com as especificidades locais. Com isso, cada vez mais, as sociedades subdesenvolvidas deixariam de criar suas próprias soluções, seus próprios valores, seus próprios sistemas – numa espécie de círculo vicioso.

Já em relação aos centros de decisão – grupos de pressão político e econômico responsáveis pelo translado das inovações promovidas nos centros industrializados –, Ordoñez Andrade (1974) aponta que, além de não serem grupos capazes de responder às necessidades da sociedade, seriam beneficiados pela relação de dependência e, por isso, atuariam no sentido da manutenção dessa estrutura.

> Esos grupos reciben las innovaciones, las nuevas tecnologías, las creaciones, los valores, los gustos – incluso las posiciones éticas y estéticas – y las transladan a la sociedad, luego de los procesos críticos y de acomodación a sus propias necessidades cuando se encuentran ubicados o manejan el poder, utilizan sistemas de planificación, copian modelos de desarrollo econômico, político, social, doctrinas y normas, que no corresponden a la realidad de nuestros países y menos a los objetivos que los Estados latinoamericanos deberían perseguir (ORDOÑEZ ANDRADE, 1974, p. 68).

Além disso, reforça Ordoñez Andrade (1974), os países subdesenvolvidos se encontrariam acometidos por condições deficitárias nos sistemas educacionais, de modo geral, que pouco contribuiriam para o desenvolvimento sócio-cultural. O autor atribui parte da culpa por essa condição à própria perspectiva de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Isso porque, o modelo de desenvolvimento a partir da importação cultural realmente não preconizaria a produção e consolidação de soluções e inovações e de novas elites técnicas e, portanto, o sistema educacional não precisa ir além da capacitação para a utilização dos recursos importados – o que culmina em ausência de investimentos em inovação científica, técnica, tecnológica, estética, ética, normativa etc.

No que se refere aos veículos de comunicação, Ordoñez Andrade (1974) ressalta possuir papel fundamental no conjunto do modelo de compreensão do processo cultural, em razão de sua capacidade de difundir e fomentar os processos culturais. O autor, entretanto, faz

uma ressaltava interessante no que tange a estrutura comunicacional das sociedades não industrializadas, a saber, o fato de o sistema de difusão de informações ser um dos poucos setores cujas tecnologias de ponta estiveram disponíveis. Nesse sentido, o problema residiria naqueles que operariam os veículos de comunicação nos países subdesenvolvidos – perspectiva que problematizaria a questão da concentração da propriedade dos meios de comunicação, do perfil e objetivos dos grupos proprietários ou concessionários, e a necessidade de regulação da mídia. De acordo com Ordoñez Andrade (1974), em geral, os meios de comunicação pertenceriam a grupos de pressão, econômicos ou políticos – justamente aqueles responsáveis pelo traslado do sistema de dependência internacional. "Los medios pertenecen al sistema y es ilusório suponer que ellos, o gracias a ellos, podrán alcanzarse los propósitos de cambio" (ORDOÑEZ ANDRADE, 1974, p. 71).

Na visão de Sunkel (2000), essa circunstância seria produzida em razão da formatação da economia global, que se caracterizaria por um processo simultâneo de integração transnacional e de desintegração nacional, cujo protagonismo fundamental seria exercido pelo conglomerado transnacional. Nesse sentido, o conglomerado internacional, instituição base da dinâmica do capitalismo do pós-guerra, provocaria transformações radicais nas estruturas tanto dos países centrais como nos periféricos, empreendendo um novo modelo de civilização baseado na sociedade do 'superconsumo'.

Composto de poucas corporações de grandes proporções, dinamicamente técnicas e maciçamente capitalizadas e altamente organizadas, esse novo sistema, denominado por Sunkel (2000, p. 533) de "Sistema Industrial", estimularia a consolidação de desenvolvimento de segmentos nacionais internacionalizados, particularmente aqueles que tenham vínculos com as matrizes dos conglomerados transnacionais – ou seja, desenvolvem-se nos países periféricos aqueles segmentos vinculados aos segmentos dos conglomerados transnacionais localizados originalmente em países desenvolvidos (GARCÍA, 1974). Nesse sentido, Sunkel (2000) aponta que o núcleo central do conglomerado transnacional, que via de regra encontrava-se instalado em uma metrópole, seria o responsável pelo planejamento da corporação – que elabora as estratégias de crescimento da corporação a partir da relação entre possibilidade de produção e de consumo dos produtos, levando ainda em consideração os custos de distribuição. Isso faria com que os próprios Estados Nacionais perdessem sua capacidade de decisão e de planejamento na medida em que as empresas multinacionais, ligadas aos conglomerados transnacionais, representaria, ao mesmo tempo, um "agente intermediário de penetração das leis, da política externa e da cultura de um país em outro" (SUNKEL, 2000, p. 557). Essa centralização da decisão também tenderia a ampliar as

defasagens tecnológicas de países ou regiões em que atuam, na medida em que o avanço nesse setor ficaria restrito à atividade desenvolvida pelos conglomerados, nos limites do próprio conglomerado, perpetuando condições de marginalização e dependência.

García (1974) ressalta oito fatores que devem orientar a análise e compreensão da problemática da industrialização periférica:

> a) el de la alienación ideológica de las clases o élites dirigentes del proceso de industrialización, dentro del marco de un cierto tipo de crecimiento capitalista; b) el de la inadecuación estructural del Estado; c) el de las modificaciones cualitativas en la estructura de la dependencia externa; d) el de la insuficiente capacidad de modificar, dinámicamente, la estructura del empleo; e) el de la inadecuación de los mecanismos de formación y movilización de ahorro interno; f) el de la desproporcionada magnitud y la débil integración del sistema nacional de mercado; g) el de la falta de asimilación de los principios racionales de la revolución industrial; y h) el de la pluralidad de focos industriales de crecimiento (GARCÍA, 1974, p. 44).

De modo geral, García (1974) aponta que esses fatores interrelacionados, aliados a uma contribuição cultural, têm feito com que se torne difícil o processo de industrialização na América Latina. Destaca-se o fato de que a América Latina teria adotado modelos de desenvolvimento adotados em países desenvolvidos, como Inglaterra e Estados Unidos. O autor pondera que os modelos transportados de outras localidades obtiveram êxito em um determinado conjunto de fatores e estruturas, econômicas e culturais, historicamente consolidadas; porém, no médio prazo, esses modelos se mostraram ineficientes como alternativa para o desenvolvimento da região. Assim, no cerne do debate deve estar a formulação de um modelo econômico próprio da América Latina, que leve em consideração os problemas inerentes à história socioeconômica, cultural e política da região.

1.2.1 A construção da proposta da NOMIC a partir das premissas da NOEI

De acordo com García (1980), a Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) deve ser enquadrada dentro de um conceito mais amplo, que compreenda a diversa trama de relações econômicas, sociais, culturais e políticas que tem se estabelecido entre sistemas, hemisférios e países do mundo. Isso significou a proposição de um modelo que se apresentasse como alternativa à ordem internacional estabelecida a partir da hegemonia das grandes potencias da Guerra Fria, às concentrações internacionais e multinacionais de poder, bem como ao controle econômico das corporações transnacionais que dominavam o comércio mundial de matérias primas e alimentos, manufaturas industriais, tecnologia e de capitais.

A partir da Segunda Guerra Mundial teria ocorrido uma significativa transformação no esquema clássico da Divisão Internacional do Trabalho – que se resumia na especialização dos países subdesenvolvidos na produção e exportação de produtos primários, sem valor agregado, em troca da importação de manufaturas industriais, principalmente de consumo. Isso teria ocorrido não apenas pelo processo/políticas de substituição de importações de bens de consumo a partir de indústrias nacionais – fruto da importação de bens intermediários e de capital –, mas como expressão dos fenômenos contemporâneos de inserção das economias subdesenvolvidas no sistema capitalista mundial: "la transnacionalización del capital y la transnacionalización – o internacionalización – del proceso productivo" (GARCÍA, 1980, p. 275). Seria a capacidade de o mercado internacional internacionalizar os processos produtivos que redefiniu os esquemas da Divisão Internacional do Trabalho. Nesse sentido, as grandes empresas transnacionais deslocariam a produção aos países subdesenvolvidos cuja mão de obra se mostraria mais barata (por uma série de razões), voltando essa produção ao mercado externo.

> Ha sido, entonces, a través de la transnacionalización del proceso productivo como se ha producido la transnacionalización del mercado del trabajo, fundamentado en dos elementos característicos de los países subdesarrollados: el de estar constituidos como los ejércitos laborales de reserva de la economía capitalista mundial, con sus enormes contingentes de población activa subempleada o abiertamente desocupada; y el de conservar la ventaja comparativa -para la economía de las transnacionales- de la mano de obra más barata y con más bajos niveles de salarios reales (GARCÍA, 1980, p. 277).

Dentro desse novo sistema de relações internacionais de intercâmbio, os países subdesenvolvidos e dependentes poderiam obter, em algum momento, benefícios financeiros advindos do fluxo de recursos que circula em território nacional. Porém, isoladamente, esses países do Terceiro Mundo não teriam capacidade de transformar as estruturas da ordem internacional e alcançar degraus satisfatórios de desenvolvimento econômico e social em função da manutenção das estruturas coloniais. Importante mencionar que, embora tenha havido benefícios financeiros decorrentes da atuação das empresas transnacionais em território nacional, o crescimento econômico em torno das empresas transnacionais teria território específico e seria corolário das decisões empreendidas pelos comandos das empresas transnacionais – via de regra localizados em países desenvolvidos.

> El Nuevo Orden Económico Internacional significa, entonces, no un simple reajuste monetario o un simple saneamiento del actual sistema de organización económica del mercado mundial, sino un nuevo ordenamiento

> político-económico que posibilite el desarrollo autónomo de los países atrasados del Tercer Mundo, la liberación social de sus pueblos y la utilización de la moderna tecnología en la eliminación de las causas que determinan el hambre, la miseria y el subdesarrollo. Sin este nuevo ordenamiento internacional, se anularían -o bloquearían-los esfuerzos de los países atrasados por transformar sus condiciones de vida, por eliminar la póliza extrema y masiva de sus pueblos y por ganar el derecho a participar directamente en las grandes conquistas contemporáneas de la ciencia el arte y la tecnología (GARCÍA, 1980, p. 285).

As articulações empreendidas pelo Movimento dos Países Não Alinhados e o Grupo dos 77, que culminariam na consolidação dos instrumentos normativos da Nova Ordem Econômica Internacional, bem como a construção de um modelo teórico-metodológico para o desenvolvimento de países subdesenvolvidos[43], estimulariam sobremaneira o debate em torno dos problemas e das potencialidades da comunicação para o processo de desenvolvimento no âmbito da Unesco – também distante da perspectiva defendida por Schramm (1967, 1969), embora o autor tenha participados dos debates iniciais em torno da concepção do conceito de Comunicação para o Desenvolvimento.

> Bajo esta influencia, y para inicios de los años 70, los dos problemas centrales identificados por los países del Sur en materia de comunicación pueden formularse señalando que, por una parte, las redes de comunicación y los medios de comunicación masiva más importantes a nivel global estaban articuladas como verdaderas empresas transnacionales, concentradas en pocas manos y cuyos propietarios eran los mismos que poseían otras empresas transnacionales de diversa índole, desde productores y comercializadores electrodomésticos hasta productores y distribuidores de armas, o tenían intereses económicos compartidos con los dueños de tales transnacionales, y consecuentemente tenían también afinidades ideológicas y políticas que se expresaban, entre otras cosas, en la producción de información, el control de su mercado y del acceso a los recursos y tecnologías relacionadas con ellos; y, por otra parte, que esta serie de afinidades e intereses compartidos imprimían a los productos comunicativos una versión ideologizada y hegemónica de sus contenidos, que a su vez, era reproducida y amplificada en las redes y medios de comunicación de los países del Sur, transfiriendo a los receptores valores, perspectivas, preferencias y creencias que a menudo resultaban ajenas a la realidad y a los intereses de los países subdesarrollados, haciendo de la comunicación un instrumento para canalizar ciertas formas de dominación cultural y política (JURADO VARGAS, 2009, pp. 74-75).

[43] Importante ressaltar que, apesar de a Cepal ser um órgão representativo à consolidação do pensamento crítico latino-americano, é a "Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura" (Unesco) a entidade internacional que mais se notabilizou pelo estímulo ao debate latino-americano sobre os problemas da Comunicação e sobre o papel dos meios de comunicação para o Desenvolvimento. Isso mostra-se verdadeiro, inclusive, pelo fato de ter sido a partir da X Conferência Geral da Unesco, em 1958, que surgiu a orientação para criação do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina (Ciespal), à época denominado Centro Latino-americano de Estudos Superiores de Jornalismo. Porém, há que se frisar que o estruturalismo latino-americano se configurou em paradigma interpretativo da comunicação no âmbito dos estudos desenvolvidos no Ciespal ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Apesar de a questão da Comunicação já estar presente no debate sobre desenvolvimento nos primeiros anos da ONU e da Unesco, o debate sobre os problemas da Comunicação e sua relação com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos teria sido iniciado propriamente, segundo Jurado Vargas (2009), a partir da 16ª Conferência Geral da Unesco, realizada em 1970. Na oportunidade, a temática da comunicação seria tratada com mais profundidade, gerando uma série de resoluções e recomendações[44] (UNESCO, 1970a).

Jurado Vargas (2009, p. 88) resume os aspectos principais das resoluções relativas à comunicação sob três eixos: "livre circulação de informações e intercâmbios internacionais", "informação" (qualidade), e "informação pública e fomento à cooperação internacional". Ainda no campo da Comunicação, a Conferência também debateria e apontaria diretrizes para fomento à produção e documentação de arquivos e livros (UNESCO, 1970a, p. 64).

A respeito da "livre circulação de informações e intercâmbios internacionais", a Conferência aprovou a necessidade de os Estados promoverem a mais ampla circulação de "materiales de carácter educativo, científico y cultural", com intensificação do apoio das "organizaciones internacionales competentes para la adopción de medidas que faciliten la circulación de estos materiales" (UNESCO, 1970a, p. 58). Isso demandaria, por exemplo, ações dos organismos multilateriais nos âmbitos mundial e regional. Jurado Vargas (2009, p. 88) explica que a diretiva incluiria tanto políticas de incentivo à produção e circulação de materiais editoriais, quanto fortalecimento da estrutura tecnológica da informação e da comunicação. Também fica mencionada a necessidade de debate acerca de questões relativas ao Direito de Autor, em cooperação com a ONU e a União Internacional de Telecomunicações (UIT – órgão especializado da ONU) (UNESCO, 1970a, p. 60).

Em relação à qualidade da informação, as conclusões da Conferência indicariam a necessidade de fomento ao desenvolvimento dos serviços nacionais de informação, bem como a formação de especialistas e pesquisadores no setor. A Conferência ainda colocaria especial atenção à cooperação entre institutos de informação e investigação no setor (UNESCO, 1970a, p. 61). Jurado Vargas (2009, p. 89) explica que se acordou, portanto, a necessidade de desenvolvimento de estudos sobre a influência da informação na sociedade; o incentivo ao desenvolvimento e adoção de códigos deontológicos de produção de informações; o estímulo ao desenvolvimento científico da área e o intercâmbio científico relativos ao estudo dos meios de comunicação. Também se sugeriu a necessidade de criação de agências e serviços

[44] Evidentemente, outras temáticas foram tratadas na Conferência, como a promoção de políticas científicas conjuntas entre os países membros e o fomento à atividade docente (UNESCO, 1970a); porém, o relevante para deste estudo é o fato de a Comunicação ter sido tratada especificamente no âmbito do debate internacional, com influência de atores representativos do Terceiro Mundo, e voltada aos interesses de promoção ao desenvolvimento.

nacionais de informação que pudessem produzir conteúdos alternativos aos veiculados pelas empresas transnacionais de informação. Por fim, se acordou a necessidade de formação de comunicadores especializados.

Em relação ao eixo "informação pública e fomento à cooperação internacional", a Conferência estabeleceu a necessidade de os Estados produzirem legislações que regulassem a utilização dos meios de informação para propaganda em favor do racismo, guerra ou qualquer representação de ódio (UNESCO, 1970a, p. 61). Na oportunidade da 16ª Conferência Geral da Unesco, Jurado Vargas (2009, p. 90) destaca ter surgido a demanda pela produção de parâmetros legislativos que pudessem orientar os diferentes Estados quanto ao desenvolvimento de políticas de comunicação capazes de combater a problemática da distribuição desigual dos meios de comunicação. Nesse sentido, frisou-se a necessidade de organização de sistemas de comunicação mais equilibrados de intercâmbio de informações, respeitando e fomentando a questão da identidade cultural dos povos, individualmente, e das regiões. Esse debate incitou a necessidade de políticas que pudessem atuar nas estruturas da comunicação dos países, sobretudo, periféricos.

As temáticas acerca dos problemas da Comunicação e da necessidade de Políticas Nacionais de Comunicação reverberariam, em 1972, por ocasião da "Reunión de Expertos sobre Políticas y Planeamiento de la Comunicación", realizada em París. De acordo com o Informe Final da Reunião (UNESCO, 1973), a comunicação seria um elemento indispensável para a melhoria da qualidade de vida das diferentes sociedades, afetando sua produtividade, sua expressão pessoal, bem como suas necessidades e vínculos sociais. Nesse sentido, nos países menos industrializados, a principal tarefa seria aumentar a participação da população na discussão de temáticas econômicas e nacionais, bem como melhorar os conhecimentos técnicos e práticos.

Num cenário de ampliação da presença dos meios de comunicação, as Políticas de Comunicação ganhariam destaque e teriam de considerar uma série de variáveis decorrentes da crescente relevância e capacidade de impacto social e em relação aos modelos de desenvolvimento. Entre essas variáveis estariam conflitos relativos aos limites do público e do privado – como liberdade de expressão em confronto com a privacidade; a livre iniciativa em confronto com a diversidade das mídias; liberdade de imprensa em confronto com livre iniciativa; a necessidade de comunicação para o desenvolvimento em confronto com as perspectivas comerciais (livre iniciativa); entre outros dilemas (UNESCO, 1973).

> Estas demandas fueron enfatizadas dos años más tarde y para la 17a Conferencia General de la UNESCO se buscó canalizar su tratamiento mediante la realización de investigaciones orientadas a la formulación de políticas, estrategias y planes nacionales de comunicación al servicio del desarrollo, todo lo cual sucedía bajo la fuerte influencia de los planteamientos enunciados en la Cuarta Conferencia de jefes de Estado y de Gobierno de lo Países No Alineados, celebrada en Argel, en 1973 (JURADO VARGAS, 2009, p. 90).

Schenkel (1981) reforça que o campo de análise de políticas de comunicação teria ganhado destaque nos esforços interpretativos das Ciências da Comunicação. Ou seja, ao mesmo tempo em que se discutia no âmbito internacional a necessidade de consolidação de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e, por consequência, Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação (NOMIC), cresceria o entendimento acerca da relevância das políticas de comunicação no processo de desenvolvimento e transformação econômica e social. Isso representaria um movimento de revisão do conceito de Políticas de Comunicação. De uma perspectiva que se resumia à atenção aos meios tradicionais e seus conteúdos, com baixa interferência do Estado na livre iniciativa, iniciava-se um movimento de expansão do conceito que abarcava outros aspectos direta ou indiretamente relacionados aos problemas da comunicação.

> (...) incluye el sistema de las telecomunicaciones, el flujo de noticias y el trabajo de publicidad, los modernos métodos de la informática, el mundo editorial, la labor periodística, la investigación de la comunicación y la formación de los periodistas, sin olvidar la comunicación institucional e interpersonal y toda la infraestructura legal que regula las variadas actividades de comunicación. Todo esto conforma el sistema de comunicación de un país (SCHENKEL, 1981, p. 16).

O autor destaca que o desafio da conformação de Políticas Nacionais de Comunicação estaria no fato de que sua ajuda representaria uma possibilidade de conformação de condições de reorientar todo o sistema de comunicação de um país no sentido da satisfação das necessidades do desenvolvimento nacional – mas numa perspectiva distanciada das premissas difusionistas estabelecidas pelas teorizações de Schramm (1967, 1969). Conforme García (1980, p. 260), o debate em torno das políticas de comunicação estaria assentado sob a teorização e conceituação de duas perspectivas antagônicas de sistema de comunicação social: um orientado ideologicamente para preservação e expansão do modelo de subdesenvolvimento autosustentado e articulado conforme a lógica e natureza da economia de mercado, com a transnacionalização da estrutura de classes, da organização política e da cultura; e o outro modelo relacionado à ciência social crítica, com perspectiva de

transformação e de desenvolvimento. Assim, o pano de fundo de toda a discussão assentar-se-ia em um dilema histórico: “comunicación para la dependencia o para el desarrollo”.

De acordo com Jurado Vargas (2009), a temática das políticas nacionais de comunicação seguiria em destaque nas Conferências Gerais da Unesco. Na 18ª Conferência geral da Unesco, em 1974 (UNESCO, 1974), seriam planejados a realização de uma Conferência Intergovernamental latino-americana, em 1975 – mas que seria realizada em 1976 –, e um evento similar para 1977, no continente asiático. Ambas oportunidades teriam caráter regional e tratariam de questões relativas à problemática da Comunicação e, por isso, não envolveriam ou vinculariam em suas deliberações as posições defendidas pelos países desenvolvidos (UNESCO, 1974). No plano latino-americano, a Conferência Intergovernamental foi precedida da reunião de especialistas intitulada “Planificación y las Políticas Nacionales de Comunicación”, realizada na cidade de Bogotá, em 1974.

De acordo com Schenkel (1981), a definição sobre Políticas Nacionais de Comunicação (PNC) é difícil, principalmente, em razão de a Comunicação estar presente em diversos setores. E, nesse sentido, haveria de contemplar os interesses e desafios de todo o contexto. Para o autor, uma Política Nacional de Comunicação se refere a um conjunto integrado, explícito e duradouro, de políticas parciais de comunicação harmonizadas com um corpo coerente de princípios e normas que pretendem guiar a conduta das instituições especializadas no manejo do processo geral de comunicação de um determinado país.

Importante salientar que Schenkel (1981, p. 17) apresenta uma distinção entre políticas “implícitas” e políticas “explícitas”, argumentando que as primeiras se refeririam àquelas que se consolidam pela ausência de regulamentação específica, embora sejam citadas nas regulamentações existentes. O autor insinua, assim, que as Políticas também seriam compostas pelos atos regulatórios omissos, como a ausência de um determinado mecanismo de regulação que, justamente pela sua ausência, passam a permitir algum tipo de ação ou estratégia comercial – espécie de brechas regulatórias previstas ou programadas. Já políticas “explícitas” se refeririam aos marcos regulatórios que estariam expressos de maneira clara nas disposições legais e, por isso, tratar-se-iam das expressões intencionais claras de um governo ao utilizar-se da comunicação.

Schenkel (1981, p. 18) ainda diferencia o que seriam políticas de comunicação de caráter global ou parcial. Por políticas parciais se compreenderiam as regulamentações de fragmentos do amplo espectro da comunicação social – por exemplo, a regulamentação de um canal de televisão sem que seja regulamentado o espectro eletromagnético no qual as ondas de radiodifusão são transmitidas. Por sua vez, por políticas globais, compreenderiam as políticas

que tomariam conta da totalidade da esfera da comunicação em que se pretende desenvolver e regulamentar. “Por ejemplo una política en contra de la violencia en la televisión sería incompleta, si no incluyera también restricciones en cuanto a la radio y el cine y la prensa escrita y a la importación de programas y publicaciones consideradas contrarias a los intereses nacionales”.

Avançando na definição, Schenkel (1981) diferencia o que seriam políticas nacionais, setoriais, institucionais e locais.

> Una política sectorial es p. ej. la de un Ministerio en apoyo a los programas y proyectos de su area de acción. La política de un organismo descentralizado p. ej. para el desarrollo forestal o de la pesca, será una política institucional. Si una comuna agraria decide mejorar sus procesos de comunicación mediante la distribución de hojas mimiografiadas y celebrando reuniones periódicas, sería una política de comunicación a nivel local (SCHENKEL, 1981, p. 18).

Por fim, Schenkel (1981) destaca o que seriam as Políticas Nacionais de Comunicação, evidenciando que essa tipologia seria a que mais interessa ao debate latino-americano.

> (...) las políticas nacionales que son aquellas que fijan los lineamientos respecto a los temas fundamentales como entre otros a) la asignación de recursos para el desarrollo de la comunicación, b) el papel del Estado como promotor de procesos de comunicación y su interrelación con el sector privado, c) los derechos y libertades que deben gobernar la esfera de la comunicación, d) el empleo de las modernas tecnologías de comunicación así como e) la defensa de los valores nacionales y de la diversidad política y cultural que deben caracterizar a los procesos de comunicación (SCHENKEL, 1981, p. 18).

Segundo Jurado Vargas (2009, p. 92), resumidamente, as Políticas Nacionais de Comunicação precisariam contemplar três aspectos, em especial. O primeiro aspecto se referiria à necessidade de pluralismo e democracia na comunicação. Isso significa que as Políticas de Comunicação precisariam ser elaboradas considerando a inclusão dos diversos setores e categorias envolvidos no campo da comunicação. O segundo aspecto seria o protagonismo do Estado como agente de fomento do debate e integração dos interesses dos diversos setores envolvidos, com o objetivo de construção da integração nacional e a satisfação das demandas sociais. Já o terceiro aspecto que seria a integração regional, uma vez que a organização de políticas conjuntas entre os países da região teria potencial de proporcionar ações e conformar mercados capazes de fazer frente às forças internacionais de

comunicação, tanto simbolicamente quanto economicamente, proporcionando um adequado desenvolvimento regional[45].

Entretanto, as conclusões e propostas emergidas da reunião seriam observadas com suspeita tanto pelo Instituto Internacional de Imprensa[46] quanto pela Sociedade Interamericana de Imprensa[47] – ambas entidades representativas e vinculadas a grandes empresas midiáticas do continente americano, e com sede nos Estados Unidos da América (EUA). Para Jurado Vargas (2009) esse posicionamento contrário das entidades internacionais de Imprensa se deveria ao entendimento emergido da reunião de especialistas que considerou a concentração da possibilidade de emissão e recepção de informação como elemento nocivo ao processo de desenvolvimento, ainda mais quando da submissão dos sistemas nacionais de comunicação aos interesses não alinhados à região.

As entidades representativas da imprensa dos países industrializados argumentavam que as diretrizes propostas das Políticas Nacionais de Comunicação produziriam a "estatização da informação", gerando riscos à liberdade de imprensa e de expressão. Esses questionamentos seriam desconstruídos a partir dos resultados de encontros de especialistas de 1975, em San José de Costa Rica e em Quito, Equador, com o apoio do Ciespal, Cedal, Unesco e Fundação Friedrich Ebert. Contra esse contexto, as resoluções da reunião dos especialistas indicariam a necessidade de institucionalização de Políticas Nacionais de Comunicação como instrumentos capazes de proporcionar a participação democrática na construção de condições para o desenvolvimento.

Já da reunião realizada em Quito (Equador) – "Reunión de Experto sobre Promoción e lntercambio de Noticias" –, García (1980, p. 269) aponta ter surgido um novo campo de debate na preparação da "Conferencia lntergubernamental sobre Política de Comunicación en América Latina y el Caribe de 1976". Isso porque o debate teria focado na natureza e nos efeitos da transnacionalização do comércio de notícias e a necessidade de organização de agências multinacionais de informação, "como condición inmediata de cualquier acción destinada a modificar o aminorar las relaciones de dependencia en este campo explosivo de la

[45] Este terceiro aspecto seria, propriamente, o que mais interessaria aos objetivos analíticos da presente Tese de Doutoramento.

[46] O Instituto Internacional de Imprensa é uma rede global de editores, executivos de mídia e jornalistas. Em seu site oficial, a entidade afirma que sua missão é a de defender a liberdade de imprensa e o fluxo livre de notícias. Disponível em https://ipi.media/. Acessado em 31/08/2018.

[47] A Sociedade Interamericana de Imprensa é uma organização sem fins lucrativos, surgida em 1926 nos Estados Unidos, cujos objetivos são a defesa da liberdade de expressão, de imprensa, do aumento da qualidade técnica dos profissionais da Imprensa, bem como dos princípios básicos de uma sociedade livre e da liberdade individual. Disponível em https://pt.sipiapa.org/contenidos/asip-y-su-historia.html. Acessado em 28/08/2018.

comunicación social". Desse debate surgiriam apontamentos importantes no que tange a definição de Políticas Nacionais de Comunicação Social.

> a. la de sugerir a la Conferencia lntergubernamental sobre políticas de comunicación que "de la más alta prioridad a la necesidad de dejar explícitas las políticas nacionales de comunicación, en lo que concierne a flujo internacional de la información, en sus respectivos paises"; b. la de reiterar la necesidad de crear.... una agencia noticiosa latinoamericana y del Caribe; c. la de subrayar la necesidad de que los gobiernos participantes protejan a dicha agencia regional frenta a la competencia de las agencias extra-regionales, valiéndose de recursos como las tantas preferenciales o el establecimiento de porcentajes para su utilización por los medios de América Latina; y d. la de recomendar a los gobiernos que promuevan, dentro de sus políticas nacionales de comunicación, el más expedito establecimiento de agencias de noticias nacionales, especialmente públicas, las que posteriormente constituirán la agencia latinoamericana (GARCÍA, 1980, pp. 269-270).

Nesse sentido, aponta Jurado Vargas (2009), notar-se-ia que emergiria a perspectiva segundo a qual haveria a necessidade de que as Políticas Nacionais de Comunicação previssem medidas para limitar a participação estrangeira nos veículos de comunicação e para equilibrar a importação massiva de materiais de comunicação, assim como medidas para fomentar a produção de bens simbólicos e culturais midiáticos no âmbito latino-americano.

García (1980) aponta que as reuniões de especialistas realizadas em Bogotá/Colômbia (1974), São José/Costa Rica (1975) e Quito/Equador (1975), promovidas pela Unesco, e que antecederiam a Conferência Intergovernamental organizada pela Unesco, em 1976, definiriam as bases conceituais e ideológicas de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) para a América Latina.

> 1. La manera de enfocar la situación interna de las comunicaciones en Latinoamérica, caracterizada por la aguda concentración de las oportunidades de emisión y recepción de mensajes en manos de intereses privados minoritarios y adversos a esos cambios sociales que constituyen el pre-requisito del desarrollo nacional; 2. La percepción de la situación externa de la comunicación como indebidamente sometida a la influencia dominante de intereses económicos y políticos de los Estados Unidos; 3. La concepción de que las políticas nacionales de comunicación podrán ser un instrumento capaz de remediar o modificar estas situaciones favorables, si expresan – de manera democrática y pluralista – la participación de los diversos sectores vinculados a los medios de comunicación (propietarios, profesionales, funcionarios, etc., representados en probables Consejos Nacionales de políticas de Comunicación; 4. La asignación al Estado de un papel conductor en la implantación de políticas nacionales de comunicación dentro del esquema liberal de conciliación de intereses; 5. El reconocimiento de la necesidad de que los países latinoamericanos adopten políticas conjuntas en relación con las transnacionales de la información (GARCÍA, 1980, p. 268).

Assim, a partir da Conferência Intergovernamental de 1976, em San José da Costa Rica, sob o título de "Primera Conferencia Intergubernamental sobre políticas nacionales de comunicación en América Latina", os cientistas da comunicação consolidariam o entendimento de que poderia haver uma nova era da comunicação social em favor do desenvolvimento integral das sociedades, acompanhando as transformações sustentadas pela Nova Ordem Econômica Internacional. García (1980) destaca que o Informe Final da Reunião de San José de Costa Rica teria apresentado recomendações aos governos latino-americanos em quatro direções. A primeira diz respeito à necessidade de formulação e estabelecimento de políticas no sentido da instituição de programas de desenvolvimento orientados para a transformação social. A segunda refere-se à inclusão da eliminação das relações de dependência que afetariam a maioria dos países da América Latina entre os objetivos específicos das políticas nacionais. A eliminação da concentração da propriedade dos meios de comunicação de massa, por meio da ação de regulação do Estado, figura como a terceira recomendação aos governos. Por fim, a necessidade de ajustamento das funções da comunicação social em relação aos objetivos de desenvolvimento integral nacional.

Jurado Vargas (2009) aponta que teria se construído um clima de tensão em torno da realização da Conferência Intergovernamental de San José, em 1976. Mais que isso. Duas fortes entidades internacionais de radiodifusão e de Imprensa, a Associação Internacional de Radiodifusão[48] (AIR) e da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP – em espanhol, SIP) teriam criado um Comitê para "Defesa Interamericana de Informação". Os comunicados emitidos pelo Comitê seriam reproduzidos na maioria dos veículos afiliados aos organismos na América Latina, principalmente por meio do tradicional jornal estadunidense "The New York Times" e pelas agências internacionais de notícias Associated Press[49] (AP) y United Press International[50] (UPI). O conteúdo dessas reproduções afirmava que os documentos e deliberações emergidas e aprovadas desde a Reunião de Especialistas de Bogotá (1974) seriam opostos aos objetivos da Constituição da Unesco e, portanto, contrárias à normalidade do direito internacional. Jurado Vargas (2009) também aponta que os conteúdos veiculados também apontava que o Ciespal buscava reformular a radiodifusão latino-americana,

[48] A Associação Internacional de Radiodifusão (AIR) refere-se a uma a organização internacional, surgida em 1946, que agrupa operadores privados de rádio e televisão de diferentes países e regiões, cujos objetivos são os de empreender a defesa do livre fluxo informativo e da livre concorrência, bem como a defesa dos interesses dos operadores privados de radiodifusão. Disponível em http://www.airiab.com/es. Acessado em 28/08/2018.

[49] A Associated Press (AP) se refere a uma agência de notícias criada em 1846, na cidade de Nova York (EUA), a partir do financiamento de cinco periódicos da localidade. A agência encontra-se, atualmente, em atividade em atividade em 263 locais em 100 países. Disponível em https://www.ap.org/es/sobre-nosotros/nuestra-historia/. Acessado em 28/08/2018.

[50] A United Press International (UPI) refere-se a uma agência de notícias internacional fundada em 1907 e em atividade. Atualmente sedia-se em duas cidades estadunidenses: Washington (DF) e Boca Raton, Florida. Disponível em https://www.upi.com/. Acessado em 28/08/2018.

configurando-a em padrões socialistas. Assim, os organismos internacionais representantes dos proprietários dos veículos de comunicação e imprensa americanos acusariam a perda da legitimidade da Unesco como "foro internacional para la discusión de los problemas de la comunicación, argumento que unos años más tarde adoptaría los Estados Unidos para tratar de justificar su separación de este organismo" (JURADO VARGAS, 2009, p. 93).

Na opinião de García (1980), a oposição das entidades internacionais patronais de radiodifusão e imprensa denotaria três aspectos relevantes.

> a. la primera, el apoyo de las transnacionales informativas en la SIP, con el objeto de impedir – desde adentro de las sociedades latinoamericanas – la formación de una estructura informativa autónoma; b. la segunda, la alianza política entre las transnacionales y la poderosa oligarquía latinoamericana que controla la propiedad sobre los medios de comunicación social y comparte los beneficios económicos del consumismo; y c. la tercera, la inexistencia de un adecuado contexto político (como el existente en algunas regiones africanas) para hacer posible la instrumentación práctica del proyecto de nueva estructura informativa latinoamericana, con la envergadura y la independencia necesaria para cumplir los dos objetivos de mayor alcance: el de promover y estimularlas estrategias de desarrollo global de los países latinoamericanos y de sus empresas y estructuras multinacionales; y el de iniciar – en la práctica – la creación del Nuevo Orden Internacional Informativo de la América Latina (GARCÍA, 1980, pp. 270-271).

Importante salientar que, apesar das críticas empreendidas pelos órgãos internacionais ligados à perspectiva do livre fluxo de informações e do livre mercado, Jurado Vargas (2009) lembra que medidas semelhantes já existiam nos Estados Unidos e de países europeus – o que sugere que os problemas em relação às perspectivas da NOMIC se cristalizam no intento de dominação e não na defesa das premissas do liberalismo econômico.

Em que pese as distorções acerca das formulações dos encontros de especialistas desde Bogotá, e as pressões midiáticas a que foram submetidos os representantes dos governos participantes, a Conferência Intergovernamental de Costa Rica foi finalizada com a adoção de uma declaração favorável à formulação de Políticas Nacionais de Comunicação, intitulada Declaração de San José (UNESCO, 1976a). Essa declaração afirmava que:

> (…) la necesidad humana de comunicarse existe en todo tiempo, lugar y formas de organización social, a partir de la cual, y con ayuda de la ciencia y la tecnología, se han desarrollado medios de comunicación masivos, los cuales forman parte de los recursos de la sociedad y de su patrimonio científico; y que por tanto, tales medios deben servir para salir del aislamiento en que se encuentran grandes sectores de la población haciendo un uso pacífico y benéfico de ellos para el conjunto de la sociedad (JURADO VARGAS, 2009, p. 94).

Neste contexto, Jurado Vargas (2009, p. 95) afirma que caberia aos Estados a responsabilidade de "estimular, apoiar, promover e difundir" o uso dos bens simbólicos da comunidade com o objetivo de empreender seu desenvolvimento integral. Para tanto, tornar-se-ia necessário o estabelecimento de planos e programas para ampliação da utilização positiva dos meios de comunicação como ferramenta das políticas de desenvolvimento nacional.

> Desde esta perspectiva, las políticas nacionales de comunicación deben concebirse en el contexto de las propias realidades, de la libre expresión y del respeto a los derechos humanos individuales y sociales; y además, contribuir a la cooperación entre los pueblos respetando la soberanía de cada Estado y el principio de no intervención (JURADO VARGAS, 2009, p. 95).

Para Jurado Vargas (2009) poder-se-ia resumir as considerações e diretrizes que compõem a Declaração de San José, de 1976, a respeito da formulação de políticas de comunicação no contexto das políticas de desenvolvimento em 10 asserções principais. A primeira se refere ao reconhecimento da necessidade de circulação equilibrada de informação no âmbito internacional; e que a garantia acerca dessa circulação estaria no estabelecimento de dispositivos legais a nível nacional. A segunda partiria do princípio acerca da emergência de estruturação de sistemas de comunicação complementários ao de caráter comercial, bem como a ampliação da participação dos diferentes setores sociais no processo de comunicação. Outra diretriz (terceira) defenderia a necessidade de reconhecimento do direito à livre circulação de comunicação e informação. Neste contexto, também surgiria (quarta asserção) a necessidade de reconhecimento do "direito à comunicação" como princípio derivado do direito universal à livre expressão do pensamento, bem como seus aspectos de acesso e participação no âmbito da esfera pública. Ainda no campo dos direitos (quinta), as diretrizes apontariam para a necessidade de continuidade aos esforços para constituição de uma regulação internacional do "direito à réplica".

Conforme Jurado Vargas (2009), a sexta diretiva se referiria ao entendimento segundo o qual seria prerrogativa dos Estados a formulação de políticas e planos nacionais no campo da comunicação social, elaboradas a partir do reconhecimento das peculiaridades de cada país. A sétima formulação diria respeito à necessidade de criação de Conselhos Nacionais de Comunicação; ainda nesse sentido (oitava asserção), haveria a necessidade de criação de uma "agência regional de notícias" ou ainda um consórcio regional de agências nacionais de notícias.

O investimento em pesquisa também estaria previsto como necessidade na Declaração de San José, de 1976; no documento constaria a premissa de que o efeito da comunicação social nos processos regionais de integração precisaria ser estudado com mais profundidade, de forma a subsidiar a melhoria das condições de cooperação. Por fim, a décima diretriz, estaria exposta a premissa segundo a qual aos Estados caberia a responsabilidade de coordenar as novas políticas nacionais, levando em consideração o contexto da Nova Ordem Econômica Internacional.

> (…) la Declaración de la Conferencia lntergubernamental de San José de 1976 no se agotó en subrayar la necesidad de ampliar la participación del Estado y de los diversos sectores sociales para gestionar la comunicación social o masiva, así como sus medios y tecnologías a través de políticas públicas, entendidas como meros cursos de acción para atender los asuntos de interés general que posicionan en las agendas de gobierno – con mayor o menor fuerza – los distintos actores nacionales e internacionales que inciden en ellas, sino que prefiguró, basado en una pretensión de justicia en las relaciones entre el Norte y el Sur, un propósito mucho más ambicioso: el establecimiento de un orden, basado en derechos, que reclamaba del poder estatal una mediación política que permita racionalizar la gestión de los problemas sociales de la comunicación en consonancia con los planteamientos del Nuevo Orden Económico Internacional. En ese sentido, esta declaración recoge y al mismo tiempo proyecta la demanda por un nuevo orden de la comunicación tanto en el ámbito nacional como en el internacional (JURADO VARGAS, 2009, p. 96).

De acordo com Jurado Vargas (2009), a Declaração de San José[51] ainda influenciaria os debates empreendidos na 19ª Conferência Geral da Unesco, realizada no final do mesmo ano. Na oportunidade seria aprovada a criação da Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação (UNESCO, 1976b), que seria viabilizada a partir de 1977, e que ficaria responsável pelo desenvolvimento de estudo sobre os problemas da comunicação, considerando os progressos tecnológicos e a evolução da complexidade das sociedades mundiais. A intenção era a de que esse estudo representasse uma das estratégias para contribuição da Unesco ao estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional, em conformidade com as Resoluções aprovadas nas Assembleias gerais da ONU ocorridas em 1974[52], assim como atendia à Resolução nº 12.1 da 18ª Conferência Geral da Unesco, que indicava a necessidade de o organismo empreender contribuição "plena e total" ao estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) (UNESCO, 1974).

[51] A Conferência Intergovernamental que culminaria na elaboração da Declaração de San José ocorreu entre os dias 12 e 21 de julho de 1976; já a 19ª Conferência Geral da Unesco ocorreria entre os dias 26 e 30 de novembro de 1976, em Nairóbi, na República do Quênia.

[52] Resoluções nº 3201 (S-VI) e nº 3202 (S-VI), que contêm a Declaração e o Programa de Ação sobre o estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional; Resoluções nº 3281 (XXIX), que contém a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.

A Declaração de San José também reverberaria na 20ª Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, em 1978. Desse encontro seria adotada a "Declaración sobre los principios fundamentales relativos a la contribución de los medios de comunicación de masas al fortalecimiento de la paz y la comprensión internacional, a la promoción de los derechos humanos y a la lucha contra el racismo, el apartheid y la incitación a la guerra" (UNESCO, 1978). Jurado Vargas (2009) explica que essa Declaração surgiria em meio a um contexto permeado de barreiras e obstáculos à conformação de um instrumento jurídico capaz de viabilizar no plano internacional as políticas de comunicação voltadas à superação das condições de dependência e subdesenvolvimento dos países que compunham o Movimento dos Países Não Alinhados e o Grupo dos 77, capitaneado pela objeção de governos e entidades representativas dos meios de comunicação – principalmente Estados Unidos e as entidades patronais Associação Internacional de Radiodifusão (AIR) e da Sociedade Interamericana de Imprensa.

A Declaração (UNESCO, 1978) se baseava em uma série de referências jurídicas e normativas estabelecidas pela própria Unesco e por outros organismos internacionais, como a ONU. Segundo Jurado Vargas (2009), a Declaração sobrelevou aspectos relacionados ao Campo da Comunicação, como a preservação do direito à informação, expressão e manifestação, bem como a condenação/reprovação à propaganda de guerra e à circulação de notícias falsas. Também estavam na pauta temáticas como a eliminação das formas de discriminação racial, o fomento à cooperação cultural internacional, bem como a condenação ao colonialismo e ao neocolonialismo (UNESCO, 1978).

> En esa línea, se esperaba que el resultado de los trabajos de la Comisión pueda constituirse en uno de los primeros pasos para establecer los cursos de acción políticos, jurídicos, económicos, sociales y tecnológicos que la comunidad internacional debía adoptar, si es que se planteaba seriamente actuar de forma consecuente con la Declaración de los Principios Fundamentales Relativos a los Medios de Comunicación de Masas, cuyo contenido se discutió encarnizadamente durante varios años y fue finalmente aprobada por unanimidad en el seno de la UNESCO solo unos meses después de conformada la Comisión (JURADO VARGAS, 2009, pp. 105-106).

Segundo o autor (*Ibid*), a Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação da Unesco teria um caráter amplamente representativo e participativo, apesar de um cenário internacional dominado por "tensões, divergências e desequilíbrio" entre os blocos "socialista", "capitalista" e o "Movimento dos Países Não Alinhado"; teria contribuído também para esse contexto de tensão internacional as pressões, interesses e acusações de

conglomerados de comunicação. Neste contexto, explica Jurado Vargas (2009, p. 106), haveria a necessidade de que a Comissão fosse conduzida por alguma figura, ou personalidade internacional, que tivesse legitimidade para debater frente à diversidade política, regional, econômica e cultural dos países dos blocos "socialista", "capitalista" e do "Movimento dos Países Não Alinhados". Essa personalidade, afirma o autor (*Ibid*), teria de gozar de confiança internacional e capacidade de responder à missão de produzir um estudo pormenorizado que, ao mesmo tempo, apresentasse um diagnóstico do contexto da comunicação para o desenvolvimento dos povos e diretrizes capazes de alcançar esse objetivo. Assim, o nome escolhido seria o do estadista irlandês Sean MacBride, um dos fundadores da organização Amnistía Internacional e vencedor de prêmios como o Prêmio Nobel e o Prêmio Lenín de la Paz.

> La Comisión recibió inicialmente el mandato de estudiar los problemas de la comunicación tanto en los ámbitos nacionales como en el internacional, en especial los relacionados con la libre y equilibrada circulación de información, tendiendo en consideración las perspectivas del establecimiento del Nuevo Orden Internacional de la Economía y las iniciativas para la instauración de un nuevo orden mundial de la información (JURADO VARGAS, 2009, p. 108).

Conforme MacBride (1980), para além das reuniões realizadas na sede da Unesco, a Comissão teria desenvolvido outras quatro sessões de debates em países como Suécia, Iugoslávia, Índia e México. A ideia relatada no Informe era a de que as sessões descentralizadas pudessem proporcionar um exame detalhado dos diferentes problemas culturais e sociais associados ao campo da Comunicação, proporcionando um diagnóstico capaz de sustentar as estratégias nacionais, regionais e globais de contribuição da Comunicação àsestratégias de desenvolvimento. E, pelo registro do documento, os objetivos propostos às sessões de debate teriam sido alcançados.

> Estas consultas directas sobre temas centrales nos dieron algunas ideias muy valiosas sobre la naturaliza interconectada de algunos problemas fundamentales de la comunicación; en particular, tales consultas confirmaron que estos problemas están estructuralmente ligados a los patrones socioeconómicos y culturales más amplios. Así pues, em último término – y de manera inevitable –, los problemas de la comunicación asumen um carácter eminentemente político, y es sobre todo por esta razón que se encuentran ahora em el centro del escenário de nível nacional e internacional. (MACBRIDE, 1980, p. 22)

Marques de Melo (2008) destaca que a América Latina teria registrado protagonismo nesse processo, principalmente por meio da atuação de dois intelectuais, o colombiano

Gabriel Garcia Marques e o diplomata chileno Juan Somavía, tanto no âmbito do colegiado quanto na difusão das ideias nos círculos acadêmicos e profissionais da Comunicação na região. Os debates empreendidos no âmbito da 20ª Conferência Geral da Unesco, em 1978, também teriam influenciado a construção do Relatório final da Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação, conforme relata MacBride (1980) na introdução do próprio Informe – tanto no que diz respeito ao conteúdo das análises quanto em relação aos conflitos de interesses entre países membros da ONU.

1.2.2 O Informe MacBride: a materialização dos ideais da NOMIC

As movimentações contra-hegemônicas promovidas pelo Movimento dos Países Não Alinhados seguiriam influenciando a agenda dos organismos internacionais no transcurso das décadas de 1970 e 1980. O resultado dos trabalhos da Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação seria apresentado na 21ª Conferência Geral da Unesco realizada em 1980, em Belgrado (UNESCO, 1980) – pouco menos de dois meses antes de a Assembleia da ONU aprovar a Resolução nº 35 (XXXVI), que trata da "Estratégia Internacional do Desenvolvimento para o Terceiro Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento", que assumiria o compromisso de "fomentar o desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento com vistas a reduzir consideravelmente as disparidades atuais entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e lograr a pronta eliminação da pobreza e a dependência" (ONU, 1980, p. 113). Neste contexto, seria na 21ª Conferência Geral da Unesco que ocorreria a aprovação do "Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação" (Resolução nº4/21), que tinha como objetivo "intensificar la cooperación y la asistencia en favor del desarrollo de las infraestructuras de la comunicación y a reducir la diferencia que existe entre los diferentes países en el ámbito de la comunicación" – que se alinhava à perspectiva da ONU para o desenvolvimento e superação da pobreza e da dependência. Esse programa passaria a fazer parte dos esforços em direção ao estabelecimento da Nova Ordem Muncial da Informação e da Comunicação (NOMIC) (UNESCO, 1980, p. 76).

Esse cenário de transformações de agenda política no âmbito dos organismos internacionais de cooperação seria palco para a concretização do relatório da Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação, que ficaria conhecido como Informe MacBride. De acordo com Jurado Vargas (2009), do ponto de vista das descrições e reflexões acerca da problemática da Comunicação, o documento teria grande contribuição ao debate

sobre a temática; entretanto, teria carecido de solidez metodológica. O autor aponta que o Informe MacBride não teria sido organizado de maneira a proporcionar uma visualização hierarquizada da estrutura dos problemas de Comunicação, com estabelecimento de interrelações entre os problemas identificados. Também não teria proporcionado um marco conceitual que fosse capaz de sustentar o desenvolvimento de parâmetros que permitissem aos Estados dar conta da magnitude dos efeitos da comunicação.

> Todo lo cual es explicable, desde nuestra perspectiva, por la extensión, complejidad y dinámica de la comunicación misma; por las condiciones e interrelaciones que los países capitalistas, socialistas y del tercer mundo imponían a la comunicación desde sus propios discursos, premisas, objetivos, recursos y limitaciones; por la carencia de información confiable y las dificultades de acceso a las fuentes de información; por las limitaciones de tiempo a que estaba sometida la Comisión; y, por las propias tensiones que implica usar instrumentos conceptuales (que nunca son neutrales) para describir los problemas de la comunicación, que siempre tienen un trasfondo político y económico (JURADO VARGAS, 2009, p. 109).

Concordando com Jurado Vargas (2009), Marques de Melo (2008, p. 43) afirma que a superficialidade das abordagens do Informe MacBride decorreria do fato de ter sido elaborado ao longo de dois anos de trabalho sob pressões e embates de diferentes forças e atores políticos internacionais, o que explicaria o fato de ter "desagradado a gregos e troianos". De um lado, Marques de Melo (2008) ressalta que o relatório seria acusado pelo governo dos Estados Unidos de proporcionar teses anti-democráticas contrárias aos princípios da livre expressão e do livre comércio, que seriam pilares conceituais da própria Unesco. De outro seria acusado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) de possuir um caráter ocidentalizado, com prejuízo à valorização e emancipação das culturas nacionais dos países subdesenvolvidos.

> Tanto assim que ao ser bombardeado pela diplomacia norte-americana, com o apoio de vários governos e instituições do mundo capitalista, ele [*Informe MacBride*] não mereceu a defesa intransigente do bloco comunista, já em processo de desagregação. Essa tarefa foi assumida por intelectuais de renome internacional, bem como por figuras representativas do movimento terceiro-mundista e por instituições de prestígio mundial como a Igreja Católica (MARQUES DE MELO, 2008, pp. 43-44).

Apesar da crítica à sua insuficiência metodológica e abordagens ideológicas enviesadas, a depender da ótica do analista, na avaliação de Jurado Vargas (2009), o Informe MacBride teria grande relevância para o debate da Comunicação em âmbito mundial, evidenciando uma série de funções, problemas e situações relevantes com os quais os Estados,

organismos internacionais, universidades e sociedade civil organizada deveriam empreender debates.

O Informe MacBride (MACBRIDE, 1980) parte de algumas teses acerca do papel das comunicações na sociedade. A primeira delas – não em ordem de importância, mas apenas de apresentação – se refere à capacidade de se configurar como instância de 'informação' com potencial de municiar os atores sociais e políticos de melhores condições para a tomada de decisão – seja de forma individual, comunitária, nacional ou internacional. Também relevante seria sua função como agente de 'socialização', de forma a construir um repertório comum de conhecimentos e ideias que favorecessem a coesão e a consciência social, permitindo a ampliação e a pluralidade na participação da vida pública. Ainda no mesmo sentido, o Informe MacBride também ressalta a função das comunicações na promoção da 'integração' dos indivíduos, grupos e nações, por meio da capacidade de diversificação de mensagens que auxiliassem o acesso e a compreensão acerca dos variados pontos de vista e aspirações.

Ser um instrumento de 'motivação' seria o terceiro papel elencado exercido pelas comunicações, conforme o Informe MacBride (MACBRIDE, 1980). A isso seria atribuído a capacidade de promoção de metas comuns de curto e longo prazos para a sociedade, como um todo, e para as aspirações individuais. Além disso, o documento também salienta que as comunicações poderiam se tornar plataforma e agente de fomento à discussão coletiva, a partir do momento que transmitisse informações e facilitasse o reconhecimento dos cidadãos acerca das questões de interesse público nos âmbitos locais, nacionais e internacional.

A 'educação' seria outro campo favorecido pelo estímulo dos processos comunicativos. A esse respeito, o Informe MacBride destaca a capacidade de disseminação de conhecimento, de forma a contribuir com o "desenvolvimento intelectual, a formação do caráter e a aquisição de habilidades durante toda a vida" (MACBRIDE, 1980, p. 36). Na mesma direção, as comunicações possuiriam uma função no "avanço cultural", a partir da disseminação de obras culturais e artísticas, bem como a preservação das heranças culturais; também se colocaria como espaço privilegiado para ampliação dos horizontes individuais por meio do estímulo à imaginação e à criatividade.

Por fim, a função de 'entretenimento' também é levantada, enfatizando a possibilidade de os indivíduos, por meio dos processos comunicativos, criarem e recriarem perspectivas sociais pessoais e coletivas (MACBRIDE, 1980).

Para além dos caráteres e potencialidades individuais da comunicação, o Informe MacBride salienta que as comunicações exerceriam funções e proporcionariam potencialidades na atuação dos Poderes Públicos e na iniciativa privada.

> Sin embargo, los sistemas de información y datos existentes son inadecuados en muchos casos para satisfacer las necesidades privadas y públicas. Esta situación debe corregirse, ya que puede tener un efecto adverso sobre las perspectivas de millones de personas, sobre todo los países en desarrollo. Deberá recordarse que la comunicación ayuda a satisfacer necesidades materiales y de otra índole. El incremento de la productividad, el mejoramiento de las cosechas y de la salud dependen en parte de la comunicación, pero lo mismo ocurre con el autodesarrllo, la identidad cultural, la libertad, el respecto por la dignidad humana y la ayuda mutua (MACBRIDE, 1980, p. 37).

O Informe (MACBRIDE, 1980) partiria do princípio de que os sistemas de comunicação seriam uma 'necessidade social' nos mais diferentes campos e setores, independentemente da sociedade em que está assentado. A forma de se observar o fenômeno da comunicação poderia variar, apresentando enfoques mais ligados à questão tecnológica, às características de seus conteúdos ou às consequências de sua atuação nos âmbitos políticos, econômicos, sociais, culturais, promoção à saúde etc. Nesse sentido, o que interessaria seria o modo como se promoveria a atividade da comunicação em uma determinada localidade ou na relação entre diferentes espaços geográficos e culturais. "En suma, la comunicación puede usarse para bien o para mal" (MACBRIDE, 1980, p. 41).

Os sistemas de comunicação também seriam considerados pelo Informe MacBride (MACBRIDE, 1980, p. 48) como "instrumento político", de ampliação do escopo democrático. Esse debate se alinharia à capacidade de promoção da liberdade de imprensa para o controle democrático dos Estados e participação política da sociedade no processo de decisão. O documento reconhece que as empresas que controlariam os meios de comunicação teriam força para influir nas decisões tomadas pelos cidadãos de forma muito mais eficaz que os grupos dispersos de indivíduos que apenas teriam acesso a fragmentos de informação. Reconhece-se, nesse sentido, que a informação se configuraria em fonte de poder e, por essa razão "hay necesidad de cambiar la perspectiva y el comportamento de quienes controlan las fuentes de información y los médios de transmisión".

Na esteira do reconhecimento político e da força que tomam as empresas que controlam os meios de comunicação nesse processo, o Informe MacBride também aponta que os sistemas de comunicações representariam um segmento crescente no produto interno bruto dos países, com repercussões sobre a produtividade e o emprego – direto e indireto. E essa perspectiva se acentuaria no contexto das sociedades industriais, caracterizando componente substantivo da economia mundial. "La información, y más especificamente la capacidade para

transmitir, almacenar y usar información, es um recurso decisivo, al igual que los energéticos o las materias primas" (MACBRIDE, 1980, p. 49).

Ainda acerca do caráter econômico dos sistemas de comunicação, o Informe MacBride aponta que a comunicação também representaria a plataforma por meio da qual se massificariam os estilos de vida, os valores e os modelos dos países desenvolvidos, bem como padrões de consumo e de desenvolvimento. Nesse sentido, o documento alerta para o fato de os países em desenvolvimento precisarem estar atentos à necessidade de proteção e promoção da "independencia en el campo de la comunicación".

> Los desequilíbrios económicos de este sector están provocando ya certa preocupación, y cada innovación tecnológica volverá más patentes aún tales desequilíbrios. En los países desarrollados se introducíron nuevas tecnologías de comunicación lentamente o por lo menos com um amplio margen de manobra. Los países en desarrollo no pueden repetir esta secuencia; sus necesidades de desarrollo son apremiantes, y la revolución industrial está ocurriendo al mismo tempo que la revolución informática. Tales países tienen buenas razones para elaborar estratégias de comunicaciones concretas y para destinar recursos adicionales a la construcción de infraestructuras apropiadas (MACBRIDE, 1980, p. 49).

Em função de os problemas de comunicação estarem intrinsecamente ligados à questão dos investimentos em produzir tecnologias e infraestruturas, que proporcionariam ao mesmo tempo capacidade de produção de bens simbólicos economicamente relevantes e acesso a conhecimentos externos, os países industrializados produtores de tecnologias teriam vantagem no plano internacional em relação aos processos de desenvolvimento. "Es evidente la conexión entre los problemas de la comunicación y el nuevo orden económico internacional: los câmbios requeridos em ambas esferas forman parte del mismo proceso necesario para generación de uma división internacional del trabajo más equitativa y justa" (MACBRIDE, 1980, p. 51).

Outra potencialidade dos sistemas de comunicação, conforme o Informe MacBride (1980), se referiria à "educação". O documento destaca que o valor educativo da informação e da comunicação estaria no centro dos debates empreendidos por investigadores e autoridades governamentais, principalmente, do Terceiro Mundo. As tecnologias da informação e da comunicação aplicadas à educação, avalia o Informe, estariam abrindo novos campos de estudos e investimentos para superação das defasagens no âmbito da aprendizagem e para promoção de estratégias de capacitação para setores produtivos carentes de qualificação. O Informe, nesse sentido, aponta que uma sorte de iniciativas de educação à distância seria registrada com níveis satisfatórios de sucesso.

Entretanto, o Informe MacBride (1980) não considera que os veículos de comunicação assumiriam o papel da escola como instituição responsável pela difusão do conhecimento complexo.

> Por su propia naturaleza, los sistemas educativos no pueden dar las espaldas a la tradición, la autoridad y la transmisión de valores culturales, aunque funcionen en un mundo que cada día respeta menos la autoridad u la tradición. La tarea básica de la escuela consiste en enseñar a los jóvenes como es el mundo, y esto implica forzosamente la obtención de una perspectiva proveniente del pasado. La comunicación se orienta con mayor naturalidad hacia la modernización y la preparación de los jóvenes para que ocupen su lugar en un mundo que se configura de nuevo (MACBRIDE, 1980, pp. 54-55).

A influência na construção cultural também é considerada uma característica essencial pelo Informe MacBride. O documento aponta que, "para o bem ou para o mal", os veículos de comunicação possuiriam uma responsabilidade bastante acentuada na composição do tecido cultural das sociedades, na medida em que, além de transmitir elementos componentes de uma cultura, também selecionariam e originariam conteúdos que seriam incorporados ou contrapostos (MACBRIDE, 1980). De um lado, o documento destaca que os veículos massivos estariam dando visibilidade e acesso a conteúdos e manifestações culturais antes inacessíveis ao grande público; de outro, também pondera a possibilidade de que, imbricados à lógica de lucros, os conteúdos e manifestações culturais selecionados para serem transmitidas propalem formas conformistas e empobrecidas de vida social.

A possibilidade de 'dominação cultural' também é destacada como desvantagem da comunicação massiva.

> Cuando predominan los modelos culturales que reflejan estilos de vida y valores ajenos, puede correr peligro la identidad cultural. Es probable que padezca la cultura mundial, ya que la diversidad es una de sus cualidades más preciosas. El freno de las influencias tiende a provocar la dominación cultural es una tarea urgente, pero nada sencilla. Por otra parte, la historia demuestra que el localismo estrecho puede conducir al estancamiento cultural: una cultura no puede desarrollarse si se enconcha, por decirlo así (MACBRIDE, 1980, p. 56).

Nesse sentido, o Informe MacBride destaca a necessidade de proteção às culturas ameaçadas, bem como o desenvolvimento da comunicação no nível local e a criação de formas alternativas de comunicação que tenham a capacidade de se contraporem às pressões e conteúdos dos meios massivos internacionais. Interessante notar, ainda, que o Informe também destaca a necessidade de que exista o mesmo movimento nos âmbitos nacionais

quando da existência de minorias culturais. Entretanto, o documento aponta que não se trata da busca pela blindagem das culturas, mas a promoção de garantias para que as identidades culturais possam ser preservadas no processo de abertura e diálogo com outras culturas (MACBRIDE, 1980).

Em relação aos dilemas tecnológicos no campo da informação e da comunicação, o Informe MacBride defende que ganhariam destaque as "oportunidades extraordinárias" que estariam sendo criadas a partir das inovações do setor – seja em países industrializados ou em desenvolvimento. Apesar disso, o documento destaca que as inovações não estariam à disposição de todos os países em razão de questões políticas e econômicas (MACBRIDE, 1980, p. 57). Nesse sentido, as inovações tecnológicas seriam consideradas pelo Informe MacBride como capazes de produzir efeitos contrários, conforme seu modelo de utilização, propriedade e de expansão – restabelecendo ou promovendo a manutenção das relações de dependência e dominação.

> Gracias a la comunicación por satélites, ha aumentado grandemente el número de los canales; esto podría conducir a una diversificación de los auditórios o, mediante la intensificación de la competencia, podría llevar a una estandarización del contenido y, en el nível internacional, podría acentuar la dependencia cultural al incrementar el uso de programas importados. A medida que los satélites hacen de los custos de transmisión un fator cada vez menos importante, podrían diminuir las desigualdades entre los países desarrollados y los países en desarrollo, pero también podrían incrementarse si se concentrara la capacidad de transmisión em las manos de una minoria. Dependiendo de la forma como se use, la teleinformática podría volver a la sociedad más jeárquica y burocrática, más tecnocrata y centralizada, incrementando el control de las potencias políticas o financeiras y perpetuando las desigualdades internas e internacionales; o por el contrário, podría volver a la sociedad más espontânea y aberta, al igual que más democrática, salvaguardando la diversidad de los médios massivos y de los centros de toma de decisiones (MACBRIDE, 1980, p. 58).

Para além das funções e potencialidades da comunicação nas sociedades, o Informe MacBride (1980) também apresentou uma série de considerações acerca das barreiras à consolidação de um contexto comunicativo capaz de atenuar os conflitos sócio-políticos e econômicos nos planos nacional e internacional, bem como articular o cenário da comunicação às estratégias de desenvolvimento, sobretudo aos países subdesenvolvidos.

Porém, o Informe MacBride (1980) também aponta a necessidade de atenção ao fato de que, mesmo num cenário de evolução das tecnologias da informação e da comunicação, as antigas formas de comunicação continuariam bastante ativas. O documento se refere, por exemplo, às comunidades 'ilhadas', rurais ou nas quais predominaria o analfabetismo, seriam

relevantes condutores de transmissão de ideias e informações os meios folclóricos tradicionais e as dinâmicas comunitárias. Porém, nos países industrializados as formas de comunicação interpessoal também estariam ganhando destaque. Isso porque, os espaços comunicativos não vinculados aos meios de comunicação, como congressos e encontros profissionais, científicos, culturais etc, também seriam importantes como instâncias de fluxo de comunicação.

No contexto dos fluxos informativos mediados por plataformas tecnológicas de comunicação, o Informe MacBride (1980) colocaria o analfabetismo e a variedade de idiomas no espectro dos meios de comunicação como barreiras à consolidação de um fluxo informativo adequado e democrático no âmbito internacional. Nesse sentido, o documento aponta a necessidade de que, considerando o contexto de analfabetismo e pouca variedade idiomática na comunicação internacional, haveria a preocupação com a consolidação de estratégias de garantia do direito dos cidadãos ao acesso às ferramentas básicas de comunicação, de forma que seja possível ao mesmo tempo "informar o ser informado". Isso implicaria a atenção às formas de difusão e às representações dos conteúdos veiculados, em outras palavras, o cuidado com as características das plataformas por meio das quais o conteúdo é transmitido, assim como as características do próprio conteúdo veiculado (MACBRIDE, 1980, p. 73).

Inclui-se na preocupação com o direito a informar e ser informado, o acesso aos serviços postais e à telefonia – incluindo aqui os "novos servicios telefónicos (telecopias, provisión de datos visuales etc)" (MACBRIDE, 1980, p. 75). Sobre esse aspecto, o Informe MacBride aponta que estaria em voga, à época de sua elaboração, investigações e o desenvolvimento experimental de tecnologias no campo das telecomunicações. Ocorre que estaria em curso uma expansão desigual das telecomunicações, que imporia distâncias ainda maiores entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, bem como entre os espaços nacionais desenvolvidos e aqueles subdesenvolvidos – como observado nas contradições existentes entre espaços urbanos e rurais. O problema seria o fato de a desigualdade do acesso aos serviços de telecomunicações afetar não apenas o campo do crescimento econômico dos Estados, mas uma barreira para a conquista do desenvolvimento mundial ou a inclusão da vida democrática. Agravando esse contexto, o Informe MacBride (1980) destaca que a redução dos custos das telecomunicações em decorrência do avanço tecnológico não estaria refletindo na redução dos preços dos serviços de telecomunicações e telefonia, o que implicaria em um processo de exclusão das parcelas mais pobres dos Estados, sobretudo aqueles "em desenvolvimento". Nesse sentido, o documento apontaria a

necessidade de revisão das prioridades por parte das instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento (MACBRIDE, 1980, p. 77).

A ausência de sistemas integrados nacionais e internacionais para conectar coleções de bibliotecas e serviços nacionais de informação com as bibliotecas e serviços internacionais também seria uma barreira ao desenvolvimento dos Estados e à inclusão democrática cidadã. Nesse sentido, o Informe MacBride (1980) advogaria pela elaboração e implantação de políticas de incentivo à construção de programas de desenvolvimento de serviços de informação, por meio de sistemas de informação computadorizada (MACBRIDE, 1980, p. 78).

Em relação ao crescimento no número e na relevância das agências noticiosas, o Informe MacBride (1980) pondera, à semelhança de outros elementos, a possibilidade de se colocarem como barreiras à consolidação de um cenário comunicativo favorável ao desenvolvimento, ao mesmo tempo em que reflete sobre a potencialidade de se tornarem instrumentos desse processo. O fenômeno das agências de notícias seria decorrente do crescimento no número de veículos de comunicação; diversos países já contariam com suas próprias agências de notícias que, mais propriamente, se limitariam à curadoria de notícias estrangeiras. Nesse sentido, o cenário internacional estaria rumando, à época da elaboração do Informe, à concentração da produção de informações jornalísticas internacionais de apenas 5 agências: "Agence France Presse (Francia), Associated Press (Estados Unidos), Reuter (Reino Unido), Tass (URSS), y United Press lnternational (Estados Unidos)" (MACBRIDE, 1980, p. 79). Isso significa que essas poucas fontes seriam responsáveis pela composição da pauta internacional nos meios de comunicação no âmbito mundial. O mesmo fenômeno poderia ser observado no âmbito da produção e distribuição de conteúdos para televisão e cinema – filmes, documentários, produtos de caráter educativo etc –, no qual haveria uma participação substantiva de produtos culturais oriundos dos Estados Unidos e da Europa. Isso levantaria a problemática da "dominação cultural" (MACBRIDE, 1980, p. 84).

O Informe MacBride (1980) ressalta, ainda, a consolidação de uma Indústria do Ócio, composta pelo conjunto de produtos culturais focados no entretenimento nos diferentes veículos de comunicação, mas com destaque ao consumo televisivo. Favorecida pela evolução das tecnologias da informação e da comunicação, a Indústria do Ócio se conformaria como um grande negócio que articularia a produção de bens culturais imateriais midiáticos com outras atividades culturais, como "conciertos, festivales, encuentros desportivos, viajes y turismo" (MACBRIDE, 1980, p. 87). O documento destaca que a evolução tecnológica teria facilitado essa articulação em razão de permitir a melhoria da qualidade dos próprios

produtos, a redução dos custos de produção, bem como facilitaria sua distribuição; também teria contribuído para que a produção se concentrasse nas mesmas empresas.

> El crecimiento ha sido especialmente notable en los países desarrollados, aunque la clase media alta urbana de los países en desarrollo también se ha visto afectada. El mercado de la industria del ocio se ha internacionalizado; unos cuantos países y compañías transnacionales desempeñan un papel preponderante (MACBRIDE, 1980, p. 87).

O desenvolvimento da comunicação via satélite e da informática são destacadas pelo Informe MacBride (1980) com grande entusiasmo para o setor. O documento se refere a essas tecnologias como ferramentas capazes de proporcionar melhoria na capacidade produtiva dos países que as dominem, nos mais diferentes campos. Principalmente em relação à informática, o Informe MacBride (1980) destaca que sua evolução no período pós-guerra teria permitido projeções significativas no que concerne a capacidade de armazenamento, gestão e utilização de dados. Esses dados estariam sendo incorporados, cada vez mais de maneira indispensável, às atividades produtivas de diferentes setores, "desde organismos públicos hasta las agencias de notícias y los médios de información, y desde las empresas comerciales e industriales hasta las universidades, las bibliotecas u los institutos de investigación" (MACBRIDE, 1980, p. 91).

De forma bastante otimista, o Informe aponta que as tecnologias relativas a equipamentos e conexões estariam popularizando-se. "Las computadoras, que antes eran el privilegio de las corporaciones ricas y de grandes departamentos gubernamentales, se encuentran ahora al alcance de negócios pequenos, escuelas de bairro e incluso hogares" (MACBRIDE, 1980, p. 90).

Esse contexto reforçaria a preocupação acerca da soberania dos países. Isso porque, a partir da construção de bancos de dados capazes de proporcionar informações sistematizadas, "es posible que ciertos datos importantes acerca de un país en desarrollo se conozcan mejor em las capitales extranjeras que em el gobierno nacional em cuestión" (MACBRIDE, 1980, pp. 93-94). Isso geraria graus elevados de dependência dos países subdesenvolvidos em relação àqueles países industrializados que detém as técnicas e as tecnologias para gerenciamento de dados. Nesse sentido, o Informe MacBride destaca a necessidade de cooperação internacional.

O cenário da comunicação diagnosticado pelo Informe MacBride (1980) apresentaria algumas características e problemas com as quais os Estados precisariam estar atentos.

A necessidade de garantia do direito à comunicação seria o primeiro deles. Conforme o Informe MacBride (1980), aos Estados caberia a viabilização do cumprimento dos preceitos da Declaração Universal dos Direitos dos Homens, especialmente no artigo 19 (ONU, 1948), que versa sobre o direito à liberdade de opinião e de expressão. Apesar de afirmar que os Estados-membros da Unesco teriam avançado nesse sentido, ainda haveria um cenário oscilante, principalmente, no que concerne à capacidade de busca e compartilhamento de informações – perspectiva que avançaria em relação ao direito ao acesso a informações. Ainda no mesmo campo de debate, o Informe MacBride (1980) destacaria a necessária luta contra a censura e ao constrangimento dos profissionais do jornalismo e das empresas jornalísticas. Também se registraria a necessidade de atenção à censura a conteúdos estrangeiros, jornalísticos e de entretenimento, eventualmente contrários às perspectivas ideológicas dos países.

Porém, o Informe MacBride (1980) pondera que não seria possível debater o livre fluxo informativo sem levar em consideração o fato de que a capacidade de produção e circulação de informações estaria diretamente ligada aos aspectos econômicos. Isso significa que o fluxo livre de informações produzidas pelos países industrializados em direção aos países em desenvolvimento faria com que houvesse certo descompasso nos segundos.

> Para que sean realmente libres, las corrientes de la información deben viajar en ambos sentidos; la concentracion de las agencias noticiosas, las telecomunicaciones, los médios massivos, los mrecursos de datos y los fabricantes de equipo de comunicación en um puñado de países muy desarrollados impede efetivamente toda probabilidad de un acceso libre entre socios iguales (MACBRIDE, 1980, p. 120).

Diante disso, o documento indica, em diversos momentos, a necessidade de atuação do Estado no sentido do estímulo ao desenvolvimento de veículos de comunicação de pequeno porte, com potencial de se adaptarem às diversas necessidades e condições locais em que estariam envolvidos. De caráter comunitário, quando nas mãos de organizações sociais (ou que perseguem objetivos sociais), esses veículos poderiam proporcionar condições para contribuir com o desenvolvimento, a participação democrática e o aumento da qualidade da vida social (MACBRIDE, 1980).

Como fator de resistência ao fluxo unilateral de informações advindas dos países desenvolvidos por meio das agências e empresas transnacionais de comunicação, o Informe MacBride (1980) destacaria a necessidade de os Estados empreenderem estratégias de cooperação entre agências de imprensa regionais e sub-regionais em “países em desenvolvimento”. Esse movimento teria como objetivo a redução da dependência de grandes

agências de imprensa, privadas ou estatais, de países desenvolvidos – o que traz à tona a necessidade de articulações regionais em matéria de comunicação, por meio de 'Políticas Nacionais de Comunicação'.

Em relação às Políticas de Comunicação, o Informe MacBride (1980) destaca a necessidade de alteração da perspectiva de desenvolvimento que alicerçou as estratégias defendidas pela ONU nos anos 1960. O documento aponta que, nesse período, os economistas teriam idealizado um modelo que previa que a criação de riquezas nos países subdesenvolvidos, a partir da ajuda técnica e financeira dos países desenvolvidos, seria suficiente para que estes se enquadrassem nos contextos econômicos internacionais e, por consequência, distribuíssem riquezas à sociedade como um todo. Apesar de reconhecer a existência de algum progresso, a partir da implantação de fábricas e infraestrutura de transportes, os resultados globais não teriam sido suficientes (MACBRIDE, 1980, p. 169). Claramente o Informe faz referência ao modelo de modernização de Rostow (1961). Diante disso, a perspectiva de desenvolvimento teria de ser alterada no sentido da necessidade de produção endógena de tecnologia e de comunicações, com enfrentamento dos problemas econômicos, bem como sociológicos e humanos – também numa clara referência aos pressupostos do estruturalismo latino-americano e dos preceitos da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

O Informe MacBride (1980), nessa direção, estabelece uma série de metas e perspectivas que as políticas de comunicação precisariam contemplar. A primeira – novamente, em ordem de menção no documento e não de relevância – se refere à necessidade de aliar as premissas e estratégias de comunicação ao modelo de desenvolvimento dos Estados.

Nesse sentido, o Informe MacBride ressalta a impossibilidade de estabelecimento de um marco comum das comunicações para os diferentes países. Isso porque, o regramento da comunicação deveria levar em consideração, além do modelo e das estratégias de desenvolvimento, as características locais e da região a qual está inserida, bem, como a perspectiva e a relação entre o Estado e o âmbito internacional. Aspectos relacionados a realidade estrutural política, econômica, social e cultural precisariam estar no centro do debate, de forma que a construção regulatória da comunicação esteja o mais bem alinhada com as expectativas do Estado-Nação.

> El desarrollo de la comunicación y el desarrollo global son problemas nacionales que cada país tendrá que resolver recurriendo principalmente a sus propios recursos, pero deberá tenerse presente la existencia de una clara conexión entre la comunicación de nível nacional, regional e internacional. En el diseño de las políticas de comunicación, deberán tomarse medidas para alentar la cooperación entre los interessados de nível sub-regional, regional e internacional (MACBRIDE, 1980, p. 172).

Outro aspecto com o qual os Estados precisariam atentos se refere à infraestrutura de telecomunicações e de redes de meios de comunicação. Conforme os apontamentos do Informe MacBride (1980), a promoção da infraestrutura das comunicações precisaria se transformar em prioridade aos países que almejem a redução da dependência de outros, o que implica a necessidade de investimentos tanto na produção dessa tecnologia quanto na ampliação de seu raio de cobertura, a fim de diminuir a brecha tecnológica existente entre os espaços territoriais dos Estados.

A mesma expectativa se tem em relação aos conteúdos. O Informe MacBride (1980) aponta para a necessidade de que as políticas de comunicação fomentem a produção de conteúdos como estratégia de fomento à cultura nacional, processos de educação informal que estivessem em alinhamento com as perspectivas de desenvolvimento, bem como para a redução da dependência de conteúdo em relação às grandes empresas transnacionais de conteúdo midiático. Para tanto, o documento ressalta a necessidade de que as políticas de comunicação empreendam a redução dos custos finais dos produtos culturais e tecnologias tanto no campo da cadeia produtiva quanto aos usuários e consumidores. Importante ainda o fato de o Informe MacBride (1980) ressaltar a necessidade de que tanto essas tecnologias quanto os conteúdos mantivessem relações diretas com as necessidades locais, inclusive no que concerne à educação para o uso das tecnologias.

A cooperação internacional para o desenvolvimento dos meios de comunicação também se coloca como ponto fundamental. O Informe MacBride (1980) aponta a necessidade de ações orquestradas entre países, embora destaque que os países desenvolvidos tenham participação efetiva, principalmente, no financiamento das ações de desenvolvimento.

Para além dos marcos institucional e estrutural, assim como as escolhas estratégias acerca das tecnologias da informação e as formas de financiamento, o Informe MacBride (1980) aponta a necessidade de as políticas de comunicação atribuírem especial atenção aos recursos humanos relativos à cadeia produtiva da comunicação, levando em consideração que o setor abarca uma grande quantidade de profissionais – desde as atividades relativas à infraestrutura, passando pelos processos administrativos e de negócio, até a produção e distribuição de conteúdos. Da mesma forma, o documento atribui grande importância aos

investimentos em investigação científica nas mais diferentes áreas e atribuições da cadeia produtiva da Comunicação.

O Informe MacBride (1980) também aponta que as políticas de comunicação precisariam apresentar garantias ao exercício da profissão jornalística. Isso implicaria a ampliação da capacidade de acesso à informação, a proteção em relação ao exercício da investigação jornalística, a instituição de marcos regulatórios profissionais e o estabelecimento de códigos de ética profissional. Outro aspecto relevante se refere às garantias de direito a réplicas e a correções de informação.

1.2.3 Crítica ao Informe MacBride e o afastamento da Unesco em relação às premissas da NOMIC

Apesar de reconhecer a relevância do Informe MacBride e do movimento intelectual e político que culminou na elaboração das propostas da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), Marques de Melo (1992) aponta a necessidade de estabelecimento de críticas a alguns componentes estruturais do relatório final da Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação da Unesco.

O primeiro se refere ao caráter predominantemente estatizante da perspectiva de políticas de comunicação. Para Marques de Melo (1992), essa perspectiva teria prejudicado a construção de uma proposta que fortalecesse a sociedade civil, baseada nas experiências da radiodifusão pública na Europa Ocidental e na oposição ao modelo privatista de comunicação dos Estados Unidos. O autor (*Ibid*) identifica grande influência do modelo de sistemas de comunicação exercidos no Leste Europeu, que possuiria "aparencia democratizante", baseada na "participación de las masas trabajadoras, pero em realidade controlados por el partido único y censurados por la burocracia estatal" (MARQUES DE MELO, 1992, pp. 46-47). Nesse sentido, o autor destaca que teriam sido mais frutíferas as experiências de comunicação alternativa desenvolvidas por meio da participação efetiva de movimentos comunitários e sindicais, justamente a perspectiva que acredita que teria surtido resultados mais satisfatórios no âmbito da democratização da comunicação. Importante frisar que, em sua crítica, o autor não aponta que o modelo privatista de comunicação seria a solução, mas apresenta argumento favorável a possibilidades alternativas à estatização plena ou à privatização total da comunicação.

Para Marques de Melo (1992), o modelo estatizante apregoado pelo Informe MacBride (1980) também teria ofuscado contradições interessantes no campo da produção de conteúdo dos meios de comunicação sustentados pela iniciativa privada. Entre essas contradições estaria o fenômeno da constituição de redes nacionais massivas que, por meio de produções endógenas, produziriam movimentos de substituição de conteúdos estrangeiros – como as telenovelas nos casos brasileiro e mexicano. Evidentemente, o autor não se refere a isso como uma ação de democratização da comunicação em razão de terem se conformado em novas hegemonias, porém, ressalta que tiveram a capacidade de fazerem frente aos conteúdos estrangeiros e fomentar a cadeia produtiva nacional.

Marques de Melo (1992, p. 48) aponta que o "rechaço ao massivo" teria provocado uma espécie de enviesamento da produção intelectual latino-americana no campo da comunicação a partir das teorias da Escola de Frankfurt, que, em alguns momentos, teriam sido "assimiladas acriticamente". Também teria gerado consequência no campo da formação de comunicadores. Isso porque, a partir do acirramento entre os espaços de produção de conhecimento e a Indústria Cultural, e do viés estatizante das políticas de comunicação, teria se produzido um distanciamento entre as necessidades do mercado e as abordagens das escolas de comunicação. Esse fenômeno teria produzido uma espécie de antagonismo em relação às premissas do Informe MacBride e a função que esse atribuía às escolas de comunicação – a de preparar recursos humanos capazes de conduzir movimentos emancipatórios de comunicação.

A escassa atenção dos meios de comunicação latino-americanos em relação à necessidade de divulgação e aderência às teses da NOMIC, segundo Marques de Melo (1992), também teria contribuído para que o conjunto de premissas de transformação do setor não se popularizasse. Nesse sentido, o autor destaca que as perspectivas emanadas por organismos internacionais patronais, como a Associação Internacional de Radiodifusão (AIR) e da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP – em espanhol, SIP), teriam se tornado mais efetivas tanto pelos espaços editoriais disponíveis quanto pela ausência de um movimento crítico.

Nesse contexto de 'rechaço ao massivo" no âmbito acadêmico, as iniciativas de comunicação alternativa teriam pululado, vinculadas a movimentos comunitários, eclesiásticos e partidários da Europa Ocidental, via de regra dirigidas por "intelectuais orgânicos" (MARQUES DE MELO, 1992, p. 48). Entretanto, quando do término do financiamento estrangeiro a essas iniciativas, ou quando ocorreu resistência aos intelectuais orgânicos sob o argumento da negativa à tutela externa, apenas as iniciativas ligadas a

movimentos sociais consolidados teriam se perenizado, a partir de processos de "auto-gestão de produção e emissão" (*Ibid*) – perspectiva que sustentaria seu argumento crítico em relação ao modelo majoritariamente estatizante do Informe MacBride.

Diante disso, Marques de Melo (1992, p. 49) aponta que as teses da NOMIC não teriam se consolidado nas "correntes vivas da sociedade latino-americana", "faltando respaldo sindical, partidário e acadêmico". Para o autor, o debate da NOMIC teria ficado restrito aos "gabinetes ministeriais e aos círculos intelectuais que gravitavam no cenário internacional, sem mobilizar aos autênticos líderes da sociedade civil". Esse movimento seria cada vez mais necessário, principalmente, em função dos possíveis benefícios que as sociedades latino-americanas poderiam obter de uma relação mais próxima entre Estados vizinhos, fortalecendo os processos de integração cultural e de mercados.

Apesar das críticas empreendidas por intelectuais, Jurado Vargas (2009, p. 151) explicita que vários protagonistas das lutas intelectuais e políticas para consolidação de uma NOMIC teriam considerado o Informe MacBride como detentor de qualidades e gerador de avanços. Entre esses avanços estavam o fomento ao debate acerca do compromisso humanista pelo direito à comunicação e a denúncia acerca dos problemas da comunicação evidenciados no plano internacional. Apoiado em Antonio Pasquali, Jurado Vargas (2009, p. 151) aponta que o Informe MacBride teria conseguido chamar a atenção para o problema da Comunicação para além de seu aspecto tecnológico. Nesse sentido, teria trazido luz à subjetividade do fenômeno da comunicação e à necessidade de debate sobre os direitos humanos à luz do fenômeno comunicacional.

O mesmo posicionamento teria sido tomado pelos países não alinhados, que teriam considerado o Informe MacBride como documento a partir do qual teria ocorrido a oficialização da discussão sobre os problemas da comunicação e a necessidade de estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação, bem como uma Nova Ordem Econômica Internacional. Apesar disso, importante frisar, parte dos Países Não Alinhados, e que se colocavam com fortemente a favor de uma Nova Ordem Internacional da Informação e da Comunicação, teriam empreendido ações de censura aos meios de comunicação e aos profissionais da comunicação, demonstrando que parte dos países não alinhados buscava, na verdade, os mesmos objetivos dos países desenvolvidos (JURADO VARGAS, 2009, p. 152).

Já no quadro dos países do bloco encabeçado pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas teria ocorrido um movimento de tentativa de apropriação da pauta dos países não alinhados, como estratégia de contraposição à política de livre fluxo de informação

defendida pelos Estados Unidos. As pautas da NOMIC também serviram para justificar as estratégias do bloco socialista pelo cerramento das fronteiras em relação aos fluxos de informação estrangeiras, bem como para justificar a manutenção do controle sobre os meios de comunicação dentro de seus territórios. Importante mencionar que, na interpretação de Jurado Vargas (2009), os países do bloco socialista teriam demonstrado pouco interesse e participação na discussão sobre a consolidação da NOMIC, focando quase exclusivamente em argumentos pontuais que favoreceriam seus próprios argumentos.

Em relação às empresas transnacionais de comunicação e aos países desenvolvidos, representadas principalmente pelas entidades patronais de imprensa, a posição tomada era a de refutação dos posicionamentos do Informe MacBride. Na interpretação desse grupo, o relatório da Comissão não teria sido elaborado de maneira objetiva e imparcial; na verdade, representaria a politização da Unesco e a contaminação da Unesco pelas ideias do bloco socialista (JURADO VARGAS, 2009, p. 153). Para esse grupo, a NOMIC representaria perigo às liberdades de expressão e imprensa, e estímulo à estatização dos meios de comunicação. Essa perspectiva negativa em relação à NOMIC teria ganhado força no plano internacional a partir da eleição de Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos, em 1981. Nesse momento, os Estados Unidos teriam promovido mudanças significativas em sua política internacional, quebrando compromissos assumidos com os países membros da ONU. A partir dessa investida estadunidense, a NOMIC perderia força e teria se transformado em um tabu para a Unesco (SIERRA CABALLERO; CASTRO, 2016).

> El bloqueo al NOMIC fue gestado a partir de 1982 por el recién nombrado secretario de Estado George Schultz, quien promovió una estrategia de presión dirigida a debilitar a la UNESCO y a descalificar la validez de las reflexiones que en su seno se formularon respecto del NOMIC. En tal dirección, el primer pronunciamiento oficial de los Estados Unidos se encuentra en el informe del Senado de 1983, en el que se "condenaba la politización de las instituciones internacionales como la UNESCO, y también la Unión Internacional de Telecomunicaciones, recomendaba a Washington que le pusiera remedio "mediante organizaciones internacionales eficaces, no políticas, capaces de desarrollar, gestionar y ampliar las infraestructuras y las redes internacionales de comunicación (JURADO VARGAS, 2009, p. 154).

Apesar da oposição estadunidense, as temáticas levantadas pelo Informe MacBride se manteriam vivas no âmbito da Unesco na 22ª Conferência Geral, em 1983. Na oportunidade, estabeleceu-se a necessidade de desenvolvimento de estudo acerca de “La comunicación al servicio del hombre”, com o objetivo de oferecer “un marco propicio al fortalecimiento de las bases sobre las cuales podría establecerse un nuevo orden mundial de la información y la

comunicación favorable a la libre circulación y a una difusión más amplia y equilibrada de la información" (UNESCO, 1983, p. 25).

Esses estudos seriam realizados no âmbito do "Programa Internacional para el Desarrollo de la Comunicación", instituído na 21ª Conferência Geral, mas cujo "Consejo Intergubernamental del Programa Internacional para el Desarrollo de la Comunicación" apenas seria consolidado na 22ª Conferência Geral, em 1983. Na justificativa dos estudos, a Unesco reafirmava a necessidade de articulação entre os meios de comunicação e os processos de desenvolvimento, e apresentava como estratégia a análise de três grandes temas/eixos. O primeiro se referia ao aprofundamento em relação aos impactos socioculturais das novas tecnologias da comunicação, da democratização da comunicação e a relação entre o desenvolvimento e democratização da comunicação e as minorias e "grupos desfavorecidos"; também levantou-se a necessidade de aprofundamento na conceituação de "direito à comunicação", bem como em relação ao acesso e participação social nos processos de comunicação, contemplando análises sobre os direitos e responsabilidades dos comunicadores; ainda nesse aspecto, evidenciou-se a necessidade de estudos acerca de formas de financiamento da comunicação.

O segundo foco do estudo estaria centrado no fomento à "livre circulação e difusão equilibrada de informações, notícias e programas" (UNESCO, 1983). O objetivo era o de analisar as possibilidades de eliminação de barreiras aos processos comunicativos, sobretudo no que concerne às condições de trabalho e das práticas comunicacionais. Nesse sentido, também estava em pauta o estudo acerca das estratégias de cooperação internacional que estimulassem o intercâmbio de informações entre organismos públicos e privados. Ainda esteve em destaque a necessidade de estímulo ao fortalecimento das premissas da "Declaração de princípios fundamentais relativos à contribuição dos meios de comunicação de massas, ao fortalecimento da paz e compreensão internacional, à promoção dos direitos humanos e à luta contra o racismo, o apartheid e a incitação à guerra" (UNESCO, 1978).

O terceiro viés de análise do Programa de Estudos sobre a "Comunicação a serviço do homem" teria como objetivo o fomento ao desenvolvimento de políticas de comunicação para ampliação da infraestrutura comunicacional nos países em desenvolvimento, a capacitação dos recursos humanos que atuam no campo da comunicação, bem como a elaboração de estratégias para educação dos usuários para o consumo dos produtos midiáticos. Portanto, resgatando os princípios do Informe MacBride (1980), o programa de estudos buscou estabelecer parâmetros para o fomento à produção midiática endógena e a superação das barreiras estruturais para o desenvolvimento da comunicação (UNESCO, 1983).

Porém, diante desse cenário, em 1984, os Estados Unidos anunciariam sua retirada da Unesco, sob a alegação de que o organismo estaria politizado e ideologicamente inflamado por ideais marxistas (JURADO VARGAS, 2009; SIERRA CABALLERO; CASTRO, 2016). Reino Unido e Singapura seguiriam a mesma ação em 1985. O afastamento dos Estados Unidos em relação à ONU, como um todo, fazia parte de uma questão maior que a relativa aos meios de comunicação. Conforme Jurado Vargas (2009), o afastamento se devia ao temor de que as ações da ONU atrapalhassem os interesses nacionais dos Estados Unidos. A estratégia dos Estados Unidos no campo das políticas internacionais estava alicerçada no afastamento dos fóruns multilaterais para empreender foco em negociações bilateriais – menos amplos e mais verticalizadas –, sem interferência de organizações internacionais, que seriam caracterizadas por possuírem perfis mais amplos e horizontalizados, justamente como indicaria o Informe MacBride ao sobrelevar a relevância da cooperação regional e sub-regional.

> En cualquier caso, el abandono de los Estados Unidos, el Reino Unido y Singapur significó una grave crisis para la UNESCO, en la que se planteó cuestionamientos sobre la identidad institucional de la organización y la posibilidad de cumplir los fines para los que fue creada; en el fondo se discutía si el carácter de la organización debía ser técnico o si le correspondía el papel de orientador ético e ideológico. También se consideró que la crisis de la UNESCO era la muestra de una crisis más general de los organismos internacionales, que vivían expuestos a la polarización de las relaciones internacionales entre la Unión Soviética y los Estados Unidos, lo que, por supuesto, abrió la discusión sobre la pertinencia de su continuidad (JURADO VARGAS, 2009, p. 157).

A saída dos Estados Unidos da Unesco representaria o início de uma crise econômica do organismo internacional, em razão de que parte significativa do orçamento institucional se originava de aportes estadunidenses (MARQUES DE MELO, 2007; JURADO VARGAS, 2009; SALLES, 2012). Nesse cenário, a Unesco teria arquivado o debate sobre a necessidade de implementação de uma NOMIC e passaria a adotar o discurso da livre circulação de informações.

Nota-se essa nova perspectiva a partir da 23ª Conferência Geral da Unesco, em 1985. Isso porque, seria a primeira Ata da Conferência Geral da Unesco que, apesar de fazer menção à Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), já não apontaria a perspectiva de estímulo à produção endógena de bens simbólicos midiáticos. Nas descrições dos resultados dos estudos desenvolvidos no âmbito do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação, a Unesco afirma que as orientações passariam a ser

focadas no terceiro eixo dos estudos, “Desenvolvimento da Comunicação” (UNESCO, 1985, p. 33). Isso denota que, após as pressões dos Estados Unidos, somadas à sua saída da Unesco, o organismo internacional passaria de fato a abandonar as perspectivas da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) e a concentrar esforços no fomento às políticas de comunicação focadas no desenvolvimento da infraestrutura de comunicação dos países, bem como na defesa da livre circulação de informações e das atividades profissionais em comunicação. Ou seja, pautas como a produção endógena de produtos culturais midiáticos e quebra das relações de dominação e dependência não estariam mais no foco da entidade.

Essa perspectiva seria reforçada na 24ª Conferência Geral da Unesco, momento em que se reafirma ser essencial a eliminação dos desequilíbrios na esfera da comunicação, favorecendo “el desarrollo de las infraestructuras, la formación de recursos humanos”. Embora aponte a necessidade de fortalecimento das produções midiáticas nos países em desenvolvimento, a Unesco não mais menciona a necessidade de atuação forte do Estado, privilegiando a iniciativa privada e a livre circulação de informações como estratégia para equilibrar os processos comunicativos (UNESCO, 1987, p. 34).

Os debates empreendidos nos anos 1980 no âmbito da Conferência Geral da Unesco seriam acolhidos no “Plan a Plazo Medio para 1990-1995” (UNESCO, 1989). Composto por 7 Áreas Principais, as questões relativas à Comunicação estariam contempladas no Programa intitulado “La comunicación a servicio de la humanidade”. A partir desse programa, a Unesco declara de forma explícita o abandono das bandeiras levantadas pela NOMIC e evidenciadas no Informe MacBride (1980).

Apesar de reafirmar compromissos históricos com a superação das condições de subdesenvolvimento, e de ter atribuído relevância à proposta da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), o Programa “La comunicación al servicio de la humanidade” apontava o fracasso das iniciativas gestadas na década de 1970 e a necessidade de estabelecimento de uma “Nueva Estrategia de la Comunicación” que atendesse às demandas de desenvolvimento econômico e dos meios de comunicação dos países em desenvolvimento (UNESCO, 1989, p. 34). Essas estratégias deveriam, conforme o documento, fomentar e contribuir com as perspectivas de desenvolvimento dos Estados, a livre circulação de informações, o aumento na capacidade de competição dos meios de comunicação, a formação de profissionais da comunicação, bem como a educação para o uso das mídias e o espírito crítico. Também se estabeleceu a perspectiva de cooperação científica internacional para o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação.

Com isso, explica Jurado Vargas (2009, p. 157) a Unesco teria retomado o debate sobre iniciativas de características desenvolvimentista-difusionista ou modernizadoras, que teriam dado o tom dos debates ao longo das décadas de 1950-1960. Essa perspectiva desenvolvimentista-difusionista, aceitaria como política a disseminação de conhecimentos e tecnologias dos países desenvolvidos para os países não desenvolvidos, num retorno às perspectivas da Teoria Convencional de Rostow (1961) e a perspectiva de comunicação para o desenvolvimento de Schramm (1967; 1969). Para Jurado Vargas (2009), a partir da 26ª Conferência Geral da Unesco, o organismo teria passado a encarar que o fluxo livre de informações teria a capacidade, por si, de garantir o aumento no fluxo e na pluralidade dos conteúdos midiáticos nos e entre os países.

Importante frisar que o movimento de abandono das premissas da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) por parte da Unesco não teria caráter isolado. Isso porque, a partir da 45ª Assembleia Geral da ONU, estabelecer-se-ia a "Estratégia Internacional de Desenvolvimento para o Quarto Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento" – Resolução nº 199 (XLV)[53] (ONU, 1990). O documento também reafirma o entendimento acerca do fracasso das Estratégias construídas para as décadas anteriores e estabelece novas diretrizes, objetivos e metas para enfrentamento da baixa taxa de crescimento dos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, a Nova Estratégia advoga pela necessidade de incremento do ritmo de crescimento econômico dos países em desenvolvimento; redução da pobreza extrema; promoção do desenvolvimento e da utilização de recursos e conhecimentos humanos de maneira sustentável; melhoramento dos sistemas "monetários, financeiros e comerciais internacionais"; implantação de uma economia mundial firme e estável cuja gestão esteja alinhada pelo prisma macroeconômico nacional e internacional; fortalecimento da cooperação internacional; e pelo "esfuerzo especial para abordar los problemas de los países menos adelantados, que son más débeis de los países en desarrollo" (ONU, 1990, p. 141)[54].

O item 25 do Anexo da Resolução nº 199 (XLV) deixa ainda mais claras as perspectivas de liberalismo econômico estabelecidas para a década de 1990. Conforme o documento, o Estado seria um agente importante para a superação dos problemas estruturais dos países em desenvolvimento, porém, diferentemente das premissas da NOEI, a Nova Estratégia da ONU para o desenvolvimento apontaria ao Estado a função de "eliminar os obstáculos al progreso derivados de la ineficiencia burocrática, las tensiones administrativas,

[53] Disponível em https://undocs.org/es/A/RES/45/199. Acessado em 28/08/2018.
[54] Idem.

um numero excesivo de controles y la desatención a las condiciones de mercado por parte das empresas públicas" (ONU, 1990, p. 141)[55].

> En el contexto de los objetivos nacionales, el ambiente de la política debe alentar la contribuición creadora del sector privado, el espiritu empresarial y la innovación, y la participación del Pueblo em todos los niveles del proceso de desarrollo. Debe permitir el funcionamento de las fuerzas del mercado y el establecimiento de precios realistas siempre como médio para hacer más eficiente y adecuada la distribuición de los recursos. El marco de la política nacional debe también permitir a los países em desarrollo beneficiarse plenamente de las oportunidades existentes em el terreno del comercio internacional y la inversión extranjera y favorecer la cooperación entre esos países. La eficácia y flexibilidade del marco de la política nacional aumentaria em um ambiente de mejoramiento de las instituiciones políticas y los sistemas jurídicos (ONU, 1990, p. 141).

Desde então, afirma Jurado Vargas (2009, p. 159), a Unesco teria focado no desenvolvimento de iniciativas e programas intergovernamentais para desenvolvimento de meios e produtos de comunicação.

> Pero más allá de la escasez de recursos o de su destinación a apoyos técnicos, cabe señalar que la Sección de la Comunicación en Información de la UNESCO ha dedicado sus mayores esfuerzos a la defensa de la libertad de expresión y de la libertad de prensa, así como a la denuncia de las agresiones que sufren los profesionales de la información en el mundo (JURADO VARGAS, 2009, p. 160).

Apesar de bastante importante para o campo da comunicação, a proteção às liberdades de expressão e de imprensa não esgotam os problemas relativos à comunicação, sobretudo aqueles ligados aos desafios estruturais da comunicação denunciados pelo Informe MacBride (1980). Neste contexto, também relevante mencionar é o fato de que a primazia da perspectiva de liberdade de imprensa nas orientações e diretrizes da Unesco teria feito com que o debate sobre a consolidação de um novo direito humano à comunicação ficasse relegado aos espaços acadêmicos e ativistas, assim como a possibilidade de construção de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) (JURADO VARGAS, 2009).

[55] Idem.

1.3 Da Unesco à UIT: a construção do paradigma da Sociedade da Informação, os antecedentes da Cúpula Mundial e os novos debates sobre Comunicação

O debate sobre os problemas da Comunicação e dos meios tradicionais de comunicação na sociedade industrial do século XX, apesar de importante, não se mostrou único no âmbito dos organismos internacionais de cooperação. Isso porque, a discussão acerca do paradigma da Sociedade da Informação ocorreria paralelamente a esses debates sobre Comunicação desde o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU), intensificando-se com a revolução tecnológica ocorrida ao longo da década de 1970. De acordo com Islas (2005), a construção do conceito de Sociedade da Informação teria sido consequência do desenvolvimento e consolidação dos meios de comunicação e a centralidade social que passou a caracterizar a informação, aliado à contribuição da emergência da doutrina do livre mercado e fluxo informativo fomentada no âmbito internacional pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de suas estratégias de desenvolvimento, e pelas propostas de governança global emanadas da Conferência de Brettom Woods.

Apesar de ter sido inserido no debate internacional a partir do surgimento da ONU, de acordo com Mattelart (2012), a proto-célula da ideia de uma sociedade regida pela informação seria muito mais antiga e estaria ligada a uma mudança paradigmática observada no transcurso dos séculos XVII e XVIII, a partir dos quais estabelece-se a matemática como "modelo de raciocínio e ciência útil". Nesse sentido, o pensamento baseado no "calculável e medível" se tornaria sinônimo do discurso verdadeiro e teria como objetivo a busca pela perfeição das sociedades humanas. Para Félix (2005), a partir dos escritos de filósofos consagrados – como Francis Bacon, Nicolas de Condorcet e Gottfried Wilhelm Leibniz –, a sociedade ocidental passaria a organizar-se a partir da lógica do progresso tecnológico e do conhecimento acerca de si e do entorno. Essa ideia, intrínseca ao escopo do movimento iluminista, influenciaria a Revolução Francesa.

Conforme Chauí (2000), o iluminismo se caracterizaria por ser um movimento intelectual e cultural baseado no primado da razão – entendido aqui como a faculdade de conhecimento intelectual própria do ser humano, que se colocaria como elemento opositor à emoção. Para os filósofos aderentes a essa perspectiva, pela razão, o homem teria a capacidade de conquistar a liberdade e a felicidade social e política. O iluminismo partiria da premissa de que a razão seria capaz de permitir a evolução e o progresso, uma vez que o ser humano seria um ser "perfectível" – ou seja, com possibilidade de alcançar a perfeição. "(...) o aperfeiçoamento da razão se realiza pelo progresso das civilizações, que vão das mais

atrasadas (também chamadas de “primitivas” ou “selvagens”) às mais adiantadas e perfeitas (as da Europa Ocidental)” (CHAUÍ, 2000, p. 57). O movimento do Iluminismo marcaria o interesse de filósofos e intelectuais pelas ciências relacionadas à ideia de evolução, manifestada tanto no caso da biologia como o interesse pelas artes – na condição de expressões do grau de progresso das sociedades. Também surgiria nesse período o interesse pela compreensão das bases econômicas da vida social e política; entre as temáticas emergentes estariam “a origem e a forma das riquezas das nações” e a “controvérsia sobre a importância maior ou menor da agricultura e do comércio” – debate que se aproxima das discussões sobre modelos de desenvolvimento (CHAUÍ, 2000, p. 58).

Nesse sentido, a análise sobre a constituição de uma sociedade organizada a partir da informação seria, “más que una teoría sociológica de las modalidades de organización de los individuos para la construcción de dispositivos tecnológicos, [...] una concepción filosófica del individuo y su quehacer, inmersos en una sociedad que en ese momento identificaba y se sorprendía de las novidades” (FÉLIX, 2005, p. 27). Assim, a partir da apropriação da lógica numérica informacional na língua e na cultura da modernidade, conformar-se-iam objetivos comuns, principalmente às sociedades ocidentais, que estabeleceriam o “pensamento cifrável e mensurável” como protótipo do discurso verdadeiro, orientado à busca pela perfeição das sociedades humanas. Essa lógica de quantificação criada pela própria filosofia teria influenciado e direcionado a produção de tecnologia e inovação em busca de patamares quantitativos elevados como sinônimos de progresso.

Mattelart (2012) explica que a crença acerca da possibilidade de consolidação de uma sociedade mundial baseada na repartição de conhecimento e acesso universal ao saber não seria nova. Isso porque, já no final do século XIX, pesquisadores belgas[56] haviam empreendido um projeto de consolidação de uma enciclopédia de documentos capazes de constituir a base daquilo que chamariam de cidade mundial, cujo objetivo central seria a garantia da paz no mundo. Nesse mesmo sentido, a palavra “rede” já teria aparecido em 1908, na Conferência Internacional de Bibliografia e Documentação, como resultado desejado da cooperação universal para disponibilização de todos os documentos em nível mundial. A ideia era que todas as organizações, públicas ou privadas, aderissem a uma rede de serviços de documentação.

É nesse contexto que surgiria, segundo Félix (2005), o termo “mundialismo”, cunhado por Paul Otlet, que seria utilizado posteriormente para sistematizar os processos dinâmicos de

[56] Segundo Mattelart (2012, p. 60), trata-se de Henri de la Fontaine y Paul Otlet, fundadores do Instituto Internacional de Bibliografia, em 1895, em Bruxelas.

comunicação e intercâmbios (cultural, político, econômico etc), que ocorreriam a partir da Segunda Guerra Mundial por meio da aceleração da velocidade dos fluxos informativos e de comunicação em dimensão planetária decorrente da evolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Segundo Mattelart (2012, p. 60), Paul Otlet teria imaginado, já em 1934, a arquitetura de uma rede universal de informações e documentação que fosse capaz de "conectar centros produtores, distribuidores e usuários de qualquer especialidade e de qualquer lugar". Em seu exercício de imaginação, Paul Otlet havia pensado na possibilidade de tele-consulta a essa grande biblioteca por meio das tecnologias da informação e da comunicação – à época, o telefone e o telégrafo. "Para Otlet, este proyecto que busca establecer un cerebro del mundo avanza al lado de una visión mundialista, anclada en la idea y el ideal de solidaridad" (MATTELART, 2012, p. 60).

De acordo com Mattelart (2012, p. 60), Paul Otlet fazia a opção pelos termos "*mundialismo* e *mundialista",* em detrimento a internacionalização ou internacional, em razão de acreditar que os segundos denotariam relações de Estados-Nação. Nesse sentido, Paul Otlet teria sugerido à Liga das Nações[57], que membros da sociedade civil organizada estivessem integrados à gestão solidária das temáticas de interesse mundial. A mesma perspectiva seria defendida pelo filósofo e pedagogista estadunidense John Dewey.

A possibilidade de construção de uma rede planetária de comunicação e compartilhamento de documentos já estaria no imaginário social desde a consolidação do fornecimento de energia elétrica. As redes de energia e transmissão elétrica teriam sido encaradas por geógrafos anarquistas, como geógrafo e escritor russo Piotr Kropotkin, como o ponto de partida para lançamento das bases de uma era neotécnica. Para Félix (2005), isso ocorreria a partir da década de 1880, com a nomenclatura elaborada pelo pesquisador russo Piotr Kropotkin, que projetaria uma sociedade com potencial de flexibilidade e de descentralização baseados na eletricidade. Na concepção de Mattelart (2012, p. 62), apoiado nas ideias de Piotr Kropotkin, a possibilidade de transmissão elétrica abriria espaço para a "reconciliação entre cidade e campo, trabalho e ócio, cérebro e mãos", podendo-se promover uma era de desconcentração e descentralização. Conforme o autor (*Ibid*), técnica e teoricamente, a sociedade mundial estaria próxima à consolidação do sonho de Otlet no sentido da mundialização solidária – a partir do espaço potencialmente público proporcionado pela internet. Porém, a distância permanece grande em decorrência dos contextos de

[57] Organismo internacional de cooperação e governança global que precedeu a Organização das Nações Unidas (ONU). A entidade desenvolveu suas atividades entre os anos de 1919 e 1946.

desigualdades sociais e concentração dos dispositivos de comunicação, bem como acerca das normas e sistemas de tecnologia.

Islas (2005) explica que o desenvolvimento do debate acerca da construção do conceito de Sociedade da Informação também seria influenciado pela mudança de perspectiva no campo dos estudos da História, que deixaria de utilizar termos como "etapa antiga, média, moderna e contemporânea" para compreender a história a partir da lógica de "pré-industrial, em processo de industrialização, industrial e pós-industrial" – que traria o componente das relações de produção ao centro do debate sobre desenvolvimento de modelos de capitalismo. Segundo Félix (2005, p. 33) o termo qualificativo "pós-industrial" teria sido elaborado em 1913, pelo pesquisador indiano/inglês Ananda Coomaraswamy, com o objetivo de caracterizar as esperanças de transformação das perspectivas da civilização industrial em direção ao retorno a uma sociedade descentralizada. A originalidade da contribuição de Ananda Coomaraswamy residiria na vinculação do termo à ideia de reencontro com a diversidade cultural – elemento que teria sido ameaçado pela centralização e uniformização praticadas por um "sistema unitário mecânico", característica fundamental da sociedade industrial. Ainda a respeito do termo pós-industrial, Félix (2005) adverte que em 1917 o escritor socialista inglês Arthur J. Penty retoma as discussões do conceito no contexto da discussão sobre os prejuízos do modo global de desenvolvimento; em 1934, o historiador norte-americano Lewis Mumford também resgataria os debates de Kropotkin no contexto das redes de radiocomunicação. Conforme as discussões empreendidas, a perspectiva de civilização ampliar-se-ia aos espaços capazes de promover processos de comunicação mútua por meio de instrumentos neotécnicos e de linguagem comum.

Porém, segundo Félix (2005, p. 34), o vocábulo pós-industrial apareceria em dois momentos distintos, com conotações diferentes. No primeiro momento, já descrito, o termo pós-industrial surgiria como caracterizador das esperanças de transformação das perspectivas da civilização industrial em direção ao retorno a uma sociedade descentralizada. Num segundo momento, a partir da década de 1960, o termo 'pós-industrial' se estabeleceria no contexto do planejamento de uma 'sociedade da informação', como etapa posterior à etapa da industrialização, influenciada pela ideia filosófica de progresso resgatada do movimento iluminista. Essa segunda acepção, que se tornaria hegemônica, surgiria inflamada pelo contexto da Guerra Fria e permeada pela ideia de progresso como poder.

O marco de utilização desse significado ao termo se daria em reunião celebrada em Milão, em 1955, por ocasião do Congresso para a Liberdade da Cultura. De acordo com Wainwright (1998), o Congresso para a Liberdade da Cultura seria um evento custeado pela

Agência de Inteligência Estadunidense (CIA, do inglês Central Intelligence Agency), com o objetivo de debater o "Futuro da Liberdade". Conforme Stoppino (1998, p. 589), cerca de 150 pessoas participariam do encontro, entre "políticos, jornalistas e professores universitários, provenientes de todas as partes do mundo". Após uma semana de debate, teria se formado um consenso de que as ideologias[58] estariam em processo de declínio; a explicação era a de que o declínio das ideologias estaria diretamente ligado ao "desenvolvimento econômico e o aumento do bem-estar das sociedades industriais avançadas". Sob essa perspectiva, o avanço técnico das sociedades industriais teria demonstrado que a existência de ideologias seria prejudicial à tomada de decisão e, por isso, haveria de ser abandonada no exercício da gestão e dos interesses nacionais em favor de uma lógica programática. Entre os intelectuais participantes do Congresso para a Liberdade da Cultura estava o sociólogo norte-americano Daniel Bell, para o qual as ideologias seriam prejudiciais aos processos de tomada de decisão política em razão de possuirem componentes de paixão e emoção, colocando como solução a tomada de decisão técnica, baseada no cálculo e no caráter instrumental.

Interessante notar que, concomitantemente à realização do Congresso para a Liberdade da Cultura, custeado pela Agência de Inteligência dos EUA e da qual surgiria a 'tese do fim das ideologias', ocorreria a oficialização do Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA)[59]. Esse movimento, como já evidenciado anteriormente, se notabilizaria por defender no âmbito dos organismos multilaterais internacionais a promoção da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) – que possuía premissas divergentes em relação às perspectivas emanadas do Congresso norte-americano, embora também creditasse à evolução das tecnologias e dos processos de comunicação o potencial de se configurar como artifício e suporte para o desenvolvimento de países com baixos índices de industrialização.

Se no plano internacional o debate sobre o termo pós-industrial encontraria assento no Congresso para a Liberdade da Cultura, o marco acadêmico para a conceituação do termo ocorreria por meio da publicação, em 1963, do livro "O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa social", de Daniel Bell. É nessa publicação que se estabelecem as bases da caracterização do conceito de Sociedade Pós-industrial como um 'tipo ideal' de sociedade, afastado das 'velhas ideologias' que teriam produzido análises e políticas enviesadas, em favor do desenvolvimento de processos técnicos que ampliariam a capacidade de produção de soluções alicerçadas em dados mais precisos (FELIX, 2005).

---

[58] Segundo Chauí (2000, p. 63), para a corrente marxista, ideologia se referiria a uma espécie de força invisível de poder social que impediria aos indivíduos pensar e agir com a "própria cabeça e por nossa própria vontade, racional e livremente, de acordo com nosso entendimento e nossa liberdade".

[59] Conferência de Bandung, em 1955, na Indonésia.

A própria escolha pelo termo pós-industrial denotaria crítica às ideologias. De acordo com Bell (1991, p. 27), os termos "feudalismo, capitalismo y socialismo" seriam sequências de esquemas conceituais componentes do sistema de pensamento marxista e se ligariam a uma perspectiva de análise sobre as relações de propriedade. Por sua vez, os termos "pre-industrial, industrial y pos-industrial" seriam sequências conceituais de um quadro de análise sobre as novas relações de produção e das formas de utilização do conhecimento.

Importante lembrar que a construção das teses de Daniel Bell teria como pano de fundo o profundo desenvolvimento das tecnologias no campo da informática e das telecomunicações, fruto dos investimentos e avanços significativos registrados nos anos anteriores e contemporâneos à Segunda Grande Guerra, principalmente pelos Estados Unidos, que se agudizariam ao longo da Guerra Fria. Felix (2005) afirma que não seria coincidência o fato de os Estados Unidos terem assumido a liderança mundial no campo do desenvolvimento tecnológico – que culminaria, na década de 1970, naquilo que ficou conhecido como "Revolução Tecnológica". Nota-se, portanto, que Daniel Bell elaborou suas teses a partir da experiência e da realidade estadunidense, que já estaria em franco desenvolvimento no âmbito da informática e das telecomunicações e em processo adiantado de transformação da sua organização produtiva, em direção a uma sociedade pós-industrial, caracterizada pelo primado da informação e do conhecimento na organização dos interesses e na tomada de decisões, com o fortalecimento do setor de serviços em detrimento ao setor industrial (BELL, 1991).

Também importante salientar que a conceituação da sociedade pós-industrial surge concomitantemente com desenvolvimento da própria internet[60], que remonta à década de 1960, quando o Departamento de Defesa dos Estados Unidos se vê na exigência de projetar e instalar uma rede descentralizada de computadores capaz de preservar a capacidade de comunicação frente à ameaça soviética (AVOGADRO, 2005). O contexto econômico, político e social emergido da Segunda Guerra Mundial teria favorecido a ampliação da produção e utilização massiva de informações; isso teria feito com que a informática, a ciência e as tecnologias decorrentes, como a internet, ganhassem protagonismo. "Entre las décadas de 1950 a 1980 se consolida la informática (hardware: soporte físico y software: programas). Y a principios de la década de los 90, el público en general accede a la web" (AVOGADRO, 2005, p. 33).

[60] A internet está aqui compreendida como sistema operativo que permite o desenvolvimento interativo e multimídia, "com um baixo custo operativo e comparativo, adaptável a uma grande quantidade de situações" (AVOGADRO, 2005, p. 36). Constitui-se de uma coleção de redes de computadores distribuída e conectada pelo mundo, a partir de um protocolo denominado TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol). Pela configuração de uma malha de computadores, a internet passou a ser chamada simplesmente de "rede".

Neste contexto de ampliação da tecnologia e da informação como protagonistas da organização da sociedade, Bell (1991) explica que haveria diferenças notáveis na constituição de uma sociedade industrial e de uma sociedade pós-industrial. De forma ampla, o autor (*Ibid*, p. 28) afirma que a sociedade industrial seria composta por três partes, intrinsecamente ligadas: "la estructura social, la política y la cultura". A estrutura social compreenderia a economia, a tecnologia e o sistema de trabalho; a política seria a instância responsável pela regulação da distribuição do poder, bem como o exercício da moderação dos conflitos e das demandas dos indivíduos e dos grupos sociais; já a cultura representaria o "reino del simbolismo expresivo y los significados". As partes componentes da sociedade, por sua veze, possuiriam princípios axiais, que determinariam as perspectivas e os objetivos de desenvolvimento de cada uma delas.

> En la sociedad occidental moderna el principio axial de la estructura social es el de economizar – una manera de asignar los recursos de acuerdo con el principio del menor costo, sustituibilidad, optimación, maximización, etc. El principio axial de la política moderna es la participación, unas veces movilizada y controlada, otras veces exigida desde abajo. El principio axial de la cultura es el deseo de realización y reforzamiento del sujeto (BELL, 1991, p. 28).

O autor (*Ibid*) destaca que na sociedade industrial essas três partes estariam envoltas por um sistema comum de valores e, no caso da sociedade burguesa, envolvidas por uma estrutura comum de caráter. Porém, a sociedade pós-industrial seria caracterizada pela mudança e acirramento das relações entre as partes componentes. Nesse sentido, a primeira característica da sociedade pós-industrial seria a transformação na estrutura social, sobretudo no que concerne a economia e o sistema de empregos, e as relações entre teoria e atividade empírica no campo da ciência e da tecnologia.

Bell (1991) adverte que as transformações na estrutura social pós-industrial implicariam em três problemas à sociedade. O primeiro diz respeito à estrutura social como sistema de regras que divide os processos de produção conforme os objetivos finais expectados. O autor aponta que, enquanto na sociedade industrial o processo produtivo esteve organizado de tal forma que as atividades desenvolvidas pelo trabalhador estariam claras e definidas, tendendo à linearidade, na sociedade pós-industrial as atividades empreendidas pelo trabalhador intelectual, produtor de novos conhecimentos e processos, não teriam definições tão claras quanto aquelas da sociedade industrial, apesar de também tenderem à burocratização. Aí estaria precisamente o primeiro problema, qual seja, a possibilidade de a nova força de trabalho (intelectual) não possuir a mesma relação de aceitação à segmentação

das atividades estabelecida pelo sistema da força produtiva da sociedade industrial. Interessante notar que a preocupação de Bell (1991) estaria focada na problemática gerencial dos processos de trabalho para fins de produção de riquezas e não capacidade de transformação da sociedade, decorrente das novas relações de produção e possibilidades de desenvolvimento a partir de uma perspectiva não industrial.

O segundo problema se relacionaria com as transformações gerenciais no mundo político. Isso porque, conforme Bell (2001, p. 29), a sociedade pós-industrial colocaria o componente técnico do conhecimento em primeiro plano, de forma que novos sujeitos seriam alçados no sistema de decisão, não como políticos, mas como agentes técnicos especializados; nesse sentido, "cientistas, engenheiros e tecnocratas" empreenderiam competição com agentes do sistema político ou converter-se-iam em seus aliados, uma vez que seriam detentores da expertise do pensamento calculável e confiável – nesse momento representando o discurso do "verdadeiro" e "confiável". "La relación entre la estructura social y el orden político se convierte por eso mismo en uno de los problemas claves del poder en una sociedad post-industrial", já que altera a lógica de gerenciamento sociopolítico.

O terceiro problema evidenciado por Bell (1991, p. 30) diria respeito às implicações no campo da cultura. "(...) las nuevas formas de vida, que dependen firmemente de la primacía del saber cognoscitivo y teórico, desafían inevitablemente a la cultura, que se esfuerza por el acrecentamiento de la autonomía y se vuelve cada vez más antinómica y anti-institucional". Isso significa que a alteração da matriz produtiva da sociedade e a transformação do sistema de crenças (ideologias) estimulariam novas necessidades e novos interesses, modificando identidades, desejos, expectativas, modos de vida etc.

Em linhas gerais, Bell (1991) descreve o conceito de sociedade pós-industrial como submetido a cinco dimensões.

> 1. Sector económico: el cambio de una economía productora de mercancías a otra productora de servicios. 2. Distribución ocupacional: la preeminencia de las clases profesionales y técnicas. 3. Principio axial: la centralidad del crecimiento teórico como fuente de innovación y formulación política de la sociedad. 4. Orientación futura: el control de la tecnología y de las contribuciones tecnológicas. 5. Tomas de decisión: la creación de una nueva "tecnología intelectual" (BELL, 1991, pp. 31-32).

A primeira dimensão partiria da constatação sobre a transformação do modelo de geração de riquezas, que passaria de uma economia baseada na produção industrial a uma economia de serviços. Nesse sentido, haveria uma mudança significativa na matriz de desenvolvimento dos países. Enquanto a força da economia de uma sociedade industrial

estaria ocupada nas cadeias produtivas da indústria, a sociedade pós-industrial se caracterizaria pelo fato de a força de trabalho estar majoritariamente no setor de serviços, como “el comercio, las finanzas, el transporte, la sanidad, el recreo, la investigación, la educación y el gobierno” (BELL, 1991, pp. 31-32). O autor destaca a possibilidade de a definição de setor de ‘serviços’ gerar dúvidas. Isso porque haveria dois tipos de “serviços”: os pessoais e os de negócio. Os primeiros seriam caracterizados por atividades de pouco valor agregado em relação à criatividade e à inovação, como atividades de prestação de serviços rotineiros, “tiendas minoristas, lavanderías, garajes, establecimientos de beleza” (BELL, 1991, pp. 33); por outro lado, os serviços de negócios representariam atividades de alto valor agregado e significativa criatividade e inovação, como os “de transporte, comunicación y servicios públicos; y sanidad, educación, investigación y gobierno”, assim como aqueles ligados a atividades financeiras (BELL, 1991, pp. 33). O desenvolvimento de um país no contexto da sociedade pós-industrial estaria, portanto, relacionado à ampliação da capacidade de emprego das forças produtivas no setor de serviços, em detrimento ao setor industrial – característica do paradigma anterior. Apesar disso, o surgimento da primazia do setor de ‘serviços’ não significa o fim ou a obsolescência do setor industrial, mas representa o crescimento da relevância do setor de serviços como gerador de capital.

O deslocamento da matriz produtiva do “industrial” ao “serviços” ocasionaria “preeminencia de la classe profesional y técnica” – segunda dimensão das transformações da sociedade pós-industrial. Isso significa que nesse novo paradigma sócio-técnico ocorreria a transformação da distribuição das ocupações, que envolveria tanto alterações nos espaços laborais quanto nas atividades. A potência dessa transformação estaria ligada ao fato de que “la ocupación es el determinante de clase y estratificación más importante de la sociedade” (BELL, 1991, p. 33). O autor explica que a sociedade industrial teria forjado um tipo específico de trabalhador, semiespecializado, capacitado para realização de atividades simples, de rotina específica, para manuseio de máquinas pré-programadas. Porém, na sociedade pós-industrial, a ascensão e a expansão da economia de serviços teriam elevado a importância e a emergência por profissionais mais especializados, competentes às atividades gerenciais e de alto valor agregado relativo ao conhecimento. Isso sobrelevaria o desenvolvimento de empregos profissionais e técnicos, exigentes de uma educação universitária, com capacidade de trabalhar a própria informação e o conhecimento como insumo produtivo.

Isso ocorreria em decorrência da “primacía del conocimiento teórico” – terceira dimensão da sociedade pós-industrial. Enquanto a sociedade industrial se caracterizaria pela

coordenação de máquinas e homens para a produção de bens, a sociedade pós-industrial se organizaria "em torno al conocimiento para lograr el control social y la dirección de la innovación y el cambio, y esto a su vez da lugar a nuevas relaciones sociales y nuevas estructuras que tienen que ser dirigidas politicamente" (BELL, 1991, p. 34). Isso significa que o conhecimento teórico se tornaria elemento decisório da política nos processos de elaboração e implementação de políticas públicas, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento de conhecimento deveria passar a ser objeto dessas políticas.

> (...) el conocimiento ha sido siempre necesario para el funcionamiento de cualquier sociedad. Lo que caracteriza a la sociedad post-industrial es el cambio en el carácter del conocimiento mismo. Lo que ha llegado a ser relevante para la organización de las decisiones y la dirección del cambio es el carácter central del conocimiento teórico – la primacía de la teoría sobre el empirismo y la codificación del conocimiento en sistemas abstractos de símbolos que, como en cualquier sistema axiomático, se pueden utilizar para iluminar áreas muy variadas y diferentes de experiencia (BELL, 1991, p. 34).

Nesse sentido, o autor chama a atenção para a possibilidade de o conhecimento contribuir mais fortemente aos processos de tomada de decisão a partir da ampliação da capacidade de diagnóstico e prognóstico dos contextos da sociedade. Essa seria a quarta dimensão da sociedade pós-industrial. A partir de sistemas informatizados, por exemplo, frutos dos processos de construção de conhecimento, seria possível o desenvolvimento de "técnicas econométricas modernas y la orientación política de la economia" (BELL, 1991, p. 41). Dessa forma, as sociedades pós-industriais seriam capazes de alcançar "una nueva dimensión del cambio social, la planificación y el control del crecimiento tecnológico" (BELL, 1991, p. 44).

Bell (1991) explica que o modelo econômico industrial se baseava na capacidade de as sociedades criarem novos mecanismos institucionais para viabilizar a acumulação de recursos para, posteriormente, empreender investimentos. Objetivamente, isso implicaria a necessidade de promoção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países como estratégia central do modelo de desenvolvimento econômico preconizado na teoria modernizante elaborada por Rostow[61] (1961) – componente fundamental da etapa do "Arranco", quando o crescimento se daria por meio do incremento nos níveis de produtividade, decorrentes da aplicação de novas tecnologias. Essa lógica, lembra Bell (1991), estaria diretamente ligada à interpretação crítica de Marx acerca da economia capitalista, para o qual esse modelo teria

[61] Importante salientar que Bell (1991) cita nominalmente o pesquisador Rostow (1961) e seu livro "As etapas do desenvolvimento econômico".

como característica a permanente necessidade de expandir-se ou, então, sucumbiria. O autor pondera que esse modelo de crescimento capitalista tenderia a produzir efeitos negativos, por exemplo, ao meio ambiente, decorrentes da ausência de controle sobre as tecnologias. Sem negar a afirmação de Marx e nem a necessidade de crescimento nos níveis de produtividade presentes na teoria de Rostow (1961), Bell (1991) aponta que a ampliação da capacidade de controle sobre a tecnologia seria fundamental para empreender a introdução de uma tecnologia de forma consciente, de maneira que os efeitos nocivos do desenvolvimento não fossem sentidos pelo conjunto da sociedade, ao mesmo tempo em que fossem mantidos níveis satisfatórios de desenvolvimento. Diante disso, a sociedade pós-industrial seria aquela capaz de dominar e controlar uma tecnologia, seus efeitos e suas consequências. “Lo que se requiere es un mecanismo político que permita realizar estos estudios y establecer criterios para la regulación de las nuevas tecnologias” (BELL, 1991, p. 45).

A quinta dimensão da sociedade pós-industrial seria o “surgimiento de una nueva tecnología intelectual”. Bell (1991) se refere ao desenvolvimento de novas metodologias para a produção de soluções a problemas complexos, que relacionariam diversas variáveis.

> Una tecnología intelectual es la sustitución de juicios intuitivos por algoritmos (normas para la solución de problemas). Esos algoritmos se pueden incorporar en una máquina automática, en un programa de computador o en una serie de instrucciones basadas en fórmulas estadísticas o matemáticas; las técnicas estadísticas y lógicas que se utilizan para tratar con la “complejidad organizada” se esfuerzan por formalizar una serie de reglas de decisión. La segunda razón es la de que, sin el computador, las nuevas herramientas matemáticas habrían tenido sobre todo un interés intelectual, o se habrían utilizado, en palabras de Anatol Rappoport, “con muy bajo poder de resolución” (BELL, 1991, p. 49).

O esforço de caracterização da nova matriz econômica das sociedades avançadas empreendido por Bell (1991) seria determinante no processo de consolidação do debate internacional que culminaria na consagração do conceito de Sociedade da Informação. Conforme Mattelart (2012), esse debate possuiria diferentes fases que acrescentariam nuances e definiriam as fronteiras do conceito.

A primeira fase de interpretação dos fenômenos que conformariam aquilo que se compreendeu como Sociedade da Informação coincidiria com a teorização de Bell (1991) sobre as transformações no modelo de produção e utilização do conhecimento ocorridas com a passagem de uma sociedade industrial a uma sociedade pós-industrial – entre as décadas de 1950 e 1960. Hegemonicamente, a comunidade científica teria passado a discutir a possibilidade de construção de uma sociedade orientada pelo primado da ciência e da técnica,

eminentemente informacionais. De acordo com Mattelart (2012, p. 65), esse período – marcado pelo discurso do "fim da ideologia", fim do político, das classes sociais e seus enfrentamentos, como evidenciado em Bell (1991) –, favoreceria uma perspectiva segundo a qual ocorreria o fim da intelectualidade contestadora em proveito da legitimidade da figura do "intelectual positivo", orientado para a tomada de decisões.

> Una nueva etapa en la que reinaría la neutralidad que daría paso a nuevas aproximaciones en el estudio de los fenómenos sociopolíticos, a consecuencia de la emergencia de un nuevo intelectual, igualmente neutral. Y una nueva etapa que se caracterizaría por una nueva manera de abordar el estudio de la historia: ya no se hablaría de etapa antigua, media, moderna y contemporánea, sino de preindustrial, en proceso de industrialización, industrial y postindustrial. La propuesta no pasó de ahí, pero confirió un sentido distinto al vocablo, que forma parte de las características de la nueva sociedad (FÉLIX, 2005, p. 34).

Nesse sentido, emergiria uma tese centralizadora, a saber, a da sociedade gerencial. Mattelart (2012, p. 65) explica que, nesse período, a sociedade mundial teria assistido a convergência de grandes sistemas políticos antagônicos, consolidando um regime de tecnocracia. "La racionalidad gerencial se torna la versión técnica del político. El concepto matriz de esta ideología, que no confiesa su nombre, es el de la información". Apesar disso, desde o princípio dessa concepção, a tradição crítica das ciências sociais teria revelado pressupostos dessa perspectiva cujos efeitos seriam descontrolados e geradores de contradições sociais. Isso porque, na matriz de pensamento econômico e político segundo a qual os números e os cálculos seriam capazes de organizar a sociedade, a informação seria assunto para profissionais das ciências exatas cujo trabalho seria calcado no desafio de encontrar a codificação mais eficaz para transmitir dados. Nesse sentido, o que importaria de fato seria o próprio canal, ou seja, a produção de sentidos não seria prioridade na equação. "El esquema mecánico del proceso de comunicación, inspirado por la información, es consustancial con la representación linear y la propagación del progreso. La innovación se propaga de arriba hacia bajo, del centro a las periferias". Nota-se que essas premissas dialogam com as perspectivas do modelo de desenvolvimento defendido pela ONU nas primeiras décadas de atuação do organismo multilateral, aportadas nas premissas das teorias de Rostow (1961) – apesar de Bell (1991) criticar o modelo de desenvolvimento neoclássico (da Teoria Convencional), por entender ser demasiado simplista em razão de determinar etapas mais ou menos comuns para o desenvolvimento dos países e sobrelevar a capacidade da matriz produtiva industrial.

> Esta perspectiva instrumental explica, en la práctica, porqué hoy un organismo técnico como la Unión Internacional de las Telecomunicaciones puede haber sido el promotor anfitrión de una conferencia sobre el futuro de la sociedad de la información y de sus redes planetarias. Explica también porqué la Organización Mundial del Comercio clasifica la cultura bajo la nomenclatura de los servicios y reivindica prerrogativas a ese respecto. Permite, del mismo modo, comprender las razones por las cuales la sociedad de la información, como paradigma del futuro pos-industrial, juega con la ideología de la conectividad (MATTELART, 2012, p. 66)[62].

A potencialidade da evolução das tecnologias da informação e da comunicação seria o aspecto comum entre as diferentes perspectivas de interpretação e viabilização do desenvolvimento econômico. Essa potencialidade, aliás, seria o aspecto central da segunda fase de construção do conceito de Sociedade da Informação, entre os anos de 1960 e 1970, marcado pelo conceito e expectativa acerca da "Revolução Tecnológica" e da "Revolução das Comunicações", bem como a esperança em relação à consolidação de uma Aldeia Global – expressão consagrada pelo pensador canadense Marshall Mcluhan (1972) para se referir, de alguma forma profetizadora, à configuração da sociedade mundial após o advento e desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação. Nesse momento, aponta Mattelart (2012), a evolução das tecnologias da informação e da comunicação teria criado um cenário propício para a expectativa de construção de uma nova sociedade, marcada pela liberdade em relação aos fardos da era industrial.

Nesse sentido, adverte Mattelart (2012, p. 66), reforça-se a perspectiva de queda das velhas ideologias rígidas e das "etiquetas esquerda/direita que marcaram a era industrial". Essa sociedade seria possível a partir da desmassificação dos meios de comunicação e da diluição dos Estados-Nação – que seriam considerados pelos teóricos norte-americanos como elementos anacrônicos e perigosos aos intentos democratizantes. "Tesis que está en el discurso de los teóricos de la gestión, que hacen valer la irracionalidad del Estado-Nación en un mundo modelado por las tecnologías que no respetan fronteras, llevando a las empresas globales a construir lo que ellos llaman de sociedad del conocimiento".

A ideia de conformação de uma sociedade global, de livres fluxos informativos e comunicativos, surgiria no seio da Revolução Tecnológica – motivada, segundo Jurado Vargas (2009), majoritariamente pelo contexto da Guerra Fria. Explica o autor que o estado de tensão gerado pela Guerra Fria seria marcado pelo registro de diversos conflitos bélicos de baixa intensidade, patrocinados pelas superpotências. Esse contexto estimularia uma corrida

[62] A conferência sobre o futuro da Sociedade da Informação a qual Mattelart (2012) se refere é a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada em duas etapas (2003-2005), promovida pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). Esse tema será abordado mais adiante em maior grau de profundidade.

armamentista entre ambas potências, e alguns de seus aliados, bem como uma competição pela vanguarda da chamada 'corrida espacial'. "En ese contexto parece plausible afirmar que fueron estos hechos y los intereses políticos, militares, ideológicos y económicos que les subyacen, los que explicarían el origen de la revolución tecnológica de la información, en la década de los años 70" (JURADO VARGAS, 2009, p. 28). Contribuiria à revolução tecnológica, o fato de o déficit gerado pela corrida armamentista ter causado uma crise econômica, cuja solução teria ocorrido a partir do investimento massivo do Governo Americano na produção de tecnologias que pudessem auxiliar os Estados Unidos à melhoria dos processos comerciais – justamente o contexto em que Bell (1991) elaborou a caracterização da sociedade pós-industrial, argumentando que os Estados Unidos seriam o país que mais teriam desenvolvido o setor de serviços à época de produção de seu livro.

Jurado Vargas (2009) afirma, apoiado em Manuel Castells, que essa revolução teria sido fundamentalmente tecnológica em função da inexistência de necessidades sociais que sustentassem as diretivas de inovação tecnológica, a não ser o desejo pela consolidação do modelo econômico defendido pelos Estados Unidos, em oposição ao modelo econômico defendido pela URSS; evidentemente, esse contexto seria favorecido por fatores institucionais, econômicos e culturais, mas não estaria alicerçado em necessidades sociais.

> Con estos elementos se puede definir a la revolución tecnológica de la información como el conjunto de cambios basados en las tecnologías de la información, que se utilizó para reconfigurar la estructura social mediante afectaciones sustanciales a los procesos humanos organizados en torno a las relaciones de producción, la experiencia y el poder, dando lugar a un nuevo paradigma social, conocido comúnmente como "sociedad de la información" (…) (JURADO VARGAS, 2009, pp. 31-32).

O início da intensificação da Revolução Tecnológica corresponderia, segundo Mattelart (2012), à terceira fase de construção do conceito de sociedade da informação, com o fortalecimento do debate sobre a necessidade de formulação de políticas públicas. Em decorrência de um contexto de crise do capitalismo, diagnosticado como crise do modelo de crescimento e governabilidade das democracias ocidentais, as tecnologias da informação e da comunicação passariam a ser consideradas pelos grandes Estados industriais como estratégias para o desenvolvimento. Esse debate estaria presente, inicialmente, no relato da Comissão Trilateral[63] de 1975 – Europa Ocidental, América do Norte e Japão. A partir disso, teria

[63] De acordo com Vitullo (2015, p. 03), "a Comissão Trilateral (CT) é uma organização privada, criada por iniciativa de David Rockefeller, principal acionista do Chase Manhattan Bank, em 1973". O objetivo da organização é o de buscar "contemplar o conjunto do planeta na sua defesa e promoção do livre mercado, do direito de propriedade e da liberdade de comércio, assim como da construção de uma responsabilidade compartilhada na liderança mundial".

ocorrido uma mudança de rumo nos países capitalistas dominantes em direção a um projeto de restruturação da ordem econômica mundial. Isso significa, objetivamente, que se ampliou a perspectiva neoliberal[64] da globalização, com o crescente incentivo à liberalização dos intercâmbios, os movimentos de capital, a flexibilidade das empresas em redes planetárias etc.

Essa perspectiva teria se desenvolvido notadamente no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico[65] (OCDE). "La OCDE confecciona una serie de análisis para clasificar esos países miembros en una escala que llevase a la sociedad de la información a servir de parámetro para la modernización" (MATTELART, 2012, p. 68). Importante lembrar que, ao mesmo tempo em que ocorrem os debates no âmbito da OCDE, o período também seria marcado pela tomada de consciência acerca da necessidade de reorganização do mundo, a partir da reivindicação de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), capitaneadas pelo Movimento dos Países Não Alinhados e pelo Grupo dos 77 no âmbito da ONU e da Unesco. Porém, como já evidenciado, o movimento pelo estabelecimento NOEI e da NOMIC perderia força com a virada da década de 1970 para a década de 1980. Esse momento, na interpretação de Mattelart (2012), coincidiria com a quarta fase de interpretação do conceito da Sociedade da Informação, marcada pelo processo de privatização e desburocratização do Estado e pelo abalo das bases dos sistemas nacionais de telecomunicações – cujos fortalecimentos seriam bandeiras significativas do movimento da NOEI e da NOMIC.

Jurado Vargas (2009) aponta que a chamada Revolução Tecnológica da Informação produzida ao longo da década de 70 apenas teria os avanços tecnológicos sentidos pelas grandes empresas e pelos governos dos países do Grupo dos 7 (G-7)[66]. Nesse período, os avanços técnicos e tecnológicos permitiriam a restruturação do capitalismo e consolidação de

---

[64] Conforme Bresser-Pereira (2014, p. 88), há diferenças pragmáticas entre o liberalismo político e econômico e o neoliberalismo. O autor afirma que o liberalismo econômico representa a "ideologia que nasce no século XVIII para defender os interesses da classe média burguesa contra a oligarquia militar e religiosa e o Estado absoluto ou autocrático". Já o neoliberalismo se refere a uma corrente econômica que, embora utilize premissas do liberalismo (estado-mínimo e economia de mercado), "surge no último quartel do século XX para defender os interesses dos ricos contra os trabalhadores e os pobres e contra um Estado democrático".

[65] A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional surgida em 1948 como Organização para a Cooperação Económica. Ganha seu nome definitivo em 1961. A entidade declara ter como princípios o compromisso com a economia de mercado e a democracia representativa, com foco no estabelecimento de um Estado de Bem-estar. Atualmente conta com a participação de 36 países-membros. Disponível em http://www.oecd.org/about/. Acessado em 28/08/2018.

[66] Conforme Trindade (1984), o chamado Grupo dos Sete (G-7) surgiria em 1975, a partir da Cúpula de Rambouillet, em 1975, que reuniu os chefes de Estado das principais economias mundiais à época – Alemanha, Japão, Canadá, Estados Unidos, França, Itália e Reino Unido. O objetivo era o de restabelecimento do domínio discursivo dos países economicamente desenvolvidos e industrializados, frente às movimentações contra hegemônicas produzidas pelo Movimento dos Países Não Alinhados e pelo Grupo dos 77 no plano internacional, principalmente após a aprovação da Carta de Direitos e Deveres Econômicos, por meio da Resolução nº 3281 (XXIX) da Organização das Nações Unidas.

um novo modelo de desenvolvimento – alicerçado em insumos de informação. É apenas mais tarde, na década de 1980, que teria ocorrido mais fortemente o processo de integração global dos mercados financeiros, bem como a "articulação segmentada da produção e do comércio mundial".

> Cabe señalar que se ha establecido la década de los años 70 para el surgimiento de la revolución tecnológica de la información, porque solo a partir de entonces "se difundieron ampliamente las tecnologías de la información, acelerando su desarrollo sinérgico y convergiendo en un nuevo paradigma" socio-técnico, cuyo antecedente principal es un continuo y cada vez más vertiginoso desarrollo – iniciado desde la Segunda Guerra Mundial – en tres campos interrelacionados de la electrónica: la microelectrónica, la informática (software y hardware) y las telecomunicaciones (JURADO VARGAS, 2009, pp. 30-31).

Conforme Jurado Vargas (2009), embora tenham havido muitos avanços tecnológicos no campo da comunicação anteriores às inovações da microeletrônica, da informática e das telecomunicações, com múltiplas aplicações e aproveitamento industrial e comercial – como é o caso do Telégrafo (1837), o Telefone (1876) e o Rádio (1898) –, nenhum deles teria modificado a forma de produção, comunicação, gestão e modos de vida da sociedade. Ou seja, as inovações tecnológicas registradas anteriormente aos avanços no campo das telecomunicações e informática não teriam alterado a lógica industrial do capitalismo; por sua vez, as inovações tecnológicas da microeletrônica, da informática e das telecomunicações teriam modificado a estrutura de produção capitalista.

Na opinião de Mattelart (2012), esse processo ocorreria acompanhado pelo aumento do poder do sistema financeiro – primeiro sistema econômico a possuir alcance global, em grande medida alicerçado pelas tecnologias de informação e comunicação emergentes. Esse momento histórico seria marcado pelo retrocesso na noção de interesse público e pela perspectiva de autorregulação da economia e dos próprios indivíduos – notadamente distantes das bandeiras defendidas nos âmbitos da ONU e Unesco, ao longo da década de 1970 e até meados da década de 1980, quando o discurso pela Nova Ordem perderia força. O interesse individual sobreposto ao interesse coletivo, então, passaria a ser a marca da sociedade.

> Soberano en su función de consumidor, el individuo se limita a experimentar su limitación ante la historia, visto que solamente participa de ella de manera involuntaria e inconsciente. Es de esa forma que se completa la interferencia de los riesgos de poder que la reorganización del orden mundial implica y que había comenzado bajo el signo de la aldea global, como una manera de negar las diferencias entre sociedades y la perduración de relaciones de fuerza y el interés colectivo (MATTELART, 2012, p. 69).

A quinta fase, segundo Mattelart (2012), ocorreria a partir dos anos de 1990, já com o fim da Guerra Fria e o início da presença massiva da internet como rede de acesso público. O movimento de busca pela integração pacífica da comunidade internacional seria baseado na ideia de um mercado global democrático e estimulado pelos investimentos simbólicos realizados por meios de vetores da cultura de massa e outros símbolos do "American Way of Life"[67]. A partir daí, pondera Mattelart (2012), as tecnologias da informação e da comunicação já se encontrariam convocadas pelas doutrinas de construção de hegemonia mundial e as problemáticas ligadas à liberdade e à segurança entrariam em pauta.

De acordo com Vercellone (2004), nesse período as instituições de Brettom Woods, como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, teriam dominado as orientações econômicas no âmbito internacional, a partir de uma ofensiva liberal, reabrindo lógicas de dominação. "El paradigma desarrollista cede así el lugar al paradigma del «consenso de Washington» estructurado en torno a la tríada austeridad/privatizaciones/liberalización" (VERCELLONE, 2004, pp. 64-65). Conforme Sandroni (1999), o Consenso de Washington representa o resultado de trabalho de reuniões empreendidas, no início dos anos 1990, por economistas ligados ao Fundo Monetário Internacional, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e do Tesouro dos Estados Unidos.

> Dessas reuniões surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados e o "Estado Mínimo", isto é, um Estado com um mínimo de atribuições (privatizando as atividades produtivas) e, portanto, com um mínimo de despesas como forma de solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal: inflação intensa, déficits em conta corrente no balanço de pagamentos, crescimento econômico insuficiente e distorções na distribuição da renda funcional e regional (SANDRONI, 1999, p. 123).

Sandroni (1999) pondera que as premissas que compuseram o receituário do Consenso de Washington produziriam efeitos positivos no que tange o combate à inflação, principalmente nos países latino-americanos que as aplicaram. Porém, no plano social as consequências desse modelo de desenvolvimento teriam sido negativas, com aumento do desemprego, estagnação econômica e precarização dos salários. Vercellone (2004) explica que as políticas neoliberais teriam sido incapazes de reabsorver as dívidas dos países

[67] Conforme Cunha (2017, p. 18), o termo "American Way of Life" representa a ideação americana acerca de seus próprios objetivos de conformação de sociedade e de modo de consumo. Construído e difundido ao mundo por meio de bens culturais e simbólicos, sobretudo da indústria cinematográfica, representa o ideal de "boa vida daqueles que dele usufruem – na medida de seu poder de compra e dos bens adquiridos e exibidos a seus pares".

subdesenvolvidos. Pelo contrário. Ao final da década de 1990, os países da América Latina teriam apresentado fortes crises econômicas.

Junto a esse movimento de modificação das perspectivas internacionais de desenvolvimento, que integraria o período considerado por Mattelart (2012) como a quinta fase de consolidação do conceito de sociedade da informação, a Unesco abandonaria a pauta da NOEI e da NOMIC em favor de uma "Nova Estratégia" da ONU baseada em perspectivas condizentes com as propostas do Consenso de Washington. Nesse momento, a Unesco perderia o protagonismo internacional como instância de discussão acerca da comunicação globalizada para dar lugar a um "velho ator internacional" reestruturado para debater e gerir, no âmbito do marco institucional da ONU, a temática da comunicação e do desenvolvimento. Trata-se da União Internacional de Telecomunicações (UIT), que passaria a promover o debate sobre a comunicação globalizada a partir da defesa da posição dos "interesses, enfoques, políticas e estratégias" adotadas pelos países desenvolvidos e pelas empresas de tecnologia da informação e da comunicação transnacionais (JURADO VARGAS, 2009, p. 178).

De acordo com Jurado Vargas (2009), a UIT se refere a um organismo internacional histórico, cuja origem remonta ao ano de 1865, sob o nome de União Telegráfica Internacional. Seu nome atual, União Internacional de Telecomunicações, seria definido a partir da fusão com outros dois organismos internacionais, a saber, o Convênio Telegráfico Internacional (1865) e o Convênio Internacional de Radiotelegrafia (1906). A partir desse ato, em 1932, passaria a conformar o Convênio Internacional de Telecomunicações. Em 1948, com a criação da Organização das Nações Unidas, a UIT seria incorporada à ONU e passaria a ser o organismo especializado em matéria de telecomunicações. Seria a partir de 1989 que a UIT criaria o Escritório para o Desenvolvimento das Telecomunicações e passaria a empreender esforços para a melhoria das comunicações no mundo desenvolvido. Também estava na pauta da entidade o estímulo à mundialização e liberalização dos mercados de telecomunicações. Portanto, a partir desse momento, o interesse da UIT passaria a promover o fomento às telecomunicações sob a dinâmica da competição e do livre mercado – em conformidade com a Nova Estratégia da ONU para o desenvolvimento (ONU, 1990) e as premissas do Consenso de Washington.

O primeiro Plano Estratégico da história da UIT para viabilização de sua pauta ocorreria em 1994, na Conferência de Plenipotenciarios, celebrada em Kyoto (JURADO VARGAS, 2009). Na oportunidade, definiram-se estratégias para fomento à popularização das telecomunicações e a viabilização das telecomunicações como mercado de massa. Entre

as diretrizes aprovadas estavam as constantes na Resolução nº 4/23[68] (UIT, 1994), que solicitavam ao Conselho Intergovernamental do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC) e ao secretário Geral da Unesco a participação da União Internacional de Telecomunicações (UIT) nos debates empreendidos no âmbito do PIDC e na prestação de assistência técnica aos países em desenvolvimento. Na mesma Conferência, também seriam aprovados, por meio da Resolução nº 4/24 (UIT, 1994), o patrocínio e a realização de estudos acerca da contribuição das telecomunicações no tocante ao desenvolvimento dos países, em geral, bem como a organização de estudos no mesmo sentido promovidos por entidades análogas nos âmbitos nacional, regional e internacional. Em relação à cooperação internacional para desenvolvimento das telecomunicações, a Resolução nº 4/25 (UIT, 1994) apontaria a necessidade de que os países desenvolvidos estabelecessem relações de transferência técnica e tecnológica aos países em desenvolvimento, haja vista a premissa de que o "poderio económico de los países desarrollados se basa o se conjuga con el alto nivel de su tecnologia", enquanto "las economias de los paises en desarrollo es relativamente débil y com frecuencia deficitária". Nesse sentido, medir-se-ia o grau de desenvolvimento dos países por meio de "criterios de ingreso por habitante, producto nacional bruto, desarrollo telefônico nacional u otros mutuamente convenidos" – demonstrando uma perspectiva quantitativa de mensuração de índices de desenvolvimento, compatível com o paradigma pós-industrial teorizado por Bell (1991).

Já na Conferência de Plenipotenciarios de Mineapolis, em 1998, seria aprovada a Resolução nº 73, que versava sobre a realização de uma Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), que teria três objetivos principais:

> (...) establecer un marco global para formular, con la contribución de todos los asociados, un concepto común y armonizado de la sociedad de la información; elaborar un plan de acción estratégico para el desarrollo concertado de la sociedad de la información definiendo un programa relativo a los objetivos que han de alcanzarse y los medios que han de utilizarse; determinar las funciones de los diferentes asociados a fin de coordinar adecuadamente la realización de la sociedad de la información en todos los Estados Miembros (UIT, 1998, Resolução nº 73).

Importante frisar que diferentemente de outros organismos da ONU, a UIT contaria com maioria de membros representantes de operadores de telecomunicações, provedores e

[68] Disponível em http://search.itu.int/history/HistoryDigitalCollectionDocLibrary/4.15.51.es.303.pdf. Acessado em 28/08/2018.

organismos financeiros internacionais (JURADO VARGAS, 2009). Também relevante seria a constatação de que o controle da UIT estaria diretamente ligado às fontes de financiamento da entidade. Resumidamente, seriam os países ricos e as empresas do setor que definiriam a filosofia, a agenda e as políticas da UIT. Disso infere-se que os objetivos da UIT não estariam voltados às questões mais cidadãs, democráticas e preocupadas com o desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos – como era a pauta da NOEI e da NOMIC.

O discurso da União Internacional de Telecomunicações seria legitimado no plano internacional na 56ª Assembleia Geral da ONU, em 2001. Na oportunidade, o organismo internacional aprovaria a Resolução nº 56/183 (ONU, 2001), que acolheria a demanda da UIT pela realização da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI). Imbuída dessa perspectiva, a CMSI teria por objetivo promover o fomento ao estabelecimento da sociedade da informação aos países membros da ONU, a partir da ampliação e aprofundamento do mercado das telecomunicações ao redor do globo, com a adoção do novo paradigma de desenvolvimento do capitalismo (JURADO VARGAS, 2009). A CMSI, neste contexto, seria definida para ocorrer em duas etapas: a primeira entre 10 e 12 de dezembro de 2003, em Genebra, na Suíça; a segunda, entre 16 e 18 de novembro de 2005, em Tunis, na Tunísia.

Dessas reuniões participariam representantes da UIT, dos Estados-membros, dos Membros de Setor, de organizações internacionais e empresariais no campo das Tecnologias da Informação e da Comunicação, bem como membros da imprensa e outros veículos de comunicação. ONGs e ativistas da democratização da comunicação também marcariam presença. Apesar disso, o acesso aos espaços deliberativos e decisórios, a partir dos quais seriam elaborados os documentos oficiais, ficaria circunscrito aos Estados-membros e membros do setor (JURADO VARGAS, 2009).

De acordo com Carvalho (2005, p. 176), a conferência reuniria mais de 10 mil pessoas de 176 países para debater, "entre outros assuntos, o problema da exclusão digital, as experiências de sucesso ao redor do mundo para combatê-lo e também como as tecnologias da informação e comunicação podem contribuir para a redução da desigualdade social". Da primeira Conferência surgiria a Declaração de Princípios de Genebra, na qual os países signatários comprometem-se à construção de condições para a viabilização do paradigma da Sociedade da Informação de forma inclusiva (UIT, 2014). Já na segunda Conferência seria estabelecido o Compromisso de Tunis, no qual os signatários comprometem-se a promoverem uma agenda de ações a partir das quais os diferentes Estados poderiam construir condições para inclusão plural dos diferentes segmentos da sociedade no paradigma da Sociedade da Informação (UIT, 2014).

Islas (2005) e Carvalho (2005) apontam que os documentos produzidos pela CMSI não seriam propostas isoladas de outros acordos internacionais assinados pelos membros da ONU. Os documentos reafirmam a necessidade de cumprimento dos preceitos acordados na "Declaração Universal dos Direitos Humanos" e nas "Oito Metas do Milênio"[69] (ONU, 2000), e colocam-se como instrumento para sua realização (UIT, 2014). Apesar das críticas de Islas (2005), Carvalho (2005, p. 176) aponta que o Informe Final da primeira etapa da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada em 2003, apresentaria uma lista de princípios essenciais para uma "sociedade da informação". De maneira bastante otimista, o relatório apontaria a necessidade de melhoria "do acesso à infra-estrutura de informática e comunicação, bem como à informação e ao conhecimento"; a "elevação da capacidade de acesso"; o "aumento da confiança e da segurança no uso da tecnologia"; a "criação, em todos os níveis, de um ambiente que incentive a adoção da tecnologia"; o "desenvolvimento e ampliação das aplicações da tecnologia"; o "incentivo e respeito à diversidade cultural"; o "reconhecimento do papel dos meios de comunicação"; a "atenção às dimensões éticas da 'sociedade da informação'"; e o "incentivo à cooperação internacional e regional".

É importante destacar que, ao contrário do Informe MacBride (1980) e dos princípios da NOMIC, e seguindo a tendência internacional estabelecida a partir das premissas do Consenso de Washington, a Declaração de Princípios de Genebra possuiria perspectiva assentada no liberalismo econômico, no livre mercado e no livre fluxo de informações. Nesse sentido, o documento deixa claro que aos governos caberia a garantia do Estado de Direito, "acompanhado por política e marco regulatório adequado, transparente, favorável à concorrência, tecnologicamente neutro, previsível e que reflita as realidades nacionais" (UIT, 2014, p. 28). A Declaração ainda aponta que os "governos devem intervir, se necessário, para corrigir as falhas do mercado como forma de se manter uma concorrência justa, atrair investimentos, intensificar o desenvolvimento da infraestrutura das TIC e de aplicações, maximizar os benefícios sociais e econômicos e estar a serviço das prioridades nacionais" (UIT, 2014, p. 28).

[69] Conforme Carvalho (2005), as metas da Declaração do Milênio poderiam ser resumidas em: a erradicação da pobreza extrema e da fome; a conquista da educação primária universal; a promoção da igualdade entre os sexos e da valorização da mulher; a redução da mortalidade infantil; a melhora da saúde materna; o combate à Aids, à malária e a outras doenças; a garantia da sustentabilidade ambiental; e o desenvolvimento de parcerias globais para se alcançar um mundo mais pacífico, justo e próspero.

1.4 A cultura e o conhecimento como insumos produtivos no capitalismo cognitivo: a crítica ao Projeto da Sociedade da Informação e o papel dos conteúdos digitais

Islas (2005) lembra que o conceito do projeto da Sociedade da Informação teria surgido num contexto fundamentalmente estimulado pelos Estados Unidos por meio de estudos e ações orquestradas junto aos países desenvolvidos. Em seu cerne, encontra-se uma proposta de transformações significativas no capitalismo, caracterizada pelo crescimento do conhecimento e da dimensão cognitiva do trabalho (VERCELLONE, 2016). Isso implica, necessariamente, a existência de um modelo de desenvolvimento distinto daquele preconizado no âmbito do capitalismo industrial, de forma que seja possível a superação do subdesenvolvimento histórico registrado em diversos países, com destaque à América Latina.

De acordo com Vercellone (2004), os conceitos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento não seriam estanques, mas sofreriam mutações conforme a construção histórica dos conflitos e das transformações naquilo que se compreende como Divisão Internacional do Trabalho, registrados ao longo dos cinco séculos do processo de globalização capitalista. Num breve resgate relativo à constituição da polarização "desenvolvimento/subdesenvolvimento", o autor lembra que suas raízes estariam assentadas antes da revolução industrial, remontando ao período de expansão do capitalismo mercantil nos séculos XVI e XVIII.

> Es en esta época cuando la formación de los Estados-nación europeos, asentada en la alianza entre los Príncipes y los Mercados, se asociará a dos procesos inseparables: el sometimiento de los mundos extra-europeos y la puesta en marcha de la División Internacional del Trabajo (DIT) estructurada alrededor del circuito de comercio triangular y del sistema colonial de plantaciones (VERCELLONE, 2004, p. 63).

Nesse sentido, o "imperialismo", como categoria relativa aos processos de dominação político-econômica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, não seria um estágio tardio do desenvolvimento capitalista, mas uma característica consubstancial da formação dos Estados-Nação e da economia-mundo europeia, bem como fator determinante para a acumulação primitiva de capital e para o impulsionamento da primeira Revolução Industrial (VERCELLONE, 2004). Entretanto, seria no período de desenvolvimento do capitalismo industrial, a partir do marco da Revolução Industrial, que ocorreria o aprofundamento das assimetrias da Divisão Internacional do Trabalho, conformando um caráter autossustentado e acumulativo ao capitalismo industrial. Esse contexto também definiria, até o final da segunda

Guerra Mundial, os termos essenciais da antiga divisão do Trabalho baseada na contradição Norte-Sul, assentada no intercâmbio de produtos manufatureiros e primários – como evidenciado nas teorizações do estruturalismo latino-americano produzido no âmbito da Cepal[70], que se basearam na perspectiva da economia-mundo e da Teoria da Dependência.

De acordo com Vercellone (2004, p. 64), seria nesse momento e a partir dessa lógica econômica heterodoxa, o estruturalismo latino-americano, que os Estados-nação da periferia experimentariam uma imitação do modelo eurocentrista de desenvolvimento, opondo-se a ele, com uma tentativa de ruptura com a Divisão Internacional do Trabalho. "Se trata de un proyecto de independencia económica nacional, capaz de asegurar la transición de un modelo dependiente hacia un modelo autocentrado parecido al de los países avanzados". Esse modelo reivindicaria o desenvolvimento de um conceito e de uma unidade do terceiro mundo, que fosse capaz de fazer frente aos blocos econômicos dominantes. Isso implicou na eleição de um modelo de progresso industrial, a partir do qual se buscaria a construção das condições de viabilização do setor industrial, mas de forma independente em relação ao colonialismo até então imposto pelos países desenvolvidos. Vale lembrar que esse modelo de desenvolvimento estaria previsto na proposta da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

Apesar de representar a tentativa de transformação das relações e do conceito de desenvolvimento da periferia, Vercellone (2004, p. 64) aponta ter ocorrido uma ambiguidade, qual seja, a importação da ideia de desenvolvimento baseado em um conjunto de categorias advindas da Economia Política Clássica, no marco do capitalismo industrial, para planejamento e avaliação das políticas e processos de desenvolvimento, baseadas em categorias de progresso como "riqueza, necessidade, produtividade, relação com a natureza e saberes". Trata-se de uma ambiguidade, pois a importação de modelos de desenvolvimento estrangeiros estaria entre o rol de críticas do estruturalismo latino-americano à Teoria Convencional.

Independentemente, esse período, entre as décadas de 1950 a 1980, seria marcado pelas políticas de substituição de importações e de exportações, que fracassariam como estratégia de superação do subdesenvolvimento. Em razão da má gestão dos recursos captados no exterior para fins de industrialização, os países subdesenvolvidos teriam contraído dívidas substantivas, altos índices de inflação e estagnação econômica, com aumento no nível de desemprego e ampliação da pobreza. Segundo Vercellone (2004, p. 64), isso marcaria o fim das ilusões da "globalização do fordismo". Fato também importante no período seria a

[70] A partir de 1949, com o texto do economista argentino Raúl Prebisch intitulado "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas".

ascensão de alguns países asiáticos, o que quebraria a lógica da antiga Divisão Internacional do Trabalho baseada na dicotomia Norte/Sul, com a implosão da unidade do terceiro mundo, construída a partir de 1955 com a formação oficial do Movimento dos Países Não Alinhados.

Neste contexto, ao mesmo tempo em que as instituições de Brettom Woods, como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, teriam dominado as orientações econômicas no âmbito internacional baseadas nas premissas do Consenso de Washington, a ONU reforçaria essa perspectiva a partir da Estratégia Internacional de Desenvolvimento para o Quarto Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU, 1990, p. 141). Também coincide com as articulações da União Internacional de Telecomunicações para fomento à popularização e viabilização das telecomunicações como mercado de massa – que tomaria a pauta dos organismos internacionais na direção da consolidação do projeto da Sociedade da Informação.

Importante lembrar que a Sociedade da Informação seria um projeto de sociedade ideal cuja economia estaria baseada no primado do conhecimento, do setor de serviços e na informação como insumo produtivo. Não seria, de fato, uma evolução natural das sociedades, mas o resultado de políticas de desenvolvimento que proporcionariam condições ao estabelecimento desse paradigma, levando em consideração que o capitalismo atual não teria as mesmas configurações do capitalismo industrial no que se refere aos modos de produção e às relações de trabalho. Isso significa que, conforme as perspectivas políticas empreendidas, os benefícios de uma economia do conhecimento poderiam ser sentidos, ou não, pelo conjunto da sociedade; em outras palavras, a depender da forma como as políticas de desenvolvimento respondem à evolução das tecnologias no tocante ao sistema de produção e distribuição de capital, os territórios teriam condições de se inserirem no sistema econômico mundial e de apresentarem perspectivas para superação do subdesenvolvimento, com inclusão social, construção de cidadania e fortalecimento democrático. Importante ainda frisar que o surgimento de uma economia baseada em conhecimento e em informações como insumos produtivos não elimina o setor industrial ou de agronegócio; na verdade, o que ocorre seria a hegemonia do setor de serviços no tocante à produção de capital, inclusive imbricado aos demais setores produtivos.

De acordo com Vercellone (2004), as políticas de desenvolvimento atuais precisariam levar em consideração a crise do capitalismo industrial, bem como a transição a um capitalismo cognitivo. Isso significa a utilização, como base da proposta de desenvolvimento, do conceito de uma economia baseada na difusão do saber e na produção de conhecimento como a principal estratégia de valorização do capital. Nesse contexto, o capital imaterial e

intelectual e as atividades de alta intensidade de saberes se configurariam na variável-chave do crescimento e da competitividade das nações no plano geopolítico internacional. Entre as atividades consideradas de alta intensidade de saberes estariam "servicios informáticos, I+D, enseñanza, formación, sanidad, multimedia, software" (VERCELLONE, 2004, p. 66).

Essa mutação na matriz de produção do capitalismo ocorreria concomitantemente com a restruturação daquilo que convencionou-se chamar de relação "Norte-Sul", com a reformulação de estratégias de superação do subdesenvolvimento frente ao capitalismo cognitivo, bem como outras três transformações estruturais. Segundo Vercellone (2004), a primeira transformação se refere aos limites ecológicos do crescimento industrial – finito por razões ambientais, uma vez que seu desenvolvimento implica em destruição ambiental. Isso conduziria à necessidade de modificação da perspectiva de produção calcada na monocultura imposta pela intitulada revolução verde, bem como pela revolução biotecnológica. Interessante notar que, em relação ao meio ambiente, o debate empreendido por Bell (1991) sobre a sociedade pós-industrial apenas apontava a possibilidade de controle das consequências, mas não evidenciava o caráter necessário do uso racional dos recursos naturais. A segunda transformação, destaca Vercellone (2004), referir-se-ia à conformação de uma nova DIT fundada em princípios cognitivos, na qual a regulação se apoiaria em novas formas de controle e mercantilização do saber, assim como a captação do cognitivo em proveito do financeiro. Já a terceira mutação diria respeito à tendência de constituição de um sistema de regulação política, econômica e social extra-nacional e o declínio do Estado-nação como espaço essencial e propulsor de estratégias de desenvolvimento.

Nesse sentido, Vercellone (2016) estabelece uma distinção entre modelos de concepção do paradigma da Sociedade da Informação a partir das divergências entre os conceitos de "economia baseada em conhecimento" e de "capitalismo cognitivo" – que implicariam em estratégias de desenvolvimento programaticamente bastante distantes. Isso porque, a forma como se interpretariam os objetivos do modelo econômico poderiam determinar diferentes estratégias para conformar metas de promoção de cidadania, participação democrática e superação do subdesenvolvimento.

Segundo Vercellone (2016, p. 19), os teóricos da "economia baseada em conhecimento", à semelhança da teorização da sociedade pós-industrial de Daniel Bell (1991), não considerariam conflitivas as relações entre capital e trabalho, bem como as relações entre saber e poder, que estruturariam as transformações da divisão de trabalho. "Sobre esta premisa, el desarrollo de una economía basada sobre el conocimiento es explicada esencialmente, como un cambio de la amplitud del fenómeno del conocimiento en la

economía, como una especie de paso hegeliano desde la cantidad a la calidad". Nesse sentido, a perspectiva de economia baseada em conhecimento possuiria uma característica fortemente calcada no "determinismo tecnológico", sobrelevando o papel das tecnologias da informação, das comunicações e das indústrias intensivas em ciência e tecnologia como motor do desenvolvimento, porém numa perspectiva pouco crítica, na qual a aplicação das tecnologias poderia induzir processos de crescimento e desenvolvimento.

Estabelecida sob a lógica metodológica da Economia Política clássica, essa visão reducionista seria coerente com uma proposta específica de indicadores de desenvolvimento, como os ligados às licenças e patentes – que caracterizariam a eficiência de uma economia baseada em conhecimento, avaliada a partir da capacidade de mercantilização do saber e, portanto, de indicadores compatíveis com a economia de mercado. Na avaliação de Vercellone (2016), essa relação entre produção social de conhecimento e inovação, de um lado, e privatização do conhecimento, de outro, apresentar-se-ia como contradição, na medida em que não levariam em consideração para avaliação de eficiência a sua capacidade de ampliar o desenvolvimento social por meio da melhoria da qualidade, por exemplo, de serviços públicos de "bem-estar social".

Para Vercellone (2016), entre os limites metodológicos da análise acerca da instauração de uma economia baseada em conhecimento estaria o esquecimento de sua subsunção às formas institucionais e estruturais da lógica de acumulação de capital. Isso significa que, no processo de análise da transformação do capitalismo, seria necessário levar em consideração que a restruturação do sistema estaria baseada na necessidade de manutenção da lógica perversa de acumulação. Ou seja, o conhecimento estaria no centro dos processos produtivos, ao mesmo tempo em que se preservaria a lógica de acumulação e exploração do trabalho cognitivo. Ocorreria, neste contexto, uma nova dinâmica de privatização do comum, uma apropriação privada dos saberes e conhecimentos coletivos tradicionais. Em outras palavras, na medida em que o simbólico e o imaterial passariam a se estabelecer como matrizes de desenvolvimento, ocorreria um processo de privatização dos saberes coletivos em benefícios do capital.

> El contenido esencial de esta refundación de la acumulación de capital reposa sobre la «captación» de la economía del saber en un medio y en un beneficio financiero y en la generalización de una economía rentista. En este marco, el drenaje formidable de recursos opera del Sur al Norte gracias a los servicios de la deuda, del mismo modo que la extensión del sistema de patentes y la puesta en marcha de un «capitalismo accionarial» operan como elementos del mecanismo de expoliación y de explotación rentista del trabajo de las multitudes (VERCELLONE, 2004, p. 67).

Vercellone (2004) indica que, como consequência, dois fatores principais estruturariam a nova Divisão Internacional do Trabalho, que seria acompanhada da ampliação das desigualdades espaciais de desenvolvimento. O primeiro seria decorrente do aumento da importância do conhecimento científico e tecnológico das atividades produtivas, na medida em que o capital físico perderia sua centralidade no processo de geração de capital e a capacidade de mobilização de redes de inteligências geraria uma nova divisão das atividades, qual seja, o fracionamento dos processos produtivos conforme blocos de saberes. Assim, criar-se-ia uma divisão das atividades marcada por uma nova polarização relativa ao estoque de trabalho intelectual mobilizado de maneira cooperativa.

> Esta tendencia a la polarización es tanto más fuerte a medida que la automatización y las economías diversificadas permiten a los países de antigua industrialización reconstruir ventajas comparativas, que incluyen los sectores intensivos en trabajo. La razón estriba en que la nueva DIT se caracteriza por una tendencia a la relocalización de las actividades productivas que, desde la crisis del fordismo, han sido objeto de una descentralización productiva hacia los países de bajos salarios (VERCELLONE, 2004, p. 68).

A respeito da organização produtiva baseada em blocos de saber, em detrimento à lógica produtiva conformada linearmente em blocos de atividades, Vila-Viñas (2016) salienta que a possibilidade de terceirização e de desterritorialização dos blocos de saber difere da organização do trabalho de taylorista[71], reconfigurando a Divisão Internacional do Trabalho a partir de centros de trabalho cognitivo e não de parques industriais. Ocorre que o desenvolvimento desigual da economia do conhecimento tenderia a conduzir à conformação de uma lógica autossustentada e acumulativa que condenaria países em desenvolvimento a uma "desconexão forçada" da rede produtiva internacional, compelindo os países de baixo estoque de trabalho cognitivo à periferia do sistema mundial de produção – agora orientado numa nova configuração de DIT, mas que ainda acarretaria processos de dominação.

O segundo fator destacado por Vercellone (2004, p. 69) se refere à privatização do saber, com o reforço dos direitos de propriedade intelectual, patentes e biopirataria. "La ampliación y la prolongación en el tiempo de los derechos de propiedad intelectual serían ahora la condición esencial de la innovación, permitiendo a las firmas amortizar sus costes en

[71] Sandroni (1999, p. 15) Frederick Taylor, engenheiro e escritor estadunidense do início do século XX, teria sistematizado premissas e estratégias que objetivaram o aumento da produtividade e da eficiência do trabalho desenvolvido nas fábricas – unidades coletivas de produção em massa da era industrial –, "como racionalização de tarefas, estudos de tempos e movimentos de produção".

I+D"[72]. Na opinião de Vercellone (2004), a retórica em torno da privatização dos saberes seria o coração das novas teorias de crescimento endógeno; ocorre, porém, que essa perspectiva seria também um instrumento ideológico que justificaria a privatização do conhecimento e a exclusão dos países historicamente periféricos e dependentes do acesso a uma nova divisão internacional cognitiva do trabalho. Esses seriam aspectos centrais da crítica do autor (2016) e o eixo norteador das teses do capitalismo cognitivo, como expressão de um diagnóstico acerca do modelo de desenvolvimento que deve-se buscar no contexto do capitalismo atual; essa perspectiva orientaria a análise tanto no plano conceitual quanto no plano metodológico.

No que se refere ao plano conceitual, a crítica se daria em função da percepção de que a noção de uma "economia baseada em conhecimento" estaria alicerçada numa noção de mercado, enquanto a ideia de capitalismo cognitivo colocaria em evidência a dimensão histórica e proporia uma dialética conceitual entre os conceitos de "capitalismo" e "cognitivo" – o que apontaria uma clara distinção sob as perspectivas da Economia Política Clássica e a Economia Política Crítica. Nesse sentido, o termo "capitalismo" implicaria o reconhecimento de que no contexto atual seriam mantidas variáveis fundamentais do modo de produção capitalista, particularmente "el papel motriz de la ganancia y la tendencia a transformar el conjunto de los bienes en capital y mercancías fictícias" (VERCELLONE, 2016, p. 21). Já o termo "cognitivo" representa a proposição de uma nova natureza do trabalho e das fontes de valor e lucro, bem como das formas de propriedade e das relações de exploração.

> El concepto de capitalismo cognitivo pretende, entonces también, caracterizar los conflictos y la nueva naturaleza de las contradicciones que esta transformación genera. Esto tanto en el plano de la organización del trabajo, como del antagonismo cada vez más marcado entre el carácter social de la producción y el carácter privado de la apropiación. En este sentido, quisiera precisar, de inmediato, un punto importante. Contrariamente a cuanto puede sugerir a primera vista la expresión 'capitalismo cognitivo', el término 'cognitivo' no es un adjetivo de 'capitalismo'. Hace referencia, en cambio, a la dimensión cada vez más inmaterial y cognitiva del trabajo y de su producto; del cual intenta apropiarse el capitalismo cognitivo (VERCELLONE, 2016, p. 21).

Em relação ao plano metodológico, o capitalismo cognitivo ensejaria a redefinição do "conhecimento do mundo imaginário e pacífico da teoria econômica" em direção ao entendimento acerca da dinâmica histórica concreta das relações conflitivas entre saber e poder – relações estas estruturantes das transformações históricas da relação "capital e trabalho" (VERCELLONE, 2016, p. 21). Nesse sentido, o autor (*Ibid*) retoma a explicação

[72] "I+D" significa "Inovação e Desenvolvimento".

marxista acerca da "natureza do trabalho vivo", como atividade cognitiva, que congrega potencialmente atividades de pensamento e ação. O trabalho seria, pois, o elemento diferenciador do ser humano em relação aos demais seres vivos.

> En esta óptica un punto teórico esencial nos parece ser el siguiente: si la dimensión cognitiva intelectual del trabajo es entonces la esencia misma de la actividad humana, esta conciencia y esta dimensión cognitiva del trabajo son las que pueden revelarse como un obstáculo al control capitalista del proceso de producción, y por lo tanto al proceso de acumulación (VERCELLONE, 2016, p. 22).

Vercellone (2004, p. 72) aponta a existência de três teses principais para uma concepção geral de desenvolvimento no contexto do capitalismo cognitivo. A primeira diz respeito à negação de uma visão dualista segundo a qual haveria, na sociedade, um setor moderno em oposição a um setor tradicional, este último destinado a desaparecer quando da expansão dos processos de desenvolvimento. Isso porque, as crises ecológicas locais e globais teriam demonstrado que os saberes coletivos das comunidades campesinas e tradicionais, por exemplo, devem ser preservados, principalmente em relação à proteção da biodiversidade. Nesse sentido, o autor chama a atenção para a necessidade de preservação, ou resgate, dos métodos tradicionais de cultivo e do estudo acerca da possibilidade de desenvolvimento de novas técnicas capazes de economizar recursos. Ocorre, porém, que essa perspectiva não deve reger apenas o tocante aos métodos de produção agrícola. Na verdade, a sinergia e a hibridização entre os saberes tradicionais e a investigação das novas técnicas de economia de recursos seria o "coração de um paradigma tecnológico sustentável, economizando o 'fator terra' e assegurando tanto o respeito à biodiversidade como a pluralidade de saberes das multitudes". Haveria, ainda, de se sobrelevar o papel da diversidade cultural e os saberes tradicionais como elementos fundamentais dos processos de desenvolvimento de novos conhecimentos e, por consequência, de novos valores de capital. Assim, para além da necessidade de preservação das tradições e culturas, uma política de desenvolvimento deve levar em consideração a capacidade de articulação dessas expressões com as inovações científicas e tecnológicas.

A segunda tese da concepção de desenvolvimento no capitalismo cognitivo, conforme Vercellone (2004), nortear-se-ia pela transferência do foco de matriz de produção – de um setor de produção de bens de consumo e de capital material para um setor de serviços como principal vetor de desenvolvimento. Essa seria a principal estratégia de inserção não subalterna na nova Divisão Internacional do Trabalho. "Este potencial es, a su vez, tributario

del grado de desarrollo de instituciones colectivas que aseguren el libre acceso al saber y a la formación de una intelectualidad difusa" (VERCELLONE, 2004, p. 73). Nesse sentido, o papel desempenhado pelo capital fixo no marco de uma política de superação do subdesenvolvimento numa sociedade industrial seria deslocado pelo protagonismo dos investimentos imateriais, como a saúde, a educação, a investigação científica, as infraestruturas informacionais, multimídias e sociais. Disso depreende-se que os conteúdos digitais de um modo geral, e as Indústrias Culturais de forma estrita, representariam componentes estratégicos de processos de desenvolvimento.

Já a terceira tese da concepção geral do desenvolvimento, aponta Vercellone (2004, p. 73), refere-se à negação da antiga premissa de que, em sua fase inicial, o desenvolvimento implicaria no aprofundamento das desigualdades em favor da acumulação. Isso porque, essa perspectiva perderia legitimidade, se é que a possuiu em algum momento, em decorrência do fato de que a redução das desigualdades seria uma condição essencial à difusão dos saberes e o impulsionamento de uma economia do conhecimento. Além disso, no contexto de um capitalismo cognitivo, os investimentos imateriais confundiriam a distinção tradicional entre "bens de consumo e bens de capital", tornando-se por vezes produção e consumo coletivos.

1.4.1 Breves considerações acerca do Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio

O instrumento jurídico internacional que versa sobre o direito à propriedade intelectual encontra-se anexado ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial de Comércio (OMC, 1994). Trata-se do Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio, conhecido como Acordo TRIPS[73] (do inglês, Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights).

De acordo com Delich (2016), os compromissos decorrentes do Acordo acarretariam em transformações das legislações nacionais sobre propriedade intelectual nos países signatários do Tratado Constitutivo da OMC. A autora afirma que, a partir do momento em que o Acordo passou a vigorar, teriam sido reduzidos os espaços nacionais de elaboração e execução de políticas relacionadas a diversas áreas de interesse social, como a saúde, a educação e a cultura. Isso porque, na medida em que o Acordo colocaria limites à utilização

[73] Importante mencionar que o Brasil é um dos signatários do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio (OMC) e recepcionou o Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994). Em razão de o Decreto nº 1.355/1994 reproduzir o documento internacional na íntegra, esta investigação utiliza-o como referência.

de conhecimentos e tecnologias consideradas estratégicas para a superação dos problemas relacionados, principalmente, ao subdesenvolvimento, haveria a consolidação de uma situação contraditória entre a necessidade de produção de soluções e a capacidade ou possibilidade de utilização de conhecimentos privatizados.

Evidentemente, em seu texto, o Acordo não estabeleceria crítica a respeito dessas restrições. Pelo contrário. O documento parte do princípio da necessidade de estabelecimento de padrões e perspectivas adequadas à existência, abrangência e exercício dos direitos de propriedade intelectual nas relações de comércio internacional, considerando os demais acordos e convenções internacionais para o comércio em escala mundial. Nesse sentido, afirma se propor a servir de referência à construção de meios eficazes e apropriados para aplicação de normas de proteção de propriedade intelectual aos sistemas jurídicos nacionais, assim como procedimentos para prevenção e solução multilaterais de controvérsias entre governos (BRASIL, 1994).

Na condição de referência normativa internacional, o Acordo destaca que caberia aos Estados signatários da Organização Mundial do Comércio a recepção das perspectivas evidenciadas no documento em suas legislações nacionais. Ainda por liberalidade dos países, haveria a possibilidade de implementação de normas mais rígidas do que determinadas no Acordo, desde que suas prerrogativas não sejam violadas (BRASIL, 1994). Entretanto, também relevante destacar o fato de que os países que assinariam o Acordo, automaticamente, se comprometeriam a incorporá-lo às suas legislações e a cumprir suas determinações independentemente da nacionalidade da propriedade intelectual (BRASIL, 1994). Ou seja, no momento em que assinassem o conjunto de regras e orientações, estas seriam estendidas a quaisquer outras pessoas ou organizações detentoras de direitos de propriedade intelectual, independentemente da nacionalidade.

Embora restritivo do ponto de vista do acesso às tecnologias e conhecimentos protegidos, o Acordo permite a construção de estratégias de integração e transferência entre países ou entre indivíduos. Isso porque, prevê a possibilidade de estabelecimento de relações especiais de proteção aos direitos de propriedade intelectual em função de convênios de cooperação internacional, concedendo excepcionalidades no uso ou na exploração. Essa perspectiva se aplicaria, sobretudo, às relações estabelecidas entre nações desenvolvidas com nações menos favorecidas[74] (BRASIL, 1994). Portanto, apesar de o Acordo estabelecer um

[74] A expressão “mais” ou “menos” favorecida consta no próprio Acordo (BRASIL, 1994).

conjunto de regramentos à proteção da propriedade intelectual, os acordos bi ou multilaterais teriam prevalência.

O Acordo ressalta que a proteção e a aplicação de normas de proteção dos direitos de propriedade intelectual teriam por objetivo a promoção da inovação tecnológica, para a transferência e difusão das tecnologias, regulando as relações entre produtores e usuários de conhecimento tecnológico, proporcionando benefícios mútuos. Com isso, o documento defende que o estabelecimento desses regramentos em matéria de propriedade intelectual contribuiria diretamente à consolidação do bem-estar social econômico e promoção do equilíbrio entre direitos e obrigações entre as partes envolvidas (BRASIL, 1994).

Nos âmbitos nacionais, afirma o Acordo, poderiam ser criados instrumentos apropriados para evitar abusos dos direitos de propriedade intelectual por seus titulares, de forma que sejam evitadas práticas injustificáveis que limitem o comércio ou afetem a transferência internacional de tecnologias. Apesar disso, o documento enfatiza que, mesmo diante do interesse público pela quebra ou abrandamento dos direitos de propriedade intelectual, os países signatários deveriam implementar leis ou regulamentos compatíveis com os dispostos e assinados no Acordo (BRASIL, 1994). Com isso, o documento estabelece a primazia do direito à propriedade intelectual sobre as demais instâncias – excetuados os casos em que ocorra a cessão de direitos ou o estabelecimento de convênios bi ou multilaterais. Isso demonstra uma tendência à adoção das perspectivas dos direitos individuais sobre os direitos coletivos.

O Acordo delineia um amplo âmbito de aplicação dos direitos de propriedade intelectual, que vai desde os programas computacionais e compilação de dados até a proteção às obras artísticas e culturais, embora saliente que o direito de autor abranja expressões e não ideias, métodos, procedimentos e ou conceitos matemáticos (BRASIL, 1994).

Acerca dos ‘programas de computador e compilações de dados’, o Acordo aponta que devem ser protegidos, considerando que se constituem em criações intelectuais na medida em que sua seleção ou a disposição de seus conteúdos se constituam em criações intelectuais (BRASIL, 1994). No que concerne os ‘direitos de aluguel’, estabelece que cabe aos próprios autores ou a seus sucessores legais a competência de autorizar ou proibir o aluguel público comercial dos originais, bem como as cópias de suas obras. Essa realidade se aplica, principalmente, às obras cinematográficas (BRASIL, 1994). Interessante frisar que, por se tratar de um acordo assinado em 1994, não estão previstas outras formas de produção audiovisual, como os conteúdos digitais midiáticos. Apesar disso, a esses bens culturais e simbólicos, compreende-se, aplica-se a mesma regra evidenciada para a produção

cinematográfica, embora o cenário regulatório seja mais complexo em decorrência dos espaços e usos possíveis no âmbito da internet. Raciocínio semelhante se dá em relação aos direitos de autor relativos às produções artísticas-interpretes, às produções fonográficas e às produções de radiodifusão – já que estas se encontram também no cenário complexo permitido pelas tecnologias da informação e da comunicação.

Em relação à duração da proteção aos direitos de propriedade intelectual, o Acordo aponta que, quando calculada de forma diferente à duração da vida da pessoa física autora do bem protegido, a proteção se estenderá por, pelo menos, 50 anos contados a partir do fim do ano civil da publicação autorizada da obra (BRASIL, 1994).

Evidentemente, como o próprio Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio ressalta, pode haver diferenças entre as legislações que regulamentam o direito à propriedade intelectual nos âmbitos nacionais. Entretanto, as regulamentações nacionais não poderiam se sobrepor ou confrontar as determinações do acordo internacional. Também é verdade que os regramentos estabelecidos no Acordo teriam validade aos países signatários. Entretanto, para os objetivos de investigação do presente estudo, vale frisar que todos os Estados-membros da Unasul seriam signatários da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, portanto, deveriam acolher suas prerrogativas nas legislações nacionais.

1.5 Políticas de Comunicação para o desenvolvimento no capitalismo cognitivo

A consolidação de um projeto de Sociedade da Informação, no contexto de um capitalismo cognitivo (VERCELLONE, 2004, 2016; VIÑAS, 2016), e, portanto, um desenvolvimento capaz de proporcionar a superação do subdesenvolvimento e da subordinação internacional, representaria muito mais que o desenvolvimento de uma infraestrutura de telecomunicações capaz de conectar os diferentes territórios. Na verdade, a viabilização desse paradigma, e a promoção de benefícios ao conjunto da sociedade, implicaria o desenvolvimento de fatores humanos que no capitalismo industrial haviam sido deixados de lado, em razão do primado do conhecimento e da necessidade de redes colaborativas de produção do novo sistema de produção.

Considerando que os conteúdos digitais de um modo geral, e as Indústrias Culturais de forma estrita, representariam componentes estratégicos de processos de desenvolvimento por representarem tanto o espaço de construção de identidades e modos de vida quanto fator gerador de capital num capitalismo cognitivo, Sierra Caballero (2016) destaca que as políticas

de comunicação e a economia política do setor de bens imateriais e simbólicos seriam prioritários no tocante à construção de alternativas às tendências dominantes do mercado e da política institucional. Ou seja, em última instância, a partir da transformação dos meios e dispositivos de ampliação do espaço público experienciada pela sociedade global, haveria de se construir um novo marco político de cooperação e de formação da cidadania, baseado na centralidade das indústrias culturais e na determinação dos processos de desenvolvimento social alicerçados pelo capital simbólico e pelo trabalho imaterial.

Para Sierra Caballero (2016), no atual contexto tecnológico e de ampliação do espaço público, o debate acerca das políticas de comunicação e a economia política das indústrias culturais seria uma prioridade nas agendas acadêmicas interessadas no desenvolvimento autônomo da região, cuja característica histórica tem sido sua posição subalterna e dependente em relação a outras regiões ou países – ainda que as relações de dominação e dependência tenham sido alteradas em decorrência das transformações ocorridas nas matrizes produtivas do capitalismo internacional. Tratar-se-ia de pensar a consolidação de um outro sistema de ações e valores capazes de ampliar o escopo democrático da América Latina, ao mesmo tempo em que visasse a superação da posição periférica no sistema hegemônico de comunicação.

De acordo com Arjona e Calderón (1998), o processo de globalização e o aumento significativo de produtos culturais comercializáveis ameaçam os Estados de economias débeis de desaparecerem enquanto entes produtivos e identidades autônomas – o que sobreleva a necessidade de desenvolvimento de modelos de integração, entendido aqui como processo por meio do qual um conjunto de países que possui desafios comuns decide levar a cabo ações de promoção de vantagens estabelecidas para as transações internas ao grupo que compõe esse conjunto.

> La integración, entonces, es una necesidad imperiosa que parte de la idea de que un Estado, en las condiciones actuales, no puede enfrentar por si solo a las consecuencias de la globalizacion y debe integrarse con otros, con sus vecinos o con aquellos con los que puede estructurar procesos economicos, sociales y politicos que le perrnitan negociar, en mejores condiciones, con el gran capital transnacional, a la vez que asumir con ventaja los resultados de la violencia cientifica y tecnologica del mundo […] (ARJONA; CALDERÓN, 1998, p. 28).

Apesar de autores como Islas (2005) e Jurado Vargas (2009) apresentarem críticas ao resultado da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, as temáticas dos conteúdos digitais e da cultura apareceriam mais propriamente nos capítulos 8 e 9 da "Declaração de Princípios de Genebra" – respectivamente, "A identidade e diversidade cultural, diversidade

linguística e conteúdo local" e "Mídia" (UIT, 2014). Isso não significa que outras perspectivas relativas às condições de viabilização do paradigma da Sociedade da Informação não afetariam o processo de produção ou a cadeia produtiva dos conteúdos digitais, como aquelas relativas às dimensões éticas da Sociedade da Informação, o papel do Estado e das instituições internacionais, ou ainda aspectos concernentes à regulação da propriedade intelectual – esta última, de fato, com impacto direto à consolidação de uma cadeia produtiva de conteúdos digitais. Entretanto, para fins de recorte temático e analítico, os elementos constituintes dos capítulos 8 e 9 da "Declaração de Princípios de Genebra" teriam especial atenção aos objetivos do presente estudo.

A Declaração parte do princípio de que a diversidade cultural e as identidades culturais seriam uma herança da humanidade e, por isso, a Sociedade da Informação se basearia pelo respeito e pela promoção do diálogo entre culturas e civilizações. Isso implicaria na necessidade de "criação, difusão e preservação de conteúdos em diversos idiomas e formatos", "dedicando-se especial atenção para a diversidade de oferta de obras criativas e o devido reconhecimento dos direitos dos autores e artistas" (UIT, 2014, p. 32). O documento também destaca a necessidade de fomento à produção e à acessibilidade a todo o conteúdo – seja de caráter educacional, científico, cultural ou recreativo –, bem como a preservação do patrimônio cultural, na condição de componente fundamental da identidade e do autoconhecimento dos indivíduos e grupos sociais. Outro aspecto relacionado aos conteúdos digitais diz respeito à necessidade de incentivo ao desenvolvimento de conteúdo local que esteja em conformidade com "necessidades nacionais ou regionais irá encorajar o desenvolvimento social e econômico, além de estimular a participação de todas as partes interessadas, incluindo pessoas que vivem em áreas rurais, remotas e marginalizadas" (UIT, 2014, p. 32).

Para cumprir os elementos da Declaração de Princípio de Genebra, o Compromisso de Tunis, estabelecido na segunda etapa da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, indicaria uma série de ações necessárias. A primeira se refere à necessidade de criação de políticas que incentivem a preservação, a promoção e a valorização da diversidade cultural, linguística e o patrimônio cultural. "Isso inclui encorajar os governos a criar políticas culturais que promovam a produção de conteúdos culturais, educacionais e científicos e o desenvolvimento de indústrias culturais locais adaptadas ao contexto linguístico e cultural dos usuários" (UIT, 2014, p. 56).

O documento também destacou a necessidade de desenvolvimento de sistemas para garantia do acesso contínuo aos conteúdos e informações digitais, bem como o incentivo à

constituição de repositórios e bibliotecas digitais. Nesse sentido, caberia aos Estados "cultivar a capacidade local para a criação e distribuição de software em idiomas locais, bem como de conteúdo que seja relevante para os diferentes segmentos da população", "especialmente nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição" (UIT, 2014, p. 57). Interessante notar que o Compromisso de Tunis, diferentemente das perspectivas estatizantes do Informe MacBride, indica a necessidade de estabelecimento de parcerias público-privadas para desenvolvimento do setor.

A comunicação comunitária também compõe o rol de atenção do documento. Consta no documento a necessidade de os Estados proporcionarem "apoio à mídia estabelecida em comunidades locais e ajudar projetos que combinem o uso de mídias tradicionais e novas tecnologias para facilitar o uso de idiomas locais, documentar e preservar o patrimônio local" (UIT, 2014, p. 57). Inclui-se nesse aspecto o incentivo à preservação das culturas dos povos nativos, bem como o estímulo ao desenvolvimento de mecanismos de comunicação específicos a essas culturas.

A questão da integração regional também se apresenta entre as indicações. Nesse sentido, o Compromisso de Tunis ressalta a importância de intercâmbio de conhecimentos, experiências, práticas e ferramentas de preservação e promoção da diversidade cultural nos âmbitos regional e sub-regional. "Isso pode ser alcançado através da criação de grupos regionais e sub-regionais de trabalho sobre questões especificas deste Plano de ação para promover esforços de integração" (UIT, 2014, p. 57). Ainda nesse sentido, o documento aponta a possibilidade de avaliação permanente da contribuição das Tecnologias da Informação e da Comunicação para o intercâmbio e interação cultural regional, estabelecendo indicadores de desempenho das ações e projeção de melhorias.

> Os governos, por meio de Parcerias Público-Privadas, devem promover tecnologias e programas de pesquisa e desenvolvimento em áreas como tradução, iconografias, serviços de voz assistida e o desenvolvimento necessário de hardware e de uma variedade de modelos de software, incluindo os formatos proprietário, aberto e livre, tais como conjuntos de caracteres padrão, códigos de linguísticos, dicionários eletrônicos, terminologia e dicionários ideológicos, motores de busca multilíngue, ferramentas de tradução automática, nomes de domínio internacionalizados, referências de conteúdo e programas de aplicativos e gerais (UIT, 2014, pp. 57-58).

Já em relação à Mídia, a Declaração de Princípios de Genebra reafirma o "compromisso com os princípios de liberdade de imprensa e liberdade de informação, bem como a independência, pluralidade e diversidade dos meios de comunicação, que são

essenciais para a Sociedade da Informação" (UIT, 2014, p. 32). Isso incluiria a liberdade de buscar, receber, transmitir e usar a informação para a criação, acumulação e difusão de conhecimento como elementos fundamentais para a consolidação da Sociedade da Informação. O documento reforça a necessidade de produção de conteúdos alicerçada em padrões éticos e profissionais, e destaca a relevância da mídia tradicional para o fortalecimento da Sociedade da Informação. Sobre a concentração dos meios de comunicação, a Declaração ressalta que a "diversidade dos regimes de propriedade dos meios de comunicação deve ser incentivada, em conformidade com a legislação nacional", e reafirma a necessidade de redução dos "desequilíbrios internacionais que afetam os meios de comunicação, especialmente no que diz respeito à infraestrutura, aos recursos técnicos e ao desenvolvimento das capacidades humanas" (UIT, 2014, p. 57).

Para cumprir os elementos da Declaração de Princípio de Genebra em relação à Mídia, o Compromisso de Tunis indica a necessidade de os Estados empreenderem ações de incentivos em diversas áreas, como o estímulo à pluralidade dos meios de comunicação, o combate aos conteúdos ilegais e lesivos, o estímulo à representação equilibrada e diversificada de grupos sociais na mídia, e o fomento à redução do hiato de conhecimento e fluxo informativo de conteúdos culturais, principalmente em áreas rurais.

No campo da integração regional, o documento aponta a necessidade de estímulo à formação de redes e parcerias entre meios de comunicação e entre profissionais da comunicação, principalmente em países em desenvolvimento, com o objetivo de intercâmbio cultural, informativo e de capacitação. No mesmo sentido, o documento advoga pela redução dos "desequilíbrios internacionais que afetam os meios de comunicação, especialmente no que se refere à infraestrutura, aos recursos técnicos e ao desenvolvimento das capacidades humanas" (UIT, 2014, p. 57).

Nota-se, portanto, que apesar das críticas empreendidas por pesquisadores da área, a CMSI apresenta um rol de questões a serem observadas na construção de condições para viabilização do paradigma sociotécnico da Sociedade da Informação no tocante à comunicação. Ocorre, porém, que levando em consideração a distinção de Vercellone (2004, 2016) sobre a interpretação de uma "Economia baseada em conhecimento" e de uma economia de bens simbólicos e imateriais assentada num capitalismo cognitivo, o texto dos documentos da CMSI não apresentaria crítica acerca das relações imbricadas entre economia e cultura, sobretudo em relação daquilo que Sierra Caballero (2016, p. 118) compreendeu como "mediacíon mercificada" ou privatização dos saberes e dos bens imateriais e simbólicos – questão central das políticas de comunicação no contexto do capitalismo cognitivo. Isso se

deve ao fato de a questão da "propriedade intelectual" aparecer apenas em um momento ao longo da Declaração de Princípios de Genebra – no capítulo 6 "Ambiente habilitador" (UIT, 2014, p. 28). Nesse sentido, o documento aponta necessidade de proteção à propriedade intelectual como estratégia de fomento e incentivo à inovação e à criatividade. Isso demonstra uma perspectiva segundo a qual a proteção aos direitos de propriedade intelectual, e sua capacidade de geração de recursos financeiros, incentivaria a constituição de polos e parques de produção de tecnologias e conteúdos de todos os tipos, especificidades, formatos e objetivos. Ou seja, o contrário, a vulnerabilidade dos direitos à propriedade intelectual produziria um estado de letargia criativa, já que o estímulo financeiro não contribuiria para as aspirações inovadoras da produção de conhecimentos, conteúdos e tecnologias.

A Declaração de Genebra ainda enfatiza que a proteção da propriedade intelectual seria tão importante quanto ampla divulgação, difusão, e compartilhamento de conhecimento (UIT, 2014, p. 28). Porém, o documento não estabelece nenhum tipo de relação entre a proteção dos direitos à propriedade intelectual e o cerceamento ao acesso aos conhecimentos e às tecnologias que, por ventura, tenham a capacidade de contribuir para solução de problemas estruturais locais e regionais, sobretudo nos países subdesenvolvidos ou em comunidades em estado de vulnerabilidade. Portanto, apesar de mencionar a necessidade de compartilhamento de conhecimento e tecnologias como perspectiva relevante à constituição da Sociedade da Informação, o documento não ataca o processo de agudização da mercantilização do conhecimento e das tecnologias na condição de barreira à superação das assimetrias regionais em escala global. No que diz respeito aos conteúdos digitais, essa perspectiva impactaria o desenvolvimento da cadeia produtiva do setor em razão da privatização das técnicas, tecnologias e plataformas necessárias à ampliação das possibilidades de exploração das indústrias culturais dos países subdesenvolvidos como insumos produtivos geradores de capital e agentes de preservação, resgate e conformação da diversidade e da identidade cultural dos povos. Sob essa perspectiva, argumenta Sierra Caballero (2016), a cultura seria produzida e reproduzida a partir de relações de dominação e subordinação que, por sua vez, reproduziriam e alimentariam estruturas preexistentes de poder – o que determinaria pensar as políticas de comunicação a partir de variáveis determinantes à consolidação do capital cultural de uma sociedade, como etnia, gênero, território etc.

Sierra Caballero (2016) pondera que o campo de estudos em matéria de políticas de comunicação e indústrias criativas transcenderia o problema da reprodução ideológica da estrutura de classe; nesse sentido, estariam abrangidos múltiplos elementos e realidades do novo modelo de desenvolvimento social, entre os quais:

> Relaciones de trabajo y organización del capital simbólico; Regulación y derechos culturales; memoria cultural y gestión del conocimiento; territorio, identidad y producción común del desarrollo local; Clusters y economia inmaterial; Marketing urbano; Ocio y consumo cultural; Estéticas de la creatividad y mediación institucional; Política industrial y desarrollo tecnológico; Tecnopolos y politica cientifica (SIERRA CABALLERO, 2016, p. 118).

Sierra Caballero (2016, p. 119) ressalta que, à diferença da concepção canônica das políticas de comunicação, centrada nas indústrias midiáticas, a questão do desenvolvimento incluiria a preocupação com o problema da mediação no Capitalismo Cognitivo. Nesse sentido, as análises extrapolariam a área de estudos da Comunicação, incluindo aportes de outras disciplinas do conhecimento. Por isso, torna-se relevante na análise das políticas de comunicação a noção de ecologia de vida e defesa de uma "economia dos bens comuns em matéria de comunicação e cultura". Esse debate seria bastante útil para o contexto latino-americano, caracterizado por ter sido historicamente explorado, tendo atualmente o capital financeiro e as corporações internacionais de telecomunicações como atores dominantes da indústria cultural. Isso porque, o contexto de financeirização da economia e constituição do papel da informação como vetor de acumulação especulativa, explica Sierra Caballero (2016), apenas é possível a partir da era do trabalho imaterial. Nesse sentido, o pensamento emancipador do Sul – com o autor utilizando a expressão Sul como metáfora aos países subdesenvolvidos – precisaria atuar sob a preocupação em relação ao domínio do capital financeiro global como substituição à lógica da DIT no capitalismo monopolista, promovendo uma revisão da teoria da dependência por meio de uma releitura do processo produtivo e a possibilidade de novas formas de convivência e de produção – perspectiva que dialoga com os escritos de Vercellone (2004, 2016) a respeito da Nova DIT baseada em blocos de saber e não mais em blocos de atividades alocadas em territórios específicos.

Sierra Caballero (2016, p. 120) destaca que o pensamento emancipador também deveria levar em consideração as características regionais do Sul e a emergência de uma "decolonidad del saber-poder" para uma perspectiva cunhada nas expectativas e desafios regionais. E nesse mesmo sentido, haveria de se promover a invenção de novas bases teóricas e metodológicas de intervenção, considerando a diversidade cultural como campo das mediações simbólicas do espaço geopolítico latino-americano – buscando o afastamento da agenda teórica e política dos países que já estariam inseridos no projeto de uma Sociedade da Informação. Isso porque, notadamente, haveria de se buscar modelos de desenvolvimento que considerassem as características da América Latina como elementos essenciais ao

desenvolvimento. Ou seja, estabelecer uma política emancipadora que considerasse um processo de mediação reflexiva entre atividade produtiva e formação de talento humano, com a construção de novos modelos produtivos, e, portanto, de novas perspectivas de comunhão entre indivíduos e sociedade, implicaria na mudança de postura e entendimento acerca da lógica e das motivações sociais.

Para Sierra Caballero (2016), a virtude dos comuns seria a aposta no valor da biodiversidade, da educação, da ciência e da tecnologia como valores agregados às atividades produtivas. E essa perspectiva de organização socioeconômica e política apenas seria possível mediante um projeto nacional capaz de elencar prioridades e estratégias necessárias à consolidação das expectativas. Implicaria, portanto, na ruptura com a perspectiva da Modernidade colonial na região, ou seja, o rompimento com a perspectiva segundo a qual o desenvolvimento deveria estar espelhado nas experiências de outros países ou regiões.

Para tanto, e levando em consideração a potencialidade da diversidade cultural como insumo produtivo, gerador de capital e elemento de mediação da sociedade, Sierra Caballero (2016) aponta que a América Latina possuiria um contexto favorável, haja vista sua constituição territorial e geopolítica permeada de culturas diversas, com origens de povos nativos, colonizadores, migrações e mestiçagens. Apesar do potencial sincretismo da região, elementos de diversidade cultural teriam sido explorados historicamente de forma insuficiente nas agendas das políticas públicas – levando em consideração a sensibilidade contemporânea a respeito da diversidade como vetores de desenvolvimento. Isso porque, na chamada "economia criativa", na qual o valor da diversidade e das histórias se apresenta como vetor de desenvolvimento socioeconômico e cultural, a América do Sul teria insumos suficientes para criação de poder de desenvolvimento regional. Nas palavras de Sierra Caballero (2016, p. 114), a diversidade se constituiria como "reserva de geração de valores imateriais para a sustentabilidade das economias e ecossistemas simbólicos autóctones".

Reforça-se, portanto, a necessidade de discutir as políticas de comunicação a partir de alguns marcos relevantes, entre os quais, as relações de trabalho e a organização do capital simbólico no contexto das redes digitais; a regulação dos direitos culturais e de propriedade intelectual; o resgate e o fomento à preservação da memória cultural e gestão do conhecimento; a integração regional e sub-regional para o desenvolvimento comum; a constituição de Clusters e condições para consolidação de uma economia imaterial; ócio e consumo cultural; Políticas industriais e desenvolvimento tecnológico comum para o setor (SIERRA CABALLERO, 2016).

1.6 O pensamento crítico latino-americano: Da Economia Política da Comunicação à Economia Política da Comunicação e do Conhecimento

Como já evidenciado, a expansão do capitalismo como conjunto de comportamentos individuais e coletivos relativos aos processos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, implicou certo modelo de racionalização de meios e métodos para valorização do capital e exploração das oportunidades de mercado, orientados à busca pelo lucro e ampliação do capital. É nesse contexto que surge a Economia Política. De acordo com Bolaño (2012), a Economia Política como ciência surge no processo de consolidação da Revolução Industrial e do Modo de Produção Capitalista na Europa, ocorrido a partir da segunda metade do século XVIII na Inglaterra e, posteriormente, no primeiro quarto do século XIX nos EUA e na França. Outros países relevantes na geopolítica mundial registrariam sua revolução industrial na segunda metade do Século XIX – como é o caso da Alemanha (RUSCONI, 1998).

De acordo com Stuart Mill (1974, p. 302), a economia política clássica seria, por definição, a ciência que "traça as leis daqueles fenômenos da sociedade que se originam das operações combinadas da humanidade para a produção de riquezas, na medida em que aqueles fenômenos não sejam modificados pela procura de qualquer outro objeto". Nesse sentido, explica Bolaño (2012, p. 109), entre os objetivos da Economia Política estava a justificação dos benefícios da separação entre os campos da política e da economia num capitalismo nascente – premissa que representaria um dos pilares da teoria do Estado Liberal. Como ciência, a Economia Política teria conseguido sistematizar o avanço do conhecimento sobre a realidade social nesse novo modo de produção, apesar de desconsiderar para fins de análise a possibilidade de busca de outras variáveis de qualidade de vida para a sociedade.

Para Stuart Mill (1974), a economia política clássica organiza suas análises a partir das circunstâncias individuais concretas do caso analisado, registradas historicamente, mas específicas do objeto. Nota-se, portanto, que o autor destaca o aspecto da análise da economia política como ciência baseada na identificação e compreensão dos elementos que compõem a experiência real relacionada especificamente ao objeto recortado para o estudo, reduzindo o escopo de atenção aos aspectos nitidamente relacionados à produção, distribuição e consumo de riquezas. Isso significa que a economia política clássica isolaria os aspectos econômicos relacionados aos processos de produção, distribuição e consumo, sob o argumento da necessidade entendimento acerca da otimização dos processos e redução dos custos – com vista à ampliação da produção, aumento da capacidade de lucro e, por consequência, ampliação do capital acumulado. Nesse sentido, apesar de utilizar a história como método, a

utiliza apenas para traçar a frequência e a sequência de aparecimento dos fenômenos numa perspectiva linear de compreensão.

Stuart Mill (1974, p. 303) aponta que o método próprio da economia política clássica seria a mistura entre "raciocínio" e "indução". Nesse sentido, o autor pondera sobre a possível confusão ocasionada pela expressão "método de raciocínio", afirmando que muitas vezes seria utilizada para "caracterizar um suposto método de filosofar que não professa de modo algum estar fundado na experiência". Por isso, para Stuart Mill (1974), o método de raciocínio estaria ligado ao esforço intelectual de estudos que partem de uma hipótese assumida; por sua vez, a indução estaria ligada ao processo de identificação de leis gerais que regeriam os processos de produção, distribuição e consumo de riquezas, por meio da sistematização dos casos e experiências reais inerentes ao objeto de estudo. Os elementos identificados no processo indutivo de estabelecimento de leis gerais confrontariam, ao final, a hipótese estabelecida no início do estudo.

> A economia política, portanto, raciocina a partir de premissas assumidas – a partir de premissas que poderiam não ter nenhum fundamento nos fatos e que não se pretende estarem universalmente de acordo com eles. As conclusões da economia política, consequentemente, como as da geometria, são verdadeiras somente enquanto a expressão comum é *no abstrato*, isto é, elas somente são verdadeiras sob certas suposições nas quais nenhuma a não ser as causas gerais – causas comuns à *classe total* de casos em consideração – são levadas em conta (STUART MILL, 1974, p. 304).

Rusconi (1998, p. 142) pondera que o isolamento dos fatos puramente econômicos seria legítimo no "plano da abstração científica e da operacionalização da ação econômica"; entretanto, o autor afirma ser essa uma operação redutivista se considerado o "capitalismo como fenômeno social, político e histórico". Nesse sentido, apesar de Bolaño (2012, p. 109) reconhecer a contribuição dos métodos da Economia Política à constituição do capitalismo na Europa, o autor destaca que seu caráter ideológico teria limitado sua contribuição no sentido do desvendamento das leis gerais da produção capitalista e suas consequências. Isso significa que, apesar de compreender a lógica de produção no contexto de um capitalismo, a Economia Política não teria conseguido prever, ou sistematizar, as consequências da hegemonia da burguesia industrial no tocante à exploração do homem – embora, talvez, nem fosse interesse dessa ciência.

Essa ausência de crítica aos resultados da lógica do capitalismo na sociedade, explica Bolaño (2012, p. 110), teria sido a motivação de Karl Marx em sua "crítica da Economia Política". Para Furtado (1964), a crítica de Marx dizia respeito ao esvaziamento do conteúdo histórico da análise de ordem econômica, que impossibilitaria a compreensão dos fenômenos

como processo interdependente de fatores históricos e culturais. Isso pode ser observado quando da descrição do método da Economia Política na obra "Contribuição à crítica da Economia Política", na qual Marx (2008, pp. 257-258) aponta que o estudo de um determinado país teria de levar em consideração, necessariamente, uma série de fatores como "população, a divisão desta em classes, seu estabelecimento nas cidades, nos campos, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc". Nota-se, portanto, que o autor se refere ao "conteúdo histórico" e não apenas à "história" como ordenamento de fatos, uma vez que a Economia Política clássica também a utilizaria como método. Tratava-se, propriamente, da crítica ao caráter determinista da interpretação da evolução e do progresso como fenômenos puramente decorrentes do incremento tecnológico e do aumento da produtividade – ou seja, independentemente de fatores como contextos políticos, culturais e sociais.

Segundo Bolaño (2012), Marx teria rompido os limites da Economia Política baseada numa perspectiva teórica clássica para propor um paradigma[75] alternativo de interpretação da sociedade, nos mais diferentes campos das Ciências Sociais – especialmente a Sociologia, a Economia e a Teoria do Estado. Desse movimento de crítica e contestação teórica e metodológica, Torrico Villanueva (2010) afirma ter se configurado o método marxista de análise científica e social denominado de "dialética crítica", "crítica dialética" ou "materialismo histórico", que se transformaria em um dos paradigmas fundamentais para a investigação e produção de conhecimento social – e que seria a base teórico-metodológica mais influente dos estudos em comunicação empreendidos no âmbito do Ciespal.

> Después de Marx, el campo académico de la Economía Política jamás podría ser el mismo. La constitución de una ortodoxia económica – y más adelante su formalización, con el consecuente efecto aislamiento, para lo cual la matemática adquiere un papel crucial – tendrá que negar no solamente la contribución marxista, sino el conjunto de la teoría del valor trabajo y, con ella, el elemento crucial de la teoría clásica. Ese retroceso referente a la pretensión básica de cualquier Ciencia, de buscar las leyes generales que explican el movimiento superficial de las cosas, será reeditado, décadas más tarde, en otros campos, por las teorías de la posmodernidad. En la Economía, después de un importante momento de reconocimiento académico del pensamiento de Marx, la hegemonía del pensamiento neoliberal, sustituyendo al keynesianismo, que presidió la gran expansión de la posguerra, profundizará el efecto aislamiento, estableciendo un nuevo consenso, conocido como "pensamiento único" (BOLAÑO, 2012, p. 110).

[75] Por paradigma, aqui compreende-se o conjunto de "ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias nas suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação" (KUHN, 1998, p. 67).

Conforme Torrico Villanueva (2010, p. 38), o materialismo histórico se apresenta desde uma concepção filosófica da realidade, bem como proposta metodológica para interpretar processos histórico-sociais. "(...) esto es, de la vida económica, política y cultural, que aprovechó y superó críticamente las aportaciones precedentes en filosofía y economía". Furtado (1964, p. 14) aponta que a essência do pensamento dialético está na ideia de que "o todo não pode ser explicado pela análise isolada de suas partes distintas", em razão de os fenômenos da sociedade estarem interconectados e serem construídos por meio de processos históricos. "A importância da dialética na compreensão dos processos históricos deriva exatamente do fato de que a história, ao nível dos conhecimentos presentes do homem, não pode ser reconstruída a partir da análise isolada da multiplicidade de fatos que a integrem" (FURTADO, 1964, p. 15).

O problema central da dialética, então, estaria na busca pelo conhecimento da totalidade do fenômeno histórico, que representaria pré-requisito para a análise do comportamento das partes – notadamente a perspectiva inversa da Economia Política clássica, para a qual a realidade poderia ser percebida pelo exame das partes e o estabelecimento de leis gerais acerca do objeto analisado. Para viabilização de seus objetivos, as análises assentadas nas premissas da dialética crítica precisariam empreender esforços intelectuais e reflexivos que colocassem em voga a oposição dos contrários, ou seja, "a oposição das partes ao todo, do todo às partes e do todo a êle mesmo no curso de uma totalização" (FURTADO, 1964, p. 16). Nesse sentido, os esforços de Marx estariam concentrados na identificação das forças primárias que atuariam dentro do todo e que, por sua vez, provocariam uma reação em cadeia que conformaria o processo de desenvolvimento histórico.

> No ponto mais baixo dessa cadeia, Marx identificou as relações de produção que se estabelecem entre os homens que vivem em sociedade. Essas relações de produção – que são uma função do desenvolvimento das fôrças produtivas, vale dizer da tecnologia, constituem em seu conjunto a estrutura econômica da sociedade; os demais segmentos da estrutura social estariam condicionados por aquela infraestrutura econômica (FURTADO, 1964, p. 16).

Assim, partindo do princípio de que as relações de produção seriam o ponto mais elementar do processo de desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas, e sendo a tecnologia o aspecto central da estrutura econômica – por representar a capacidade própria das forças produtivas –, a estrutura social das sociedades capitalistas estaria determinada, em grande medida, pelo nível de desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, o nível de desenvolvimento tecnológico, o avanço nos processos produtivos e o modelo de consumo

ocasionado pela modificação das estruturas de produção se transformariam na ideologia do espírito capitalista. Essa ideologia seria, portanto, o elemento organizador do tecido social e gerador de relações de dominação nos planos internos nacionais, bem como no plano internacional – ou seja, das contradições sociais decorrentes do modelo de produção e acumulação capitalista.

Dessa forma, destaca Furtado (1964), Marx teria elaborado seu método de análise partindo do princípio de que a realidade social seria integrada por dois setores, a saber, a infraestrutura e a superestrutura – constituídas pelas forças produtivas e pelos valores ideológicos, respectivamente. A inclusão dos conceitos de "cultura" e de "organização social" no centro das preocupações das ciências humanas e sociais, interpretados como conjunto de elementos inter-relacionados, teria permitido a construção de modelos descritivos e explicativos da totalidade. O oposto – ou seja, a não inclusão de determinantes culturais na análise característica da Economia Política clássica –, incorreria na superficialidade da crítica, já que a significação de uma cultura estaria diretamente ligada às relações entre seus elementos, que se estabelecem, entre outros, a partir da construção histórica dos costumes, dos intercâmbios, das relações de produção e das formas de dominação.

Furtado (1964) aponta que, nesse raciocínio, a cultura[76] estaria dividida em dois grandes segmentos: o primeiro de base material (infraestrutura); o segundo, de base imaterial (superestrutura). Nessa relação, o desenvolvimento acelerado da base material produziria a exigência de adequação da superestrutura não material.

> (...) sendo a cultura um conjunto de elementos interdependentes, tôda vez que em determinadas condições históricas avança a tecnologia e se desenvolvem as bases materiais, todos os demais elementos serão chamados a ajustar-se às novas condições, ajustamentos êsses que darão origem a uma série de novos processos, com repercussões inclusive sôbre a base material (FURTADO, 1964, p. 19).

Disso infere-se que, para além das contradições inerentes ao modelo de produção e acumulação capitalista construídas a partir das relações entre capital e trabalho, a assimetria entre o desenvolvimento das bases materiais e imateriais geraria formas de estratificação e de dominação interna e externa – transformando-se em conflitos de classes sociais (FURTADO, 1964).

[76] Nota-se que essa perspectiva estaria muito próxima da definição de cultura da proposta funcionalista de Malinowski (1984), para quem a cultura se referiria a um conjunto integral que englobaria desde o corpo de normas que regem os grupos sociais até as ideias e artefatos produzidos, bem como as crenças e costumes. Não por acaso, Furtado (1964) cita Malinowski quando da crítica ao tratamento isolado dos traços da cultura atribuído à Economia Política clássica.

Importante salientar que Marx teria utilizado a dialética – a partir dos princípios da totalidade, contradição e transformação – tanto para compreender e criticar os elementos constituidores do desenvolvimento da sociedade capitalista industrial quanto para estabelecer um programa político revolucionário cujo protagonismo se assentava no "proletário". Conforme Torrico Villanueva (2010), em razão de Marx localizar no proletário o agente real de transformação social, tornar-se-ia difícil a separação do plano teórico-investigativo da convicção militante, inclusive por Marx reclamar ao filósofo (o pesquisador) o compromisso pela transformação do mundo a partir dos interesses dos trabalhadores. Assim, o materialismo histórico passaria a preconizar a aproximação do observador em relação ao seu objeto (a sociedade), numa perspectiva indissolúvel e baseada na perspectiva da estrutura de classes.

A Economia Política assentada sob a perspectiva do materialismo histórico de Marx teria se transformado, conforme Bolaño (2012), em um paradigma teórico completo, holístico e não hegemônico de pensamento não ortodoxo – considerando que o pensamento ortodoxo seria representado pela Economia Política Clássica. Como já evidenciado, essa perspectiva teria influenciado diversas disciplinas do conhecimento no campo das Ciências Sociais. No caso da Comunicação, a Economia Política baseada na crítica marxista ganharia destaque em razão da existência de certas características da nova estrutura do capitalismo, sobretudo a partir do último quarto do século XX, que colocariam a comunicação e a informação como vetores determinantes ao desenvolvimento econômico.

Bolaño (2012) explica que o problema com o qual trabalha a Economia Política da Comunicação seria a extensão da lógica capitalista para o terreno da Comunicação e da Cultura. Nesse sentido, a Comunicação seria um objeto a ser estudado por diferentes ângulos, por diferentes teorias e com distintas metodologias em razão, principalmente, de seu papel central na dinâmica da sociedade capitalista atual. Nesse sentido, o autor defende que, no campo da Comunicação, a Economia Política da Comunicação se apresentaria como "una poderosa alternativa para la constitución de un paradigma general, adecuado a la comprensión del fenómeno cultural y comunicacional bajo el capitalismo, basado en la perspectiva heredera [...] de la Crítica de la Economía Política (BOLAÑO, 2012, p. 125).

Para Brittos (2012), a Economia Política ganha destaque a partir da década de 1970, notabilizando-se como instrumental teórico-metodológico capaz de compreender os movimentos midiáticos, em função da ampliação da variável econômica no setor, que determinaria novas configurações acerca, por exemplo, da concentração de mercado e dos sistemas produtivos. Partindo do método analítico do materialismo histórico, a Economia Política da Comunicação empreenderia a crítica aos "processos midiáticos contemporâneos

dialeticamente marcados pela lógica do valor e por movimentos (incompletos) de subsunção do mundo da vida pelos capitais" (BRITTOS, 2012, p. 225). Para tanto, a análise passaria pela identificação das "continuidades, rupturas e conexões" em que o homem e seu contexto seriam protagonistas (*Ibid*).

De acordo com Mattelart e Mattelart (1997), na América Latina, os estudos em Economia Política da Comunicação teriam início a partir da década de 1970, num movimento de aproximação entre o estruturalismo e o materialismo histórico – que ficaria conhecido como estruturalismo marxista (TORRICO VILLANUEVA, 2010). Essa corrente investigativa apresentaria reflexão acerca do desequilíbrio em relação aos fluxos de informação e aos produtos culturais entre países considerados desenvolvidos e aqueles considerados subdesenvolvidos. Cabe frisar que essa corrente de análise estava bastante influenciada pelo estruturalismo latino-americano elaborado no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

O estruturalismo marxista partiria do pressuposto segundo o qual o objeto de estudo seriam as estruturas subjacentes da sociedade capitalista, tais como a constituição, o funcionamento e as transformações dos modos de produção. Nesse sentido, os fatos concretos e observáveis seriam secundários em razão de ocultarem as verdadeiras estruturas sociais. Torrico Villanueva (2010) explica que as estruturas não se reduziriam à economia, embora a economia fosse sua determinação em última instância. As estruturas também compreenderiam níveis político-ideológicos, reconhecendo uma "autonomia relativa" dos indivíduos. Por esse motivo, as estruturas constrangeriam o desenvolvimento dos atores sociais, transformando-os em suportes de funções estruturalmente definidas. Com isso, as estruturas manteriam uma relação dialética entre si; entretanto, os indivíduos seriam determinados por essas estruturas. Diante disso, apenas a compreensão da estrutura da sociedade contemporânea permitiria a compreensão dos processos históricos.

Dessa estrutura epistêmica, Mosco (1999) afirma que as investigações no campo da Economia Política da Comunicação nos países considerados de Terceiro Mundo buscariam uma resposta ao paradigma desenvolvimentista[77] (ou à modernização), que conceituaria o papel da comunicação como instrumento de difusão dos interesses intelectuais e políticos dos

[77] O paradigma desenvolvimentista, como já evidenciado, se refere à perspectiva de desenvolvimento adotada e difundida pelos Organismos Internacional de cooperação, como a Organização das Nações Unidas (ONU), no pós-guerra, como estratégia de desenvolvimento para os países do chamado Terceiro Mundo. Esse paradigma se aproximaria das teorias do desenvolvimento ou modernização elaborada por Rostow (1961), que pensou o processo de desenvolvimento a partir do cumprimento de etapas subsequentes, as quais as Nações deveriam orientar suas políticas; essa perspectiva atribuía grande relevância aos países desenvolvidos, caracterizados por serem produtores endógenos de tecnologias. Importante destacar que o paradigma desenvolvimentista assentava-se na Economia Política clássica.

países dominantes. Essa perspectiva partia do princípio de que os meios de comunicação se configurariam como recursos capazes de estimular a progressiva modernização econômica, social e cultural – evidentemente, aliados aos processos de urbanização, educação e outras forças sociais. Nesse sentido, o crescimento dos meios de comunicação seria visto como indicador de desenvolvimento.

Essa corrente crítica, como já apresentado, se construiria a partir das contradições entre modelos de desenvolvimento fomentados no âmbito internacional por meio de organismos de cooperação – como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – e os debates sobre a constituição de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC). Apoiados em teorias como as da Dependência, dos Sistemas-mundo e das correntes da economia política neo-marxista, as investigações no campo da Economia Política teriam questionado premissas fundamentais do modelo de desenvolvimento estimulado pela ONU em seus primeiros anos de atividade, apoiado nas premissas do modelo de desenvolvimento elaborado por Rostow (1961) e na Economia Política clássica (STUART MILL, 1974), sobretudo em relação ao determinismo tecnológico e à ausência de crítica ou percepção acerca das relações de poder existentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. (MOSCO, 1999; MATTELART; MATTELART, 1997)

De acordo com Mattelart e Mattelart (1997), a economia política teria como unidade de análise o "sistema-mundo" e não a sociedade nacional. Isso significa que compreender o capitalismo e as diferentes formas de promoção do desenvolvimento econômico nacional não dependeria apenas de ações relativas às estruturas internas. Essa seria a hipótese de que a economia capitalista no nível internacional promoveria processos de integração, nos quais as diferentes nações seriam componentes de um sistema internacional capaz de definir funções e divisões, tanto de trabalho quando de distribuição de dividendos – conforme os interesses dos países desenvolvidos e das corporações transnacionais. Mattelart e Mattelart (1997, p. 78) explicam que o conceito de "economia-mundo" consideraria a existência de diferentes "funções" aos países/nações na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, haveria um polo "central" e outras zonas intermediárias e marginais. A diferença entre esses espaços estaria ligada à capacidade de projeção de objetivos, bem como à capacidade de gerar "dependência" em diferentes níveis, como o político, o econômico, o cultural, o tecnológico etc. Ou seja, haveria regiões centrais (mais dinâmicas no contexto do capitalismo industrial internacional) que definiriam dinâmicas, objetivos, tecnologias e aspectos culturais dominantes, que se sobreporiam às demais nações. Por isso, o capitalismo produziria

"desigualdades no mundo". Diante desse contexto, os autores apontam que o capitalismo no sistema-mundo seria capaz de produzir "redes comerciais", constituídas por redes de comunicação, que reproduziria o esquema de configuração centrípeta do mundo. Em torno do centro, os países intermediários e marginais organizariam seus objetivos produtivos e, portanto, passariam a depender dos países centrais para organizar suas economias.

Por essa lógica, a economia política da comunicação seria, conforme Mattelart e Mattelart (1997, p. 79), um modelo teórico-metodológico que romperia com a tradição norte-americana focada na contradição entre Leste-Oeste (comunismo/capitalismo, próprio da Guerra Fria). Na verdade, partiria do entendimento acerca da insuficiência explicativa da interpretação segundo a qual a configuração internacional da comunicação e da economia se daria sob a égide da representação do conflito ideológico da Guerra Fria.

Compreendendo que o capitalismo internacional teria produzido um sistema-mundo, Mattelart e Mattelart (1997) destacam que a Economia Política passa a demandar a necessidade de compreender as novas relações entre cultura e comunicação decorrentes das novas relações internacionais – caracterizadas pela existência de espaços mais e menos dinâmicos no capitalismo. O conceito de "dependência cultural" passa a nortear as análises dos estudos da Comunicação. Nesse sentido, Ordoñez Andrade (1974) defende que, para além da dependência econômica, os países subdesenvolvidos sofreriam do fenômeno da "dependência cultural", caracterizado pela existência de laços simbólicos de dominação que determinariam as possibilidades de atuação e projeção dos planos de desenvolvimento nos âmbitos nacionais. Furtado (1964), inclusive, defenderia que a dependência cultural antecederia a dependência econômica; na verdade, a dependência cultural seria fator essencial da dependência econômica, em razão de prejudicar a capacidade de a sociedade do país subdesenvolvido empreender seus próprios processos de transformação, passando a refletir as expectativas e a consumir tecnologias e modos de vida estrangeiros e, portanto, agudizando a incapacidade de solucionar os problemas relativos aos contextos locais e regionais.

Bolaño (2012) se mostrou crítico da perspectiva dos enfoques setentistas da Teoria da Dependência Cultural ou do Imperialismo Cultural, afirmando que a Economia Política da Comunicação latino-americana teria surgido como crítica marxista a esses enfoques[78]. O autor (*Ibib*, p. 117) explica que, para a Economia Política da Comunicação, a capacidade de

[78] Apesar de se mostrar crítico das correntes setentistas das Teorias da Dependência desde a publicação de sua tese de doutoramento (Bolaño, 1993), em livro mais recente o autor reconhece a validade da perspectiva da 'dependência cultural' presente na obra de Celso Furtado, por compreender que na perspectiva do autor a "dependência cultural" antecederia a "dependência econômica", atribuindo à cultura um papel preponderante nos projetos de desenvolvimento nacionais (BOLAÑO, 2016).

construção de hegemonias estaria ligada à capacidade de colonização do "mundo da vida" – expressão emprestada de Habermas (1992) para conceitualizar o espaço abstrato onde seriam produzidos e reproduzidos os elementos simbólicos que dariam significado à vida individual e coletiva – pelo conjunto de ideias de interesse do 'Capital'. Nesse sentido, a propaganda e a publicidade seriam as articulações mais potentes, uma vez que a manipulação não seria a premissa mais adequada, mas sim o convencimento; entretanto, importante salientar, quando se aponta a propaganda e a publicidade como articulações simbólicas capazes de sugerir de modo contundente formas de significação à sociedade, não se restringe o pensamento às peças publicitárias, mas toda forma de bens culturais e simbólicos carregados de perspectivas enviesadas, com objetivos próprios e específicos.

O afastamento da ideia de manipulação partiria do princípio de que haveria, por parte da sociedade, um conjunto de ideias que poderiam não estar alinhadas com os interesses do Estado ou do Capital (mercado) e, tendo o indivíduo algum grau de autonomia, não seria um consumidor passivo dessas informações. Conforme Mosco (1999), essa perspectiva estaria evidenciada com o surgimento de movimentos sociais não alicerçados nas categorias tradicionais político-econômicas baseadas na lógica da classe social – ou seja, que não estariam organizados, em primeira instância, em torno da relação entre capital e trabalho na perspectiva laboral, a saber, os movimentos ambientalistas e os de luta por direitos civis LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros).

Bolaño (2012) enfatiza que a refutação à ideia de manipulação seria a contribuição dos Estudos Culturais ao campo da Economia Política da Comunicação, como crítica a uma espécie de determinismo de certas análises advindas das Teorias da Dependência. Entretanto, adverte o autor, os enfoques pós-modernistas dos Estudos Culturais, também acabariam incorrendo no mesmo equívoco atribuído aos enfoques das Teorias da Dependência, desconsiderando a possibilidade de dominação. Ainda sobre esse aspecto, Bolaño (2012, p. 118) pondera que a Economia Política da Comunicação também incorporaria preceitos da teoria do poder de Foucault, que considera a existência de relações de dominação tanto nos espaços micro-sociais do mundo da vida quanto nos espaços macro-sociais.

Nesse sentido, Bolaño (2012) entende que o foco da Economia Política da Comunicação estaria na análise acerca do trabalho de "mediação simbólica" referente à capacidade de o trabalho cultural criar audiência, ou de atrair a atenção do público; a "mediação simbólica" seria, assim, decorrente do trabalho cultural. Por isso, para o autor, a mediação simbólica não seria realizada conforme a dinâmica "de tipo estruturalista, segundo a lógica da metáfora da base e da superestrutura", mas por meio da atuação da Indústria

Cultural, composta por um conjunto de indústrias, empresas e atividades relacionadas ao contrato ou a produção de trabalho cultural. “Son empresas capitalistas en competencia, estructuradas en mercados, las que aseguran el cumplimiento de la función de mediación, vendiendo en buena parte de las veces sus mercancías audiencia al capital” (BOLAÑO, 2012, pp. 118-119). Por isso, seria a Indústria Cultural e os meios de comunicação os que atuariam na mediação entre os poderes do Estado, o poder do Capital e os cidadãos/consumidores. Do ponto de vista epistemológico, o fato de o trabalho cultural possuir um caráter de ‘mediação simbólica’ representaria o elemento de ordem extra-econômica fundamental para compreensão da “economia dos meios de comunicação de massa”.

> Solamente un determinado tipo de trabajo y no otro puede ser utilizado para eso. Claro que la industrialización de la cultura sigue, justamente, en el sentido de acabar con ese obstáculo, que en el campo de la producción material fue roto con la Primera Revolución Industrial, abriendo espacio para la expansión del capitalismo como modo de producción hegemónico. En este sentido, la subsunción del trabajo en el capital puede tener límites y ellos son dados, desde mi perspectiva, por el carácter de mediación y, por tanto, por el carácter comunicacional que el trabajo cultural posee (BOLAÑO, 2012, p. 117).

Conforme Bolaño (2012), no escopo epistêmico da Economia Política da Comunicação, o trabalho do produtor cultural seria duplamente expropriado. De um lado, o produto cultural seria separado dos meios de produção cultural e, de outro, submetido à máquina de mediação da Indústria Cultural para poder comunicar ao público. Nesse processo, seria estabelecida uma dupla contradição, a saber, “capital/trabalho” e “economia/cultura”. À dinâmica dessa dupla contradição é que devem se dedicar as análises empíricas da Economia Política da Comunicação. Assim, entre as contradições estaria o fato de que a mediação, fator caracterizador do produto cultural, estaria sob a lógica da concorrência capitalista.

> La crítica externa que he formulado a la escuela francesa de la Economía de la Comunicación y de la Cultura fue justamente sobre la negligencia en la consideración del problema de la competencia, lo que si, por un lado, ha permitido el desarrollo de un detallado análisis de los procesos de trabajo y de valorización en las industrias culturales y de la comunicación – debidamente incorporados al marco teórico propuesto, en el momento de la crítica interna, del análisis de la producción – ha limitado, por otro, su comprensión del conjunto de las articulaciones entre Industria Cultural y Capitalismo Monopolista (BOLAÑO, 2012, p. 120).

Assim, sob a ótica da concorrência, a Economia Política da Comunicação buscaria compreender estratégias e condições de articulação entre os diferentes entes envolvidos no processo de produção cultural e conquista da audiência, portanto, as relações entre “capital e

trabalho" e entre "cultura e economia" (BOLAÑO, 2012, p. 121). Assim, as condições e determinações da concorrência "retro-agem" sobre a produção e a definição de modelos e padrões – estéticos, estratégicos, mercadológicos etc.

De acordo com Sierra Caballero (2016), a transformação dos meios e dispositivos de ampliação do espaço público experienciada pela sociedade global, por meio das oportunidades comunicativas permitidas pela internet, produziria novas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais. Esse novo marco estaria baseado na centralidade das indústrias culturais e na determinação dos processos de desenvolvimento social alicerçados pelo capital simbólico e pelo trabalho imaterial – uma vez que, imbricados nos processos sociopolíticos e econômicos da vida cotidiana, os espaços digitais e os conteúdos neles aportados estariam em evidência. Isso, por sua vez, colocaria a necessidade de ampliação da perspectiva da Economia Política crítica em matéria de comunicação, já que as transformações decorrentes dos novos modos de produção capitalista exigiriam a inclusão de preocupações e expectativas no que concerne às novas relações de poder e dominação estabelecidas numa era em que o conhecimento e o trabalho cultural se colocam em destaque.

Nesse sentido, conforme Vercellone (2016, p. 17), torna-se importante a retomada dos fundamentos metodológicos da economia do conhecimento, desde o antagonismo "capital-trabalho", de forma que seja possível a caracterização do sentido e das transformações do capitalismo contemporâneo. Também se notabiliza a emergência do aclaramento das relações entre a ideia de capitalismo cognitivo e os fundamentos marxistas da teoria do valor, demonstrando a permanência da relação de exploração, agora, exercida sob a forma de trabalho cognitivo.

Vercellone (2016) ressalta que as fases do capitalismo possuiriam modelos produtivos distintos, que, por suas vezes, estabeleceriam diferentes formas de subsunção do trabalho. A primeira fase, capitalismo mercantil e pré-industrial, se caracterizaria por fundar-se sob a égide dos modelos produtivos de "putting out system"[79]. Nesse modelo, a subsunção do trabalho era formal e não se basearia na dominação pelo saber; a relação "capital-trabalho" seria caracterizada pela hegemonia do saber tácito e dos saberes dos artesãos. A hegemonia se consolidava a partir dos mecanismos mercantis e financeiros de acumulação localizados fora da organização direta da produção. Já a segunda etapa, capitalismo industrial, também fundado sob a égide do modelo "putting out system", avança em razão da segunda revolução

[79] Conforme Marglin (1978), o modelo produtivo do "putting ou system" se refere àquele baseado na separação das tarefas especializadas, atribuídas a cada operário, antes da introdução de máquinas dispendiosas. Esse modelo permitiu ao 'capitalista' o controle da produção. Refere-se, efetivamente, ao modelo de produção fordista.

científica ocorrida entre o final do século XIX e início do século XX. Nesse momento, teriam surgido as grandes empresas, que promoveriam duas transformações: a) a constituição de laboratórios de investigação e a conformação do paradigma linear de programação de inovações; b) desenvolvimento de normas fordistas de organização da produção, bem como de princípios tayloristas de organização do trabalho.

> Simplificando, recordamos cuatro tramos principales de esta configuración: en primer lugar, la tendencia a la polarización social del saber que se encarna en una separación cada vez más estrecha entre trabajo de concepción y trabajo de ejecución – como en la empresa fordista –; en segundo lugar, la centralidad del trabajo material sometido a las normas tayloristas de extracción de plusvalor y de expropiación del saber obrero; en tercer lugar, la hegemonía de los saberes incorporados en el capital constante y en la organización y conducción de las empresas respecto a los saberes movilizados e incorporados en el trabajo vivo; por último, el capital material representa, en este contexto, al mismo tiempo la forma principal de la propiedad y del progreso técnico, es decir, del conocimiento aplicado a la producción (VERCELLONE, 2016, p. 27).

A terceira fase do capitalismo, identificada a partir das dinâmicas históricas da relação entre capital e trabalho e de acúmulo de mais-valia, é representada pelo processo de transição entre o capitalismo industrial e o capitalismo cognitivo. Essa transição teria sido motivada pela crise do modelo fordista de produção e, portanto, caracterizada por uma "crise tendencial da lógica de 'subsunção real' do processo de trabalho ao capital" (VERCELLONE, 2016, p. 27). Essa dimensão de subsunção real do trabalho ao capital seria uma expressão dos conflitos políticos e sociais decorrentes da organização científica do trabalho – que inauguraria novas relações entre capital e trabalho e inserções distintas no que concerne ao papel do conhecimento na economia.

Esse contexto teria sido possível a partir de duas rupturas estruturais. A primeira ruptura se deve ao progressivo esgotamento da capacidade do capitalismo em satisfazer as necessidades das esferas privadas por meio da produção e consumo de mercadorias, em razão do avanço e desenvolvimento da produção e consumo coletivos, sobretudo dos bens informacionais – que escapariam à lógica da racionalidade da lei de valor[80]. A segunda ruptura refere-se ao retorno da dimensão cognitiva do trabalho, consolidada a partir da constituição de uma inteligência coletiva. "El hecho esencial de esta mutación se encuentra en la afirmación, tanto al nivel de las empresas como de la sociedad, de una nueva preponderancia cualitativa de los saberes vivos, incorporados y movilizados por el trabajo"

[80] Importante destacar que, para Marx (2008, p. 55), o valor de uso e o valor de troca das mercadorias seriam determinados pelo tempo de trabalho aplicado sobre elas. "Consideradas como valor de troca, as mercadorias não são mais que medidas determinadas de tempos de trabalho cristalizado".

(VERCELLONE, 2016, p. 28). Nesse sentido, a hegemonia do saber vivo (força de trabalho e expertise) em relação ao saber morto do capital (controle dos processos e separação das atividades) seria o aspecto central da hipótese do capitalismo cognitivo. Essa afirmação se colocaria de maneira oposta à interpretação de que o saber seria um fator de produção independente ao capital e ao trabalho. Portanto, entre os fatores essenciais de uma economia do conhecimento seria a potência do trabalho vivo. Isso significa que a formação do capitalismo cognitivo precederia a consolidação de uma economia do conhecimento, seja do ponto de vista lógico ou histórico.

Nesse sentido, Vercellone (2016, p. 29) explica que o capitalismo cognitivo seria o resultado da restruturação do capital, que passa a absorver e submeter o conhecimento produzido como fator estratégico de produção, ainda que de forma parasitária – ou seja, sem investimentos no setor de inovação. A partir desse entendimento, o conceito de capitalismo cognitivo poderia ser entendido como um novo "sistema histórico de acumulação", no qual se torna dominante o valor produtivo do trabalho intelectual e que teria como característica a expropriação ou privatização, pelo capital, do conhecimento com o qual a sociedade poderia promover seu próprio desenvolvimento.

> En este cuadro, una parte creciente de la producción no se apoya sobre mercancías estandarizadas destinadas al consumo individual, sino sobre producciones y consumos colectivos materiales e inmateriales que aseguran la reproducción de una economía basada en el conocimiento, escapando, en gran parte, a la racionalidad económica del capital. La puesta en marcha de la valorización del capital y de las formas de propiedad se apoya directamente sobre las privatizaciones de estas condiciones colectivas y sobre la transformación del conocimiento mismo en una mercancía y en un capital fictício (VERCELLONE, 2016, pp. 29-30).

Outro fator essencial se refere ao fato de que no capitalismo cognitivo o saber vivo seria o elemento fundamental para viabilização, inclusive, da atuação das próprias tecnologias da informação e da comunicação. Para Vercellone (2016, p. 30), as teorias da revolução informática, baseadas numa perspectiva de determinismo tecnológico, tendem a defender que seriam as tecnologias os elementos responsáveis pelas transformações na sociedade. Entretanto, essas ferramentas não seriam empreendíveis sem a atuação do saber vivo. Apesar disso, as tecnologias se apresentariam, ao mesmo tempos, como bens de consumo e instrumentos de produção, contribuindo para a ruptura da tradicional dicotomia "trabalho e não trabalho" – própria do capitalismo industrial. Também permitiriam, as tecnologias, a criação de modelos de compartilhamento de conhecimento – como o Creative Commons e os

Softwares Livres, representando um importante elemento de desenvolvimento de formas horizontais de trabalho – com novas perspectivas de gestão e produção.

Vercellone (2016) explica que, num nível macroeconômico, a partir da metade da década de 1970 nos EUA e na Europa, o capital intangível[81] teria superado o capital material como fator principal de crescimento – constatação também feita por Bell (1991). A interpretação dessa evolução possuiria três significados principais, conforme a teoria econômica fundada no conhecimento. O primeiro diz respeito à tendência de o crescimento do capital intangível ocorrer de forma conectada à formação daquilo que se conformaria como "intelectualidade difusa" ou "inteligência coletiva" – ou seja, o conjunto de conhecimentos compartilhados pela sociedade, com os quais ocorre a produção de novos saberes e, por consequência, novos insumos produtivos. Já o segundo significado se refere à afirmação segundo a qual o capital intangível estaria incorporado aos homens, em sua força de trabalho, correspondendo à qualidade intelectual e criadora – incorporada ao trabalho e não ao capital, denotando que a perspectiva da relação entre capital e trabalho presente no capitalismo industrial não estaria reproduzida no capitalismo cognitivo. Em outras palavras, o trabalho vivo se sobreporia ao trabalho morto como vetor de desenvolvimento. Assim, o capital intangível – ou imaterial – não seria passível de aferição a partir dos mesmos métodos utilizados para avaliação/medição do capital material. Apesar disso, seria fácil a percepção de que haveria um crescimento acentuado do valor no mercado de ações das empresas cujo objeto de produção seria o de capital imaterial (VERCELLONE, 2016).

O terceiro significado da evolução do capital imaterial, em relação ao capital material como fator principal de crescimento, refere-se à constatação acerca do fato de que as principais instituições de uma economia baseada em conhecimento não seriam, exclusivamente, os laboratórios privados de investigação e desenvolvimento ligados às iniciativas privadas. Na verdade, as instituições que desenvolvem capital imaterial estariam ligadas àquelas denominadas de "produção coletiva do homem para o homem", ou seja, ligadas ao conjunto de instituições do "welfare state" – que não seguiriam a lógica mercantil, como as universidades públicas e as empresas públicas de referência tecnológica, os organismos de proteção à educação e à cultura etc (VERCELLONE, 2016, p. 35).

Diante do exposto, sob a perspectiva de superação do subdesenvolvimento histórico da América do Sul no contexto do capitalismo cognitivo, e para os interesses investigativos desta pesquisa, as análises das políticas de comunicação sob a ótica da Economia Política da

[81] Conforme Vercellone (2016, p. 32), o capital intangível é composto por investigação e desenvolvimento, mas principalmente instrução, formação, saúde.

Comunicação estariam voltadas à crítica ao caráter/perspectiva de mediação dos conteúdos digitais estabelecido pelo conjunto empreendido de tratativas, acordos e estratégias no âmbito da Unasul como organismo de cooperação e articulação política sul-americano, identificando perspectivas e modelos de comunicação e sua contribuição nos processos de desenvolvimento regional. Isso implica na observação, identificação e análise de propostas, ou a ausência delas, de regulação e fomento do setor, seja no campo da produção, distribuição, circulação ou consumo dos bens simbólicos e culturais veiculados no espaço midiático das novas tecnologias da informação e da comunicação; implica ainda na identificação e análise da distribuição de poder aos diferentes atores e no âmbito da pauta política regional.

1.7 Marcos de análise de políticas de comunicação para conteúdos digitais, construídos a partir da literatura ciespalina

Resgatando os marcos teóricos e epistemológicos construídos a partir da trajetória de produção de conhecimento e análise das relações existentes entre o campo da comunicação e os processos de desenvolvimento, com destaque ao contexto latino-americano, tem-se que as políticas de desenvolvimento atuais precisariam levar em consideração a crise do capitalismo industrial, bem como a transição a um capitalismo cognitivo. Isso significa a utilização, como base da proposta de desenvolvimento, do conceito de uma economia baseada na difusão do saber e na produção de conhecimento como a principal estratégia de valorização do capital. Nesse contexto, o capital imaterial e intelectual e as atividades de alta intensidade de saberes se configurariam na variável-chave do crescimento e da competitividade das nações no plano geopolítico internacional. Entre as atividades consideradas de alta intensidade de saberes estariam “servicios informáticos, I+D, enseñanza, formación, sanidad, multimedia, software” (VERCELLONE, 2004, p. 66).

Essa mutação na matriz de produção do capitalismo ocorreria concomitantemente com a restruturação daquilo que convencionou-se chamar de relação “Norte-Sul”, com a reformulação de estratégias de superação do subdesenvolvimento frente ao capitalismo cognitivo, bem como outras três transformações estruturais. Segundo Vercellone (2004), a primeira transformação se refere aos limites ecológicos do crescimento industrial – finito por razões ambientais, uma vez que seu desenvolvimento implica em destruição ambiental. Isso conduziria à necessidade de modificação da perspectiva de produção calcada na monocultura imposta pela intitulada revolução verde, bem como pela revolução biotecnológica. A segunda transformação estaria ligada à conformação de uma nova Divisão Internacional do Trabalho

fundada em princípios cognitivos, na qual a regulação se apoiaria em novas formas de controle e mercantilização do saber, assim como a captação do cognitivo em proveito do financeiro. Já a terceira mutação diria respeito à tendência de constituição de um sistema de regulação política, econômica e social extra-nacional e o declínio do Estado-nação como espaço essencial e propulsor de estratégias de desenvolvimento.

Considerando que os conteúdos digitais de um modo geral, e as Indústrias Culturais de forma estrita, na condição de variável-chave do crescimento e da competitividade das nações no plano geopolítico internacional, representariam componentes estratégicos de modelos e processos de desenvolvimento por representarem tanto o espaço de construção de identidades e modos de vida quanto fator gerador de capital num capitalismo cognitivo, as políticas de comunicação e a economia política do setor de bens imateriais e simbólicos seriam prioritários no tocante à construção de alternativas às tendências dominantes do mercado e da política institucional. Isso significa que a partir da transformação dos meios e dispositivos de ampliação do espaço público experienciada pela sociedade global, haveria de se construir um novo marco político de cooperação e de formação da cidadania, baseado na centralidade das indústrias culturais e na determinação dos processos de desenvolvimento social alicerçados pelo capital simbólico e pelo trabalho imaterial.

A prioridade do debate acerca das políticas de comunicação e da economia política das indústrias culturais nas agendas acadêmicas interessadas no desenvolvimento autônomo da região se deveria à característica histórica de uma posição subalterna e dependente da América Latina em relação a outras regiões ou países – ainda que as relações de dominação e dependência tenham sido alteradas em decorrência das transformações ocorridas nas matrizes produtivas do capitalismo internacional. Tratar-se-ia de pensar a consolidação de um outro sistema de ações e valores capazes de ampliar o escopo democrático da América Latina, ao mesmo tempo em que visasse a superação da posição de periferia no sistema hegemônico de comunicação.

Neste sentido, o campo de estudos em políticas de comunicação transcenderia o problema da reprodução ideológica da estrutura de classe, abrangendo múltiplos elementos e realidades do novo modelo de desenvolvimento social. Resgatando as afirmações de Sierra Caballero (2016), a análise das políticas de comunicação como instrumentos componentes e auxiliares dos processos de desenvolvimento no contexto de um capitalismo cognitivo, e voltado aos objetivos de superação do subdesenvolvimento histórico da América do Sul e das relações de dependência política, econômica e cultural – ainda que estas ocorram de maneira

distinta das formas observadas no capitalismo industrial –, precisam considerar marcos relevantes, como:

- **PCDCC[82] 1:** Integração regional e sub-regional para o desenvolvimento comum, considerando que países historicamente subdesenvolvidos e dependentes – seja no plano cultural, econômico ou político – registrariam problemas semelhantes e possuiriam na união a possibilidade de ampliação de aspectos quantitativos e qualitativos favoráveis ao enfrentamento das assimetrias no plano mundial;

- **PCDCC 2**: Resgate e fomento à preservação da memória cultural e gestão do conhecimento, tendo-se em vista que os saberes e conhecimentos locais e regionais, ancestrais ou tradicionais, seriam considerados insumos produtivos capazes de fortalecer a identidade própria da sociedade, produzir novas tecnologias sociais a partir da auto-identificação e reconhecimento, e conduzir processos de construção de autonomia e desenvolvimento;

- **PCDCC 3**: Regulação dos direitos culturais e de propriedade intelectual, levando em consideração que bens e serviços culturais, imateriais ou simbólicos seriam, ao mesmo tempo, promotores de processos de consolidação da intelectualidade coletiva da sociedade e geradores de capital, e que a forma como se estabelecem as relações de propriedade dos saberes, conhecimentos, culturas e tecnologias interferem na capacidade de um país ou região empreender a mobilização de esforços no sentido da satisfação de suas necessidades, seja na solução de seus problemas estruturais, seja na elaboração de estratégias de geração de riquezas;

- **PCDCC 4**: Relações de trabalho e organização do capital simbólico no contexto das redes digitais, estabelecendo nexos entre a capacidade de conformação de núcleos de trabalho vivo como insumo produtivo e a seu papel como elemento essencial à produção de capital no capitalismo cognitivo – que implica, ainda, na observação acerca da inclusão produtiva e social das populações sul-americanas no contexto das redes digitalizadas nos setores específicos da produção de conteúdos digitais – inclusive jornalísticos;

[82] Abreviação para Política para Conteúdos Digitais no contexto do Capitalismo Cognitivo.

- **PCDCC 5**: Políticas industriais e desenvolvimento tecnológico comum para o setor, que no caso desta pesquisa estaria focado na cadeia produtiva de conteúdos digitais, implicando principalmente o investimento no desenvolvimento de recursos humanos capazes de atuar na produção de ciência, tecnologia e inovação voltadas à cadeia produtiva dos conteúdos digitais.

- **PCDCC 6**: Constituição de Clusters e condições para consolidação de uma economia imaterial, tendo-se em vista que o modelo de produção de riquezas no capitalismo cognitivo teria superado, em ordem de capacidade de geração de capital, os esquemas fordistas de organização da produção de forma linear em parques industriais para a articulação de serviços baseados em uma produção organizada em blocos de saber e manipulação de informação;

- **PCDCC 7:** Ócio e consumo cultural, que refere-se à atenção ao setor de negócio que articula a produção de bens culturais imateriais midiáticos com outras atividades culturais, como aquelas ligadas às artes, ao esporte e ao turismo – também fatores fundamentais de geração de riquezas;

Nota-se, com isso, que algumas das teses da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), evidenciadas sistematicamente no Informe MacBride (1980), estariam de volta à arena de debate, considerando as exigências das políticas de desenvolvimento e de comunicação no capitalismo cognitivo. A necessidade de retorno e revisão das teses da NOMIC é defendida por Moreno-Galvéz (2016), que argumenta que algumas perspectivas estabelecidas no Informe MacBride (1980) teriam papel preponderante na conformação de uma cidadania digital. O mesmo defende Jurado Vargas (2009), para o qual, apesar de as bases do sistema produtivo do capitalismo terem sido alteradas desde a proposição da NOEI e da NOMIC, os problemas relativos à Comunicação identificados à época da consolidação do Informe MacBride não seriam distantes daqueles atualmente identificados; em sua opinião, na maioria dos casos, esses problemas teriam sido agudizados pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, como a concentração da produção de bens simbólicos e culturais, embora desterritorializados; a relação de dependência tecnológica dos países latino-americanos em relação a outros países ou regiões, também apesar da reconfiguração na dinâmica das relações de dependência; bem como a

discrepância entre o consumo de bens simbólicos locais e regionais em relação àqueles conteúdos estrangeiros. Assim, embora as dinâmicas tecnológicas tenham se alterado, não teriam sido modificadas substancialmente as bases da discriminação e pouca diversidade de conteúdos nos espaços informativo, cultural e simbólico. Com isso, o grau de dominação econômica e política estaria ganhando força crescentemente a partir da dominação sobre o acesso desigual às fontes de conhecimento e representação simbólica – seja como acesso ao conhecimento e aos bens imateriais e simbólicos, seja no que concerne às condições de difusão. Nesse sentido, aos objetivos desta investigação, destacam-se os seguintes elementos relativos às políticas de comunicação focadas nos conteúdos digitais, como:

- **NOMIC 1:** Garantias de acesso aos espaços digitais de informação e comunicação, com atenção às assimetrias socioeconômicas e tecnológicas, bem como o estímulo à apropriação social das tecnologias de produção e difusão de conteúdos;

- **NOMIC 2:** Promoção de sistemas compartilhados de informação e repositórios de conhecimento a partir dos quais as diferentes comunidades sul-americanas pudessem acessar as contribuições culturais, científicas e tecnológicas produzidas;

- **NOMIC 3:** Ampliação do volume, da pluralidade e da diversidade dos conteúdos disponíveis em espaço digital, considerando diferentes formatos, plataformas, linguagens e representações sociais, o que implica o incentivo às produções audiovisuais em diferentes formatos e linguagens, inclusive jornalístico comercial, público, comunitário ou alternativo; nisso também está incluída a necessidade de fomento a diferentes formas de financiamento;

- **NOMIC 4:** Necessidade de atuação do Estado como instância de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico, cujo conhecimento produzido estivesse à disposição coletiva, bem como agente de articulação de novos mercados e regulação dos mercados atuais – inclusive na conformação de plataformas de distribuição e consumo;

- **NOMIC 5:** Estabelecimento de um marco comum ao setor de produção de conteúdos digitais no âmbito sul-americano, condizente com uma estratégia de desenvolvimento compartilhada da região – e, portanto, também se coloca como desafio o próprio estabelecimento e concertação de uma estratégia comum para o setor;

Esses marcos de análise estruturam os debates a serem desenvolvidos na terceira etapa desta investigação e, por isso, são retomados nos itens 3.1 e 3.2. O resultado das discussões empreendidas estão evidenciados no item 3.3.

Parte II

2. Identificação e sistematização das perspectivas e ações da Unasul para produção de conteúdos digitais

Realizada a Fundamentação Teórica da presente investigação, o esforço passa a ser o de identificar e sistematizar as perspectivas e ações da Unasul para a produção de conteúdos digitais. A investigação se deu a partir de documentos relativos a 'Estatutos', 'Decisões', 'Resoluções', 'Diretrizes', 'Recomendações', 'Tratados', 'Protocolos' e 'Acordos' – bem como outros estudos e posicionamentos tomados pela Unasul, necessários à contextualização da pesquisa. Em razão do volume de documentos produzidos pelo organismo regional de cooperação ao longo de sua primeira década de atuação, foram instituídos critérios de relevância hierárquica documental e de proximidade temática do objeto de estudo, estabelecendo como foco de análise os debates e deliberações desenvolvidas no âmbito do "Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação", e seus Grupos de Trabalho Especializados, que a partir de 2012 ganhariam o status de Conselhos Autônomos de "Educação", "Cultura" e de "Ciência, Tecnologia e Inovação". Posicionamentos institucionais advindos do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, que é o órgão máximo da Unasul, bem como eventuais menções e articulações com outros Conselhos internos da Unasul, também foram levados em consideração – porém, com menos destaque.

2.1 A Unasul – objetivos e estrutura administrativa

A Unasul é o resultado de negociações empreendidas pelos Estados Sul-americanos desde 2004. O marco fundador dessa organização é a Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em dezembro de 2004, na cidade de Cuzco, Perú. Na oportunidade, os chefes de Estado acordaram e aprovaram a criação da Comunidade Sulamericana de Nações – nascida para promover o diálogo e os processos de integração desenvolvidos no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Comunidade Andina de Nações (CAN), ambos blocos econômicos da região (UNASUR, 2006).

As tratativas para constituição do organismo de articulação e cooperação política sul-americana seguiram entre os anos de 2005 e 2006, nos quais seria estabelecido um plano estratégico para consolidar uma agenda comum para a região. Nesse período, durante conferência entre os presidentes dos países da América do Sul, realizada na cidade uruguaia

de Montevideo em 2005, a Comunidade Sulamericana de Nações estabelece a Comissão Estratégica de Reflexão, responsável pela discussão sobre os objetivos e estratégicas a serem adotados no processo de integração sul-americana (UNASUR, 2005). Os trabalhos dessa Comissão seriam concluídos com um Documento final intitulado "Un Nuevo modelo de Integración de América del Sur hacia la Unión Sudamericana de Naciones" (UNASUR, 2006a), que seria a base conceitual da Declaração de Cochabamba, acordada durante a II Cúpula de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações (UNASUR, 2006b). Tanto o relatório da Comissão quanto a Declaração de Cochabamba versam sobre os princípios, os desafios e as oportunidades de um processo de integração sul-americana para superação das desigualdades regionais e da histórica dependência produtiva e tecnológica. Essas seriam as bases conceituais e os principais objetivos prospectados com a conformação do bloco que viria a ser intitulado União das Nações do Sul (Unasul).

Conforme Documento Final da Comissão Estratégica de Reflexão da Comunidade Sulamericana de Nações, o processo de integração regional se apresentaria como a resposta mais adequada ao enfrentamento das deficiências em termos de competitividade internacional da América do Sul em relação às potências econômicas internacionais. Apesar disso, em sua concepção, a integração sul-americana não deveria ter como premissa a contraposição e o antagonismo em relação a outros blocos econômicos e regiões. Pelo Contrário. O documento advoga pela necessidade de exploração das virtudes dos processos de integração e associação internacional (UNASUR, 2006a).

Nesse sentido, haveria de se conceber um modelo de integração com identidade própria, considerando a diversidade e as diferenças da região, mas sobrelevando aquilo que aproximaria as nações da América do Sul – ou seja, um processo de formação do Estado Nacional multicultural, multiétnico e plurilíngue, permeado por relações de dominação, dependência e lutas sociais, ocupando posições específicas na Divisão Internacional do Trabalho (UNASUR, 2006a).

Para tanto, o processo de integração precisaria estar baseado em lastros maiores que o simples caráter comercial – que já estariam sendo desenvolvidos por meio de organismos econômicos como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade Andina de Nações (CAN), e a Comunidade e Mercado Comum do Caribe (Caricom, hoje intitulado Comunidade do Caribe ou Comunidade das Caraíbas). Nesse sentido, os países integrantes da Comunidade Sulamericana de Nações haveriam de articular uma Agenda de Integração Social e Produtiva que preconizasse um modelo de articulação econômica e produtiva que incorporasse a

cooperação política, social e cultural, buscando a construção de condições para um modelo de desenvolvimento equitativo, harmônico e integral (UNASUR, 2006a).

A estratégia de integração regional, conforme o Documento Final, representaria um elemento indispensável à realização dos projetos nacionais de desenvolvimento, com reafirmação do Estado Nacional como ente autônomo e soberano. Com isso, haveria de se consolidar mecanismos de cooperação em infraestrutura, energia, complementação industrial e agrícola, proteção e preservação ao meio ambiente, bem como combate à pobreza e à exclusão social. Ainda nesse sentido, também seria fundamental o estabelecimento de estratégias de financiamento em áreas como desenvolvimento, segurança, cultura, educação, ciência e tecnologia (UNASUR, 2006a).

O Documento Final reconhece a existência de diferenças acentuadas entre os países da América do Sul em termos de condições e qualidade de vida das populações. Apesar disso, e como estratégia para superação, considera-se como essencial o estabelecimento de um projeto estratégico com sentido de Política de Estado que possa, ao mesmo tempo, contribuir para a solução dos problemas específicos das localidades e consolidar os objetivos conjuntos de desenvolvimento das nações sul-americanas (UNASUR, 2006a).

Durante a Cúpula Energética Sul-americana, realizada em abril de 2007, na Venezuela, os chefes de Estado alterariam o nome da organização para União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Mas é em maio de 2008, na Terceira Cúpula de Chefes de Estado, realizada em Brasília (Brasil), que é assinado o Tratado Constitutivo da Unasul – que estabelece, em seu artigo 1º, se tratar de "uma organização dotada de personalidade jurídica internacional", cujo objetivo principal seria a construção participativa e consensuada de um espaço cultural, social, econômico e político entre seus povos. Para tanto, priorizar-se-ia o "diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã", bem como o fortalecimento da democracia e a redução das assimetrias socioeconômicas, promovendo, em última instância, a soberania e independência dos Estados (UNASUR, 2008a, artigo 2º).

Em conformidade com as perspectivas defendidas pelo Documento "Un Nuevo modelo de Integración de América del Sur hacia la Unión Sudamericana de Naciones" (UNASUR, 2006a) e com a Declaração de Cochabamba (UNASUR, 2006b), o Tratado Constitutivo da Unasul, em seu Preâmbulo (UNASUR, 2008a), afirma que a concretização do organismo de cooperação multilateral está baseada na história compartilhada e solidária das nações sul-americanas desde o processo de colonização europeia (a partir, principalmente, do

século XVI) no que se refere aos esforços e lutas pela emancipação e independência – e que teria colocado os países da América do Sul em condições semelhantes de dependência econômica, científica e tecnológica no cenário internacional. Ainda no Preâmbulo do documento, consta afirmação de que o organismo também preconiza a construção de uma identidade e de uma cidadania sul-americana capaz de produzir um espaço regional sociopolítico, econômico e cultural integrado, com o objetivo de fortalecer os mecanismos e expectativas de desenvolvimento orgânico (UNASUR, 2008a).

Nesse sentido, o Tratado Constitutivo da Unasul aponta como aspecto fundamental a concretização da integração multilateral entre os países, assentada nos princípios do direito nas relações internacionais. A partir disso, defende o documento, haveria de se consolidar um "mundo multipolar, equilibrado e justo em que se priorize a igualdade soberana dos Estados e uma cultura de paz" (UNASUR, 2008a). Por isso, continua o documento, a Unasul estaria baseada no princípio do irrestrito respeito à soberania, da integridade e da inviolabilidade territorial dos Estados, da autodeterminação dos povos, da solidariedade e cooperação entre as nações, da promoção da cultura de paz e da defesa da democracia, da participação cidadã e do pluralismo, e dos direitos humanos consensuados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A partir desses preceitos, o Tratado Constitutivo afirma a necessidade de esforços regionais para a redução das assimetrias e da promoção de desenvolvimento sustentável, aliado à preservação do meio ambiente (UNASUR, 2008a). Para tanto, o documento preconiza que ao organismo caberia o desenvolvimento de ações e estratégias de integração sul-americana em consonância, e em articulação, com o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade de Nações Andinas (CAN) – ambos organismos sul-americanos de cooperação econômica (UNASUR, 2008a).

Em seu artigo 3º, o Tratado aponta 20 objetivos específicos para os quais a Unasul deveria voltar seus esforços. E, como organismo multilateral de cooperação, o documento aponta a necessidade de fortalecimento do diálogo político entre os Estados Membros, assegurando a formação de um espaço de concertação que respalde e fortaleça a participação do bloco regional no cenário internacional. Entretanto, adverte o Tratado Constitutivo, a participação do bloco no cenário internacional deve ser acompanhada por um processo de, e tendo como objetivo, desenvolvimento social e humano com equidade e inclusão social, balizadas pela necessidade de erradicação da pobreza e superação das desigualdades na região, assim como da promoção do acesso universal à seguridade social e aos serviços de saúde. Da mesma forma, o documento preconiza a necessidade de esforços no sentido da

erradicação do analfabetismo, do acesso universal a uma educação de qualidade e o reconhecimento regional de estudos e títulos (UNASUR, 2008a).

Do ponto de vista infra-estrutural, o Tratado Constitutivo da Unasul aponta a necessidade de promoção de esforços no sentido da construção de uma integração energética, com vista ao aproveitamento integral, sustentável e solidário dos recursos da região – reafirmando os preceitos defendidos no Documento "Un Nuevo modelo de Integración de América del Sur hacia la Unión Sudamericana de Naciones" (UNASUR, 2006). No mesmo sentido, o artigo 3º do Tratado Constitutivo da Unasul ainda enfatiza o incentivo ao desenvolvimento de uma infra-estrutura para a interconexão da região e calcada em critérios de desenvolvimento social e econômico sustentáveis, estabelecendo e adotando mecanismos compatíveis com as políticas econômicas e fiscais dos Estados Membros. Também encontrar-se-ia no foco das estratégias da Unasul a consolidação de programas e regulamentações capazes de promover a proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos ecossistemas. Isso também implicaria no estabelecimento da cooperação na prevenção das catástrofes e na luta contra as causas e os efeitos das mudanças climáticas (UNASUR, 2008a).

A cooperação econômica e comercial é considerada, ainda no artigo 3º do Tratado Constitutivo da Unasul, como estratégia para "avançar e consolidar um processo inovador, dinâmico, transparente, eqüitativo e equilibrado que contemple um acesso efetivo, promovendo o crescimento e o desenvolvimento econômico que supere as assimetrias mediante a complementação das economias dos países da América do Sul". Para isso, o documento apresenta como necessidade a promoção da integração industrial e produtiva, considerando uma multiplicidade de arranjos produtivos que vão desde incentivo e conformação de indústrias e empresas de grande porte, mas proporcionando especial atenção "às pequenas e médias empresas, cooperativas, redes e outras formas de organização produtiva" – sugerindo que está no escopo de atenção do organismo multilateral a promoção de novos arranjos produtivos, que acompanhem os modelos e oportunidades econômicos atuais (UNASUR, 2008a).

Ainda conforme o artigo 3º do Tratado Constitutivo da Unasul, o desenvolvimento produtivo da região passaria pela necessidade de definição e implementação de "políticas e projetos comuns ou complementares de pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica, com vistas a incrementar a capacidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico próprios". Isso também seria viabilizado, conforme o documento, por meio da cooperação setorial realizada através do intercâmbio de informação, experiências e capacitação (UNASUR, 2008a). Essa perspectiva, aliás, estaria notadamente alinhada com a

restruturação produtiva e do processo de acumulação do capitalismo, a partir da consolidação das novas perspectivas tecnológicas da Sociedade da Informação.

No que concerne à cultura regional, o artigo 3º do Tratado Constitutivo da Unasul aponta a necessidade de consolidação de uma "identidade sul-americana através do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais de um Estado-membro residentes em qualquer outro Estado Membro, com o objetivo de alcançar uma cidadania sul-americana". Disso também decorre a necessidade de cooperação em matéria de migração, numa perspectiva de "respeito irrestrito aos direitos humanos e trabalhistas para a regularização migratória e a harmonização de políticas". Com a perspectiva de consolidação de uma identidade sul-americana, o documento também mantém como premissa a "promoção da diversidade cultural e das expressões da memória e dos conhecimentos e saberes dos povos da região". O objetivo é o fortalecimento das identidades locais, considerando a cultura tradicional como elemento fundamental da construção da cidadania regional (UNASUR, 2008a).

Por fim, o Tratado Constitutivo da Unasul aponta como objetivo específico de seu rol de atuações a promoção da participação cidadã nos processos de decisão. Isso significa a inclusão dos diferentes atores sociais na formulação de políticas de integração nos diversos setores, por meio de mecanismos de interação e diálogo (UNASUR, 2008a).

Para viabilização desses objetivos específicos, a Unasul conta com uma estrutura institucional e organizativa dotada de quatro órgãos principais, com capacidade de constituição de outros auxiliares permanentes ou por tempo determinado. São eles: "Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo", "Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores", "Conselho de Delegados e Delegadas" e "Secretaria Geral" (UNASUL, 2011, art. 4º). A chefia dos órgãos e a representação internacional da Unasul são exercidas pela Presidência Pro-Tempore, assumida de forma temporária e rotativa pelos chefes dos Estados-membros, conforme ordem alfabética e por mandatos anuais. (UNASUR, 2008a, art. 7º)

O "Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo" representa o órgão máximo da Unasul. Entre suas atribuições estão a aprovação e o estabelecimento dos acordos políticos, bem como dos planos, programas e projetos de integração, hierarquizando-os conforme os interesses do conjunto de Estados-membros. Também cabe ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo a tarefa de convocar reuniões ministeriais setoriais e criar novos conselhos ministeriais, conforme a necessidade e as decisões institucionais. É também do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo a atribuição de decidir sobre propostas apresentadas pelo Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores. Por fim, também

cabe ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo decidir sobre as perspectivas políticas que regem o relacionamento dos Estados-membros, em conjunto, com Estados externos ao organismo multilateral (UNASUR, 2008a, art. 6º).

Já o Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores tem sob sua responsabilidade a implementação das decisões tomadas no âmbito do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo. Entretanto, também é sua atribuição propor projetos de decisão e preparar reuniões do organismo máximo da Unasul. Além disso, cabe ao Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores promover e desenvolver o diálogo político sobre temas de interesse regional e internacional, acompanhar e avaliar o processo de integração, aprovar os programas e estratégias anuais dos diferentes setores, aprovar o orçamento anual e o financiamento de iniciativas comuns da Unasul. Por fim, é o Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores o órgão responsável pela criação de grupos de trabalho específicos ou setoriais, sempre respeitando as prioridades estabelecidas pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo (UNASUR, 2008a, art. 8º).

O terceiro órgão principal da Unasul é o Conselho de Delegadas e Delegados. Conforme o Tratado Constitutivo, a esse grupo caberia a implementação das decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo e das resoluções aprovadas pelo Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores. Ao Conselho de Delegadas e Delegados também é atribuída a compatibilização, coordenação e articulação de iniciativas da Unasul a outros processos de integração regional e sub-regional – como são os casos do Mercosul e da CAN. Ao órgão ainda cabe a coordenação de Grupos de Trabalho, a promoção de espaços de diálogo no processo de integração sul-americana (com eventos, fóruns, seminários etc) (UNASUR, 2008a, art. 9º).

Já a Secretaria Geral representa a estrutura administrativa da Unasul e tem como atribuição o apoio aos Conselhos e aos grupos de trabalho especializados do organismo multilateral (UNASUR, 2008a, art. 9º). À Secretaria Geral cabe a preparação e apresentação dos documentos e informes dos Conselhos, bem como guarda e arquivamento – que configuram as fontes Jurídicas da Unasul (UNASUL, 2011, arts. 9º e 11º).

Conforme o Tratado Constitutivo da Unasul, todas as normativas aprovadas nos diferentes colegiados devem ser adotadas por consenso, podendo ser acordadas com representação mínima de três quartos dos Estados-membros no momento da tomada de decisão oficial. Apesar disso, o sistema de aprovação de normativas não implica no silenciamento daqueles Estados-membros que, eventualmente, não estejam representados.

> Las Decisiones del Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno, las Resoluciones del Consejo de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores, que se acuerden sin la presencia de todos los Estados Miembros deberán ser consultadas por el Secretario General a los Estados Miembros ausentes, los que deberán pronunciarse en un plazo máximo de treinta (30) días calendario, luego de haber recibido el documento en el idioma correspondiente. En el caso del Consejo de Delegadas y Delegados, dicho plazo será de quince (15) días (UNASUR, 2008a, art. 12º).

Em razão da premissa de respeito à soberania dos Estados-membros, não existe a obrigatoriedade de aplicação dos atos normativos aprovados nos colegiados da Unasul – sejam eles políticas regionais, programas e ações, ou implementação de instituições e organizações. Nesse sentido, a incorporação das políticas e ações depende dos procedimentos internos dos Estados no que concerne à elaboração e à adoção de políticas públicas, conforme cada um dos ordenamentos jurídicos (UNASUR, 2011, art. 12º e 13º). Apesar disso, ainda que um Estado se abstenha da adesão a alguma política, programa ou ação, isso não significa sua exclusão por completo das possibilidades de participação no curto, médio ou longo prazos. Na verdade, o Tratado Constitutivo confere aos Estados-membros a possibilidade de participação parcial, total, ou como observador (UNASUR, 2008a, art. 13º).

Não obstante a preservação e respeito à soberania dos Estados-membros, um Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul prevê a possibilidade de sanções aos Estados, quando em casos de ruptura ou ameaça de ruptura à ordem democrática, violação da ordem constitucional ou situações que coloquem em risco o legítimo exercício do poder constituído. (UNASUR, 2011, art. 1º). Entre as sanções previstas estão: 1) suspensão do direito à participação nos órgãos e instâncias da Unasul; 2) fechamento total ou parcial das fronteiras terrestres, com limitações ou interrupção do comércio, tráfego aéreo ou marítimo, comunicações, fornecimento de energia e/ou outros serviços; 3) suspensão da participação do Estado em organizações regionais ou internacionais; 4) promoção de suspensão ou bloqueios dos direitos do Estado na participação em acordos de cooperação; 5) adoção de sanções políticas e diplomáticas internacionais (UNASUR, 2011, art. 4º).

Importante salientar, porém, que o processo de suspensão dos direitos dos Estados que não respeitarem a ordem democrática não ocorre de maneira abrupta ou autocrática pela Presidência Pro-Tempore ou pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo. Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul prevê a realização de reunião extraordinária dos colegiados representativos, a partir da qual ocorre a definição de posicionamentos e planos de ação para recuperação da normalidade legal e democrática do Estado afetado (UNASUR, 2011, art. 5º). Da mesma maneira, quando um governo

constitucional de um Estado-membro considerar a existência de uma ameaça à ordem democrática, poder-se-ia recorrer aos colegiados da Unasul solicitando o reconhecimento da instabilidade jurídica e política nacional, bem como possíveis ações concertadas para garantia da democracia (UNASUR, 2011, art. 6).

2.1.1 Conselhos temáticos da Unasul

A necessidade de aprofundamento em relação às temáticas estratégicas para a viabilização dos objetivos da União de Nações Sul-americanas (Unasul) levou o Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo a decidir, em sua II Reunião Ordinária, pela criação de dois Conselhos especializados – o Conselho Sul-americano de Defesa e Conselho Sul-americano de Saúde. As demais temáticas, ao longo da Presidência Pro-Tempore Chile 2008/2009, eram tratadas no âmbito de Grupos Temáticos. Esses grupos temáticos, ainda que organizados, não possuíam status de órgão especializado e formalizador de indicativos de políticas regionais.

Para os objetivos desta pesquisa, são decisivas as decisões tomadas durante a "III Reunión Ordinaria del Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión de Naciones Suramericanas", ocorrida em agosto de 2009, em Quito, Equador (UNASUR, 2009a). Na oportunidade, os Estados-Membros aprovariam a criação de outros quatro Conselhos Sul-americanos: "Infraestrutura e Planejamento", "Luta contra o Narcotráfico", "Desenvolvimento Social" e "Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia" – este último que seria desmembrado em outros três conselhos autônomos em 2012.

2.1.2 Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (Coseccti)

O Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (Coseccti) surge em 2009 como instância política destinada a "definir, concertar y promover políticas y proyectos comunes com el objetivo de coadyuvar, desde estas áreas del conocimiento, al proyecto integrador de Unasur como instancia para el desarrollo de nuestros pueblos" (UNASUR, 2009b).

Conforme o Estatuto do Coseccti (UNASUR, 2010a, art. 1º), a atuação do órgão assentava-se no respeito às premissas estabelecidas pela Carta das Nações Unidas, a Carta da Organização dos Estados Americanos, bem como as diversas convenções da Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O documento aponta 10 princípios norteadores, que podem ser agrupados em três eixos essenciais.

O primeiro diz respeito à integração regional para desenvolvimento da educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação (UNASUR, 2010a, art. 2º). Isso significa que estabelece-se como fundamento a necessidade de diálogo, cooperação e intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os países-membros da Unasul. O documento também destaca a necessidade de projetar internacionalmente o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação dos países-membros. Nesse mesmo sentido, o Estatuto advoga pela relevância do livre acesso aos conhecimentos produzidos no âmbito do bloco sul-americano, apesar de ressaltar a necessidade de respeito aos "derechos de propiedad intelectual y la información reconocida como reservada".

O segundo eixo dos princípios do Coseccti refere-se à preservação, respeito e promoção da equidade e da inclusão social. Disso incorreria a necessidade de ações e políticas que proporcionem acesso equitativo a todos os benefícios decorrentes do campo educacional, cultural, científico e tecnológico. Também inclui-se nessa premissa o respeito à pluralidade, às diversidades culturais, étnicas e ideológicas, bem com o fomento à participação cidadã em temas que concernem ao Conselho.

O terceiro eixo de princípios enfatiza a busca pela ampliação da qualidade da cobertura educativa, com perspectiva inclusiva, respeitando as características regionais e atacando os desafios sul-americanos destacados nos documentos constitutivos da Unasul – como os relativos ao subdesenvolvimento, à dependência e as assimetrias socioeconômicas dos Estados-Membros.

Levando em consideração os princípios destacados pelo artigo 2º do Estatuto, ao Coseccti caberia a articulação e a promoção de políticas e ações capazes de orientar a qualidade da educação em todos os níveis, com destaque ao desenvolvimento das capacidades e competências necessárias à integração, inserção e inclusão dos indivíduos sob o ponto de vista social e laboral. Isso implica, conforme o documento, na redução das assimetrias regionais e sub-regionais em matéria de conhecimentos em educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação – que, para tanto, haveria de ser enfrentada com o incentivo às estratégias de difusão do conhecimento científico e tecnológico para todos os territórios regionais (UNASUR, 2010a, art. 3º).

Tendo como perspectiva a integração dos indivíduos, o Estatuto frisa como responsabilidade do Conselho a promoção de estratégias para reconhecimento e equivalência dos níveis de estudo entre os Estados-membros, permitindo e incentivando a mobilidade

científica, tecnológica e educacional, por meio de intercâmbios acadêmicos, profissionais e laborais (UNASUR, 2010a, art. 3º).

Outro objetivo do Coseccti estaria na promoção de estratégias, programas e políticas relativas ao reconhecimento, à valorização e à apropriação social do patrimônio natural e cultural, material e imaterial, bem como das expressões culturais dos povos da região. Ainda no campo da Cultura, o Estatuto destaca a necessidade de promoção de políticas e ações que favoreçam o desenvolvimento das indústrias culturais sob a ótica do crescimento econômico, do desenvolvimento humano integral, bem como em relação ao seu potencial como mecanismo de circulação de bens simbólicos e culturais (UNASUR, 2010a, art. 3º).

Em relação ao incremento do sistema produtivo, o Estatuto do Coseccti prospecta como responsabilidade a intensificação de ações e mecanismos de articulação entre universidades, centros de investigação e empresas públicas e privadas. Com isso, o documento aponta esperar o fomento às transferências de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de melhorar as condições de competitividade no âmbito internacional (UNASUR, 2010a, art. 3º).

O estatuto ainda prevê que o Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação será composto por Ministros e Ministras das áreas correspondentes no Estados-Membros, ou delegados por eles indicados. Entre as responsabilidades do Conselho estão a conformação de grupos especializados de trabalho, a convocação de reuniões temáticas e a recomendação de políticas e o estabelecimento de cooperação com organizações internacionais da área (UNASUR, 2010a, arts. 7º e 10º).

Criado em 2009, o Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação teve sua primeira reunião realizada em 2010. Entretanto, o Coseccti é herdeiro de pautas e perspectivas anteriores, oriundas e trabalhadas no âmbito do Grupo de Integração Educativa, formalizado em 2006 durante a II Cúpula de Chefes de Estado, ainda como Comunidade Sul-americana de Nações. Na ocasião, os estados-membros do organismo que viria a se tornar a Unasul consensuaram sobre a importância da integração educativa para formação da consciência comum integradora da juventude sul-americana, estabelecendo como estratégia a conformação de um Grupo de Trabalho na promoção de ações no campo da educação e da cultura (UNASUR, 2006c). Conforme o documento, entre os temas principais a serem trabalhados no grupo estariam o ‘aproveitamento compartilhado dos avanços educativos’, a ‘acreditação sul-americana de estudos universitários’, a ‘homologação progressiva dos programas educativos’, o ‘intercâmbio de docentes e estudantes entre os

sistemas nacionais', o 'estabelecimento de um programa de bolsas de intercâmbio', bem como o 'desenvolvimento de conteúdos e cursos de integração e comércio' (UNASUR, 2006c).

Já em sua II Reunião, o Grupo de Trabalho em Integração Educativa definiu seus objetivos e metas, baseadas nas temáticas evidenciadas no ato de criação do grupo (UNASUR, 2007a). Neste contexto, ações seriam prospectadas, entre as quais, a necessidade de definição de programas, objetivos e metas comuns para a alfabetização no âmbito da Unasul (iniciativa coordenada pela Bolívia) (UNASUR, 2007a).

Sob coordenação do Paraguai, também evidenciou-se a intenção de desenvolvimento de ações para valorização e difusão da literatura latino-americana. Nesse sentido, ficaria estabelecida a necessidade de que os países-membros realizassem uma seleção de textos de autores representativos da literatura local com o intuito de que fosse elaborado um programa de incorporação dessas literaturas à estrutura curricular dos sistemas educativos da região (UNASUR, 2007a).

Outra preocupação apontada como prioritária disse respeito à necessidade de elaboração de uma política regional de educação para o Meio Ambiente, baseada em experiências dos países que conformam a Unasul e sob a coordenação do Equador. Interessante notar que, apesar de não ter sido citada no documento que criou o Grupo de Integração Educativa, essa ação estaria alinhada às perspectivas de desenvolvimento sustentável mencionadas em outros documentos oficiais desde Comunidade Sul-americana de Nações (UNASUR, 2006a). Sob reponsabilidade da Venezuela, também registrou-se a necessidade de que o Grupo de Trabalho em Integração Educativa atuasse na formulação de novos indicadores de qualidade da educação, centrada no desenvolvimento do 'ser social' (UNASUR, 2007a).

Outra proposta aceita, de autoria da Bolívia, elencaria a necessidade de construção de uma História Comum Sul-americana, a partir dos trabalhos e contribuições produzidas pela Universidade Andina Simón Bolivar[83], com o objetivo de que fosse incorporada ao currículo escolar dos países da região (UNASUR, 2007a).

Ainda sobre a agenda de ações do Grupo de Trabalho em Educação Integrativa, a Reunião concluiu sobre a necessidade de compartilhamento e sistematização das experiências educativas integradoras desenvolvidas pelos países da região em escolas das zonas

[83] Conforme seu site oficial, a Universidade Andina Simón Bolivar é uma instituição acadêmica de vocação internacional, criada com o objetivo de confluência de experiências, valores e iniciativas dos países da região Andina, dedicada à investigação, ao ensino e à prestação de serviços de produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Intenciona a cooperação e coordenação de ações estratégicas no campo científico para fortalecimento dos princípios da Comunidade Andina de Nações (CAN). Disponível em: https://www.uasb.edu.ec/web/guest/la-universidad. Acesso: 11 jan. 2019.

fronteiriças. Ainda nesse sentido, o Equador salientou a relevância da inclusão do debate sobre refugiados, imigrantes e emigrantes no marco legal da integração educativa regional (UNASUR, 2007a).

Levando em consideração as temáticas e ações trabalhadas no âmbito do Grupo de Trabalho em Educação Integrativa, o Plano de Ação da Unasul para o biênio 2008/2009 (UNASUR, 2008b) estabeleceria quatro prioridades que seriam incorporadas posteriormente às atribuições do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação: 'alfabetização', 'programa de bolsa sul-americana para intercâmbio', 'equivalências, homologações e indicadores' e 'literatura sul-americana e ensino de história comum' (UNASUR, 2007a).

Em relação à temática da alfabetização, o Plano de Ação da Unasul para o biênio 2008/2009 apontava objetivar a promoção de "una política común para erradicar el analfabetismo, respetando la diversidad cultural, con enfoque inclusivo" e "creación de un sistema de movilidad de estudiantes y docentes en la educación superior". Sobre um programa de bolsas sul-americanas, o documento enfatizava a necessidade de criação de um sistema de mobilidade de pesquisadores, docentes e estudantes, no âmbito da Educação Superior como estratégia para intercâmbio de conhecimentos e tecnologias. No que concerne o tema da 'equivalência, homologação e indicadores, o Pano de Ação 2008/2009 apontava a emergência de desenvolvimento de mecanismos e padrões de qualidade capazes de permitir a equivalência e a homologação de estudos e certificações entre os países do bloco sul-americano (UNASUR, 2008b).

Por fim, sobre 'literatura sul-americana e ensino de história comum', o Plano de Ação para o biênio 2008/2009 sobrelevou a relevância da instituição de políticas e programas nesse seguimento como estratégia para difusão de conhecimentos e valorização de uma identidade cultural comum, com enfoque intercultural (UNASUR, 2008b). Importante ainda destacar que o Plano de Ação da Unasul para o biênio 2008/2009 ainda mencionou as temáticas da "Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento", "Telecomunicações" e "Cultura", que seriam incorporadas ao Coseccti; sobre esses aspectos, o documento apenas apontava a necessidade de desenvolvimento de propostas de projetos e iniciativas, mas sem indicar perspectivas pormenorizadas e nem o órgão que ficaria responsável por essa demanda (UNASUR, 2008b).

Neste contexto, os trabalhos do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação tiveram início com a Primeira Reunião de Delegados

Técnicos[84] (UNASUR, 2010b). O encontro contou com pauta diversificada nos diferentes setores de atuação, com propostas de projetos, programas e estudos idealizados pelas comitivas de três países – com perspectiva remissiva às atuações e deliberações até então realizadas pelo Grupo de Trabalho em Integração Educativa. Por parte do Brasil, três iniciativas foram mencionadas – a instituição do Selo Unasul para Produtos Culturais da região, a realização do Simpósio Unasul de Inovação Empresarial e o Encontro da Unasul de Academias de Ciências e Redes de Investigação (UNASUR, 2010b).

Por sua vez, o Equador realizou a apresentação dos avanços do Grupo de Trabalho de Integração Educativa. Além dessa temática, outras quatro propostas foram apresentadas, abarcando a possibilidade de desenvolvimento de uma iniciativa transversal sobre o Clima e a Energia, a instituição de uma Escola de Governo e Administração pública do Sul, o fomento ao debate acerca da "Propriedade Intelectual e Direitos Coletivos da Natureza e os Povos", bem como o desenvolvimento de um projeto no âmbito da Cultura intitulado "Coleção 200" (UNASUR, 2010b).

Já a Venezuela advogou pela continuidade dos projetos de Alfabetização e Bolsas de estudos Sul-americanos, desenvolvidos no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Integração Educativa. Por fim, também apontou a necessidade de desenvolvimento de iniciativa capaz de fomentar "uso y desarrollo del software libre y los procesos masivos de alfabetización tecnológica y digital en el marco de la apropiación del conocimiento" (UNASUR, 2010b).

Na primeira Reunião de Ministros do Coseccti (UNASUR, 2010c), tendo-se em vista a abrangência temática do órgão e a necessidade de desenvolvimento de estudos, projetos e programas específicos apontados no Plano de Ação da Unasur para o biênio 2008/2009 (UNASUR, 2008b), é decidida a formalização da criação de três grupos de trabalho especializados permanentes: "Ciência, Tecnologia e Inovação", "Cultura" e "Educação". Neste contexto, também foi acatada a sugestão da Venezuela apresentada na Primeira Reunião de Delegados do Coseccti e solicitado que os grupos de trabalho formalizados empreendessem estudos e buscassem a formulação e adoção de planos, programas e projetos que promovessem o acesso, o uso, a produção e a transferência de tecnologia, com o objetivo de fomentar a apropriação social do conhecimento por meio das plataformas digitais. Conforme o entendimento apresentado na Ata da Primeira Reunião de Ministros (UNASUR, 2010c), a relevância de iniciativas desse tipo estaria na possibilidade de democratização do

[84] Há três instâncias no Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação. A primeira, de caráter decisório, refere-se à Reunião de Ministros e Ministras de Estado e de Governo; já a reunião de delegados técnicos refere-se à instância preparatória da pauta e controladora das atividades de cunho técnico, como o desenvolvimento de Grupos de Trabalho especializados – esta última instância, de caráter eminentemente técnico e propositivo.

conhecimento científico e tecnológico, com impacto direto na promoção do desenvolvimento produtivo dos Estados-membros.

Também nesse sentido, ao Grupo de Trabalho de Ciência, Tecnologia e Inovação foi solicitada a elaboração de uma proposta de criação de uma Revista orientada à divulgação do conhecimento científico e tecnológico produzido no âmbito regional. Importante mencionar que a solicitação aponta a necessidade de que o projeto leve em consideração os idiomas oficiais dos Países-membros da Unasul. Além disso, sugere-se que o projeto da revista também considere a realização de conferências abertas para divulgação e valorização da produção acadêmico-científica, bem como dos "saberes ancestrais" da América do Sul (UNASUR, 2010c).

Após a divisão técnica do Coseccti em três subgrupos temáticos, ocorrida na Primeira Reunião de Ministras e Ministros (UNASUR, 2010c), as diferentes instâncias elaboraram seus próprios planos de trabalho para o biênio 2010-2011, que seriam apresentados na Primeira Reunião de Altos Delegados (UNASUR, 2010d), realizada em julho de 2010. Como a Reunião de Altos Delegados se refere, por estatuto, à instância preparatória da Reunião de Ministras e Ministros, os planos de trabalho seriam submetidos à apreciação do órgão superior na próxima oportunidade, em setembro de 2010.

2.1.2.1 Grupo de Trabalho de Educação: Plano de Ação e desenvolvimento de iniciativas

Cumprindo determinação estabelecida na Primeira Reunião de Ministras e Ministros (UNASUR, 2010c), o Grupo de Especializado de Educação elaborou dois planos de trabalho. O primeiro relativo aos princípios e às ações no âmbito da educação regional como um todo; já o segundo foca no ensino superior (UNASUR, 2010d). Esses Planos de Trabalho seriam ratificados por meio da Declaração de Ministras e Ministros de Educação do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (UNASUR, 2010e).

No Plano de Trabalho relativo aos princípios e ações da educação regional como um todo, foram estabelecidos seis macro-objetivos, relacionados com temáticas e objetivos específicos que refletem as estratégias pretendidas pelo organismo multilateral tanto no Tratado Constitutivo da Unasul quanto nos documentos que conceberam o Coseccti. Cada conjunto de ações previsto nos diferentes objetivos gerais é coordenado por um ou mais países-membros (UNASUR, 2010d).

O primeiro macro-objetivo destacado se refere à "promoção da cooperação educativa, cultural, científica, tecnológicas e de inovação na região". Esse objetivo geral desdobra-se em dois objetivos específicos. O primeiro, coordenado por Venezuela e Perú e resgatado do Plano de Ação da Unasul para o Biênio 2008/2009, advoga pela necessidade de reconhecimento da alfabetização como uma estratégia de desenvolvimento, de compartilhamento e aproveitamento das experiências exitosas registradas e praticadas nos países-membros do bloco, bem como a emergência de promoção de uma política comum de alfabetização capaz de erradicar o analfabetismo absoluto e funcional. Para viabilização desse objetivo específico, o Plano de Trabalho previa a elaboração de um diagnóstico situacional da educação sul-americana, assim como a formalização de uma comissão para o intercâmbio de experiências sobre métodos de alfabetização e estabelecimento de indicadores descritivos do entorno aos processos de alfabetização – o que demonstra uma preocupação com o contexto social no qual os processos educativos ocorrem (UNASUR, 2010d).

Já o segundo objetivo específico, coordenado por Chile e Argentina, estava focado na promoção de políticas e ações educativas destinadas à melhoria da qualidade, bem como na ampliação do acesso e da cobertura da educação em todos os níveis de ensino. A respeito da qualidade da educação, ficariam previstas duas ações iniciais, quais sejam, a elaboração de um programa de intercâmbio de experiências para o melhoramento da qualidade da educação básica e secundarista, e o desenvolvimento de uma Rede Sul-americana de Bibliotecas escolares, com previsão de existência de repositórios próprios da Unasul por meio de plataformas digitais. Em relação à cobertura escolar, o documento também aponta a necessidade de realização de intercâmbio de experiências entre os Estados-membros a respeito de estratégias de permanência e conclusão da educação formal e ampliação das oportunidades de estágios internacionais (UNASUR, 2010d).

O segundo macro-objetivo referia-se à "promoção da redução das assimetrias regionais e sub-regionais em matéria de conhecimentos em educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação", também subdividido em dois objetivos específicos. O primeiro refere-se à necessidade de avanço nos processos de reconhecimento dos estudos da educação básica e média. Articulado sob a responsabilidade do Equador, a perspectiva idealizava o desenvolvimento de um programa regional para o fortalecimento da equivalência entre os níveis de ensino, com ampliação e estímulo à mobilidade estudantil e circulação de conhecimento. O outro objetivo específico estava focado na promoção da educação integral aos povos indígenas, originários, afrodescendentes, bem como outras populações historicamente alijadas dos processos educativos formais. Coordenado por Bolívia, Perú,

Paraguai e Equador, o segundo objetivo específico propunha a atenção acerca da criação de um banco de informações sobre os sistemas de educação intercultural e nas zonas de fronteira, com o estabelecimento de um glossário de termos capaz de contribuir para um fluxo comunicativo mais eficiente entre os países da região. Também está entre o rol de estratégias o fortalecimento de um programa de incorporação de línguas sul-americanas nos programas de educação básica e média, por meio de tecnologias da informação e da comunicação e da modalidade de ensino à distância. Nesse mesmo sentido, também é apontada a necessidade de impulsionamento de um programa de educação intercultural bilíngue, que considere a incorporação das línguas das comunidades originárias no sistema público de ensino, a partir das experiências dos países que já teriam implementado essas atividades e perspectivas – como o Paraguai, o Equador e a Bolívia. Ainda nesse campo, propõe-se a criação de um banco de experiências, plataformas e redes de trabalho para fortalecimento da perspectiva intercultural e valorização das línguas nativas (UNASUR, 2010d).

O terceiro macro-objetivo estava focado em atividades capazes de promover a integração, mobilidade e intercâmbio acadêmico, profissional e laboral, tendo como perspectiva o compartilhamento de informações sobre os sistemas de reconhecimento, equivalência e asseguramento da qualidade da educação em todos os níveis. A proposta passa pelo desenho de um sistema de bolsas, estágios e intercâmbios dirigidos a professores e alunos da educação básica e secundarista, que contribua, de um lado, à circulação e difusão de conhecimentos e experiências e, de outro, pela redução das assimetrias regionais em matéria de educação. Coordenado por Chile e Brasil, a atividade no curto prazo estava focada na sistematização das informações existências sobre programas e projetos de estágio, bolsas e intercâmbios nos países-membros (UNASUR, 2010d).

Numa perspectiva mais calcada na produção de conhecimentos, o quarto macro-objetivo enfocava a coordenação de iniciativas e intercâmbios de conhecimentos e experiências a respeito da investigação e inovação sobre o desenvolvimento sustentável, a conservação da biodiversidade e a adaptação e minimização dos efeitos das mudanças climáticas. Coordenado pelo Brasil, como objetivo específico estabelece-se a necessidade de articulação entre os países para a garantia de conteúdos curriculares comuns em educação ambiental, com vista à integração do entendimento. Para isso, propõe-se a criação de um banco de recursos didáticos para os países-membros do organismo multilateral, bem como o compartilhamento das políticas e experiências e a sistematização das atuais condições de trabalho da temática ambiental no ambiente escolar (UNASUR, 2010d).

O quinto macro-objetivo focava no reforço da necessidade de educação para a inclusão social e laboral. Isso porque, sua atenção está na promoção de políticas e ações orientadas à melhoria da qualidade da educação em todos os níveis e modalidades, bem como no fomento da educação "incluyente a largo de toda la vida que desarrolle capacidades y competencias que preparen para una mejor inserción social y laboral". Coordenado pelo Paraguai, as atividades desse macro-objetivo propunham a articulação dos países-membros para a garantia de inclusão desse enfoque nos currículos dos sistemas educativos, com intercâmbio e compartilhamento de conteúdos, a partir de um banco de recursos e/ou materiais didáticos; também mencionava a necessidade de sistematização das políticas e estratégias promovidas nos diferentes países por meio de plataformas tecnológicas. Num segundo eixo coordenado por Argentina e Uruguai, o Plano de Ação apontava para a necessidade de sistematização e avaliação das políticas implementadas nos países-membros a respeito de temáticas ligadas à educação para a cidadania e valores democráticos (UNASUR, 2010d).

Por fim, e seguindo a lógica trabalhada no quinto macro-objetivo, o sexto objetivo aponta para a promoção do desenvolvimento, do acesso e do uso de tecnologias sociais para melhoria da qualidade produtiva e de vida de setores mais necessitados, bem como para a melhoria das condições de ensino e popularização do conhecimento científico. Coordenado por Brasil e Argentina, o eixo prevê a incorporação de TICs nos processos de ensino-aprendizagem nos diferentes níveis (UNASUR, 2010d).

O segundo Plano de Trabalho elaborado pelo Grupo temático de Educação, focado em ações relativas ao ensino superior, estabelecia três macro-objetivos principais. À semelhança do Plano de Trabalho acerca da educação, como um todo, o primeiro macro-objetivo relativo aos desafios do Ensino Superior referia-se à promoção da cooperação educativa, cultural, científica, tecnológica e de inovação no âmbito regional. O documento aponta que isso implicaria na necessidade de identificação, sistematização, difusão e assessoramento da transferência de experiências exitosas entre os países, vinculadas à temática da melhoria da qualidade e da equidade da educação regional. Nesse sentido, também relevante seria o aumento do acesso, permanência e êxito dos diferentes grupos populacionais que apresentem índices de escolarização mais tímidos nos respectivos contextos locais. Entre as ações específicas estaria a realização de seminários e debates permanentes sobre equidade, qualidade e financiamento da educação superior (UNASUR, 2010d).

Já o segundo macro-objetivo estava ligado tanto à necessidade de que a qualidade da educação regional seja garantida de forma igualitária, garantindo oportunidade e condições de desenvolvimento equânime entre os países do bloco, quanto à prerrogativa de oferecimento de

educação e qualificação ao longo da vida laboral dos indivíduos, de forma inclusiva, objetando o desenvolvimento das capacidades e competências pertinentes à inserção social e laboral do sujeito. Neste sentido, o documento defende que a cooperação e a elaboração de instrumentos de avaliação e de acreditação do ensino seriam estratégias fundamentais em todos os níveis e modalidades de ensino. Isso implicaria no estabelecimento de um trabalho coordenado com outros blocos econômicos, nominalmente citando o Mercado Comum do Sul (Mercosul), que possui um setor Educativo[85] específico para tratar de pautas ligadas à educação regional. Ainda no âmbito do segundo macro-objetivo, o documento também advoga pelo desenho, implementação e difusão de políticas e ações educativas entre os países-membros da Unasul que visem a melhoria da pertinência dos programas acadêmicos nos diferentes níveis de ensino; o documento se refere à efetividade dos programas acadêmicos para o desenvolvimento, citando a necessidade de que estejam em acordo com as metas e desafios produtivos dos Estados (UNASUR, 2010d).

À semelhança das perspectivas do Plano de Trabalho geral para a educação, o Plano de Trabalho focado no Ensino Superior também apontava a necessidade de sinergia entre os sistemas de ensino regionais, de forma que seja possível o estabelecimento e garantia de qualidade e equivalência nas modalidades e níveis de ensino, facilitando a integração acadêmica, profissional e laboral. Disso decorreria a necessidade de apoio e desenvolvimento de programas de intercâmbio de estudantes, docentes e investigadores, com possível criação de programas de financiamento compartilhado e solidário entre os países-membros. Para tanto, entre as atividades idealizadas para viabilização desse objetivo, estaria a sistematização dos programas de bolsas oferecidas pelos países da Unasul que subsidie a elaboração de um Projeto de Bolsa Sul-americana de intercâmbios. Também desse macro-objetivo decorreria a necessidade de sistematização das características dos sistemas educativos em nível Superior, de forma a empreender estudos sobre possibilidades de equiparação dos títulos, certificações e graus acadêmicos entre os países-membros (UNASUR, 2010d).

Após o estabelecimento do Plano de Trabalho, os países-membros responsáveis pela coordenação dos projetos e iniciativas elencados como prioridades no âmbito do Grupo Especializado em Educação iniciaram as atividades. O primeiro balanço acerca dos avanços ocorreu cerca de um ano depois, na V Videoconferência do Grupo de Trabalho Especializado de Educação (UNASUR, 2011a).

[85] Conforme informações do site oficial, o Mercosul Educativo seria o resultado da assinatura de protocolo de intenções entre os Ministros da Educação dos países-membros do bloco, que reconhece a importância da educação como estratégia para o desenvolvimento da integração econômica e cultural do Mercosul. Atua no debate e formalização de iniciativas comuns nos níveis da Educação Básica, Superior e Tecnológica. Disponível em: edu.mercosur.int.

As temáticas relativas à promoção da integração educativa e aumento do fluxo de pesquisadores (alunos e estudantes) dos diferentes níveis de ensino demonstrou avanço ao longo do primeiro ano de atuação do Grupo Especializado de Educação. Constante nos macro-objetivos estabelecidos no âmbito do Plano de Trabalho para o biênio 2010/2011, ganhou destaque a necessidade de desenvolvimento de uma proposta comum à Unasul para promoção de um programa de intercâmbio e bolsas de estudos, como estratégia de integração e fluxo de conhecimentos e experiências. O documento aponta interesse dos países participantes do bloco (UNASUR, 2011a). Para tanto, buscou-se organizar um Encontro de Agências e instituições financiadoras de pesquisas, que seria realizado na Venezuela, ainda no ano de 2011, com o objetivo de compartilhar experiências e conformar uma "Rede de Instituições de Bolsas da Unasul" (UNASUR, 2011b). Os resultados mais significativos do encontro seriam a aprovação da criação de um Sistema de Bolsas Unasur, a consolidação de uma cartografia das agências financiadoras de pesquisas e a criação de um Fundo comum de Bolsas. Interessante notar que no texto da proposta de criação do Sistema de Bolsas Unasur estariam contemplados programas de graduação e pós-graduação, bem como programas de investigação de docentes; outra questão importante é que o texto define que os programas de pós-graduação que receberiam estudantes e pesquisadores teriam foco nos objetivos de desenvolvimento dos países em que estão sediados, garantindo a inserção do profissional/pesquisador ao sistema sócio-produtivo local (UNASUR, 2011b).

Na esteira do debate sobre a integração educativa sul-americana, e complementar ao movimento de criação do Sistema de Bolsas de estudo, também demonstrou avanço a proposta de realização de um Seminário sobre Qualidade e Equidade em Educação no âmbito regional, que seria realizado em novembro de 2011 (UNASUR, 2011b). Conforme Ata do Seminário (UNASUR, 2011i), os debates alcançariam certo nível de unicidade e, por isso, teria logrado definir sete princípios norteadores das ações do Grupo Especializado em Educação. O primeiro seria relativo à necessidade de ênfase na promoção de políticas públicas para a primeira infância; o segundo refere-se aos benefícios da extensão da jornada escolar, que fomentaria a melhoria na qualidade do ensino proporcionado; o foco na pertinência do currículo também foi apontado como estratégia para alcance de melhores resultados, com uma possibilidade de estabelecimento de um currículo comum, mas flexível, no âmbito regional; a qualificação e capacitação permanente dos docentes seria o quarto princípio elencado no Seminário, acompanhado de um processo de revalorização simbólico e salarial dos professores (quinto princípio); o sexto princípio seria a necessidade de ampliação dos investimentos em educação; e, por fim, a ampliação da participação social na tomada de

decisões educativas representaria o sétimo princípio (UNASUR, 2011i). Mencionado no Plano de Trabalho como iniciativa que visaria a ampliação dos fluxos laborais, profissionais e educacionais na região, a proposta ainda trouxe outro elemento importante, a saber, o apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – demonstrando que outra perspectiva estabelecida no Plano de Trabalho estaria mantida no radar das atividades e propostas do Grupo, ou seja, a necessidade de estreitamento com outras entidades e organizações multilaterais de interesse (UNASUR, 2011a). Aliás, consta na Ata do Seminário que a Cepal seria o responsável técnico pelo evento e, por isso, teria a incumbência de preparar uma versão detalhada das conclusões dos debates (UNASUR, 2011i).

Durante o primeiro balanço relativo ao Plano de Ação 2010-2011, ocorrido na V Videoconferência do Grupo de Trabalho Especializado de Educação, também seria reafirmado que estaria entre as prioridades o debate e a proposição de reformas educativas e novas normativas capazes de promover a integração regional, evidenciando a necessidade de compartilhamento e socialização das informações entre os países-membros (Unasur, 2011a). Essa perspectiva seria mantida em voga na III Reunião de Altos Delegados por meio da tentativa de consolidação e sistematização de dados sobre os sistemas educativos da região, sob a responsabilidade do Chile, que buscaria um entendimento mais efetivo acerca dos contextos educacionais sul-americanos (UNASUR, 2012a).

Também relevante foi o registro da Declaração da II Reunião de Ministras e Ministros do Coseccti. Consta no documento que o Conselho registrou e iniciou o debate sobre proposta brasileira para divisão do Coseccti em três Conselhos independentes – "Educação", "Cultura" e "Ciência, Tecnologia e Inovação". O argumento da proposta se referia à necessidade de atribuir mais autonomia e especificidade aos debates setoriais (UNASUR, 2011h). O debate se seguiu no primeiro semestre de 2012, quando entrou na pauta da III Reunião de Altos Delegados do Grupo Especializado em Educação; na ocasião, discutiu-se a necessidade de sistematização dos argumentos em documento específico que constasse os antecedentes, as justificativas e os fundamentais da proposta, de forma que pudesse ser submetida à Reunião de Ministras e Ministros para apreciação (UNASUR, 2012a). A demanda seria acatada pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da Unasul em reunião realizada ainda em novembro de 2012, por meio da Decisão nº 12/2012 (UNASUR, 2012d).

2.1.2.2 Grupo de Trabalho de Cultura: Plano de Ação e desenvolvimento de iniciativas

Também seguindo determinação estabelecida na Primeira Reunião de Ministras e Ministros (UNASUR, 2010c), o Grupo de Trabalho em Cultura apresentou seu Plano de Trabalho para o biênio 2010/2011 durante a Primeira Reunião de Altos Delegados do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (Unasur, 2010d), realizada julho de 2010. O Plano de Trabalho seria ratificado em setembro do mesmo ano por meio da Declaração de Ministras e Ministros de Cultura do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (UNASUR, 2010f).

Importante registrar que, na ocasião da realização da Primeira Reunião de Altos Delegados do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, a Argentina levantaria uma discussão bastante relevante para os objetivos desta investigação. Na oportunidade, o país-membro defenderia a necessidade de elaboração de documentos de reconhecimento e orientação acerca da importância econômica da Cultura; a ideia era a de que esse entendimento fosse levado ao Grupo de Trabalho especializado em Integração Financeira, de forma que pudesse integrar e nortear as ações da Unasul nesse sentido (UNASUR, 2010d).

À semelhança do Grupo de Educação, o Grupo de Cultura do Coseccti também estruturou seu Plano de Trabalho bienal em cinco macro-objetivos, articulados com atividades, ações e objetivos específicos (UNASUR, 2010f). Evidentemente, há perspectivas convergentes e/ou espelhadas entre os Planos de Trabalhos dos Grupos Temáticos especializados do Coseccti. Isso ocorre tanto em função de serem setores e temáticas transversais, quanto por refletirem o mesmo conjunto de perspectivas estabelecidas no âmbito do Tratado Constitutivo da Unasul e no Estatuto do Coseccti. Porém, é claro, as ações para alcance dos objetivos são se repetem, embora se aproximem ao longo da argumentação.

O primeiro macro-objetivo se referia à emergência da redução das assimetrias regionais e sub-regionais em matéria de conhecimentos em educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação. Nesse sentido, o documento observa como fundamental a promoção de garantias acerca do Direito Cultural e da erradicação de todo tipo de racismo e discriminação, assim como o fomento aos processos de descolonização – que implica, obrigatoriamente, no incentivo à preservação da cultura nativa e dos grupos historicamente alijados de direito e cidadania. Para tanto, sob coordenação de Bolívia, Equador e Uruguai, o Plano de Trabalho aponta a necessidade de realização de um Foro sobre Direitos, Políticas e Legislação Cultural,

cujo objetivo seria promover o debate, a definição de um marco conceitual e a sistematização das condições regionais de promoção da Cultura (UNASUR, 2010f).

O segundo macro-objetivo identificava como prioridade no campo cultural a promoção de políticas e ações que facilitem o desenvolvimento das indústrias culturais tanto no que concerne o seu crescimento econômico como em relação à circulação de bens e serviços culturais na região. Interessante notar que o documento estabelece como objetivo específico a geração de mecanismos que contribuam para o acesso aos produtos gerados em todas as áreas de competência do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio dos diferentes espaços de difusão e comunicação. Isso significa que o Grupo de Trabalho em Cultura considera os espaços de veiculação de bens culturais e simbólicos como plataformas privilegiadas para difusão científica, cultura, educacional formal e não formal, bem como mecanismo de integração sociocultural e política para a região. Desse contexto, o documento aponta como atividades necessárias no curto prazo, sob a responsabilidade de Argentina e Venezuela, a realização de um diagnóstico sobre conteúdos culturais em canais de difusão pública e comunitária, bem como um Foro de conteúdos culturais em televisoras públicas e comunitárias da Unasul (UNASUR, 2010f). Esse Foro, como consta em Atas de reuniões e eventos posteriores, seria realizado ainda em 2010, em Buenos Aires, Argentina (UNASUR, 2012b).

O terceiro macro-objetivo estabelecido pelo Grupo especializado em Cultura para o Plano de Trabalho era o de promover o reconhecimento, a valorização, a proteção, a salvaguarda e a apropriação social do patrimônio natural e cultural, material e imaterial; também é incluído nesse macro-objetivo a diversidade linguística e de expressões culturais dos povos tradicionais da região. Para dar conta desse macro-objetivo, os países coordenadores desse eixo (Argentina, Equador e Venezuela) atuariam em outros três objetivos específicos focados, cada qual com atividades a serem desenvolvidas, em aspectos relacionados à criação, circulação e preservação/salvaguarda de bens e serviços culturais. No eixo ‘criação’, o Plano de Trabalho aponta como basilar a elaboração e implementação de programas e projetos que fomentem a criação de produtos e serviços culturais; a esse respeito, como atividade, ficaria acordado o desenvolvimento de um estudo acerca da identificação e da avaliação de instrumentos de financiamento para projetos culturais. Já para o eixo relativo à ‘circulação de bens e serviços culturais’, o Plano de Trabalho aponta a necessidade de elaboração de mecanismos e ações que facilitem a circulação tanto de bens e serviços culturais na região, como a mobilidade de artistas e gestores culturais – o que implica em plataformas, arranjos e eventos de produção e divulgação de bens e serviços culturais, como

de legislações regionais que permitam a viabilização desse fluxo. Para além dos mecanismos de circulação, o Plano de Trabalho também ressalta a necessidade de incentivar a preservação e o desenvolvimento do patrimônio material e imaterial, da memória social, dos direitos autorais e da propriedade intelectual. Nesse sentido, estabelecem-se como ações prioritárias o intercâmbio de informações sobre censos, registros e inventários de patrimônio cultural material e imaterial entre os países-membros do bloco; também se coloca como necessária a realização de um Foro sobre tráfico ilícito de patrimônio cultural material e imaterial; outra demanda é a idealização e estabelecimento de um Programa de fortalecimento de rotas culturais dos Estados Membros, capaz de fomentar o turismo regional e o ingresso internacional de recursos; por fim, o eixo ainda preconiza o desenvolvimento de um diagnóstico situacional sobre registro, proteção jurídica e sistemas de informação de patrimônios no âmbito regional (UNASUR, 2010f).

O quarto macro-objetivo, também à semelhança do Plano de Trabalho do Grupo especializado em Educação, estava ligado à coordenação de iniciativas e intercâmbio de experiências sobre a investigação e inovação no campo do desenvolvimento sustentável, da conservação da biodiversidade e da adaptação e minimização dos efeitos das mudanças climáticas. Nesse sentido, colocava-se como prioridade o estabelecimento de ações capazes de gerar uma mudança cultural em relação à proteção do meio ambiente e a luta contra as mudanças climáticas, por meio do diálogo e a cooperação intercultural regional. Para isso, e sob coordenação de Brasil e Bolívia, idealizou-se um encontro entre os Ministros de Cultura e de Meio Ambiente dos países-membros com o objetivo de articular ações transversais comuns, a serem submetidas à análise e aprovação das instâncias superiores. Também colocou-se como prioridade a realização de encontro com o Grupo de Trabalho de Integração Financeira da Unasul, contribuindo para o debate e o estabelecimento de estratégias capazes de garantir financiamento da cultura na região (UNASUR, 2010f).

Por fim, o quinto macro-objetivo para os anos de 2010/2011 no âmbito do Grupo de Trabalho de Cultura do Coseccti tratava especialmente da promoção da cooperação educativa, cultural, científica, tecnológica e de inovação na região. Nesse sentido, o documento aponta outros três objetivos específicos, coordenados por Colômbia, Paraguai e Argentina, com suas respectivas atividades prioritárias. O primeiro refere-se à necessidade de articulação de mecanismos e ações capazes de facilitar a circulação de bens e serviços culturais e mobilidade de artistas e gestores cultural – à semelhança dos estabelecidos no primeiro macro-objetivo quando tratou da circulação de bens; porém, neste caso, a atividade prioritária seria a necessidade de desenho de uma proposta de intercâmbio de experiências de gestão cultural

comunitária. O segundo objetivo específico aponta para a necessidade de promoção de acesso e uso de tecnologias da informação e da comunicação nos âmbitos da educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação; desse eixo, estabeleceu-se com prioridade a consolidação de um sistema que reunisse informações econômicas, políticas e sociais do setor cultural dos países-membros da Unasul, à semelhança do Sistema Integrado de Informação Cultural (SicSur[86] – desenvolvido no âmbito do Mercosul) e de um Sistema Integrado de Informação Cultural da América do Sul. Já o terceiro eixo de trabalho do quinto macro-objetivo aponta para a necessidade de desenvolvimento de programas e instrumentos comuns para o fomento das indústrias e empreendimentos culturais, a partir de um plano de ação que articulasse a incorporação da agenda cultural, de educação, de ciência e de tecnologia com a agenda política e econômica da Unasul (UNASUR, 2010f).

Após a consolidação do Plano de Trabalho, o Grupo Especializado em Cultura do Coseccti empreendeu o início dos trabalhos de viabilização das propostas. Neste contexto, a primeira ação concreta foi realizada ainda em novembro de 2010. Trata-se do Foro Regional sobre Direitos Culturais promovido em Montevideo, Uruguai, sob a coordenação do Ministério de Educação e Cultura daquele país. Interessante frisar que não se encontram disponíveis no âmbito dos arquivos da Unasul o resumo das atividades ou das tratativas realizadas por ocasião do evento. Na verdade, há apenas um resumo do evento disponível no site do Ministério de Educação e Cultura do Uruguai, apesar de haver menção à participação em peso dos Estados-Membros da Unasul, com espaço de fala e debates. Na oportunidade, foram registrados debates sobre os desafios da Unasul na definição de um espaço de consenso no âmbito dos Direitos Culturais, avançando no delineamento acerca dos direitos culturais adequados a serem trabalhados e garantidos no âmbito regional. Conforme o resumo do evento, apesar dos debates avançarem e do aspecto positivo no tocante ao fomento da temática na região, não foram alcançadas definições e estratégias específicas (UNASUR/MEC, 2010). Essa perspectiva é confirmada no encontro ordinário de Altos Delegados do Grupo de Trabalho Especializado de Cultura, realizado em meados de 2011 (UNASUR, 2011c). Na oportunidade, foi mencionada a necessidade de organização de um segundo Foro sobre Direitos Culturais, previsto para 2012, a partir do qual buscar-se-iam estratégias para formalizar mecanismos de afirmação da cultura na região, o desenvolvimento da temática relativa à erradicação da discriminação e do racismo, bem como avanços nos

[86] Conforme informações do site oficial do SicSur, trata-se de uma ferramenta que integra as informações culturais dos estados-membros do Mercosul. O objetivo da iniciativa é o de combater a carência histórica de institucionalidade e de gestão cultural da região, sobretudo no que concernem aos dados referentes à cultura. Disponível em: http://sicsur.mercosurcultural.org/quienes-somos.html.

processos de descolonização. Nesse sentido, ficaria determinada à Bolívia a tarefa de reunir experiências exitosas acerca de Direitos Culturais e a proposição de mecanismos transversais sobre a questão no âmbito regional, em parceria com o Instituto Iberoamericano do Patrimônio Natural e Cultural (IPANC) – Convênio Andrés Bello[87], visando a criação de instrumentos de cooperação e integração dos Estados-membros (UNASUR, 2011c). A discussão permaneceu vigente na II Reunião de Altos Delegados do Grupo Especializado em Cultura; na ocasião, registrou-se o acordo para que a Bolívia fosse a sede do II Foro de Direitos Culturais, em 2012, e responsável pela elaboração de mecanismos transversais aplicáveis ao contexto da Unasul; o evento ocorreria em dezembro de 2012, na cidade equatoriana de Ibarra (UNASUR, 2012e). Nesse mesmo sentido, ficou registrado o interesse do Grupo Especializado em Cultura em participar da Terceira Conferência sobre cooperação internacional para a proteção e repatriação do Patrimônio Cultural, que seria realizado em maio de 2012, na Bolívia (UNASUR, 2011g).

A participação do Instituto Iberoamericano do Patrimônio Natural e Cultural (IPANC) – Convênio Andrés Bell nos debates sobre Cultura no âmbito da Unasul é bastante presente. Além das discussões sobre Direitos Culturais, o Instituto ainda é mencionado em discussão sobre a elaboração de Rotas Culturais e na formulação de um Congresso sobre patrimônio natural e cultural. Também é solicitado que seja realizado, por Venezuela e Equador, um inventário situacional acerca do registro, proteção jurídica e de sistemas de informações de patrimônio no âmbito regional. Interessante apontar que outros institutos do Convênio Andrés Bello também são mencionados na Ata da II Reunião de Altos Delegados. Vale lembrar que a participação do Instituto de Investigação Internacional do Convênio Andrés Bello é antiga; desde a conformação do Grupo de Trabalho sobre Integração Educativa, em 2007, a organização tem participado dos debates (UNASUR, 2007a). Cabe registrar que, ainda na II Reunião, seria evidenciada a necessidade de estímulo ao trabalho conjunto entre o Grupo Especializado em Cultura e outros organismos regionais governamentais, intergovernamentais e da sociedade civil (UNASUR, 2011g).

A gestão cultural comunitária também seria mencionada nas duas primeiras reuniões de Altos Delegados do Grupo Especializado em Cultura. Na avaliação mencionada nos

[87] O Convênio Andrés Bello é uma entidade internacional criada em 1970, de caráter intergovernamental, cujo foco é o estabelecimento de processos de integração Educativa, Científica, Tecnológica e Cultura. Participam os seguintes países: Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Espanha, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela. A entidade possui órgãos especializados vinculados, como o Instituto Iberoamericano do Patrimônio Natural e Cultural (IPANC), o Instituto de Transferencias de Tecnologias apropiadas para Sectores Marginales (ITACAB) e o Instituto Internacional de Integração. Disponível em: http://convenioandresbello.org/inicio/que-es-el-cab/.

documentos, a temática deveria ser trabalhada em evento, a ser realizado em 2012 no Paraguai (UNASUR, 2011c, 2011g).

A temática dos conteúdos culturais em canais de difusão pública também esteve em pauta nas duas primeiras reuniões de Altos Delegados. A esse respeito, frisou-se a responsabilidade da Argentina como articuladora de um diagnóstico regional, bem como da construção de um documento acerca das indústrias culturais na região (UNASUR, 2011c). Nesse mesmo sentido, foi solicitado o compartilhamento de um portfólio de indústrias culturais tradicionais e de inovação cultural empreendido pelo Instituto de Transferencias de Tecnologias apropiadas para Sectores Marginales (ITACAB) - Convenio Andres Bello. Essas demandas seriam reforçadas na II Reunião, sendo estabelecido o prazo de março de 2012 para conclusão dos trabalhos (UNASUR, 2011g).

A discussão sobre a produção de conteúdos culturais para televisão seria pauta tanto da Primeira quanto da Segunda Reunião de Altos Delegados. Conforme a Ata da Segunda Reunião, acordou-se a realização de um Foro de Conteúdos Culturais para televisão, a ser realizado em 2012. O objetivo desse evento seria o de implementar as conclusões do I Foro de Conteúdos Culturais em televisoras públicas e comunitárias da Unasul, realizado em 2010 na Argentina (UNASUR, 2011g). Apesar da menção à realização do evento, nenhum registro, Ata ou informe dos debates empreendidos e das decisões consolidadas estão disponíveis no repositório de documentos da Unasul; em busca livre na internet, a partir do nome oficial do evento[88], também não foi encontrado nenhum documento que relate o desenvolvimento do evento. Ainda sobre televisão, a Ata da II Reunião também menciona a realização de um evento relativo à televisão digital programado para ocorrer na cidade equatoriana de Guayaquil (UNASUR, 2011g).

Outra ação no âmbito da Cultura debatida tanto na Primeira quanto na Segunda Reunião de Altos Delegados seria as possibilidades de construção de um processo de integração sul-americano a partir da Cultura. Ao longo da I Reunião, a pauta focou em um possível Congresso no âmbito da Unasul (UNASUR, 2011c), que teria sua realização confirmada para julho de 2012 (UNASUR, 2011g). Também consta na Ata da II Reunião a temática da integração e do desenvolvimento por meio de debate promovido pela Argentina sobre a necessidade de fortalecimento da produção e da investigação sobre audiovisual no âmbito regional. A partir da experiência do Centro de Produção e Investigação Audiovisual da

[88] Conforme Ata da Reunião sobre Conteúdos Culturais para televisão (UNASUR, 2012b), o nome oficial seria "I Foro de Contenidos Culturales em Televisoras Públicas y Comunitárias de los Estados Miembros de Unasur", que teria sido realizado na Cidade de Buenos Aires, Argentina, em novembro de 2010.

Argentina, o país-membro convoca os demais países a contribuírem para a formulação de projetos de cooperação e/ou coprodução de conteúdos. Ainda ficaria registrada a necessidade de solicitação às autoridades cinematográficas de cada país a possibilidade de concertação de um Acordo de Mercado Comum Cinematográfico no âmbito da Unasul. Além disso, também seria atribuída a Brasil e Bolívia a definição de ações concretas sobre iniciativas comuns no campo da produção cultural (UNASUR, 2011g).

Também no campo da integração regional por meio da cultura, a II Reunião de Altos Delegados retomou as pretensões estabelecidas no quinto macro-objetivo do Plano de Trabalho para o biênio 2010/2011 e decidiu empreender estudos e análises sobre as ferramentas do Sistema de Informação Cultural do Mercosul (SicSur) e do Sistema Nacional de Informação Cultural da Colômbia (SINIC). O objetivo da ação seria o de elaboração de uma proposta de plataforma de informações culturais compartilhadas no âmbito da Unasul (UNASUR, 2011g).

A II Reunião de Altos Delegados do Grupo de Cultura também consensuaria a necessidade de estabelecimento de diálogo com o Conselho de Economia e Finanças da Unasul com o objetivo de estimulá-lo a incluir em sua agenda o componente cultural como estratégia de desenvolvimento para a região – proposta levantada pela Argentina na I Reunião de Altos Delegados do Grupo de Cultura. Apesar de mencionar esse aspecto, o documento não evidencia o debate ou os argumentos que sustentariam a proposição (UNASUR, 2011g).

Por fim, a II Reunião de Altos Delegados do Grupo de Cultura também registrou proposta brasileira de elevação dos Grupos Especializados em ‘Educação’, em ‘Cultura’ e em ‘Ciência, Tecnologia e Inovação’ à condição de Conselhos autônomos da Unasul (UNASUR, 2011g) – também apontada na Ata da II Reunião de Altos Delegados do Grupo Especializado em Ciência, Tecnologia e Inovação (UNASUR, 2011f). A iniciativa, de forma geral, visaria proporcionar maior autonomia, especificidade e foco aos estudos e ações desenvolvidos no âmbito dos diferentes setores (UNASUR, 2011g). A demanda seria acatada pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da Unasul em reunião realizada ainda em novembro de 2012, por meio da Decisão nº 12/2012 (UNASUR, 2012d).

2.1.2.2.1 Reunión sobre Contenidos Culturales para televisión

A Reunião sobre Conteúdos Culturais para Televisão ocorreu em abril de 2012, na cidade de Bogotá, Colômbia. Na oportunidade, considerando a televisão como meio capaz de catalisar processos e transformações culturais, os Estados Membros estabeleceram oito

acordos/princípios norteadores, a partir dos quais seriam viabilizados quatro projetos específicos e uma ação conjunta no campo da regulação da comunicação (UNASUR, 2012b).

O primeiro princípio acordado entre os países-membros se referiu à necessidade de fortalecimento das iniciativas de cooperação entre os Ministérios de Cultura e outras instituições e instâncias governamentais relacionadas aos processos de televisão cultural e das televisões como um todo no âmbito da Unasul, de forma que pudesse ser compartilhado e aperfeiçoado o entendimento acerca das condições gerais do mercado de produção, distribuição e circulação de bens culturais e simbólicos nos e entre os países signatários do organismo multilateral (UNASUR, 2012b).

O segundo princípio se refere à necessidade de apoio às emissoras de televisão para que possam construir relatos das nações e da região, contribuindo para o fomento do debate acerca das culturais locais. Consta na Ata da Reunião que essa ação estaria ligada ao objetivo de construir ou fortalecer os imaginários coletivos enquanto região territorial e cultural, partindo do reconhecimento das diferenças entre os povos sul-americanos como insumo para a criação de conteúdos. Nesse mesmo sentido, o terceiro princípio aponta para a importância do reconhecimento do valor da existência de um sistema de emissoras de televisão pública e comunitária para a região, cujos conteúdos estejam alinhados às necessidades culturais dos povos, bem como aos objetivos de desenvolvimento local e regional (UNASUR, 2012b).

O quarto princípio estabelecido na Reunião se refere ao fortalecimento do desenho, da investigação e do desenvolvimento da indústria cultural para geração de conteúdos para as emissoras de televisão. Nota-se, a partir da afirmação, que o documento separa os agentes "emissora de televisão" e "indústria cultural" no processo de geração de conteúdos. Isso indica que os debates compreenderam a existência de um parque produtivo independente dos canais de televisão que necessita de investimentos para fortalecimento da produção de conteúdos culturais. Nesse sentido, a emissora de televisão pode ser encarada tanto como plataforma de veiculação de conteúdos, quanto como agente produtor de conteúdo. Assim, investir em produção de conteúdos para televisão não significaria necessariamente investir na produção de conteúdos a partir das emissoras de televisão – abrindo o leque de políticas públicas para produção de conteúdos. A partir desse raciocínio, o quinto princípio aponta para a necessidade de facilitar a circulação, a difusão e a exibição de expressões artísticas e culturais dos diferentes países da Unasul entre os membros do organismo. Nesse sentido, o estabelecimento de um sistema de compartilhamento de produções seria tanto um objetivo quanto uma tarefa a ser cumprida pelas estratégias de desenvolvimento do setor na região. Também como estratégia para ampliação dos canais e plataformas de exibição de conteúdos,

o sexto princípio destaca a necessidade de consolidação do sistema de televisão digital terrestre (UNASUR, 2012b).

O sétimo princípio aponta para a articulação de ações para construção de uma aliança para geração de condições de circulação de sentidos e formas de observar o mundo, advindos e adotados pelos diversos grupos sociais presentes na região, em igualdade de condições de publicização. A ferramenta para alcance desse princípio seria o estabelecimento de um sistema de criação de conteúdos audiovisuais, a serem veiculados por meio de emissoras de televisão ou de outras plataformas – novamente demonstrando que a discussão sobre conteúdos culturais ultrapassaria a radiodifusão, analógica ou digital, alcançando novas mídias e plataformas. Isso aponta para o fato de que os investimentos nesse setor estariam muito mais ligados a resultados de políticas para conteúdos digitais (UNASUR, 2012b).

O oitavo, e último, princípio acordado na Reunião reafirmava as temáticas evidenciadas como prioritárias no Tratado Constitutivo da Unasul, no Estatuto do Coseccti e, no Plano de Ação para o biênio 2010/2011. Destacam-se "identidades culturais contemporâneas", "Infância e juventude", "Línguas e diversidade étnicas", "Memória e direitos humanos", "Patrimônio material e imaterial", "Tradições e festas populares", entre outros que tangenciem as características e necessidades de desenvolvimento da região (UNASUR, 2012b).

Neste contexto, os países-membros da Unasul também consensuaram o desenvolvimento de quatro frentes específicas de atuação. A primeira, com foco no 'intercâmbio de conteúdos digitais", visava o desenvolvimento de uma plataforma que permitisse a consolidação de um inventário de produções audiovisuais, com disponibilização a todos os países-membros. Diante desse objetivo, a Argentina se ofereceria para coordenar a elaboração de uma plataforma digital para armazenamento do inventário de conteúdos. Aos países-membros da Unasul caberia a elaboração e administração de seus conteúdos. Ao final, consolidar-se-ia um banco de conteúdos Unasul, baseado na experiência argentina do Banco Audiovisual de Conteúdos Universais da Argentina (Banco Audiovisual de Contenidos Universales Argentinos[89]). Aos países-membros da Unasul caberia ainda o trabalho de difusão da plataforma e ampla divulgação dos conteúdos culturais disponibilizados publicamente (UNASUR, 2012b).

[89] O Banco Audiovisual de Conteúdos Universais Argentino é uma plataforma que disponibiliza conteúdos digitais, de livre acesso e distribuição gratuita. O objetivo é o de ampliar e federalizar a oferta de conteúdos audiovisuais para múltiplas plataformas. O banco é alimentado por produções de produtoras independentes, organismos governamentais e não governamentais, universidades, coletivos sociais, culturais e/ou quaisquer outros tipos de organização que tenham interesse em ceder seus conteúdos para veiculação gratuita em canais de televisão ou outras plataformas midiáticas. Disponível em: http://www.bacua.gob.ar/.

A segunda frente de atuação objetivaria o fomento às coproduções entre países-membros da Unasul. Para tanto, os países-membros acordariam que os direitos relativos à propriedade intelectual das obras fomentadas no projeto estariam liberados para exibição internacional e não poderiam ser objeto de comercialização ou qualquer outro tipo de exploração. Também na oportunidade, os países-membros acordaram o modelo de produção no que concerne ao desenho e desenvolvimento dos projetos (UNASUR, 2012b).

A princípio, foram acordadas duas coproduções. A primeira se refere ao projeto Expresso Sur, uma iniciativa de produção de documentários para veiculação em emissoras de televisão cujo objetivo é o de dar visibilidade ao patrimônio imaterial da região. Inspirado em iniciativa homônima do Ministério da Cultura da Colômbia, o projeto tinha por meta o desenvolvimento de 7 peças de seis minutos, com os quais seriam produzidos dois programas de 30 minutos. Adicionalmente seriam produzidas outras peças de 2 ou 3 minutos (UNASUR, 2012b). A segunda iniciativa audiovisual se refere ao Anima Unasur; idealizada pelo Brasil, a proposta buscava fomentar a produção de conteúdos animados dirigidos ao público infantil da região. Em suma, o projeto consistia na realização de um concurso sul-americano de projetos de animação, a partir de convocatória pública nos âmbitos nacionais, que disputariam o financiamento para desenvolvimento de uma série animada. Esse financiamento se daria a partir de um edital para desenvolvimento das produções (UNASUR, 2012b); na oportunidade, não ficaria especificado se se trataria de um financiamento dos países ou se o orçamento da própria Unasul seria utilizado.

A terceira frente de atuação acordada durante o Seminário sobre Conteúdos Culturais para Televisão enfrenta o problema da formação acadêmica e profissional para o setor de produção audiovisual. Nesse sentido, os países teriam manifestado interesse em cooperar com o desenvolvimento do setor a partir de intercâmbio de experiências e conhecimentos. A proposta previa que a Venezuela realizasse um inventário de necessidades e ofertas de formação de curta duração e os demais países interessados arcassem com os gastos de transporte aos países de destino, enquanto os países anfitriões assumissem os custos de hospedagem e alimentação. Sumariamente, a iniciativa buscaria levantar as oportunidades de formação e capacitação profissional no âmbito sul-americano e fomentar a participação de trabalhadores e acadêmicos do setor (UNASUR, 2012b).

Por fim, os países-membros acordaram sobre a necessidade de compartilhamento de oportunidades de negócio e de promoção de estratégias em bloco para beneficiar os membros do organismo multilateral, como o estabelecimento de estratégias para aquisição de equipamentos para consolidação de parques de produção, de articulação em arranjos

produtivos ou a negociação em bloco da aquisição de conteúdos estrangeiros. Interessante notar, ainda, que apesar de o Seminário ter discutido políticas de fomento e regulação de conteúdos, não evidencia estratégias de proteção do conteúdo regional por meio de sobretaxação de conteúdos estrangeiros ou fomento à aquisição de insumos de capital para o setor ou outro tipo de inciativas protecionistas (UNASUR, 2012b).

2.1.2.2.2 II Foro de Derechos Culturales y mecanismos transversales compartidos en la región

Entre as últimas atividades registradas do Grupo Especializado em Cultura do Coseccti, pouco após a Decisão nº 12/2012 do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da Unasul, que transformaria o Grupo Especializado em Conselho Sul-americano de Cultura, esteve a realização do II Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região. O evento ocorreu em dezembro de 2012 e serviu como espaço de debate sobre as perspectivas que deveriam nortear os princípios do Estatuto e as atividades do Plano de Trabalho do Conselho Sul-americano de Cultura. Conforme a Ata do evento, a partir das discussões empreendidas, o organismo teria consensuado tanto a definição de Direitos Culturais quanto o âmbito de sua aplicação (UNASUR, 2012e).

O documento aponta que as definições estabelecidas estariam condizentes com as deliberações de países comprometidos com a construção de Estados democráticos, coesos e inclusivos, que estariam baseados na busca pela descolonização e no reconhecimento de sua própria diversidade cultural, características multiétnicas, plurinacionais, plurilíngues e multiculturais – perspectivas que iriam ao encontro das afirmações acordadas no Tratado Constitutivo da Unasul (UNASUR, 2012e).

Nesse sentido, Direitos Culturais seriam compreendidos como os direitos fundamentais e irrenunciáveis que garantiriam o desenvolvimento dos seres humanos e dos povos no exercício de suas liberdades para construção de sua própria identidade, memória social, conhecimentos e saberem que simbolizam e criam sentidos de vida (UNASUR, 2012e). O documento aponta que o conceito de Direitos Culturais seria aplicável, sobretudo, a sete âmbitos. O primeiro se refere à ‘liberdade de criação e interpretação artística’, inclusive no que concerne a seu direito à mobilidade regional. O segundo âmbito compreende a ‘interculturalidade’, considerando as características estruturantes sul-americanas de composição do tecido social a partir dos diferentes povos, com os indígenas, os afrodescendentes, os migrantes, os ciganos e outros coletivos culturais (UNASUR, 2012e).

As indústrias culturais seriam o terceiro âmbito no qual o Direito Cultural se aplicaria como norteador das relações socioeconômicas, políticas, culturais e produtivas; nesse sentido, desdobram-se outras quatro micro-esferas de aplicação, a saber, a 'propriedade intelectual', a 'produção e circulação de bens e serviços', o 'acesso aos bens e serviços culturais' e a sua 'promoção e proteção'. O Patrimônio seria o quarto âmbito de aplicação, materializado nos aspectos 'tangíveis', 'intangíveis', 'natural', 'cultural', 'acessibilidade', 'gestão', 'administração', 'proteção' e 'usos' (UNASUR, 2012e).

A questão dos 'saberes e conhecimentos' regionais é apontado pelo Informe Final do II Foro como o quinto âmbito de aplicação do Direito Cultural; seriam aspectos específicos desse âmbito a 'recuperação e fortalecimento' e a 'proteção e promoção' dos saberes e conhecimentos dos povos tradicionais e da produção de conhecimento mais atuais. Nesse sentido, o sexto âmbito de aplicação seria a 'conservação e recuperação da Memória social', que teria a capacidade de contribuir para a construção da unidade regional. Por fim, o documento destaca o 'Direito à educação multicultural' como o sétimo âmbito de aplicação do Direito Cultural, especificamente em aspectos relacionados à educação artístico-cultural, à profissionalização e a acreditação (UNASUR, 2012e).

Importante destacar que o documento final do II Foro sobreleva a problemática do racismo e da discriminação com eixos norteadores das atividades do Conselho de Cultura, como um todo, mas mais especificamente de ações no âmbito do Plano de Trabalho – que seria elaborado por ocasião da oficialização da criação do Conselho Sul-americano de Cultura como órgão autônomo da Unasul. Consensuou-se, nesse sentido, o entendimento da realidade regional segundo a qual os países da Unasul reconheceriam os altos índices de discriminação, racismo, xenofobia e demais formas de intolerância e exclusão; reconheceriam ainda que essa realidade seria resultado de uma herança colonial compartilhada aliada a formas contemporâneas de segregação. Neste contexto, o Informe Final aponta a necessidade de os países-membros estabelecerem estratégias conjuntas, a partir de políticas, planos, programas e projetos, que permitam a erradicação das práticas discriminatórias (UNASUR, 2012e).

O Informe final do II Foro também consensuou a necessidade de incorporação de três eixos temáticos específicos no processo de elaboração do futuro Plano Quinquenal do Conselho Sul-americano de Cultura: "Indústrias culturais e economia da cultura"; "Patrimônio – gestão, administração e tráfico ilícito"; e "Promoção e difusão artística e criativa". Essas temáticas foram registradas junto à proposição de uma definição norteadora do conceito e possíveis ações específicas (UNASUR, 2012e).

A respeito das Indústrias Culturais, o Informe do II Foro aponta representar os "setores que conjugam a criação, produção e comercialização de bens e serviços baseados em conteúdos tangíveis e intangíveis de caráter cultural", que abarcariam produções audiovisuais, editoriais, fonográficas, artes visuais, artes cênicas e multimídias. O documento também ressalta que as indústrias culturais proporcionariam um valor agregado aos conteúdos ao mesmo tempo em que construiriam e difundiriam valores culturais de interesse individual e coletivo. Por esse motivo, também defende que representariam instrumentos essenciais à promoção e difusão da diversidade cultural, bem como para democratizar o acesso à cultura, na medida em que produziriam bens e serviços culturais que não dependem da presencialidade – entendida como fator histórico de elitização da cultura (UNASUR, 2012e). A partir dessa definição, o documento registra a proposição dos Estados-membros da Unasul de implementação de um sistema de informações culturais no âmbito regional, alimentado por sistemas nacionais de informação, que fosse capaz de proporcionar insumos para a construção de indicadores regionais adequados ao dimensionamento do impacto econômico da cultura. Esse sistema também deveria ser capaz de fornecer indicadores de mensuração do impacto das indústrias culturais na geração de emprego e outros dados econômicos que, por sua vez, seriam as bases para a elaboração de políticas públicas regionais (UNASUR, 2012e).

A respeito do eixo temático 'Patrimônio', o Informe final do II Foro elenca propostas divididas em dois sub-temas: "gestão e administração" e "tráfico ilícito". Sobre o primeiro sub-tema, o documento destaca a necessidade de ações no âmbito da gestão participativa da política patrimonial, com apropriação e protagonismo da comunidade para a sustentabilidade dos projetos ligados ao setor, com a possibilidade de formação de escolas de cidadania. Para isso, registra-se a necessidade de democratização do patrimônio, a partir da descentralização e da desconcentração das instituições tradicionais vinculadas que historicamente realizam a gestão do patrimônio, estabelecendo estratégias e políticas de gestão territorial (UNASUR, 2012e). Baseadas nessas premissas, ficaria consensuada a realização de mapeamentos acerca da questão do patrimônio na região. O primeiro mapeamento mencionado ocorreria no nível institucional, a partir da identificação e sistematização dos atores nacionais e regionais do setor; outro mapeamento citado seria no âmbito legislativo, com o inventário acerca das legislações protetivas do setor de patrimônio. Com essas informações, buscaria-se a realização de um diagnóstico que apresente as necessidades e os desafios para a promoção e proteção do Patrimônio regional em suas diferentes instâncias (UNASUR, 2012e).

Já em relação ao segundo sub-tema do eixo temático Patrimônio, tráfico ilícito, o Informe do II Foro aponta quatro ações específicas. A primeira se refere ao fortalecimento de

inventários patrimoniais nacionais, com identificação e registro completo a ser compartilhado no âmbito regional. Também é mencionada a necessidade de estabelecimento de convênios bilaterais entre países da região e outros externos para formalização de políticas de proteção e controle, bem como a criação de uma Polícia Patrimonial Regional capacitada a identificar bens patrimoniais traficados; por fim, sugere-se a criação de postos de fiscalização em aeroportos (UNASUR, 2012e).

Sobre o terceiro eixo-temático estabelecido no 'II Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região', "promoção e difusão artística", o documento o define como estratégia do Estado para garantia da livre expressão do artista, viabilizada por uma estrutura transversal. O objetivo seria a promoção de uma integração simbólica do país. Essa promoção não se materializaria, necessariamente, pelo fornecimento de condições econômicas, embora seja elemento importante, mas se expressaria no estabelecimento de uma ampla gama de manifestações culturais. Com isso, ficaria acordada a necessidade de desenvolvimento de 12 linhas de ação (UNASUR, 2012e).

A primeira refere-se à necessidade de estabelecimento de ações de democratização do acesso aos bens e serviços culturais como forma de potencializar as capacidades individuais e coletivas; isso ocorreria por meio da geração de mecanismos de orientação pública aos cidadãos, bem como pela valorização da técnica para o fomento da investigação, da criação e da difusão artística (UNASUR, 2012e).

À semelhança da indicação de proposta de ação registrada no segundo eixo-temático, a segunda linha de ação indicaria a necessidade de fortalecimento de mecanismos para consolidação de uma gestão cultural descentralizada e desconcentrada voltada à prestação de serviços de qualidade aos "artífices culturais". Ainda no campo da gestão cultural, a terceira linha de ação aponta para a promoção da eficiência e da eficácia da utilização dos recursos públicos destinados à cultura, com transparência e prestação pública de contas. Já o fomento à investigação, o conhecimento, a valorização e o desenvolvimento de saberes ancestrais figura como a quarta linha de ação destacada no Informe Final do II Foro (UNASUR, 2012e).

A integração e cooperação regional aparece em cinco linhas de ação consensuadas no II Foro. Nesse sentido, intenciona-se facilitar a circulação de atores e gestores culturais, bem como de bens e serviços, por meio de canais de cooperação intrarregionais. Também aponta-se como necessário o incentivo dos laços de solidariedade e cooperação regional para o diálogo intercultural, por meio de espaços permanentes de capacitação emocional e acadêmico. Ainda no mesmo seguimento, coloca-se como estratégia a criação de uma rede permanente de difusão e promoção artística viabilizada por comunicadores culturais, bem

como o estabelecimento de ações de intercâmbio cultural baseados em estágios, bolsas, festivais, feiras, turismo estudantil, entre outras (UNASUR, 2012e).

A questão da propriedade intelectual também aparece entre as linhas de ação. Conforme o documento, aos Estados caberia a garantia dos direitos de propriedade intelectual de atores e gestores culturais, por meio de plataformas tecnológicas asseguradas por recursos estatais no âmbito da Unasul. Apesar de apresentar, essa temática como linha de ação, o documento não traz detalhes sobre esse projeto (UNASUR, 2012e).

Também interessante é a ênfase na necessidade de fomento de mecanismos de promoção e difusão artística e cultural em parceria com estabelecimentos educativos, com o objetivo de incentivar e incluir crianças e jovens no âmbito cultural. Ainda no campo da inclusão, outra linha de ação estaria focada na necessidade de garantia de acesso e participação das pessoas com deficiência em atividades culturais e recreativas artísticas – tanto como espectador quanto artista, o que compreende o foco no desenvolvimento do potencial artístico desse grupo populacional (UNASUR, 2012e).

Em suma, o documento aponta a necessidade de que as ações estejam alicerçadas na democratização, transparência e desenvolvimento de capacidades de quaisquer grupos sociais, por meio de todas as possibilidades de expressão cultural (UNASUR, 2012e).

Por fim, o Informe Final do 'II Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região' registrou agradecimento ao Convenio Andrés Bello (CAB), na condição de parceiro permanente do agora Conselho Sul-americano de Cultura; registrou-se, ainda, o recebimento do documento "Indústrias Culturais na Região", que havia sido peça de compromisso assumido pelo Institutto Iberoamericano de Patrimônio Natural e Cultura (IPANC-CAB). Também ressaltou-se a necessidade de realização do III Foro de Direitos Culturais e Mecanismos Transversais e de aproximação entre o Conselho de Cultura e outros organismos regionais de fomento à Cultura, como o Mercosul Cultural, a ALBA Cultural etc. O objetivo seria a aproximação e harmonização das agendas programáticas (UNASUR, 2012e).

2.1.2.3 Grupo de Trabalho de Ciência, Tecnologia e Inovação: Planos de Ação e o Programa Marco da CT&I

Também por determinação estabelecida na Primeira Reunião de Ministras e Ministros (UNASUR, 2010c), o Grupo Especializado em Ciência, Tecnologia e Inovação apresentou seu Plano de Trabalho para o biênio 2010/2011 durante a Primeira Reunião de Altos

Delegados do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (UNASUR, 2010d), realizada em julho de 2010. À semelhança dos demais grupos do Coseccti, seu Plano de Trabalho seria ratificado em novembro do mesmo ano por meio da Declaração de Ministras e Ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (UNASUR, 2010g).

2.1.2.3.1 Plano de Ação 2010-2011

O Grupo Especializado em Ciência, Tecnologia e Inovação do Coseccti estruturou seu Plano de Trabalho bienal em sete macro-objetivos, articulados com atividades, ações e objetivos específicos. Conforme o documento, as políticas e ações previstas estariam orientadas com foco no desenvolvimento e fortalecimento de programas de biotecnologia, nanotecnologia e tecnologias da informação e da comunicação; também priorizariam a utilização e fomento às energias renováveis e biodiversidade, assim como buscariam a consolidação de cenários comuns que contribuíssem com a formação e o fortalecimento das especificidades dos Estados-membros e de uma estratégia comum de desenvolvimento da região (UNASUR, 2010g). Novamente, importante frisar, há perspectivas convergentes entre os Planos dos Grupos de Trabalho em função de serem setores e temáticas transversais e por refletirem o mesmo conjunto de perspectivas estabelecidas no âmbito do Tratado Constitutivo da Unasul e no Estatuto do Coseccti.

Neste contexto, o primeiro macro-objetivo, também mencionado nos demais Planos de Trabalho, se refere à promoção e ao fortalecimento da cooperação educativa, cultural, científica, tecnológica e de inovação da região. Entretanto, nesse eixo, coordenado por Equador e Uruguai, a prioridade seria a elaboração de um Manual da Unasul para o desenvolvimento de conceitos interdisciplinares e vínculos em direção à construção de políticas comuns. Com isso, destacou-se a necessidade de construção de modelos, índices e indicadores de desempenho científico, acadêmico e político, bem como acerca de mecanismos e procedimentos norteadores de práticas de inovação (UNASUR, 2010g).

Já o segundo macro-objetivo diz respeito à necessidade de um marco legal comum para a ciência e tecnologia, bem como a elaboração de políticas públicas capazes de fomentar a investigação e a inovação por meio da ciência, produzindo conhecimentos capazes de promover a inclusão social nos processos de integração industrial regional. Coordenado por Brasil, Venezuela e Equador, o eixo propôs como prioridade a realização de um seminário regional para definição de políticas comuns de Ciência, Tecnologia e Inovação, a partir do

qual poderiam ser inventariadas as necessidades, capacidades, desafios e políticas já implementadas de Ciência, Tecnologia e Inovação nos países-membros do organismo multilateral (UNASUR, 2010g).

A mobilidade e o intercâmbio de saberes e experiências são o foco do terceiro macro-objetivo estabelecido no âmbito do Plano de Trabalho do Grupo Especializado em CT&I. A esse respeito, estabelece-se como prioridade a elaboração e implementação de programas de intercâmbio. Entre as iniciativas de intercâmbio estariam visitas, estágios e treinamentos acadêmicos, profissionais e laborais, a serem desenvolvidos por meio do fortalecimento do trabalho em rede entre as instituições de Inovação e Desenvolvimento, principalmente nos campos das energias renováveis e biotecnologias, biomedicina, biodiversidade e tecnologias da informação e da comunicação. Neste contexto, coordenado por Chile, Colômbia, Brasil, Equador e Argentina, o eixo propõe a realização de encontros de Academias de Ciência e Sociedades de pesquisa Sul-americanas, bem como a ampliação de seminários universitários. Interessante notar que também estabelece-se como prioridade a realização de treinamentos e oficinas de formação para a Televisão Digital Interativa, sem que fossem destacados os aspectos estratégicos a serem trabalhados (UNASUR, 2010g).

No mesmo sentido, o quarto macro-objetivo aponta a necessidade de fomento ao acesso e intercâmbio de informações científicas, tecnológicas e de inovação como estratégia de contribuição para o processo de desenvolvimento dos países-membros e para a execução de programas regionais e sub-regionais. Coordenado por Brasil e Argentina, o eixo definiu a necessidade de elaboração de uma plataforma regional para intercâmbio de experiências em políticas públicas no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação para fomento à integração regional e desenvolvimento endógeno (UNASUR, 2010g).

A cooperação entre universidades, centros de investigação e empresas públicas e privadas da região destaca-se no quinto macro-objetivo prospectado pelo Plano de Trabalho. Coordenado por Peru e Argentina, o eixo propõe a elaboração de uma Feira Sul-americana de Inovação Tecnológica e Social que servisse de instância permanente de encontro e cooperação dos setores produtores de conhecimento, técnicas e tecnologias. Entre as propostas também estaria a criação de uma metodologia para criação do Selo Unasul de Ciência, Tecnologia e Inovação, embora não haja detalhe acerca da iniciativa (UNASUR, 2010g).

O sexto macro-objetivo estabelecido pelo Plano de Trabalho do Grupo Especializado enfoca a promoção do desenvolvimento, acesso e uso de tecnologias sociais, sobretudo, em benefício de setores da sociedade mais necessitados, como estratégia para melhoria do ensino de ciências e para a popularização do conhecimento científico. O eixo, coordenado por Brasil

e Equador, define como perspectiva norteadora o fortalecimento das capacidades cidadãs e organizacionais nas localidades menos desenvolvidas. Nesse sentido, entre as atividades prioritárias estaria o desenvolvimento de um inventário das boas práticas e experiências em inovação comunitária e a institucionalização de um Programa no âmbito da Unasul que focasse na promoção da Ciência e da Tecnologia para a inclusão social (UNASUR, 2010g).

Por fim, o sétimo macro-objetivo aponta para a necessidade de redução das assimetrias regionais e sub-regionais no que concerne ao conhecimento científico e tecnológico. Sob a responsabilidade de Uruguai, Brasil e Argentina, o eixo busca empreender a gestão do financiamento para o desenvolvimento de programas e projetos da Unasul. De forma específica, o eixo intencionou a elaboração de uma proposta de identificação de fontes de financiamento regional e multilateral, bem como a conformação de uma Comissão responsável por discutir o livre acesso às informações especializadas, que contribua com a solução dos problemas mais emergentes da região (UNASUR, 2010g).

Após o estabelecimento dos objetivos do Grupo de Trabalho, em meados de 2011, registrou-se os avanços nas temáticas delineadas no Plano de Trabalho para o biênio 2010/2011. Nesse sentido, verificou-se o início da tarefa atribuída à Venezuela sobre a elaboração de uma proposta de "Inventario de necesidades, capacidades y políticas de CT&I de los países de Unasur", que objetivou a construção das bases para identificação do potencial científico e tecnológico da região. Aliado ao inventário, conforme o documento (UNASUR, 2011d), foi registrada a realização do seminário "Armonización de Políticas Públicas para América del Sur em Ciencia, Tecnologia y Innovación"[90], realizado em novembro de 2010, em Brasília-Brasil, que teria sido estabelecido como tarefa fundamental para definição das competências regionais para o setor. Consta, também no Informe das atividades do Grupo de Trabalho, que o seminário teria definido três eixos prioritários de ação, quais sejam, "energias renováveis", "biotecnologia" e "intercâmbio de experiências em políticas públicas de aperfeiçoamento dos sistemas científico-tecnológicos da região".

Os debates sobre as atividades empreendidas pelo Grupo Especializado se mantiveram na I Reunião de Altos Delegados do Grupo em Ciência, Tecnologia e Inovação, realizado em julho de 2011. Conforme a Ata do encontro (UNASUR, 2011e), a respeito do desenvolvimento do inventário coordenado pela Venezuela, aos Estados-membros foi solicitado o envio dos instrumentos, metodologias e ferramentas implementadas pelos países

[90] Apesar de mencionado em documento oficial da Unasul, não consta nenhuma Ata ou registro dos debates empreendidos no evento no repositório do organismo multilateral. Apesar disso, seriam os debates e conclusões desse encontro que embasariam os direcionamentos do Programa Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação (UNASUR, 2011l).

para mapeamento das capacidades, necessidades e políticas nacionais em Ciência, Tecnologia e Inovação. A partir dessas informações a Venezuela empreenderia a conclusão do inventário. Essa temática também esteve presente na II Reunião de Altos Delegados do Grupo em Ciência, Tecnologia e Inovação, realizado em novembro do mesmo ano (UNASUR, 2011f).

Também demanda evidenciada no Plano de Ação, consta no documento da I Reunião de Altos Delegados a continuidade dos trabalhos de Argentina, Brasil e Colômbia para a proposição de um marco conceitual sobre inovação e inclusão social capaz de balizar as ações conjuntas no âmbito regional. Para contribuir a esse trabalho, aos Estados-membros foi solicitado o envio ao Brasil de informações a respeito da institucionalidade e das melhores práticas adotadas sobre o tema da inclusão social, em sua interface com a Ciência, a Tecnologia e a Inovação. Conforme os registros da Ata da I Reunião, essas informações representariam insumos para o desenho de um Programa de Inclusão Social da Unasul (UNASUR, 2011e). A temática segue fomentada na II Reunião de Altos Delegados; na oportunidade, foi mencionado que as informações sobre as práticas adotadas para apropriação social do conhecimento e da inovação inclusiva seriam determinantes para verificação da conveniência e elaboração de um Marco conceitual da Unasul (UNASUR, 2011f).

Também nesse sentido, o encontro de Altos Delegados voltou a discutir a proposta de estabelecimento de um Marco legal e normativo em Ciência, Tecnologia e Inovação. Sob a responsabilidade do Brasil, registra a Ata da Reunião que a construção desse Marco estaria recebendo contribuições dos Estados-membros para posterior apreciação dos Ministros e Ministras do Conselho – prevista para o mesmo ano (UNASUR, 2011e). A discussão seguiu na II Reunião de Altos Delegados, quando registrou-se que o Brasil concluiria uma proposta formalizada de Marco Normativo da CT&I no primeiro semestre de 2012; o nome oficial da iniciativa seria "Programa Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação" (UNASUR, 2011f).

Outra questão em pauta durante a I Reunião de Altos Delegados foi a proposta do Estado Colombiano de adoção pela Unasul do Programa Ondas para a apropriação social do conhecimento, dirigido ao público infanto-juvenil. Conforme informações do site oficial do Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia[91], o Programa Ondas compõe uma das estratégias do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do país. O Programa Ondas tem por objetivo a produção, disponibilização/distribuição e circulação de materiais impressos, digitais e audiovisuais focados na formação de uma cultura cidadã e democrática em Ciência, Tecnologia e Inovação na população infanto-juvenil. Entre

[91] Disponível em: http://legadoweb.colciencias.gov.co/programa_estrategia/programa-ondas. Acesso em: 11 jan. 2019.

os objetivos específicos do projeto estão: a construção da mobilização social de atores para geração de capacidades regionais em CT&I; conformação de comunidades de prática, aprendizagem, saber, conhecimento e transformação social apoiadas nas Tecnologias da Informação e da Comunicação; fomento à criação de espaços de apropriação social do conhecimento científico que propiciem a inclusão de jovens nos processos de tomadas de decisão; e desenvolvimento do espírito científico em jovens por meio da iniciação à pesquisa (UNASUR, 2011e). A possibilidade de implementação do Programa Ondas também é debatida na II Reunião de Altos Delegados, agora com a participação de Equador e Uruguai no processo de elaboração de uma proposta para aplicação da iniciativa no âmbito regional – expandindo o escopo original, aplicado na Colômbia (UNASUR, 2011f).

Também da Colômbia surgiu, na I Reunião de Altos Delegados, o diálogo acerca da necessidade de elaboração de propostas sobre os possíveis usos e potencialidades das Tecnologias da Informação e da Comunicação no contexto das deficiências e da seguridade social (UNASUR, 2011e). O debate seguiu na II Reunião de Altos Delegados, quando estabeleceu-se que a Colômbia concluiria um esboço do projeto ainda no primeiro semestre de 2012 (UNASUR, 2011f).

A temática relativa à propriedade intelectual e apropriação do conhecimento tradicional também se manteve em pauta na I Reunião de Altos Delegados, por meio do debate acerca de seus marcos políticos e normativos. Nesse sentido, sob a coordenação do Equador, discutiu-se sobre as instâncias mais apropriadas para apresentação e debate da proposta de um marco político e normativo em matéria de "Acesso a recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual" (UNASUR, 2011e). Entretanto, sem que haja uma explicação pormenorizada evidenciada em documento disponibilizado pela Unasul, consta na Ata da II Reunião de Altos Delegados que o próprio Equador estaria analisando a possibilidade de retirada da pauta de discussão do Grupo Especializado a proposta de marco político; a única justificativa da possível retirada estaria na menção a Protocolos Internacionais, sem que fosse registrada uma relação entre a proposta e os protocolos (UNASUR, 2011f).

A necessidade de integração entre os debates e iniciativas da Unasul com os emergidos em outros blocos econômicos de cooperação multilateral da região também esteve em pauta. Isso porque, conforme a Ata da Reunião, os Estados-membros concordam sobre a realização de um encontro comum entre o Conselho da Unasul para a Ciência, Tecnologia e Inovação e o órgão setorial do Mercosul para alinhamento de propostas e ações (UNASUR, 2011e). O debate se seguiu na II Reunião de Altos Delegados, quando voltou-se a frisar a

necessidade de participação de representante do Grupo Especializado nas Reuniões de Ministros e Altas Autoridades em Ciência e Tecnologia e nos encontros especializados do setor no âmbito do Mercosul. Também ficou registrada a necessidade de aprofundamento do relacionamento entre o Grupo Especializado da Unasul e o Conselho Andino de Ciência e Tecnologia, da Comunidade Andina de Nações (CAN) (UNASUR, 2011f).

Por fim, também relevante destacar é a sugestão do Brasil para que o Grupo Especializado em CT&I obtenha status de Conselho Autônomo da Unasul; a proposta estaria assentada em argumentos ligados à relevância do setor para o desenvolvimento autônomo da região (UNASUR, 2011e). O debate sobre a questão teve continuidade na II Reunião de Altos Delegados; na oportunidade, o Brasil apresentou um conjunto de argumentos, por escrito e apoiado pelos países-membros, para serem avaliados pela Coordenação do Coseccti. Entre os argumentos estaria a possibilidade de maior autonomia e especificidade às atividades e debates do setor (UNASUR, 2011f). Vale lembrar que a proposta se amplia aos Grupos Temáticos de Educação e de Cultura e discutem a criação de Conselhos autônomos.

A despeito do ritmo e registro de atividades dos Grupos de Trabalho Especializados em 2011, o ano de 2012 possui poucos registros de reuniões e atividades. Na verdade, há apenas um registro de reunião para cada Grupo Especializado do Coseccti. No que diz respeito ao Grupo especializado em CT&I, a primeira atividade registrada em 2012 se referiu à Reunião de Ministros e Altos Delegados, ocorrida em novembro daquele ano. Na ocasião, foram aprovadas as atividades desenvolvidas pelo Grupo ao longo do ano de 2012, apesar de não mencionar quais teriam sido (UNASUR, 2012c). Também ficou aprovado o Programa Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação 2013-2017 da Unasul, que teria sido uma demanda aprovada na Reunião de Ministros e Altos Delegados realizada em novembro de 2011 (UNASUR, 2011f). Interessante frisar que nenhum documento institucional da Unasul, disposível no repositório do organismo, detalharia a iniciativa; apesar disso, os documentos insinuam ser um protocolo de prioridades a serem desenvolvidas tanto sob o ponto de vista legal e normativo quanto de projetos e ações específicas.

2.1.2.3.2 Programa Marco da CT&I

O entendimento sobre o fato de o Programa Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação se configurar como marco conceitual e planejamento estratégico para desenvolvimento da produção científica e tecnológica na região, apenas pode ser confirmado a partir de documento disponível nos repositórios institucionais do Ministério das Relações Exteriores do

Brasil, o Itamaraty. Isso porque, em nenhum documento institucional da Unasul consta o detalhamento do programa, somente os Planos de Ação que buscariam viabilizar as propostas e os objetivos do marco setorial regional. Interessante frisar que o documento disponibilizado pelo Itamaraty faz referência ao Programa Marco da CT&I como plano estratégico para o período entre 2012-2016 (UNASUR, 2011l); já a Ata de aprovação do Programa no âmbito da Reunião de Ministros e Altos Delegados mencionou o período como sendo entre 2013-2017 (UNASUR, 2012c). Por sua vez, a resolução do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores que aprovaria o programa aponta o período de vigência entre 2012-2017 (UNASUR, 2013x).

Em decorrência da ausência de evidenciação do documento final do Programa Marco da CT&I no repositório institucional da Unasul, esta pesquisa faz a opção pela descrição da Proposta encaminhada pelo Brasil ao Grupo de Trabalho Especializado em Ciência, Tecnologia e Inovação. Por não haver menções ou relatos de oposição aos processos de elaboração do Programa Marco da CT&I, nem a respeito de suas diretrizes e prioridades, infere-se que a estrutura principal do documento seria mantida, inclusive, em função de os lineamentos do documento terem sido definidos a partir de encontros e debates, como ficam registrados nas Atas do Grupo de Trabalho Especializado em CT&I e no próprio projeto do Programa Marco da CT&I – que menciona as deliberações ocorridas no âmbito do Seminário "Armonización de Políticas Públicas para América del Sur en Ciencia, Tecnología e Innovación", ocorrido em 2010, no Brasil, como a instância decisória sobre as premissas e estratégias do Programa.

Consta no projeto do Programa Marco da CT&I, que a iniciativa partiria do princípio de que as inovações científicas e tecnológicas desempenhariam um papel predominante no desenvolvimento das sociedades, principalmente pelo caráter desempenhado pela CT&I como elemento essencial no âmbito da tomada de decisões. Em conformidade com os preceitos do Tratado Constitutivo da Unasul (UNASUR, 2008a), o Programa teria como objetivo fortalecer os instrumentos de integração por meio do aperfeiçoamento das estratégias de transformação na região, buscando soluções para os problemas da região, considerando as dimensões sociais como prioritárias (UNASUR, 2011l).

O documento aponta que o Programa Marco da CT&I se baseia no aproveitamento e fortalecimento de programas e iniciativas já existentes nas diferentes instâncias de cooperação internacional das quais os países-membros já participam. Isso seria definido para evitar a duplicação de foros e desperdício de recursos – humanos e materiais –, assim como maximizar os processos de integração e cooperação internacional (UNASUR, 2011l).

Também seriam pressupostos do Programa o delineamento de propostas e ações de alto impacto no desenvolvimento social e produtivo com base na ciência, na tecnologia e na inovação, assim como a vinculação e coerência com os objetivos estratégicos e os projetos já em desenvolvimento nos países-membros da Unasul. Por isso, as iniciativas deveriam se balizar pela potencialidade no processo de inclusão e equidade social, com vista à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos sul-americanos (UNASUR, 2011l).

Outras duas perspectivas norteadoras do Programa Marco da CT&I, em coerência com o Tratado Constitutivo da Unasul (UNASUR, 2008a), se refere ao fomento à construção e à ampliação de redes de conhecimento, formação de talentos e de investigação, privilegiando as capacidades nacionais e regionais, articuladas de maneira colaborativa; e a implementação do Programa deveria levar em consideração a necessidade de fontes permanentes de recursos, de forma conjunta regional, ampliando as capacidades individuais de investimento dos países (UNASUR, 2011l).

O documento ainda destaca que, em última instância, o Programa Marco da CT&I tem por objetivo instrumentalizar a construção de um Espaço Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação que contribua para o desenvolvimento regional, sem que este se sobreponha aos interesses e necessidades locais (UNASUR, 2011l).

Como planejamento estratégico de médio prazo, o Programa Marco da CT&I preveria sua atuação em sete direções específicas. A primeira se refere à identificação das instituições científicas nas diferentes áreas do conhecimento e das instituições focadas na inclusão social na região, de forma a constituir um catálogo de instituições capazes e interessadas no desenvolvimento de projetos comuns. O segundo seria a sistematização e a avaliação das capacidades científicas e tecnológicas dos países-membros, identificando semelhanças, complementaridades e diferenças, com o intuito de servir como referência para elaboração de projetos e estratégias comuns, com otimização de recursos humanos e materiais (UNASUR, 2011l).

Decorrente do segundo direcionamento de ação, outra prioridade seria a de promoção de programas e estratégias para transferência e intercâmbio de experiências que contam com investimentos financeiros nacionais, aproveitando-os e maximizando-os no âmbito regional – reforçando a perspectiva de otimização dos recursos e composição de estratégias comuns de desenvolvimento. Nesse sentido, o quarto direcionamento seria a construção e integração de redes de instituições de investigação. Diante do objetivo de concertação política e programática, o quinto direcionamento aponta para a busca pela adequação dos marcos legais

e normativos nacionais, favorecendo o desenho e execução conjunta de políticas públicas de CT&I (UNASUR, 2011l).

A difusão e a popularização da CT&I estariam entre os direcionamentos apontados no Programa Marco da CT&I, como estratégia de estímulo à invenção e ao espírito empreendedor, mas considerando a necessidade de fomento à preservação e promoção dos conhecimentos ancestrais e tradicionais. Por fim, destaca-se a identificação de ações e instituições orientadas à inclusão social no âmbito sul-americano que pudessem contribuir com a consolidação de um Espaço Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação (UNASUR, 2011l).

Os direcionamentos de atuação do Programa Marco da CT&I ainda considerariam a necessidade de inclusão do maior número de atores dos sistemas nacionais de ciência, tecnologia e inovação dos países-membros da Unasul, como órgão governamentais, institutos e sociedades públicos e privados de pesquisa, universidades públicas e privadas, empresas públicas e privadas, bem como órgãos representantes de classes profissionais e organizações da sociedade civil e do Terceiro Setor (UNASUR, 2011l). O documento ainda destaca a necessidade de cooperação inter-regional e extrazona, ou seja, advogando pela expansão das fronteiras e parceria para além do território de abrangência da Unasul, buscando a exploração de oportunidades com blocos e países cujos objetivos se assemelham ou a partir dos quais os interesses dos países-membros da Unasul possam se desenvolver (UNASUR, 2011l).

A estrutura do Programa Marco da CT&I compreende um planejamento estratégico composto por quatro eixos. O primeiro, de perfil eminentemente técnico e programático, se refere às ações temáticas, baseadas nas áreas prioritárias identificadas durante o Seminário "Armonización de Políticas Públicas para América del Sur en Ciencia, Tecnología e Innovación" – 'energias renováveis'; 'biotecnologia'; 'intercâmbio de experiências em políticas públicas de aperfeiçoamento de sistemas científico-tecnológicos da região', além do desenvolvimento de programas de popularização, divulgação e difusão da ciência e do investimento na produção de tecnologias sociais. É previsto no Programa Marco da CT&I que as ações temáticas utilizem uma metodologia de planejamento estratégico composto por quatro fases: a) definição de áreas prioritárias; b) identificação e formação de redes de investigação e intercâmbio para implementação; c) estabelecimento de projetos e programas específicos detalhados (necessidades de implantação, recursos humanos e materiais, processos de articulação, resultados esperados etc); e d) avaliação das iniciativas, baseada em critérios de 'mérito científico', 'viabilidade econômica', 'relevância econômica e social' e 'capacidade

de inovação'. Frisa que esse processo deve levar em conta premissas de transparência e controle social (UNASUR, 2011l).

O segundo eixo que compõe o planejamento estratégico se refere à dimensão "Industrial, Agropecuária e de Serviços". Essencialmente, aplicada aos processos de produção sul-americanos, essa dimensão tem por objetivo empreender a articulação entre centros de pesquisas e os atores produtivos, favorecendo a capacidade produtiva da região. O documento destaca a necessidade de que as atividades empreendidas nesse seguimento considerem as temáticas relativas à agroindústria, aos arranjos produtivos locais, as extensões tecnológicas, a constituição de polos, parques e incubadoras produtivas, bem como o estabelecimento de projetos cooperativos entre universidades e iniciativa privada (UNASUR, 2011l).

A dimensão social se configura no terceiro eixo do Planejamento estratégico. Focada nos processos de inclusão social mediante a democratização do acesso ao conhecimento pelos diferentes setores da sociedade, estabelece-se que a dimensão deve levar em consideração a necessidade de difusão de tecnologias sociais apropriadas aos contextos sociais, à segurança alimentar, à inclusão digital e à habitação e saneamento (UNASUR, 2011l).

Já o quarto eixo representa a dimensão relativa aos sistemas nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação. Com o objetivo de promover a integração dos sistemas e facilitar os processos de desenvolvimento do setor de forma orgânica na região, por meio de processos colaborativos, o documento aponta a necessidade de discussão sobre a infraestrutura regional em CT&I, a infraestrutura em serviços tecnológicos industriais, capacitação de recursos humanos, formas de financiamento da CT&I, composição de um marco legal e normativo comum, assim como o estabelecimento de indicadores e avaliação da produção e da aplicabilidade das inovações científicas e tecnológicas (UNASUR, 2011l).

O documento ainda aponta que o Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação da Unasul seria a instância responsável pela gestão do Programa Marco da CT&I, a ele cabendo os processos de definição, implantação e avaliação das ações definidas como prioritárias e estratégicas. Ainda ficaria mencionado no documento que a primeira fase de implementação das diretrizes do Programa Marco da CT&I corresponderia às seguintes atividades: identificação e implantação de redes de investigação; formação e capacitação de recursos humanos; intercâmbio de experiências em políticas públicas em CT&I; e intercâmbio de práticas exitosas em inclusão social (UNASUR, 2011l).

2.1.2.3.3 Plano de Ação 2013-2014

Na mesma Reunião de Ministros e Altos Delegados em que seria aprovado o Estatuto do Conselho Sul-americano de CT&I, em 2012, seria aprovado o Plano de Ação referente ao biênio 2013-2014 do Programa Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação, que representa a primeira etapa de implementação das estratégias e objetivos do Programa Marco da CT&I (UNASUR, 2012c). Como haveria de se esperar, o documento, estruturado em cinco eixos, reflete os debates e as diretrizes consolidadas no Programa Marco da CT&I. O primeiro diz respeito ao intercâmbio de informações dos sistemas de CT&I implantados nos países-membros do organismo. Nesse sentido, como ações específicas, caberia aos países o compartilhamento de um inventário de redes físicas e de experiências em políticas públicas para o aperfeiçoamento de sistemas científico-tecnológicos (UNASUR, 2012c).

O segundo eixo do Plano de Ação referente ao biênio 2013-2014 versa sobre formação e capacitação. Nesse sentido, o documento aponta como ações específicas a implementação de programa de capacitação em energias renováveis sobre combustão (apresentado pelo Brasil); a realização de oficinas e treinamentos sobre políticas públicas em CT&I, com o objetivo de mudança/avanço do padrão de especialização das economias da região (com proposta a ser apresentada pelo Equador); e a promoção de formações e capacitações sobre apropriação de tecnologias disponíveis (coordenadas pela Venezuela) (UNASUR, 2012c).

Sob a égide da inclusão social, o terceiro eixo propõe o desenvolvimento de um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (que será coordenado pelo Brasil), e a realização de uma Feira periódica de CT&I na região, coordenada por Colômbia e Peru (UNASUR, 2012c).

O quarto eixo refere-se ao financiamento de projetos e iniciativas em CT&I. Sobre essa temática, o Plano de Ação referente ao biênio 2013-2014 aponta como prioritário a realização de oficinas com especialistas, sob a responsabilidade do Brasil, com o objetivo de definir estratégias de financiamento para os projetos de investigação conjunta, bem como para a implementação dos programas aprovados (novamente sem mencionar especificamente os programas aprovados). Também é mencionado como ação prioritária o estudo sobre modelos de programas de financiamento de projetos conjuntos em CT&I, a partir da experiência brasileira do Programa Sul-americano de Apoio à Investigação Científica (ProSur[92]), ligado

[92] Conforme site oficial do ProSur Proyecta, trata-se de uma iniciativa conjunta de nove países da América do Sul na esfera da propriedade industrial. O objetivo central é a conformação de uma comunidade intergovernamental capaz de proporcionar o compartilhamento de conhecimentos e experiências, bem como para transferência de propriedade industrial. Trata-se de um espaço para encontro entre investigadores, empreendedores e profissionais do universo da propriedade industrial no âmbito

ao fomento, compartilhamento, gestão e transferência de propriedade intelectual e industrial no âmbito latino-americano (UNASUR, 2012c).

Por fim, o quinto eixo se refere a temáticas abertas de interesse comum dos Estados-membros da Unasul, especificamente a necessidade de desenvolvimento de um Programa sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação aplicadas à inclusão e à inovação, sob responsabilidade de elaboração do Peru – também sem descrição pormenorizada; e a definição de um projeto para ser apresentado ao Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul (UNASUR, 2012c).

Importante frisar que a Reunião de Ministros e Altos Delegados de novembro de 2012 também ratificou a proposta de criação do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação, como conselho autônomo. Na oportunidade, também foi iniciada a proposta de Estatuto para o colegiado (UNASUR, 2012c). A demanda seria acatada pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da Unasul em reunião realizada ainda em novembro de 2012, por meio da Decisão nº 12/2012 (UNASUR, 2012d).

2.1.3 Conselho Sul-americano de Educação

Após os debates empreendidos no âmbito interno dos três Grupos de Trabalhos do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação acerca da proposta brasileira de elevação das instâncias especializadas a Conselhos Autônomos da Unasul, o Conselho Sul-americano de Educação seria criado por meio da Decisão nº 12/2012 Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, em encontro ocorrido em novembro de 2012. Evidentemente, o mesmo ato formal consolidaria os Conselhos Sul-americanos de ‘Cultura’ e de ‘Ciência, Tecnologia e Inovação’; a Decisão nº 12/2012 também extinguiria o Coseccti. Importante ainda mencionar que o ato de criação dos novos Conselhos da Unasul também determinou a necessidade de criação de um estatuto próprio, bem como um Plano Estratégico Quinquenal para o período 2013/2017, a partir do qual seria elaborado um Plano Operativo para o mesmo período (UNASUR, 2012d).

Tanto o Estatuto quanto o Plano Estratégico Quinquenal do Conselho Sul-americano de Educação foram concebidos ao longo dos primeiros 5 meses de 2013, como registram as Atas das reuniões realizadas presencialmente e por meio de videoconferência empreendidas

---

latino-americano. O espaço conta com ferramentas para difusão de conhecimentos sobre direitos de propriedade intelectual, gestão e transferência para inovação entre os países-membros do grupo. Fazem parte do ProSur os seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Disponível em: https://www.prosurproyecta.org/

pelo grupo de Altos Delegados e Equipes Técnicas do Conselho (UNASUR, 2013a, 2013b, 2013c, 2013d, 2013e, 2013f, 2013g). O resultado desse trabalho seria aprovado na III Reunião de Altos Delegados e Equipes Técnicas do Conselho Sul-americano de Educação (UNASUR, 2013h). A aprovação seria ratificada pela Declaração de Ministras e Ministros do Conselho Sul-americano de Educação (UNASUR, 2013i).

2.1.3.1 O Estatuto

Conforme o Estatuto aprovado do Conselho Sul-americano de Educação, o órgão é definido como instância de concertação de políticas, diálogos, reflexões, consultas e cooperação intergovernamental para construção coletiva de programas e projetos educativos no âmbito dos países-membros da Unasul. Seu objetivo é o de promover e garantir o exercício do direito à educação em todos os níveis e modalidades (UNASUR, 2013j). O Estatuto do colegiado define dez princípios com os quais o Conselho de Educação deve atuar e para os quais deve se articular. O documento enumera os princípios de 1 a 10, mas sem estabelecer ordem de importância (UNASUR, 2013j).

O primeiro se refere à Integração Regional, por meio da promoção do diálogo e da cooperação, com o intuito de promover o intercâmbio de capacidades, experiências e conhecimentos. O segundo princípio considera a necessidade de promoção e garantia do direito fundamental à educação e aos direitos humanos como marco referencial de todas suas ações e programas. O terceiro princípio refere-se à busca pelo fomento à equidade e à inclusão social; para tanto, o documento argumenta que as ações e programas do órgão devem levar em consideração o objetivo de construção de uma sociedade democrática inclusiva, que promova a equidade e o acesso à educação em igualdade de condições, mas que respeite à pluralidade e a diversidade próprias da região. Ainda nesse sentido, o Estatuto também versa sobre a emergência do respeito incondicional à igualdade de oportunidade entre os gêneros nos âmbitos educativos – o quarto princípio (UNASUR, 2013j).

O quinto princípio elencado no Estatuto aponta para a intraculturalidade e a interculturalidade. A esse respeito, destaca-se a perspectiva segundo a qual as ações e programas elaborados e implementados deveriam considerar como premissa a inter-relação, o diálogo e a convivência entre as pessoas, independentemente de seus grupos étnicos, identitários e nacionalidades, bem com a valorização e o respeito à diversidade cultural. Ainda nesse campo, sobreleva-se a incorporação dos saberes e conhecimentos dos povos indígenas (UNASUR, 2013j).

A participação cidadã representa o sexto princípio definido no Estatuto. Nesse sentido, o documento aponta como prerrogativa que seja levada em consideração a diversidade dos atores e suas diferentes formas de organização em quaisquer processos de formulação, implementação ou avaliação de políticas e ações educativas (UNASUR, 2013j). Já o compromisso com a qualidade e a amplitude da cobertura da educação figuram como o sétimo princípio estabelecido no Estatuto; conforme o documento, as ações do Conselho Sul-americano de Educação devem considerar a emergência do oferecimento de educação de qualidade, pertinente e inclusiva em todos os níveis e modalidades, bem como em qualquer período da vida do indivíduo (UNASUR, 2013j).

O oitavo princípio é o diálogo e a solidariedade como marcos essenciais à concertação e harmonização de políticas educativas entre os Estados-membros. Já o nono princípio refere-se à transparência e à divulgação das ações do colegiado. Com isso, o Estatuto estabelece que há de se buscar o livre acesso ao conhecimento e à ampla divulgação da cidadania nas ações do Conselho Sul-americano de Educação. Interessante notar que, ao mesmo tempo em que se aponta a necessidade de livre acesso e divulgação ao conhecimento, enfatiza-se que o Conselho deve sempre levar em consideração o respeito aos direitos de propriedade intelectual e à informação reconhecida como reservada (UNASUR, 2013j).

Por fim, o décimo princípio ressalta a necessidade de promoção da consciência ecológica e a sustentabilidade. Sobre isso, o Estatuto ressalta a relevância da promoção da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, por meio de ações de conscientização para a conservação e recuperação do meio ambiente, de forma que a região estabeleça uma convivência harmônica com a natureza (UNASUR, 2013j).

2.1.3.2 Os Planos Estratégico e Operativo Quinquenais: elaboração e desenvolvimento

O Plano Estratégico Quinquenal para o período 2013/2017, aprovado na III Reunião de Altos Delegados e Equipes Técnicas do Conselho Sul-americano de Educação foi organizado a partir de três eixos integradores, por meio dos quais foram definidos objetivos específicos; atrelados aos objetivos específicos, os Estados-membros consensuaram ações previstas e resultados esperados, que comporiam o Plano Operativo para o mesmo período (UNASUR, 2013h).

O eixo ‘Qualidade e Equidade’ reúne os intentos de promoção e desenvolvimento de programas e projetos que visam a ampliação da qualidade e da equidade na Educação.

Estabeleceram-se quatro objetivos específicos. O primeiro está focado na ‘promoção do acesso e uso pedagógico de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) para melhoria da qualidade educativa em todos os níveis’ e para o qual registrou-se como resultado esperado o estabelecimento de modelos-padrões de TICs para elaboração de materiais educativos para uso e compartilhamento de maneira presencial e virtual para todos os níveis, bem como a criação de um Observatório Regional de Educação. Para tanto, os países-membros acordaram sobre a necessidade de realização de um estudo para conhecer a situação do uso das TICs para a melhoria da qualidade da educação na região, a geração de espaços de capacitação e atualização sobre o uso de TICs na educação (presencial e a distância), a criação de estratégias para a investigação sobre o uso das TICs aplicadas à educação, e o desenho e aplicação de mecanismos de avaliação do uso das TICs na educação (UNASUR, 2013h). Interessante notar que a operação do Plano Estratégico não considera o processo de produção de conteúdos para os processos educativos por meio das plataformas tecnológicas.

O segundo objetivo específico do eixo ‘Qualidade e Equidade’ aponta para a necessidade de identificar, sistematizar, difundir e viabilizar a implementação regional de critérios de avaliação da qualidade e equidade da educação. Para tanto, o documento define como ação necessária o desenvolvimento de proposta de critérios de avaliação que contemplem desde a aprendizagem até o desenvolvimento profissional docente e a gestão educativa. Nesse mesmo sentido, destaca-se a necessidade de elaboração de instrumentos capazes de avaliar o ensino a partir de valores como inter e intraculturalidade e construção de cidadania, para além do necessário aspecto conteudístico-cognitivo. Além disso, também ressalta-se a relevância de aproximação e convergência entre as propostas da Unasul e do Comitê Técnico de Avaliação do Setor Educativo do Mercosul (UNASUR, 2013h).

O terceiro objetivo específico do eixo ‘Qualidade e Equidade’ está focado na geração de mecanismos que permitam a construção de um sistema regional de acreditação da educação, de forma que seja possível o estabelecimento de equivalências entre formações e carreiras. Para tanto, elencam-se como ações prioritárias a sistematização sobre marcos legais e normativos relativos a sistemas de avaliação, acreditação e asseguramento da qualidade de educação, com realização de estudos comparativos capazes de proporcionar um panorama do cenário regional; a partir disso, coloca-se como essencial a articulação dos mecanismos nacionais e sub-regionais do setor, visando o desenvolvimento de critérios comuns para formações e carreiras (UNASUR, 2013h).

Ainda no eixo ‘Qualidade e Equidade’, o quarto objetivo específico aponta para o fortalecimento das políticas de intra e interculturalidade, bem como acerca do plurilinguismo

dos países da região e das zonas fronteiriças. Nesse sentido, advoga-se pelo estabelecimento de uma rede entre os responsáveis pela educação intercultural e pelas instituições educativas das fronteiras da região, assim como pela criação de um banco de informações e investigações sobre políticas e sistemas de educação intercultural. Também inclui-se nesse objetivo específico a necessidade de promoção de programas de capacitação contínua para docentes acerca de recursos pedagógicos e desenvolvimento linguístico no âmbito da educação intercultural e plurilinguística, por meio de eventos regionais (UNASUR, 2013h).

Já o eixo "Cidadania e Direitos" reúne objetivos e ações relativos à construção de sociedades baseadas no diálogo e focadas na harmônica relação com o meio ambiente, com a diversidade, capaz de fomentar a defesa dos direitos cidadãos e liberdades individuais. Vinculam-se a esse eixo três objetivos específicos. O primeiro se refere à elaboração, implementação e consolidação de políticas de educação ambiental e consciência acerca do desenvolvimento sustentável. Para tanto, estabelece-se como prioridade um conjunto de ações que visem a reunião permanente de especialistas capazes de elaborar e consolidar políticas de educação ambiental; a sistematização de um repositório de informações, planos e programas para o setor baseado nas experiências da região; a identificação e desenvolvimento de ações conjuntas para formação e capacitação de docentes sobre recursos pedagógicos, conteúdos curriculares e metodologias de ensino em educação ambiental; e criação de uma plataforma virtual para Educação Ambiental, capaz de proporcionar espaços de intercâmbio (UNASUR, 2013h). O segundo objetivo específico do eixo "Cidadania e Direitos" está focado na consolidação e afirmação de um sujeito de direitos, que consiga se estabelecer como protagonista no sistema democrático. Isso implicaria, conforme o Plano Estratégico Quinquenal, na construção de uma agenda educativa comum para o desenvolvimento do exercício da cidadania, bem como para o fortalecimento dos sistemas democráticos baseados no respeito aos direitos humanos, a ser incorporada pelos sistemas de educação dos países-membros da Unasul. Para tanto, o documento estabelece como ações o desenvolvimento de estudos sobre aspectos comuns aos Estados-membros no que tange à cidadania, à comparação sobre os marcos legais e curriculares relativos à democracia, à cidadania e aos Direitos Humanos. Também apresenta-se como necessária a elaboração de uma estratégia de produção de conhecimento relativos à democracia, à cidadania e aos Direitos Humanos, com participação da comunidade escolar na definição de conceitos. Ainda sobre esse aspecto, destaca-se a necessidade de elaboração de proposta de capacitação docente e de materiais para desenvolvimento das temáticas em multimeios (UNASUR, 2013h).

O terceiro objetivo específico do eixo "Cidadania e Direitos" refere-se ao intento de promover a inclusão, a participação e o exercício do direito à educação, com vista à democratização da educação na região. Nesse sentido, estabelecem-se como prioridades a elaboração e implementação de políticas e programas de promovam o acesso e a permanência, bem como a conclusão, da formação educacional aos indivíduos, nos diferentes níveis e modalidades de ensino; a construção e aplicação de desenhos pedagógicos diferenciados, capazes de atender às demandas e problemáticas relacionadas à idade, abandono e repetências. Também destaca-se a necessidade de criação de espaços para intercâmbio de políticas, planos, ações e desenhos pedagógicos relativos à participação e inclusão do indivíduo no exercício de seus direitos cidadãos; entre esses espaços estariam bases de dados, encontros e seminários. Por fim, aponta-se como prioridade a sistematização de marcos conceituais e instâncias de participação que promovam processos educativos na região, buscando estabelecer afinidades entre as iniciativas e, a partir disso, contribuir para a elaboração de políticas regionais comuns (UNASUR, 2013h).

O terceiro eixo do Plano Estratégico Quinquenal para o período 2013/2017 refere-se à 'Integração social e regional', reunindo ações relativas à integração regional e à mobilidade das pessoas entre os países-membros da Unasul – com três objetivos específicos elencados como prioritários. O primeiro refere-se ao intercâmbio e difusão de informações sobre os sistemas de reconhecimento e equivalência de estudos e competências nos diferentes níveis e modalidades de ensino no âmbito regional. Para tanto, evidenciou-se como necessidade a identificação de órgãos e instituições responsáveis em cada país pela articulação e harmonização dos sistemas educacionais, com vista à articulação dos instrumentos comuns de reconhecimento de estudos já estabelecidos em espaços e entidades internacionais ou organismos multilaterais de cooperação; destaca-se nessa tarefa a participação do Convênio Andrés Bello e a consideração do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de certificados, Títulos e Estudos de Nível Básico e Médio não-Técnico do Mercosul[93] – assinado em Buenos Aires, em 5 de agosto de 1994. Nesse sentido, aponta-se a necessidade de criação de um banco de dados sobre convalidação de estudos e homologação de títulos e diplomas. Outra expectativa compreendida no primeiro objetivo específico advoga pela consolidação de um sistema de apoio à mobilidade de pesquisadores, docentes e estudantes, entre os países da região (UNASUR, 2013h).

[93] Informações disponíveis em: http://www.mre.gov.py/tratados/public_web/DetallesTratado.aspx?id=pQ+Ne4fqIVQoGFNqKCL86w==&em=lc4aLYHVB0dF+kNrtEvsmZ96BovjLlz0mcrZruYPcn8=. Acesso: 11 jan. 2019.

O segundo objetivo específico do eixo ‘Integração social e regional’ indica a necessidade de intercâmbio de informações sobre os currículos de ensino das línguas oficiais dos estados-membros, sob o propósito de integração curricular. Nesse sentido, estabelecem-se como ações a investigação das línguas e culturas oficiais dos países, bem, como a sistematização acerca da formação docente para o ensino desses idiomas. Também aponta-se a necessidade de impulsionamento do diálogo entre os países, com vista à inclusão do ensino das línguas oficiais da região nos currículos dos diferentes sistemas de educação (UNASUR, 2013h).

Por fim, o terceiro objetivo específico do eixo ‘Integração social e regional’ refere-se à promoção de uma maior vinculação entre educação e trabalho nos sistemas educativos, por meio da formação permanente; a estratégia visaria impulsionar o crescimento e desenvolvimento econômico, fomentando a integração da diversidade. Para tanto, o Plano Estratégico Quinquenal para o período 2013/2017 propõe a sistematização das boas práticas implementadas nos diferentes países do organismo multilateral acerca da relação entre educação e mundo do trabalho; também destaca-se a necessidade de promoção de um debate sobre a formação do educador que atua na articulação com o mundo do trabalho, assim com a relevância da investigação científica sobre a temática (UNASUR, 2013h).

Como já mencionado, a partir do Plano Estratégico Quinquenal para o período 2013/2017, que apontou as diretrizes e os objetivos do colegiado para o período, o Conselho Sul-americano passou a empreender esforços para elaboração do Plano Operativo Quinquenal. Conforme Ata da III Sesión de Videoconferencia da Instância Executiva[94] do Conselho Sul-americano de Educação (UNASUR, 2013l), o colegiado operacional teria a responsabilidade de conclusão de uma proposta específica de Plano Operativo Quinquenal até meados de março de 2014, ocasião em que seria finalizado o conjunto de estratégias e ações para o período. Também reforçou-se a necessidade de aproximação entre o Conselho de Educação e a Setor Educativo do Mercosul, bem como estratégias de cooperação para projetos de alfabetização (UNASUR, 2013l). Importante mencionar que, apesar de o Plano Operativo Quinquenal buscar a viabilização das ações e perspectivas estabelecidas no Plano Estratégico para o período de 2013-2017, seu quinquênio de referência é o de 2015-2019. Ou seja, o

[94] A partir da aprovação do Estatuto do Conselho Sul-americano de Educação, ficaram institucionalizados duas instâncias de trabalho e deliberação internas. A primeira, o Conselho de Ministras, Ministros e Máximas Autoridades de Educação, responsável pelas decisões e aprovações das estratégias, programas, ações, prioridades e outras que sejam determinantes para desenvolvimento das funções do órgão. A segunda, a Instância Executiva, refere-se ao colegiado responsável pela execução das ações estratégicas, programas e prioridades estabelecidas pelo Conselho de Ministras, Ministros e Máximas Autoridades de Educação. (UNASUR, 2013j)

Plano operativo levaria quase dois anos para ser elaborado e consideraria as ações a serem desenvolvidas até o ano de 2019.

Já em 2014, durante a Primeira Sessão de Videoconferência da Instância Executiva, além da continuidade da elaboração do Plano Operativo Quinquenal, foi discutida a necessidade de criação de um espaço virtual para o Conselho Sul-americano de Educação na plataforma digital do Centro de Comunicação e Informação da Unasul (UNASUR, 2014a). Entre as funcionalidades da plataforma estão a possibilidade de construção de uma biblioteca e arquivo virtual para preservação e gestão de obras e documentos multimeios, videoconferência e telefonia, desenvolvimento de trabalhos colaborativos, arquivamento e consulta de indicadores de gestão, construção de bases de dados, entre outras funcionalidades[95]. Ainda na primeira Videoconferência (UNASUR, 2014a), registrou-se debate sobre o andamento dos projetos do Conselho Sul-americano de Educação que teriam recebido financiamento para desenvolvimento pelo Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul, estabelecidos na III Reunião do órgão, realizado em maio de 2013 (UNASUR, 2013h). Projetos financiados: "Diagnóstico del Estado de la situación de la Ciudadanía", apresentado pelo Peru; "Estudio Comparado de los Sistemas Educativos", apresentado pelo Brasil. Em registros anteriores de encontros e reuniões, embora tenha sido mencionado que o Grupo de Trabalho Especializado em Educação submeteria projetos a serem financiados pelo Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul, ainda não teriam sido discriminados.

Já durante a I Reunião de Altos Delegados e Equipes Técnicas, que compõe a Instância Executiva do Conselho Sul-americano de Educação, o Plano Operativo seguiu em pauta. Nesse sentido, adiou-se a conclusão do Plano para abril de 2014, apesar de ter sido mencionado que alguns aspectos estabelecidos como prioridades no Plano Estratégico já estivessem em andamento – como os próprios projetos financiados pelo Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul. Nesse sentido, a Instância Executiva também estabeleceu como meta a mensuração do impacto dos projetos financiados pelo Fundo de Iniciativas Comuns (UNASUR, 2014b).

Também reforçou-se na primeira reunião presencial da Instância Executiva realizada em 2014 a necessidade de estabelecimento de uma estratégia comunicacional para proporcionar visibilidade às ações do Conselho Sul-americano de Educação, conforme consensuado no Plano Estratégico Quinquenal para o período 2013/2017. O foco das ações de

[95] Informações em: http://www.unasursg.org/es/node/10. Acesso: 11 jan. 2019.

comunicação deveria ser a população sul-americana como um todo, bem como autoridades e aliados estratégicos (UNASUR, 2014b).

O Plano Operativo Quinquenal para o período 2015-2019 seguiu em pauta ao longo do primeiro semestre, como demonstram as Atas das Sessões de Videoconferência realizadas pela Instância Executiva (UNASUR, 2014c, 2014d, 2014e). Mas, é na II Reunião presencial da Instância Executiva, realizada em junho de 2014, que é apresentado um esboço do Plano Operativo Quinquenal; na ocasião, seriam aprovados o esboço do Plano Operativo e a metodologia aplicada em sua elaboração (UNASUR, 2014f).

O Plano Operativo Quinquenal finalizado consta na Ata da Décima Primeira Sessão de Videoconferência da Instância Executiva do Conselho Sul-americano de Educação. O documento, baseado no Plano Estratégico Quinquenal para o período de 2013-2017, seguiu sua estrutura. Isso significa que seu conteúdo organiza-se nos três eixos norteadores estabelecidos pelo primeiro documento – 'Qualidade e Equidade', 'Cidadania e Direitos' e 'Integração social e regional' –, esmiuçados em 11 objetivos gerais; os objetivos gerais, por suas vezes, ganham contornos mais pragmáticos a partir de uma série de objetivos específicos a partir dos quais se estabeleceram atividades e metas (UNASUR, 2014h).

Para fins de registro, foram enumerados de 1 a 11 os seguintes objetivos gerais: 1) "Promover o acesso e uso pedagógico das TIC para melhoria da qualidade educativa em todos os níveis"; 2) "Identificar, sistematizar, difundir e viabilizar a implementação de critérios regionais para avaliação da qualidade e equidade na educação"; 3) "gerar mecanismos que permitam articular os critérios de acreditação existentes para a região com vista à consolidação de um sistema regional de acreditação"; 4) "fortalecer as políticas de intra, interculturalidade e plurilinguismo nos países da região e nas zonas de fronteira"; 5) "Promover o desenvolvimento da profissão docente com o objetivo de atrair, reter, potencializar e reconhecer os educadores como atores fundamentais da qualidade da educação"; 6) "contribuir para o desenvolvimento e consolidação de políticas de educação ambiental e consciência ambiental comprometidas com o desenvolvimento sustentável"; 7) "contribuir para consolidação e afirmação dos cidadãos como sujeitos de direitos e deveres, e protagonistas ativos do sistema democrático"; 8) "Promover a inclusão, participação e o exercício do direito da educação com vista a alcançar sua maior democratização"; 9) "Intercambiar e difundir informações acerca dos sistemas de reconhecimento e equivalência de estudos e competências, em todos os níveis e modalidades dos sistemas educativos dos estados-membros; 10) "intercambiar informações acerca dos currículos para o ensino das línguas oficiais dos Estados-membros, com o propósito de avançar na integração curricular

nessa matéria"; e 11) "Promover entre os sistemas educativos dos países da região uma maior vinculação entre educação e trabalho por meio da formação permanente como mecanismo de impulsionamento do crescimento e desenvolvimento econômico, fomentando a integração desde a diversidade" (UNASUR, 2014h).

Importante mencionar que, para as intenções do presente estudo, nem todos os macro-objetivos do Plano Operativo Quinquenal para o período de 2015-2019 são determinantes, pois tratam de ações no campo da educação como um todo. Em função de o foco da presente pesquisa estar na investigação acerca das Políticas Regionais para Conteúdos Digitais, apenas necessitam de detalhamento dois macro-objetivos, a saber, os objetivos 1 e 7: "Promover o acesso e uso pedagógico das TIC para melhoria da qualidade educativa em todos os níveis" e "contribuir para consolidação e afirmação dos cidadãos como sujeitos de direitos e deveres, e protagonistas ativos do sistema democrático", respectivamente. Isso porque, em ambas oportunidades, a questão da relevância e da necessidade de produção de conteúdos digitais se mostra mais evidente em razão das opções de estratégia de viabilização (UNASUR, 2014h). Isso não significa, evidentemente, que os demais objetivos elencados pelo Plano Operativo sejam de pouca relevância ou utilidade; frisa-se, na verdade, que para os objetivos desta pesquisa de doutoramento, esses aspectos seriam secundários em ordem de relevância para responder aos questionamentos.

Nota-se que dentro do objetivo geral 1, "Promover o acesso e uso pedagógico das TIC para melhoria da qualidade educativa em todos os níveis", foram estabelecidos 3 objetivos específicos. São eles: 1.1) "desenhar metodologias que orientem a elaboração de indicadores regionais comparáveis sobre o acesso e uso pedagógico das TICs"; 1.2) "definir ações estratégicas comuns para os Estados-membros da Unasul que permitam o monitoramento e avaliação das políticas educativas nos médio e longo prazos para melhorar a qualidade educativa de todos os níveis"; e 1.3) "criar mecanismos de cooperação regional em TICs nos Estados-membros da Unasul que permitam melhorar a qualidade educativa em todos os níveis". Dos objetivos específicos, interessa a esta investigação o "1.3" (UNASUR, 2014h).

Desdobrado em dois resultados esperados, o objetivo específico "1.3" pretende "conformar uma plataforma Virtual com repositório eletrônico de políticas implementadas, boas práticas e materiais didáticos em TIC" e "definir estratégias para compartilhamento de conteúdos digitais para educação". Para tanto, em relação ao primeiro resultado esperado, o documento aponta a necessidade de desenvolvimento de uma plataforma virtual capaz de servir tanto de repositório, de conteúdos/documentos e experiências, quanto de espaço de interação entre atores envolvidos nos processos educacionais, de forma a ser consolidado um

Foro permanente de discussão sobre acesso, uso e apropriação das TICs em sala de aula. Já em relação ao segundo resultado esperado, que se alinha mais propriamente aos objetivos da presente investigação, o Plano Operativo Quinquenal expõe a necessidade de revisão das estratégias de produção e desenvolvimento de conteúdos digitais focados aos processos de ensino-aprendizagem, bem como seus modelos e padrões de desenvolvimento e aplicação; também acerca desse aspecto, coloca-se como essencial o desenvolvimento de um sistema de acesso e indexação dos conteúdos digitais articulados com os setores e ministérios dos países-membros (UNASUR, 2014h). Interessante notar que, apesar de mencionar a relevância da produção de conteúdos digitais voltados à educação, o Plano Operativo não menciona nenhum tipo de estratégia para a produção, como a parceria com organismos de setores públicos, privados ou do terceiro setor; também não aborda a questão dos direitos autorais das produções para disponibilização pública. O documento também não aponta as instâncias responsáveis tanto pela produção quanto pela definição das diretrizes do conteúdo digital.

Durante a III Reunião de Altos Delegados da Instância Executiva (UNASUR, 2015a), realizada em agosto de 2015, foram calendarizadas as ações do Plano Operativo; na oportunidade, ficou estabelecido que as atividades a serem promovidas para viabilização do objetivo específico ‘1.3’ estariam previstas para ocorrerem a partir do segundo semestre de 2016, mas mais massivamente a partir de 2018. Conforme o documento, estariam previstas para ocorrer, entre o segundo semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2017, a discussão e a concertação acerca das políticas comuns de desenvolvimento das estruturas de acesso, conectividade e uso pedagógico das TICs; já a revisão das estratégias de desenvolvimento de conteúdos digitais focados no processo de ensino-aprendizagem ocorreria ao longo de 2017, enquanto a produção de modelos de conteúdos digitais educacionais ocorreria em 2018. Em relação ao desenvolvimento da Plataforma Virtual específica do setor de Educação na Unasul, a iniciativa estaria prevista para ser implantada no decorrer dos anos de 2018 e 2019. Por fim, a conformação de um sistema de acesso e indexação dos conteúdos digitais articulados com a rede de portais ministeriais dos Estados-membros seria prevista também apenas para 2019 (UNASUR, 2015a).

Em relação ao objetivo geral número 7, o Plano Operativo Quinquenal estabelece apenas um objetivo específico: “desenhar e elaborar uma Agenda Educativa Comum Unasul para o desenvolvimento do exercício da cidadania, o fortalecimento dos sistemas democráticos na região e o respeito aos direitos humanos, tomando em conta experiências regionais”. Desse objetivo específico decorrem três resultados esperados, a saber, “harmonização das prioridades e eixos de ação sobre cidadania sul-americana na educação

dos Estados-membros", "fortalecimento da investigação, a harmonização curricular e os projetos sociais na linha de cidadania sul-americana dos sistemas educativos dos Estados-membros", e "socialização das boas práticas regionais de educação para o desenvolvimento de competências cidadãs". Neste contexto, aos interesses da presente pesquisa, o segundo resultado esperado enquadra-se especificamente ao foco da investigação. Isso porque, entre as atividades a serem realizadas, enfatiza-se a necessidade de elaboração de materiais para desenvolvimento de temas da cidadania sul-americana, levando-se em consideração as experiências em nível regional. A produção desse conteúdo, destaca o Plano Operativo, deve ser conduzida pela comunidade educativa para diferentes meios e plataformas comunicativas – portanto, a produção de conteúdos multi-plataformas, que inclui a produção de conteúdos digitais voltados à educação (UNASUR, 2014h). Neste contexto, durante a III Reunião de Altos Delegados da Instância Executiva, realizada em agosto de 2015, na qual foram calendarizadas as ações do Plano Operativo 2013-2017, ficaria estabelecido que a elaboração dos materiais para desenvolvimento das temáticas relativas à cidadania sul-americana estaria prevista para ocorrer entre os anos de 2017 e 2019 (UNASUR, 2015a).

Importante, ainda, registrar que nos debates empreendidos na II Reunião de Altos Delegados da Instância Executiva ficou reforçada a necessidade e a intenção de articulação entre as estratégias e ações do Conselho Sul-americano de Educação da Unasul e do Setor de Educação do Mercosul (UNASUR, 2015a).

Ao longo dos anos de 2015, 2016 e 2017, o Conselho Sul-americano de Educação levou a cabo o Plano Operativo Quinquenal, empreendendo a implantação e acompanhamento de uma série de ações e projetos previstos – como demonstrado em Atas das Reuniões da Instância Executiva (UNASUR, 2016a, 2017a, 2017b). Entre os destaques estavam os projetos financiados pelo Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul – "Diagnóstico del Estado de la situación de la Ciudadanía Suramericana en educación de los Estados Miembros de la UNASUR" e "Estudio Comparado de los Sistemas Educativos" – este último cujo resultado seria apresentado na XLII Reunião da Instancia Executiva do Conselho Sul-americano de Educação, por meio de videoconferência (UNASUR, 2017c). Nesse período, também teve início a revisão do Plano Operativo Quinquenal para o período 2015-2019, para verificação do status dos diferentes objetivos estabelecidos inicialmente (UNASUR, 2016a, 2017a).

Interessante notar, para os objetivos desta pesquisa, que os aspectos transversais à questão dos Conteúdos Digitais, ou eventuais políticas que tratassem do sistema de produção, circulação e distribuição dos materiais mencionados como essenciais aos objetivos do Plano Operativo, não evoluíram nos debates e nem se fizeram presentes nas discussões relativas à

revisão do Plano Operativo (UNASUR, 2017b). Também importante salientar que no período de análise proposto, o Conselho Sul-americano de Educação abordou a questão dos Conteúdos Digitais na condição de elemento constituinte da comunicação institucional e como aporte relativo a processos de capacitação e educação a distância, seja sob o ponto de vista da educação formal ou da capacitação para formação de professores. Entretanto, o debate não avançou no tocante à produção.

Para fins de registro, nos últimos dois documentos do exercício de 2017, apenas são mencionadas a implantação de um piloto da Plataforma Virtual para as atividades do Conselho Sul-americano de Educação (UNASUR, 2017b) e o desenvolvimento de um questionário para avaliação da introdução de tecnologias da Informação e da Comunicação no currículo escolar dos países-membros (UNASUR, 2017c).

2.1.4 Conselho Sul-americano de Cultura

O Conselho Sul-americano de Cultura foi criado por meio da Decisão nº 12/2012 Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, que desmembraria o Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação em três conselhos autônomos e independentes. O ato de criação dos novos Conselhos da Unasul também determinou a necessidade de criação de um estatuto próprio, bem como um Plano Estratégico Quinquenal (UNASUR, 2012d).

Após sua criação oficial, em novembro de 2012, o Conselho Sul-americano de Cultura promoveria sua primeira atividade como conselho autônomo da Unasul em dezembro do mesmo ano, por ocasião do II Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais – idealizado e viabilizado ainda enquanto Grupo de Trabalho Especializado em Cultura (UNASUR, 2012e). Esse encontro seria considerado a primeira atividade formal do novo colegiado por meio de consenso estabelecido no primeiro encontro do Conselho Sul-americano de Cultura, realizado por meio de videoconferência, em janeiro de 2013; na mesma oportunidade, o colegiado destacou, como principais atividades de 2012, a realização de Reunião sobre Conteúdos Culturais para televisão e a Reunião sobre experiências em gestão cultural comunitária (UNASUR, 2013m).

Para além do balanço das atividades realizadas pelo Grupo de Trabalho Especializado em Cultura em 2012, foi discutido o processo de desenvolvimento dos projetos acordados durante a Reunião sobre Conteúdos Culturais para televisão – Intercâmbio de Conteúdos Culturais: Banco de conteúdos Culturais (coordenado pela Argentina); Programa de estágios e

intercâmbio como estratégia de formação cultural (sob responsabilidade da Venezuela); e as co-produções "Expreso Sur" e "contenidos infantis La Lleva" (coordenados pela Colômbia), e o "Anima Sur" (sob responsabilidade do Brasil). Nesse sentido, os registros do encontro apontam que o projeto "Expreso Sur" foi o mais debatido, contando com uma prestação detalhada de contas realizada pela coordenação da iniciativa – a Colômbia. A título de reforço, o Expreso Sur refere-se a uma série televisiva sobre patrimônio cultural imaterial, a partir de 3 festas regionais tradicionais – que seriam sugeridas e consensuadas entre os participantes da iniciativa (UNASUR, 2013m).

Consta na Ata da primeira videoconferência o debate sobre atividades prioritárias do Conselho Sul-americano de Cultura. Sob responsabilidade do Peru, o planejamento sugerido para 2013 deveria contar com ações em três eixos: Indústrias Culturais e Artes; Interculturalidade; e Defesa e conservação do Patrimônio Cultural. Em relação à questão das indústrias culturais, foi mencionada a necessidade de sistematização dos aspectos legais e normativos nacionais que garantissem a livre circulação de bens e serviços culturais entre os países da Unasul; para tanto, solicitou-se aos países-membros o envio das informações ao coordenador da iniciativa, o Peru, de forma que essa sistematização fosse realizada. Acerca da interculturalidade, a temática estaria prevista para ser aprofundada ao longo da realização do III Foro de Direitos Culturais, previsto para ocorrer ainda em 2013. Já em relação ao eixo Defesa e Conservação do Patrimônio, frisou-se a necessidade de alinhamento entre as perspectivas da Unasul e as convenções da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre proteção do patrimônio mundial cultural e natural, bem como sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (UNASUR, 2013m).

Por fim, o primeiro encontro virtual do Conselho Sul-americano de Cultura em 2013 abordou a necessidade de elaboração do Estatuto e do Plano Quinquenal do órgão – demandas previstas na Decisão nº 12/2012, que criou o colegiado. Para consolidação do Estatuto, seria constituído um Grupo de Trabalho específico. A respeito do Plano Estratégico Quinquenal, decidiu-se pelo seu desenvolvimento em três etapas. A primeira refere-se à formulação inicial das propostas; a segunda implicaria na elaboração das bases políticas e o esboço do Plano Operativo Quinquenal; a terceira seria a conclusão do Plano Operativo (UNASUR, 2013m).

Já na I Reunião de Altos Delegadas e Delegados do Conselho Sul-americano de Cultura, realizada em fevereiro de 2013, três assuntos principais estiveram pauta. O primeiro se refere à elaboração do Estatuto do órgão; na ocasião foi apresentada uma versão preliminar, que seria debatida e incorporaria as críticas apresentadas ao longo do encontro. Também esteve em discussão a revisão e finalização do Plano de Ação para 2013-2014, que seria

concluído em junho de 2013, como consta na Ata da II Reunião de Altos Delegadas e Delegados, com definição de eixos de ação referentes ao Patrimônio Cultural, Indústrias Culturais, Comunicação e Cultura, Artes, Conservação e Defesa do Patrimônio (UNASUR, 2013o). Por fim, foram debatidos os avanços da iniciativa Expresso Sur, a partir dos quais a proposta de Plano de Ação seria modificada (UNASUR, 2013n).

Neste contexto, enquanto ocorreria o desenvolvimento dos Planos Estratégico e Operativo Quinquenais e do Estatuto do órgão, o Conselho Sul-americano de Cultura concluiria e aprovaria o Plano de Ação para o exercício do biênio 2013-2014, como evidenciam as atas de reuniões realizadas por videoconferência ao longo do primeiro semestre (UNASUR, 2013p, 2013q, 2013r). Essa matriz de atividades estaria organizada a partir de cinco áreas de trabalho, cada qual com um objetivo geral e alguns específicos, atrelados a atividades e ações pontuais (UNASUR, 2013o).

Tanto o Estatuto quanto o Plano de Ação para o biênio 2013-2014 seriam concluídos e apresentados durante a I Reunião de Ministras e Ministros do Conselho Sul-americano de Cultura, realizado em junho de 2013, na capital peruana, Lima. Os documentos seriam acompanhados por uma Declaração de Ministras e Ministros de Cultura dos Estados-membros da Unasul que defenderia a relevância e o papel central da Cultura nos processos de desenvolvimento e reafirmaria compromissos estabelecidos desde a criação do Grupo de Trabalho Especializado em Cultura (UNASUR, 2013s). Esses princípios e compromissos norteariam as atividades do órgão em suas atividades.

2.1.4.1 Declaração de Ministras e Ministros de Cultura dos Estados-membros da Unasul e o Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura

De acordo com Declaração de Ministras e Ministros de Cultura dos Estados-membros da Unasul, o exercício das atividades do Conselho Sul-americano de Cultura partiria do princípio de que a garantia e o exercício dos direitos culturais e o livre acesso às culturas representaria um dos pilares fundamentais da construção de sociedades justas e democráticas. Esse seria o motivo, conforme o documento, dos esforços sul-americanos para resguardar e promover os direitos de criação, acessibilidade e desfrute cultural e das expressões artísticas (UNASUR, 2013s).

Outra afirmação importante da Declaração se refere à perspectiva segundo a qual o patrimônio cultural, material e imaterial, concentraria a memória e a identidade da região, estabelecendo-se como principal herança e legado visível da história sul-americana e, por

isso, representaria a própria garantia de futuro de suas sociedades. Nesse sentido, enfatiza-se a necessidade de composição de estratégias conjuntas de luta contra o tráfico ilícito de bens culturais; também reafirma-se o compromisso de defender e garantir o direito dos povos indígenas e originários, as populações afrodescendentes e outras comunidades culturais, atacando quaisquer tipos de discriminação (UNASUR, 2013s).

A Declaração apresenta defesa em relação às indústrias culturais e à economia criativa na condição de ferramenta efetiva para fomentar o reconhecimento do patrimônio cultural e regional, difundir expressões artísticas, fortalecer a produção, o trabalho e a equidade, contribuindo diretamente para a consolidação de condições para o desenvolvimento sustentável da região (UNASUR, 2013s).

Conforme o Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura, o órgão seria constituído como uma instância permanente de consulta, diálogo, reflexão e intercâmbio de informações e experiências, sob coordenação intergovernamental e voltada à cooperação em matéria de Cultura (UNASUR, 2013s).

O Estatuto estabelece nove princípios norteadores da atuação do Conselho Sul-americano de Cultura. O primeiro se refere à "Criação e acesso universal à Cultura", compreendido como direito fundamental da pessoa e da sociedade, e como elemento essencial ao desenvolvimento de sujeitos e grupos. Integração Regional é estabelecida como segundo princípio norteador; a esse respeito, o Estatuto sobreleva o diálogo, a cooperação e o intercâmbio de capacidades, conhecimentos e experiências sobre temáticas relacionadas à cultura como estratégia de desenvolvimento do setor e da própria sociedade. Nesse sentido, o terceiro princípio, 'inclusão', compreenderia a intenção de proteger e promover os direitos das pessoas e das coletividades de forma equitativa no acesso à cultura, considerando o respeito à pluralidade e à diversidade cultural, reconhecendo sua relevância para a construção de sociedades democráticas (UNASUR, 2013s).

A equidade também figura entre os princípios norteadores do órgão; isso significa que suas atividades deveriam levar em consideração o respeito incondicional à igualdade entre gêneros e as características das coletividades, promovendo tratamento preferencial aos setores sociais que se encontrarem em situação de exclusão (UNASUR, 2013s).

O quinto princípio é a Interculturalidade. Premissa de toda a Unasul, implica na necessidade de promoção da interrelação, da convivência e do diálogo entre os setores sociais, comunidades, grupos étnicos e nacionalidades presentes na região; nesse sentido, as ações do órgão deveriam se pautar pela solidariedade e o reconhecimento e respeito à diversidade cultural individual e coletiva (UNASUR, 2013s).

O princípio da ‘transparência e da divulgação” estabelece-se como fundamental no exercício das atividades do órgão. Isso significa que parte-se da premissa de que o Conselho Sul-americano de Cultura deve fomentar o livre acesso ao conhecimento produzido pelo órgão, bem com a ampla difusão de suas ações, “respeitando os direitos à propriedade intelectual e a informação reconhecida como reservada” (UNASUR, 2013s).

A participação dos diferentes setores sociais, por meio de instâncias de representação cidadã, figura como o sétimo princípio do Conselho de Cultura. Já o princípio da ‘cooperação’ é apontado como norteador de ações de realização conjunta de projetos culturais concretos que fomentem a produção cultural dos setores sociais e dos Estados-membros, como um todo. Por fim, o princípio da Comunicação aponta para a necessidade de fomento aos processos comunicativos, capazes de difundir a cultura e fomentar a criação e transformação de práticas de representação cultural dos povos (UNASUR, 2013s).

Levando-se em consideração esses princípios, o Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura estabelece 16 objetivos específicos que norteariam as ações e perspectivas do órgão no exercício de suas atividades. O primeiro, de caráter mais global, refere-se à necessidade de impulsionamento e fortalecimento da cooperação cultural na região; nesse sentido, o segundo objetivo indica o reconhecimento e promoção do valor central da cultura como insumo indispensável ao desenvolvimento e superação da pobreza e da desigualdade. Disso decorre o terceiro objetivo, segundo o qual, buscar-se-ia a redução das assimetrias regionais e sub-regionais no tocante ao acesso à cultura (UNASUR, 2013s).

O quarto objetivo ressalta a relevância de ações para fortalecimento das instituições e dos espaços onde surgem manifestações culturais, privilegiando a criação e consolidação de redes de articulação entre entidades culturais para intercâmbio de boas práticas e expressões culturais (quinto objetivo) (UNASUR, 2013s).

Em outro eixo de trabalho, o sexto objetivo específico do Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura destaca o foco na promoção do reconhecimento, da valorização, da proteção, da salvaguarda e da apropriação social do patrimônio natural, cultural, material e imaterial, considerando a diversidade das expressões culturais dos povos da região e o marco dos direitos culturais individuais e coletivos (UNASUR, 2013s).

O Estatuto ainda aponta como sétimo objetivo específico o fomento ao desenvolvimento da cidadania sul-americana, por meio de ações para a conscientização sobre a interculturalidade, a valorização positiva das diversidades e das diferenças culturais; ainda nesse sentido destacou-se com fundamental o combate às formas de discriminação como fundamento da construção da união sul-americana (UNASUR, 2013s).

O oitavo objetivo específico enfatiza a promoção de políticas, programas e ações que promovam ou contribuam com o desenvolvimento das indústrias culturais; nesse sentido as indústrias culturais seriam observadas tanto como componentes do crescimento econômico e desenvolvimento integral da sociedade, como mecanismos de circulação de bens e serviços culturais na região (UNASUR, 2013s).

O combate ao tráfico ilícito de bens patrimoniais e culturais é o foco do nono objetivo específico do Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de fortalecimento da cooperação para desenvolvimento de ações conjuntas para impedir a prática do tráfico cultural ilícito, garantindo retorno das obras e manifestações-alvo (UNASUR, 2013s). O décimo objetivo específico aponta para a promoção de ações que fomentem o acesso irrestrito à criação, uso e consumo da cultura, considerando a equidade de gênero e combatendo quaisquer formas de discriminação. Assim, também se destaca a defesa pelo reconhecimento do trabalho dos atores sociais, instituições públicas e privadas, que impulsionem, gerem, difundam, promovam ou divulguem manifestações culturais nos níveis nacional e regional – décimo primeiro objetivo (UNASUR, 2013s). O décimo segundo objetivo específico reforça a perspectiva de promoção e proteção da diversidade cultural e das expressões da memória, dos conhecimentos e dos saberes dos povos da região; esse aspecto também se relaciona com o fortalecimento das identidades a partir do reconhecimento da história própria da região (UNASUR, 2013s).

A temática da integração retorna no décimo terceiro objetivo específico, quando o Estatuto destaca a necessidade de articulação do Conselho Sul-americano de Cultura com outros organismos de integração regional e sub-regional. Esse movimento buscaria a incorporação e fortalecimento dos esforços e conquistas já empreendidos em matéria de cultura. Nesse mesmo sentido, o décimo quarto objetivo, reforça a necessidade de promoção de intercâmbio e desenvolvimento cultural dos Estados-membros de maneira consensuada e articulada em outros espaços internacionais (UNASUR, 2013s). O décimo quinto objetivo específico aponta para o fomento e fortalecimento das capacidades das sociedades para criar e recriar seu próprio entorno (UNASUR, 2013s). Por fim, o décimo sexto ressalta a necessidade de geração de conteúdos e narrativas culturais em multimídias que permitam a difusão e o fomento à diversidade cultural dos povos no espectro midiático (UNASUR, 2013s).

Para tanto, e seguindo a mesma lógica de composição do Conselho Sul-americano de Educação, o Estatuto determina que o Conselho Sul-americano de Cultura deva ser composto por duas instâncias obrigatórias. O Conselho de Ministras e Ministros de Cultura, instância máxima do órgão, presidido pelo Estado que exerça à época a Presidência Pró-Tempore da

Unasul, e cujas funções seriam a de deliberar e aprovar sobre políticas e ações no âmbito da cultura regional, bem como coordenar as atividades da Instância Executiva – esta última formada por Delegadas e Delegados dos Ministérios de Cultura, ou seus equivalentes, e cujas funções seriam as de elaborar os documentos e propor ações a serem validadas e discutidas no âmbito do Conselho de Ministras e Ministros de Cultura. Ainda haveria a possibilidade de formalização de Grupos Especializados de Trabalho, a partir de consenso e determinação do Conselho de Ministras e Ministros de Cultura (UNASUR, 2013s).

2.1.4.2 Plano de Ação para o biênio 2013-2014

Como já apontado, o Plano de Ação do Conselho Sul-americano de Cultura para o biênio 2013-2014 foi concebido a partir de cinco áreas de trabalho, cada qual com um objetivo geral e alguns específicos, atrelados a atividades e ações pontuais (UNASUR, 2013o). A primeira área de trabalho se refere às Indústrias Culturais e Economias Criativas, cujo objetivo geral é o de harmonizar os avanços dos países no que concerne à promoção e à difusão das Indústrias Culturais. Para isso, estabelecem-se cinco objetivos específicos e ações específicas (UNASUR, 2013o).

O primeiro objetivo específico se refere à necessidade de desenvolvimento e intercâmbio de Indústrias Culturais por meio de programas e instrumentos de fomento de empreendimentos no setor. Nesse sentido, estabeleceu-se como atividade programada a organização de um inventário sobre a estrutura normativa e legal vinculada às indústrias culturais nos países-membros da Unasul (UNASUR, 2013o).

Ligado especificamente ao âmbito musical, o segundo objetivo específico compreende ações para recopilação e difusão de propostas musicais que visem fusionar ritmos característicos dos países-membros da Unasul. Para tanto, projeta-se a realização de atividades de identificação de fonogramas e publicação de um catálogo virtual dos ritmos locais, mixados a ritmos diversos oriundos de outros países da região (UNASUR, 2013o).

No âmbito cinematográfico, o terceiro objetivo específico aponta para realização de estudos sobre a competitividade da indústria cinematográfica dos países da região, a ser realizado conjuntamente a uma reunião de autoridades do setor no âmbito da Unasul (UNASUR, 2013o). A necessidade de coordenação de ações com outros espaços de integração regional está na pauta do quarto objetivo específico do Plano de Ação para o biênio 2013-2014. Nesse sentido, propõe-se a avaliação das ferramentas do Sistema de Informações Culturais do Mercosul e do Sistema Nacional de Informação Cultural da Colômbia

(UNASUR, 2013o). Já o quinto objetivo específico aponta para a promoção das indústrias culturais e das economias criativas na região. A ação específica projetada para o setor refere-se à realização de um evento intitulado "Mercado de Indústrias Culturais do Sul" (MICSUR), a ser realizado na Argentina (UNASUR, 2013o). O MICSUR foi idealizado para ser um espaço de promoção e intercâmbio de conhecimento, produtos e serviços culturais e criativos no âmbito dos países da Unasul.

A segunda área de trabalho se refere à temática da Interculturalidade, cujo objetivo geral é o de promover o reconhecimento positivo da Diversidade Cultural e o especifico é o fortalecimento e harmonização da política pública intercultural. O Plano de Ação prevê quatro ações para dar conta dos objetivos estabelecidos. A primeira é a elaboração de uma Publicação sobre Políticas Públicas e normatividade dirigidas aos povos indígenas, populações afrodescendentes e minorias culturais na região; a segunda se refere à realização do III Foro sobre Direitos Culturais e projeções para o setor; a terceira ação diz respeito à realização de Reunião para intercâmbio de políticas públicas de base comunitária no campo da cultura; a quarta ação indica a realização do I Foro sobre Interculturalidade, descolonização e diáspora (UNASUR, 2013o).

A terceira área de trabalho está focada na Defesa e Conservação do Patrimônio Cultural. O eixo se desdobra em dois objetivos gerais, com seus respectivos objetivos específicos. O primeiro aponta para a luta contra o tráfico ilícito de bens culturais, por meio do fortalecimento das ações para coibição da prática do tráfico e para restituição dos bens aos seus países de origem; nesse sentido, coloca-se como ação a ser realizada a elaboração de uma publicação que reúna as normas internacionais sobre tráfico ilícito aplicado ao contexto da Unasul e a promoção de uma Reunião sobre a questão. O segundo objetivo específico enfatiza a necessidade de conservação e registro do patrimônio cultural na região e o compartilhamento de informações sobre o controle e a preservação do patrimônio na região; para isso propõe-se o intercâmbio de metodologias e sistemas de registro e gestão do patrimônio cultural (UNASUR, 2013o).

Comunicação e Cultura é a quarta área de trabalho estabelecida no Plano de Ação para o biênio 2013-2014. Nesse contexto, evidencia-se como objetivo a produção e compartilhamento de conteúdos culturais para televisão no âmbito sul-americano. Destacam-se nesse eixo os projetos debatidos no âmbito da Reunião sobre Conteúdos Culturais para televisão, realizada em 2012, ou seja, o lançamento e difusão do projeto 'Banco de conteúdos Culturais', lançamento e divulgação do projeto "Expreso Sur", e elaboração dos modelos de

produção dos projetos "La Lleva"[96] e "Anima Sur"[97]. O eixo de trabalho também propõe a realização do III Foro de Conteúdos Culturais para Televisão e a formação de uma rede setorial para fortalecer o campo da TV Cultural, por meio do intercâmbio de experiências e conhecimentos entre criadores de conteúdos na região, a ser viabilizado através de estágios – nos quais o país anfitrião assumiria os custos de hospedagem, alimentação e transporte dos participantes (também uma demanda estabelecida na Reunião sobre Conteúdos Culturais para televisão). Apesar de mencionar os estágios, o documento não aprofunda regras para seleção dos participantes (UNASUR, 2013o).

Por fim, a quinta área de trabalho do Plano de Ação para o biênio 2013-2014 foca nas Artes, por meio da promoção de políticas culturais para criação e divulgação de expressões, bens e serviços. Para isso, destaca-se como necessidade o estabelecimento de intercâmbio e cooperação no setor, por meio de encontros, reuniões e fóruns teóricos, artísticos e comunidade ligada à área (UNASUR, 2013o).

Após a definição do Plano de Ação para o biênio 2013-2014, em junho de 2013, o Conselho Sul-americano de Cultura apenas registraria oficialmente reunião em junho de 2014, por ocasião da IV Reunião da Instancia Executiva do Conselho Sul-americano de Cultura e da II Reunião de Ministras e Ministros de Cultura – realizadas de forma sequencial. Na oportunidade, foi realizado um balanço acerca do avanço das atividades previstas no Plano de Ação. Apesar de não haver registro oficial no repositório de documentos da Unasul, a Ata da Reunião da Instancia Executiva do Conselho Sul-americano de Cultura registra atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2014, como a proposição da Argentina de projetos no âmbito do eixo de trabalho Artes do Plano de Ação – "Circulação, Intercâmbio e Desenvolvimento de Projetos Artísticos nos países da Unasul" e "Projetos Específicos de Arte Contemporânea" na nova sede da Unasul, em Quito –, que viriam a ser retirados na IV Reunião da Instancia Executiva. Consta, ainda, na Ata que esses projetos estariam anexados ao documento, o que não se confirma na prática. O mesmo ocorre com outros anexos mencionados, que não estão disponíveis (UNASUR, 2014i).

Apesar disso, entre os destaques do encontro estava o desenvolvimento do projeto Arte Unasul, com ênfase ao desenvolvimento de uma plataforma na internet[98], que seria

[96] Importante mencionar que o "La lleva" refere-se ao reality infantil ganhador do prêmio Prix Jeunesse Internacional 2010, um festival de conteúdos digitais voltados ao público infantil, promovido pela ComKids. Segundo seu site oficial, trata-se de uma organização internacional focada "na promoção e produção de conteúdos digitais, interativos e audiovisuais de qualidade para crianças e adolescentes, a partir de pressupostos de responsabilidade social, desenvolvimento cultural e economia criativa no Brasil, na América Latina e na Península Ibérica". Informações em: https://www.comkids.com.br/sobre/.

[97] Uma série de animação voltada ao público infantil.

[98] www.arteunasur.org/index.php.

alojada e administrada pelo Centro de Comunicação e Informação da Unasul. Entretanto, em busca pelo endereço eletrônico na internet, constata-se que a página não se encontra disponível. Também debateu-se o desenvolvimento do Projeto Expreso Sur, destacando-se a aplicação dos recursos destinados pelo Fundo de Iniciativas Comuns para viabilização da iniciativa (UNASUR, 2014i).

Outras temáticas debatidas durante a IV Reunião da Instancia Executiva do Conselho Sul-americano de Cultura referiram-se ao evento Mercado de Indústrias Culturais (MICSUR) e ao Sistema de Informação Cultural do Sul (SICSUR). Em relação ao evento, enfatizou-se a realização da segunda edição em 2016, na Colômbia (UNASUR, 2014i). Importante mencionar que, apesar de não haver registros no repositório documental da Unasul, a Ata da II Reunião de Ministros e Ministras de Cultura do Conselho Sul-americano de Cultura felicita a Argentina pela realização do evento Mercado de Indústrias Culturais (MICSUR), realizado em maio de 2014; o documento também menciona e parabeniza a Colômbia por ter aceitado desenvolver a segunda edição do encontro, em 2016, e ao Brasil, que teria se comprometido a realizar a terceira edição em 2018. Na declaração dos Ministros e Ministras, a oportunidade teria contribuído para a consolidação de uma rede e para a socialização de iniciativas regionais para indústrias culturais e economias criativas (UNASUR, 2014j).

Já sobre o SICSUR, por se tratar de uma iniciativa desenvolvida no âmbito do Mercosul, e em operação, a Ata da IV Reunião da Instância Executiva do Conselho Sul-americano de Cultura aponta a opção por não o incorporar à estrutura da Unasul; porém, enfatizou-se a necessidade de utilização das informações proporcionadas pelo sistema para as políticas e ações do Conselho Sul-americano de Cultura (UNASUR, 2014i). Essa perspectiva seria reafirmada na II Reunião de Ministros e Ministras de Cultura do Conselho Sul-americano de Cultura. Entretanto, os Ministros e Ministras sugeriram a criação de um Grupo de Trabalho Especializado para avançar na elaboração de um Índice Regional de Cultura, com indicadores que tivessem a capacidade de superar a visão economicista do desenvolvimento – mas ainda baseados nas informações disponíveis no SICSUR (UNASUR, 2014j).

Outra questão tratada durante a IV Reunião da Instância Executiva disse respeito à proposição boliviana de realização de um Seminário Internacional de Interculturalidade, cujos resultados, propôs-se, deveriam compor um Atlas sobre a Diversidade Cultural Sul-americana, a ser publicado. Menciona-se que as iniciativas seriam incorporadas ao Plano de Ação para o biênio 2015-2016. Outro projeto a ser incorporado ao novo plano de ação seria a realização de um Festival de Cinema da Unasul – proposição da Argentina. Especificamente em relação ao Plano de Ação para o biênio 2015-2016, a Ata da IV Reunião da Instância

Executiva aponta estar em processo de elaboração e cujo esboço estaria em documento anexado; novamente, o anexo não está disponível (UNASUR, 2014i). A esse respeito, a Ata da II Reunião de Ministros e Ministras de Cultura do Conselho Sul-americano de Cultura aprova aspectos gerais do Plano de Ação para o biênio 2015-2016, ressaltando faltar apenas a apresentação de comentários e sugestões dos países-membros. Também nesse documento é mencionada a existência do Plano anexado, o que não se confirma (UNASUR, 2014j).

Por fim, a Ata da IV Reunião da Instância Executiva menciona o processo de revisão e finalização de uma Declaração sobre Tráfico Ilícito de Bens Culturais, a ser concluído e publicado pelo Conselho Sul-americano de Cultura; a esse respeito, solicitou-se aos países-membros a leitura minuciosa e eventuais sugestões de alteração e complementação (UNASUR, 2014i). Isso também seria reafirmado durante a II Reunião de Ministros e Ministras de Cultura do Conselho Sul-americano de Cultura (UNASUR, 2014j).

2.1.4.3 Plano de Ação para o biênio 2015-2016

À semelhança do que ocorreu no interstício entre a aprovação do Plano de Ação para o biênio 2013-2014 e o registro oficial de reuniões da entidade para avaliação das atividades desenvolvidas – de cerca de um ano sem documentos disponibilizados no repositório da Unasul –, o período que antecedeu a aprovação do Plano de Ação para o biênio 2015-2016 também foi marcado pela ausência dos registros de videoconferências. Mais que isso. Não há sequer documento ou registro em Ata que apresente e oficialize o Plano de Ação para o biênio 2015-2016. A existência oficial de um Plano de Ação para o biênio 2015-2016 pode ser comprovada nas Atas da V Reunião da Instância Executiva (UNASUR, 2015b) e da III Reunião de Ministros de Cultura (UNASUR, 2015b), ambas realizadas em setembro 2015, que mencionam a conclusão do Plano de Ação. Também é possível comprovar a manutenção do desenvolvimento de atividades no âmbito do Conselho Sul-americano de Cultura nos registros da V Reunião da Instância Executiva, na qual seriam aprovadas as atas de cinco videoconferências ao longo de 2015 (UNASUR, 2015b).

Apesar de não haver apresentação oficial, a presente pesquisa buscou, em elementos da documentação disponível, traçar as principais linhas de trabalho do Plano de Ação para o biênio 2015-2016, tentando estabelecer relações de continuidade ou descontinuidade das ações e estratégias previstas anteriormente.

Entre os assuntos debatidos durante a V Reunião da Instância Executiva estava a continuidade do apoio e concordância com as perspectivas de prevenção e luta contra o tráfico

ilícito de bens culturais patrimoniais. Entre as ações previstas estaria a recomendação para que cada país-membro empreendesse esforços para incorporar os instrumentos jurídicos internacionais vigentes relativos à proteção e prevenção do tráfico ilícito de patrimônios culturais. Destacadamente, a Ata da Reunião da Instância Executiva aponta o documento "Convención Sobre las Medidas que deben adoptarse para Prohibir e Impedir la Importación, la Exportación y la Transferencia de Propiedad Ilícita de Bienes Culturales" (UNESCO, 1970b). Ainda nesse sentido, a Ata da V Reunião da Instância Executiva registra recomendação para que os países-membros elaborem propostas para instrumentalização de mecanismos de conformação de redes de alerta para o tráfico de bens culturais patrimoniais (UNASUR, 2015b). Essas demandas seriam reafirmadas durante a III Reunião de Ministros do Conselho Sul-americano de Cultura, que também empreenderia a criação do Grupo de Trabalho Especializado em Tráfico Ilícito de Bens Culturais e Patrimoniais, com o objetivo de propor estratégias e mecanismos de efetivação dos marcos normativos internacionais e regionais (UNASUR, 2015c).

A V Reunião da Instância Executiva também registraria discussão acerca da submissão de outros três projetos para o Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul, organizados sob critério de prioridade da seguinte maneira: "In Situ"[99], apresentado pela Argentina; "Seminário Workshop de Planejamento para o Atlas da Diversidade Cultural Sul-americana", apresentado pela Bolívia; e projeto "Segundo Mercado de Indústrias Culturais do Sul 2016", apresentado pelo Peru (UNASUR, 2015b); essa escala de prioridade seria ratificada na III Reunião de Ministros (UNASUR, 2015c). Ainda sobre o evento Mercados de Indústrias Culturais, independentemente da eventual aprovação no Fundo de Iniciativas Comuns, a Ata da V Reunião indica a necessidade de que o Conselho Sul-americano de Cultura esteja representado nas instâncias executivas do encontro, com o objetivo de garantir a convergência com os lineamentos surgidos do colegiado em matéria de cooperação internacional (UNASUR, 2015b).

Outro projeto proposto durante a V Reunião da Instância Executiva refere-se à Bienal Internacional de Arte da Unasul, a ser realizada em 2017 (UNASUR, 2015b). Essa proposta havia sido apresentada pela Argentina durante as videoconferências realizadas ao longo de

[99] Em razão da ausência de documentação sobre as videoconferências realizadas entre janeiro e agosto de 2015, ainda não haveria informações sobre o projeto In Situ, pois não constam informações pormenorizadas na Ata da V Reunião da Instância Executiva. A explicação oficial acerca do Projeto In Situ apenas apareceria na Ata da VI Reunião da Instância Executiva, que aponta que a iniciativa se inseria na Área de Trabalho "Artes", com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências na região para a produção de obra, teoria e crítica a respeito da arte contemporânea. (UNASUR, 2016b)

2015; entretanto, não há registros sobre essa apresentação. Apesar disso, seria formalizada a criação da iniciativa durante a III Reunião de Ministros (UNASUR, 2015c).

Sobre a temática da integração e da cooperação internacional, a Reunião da Instância Executiva apontou a necessidade de aprofundamento da convergência entre as ações da Unasul e do Mercosul no âmbito do Conselho Sul-americano de Cultura. Neste contexto, o documento aponta como estratégia a identificação das ações concretas para articulação, complementaridade e convergência com o espaço de integração regional conformado pelo Mercosul, levando em consideração a Resolução nº 32/14, do Conselho Sul-americano de Cultura, que trata sobre "Articulação e Complementação Mercosul-Unasul" (UNASUR, 2015b). Importante frisar que a Ata da Reunião, apesar de mencionar a Resolução 32/14, não a traz como anexo, embora mencione que estaria. Também relevante mencionar que a Resolução não está disponível no repositório institucional da Unasul.

Em relação ao Plano de Ação para o biênio 2015-2016, a Ata da V Reunião da Instância Executiva traz uma série de apontamentos sobre complementações ao texto sugerido – que não foi disponibilizado pela Unasul em seu repositório documental. O relato sobre as complementações evidencia atividades destacadas como prioritárias para o biênio em questão.

Conforme o documento, entre as atividades previstas estaria a "Primeira reunião de autoridades cinematográficas da Unasul", a ser realizada preferencialmente de forma articulada com a Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul (Recam), marcada para ocorrer em outubro de 2015 (UNASUR, 2015b). Interessante notar que a aproximação entre os setores cinematográficos da Unasul e do Mercosul estaria em destaque desde a I Reunião de Altos Delegados do Grupo de Trabalho Especializado de Cultura, em 2011 (UNASUR, 2011g).

Outra temática que compõe o Plano de Ação 2015-2016 se refere ao marco legal das Indústrias Culturais nos países-membros da Unasul. Na oportunidade, mencionou-se a necessidade de que cada país compartilhasse o levantamento de seus marcos legais, de forma que pudesse ser sistematizado um panorama da regulação do setor. Também no campo regulatório, o documento reafirma a necessidade de articulação entre Unasul e Mercosul, de maneira que sejam harmonizadas informações que permitam ações concretas no campo da cultura. Ainda reafirma-se a incorporação dos relatórios produzidos pelo Sistema de Informações Culturais do Mercosul nas iniciativas políticas e programáticas da Unasul (UNASUR, 2015b). Novamente, importante mencionar, que essa demanda tem sido reafirmada desde a conformação do Conselho Sul-americano de Cultura.

A preparação do evento Mercado das Indústrias Culturais do Sul (MICSUR) também compõe o Plano de Ação 2015-2016. Nesse sentido, reforça-se que será realizada a segunda edição em 2016. Também destaca-se o debate sobre o desenvolvimento do Seminário Workshop de Planejamento para o Atlas da Diversidade Cultural Sul-americana, que incorporaria o debate sobre interculturalidade e gênero em seu escopo (UNASUR, 2015b). Registra-se que essas atividades também estavam presentes no Plano de Ação 2013-2014 (UNASUR, 2013o), assim como a realização de uma Reunião para intercâmbio de políticas públicas de base comunitária no âmbito da Cultura, o desenvolvimento de intercâmbio de metodologias e sistemas de gestão de riscos em patrimônio cultural (UNASUR, 2015b).

Também compõem continuidades entre os Planos de Ação dos biênios 2013-2014 e 2015-2016 a realização do III Foro de Conteúdos Culturais para Televisão e o desenvolvimento da Segunda Edição do projeto Expreso Sur, com lançamento e difusão nos diferentes países que compõem a Unasul por meio de suas televisões estatais, com destaque à participação da multi-estatal Telesur[100]. Ainda no âmbito do Expresso Sul, o documento menciona a possibilidade de a Colômbia realizar gestão junto ao bloco Comunidade do Caribe (CARICOM), com o objetivo de traduzir os produtos audiovisuais para o idioma holandês; também aponta a possibilidade de apresentar o projeto ao setor Cultural do Mercosul, de forma que possa ser ampliada sua divulgação (UNASUR, 2015b).

Por fim, a Ata da V Reunião da Instância Executiva aponta a inclusão do Seminário "Los afrodescendentes em el siglo XXI, problemática actual y nuevos desafios", no âmbito da Área de Trabalho "Interculturalidade", e do "Segundo encuentro de Artes Visuales de Unasur". Ambas propostas seriam de autoria do Equador (UNASUR, 2015b).

Importante mencionar que, apesar de não constar na Ata da III Reunião de Ministros e Ministras de Cultura do Conselho Sul-americano de Cultura, o Plano de Ação para o biênio 2015-2016 seria aprovado, sendo acatadas as complementações e alterações empreendidas durante a V Reunião da Instância Executiva (UNASUR, 2015b, 2015c).

Novamente com espaço de cerca de seis meses entre registros de reuniões oficiais, o primeiro encontro para avaliação e reposicionamento de algumas atividades do Plano de Ação para o biênio 2015-2016 ocorreu em abril de 2016, por ocasião da VI Reunião da Instância Executiva. Apesar disso, consta na Ata a realização de videoconferência em 25 de fevereiro

[100] Conforme o site oficial da TeleSur, trata-se de uma plataforma multimídia (que inclui, evidentemente, o meio televisivo) cujo objetivo é o de promover a integração latino-americana. Idealizada em parceria entre Argentina, Venezuela, Cuba, Equador, Bolívia e Uruguai, o canal afirma produzir uma cobertura global desde a perspectiva latino-americana. Informações em: https://www.telesurtv.net/pages/sobrenosotros.html.

(UNASUR, 2016b). Importante mencionar que o Plano de Ação segue sem apresentação nos documentos disponibilizados pela Unasul.

A primeira atividade debatida se referiu à Reunião de autoridades cinematográficas da Unasul; reforçou-se a necessidade de articulação com o encontro especializado de autoridades cinematográficas e audiovisuais do Mercosul, que seria realizado em maio de 2016, com o objetivo de alinhamento temático entre os organismos de cooperação multilateral. Também mencionou-se a realização de um encontro prévio virtual para definição da agenda temática, de forma que fossem contempladas todas as realidades presentes nos diferentes países-membros da Unasul (UNASUR, 2016b). Essa iniciativa seria retirada da pauta de trabalho do Conselho Sul-americano de Cultura durante a VII Reunião da Instância Executiva, realizada em outubro de 2017. O documento não especifica se a iniciativa seria retirada por ter sido concluída ou por não ter registrado avanço significativo (UNASUR, 2017f).

O levantamento do contexto legal e normativo que envolve as indústrias culturais nos países sul-americanos também esteve em pauta durante a VI Reunião da Instância Executiva (UNASUR, 2016b). Coordenado pelo Paraguai, o inventário deverá, conforme a Ata da reunião, complementar as informações disponibilizadas pelo Sistema de Informações Culturais do Mercosul (SICSUR) na elaboração e implementação de políticas nacionais e regionais no âmbito cultural (UNASUR, 2016b). O tema não retornaria à pauta nas VII e VIII reuniões da Instância Executiva (UNASUR, 2017d, 2017f).

No que diz respeito ao desenvolvimento do Atlas da Diversidade Cultural Sul-americana, a Bolívia, coordenador da iniciativa, teria realizado uma apresentação prévia com aspectos necessários a serem levados em consideração como conteúdos. Também debateu-se a realização do evento preparatório do Atlas para a segunda quinzena do mês de outubro de 2016. Importante lembrar que os resultados dos debates empreendidos no Seminário Workshop de Planejamento para o Atlas da Diversidade Cultural Sul-americana iriam compor o conteúdo do próprio Atlas (UNASUR, 2016b). O evento ocorreria em novembro de 2016 e definiria a estrutura e a metodologia de produção da publicação, bem como estabeleceria prazo de 2 anos para conclusão do projeto (UNASUR, 2016c). Durante a VII Reunião da Instância Executiva, seria informado sobre a publicação da Memória técnica do Seminário, intitulado 'Diversidades Culturales: Pueblos indígenas de Suramérica'[101]; o documento seria considerado a primeira entrega do projeto "Atlas da Diversidade Cultural Sul-americana"

[101] Disponível em: http://descolonizacion.gob.bo/descolon-pdf/unasur2017.pdf.

(UNASUR, 2017d). A temática voltaria à pauta durante a VIII Reunião da Instância Executiva, mas sem que houvesse novas deliberações (UNASUR, 2017f).

Outra atividade vinculada ao Seminário de Planejamento do Atlas da Diversidade Cultural foi a Reunião para Intercâmbio de Políticas Públicas de base comunitária no campo da Cultura, a ser realizada em novembro de 2016. Conforme a Ata da VI Reunião da Instância Executiva, os resultados produzidos na reunião preparatória do Atlas da Diversidade Cultural subsidiariam as discussões da Reunião para Intercâmbio de Políticas Públicas de base comunitária (UNASUR, 2016b). A temática seria debatida na VIII Reunião da Instância Executiva, em 2017; entretanto, seria retirada das ações futuras do Conselho Sul-americano de Cultura, sem que fosse efetivamente registrado se em razão do cumprimento das metas ou por sua insuficiência (UNASUR, 2017f).

No que tange o Tráfico Ilícito de bens culturais, a VI Reunião da Instância Executiva debateu a realização de reunião de especialistas para intercâmbio de metodologias e sistemas de registros de patrimônio e controle do tráfico ilícito, por meio do Grupo de Trabalho Especializado em Tráfico Ilícito de Bens Culturais e Patrimoniais criado pelo Conselho de Ministras e Ministros de Cultura em setembro de 2015 (UNASUR, 2015c), para avaliação dos avanços registrados desde a aprovação do Plano de Ação 2015-2016. Ainda na mesma temática, a Bolívia informou acerca do andamento do inventário do marco legal e normativo de cada país da Unasul em relação à questão; esse levantamento seria compartilhado em breve e teria como objetivo identificar as diferentes iniciativas nacionais e articulá-las no âmbito regional (UNASUR, 2016b). A temática seguiu em pauta nas VII e VIII Reuniões da Instância Executiva, sendo confirmada a criação de um Comitê e delegando a esse novo órgão as atividades inerentes ao setor (UNASUR, 2017d, 2017f).

Sobre o Foro de Conteúdos Culturais para Televisão, na VI Reunião da Instância Executiva, a coordenação da iniciativa, a Venezuela, afirmou se tratar do único espaço de discussão sobre Comunicação dentro dos organismos da Unasul; nesse sentido, também aponta a aproximação da iniciativa com os trabalhos desenvolvidos no âmbito de seu Ministério do Poder Popular para a Comunicação e Informação – instância estatal venezuelana responsável pelos debates em torno da Comunicação. Outra proposta nesse contexto se refere à realização do Foro em coincidência com a Reunião do Sistema de Informações Culturais do Mercosul. Também na oportunidade, indicou-se que o Foro abrigará a discussão sobre intercâmbio de experiências e conhecimentos entre criadores de conteúdos da região – a ser realizada por meio de estágios e visitas técnicas. (UNASUR, 2016b). Importante mencionar que a realização do III Foro de Conteúdos Culturais para Televisão

seria retirada do Plano de Trabalho do Conselho Sul-americano de Cultura durante a VIII Reunião da Instância Executiva, sem que fosse efetivamente registrado se em razão do cumprimento das metas ou por sua insuficiência. O mesmo ocorre com a iniciativa de intercâmbio de experiências e conhecimentos entre criadores de conteúdos da região, que seria empreendida por meio de estágios e visitas técnicas (UNASUR, 2017f).

Registrou-se ainda que o lançamento e difusão dos projetos Expreso Sur e Banco de Conteúdos Culturais, coordenados respectivamente por Brasil e Argentina, aguardam informações dos países-membros (UNASUR, 2016b). Em relação ao projeto Expreso Sur, na VII Reunião da Instância Executiva seria registrada a exibição da série nas emissoras públicas dos países-membros da Unasul, à exceção de Guiana, Suriname e Chile; também foi discutida a necessidade de cessão dos direitos autorais do projeto, de forma que o produto audiovisual pudesse ter sua exibição ampliada; a iniciativa seria avaliada pelas áreas jurídicas da Unasul (UNASUL, 2017d). A cessão dos direitos de exibição voltaria a ser debatida na VIII Reunião da Instância Executiva, por iniciativa da Colômbia (UNASUL, 2017f). Entretanto, o registro da discussão não avança na questão.

Já em relação ao Banco de Conteúdos Culturais para televisão, na VII Reunião da Instância Executiva e por solicitação da coordenação da iniciativa, o projeto seria suspenso e retirado do Plano de Ação para o biênio 2015/2016; ficaria registrado o interesse em retomá-lo no futuro (UNASUL, 2017d). Isso seria confirmado na VIII Reunião da Instância Executiva, quando solicita-se a retirada do projeto durantes as discussões sobre aspectos necessários ao Plano de Ação para o biênio 2017-2018 (UNASUL, 2017f).

A Ata da VI Reunião da Instância Executiva também confirmou seleção dos três projetos indicados ao financiamento do Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul – Projeto In Situ, Atlas da Diversidade Cultural e Seminário sobre Mercado de Indústrias Culturais do Sul (MICSUR) (UNASUR, 2016b).

Em relação ao Projeto In Situ, o documento da VI Reunião da Instância Executiva aponta inserir-se na Área de Trabalho “Artes”, com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências na região para a produção de obra, teoria e crítica a respeito da arte contemporânea. Entretanto, à semelhança de outros documentos disponibilizados pela Unasul, não consta o anexo com o descritivo pormenorizado do projeto, apesar de mencionar valores para sua execução (U$ 140 mil) (UNASUR, 2016b). Consta na Ata da VII Reunião da Instância Executiva que o projeto teria sido executado a contento e que teria sido apresentado um Informe completo sobre as atividades desenvolvidas – que, novamente, menciona-se estar anexado ao documento, o que não ocorre. Também aponta-se a possibilidade de realização de

sua segunda edição, também sem detalhes (UNASUL, 2017d). A temática é retomada na VIII Reunião da Instância Executiva, mencionando-se a indicação do projeto para concorrer ao financiamento do Fundo de Iniciativas Comuns da Unasur (UNASUL, 2017f).

Em relação ao evento Mercado de Indústrias Culturais do Sul (MICSUR), a Ata da VII Reunião da Instância Executiva registraria o informe das atividades realizadas pelo evento em Bogotá, Colômbia, em outubro de 2016 – sem que esse informe fosse colocado à disposição para pesquisa. Também recebeu o projeto de desenvolvimento da edição 2018, a ser realizada na cidade de São Paulo, Brasil. Destacou-se o impacto e relevância do evento, mas não registrou dados específicos ou debates aprofundados. A Ata menciona que estariam anexados documentos complementares, como projetos e informes, mas novamente não se confirma (Unasul, 2017d). Na VIII Reunião da Instância Executiva seria apresentado o projeto final do evento, com as devidas documentações necessárias para solicitação de financiamento do Fundo de Iniciativas Comuns (UNASUL, 2017f).

A Bienal Internacional de Arte Contemporânea da Unasul também esteve em pauta. Na ocasião, teriam sido apresentado o desenvolvimento do projeto, a definição de regras, entre outras questões; teriam sido discutidas também ações que favorecessem a participação de todos os países (UNASUR, 2016b). Consta que essas apresentações e definições estariam anexadas, mas não constam no documento disponibilizado no repositório documental da Unasul. O debate seguiria nas VII e VIII Reuniões da Instância Executiva, realizadas em 2017. Na VII Reunião, entrou em pauta a necessidade de consolidação de uma rede de instituições regionais especializadas em artes (Ministérios de Cultura, Universidades públicas e privadas) que pudessem contribuir para o desenvolvimento da iniciativa (UNASUR, 2017d). Já na VIII Reunião da Instância Executiva, confirmou-se a realização da inciativa para o período entre os meses de setembro e dezembro de 2017 – em ações simultâneas previstas para 84 sedes, distribuídas em 32 cidades de 16 países (UNASUR, 2017f).

Por fim, a VI Reunião da Instância Executiva reforçou a necessidade de aprofundamento nas relações de convergência, articulação e complementaridade entre Unasul e Mercosul em matéria de cultura. Especificamente, propõem-se a criação do Comitê Técnico de Tráfico Ilícito de Bens Culturais Mercosul-Unasul, sob coordenação executiva do Uruguai (UNASUR, 2016b). A temática também seria trabalhada durante as VII e VIII Reuniões da Instância Executiva; nas ocasiões, seria apresentado um projeto de constituição de perspectivas e ações do Comitê e debatidos aspectos comuns de preocupação no setor entre os países-membros dos dois organismos de cooperação multilateral, respectivamente (UNASUR, 2017d, 2017f).

Uma proposta interessante para os objetivos da presente investigação, apresentada pela Colômbia na VII Reunião da Instância Executiva, se refere à adesão dos países-membros da Unasul à Plataforma Digital "Retina Latina"[102]. Trata-se de uma plataforma de vídeo por demanda, que disponibiliza produtos audiovisuais latino-americanos, com destaque ao formato cinematográfico. Conforme a Ata da Reunião, a plataforma tem caráter público e acesso gratuito aos cidadãos latino-americanos. A Colômbia registra a possibilidade de o projeto ser financiado pelo Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul (UNASUR, 2017d). O tema seria trazido ao debate brevemente, mas sem deliberações, durante a VIII Reunião da Instância Executiva, que também discutiria a necessidade de elaboração de uma estratégia de comunicação para o Conselho Sul-americano de Cultura para divulgação das ações do colegiado (UNASUR, 2017f).

Por fim, cabe registrar que a Argentina apresentaria na VIII Reunião da Instância Executiva o projeto "Red de ciudades creativas", uma iniciativa do Ministério da Cultura da Argentina que objetiva o fortalecimento dos ecossistemas criativos locais, por meio do desenvolvimento de uma rede federal que contribuísse para o trabalho articulado dos setores e das economias criativas, a partir da promoção das indústrias criativas (UNASUR, 2017f). O documento não aprofunda a questão.

2.1.5 Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação

Assim como ocorreu com os demais Grupos de Trabalho Especializados em 'Educação' e em 'Cultura', o Grupo de Trabalho Especializado e 'Ciência, Tecnologia e Inovação' seria transformado em Conselho Autônomo da Unasul por meio da Decisão nº 12/2012 do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, em encontro ocorrido em novembro de 2012. Apenas a título de reforço, a Decisão nº 12/2012 também extinguiria o Coseccti. Importante ainda reforçar que o ato de criação dos novos Conselhos da Unasul determinou a necessidade de criação de um estatuto próprio, bem como um Plano Estratégico Quinquenal para o período 2013/2017, a partir do qual seria elaborado um Plano Operativo para o mesmo período (UNASUR, 2012d).

[102] Importante mencionar que a iniciativa se refere a uma plataforma digital para difusão, promoção e distribuição de produtos audiovisuais latino-americanos, com destaque ao formato cinematográfico. Trata-se de uma plataforma gratuita e de caráter público, viabilizada por seis entidades cinematográficas da América Latina, a saber: Conselho Nacional Cinematográfico da Bolívia; Conselho Nacional Cinematográfico do Equador; Instituto Mexicano de Cinematografia, Diretoria de Cinema e Audiovisual Nacional do Uruguay e Direção de Cinematografia do Ministério da Cultura da Colômbia. Informações em: https://www.retinalatina.org/acerca-de-retina-latina/.

Diferente dos outros grupos especializados do Coseccti, que após suas elevações a Conselhos Autônomos passariam a debater a elaboração de seus planos estratégicos quinquenais (2013/2017) e planos de ação para o biênio 2013-2014, o Grupo de Trabalho Especializado em Ciência, Tecnologia e Inovação já os teria consolidado ao longo do ano de 2012 – com apresentação de esboço das propostas de Planos Estratégico e de Ação em Reunião de Ministros e Altos Delegados em novembro de 2012 (UNASUR, 2012c). O Plano Estratégico Quinquenal seria denominado de Programa Marco de Ciência, Tecnologia e Inovação da Unasul – apesar de nenhum documento institucional ter apresentado um consolidado de perspectivas e ações definidas, sendo necessário o acesso ao projeto do Programa no repositório institucional do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; o Plano de Ação para o biênio 2013-2014, como já evidenciado no item que relata as atividades do Grupo Especializado em Ciência, Tecnologia e Inovação, teria sido aprovado em Reunião de Ministros e Altos Delegados em novembro de 2012 (UNASUR, 2012c).

A apresentação da primeira versão do Estatuto do recém-criado Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação ocorreria por ocasião da sua I Reunião de Ministras, Ministros e Altos Delegados, realizada em maio de 2013 (UNASUR, 2013t). O documento sugere que outros encontros anteriores teriam sido realizados; porém, não consta registro oficial no repositório institucional de documentos da Unasul.

Consta na Ata da I Reunião de Ministras, Ministros e Altos Delegados a aprovação de cinco iniciativas ou atividades realizadas ao longo dos primeiros meses de 2013. Nesse sentido, registra-se a aprovação do Projeto de Estatuto do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação, que viria a ser oficializado em agosto do mesmo ano (UNASUR, 2013t); também indica-se a aprovação de uma atualização do Plano de Ação 2013-2014 e da proposta de projetos para submissão ao Fundo de Iniciativas Comuns (FIC) (UNASUR, 2013v). Importante frisar que a Ata da Reunião registra que os documentos relativos aos projetos aprovados, detalhando as iniciativas, estariam anexados; entretanto, isso não se confirma e as informações acerca das propostas ficam obscurecidas.

Outras duas aprovações seriam registradas na I Reunião de Ministras, Ministros e Altos Delegados. Trata-se da Declaração de Urubamba, que reafirma os compromissos da Unasul com a Ciência, a Tecnologia e a Inovação, assim como celebra a elevação do Grupo de Trabalho à condição de Conselho Autônomo, enfatizando que a ação contribuiria para a implementação das políticas e propostas estabelecidas no Programa Marco de Ciência, Tecnologia e Inovação da Unasul (UNASUR, 2013u). Na ocasião também seria defendida a realização de um Workshop sobre Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para

transformação do padrão de especialização das economias da região; o evento, demanda proposta pelo Plano de Ação 2013-2014 (UNASUR, 2012c), estaria previsto para ocorrer em julho de 2013 (UNASUR, 2013t). Não foi registrado em Ata o detalhamento da iniciativa.

2.1.5.1 O Estatuto do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação

De acordo com o artigo 1º de seu Estatuto, o Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação se refere à instância permanente de diálogo, consulta e intercâmbio de informações, experiências e boas práticas no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito da Unasul. Configura-se ainda em espaço de concertação política, promoção e coordenação de projetos colaborativos para o setor (UNASUR, 2013v).

O documento aponta que a atuação e os projetos do Conselho Sul-americano de CT&I, além de se coadunarem com os objetivos estabelecidos no Tratado Constitutivo da Unasul, seriam regidos por onze princípios. O primeiro se refere ao entendimento segundo o qual a Ciência, a Tecnologia e a Inovação seriam fundamentais para melhoria da qualidade de vida dos povos sul-americanos e, por isso (segundo princípio), as políticas para o setor deveriam estar amparadas em visão estratégia de longo prazo, visando contribuir para o desenvolvimento econômico e social sustentável da região (UNASUR, 2013v).

Em consonância com a perspectiva de integração regional democrática estabelecida pela Unasul, o terceiro princípio indica a necessidade de que as políticas e estratégias estabelecidas para o setor deveriam ser configuradas e levadas a cabo por meio do diálogo e da cooperação entre as nações, considerando ainda que o desenvolvimento científico e tecnológico apenas faria sentido se contribuísse para o fortalecimento da democracia, da inclusão social, da promoção da equidade e o respeito à pluralidade e diversidade sociocultural da região (quarto princípio); também consta a necessidade de que o setor, e os avanços por ele produzidos, deveriam estar alinhados com o fortalecimento das capacidades regionais, com a finalidade de redução das assimetrias de desenvolvimento (quinto princípio), assim como norteadas pela promoção da participação ativa dos atores sociais envolvidos (sexto princípio) (UNASUR, 2013v).

O sétimo princípio destacado pelo Estatuto do Conselho aponta a necessidade de fomento às políticas de acesso, socialização e apropriação de tecnologias, conhecimentos e saberem pela sociedade. E, nesse sentido (oitavo princípio), haveria a necessidade de que o conhecimento científico-tecnológico fosse um patrimônio regional de livre acesso, por meio

de ações de transparência, divulgação à cidadania – respeitando os direitos de propriedade intelectual e a informação reconhecidamente reservada (UNASUR, 2013v).

Também coerente com os elementos fundamentais do Tratado Constitutivo da Unasul, o Estatuto aponta como princípios que as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação estejam baseadas no respeito aos direitos humanos e complementariedade dos povos (nono princípio); no diálogo, convivência e respeito à diversidade cultural e aos saberes ancestrais da região (décimo princípio); assim como na consciência sobre a necessidade de compatibilização do desenvolvimento econômico com a conservação e recuperação do meio ambiente (décimo primeiro princípio) (UNASUR, 2013v).

A partir desses onze princípios, o Estatuto do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação estabelece 13 objetivos a serem perseguidos por meio da atuação em políticas públicas e ações regionais.

> a) Promover y fortalecer la cooperación e integración científica, tecnológica y / de innovación en la región; b) Promover y apoyar programas, proyectos y redes sobre áreas estratégicas de interés común en Ciencia, Tecnología e Innovación; c) Promover políticas y estrategias que tengan como meta el desarrollo económico y social armónico, reduciendo las brechas de desarrollo en materia de ciencia, tecnología e innovación existentes en la región; d) Promover políticas y estrategias regionales y subregionales que incentiven y difundan las contribuciones de la Ciencia, Tecnología e Innovación a los diversos campos del conocimiento; e) Promover la coordinación de iniciativas y el intercambio de experiencias para la formación de recursos humanos; f) Fomentar la movilidad de recursos humanos, procesos y productos en Ciencia, Tecnología e Innovación con el fin de facilitar la ejecución de programas y proyectos en la región; g) Fomentar el acceso y el intercambio de información científica, tecnológica y de innovación con el fin de contribuir al proceso de desarrollo de los países miembros y facilitar la ejecución de programas y proyectos de la región; h) Promover políticas y mecanismos orientados al fomento de la investigación científica, tecnológica y de innovación, así como la transferencia tecnológica y de conocimiento para el desarrollo y la integración industrial regional; i) Promover e intensificar en la región la articulación y colaboración entre instituciones de educación superior, centros de investigación, desarrollo e innovación, empresas públicas y privadas para desarrollar conjuntamente y compartir conocimientos científicos y tecnológicos; j) Promover el desarrollo, acceso, transferencia y uso de tecnologías e innovaciones sociales, en beneficio de los sectores más necesitados; k) Promover la enseñanza de las ciencias y la divulgación del conocimiento científico; 1) Identificar y promover la implementación de acciones para el desarrollo y la adopción de nuevos conocimientos, tecnologías e innovaciones, así como para la aplicación científica, tecnológica y el escalamiento productivo; m) Coordinar y promover esfuerzos que apunten a la difusión de buenas prácticas de políticas, programas y proyectos de ciencia, tecnología e innovación (UNASUR, 2013v, artigo 3º).

Para o desenvolvimento de suas atividades, o Estatuto do Conselho Sul-americano prevê três instâncias de trabalho. A primeira se refere ao Conselho de Ministras e Ministros, instância máxima cuja função é a de deliberar e decidir sobre os projetos e diretrizes do colegiado. Já a Reunião de Delegadas e Delegados Setoriais é a instância responsável pela implementação e desenvolvimento dos projetos e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Ministras e Ministros; a Reunião de Delegadas e Delegados Setoriais ainda é responsável pela realização de estudos e proposição de atividades, a serem deliberadas e aprovadas pelo Conselho de Ministras e Ministros. A instância máxima do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação ainda é responsável pela instituição de Grupos Especializados de Trabalho, temporários ou permanentes, para desenvolvimento de atividades e estudos sobre temáticas específicas (UNASUR, 2013v).

2.1.5.2 Plano de Ação 2013-2014: desenvolvimento das atividades

O Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2013, apenas registraria, oficialmente, três encontros para discussão do andamento dos projetos estabelecidos no Plano de Ação para o biênio 2013-2014, entre as quais a Reunião de Ministras, Ministros e Altos Delegados, que apresentaria e debateria os esboços do Estatuto da entidade e da Declaração de Urubamba (UNASUR, 2013t); a própria formalização da Declaração de Urubamba (UNASUR, 2013u), que reafirma os compromissos do Conselho; e o encontro no qual foi aprovado o texto final do Estatuto do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação (UNASUR, 2013v).

Após isso, o próximo registro oficial de atividade seria a Ata do Primeiro Foro de "Gestão do conhecimento no Marco da Integração Regional: desafios e alcances", realizado na cidade de Atuntaqui, no Equador, em junho de 2014 (UNASUR, 2014l). A realização do evento ainda não havia sido mencionada em documentos oficiais disponibilizados no repositório normativo da Unasul; apesar disso, a iniciativa se insere nas preocupações e prioridades elencadas no quarto eixo norteador do Plano de Ação para o biênio 2013-2014, que, entre outras menções, aponta a necessidade de realização de estudo sobre modelos de programas de financiamento de projetos conjuntos em CT&I, voltados para o fomento, o compartilhamento, a gestão e a transferência de propriedade intelectual e industrial no âmbito latino-americano (UNASUR, 2012c).

Consta em Ata que o evento foi dividido em três mesas de trabalho, a partir das quais seriam acordadas perspectivas de ação e atividades a serem desenvolvidas no âmbito dos

países da Unasul. Da Mesa de Trabalho de 'Vigilância Tecnológica e Estado da Técnica' seriam aprovados cinco acordos, sendo o primeiro deles a formalização de um Grupo de Trabalho permanente para gerenciar ações específicas para a vigilância e identificação do estado de desenvolvimento da técnica e da tecnologia no âmbito regional; as outras quatro decisões acordadas no evento seriam elaboradas em função da viabilização desse grupo permanente de trabalho (UNASUR, 2014l).

A segunda deliberação aponta para a criação de uma rede ou base de dados, de livre acesso e compartilhada entre os países-membros da Unasul, com o objetivo de sistematizar o estado da técnica. Consta em Ata que essa rede ou base de dados contaria com a participação de especialistas em vigilância tecnológica e teria por objetivo compilar experiências exitosas e não exitosas, bem como boas práticas de identificação do estado da técnica nos diferentes setores e países. A ideia é que as informações da base de dados fossem utilizadas no processo de elaboração de políticas nacionais ou regionais. Importante mencionar que a Ata do evento enfatiza que a compilação de informações da rede ou base de dados deveria considerar o direito à propriedade intelectual das investigações compartilhadas (UNASUR, 2014l).

A terceira deliberação, por sua vez, indica a necessidade de criação de um escritório especializado em vigilância tecnológica dentro do Conselho Sul-americano de CT&I, capaz de empreender a recopilação e sistematização dos projetos de investigação e inovação nas diferentes áreas ou frentes de ação da Unasul – portanto, um escritório que servisse a toda a estrutura política da Unasul. Conforme a Ata do evento, o objetivo desse escritório especializado seria o de reunir e sistematizar os conhecimentos produzidos pelos diferentes países do organismo de cooperação multilateral, por meio do registro das experiências. A partir disso, buscar-se-ia a identificação das potencialidades e das debilidades dos setores definidos como prioritários ou estratégicos para os objetivos ou interesses regionais. Esse escritório também visaria gerar sinergias entre os setores produtivos nacionais e regionais, evitando duplicidades de investimento (UNASUR, 2014l).

A quarta deliberação da Mesa de Trabalho de 'Vigilância Tecnológica e Estado da Técnica' se refere à realização de um trabalho coordenado nos níveis nacionais para alinhamento das perspectivas de identificação e sistematização de investigações e inovações entre instituições governamentais e agências de propriedade intelectual. A ideia é o estabelecimento de uma unicidade de trabalho para a recopilação das iniciativas (UNASUR, 2014l).

Por fim, com o objetivo de garantir o desenvolvimento das iniciativas de vigilância tecnológica, a Mesa de Trabalho deliberou sobre a necessidade de o Conselho Sul-americano

de Ciência, Tecnologia e Inovação elaborar uma proposta de financiamento, a ser submetida ao Fundo de Iniciativas Comuns (UNASUR, 2014l).

Já na segunda mesa de trabalho o tema focado foi a "Proteção das Criações". Sob esse espectro de atenção, foram consensuadas duas diretrizes, que se desdobram em atividades específicas. A primeira aponta para a necessidade de conformar/institucionalizar uma equipe permanente de especialistas que desenvolvam debates e proponham ações no campo da gestão e da apropriação do conhecimento. Essa equipe seria composta por um representante de cada país-membro da Unasul e teria como foco prioritário o debate sobre questões relacionadas à proteção das criações, a gestão do conhecimento e, principalmente, as formas de licenças alternativas que permitam maior acesso aos conhecimentos produzidos pela sociedade global. A Ata do evento afirma que o grupo de especialistas deveria levar em consideração o fato de a Unasul ser composta por países com grande diversidade cultural e biológica e, por isso, haveria de se dar especial atenção à gestão e proteção dos conhecimentos dos povos tradicionais e a biodiversidade[103] (UNASUR, 2014l). Para viabilização dessas atividades, consta na Ata do evento a deliberação para que o Conselho Sul-americano de CT&I elaborasse proposta de financiamento à Secretaria Geral da Unasul (UNASUR, 2014l).

A segunda deliberação da Mesa de Trabalho de Proteção das Criações aponta para a necessidade de retomada da agenda pendente de viabilização, em especial, de duas propostas consensuadas no marco de instituição da Unasul, a saber, 'uma rede de conhecimentos e informações' e o 'avanço em setores estratégicos', como energia/combustível e segurança alimentar e nutricional (UNASUR, 2014l) – perspectivas definidas como prioritárias nos eixos primeiro e terceiro, respectivamente, do Plano de Ação para o biênio 2013-2014 (UNASUR, 2012c).

A terceira Mesa de Trabalho do Primeiro Foro de "Gestão do conhecimento no Marco da Integração Regional: desafios e alcances" teria como foco a "Difusão e transferência de conhecimento". A esse respeito, os participantes do encontro teriam consensuado três deliberações. A primeira se refere ao entendimento segundo o qual a Ciência, Tecnologia e a Inovação estariam diretamente articuladas com a questão da Propriedade Intelectual; nesse sentido, registrou-se a importância de os países-membros da Unasul analisarem as especificidades nacionais dos mecanismos em matéria de propriedade Intelectual em Ciência,

[103] Importante mencionar que dois dias após a realização do Primeiro Foro de "Gestão do conhecimento no Marco da Integração Regional", em 27 de junho de 2014, seria realizado o Primeiro Foro Internacional de Biodiversidade. Na ocasião, seriam debatidas e reafirmadas a relevância da biodiversidade como patrimônio de alto valor para o desenvolvimento sustentável e bem-estar regional e global (UNASUR, 2014m). Apesar da relevância do encontro, que tangencia os debates sobre gestão do conhecimento, tecnologia e inovação, não contribui diretamente para os objetivos do presente estudo.

Tecnologia e Inovação, de forma a permitir uma melhor concertação com os objetivos de desenvolvimento da Unasul. No mesmo campo, a segunda deliberação aponta o entendimento de que a assimetria em relação aos níveis de desenvolvimento dos membros da Unasul impediria a implementação de políticas uniformes no âmbito da propriedade intelectual. Por esse motivo, acordou-se que os países-membros com maior experiência na aplicação da propriedade intelectual e na transferência de tecnologia deveriam assumir o compromisso de compartilhamento de suas práticas e conhecimentos, por meio de eventos regionais. Ainda no campo da transferência e da cooperação, a terceira deliberação indica a necessidade de desenvolvimento de programas de capacitação e fortalecimento do talento humano regional, incluindo intercâmbio de especialistas e investigadores (UNASUR, 2014l).

Os debates e deliberações empreendidas durante o Foro de "Gestão do conhecimento no Marco da Integração Regional: desafios e alcances" (UNASUR, 2014l) e do "Foro Internacional de Biodiversidade" (UNASUR, 2014m) seriam determinantes para o desenvolvimento do Plano de Ação 2014-2015. Essa afirmação é constatada na Ata da Reunião de Ministras, Ministros e Altos Delegados do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação da Unasul (UNASUR, 2014n). Outros eventos e programas seriam citados como influenciadores da composição do Plano de Ação 2014-2015, entre os quais o "Programa de Capacitação em Energias Renováveis e sobre combustíveis" e o "Programa de Segurança Alimentar e Nutricional" – ambos sob coordenação do Brasil. Na oportunidade, também seria registrado o agradecimento institucional à Secretaria Geral da Unasul pela realização do Foro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Industrialização da Unasul, em 2013, no Rio de Janeiro, Brasil. Essa demanda estava definida no Plano de Ação para o biênio 2010-2011, estabelecido durante a primeira reunião do Grupo de Trabalho de CT&I (UNASUR, 2010g) – antes da elevação do Grupo de Trabalho a Conselho Autônomo da Unasul. O evento estava previsto como ação referente ao segundo macro-objetivo do Plano de Ação para o biênio 2010-2011, que apontava a necessidade de constituição de um marco legal comum para ciência e tecnologia, bem como de elaboração de políticas públicas capazes de fomentar os processos de integração industrial regional, de caráter inclusivo (UNASUR, 2010g).

A realização do Foro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Industrialização da Unasul culminaria na publicação "Ciencia, Tecnología, Innovación e Industrialización en América del Sur: hacia una estratégia regional". Organizado a partir dos eixos temáticos do evento, a publicação apresenta as seguintes seções: "Ciencia y tecnología en el mundo contemporáneo: hacia una perspectiva suramericana"; "Gran Ciencia y el desarrollo científico tecnológico en América del Sur"; "Recursos naturales, ciclos tecnológicos, innovación e industrialización";

"Medio ambiente, biodiversidad y desarrollo científico y tecnológico"; "Papel del Estado en las políticas científico-tecnológicas"; e "El legado en desarrollo" (BRUCKMANN; RODRIGUEZ ARAQUE; SANTOS, 2014). Para este estudo, cumpre salientar que entre os textos publicados encontra-se o de autoria de René Ramírez Gallegos[104], intitulado "Ecuador: paraíso del (bio)conocimiento abierto y común para el buen vivir", que destaca a relevância do debate sobre o Direito à propriedade intelectual no campo CT&I, assumindo o paradigma do capitalismo cognitivo e da necessidade de restruturação do caráter privado do conhecimento, da tecnologia e da inovação para consolidação de condições de desenvolvimento – de forma consonante com o debate empreendido por Vercellone (2004, 2016). Gallegos (2014) defende que políticas governamentais e regionais deveriam privilegiar estratégias de construção de conhecimento, tecnologias e inovação a partir da coordenação entre universidades, as empresas públicas e privadas, tendo como foco o ensino superior e considerando a diversidade cultural e social – próprios da região. Nota-se que o autor defende a construção articulada de políticas e ações do setor, colocando o Estado como agente mediador e fomentador das políticas.

Outras decisões e posicionamentos tomados durante a Reunião de Ministras, Ministros e Altos Delegados do Conselho Sul-americano CT&I da Unasul (UNASUR, 2014n), entre as quais a constituição de dois grupos de trabalho: 1) para elaboração de proposta de um Plano Regional de CT&I, cujos resultados de estudos e discussões permitissem a articulação entre diferentes mecanismos de integração regional para o setor; 2) e de autoridade nacionais ambientais, com o objetivo de identificar as normativas de ciência e tecnologia relacionadas à biodiversidade. Também importante seria a aprovação da proposta de convênio de cooperação científica com a Organização Europeia para a Investigação Nuclear (CERN) – apesar de não fazer parte do escopo desta pesquisa. Nessa reunião, também seriam aprovados a "Declaração de Urcuquí" (UNASUR, 2014o) – que reafirma os compromissos da Unasul, do Conselho Sul-americano de CT&I e delineamentos construídos durante os Foros realizados pelo Conselho –, e o "Plano de Ação para 2014-2015" (UNASUR, 2014n).

[104] À época da publicação do livro, René Ramírez Gallegos era identificado como "Secretario Nacional de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación y Presidente del Consejo de Educación Superior del Ecuador; ex Secretario Nacional de Planificación y Desarrollo del Ecuador" (GALLEGOS, 2014, p. 229). Apesar de o documento apontar que o conteúdo do debate seria de responsabilidade exclusiva do autor, é fato que a perspectiva assumida na construção das bases teóricas e analíticas do texto influenciou o debate e as conclusões – estas, por sua vez, com caráter orientador das ações do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação.

2.1.5.3 Plano de Ação 2014-2015: desenvolvimento das atividades

O Plano de Ação para o biênio 2015-2016 seria aprovado, portanto, durante a Reunião de Ministras, Ministros e Altos Delegados do Conselho Sul-americano de CT&I da Unasul – realizado em julho de 2014. A "Declaração de Urcuquí" ratificaria seu conteúdo (UNASUR, 2014o). Composto por 13 temas norteadores, atrelados a objetivos e atividades específicas, o Plano de Ação resgata as proposições e atividades desenvolvidas, evidenciando cronogramas e entregas a serem feitas pelo países-membros (UNASUR, 2014n). Para os objetivos desta pesquisa, o foco da descrição estará nos temas, objetivos e atividades específicas. Importante ainda frisar que os debates e encontros realizados para concepção do Plano de Ação não constam em registros oficiais, disponibilizados no repositório institucional de documentos e normativas da Unasul.

A primeira temática que compõe o Plano de Ação 2014-2015 se refere ao processo de avaliação e condução dos projetos e programas do Conselho, a ser realizado por um Grupo de Trabalho de Avaliação. Nesse sentido, ficam prospectadas ações no campo da implantação de um grupo de trabalho para avaliação de programas e projetos e delineamentos acerca de atividades, como a elaboração de novas propostas baseadas em levantamentos realizados sobre normativas em Ciência, Tecnologia e Inovação nos países-membros da Unasul – no âmbito do Programa Marco da Ciência (UNASUR, 2014n).

A segunda temática relaciona-se ao Foro de "Gestão do conhecimento no Marco da Integração Regional: desafios e alcances" (UNASUR, 2014l). Nesse sentido, o Plano de Ação 2014-2015 também prevê a constituição de um Grupo de Trabalho com o objetivo de viabilização dos projetos priorizados no evento. Como ação específica, destaca-se o estabelecimento de diálogo entre os países-membros para a conformação e implementação de políticas regionais e mecanismos que facilitem a cooperação; importante mencionar que decidiu-se ampliar o nome do Grupo de Trabalho para "de Gestão do Conhecimento e Financiamento", em razão de a questão do financiamento ser um eixo transversal em todas as atividades a serem desenvolvidas (UNASUR, 2014n).

O programa de Capacitação sobre Energias e Combustíveis marca o foco do terceiro tema do Plano de Ação. Nesse sentido, preconiza-se o apoio ao desenvolvimento industrial dos países da região, por meio da composição e qualificação de quadros especializados na área de combustíveis. Entre as ações estariam o fomento ao estabelecimento de laços colaborativos entre profissionais e instituições públicas e privadas dos países-membros da Unasul; também destaca-se a intenção de formação de uma Rede de Combustíveis, aliadas às

redes de compartilhamento de pesquisa já existentes em outras áreas. Prevê-se, com isso o desenvolvimento de cursos de pós-graduação, formulação de projetos conjuntos entre universidades e países-membros, bem como visitas técnicas, seminários e intercâmbios de investigadores (UNASUR, 2014n).

O quarto tema avança no Programa de Segurança Alimentar e Nutricional. Estabelece-se como meta o desenvolvimento e cooperação para ações de investigação e criação de tecnologias sociais focadas na soberania alimentar e nutricional no âmbito regional. Destaca-se o desenvolvimento do projeto "Red SSAN-Unasur", coordenado pelo Brasil, que entre as atividades esteve o desenvolvimento de encontros, pesquisas e fomento a uma rede de produção de conhecimentos e tecnologias sociais voltadas à temática. Frisa-se como ações específicas o desenvolvimento de portal virtual dentro do Centro de Informação e Comunicação da Unasul, a publicação de revista científica focada na temática e a produção de um programa televisivo, visando ampliar a divulgação de resultados (UNASUR, 2014n).

O intercâmbio de pesquisas e investigadores norteia o quinto tema do Plano de Ação 2014-2015. O objetivo é a reativação e ampliação do Programa de Intercâmbio de Investigadores INTER-UNASUR. Conforme o documento, trata-se de uma iniciativa do Conselho Sul-americano de CT&I cujo objetivo é o fomento à articulação de comunidades científicas e inovadoras da região. Prospecta-se com essa ação a criação de uma rede de investigações e desenvolvimento, bem como a realização de projetos de investigação básica, aplicada ou de inovação (UNASUR, 2014n).

O sexto tema evidenciado no Plano de Ação 2014-2015 refere-se à seleção de dois projetos a serem submetidos ao Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul; a realização da "Primeira Feira e Encontro Internacional de Avanços, desenvolvimento e experiência em Ciência, Tecnologia e Inovação na Biodiversidade do Sul", cuja ação anterior teria sido o Primeiro Foro Internacional de Biodiversidade, realizado em maio de 2014, e fomentaria a implementação das conclusões dos debates empreendidos no encontro; e a criação de uma Rede Sul-americana de investigação para o desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia, controle e vigilância epidemiológica de enfermidades transmitidas por vetores, com ênfase na Dengue, Febre Amarela e Malária (UNASUR, 2014n).

O sétimo tema elencado no Plano de Ação 2014-2015 aponta para a necessidade de participação do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação em atividades de promoção do setor nos diferentes países da Unasul. O objetivo era o de engajar o Conselho nas atividades setoriais e aproximá-lo das entidades, instituições, empresas públicas e privadas, redes de pesquisa e universidades da região; isso contribuiria para a divulgação das

atividades do Conselho e ampliação do espectro de cooperação. No mesmo sentido, o oitavo tema destaca a necessidade de apoio permanente à realização de atividades internacionais em Ciência, Tecnologia e Inovação, com ênfase àquelas sediadas nos países-membros da Unasul. Isso teria por objetivo o posicionamento dos países do bloco como referência do setor no nível internacional (UNASUR, 2014n).

O nono tema destaca o desenvolvimento de um Workshop sobre Políticas Públicas de CT&I para a mudança de padrão de especialização nas economias da região (UNASUR, 2014n) – uma demanda prioritária estabelecida desde o Plano de Ação 2013-2014 (UNASUR, 2012c). O Plano de Ação 2014-2015 apontava a realização da atividade já para novembro de 2014 (UNASUR, 2014n).

No campo da pesquisa em energia nuclear, o décimo tema diz respeito às ações de aproximação entre a Unasul e a Organização Europeia para a Investigação Nuclear (CERN), por meio do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação. O objetivo é o de explorar potencialidades de colaboração e, especificamente, a produção de um Acordo de Cooperação entre Unasul e CERN para o desenvolvimento de formação de professores e capacitação técnica, com estratégias de mobilidade científica (UNASUR, 2014n).

A Telemedicina destaca-se como décimo primeiro tema do Plano de Ação 2014-2015. A ideia é a implementação de um programa de desenvolvimento de novos processos em saúde pública. Para tanto, aponta-se a necessidade de articulação entre os países, bem como a disponibilização de informações sobre o setor em cada nação (UNASUR, 2014n).

O financiamento de intercâmbios de conhecimentos, experiências acadêmicas e científicas é o décimo segundo tema do Plano de Ação 2014-2015. Para isso, enfatiza-se a necessidade de formulação e implementação de um Programa de Bolsas no âmbito da Unasul que contribua para o fortalecimento do talento humano, o desenvolvimento das capacidades e o melhoramento ou a transformação da matriz cognitiva da região. Interessante notar que a implementação de um programa de bolsas de intercâmbio se trata de uma demanda registrada desde a instituição do Grupo de Trabalho em Integração Educativa, formalizado em 2006 durante a II Cúpula de Chefes de Estado, ainda como Comunidade Sul-americana de Nações (UNASUR, 2006c), e que precedeu a composição do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação – que se desmembraria nos Conselhos de "Educação", de "Cultura", e de "Ciência, Tecnologia e Inovação" (UNASUR, 2014n).

Por fim, o Plano de Ação para o biênio 2014-2015 institui como prioridade a implementação do Programa de "Reconhecimento ao Mérito Científico", com o objetivo de

estimular a iniciativa e o empreendimento do talento humano e as iniciativas para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países da Unasul (UNASUR, 2014n).

Importante salientar que não constam registros de atividades e desenvolvimento das iniciativas e políticas estabelecidas no Plano de Ação no ano de 2015. Apenas em 2016, o Conselho Sul-americano de CT&I teria um registro oficial, por ocasião da Reunião de Altos Delegados (UNASUR, 2016d). É relevante apontar que 2015 também foi um ano de poucos registros por parte dos Conselhos Sul-americanos de Educação e de Cultura.

Apesar de não constar da Ata da Reunião de Altos Delegados, ao documento está anexada uma apresentação da Presidência Pro-Tempore do Conselho Sul-americano de CT&I, sob responsabilidade do Uruguai. O documento registra a realização de 9 videoconferências entre 2015 e início de 2016, mas sem disponibilização do registro dos debates empreendidos (UNASUR, 2016d). Nessa apresentação, a Presidência Pro-Tempore realiza uma avaliação do andamento do Plano de Ação 2015-2016, registrando algumas críticas tanto às iniciativas quanto à continuidade dos projetos. A primeira crítica estaria ligada à percepção de que as trocas de Presidência do Conselho incorreriam em mudanças nas prioridades e nos trabalhos desenvolvidos, perdendo-se a continuidade de alguns temas da agenda. Outra crítica se refere à dificuldade de envolvimento dos países-membros na disponibilização de informações, bem como na emissão de comentários e avaliações sobre projetos e iniciativas propostas no colegiado. Também registrou-se a crítica sobre as dificuldades de avanços nas propostas definidas no Plano de Ação em decorrência de serem ações e atividades demasiadamente amplas ou com grande necessidade de recursos financeiros (UNASUR, 2016d).

Para além da crítica, a apresentação da Presidência Pro-Tempore detalhou os avanços de alguns projetos e iniciativas. O primeiro refere-se à condução do processo de avaliação de programas e projetos a serem apresentados ao Conselho de CT&I, no âmbito do Programa Marco da CT&I 2012-2016[105], a ser realizada pelo Grupo de Trabalho de Avaliação – a ser constituído no Plano de Ação 2014-2015. Esse grupo reuniria insumos para elaboração e avaliação das propostas do Plano de Ação para o biênio 2016-2017 (UNASUR, 2016d).

A apresentação também menciona as atividades desenvolvidas no âmbito do Grupo de Trabalho de Gestão do Conhecimento e Financiamento, cujo objetivo seria o de estabelecer e fortalecer o diálogo entre os países, com vista à concertação de políticas regionais e mecanismos que facilitem a cooperação Sul-sul. Porém, também registrou-se pouco avanço na

[105] A referência ao período de vigência do Programa Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação entre 2012-2016 se deve à menção específica da Ata da Reunião de Altos Delegados, na qual estaria anexada a apresentação da Presidência Pro-Tempore do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação. (UNASUR, 2016d)

principal atividade definida no Plano de Ação, qual seja, o levantamento e análise das legislações nacionais vigentes para o setor (UNASUR, 2016d).

A apresentação da Presidência Pró-Tempore faria menção a três iniciativas destacadamente que, em sua avaliação, seriam as que mais teriam registrado avanços consistentes; essas iniciativas contariam com o financiamento do Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul, e previstas no Plano de Ação 2014-2015. Importante mencionar que essas três iniciativas teriam registro especial na Ata da Reunião de Altos Delegados como iniciativas avançadas. A primeira se refere ao "Programa de Desarrollo de las Estrategias de Carácter Socioeducativas y Socio Tecnológicas en Soberanía y Seguridad Alimentaria en los Estados de la Unión de Naciones Suramericanas" (Programa SSAN UNASUR), uma iniciativa coordenada pelo Brasil cujo objetivo seria o de dotar os países de meios necessários para garantir segurança alimentar e nutricional às populações em situação de risco. A apresentação aponta que em 2014 teria sido realizado um seminário do Programa no qual teriam sido apresentados os resultados de 25 projetos financiados pela iniciativa. Também teria sido realizado um chamamento público para submissão de artigos a serem publicados em um Boletim Informativo do Programa (até então não mencionado nos registros oficiais). Outras ações do Programa seriam a realização do I Foro do Programa, a elaboração de página Web e a previsão de uma convocatória para novos projetos (UNASUR, 2016d).

A segunda iniciativa destacada como avançada diz respeito à criação de uma Rede Sul-americana de investigação para o desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia, controle e vigilância epidemiológica de enfermidades transmitidas por vetores, com ênfase na Dengue, Febre Amarela e Malária. Nesse sentido, embora não haja descrição pormenorizada da iniciativa, a apresentação da Presidência Pro-Tempore destaca a possibilidade de institucionalização da rede no âmbito da Unasul, com articulação junto ao Conselho Sul-americano de Saúde (UNASUR, 2016d).

A terceira iniciativa destacada como de sucesso, tanto pela apresentação realizada pela Presidência Pro-Tempore quanto na Ata da Reunião de Altos Delegados, refere-se à realização da "Primeira Feira e Encontro Internacional de Avanços, desenvolvimento e experiência em Ciência, Tecnologia e Inovação na Biodiversidade do Sul", que estaria sendo realizada ao mesmo tempo da Reunião de Altos Delegados, entre os dias 12 e 15 de abril, na Colômbia. O documento destaca que a Feira contaria com a participação de especialistas, docentes e estudantes no campo da biodiversidade, e que teria como objetivo promover e fortalecer o desenvolvimento de investigações no âmbito sul-americano. Além disso, a expectativa do encontro era a de fomentar a construção de redes investigativas capazes de

avançar à constituição de uma comunidade sul-americana em CT&I. Também estaria definido como objetivo o intercâmbio de saberes relativos à temática da biodiversidade, contribuindo para a consolidação de agendas comuns de investigação (UNASUR, 2016d).

A Reunião de Altos Delegados também registraria convite da Secretaria Geral para participação em seminário regional sobre cadeias sociais de valor. Registra-se que essa seria uma possibilidade de incorporação às iniciativas do próprio Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação. O documento aponta a necessidade de avaliação de quatro projetos com possibilidade de incorporação à agenda (UNASUR, 2016d).

O primeiro refere-se à criação de uma plataforma intitulada "Sistema de Informação Geográfica", que estaria em desenvolvimento pelo Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento. Trata-se de um espaço de articulação de diferentes políticas públicas conjuntas, inter-setoriais. Outra possibilidade seria a participação do Conselho de CT&I no processo de criação da "Rede Sul-americana de Instituições de Investigação Energética", bem como na construção de um mapa de interconexão de energia elétrica – ambas iniciativas do Conselho Energético Sul-americano. Importante destacar a esse respeito que consta na Apresentação da Presidência Pró-Tempore que o Conselho de CT&I teria trabalhado nessa temática ao longo do biênio de vigência do Plano de Ação; isso porque, o documento aponta que teria sido conformado um grupo de Trabalho responsável pelo Programa de Capacitação em Energias sobre Combustão, cuja primeira ação teria sido a promoção do "I Seminário de Gestores do programa de Capacitação de Recursos Humanos na Área de Energia-combustão para processos de transformação industrial", em setembro de 2014; no evento teriam sido definidas as linhas de ação do Programa e os elementos que constituiriam o futuro estatuto da iniciativa – este último ainda em desenvolvimento (UNASUR, 2016d).

Outra temática trazida ao debate pela Presidência Pro-Tempore disse respeito ao Programa de Bolsas de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação – demanda estabelecida desde a constituição do Grupo de Integração Educativa, formalizado em 2006 durante a II Cúpula de Chefes de Estado, ainda como Comunidade Sul-americana de Nações (UNASUR, 2006c). O documento registra grande dificuldade de desenvolvimento da iniciativa em razão da ausência de aportes financeiros; consta ainda discussão sobre sua inclusão no Plano de Ação 2016-2017 (UNASUR, 2016d).

Também acometidos por ausência de recursos financeiros seriam o Programa Unasul de "Reconhecimento ao Mérito Científico", que ainda não teria avançado e estaria na dependência da confirmação de apoio por parte da Secretaria Geral da Unasul; e a iniciativa de ampliação da participação do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação

em atividades e eventos da área – que também sofreria com a falta de engajamento dos países em relação à comunicação de eventos e atividades. No mesmo sentido, também não teria sido registrado avanço no apoio à realização de atividades internacionais em matéria de Ciência, Tecnologia e Inovação nos países-membros da Unasul (UNASUR, 2016d).

A Ata da Reunião de Altos Delegados registraria consenso sobre a possibilidade de participação em dois projetos financiados pelo Fundo de Iniciativas Comuns, de autoria do Conselho Sul-americano de Economia e Finanças, que estariam sendo coordenados em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal): "Análise de oportunidades de integração produtiva" e "Garantias para o comércio inter-regional" (UNASUR, 2016d).

Também esteve na pauta a participação do Conselho de CT&I na "Rede de Conectividade Sul-americana", desenvolvida no âmbito do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) (UNASUR, 2016d). Importante mencionar que essa iniciativa compõe Plano de Ação Estratégico da Unasul para a década 2012-2022, aprovado pela Decisão nº 04/2012. O documento faz menção à iniciativa nos objetivos 5 e 6, quando apontam a necessidade de impulsionamento de projetos que promovam a integração regional sul-americana por meio de ferramentas de Tecnologias de Informação e Comunicação e a necessidade de promoção de projetos para Integração das Redes Sul-americanas de Telecomunicações, respectivamente (UNASUR, 2012f). Cabe ressaltar que essas iniciativas estão focadas na questão da infraestrutura, não abordando o campo da cultura e, especificamente, dos conteúdos digitais; por esse motivo, o presente estudo não o aborda em profundidade. O mesmo ocorre com o Grupo de Trabalho Especializado em Telecomunicações, também iniciativa do Cosiplan, que trabalha as telecomunicações na perspectiva da infraestrutura.

Ainda na Reunião de Altos Delegados realizada em abril de 2016, os países-membros debateram e aprovaram o desenvolvimento do Plano de 2016-2017, enfatizando que sua elaboração teria levado em consideração propostas concretas e viáveis do ponto de vista técnico e financeiro, construídas a partir de estudos e análises previamente realizadas. Essa seria uma consequência da percepção de que os Planos de Açao anteriores não teriam dimensionado satisfatoriamente a relação entre a relevância do projeto ou iniciativa e os custos e potencial de viabilização. Importante mencionar que, apesar de não indicar datas ou cronogramas, a Ata da Reunião de Altos Delegados aponta que seriam realizadas videoconferências para conclusão da elaboração do Plano de Ação para o biênio 2016-2017 (UNASUR, 2016d). As atas dessas videoconferências, nas quais deveriam constar os debates

sobre a elaboração do Plano de Ação, não estão registradas no repositório institucional de documentos da Unasul.

2.1.5.4 Plano de Ação 2016-2017: desenvolvimento das atividades

Ainda que não hajam evidências documentais dos debates empreendidos para elaboração do Plano de Ação para o biênio 2016-2017, a versão definitiva seria anexada à Ata da Reunião de Altos Delegados do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação realizada em abril de 2016. O documento reforça que o Plano de Ação teria como objetivo consolidar e fortalecer o processo de integração e intercâmbio de conhecimentos e tecnologias na região (UNASUR, 2016d).

O documento também versa sobre a organização do Plano de Ação em 6 macro-objetivos, subdivididos em objetivos específicos e atividades, cujos desenvolvimentos estariam sob a responsabilidade de Grupos de Trabalho especializados; esses grupos de trabalho, por sua vez, estariam incumbidos de elaborar planos anuais para desenvolvimento dos projetos evidenciados como prioritários em cada objetivo-temático (UNASUR, 2016d).

O primeiro macro-objetivo teria como foco promover a 'redução das assimetrias regionais e sub-regionais em matéria de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação'; o Plano prospecta três objetivos específicos para sua viabilização. Diagnosticar a situação das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação e dos sistemas nacionais do setor em cada país-membro da Unasul seria o primeiro; para tanto, projeta-se a necessidade de compilação das políticas e o intercâmbio de experiências em políticas públicas. O segundo objetivo específico seria o diagnóstico sobre situação dos instrumentos, metodologias e ferramentas de promoção das políticas setoriais. Com ambos objetivos específicos pretende-se a sistematização das capacidades e políticas de investigação no âmbito da Unasul (UNASUR, 2016d).

Já o terceiro objetivo específico diz respeito à necessidade de estabelecimento de um diálogo efetivo entre os países-membros em relação à gestão do conhecimento e da propriedade intelectual. Nesse sentido, previu-se o desenvolvimento de três ações: diagnóstico acerca da compreensão e do panorama regulatório em matéria de gestão do conhecimento e propriedade intelectual, de modo a permitir a construção de um entendimento comum acerca do tema; a identificação de projetos e redes regionais de fomento à gestão do conhecimento e da propriedade intelectual, favorecendo a consolidação de um catálogo de projetos regionais capazes de favorecer a integração e do desenvolvimento setorial; e a consolidação de um mecanismo de compartilhamento de experiências, conhecimentos e boas práticas, que

contribua para a ampliação da cooperação regional e para o desenvolvimento de programas de capacitação e intercâmbio de estudantes, pesquisadores e especialistas (UNASUR, 2016d).

No mesmo sentido, o segundo macro-objetivo do Plano de Ação 2016-2017 está focado na 'promoção e fortalecimento da cooperação científica, tecnológica e em matéria de inovação', a ser viabilizado por meio da definição de uma política comum de cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. A ideia essencial desse objetivo específico é a continuidade e a atualização do Programa Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação da Unasul – refazendo o planejamento estratégico para o quinquênio 2017-2021 (UNASUR, 2016d).

O outro objetivo específico do segundo macro-objetivo se refere ao desenvolvimento de programas e projetos comuns em Ciência, Tecnologia e Inovação. Para tanto, estabeleceram-se cinco atividades prioritárias: elaborar uma proposta conjunta de critérios de avaliação de projetos a serem desenvolvidos no âmbito do Conselho, favorecendo estratégias e metodologias de definição de prioridades e avaliação de iniciativas; a avaliação de projetos e temáticas a serem incorporados nas atividades do Conselho; o monitoramento dos programas desenvolvidos ou apoiados pelo Conselho; a avaliação e definição de propostas de iniciativas a serem submetidas ao Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul; bem como a identificação de fontes de financiamento regional ou multilateral para viabilização das atividades e dos projetos elencados como prioritários pelo Conselho. O Plano de Ação informa que esse segundo objetivo específico tem como meta o estabelecimento de uma carteira de projetos capazes de contribuir para solucionar os problemas críticos da região (UNASUR, 2016d). Vale lembrar que essa perspectiva de busca por financiamentos tem influência da crítica sobre as dificuldades de avanços nas propostas definidas no Plano de Ação 2015-2016 em razão da definição de objetivos e projetos amplos e de grande necessidade de recursos financeiros (UNASUR, 2016d).

O terceiro macro-objetivo aponta como prioridade a promoção da articulação do Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação da Unasul com outras instâncias sub-regionais de cooperação, por meio da criação de espaços de concertação política e desenvolvimento de projetos e programas que favoreçam a potencialização dos esforços e conquistas. Para essa perspectiva, o Plano de Ação prevê a necessidade de participação do Conselho em reuniões e encontros dos organismos de integração sub-regionais. O documento reforça que, à época, haveria uma aproximação já em estágio avançado entre a Unasul e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) (UNASUR, 2016d). Interessante notar que, diferentemente do que ocorreu em outros Plano de Ação, o Mercosul não é citado.

O quarto macro-objetivo se refere à ‘promoção do ensino das ciências e a apropriação do conhecimento científico. Para tanto, o Plano de Ação destaca dois objetivos específicos. O primeiro se refere ao fomento da transferência e intercâmbio de programas de apropriação social do conhecimento na região, por meio do investimento nos instrumentos, metodologias e ferramentas promovidas em cada país-membro para esse fim – o que também determinaria a consolidação de um catálogo de projetos e programas para o setor no âmbito regional. O outro objetivo específico estaria focado na promoção e estímulo aos empreendimentos acadêmico-científicos com impacto significativo no desenvolvimento científico e tecnológico nos países-membros da Unasul; previu-se a proposição do prêmio “Reconhecimento Unasul à investigação científica e o desenvolvimento tecnológico” – à semelhança de propostas de Planos de Ação anteriores (UNASUR, 2016d).

O quinto macro-objetivo aponta para a necessidade de ‘promoção e difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação nos países-membros da Unasul, por meio de ações de divulgação das ações e perspectivas defendidas no âmbito do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação; duas medidas seriam estabelecidas como prioritárias: a participação do Conselho no maior número possível de eventos e ações internacionais realizadas nos países-membros; e a elaboração de um endereço eletrônico na internet (UNASUR, 2016d). Por fim, o sexto macro-objetivo teria como foco de atenção o ‘posicionamento dos países-membros da Unasul como referência em Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito internacional’. Para tanto, previu-se como estratégia o apoio permanente à realização de atividades internacionais do setor a serem sediados nos territórios dos Estados da Unasul (UNASUR, 2016d).

Apesar de não fazer parte do rol de macro-objetivos, o Plano de Ação do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o biênio 2016-2017 ainda confirma a participação do colegiado em três projetos já mencionados, a convite da Secretaria Geral da Unasul, cujos escopos eram transversais às atividades e Planos de Ação já implementados ou discutidos. O primeiro, de iniciativa do Conselho Energético Sul-americano, se refere à participação no ‘programa de Capacitação em Energias sobre Combustão’, que teria como objetivo o apoio ao desenvolvimento industrial dos países da região, por meio da qualificação de quadros especializados e a futura conformação de uma Rede de Combustíveis da Unasul que integrasse as redes de distribuição já existentes (UNASUR, 2016d).

O segundo projeto, de iniciativa do Conselho Sul-americano de Desenvolvimento Social, diz respeito ao “Programa de desenvolvimento de estratégias de caráter socioeducativas e sócio-tecnológicas em Soberania e Segurança Alimentar nos Estados da

Unasul". A ação visaria dotar os países de meios de garantir acesso a alimentos e nutrientes básicos às populações em situação de risco, de forma a proporcionar condições de subsistência ou melhora da qualidade de vida (UNASUR, 2016d).

O terceiro projeto se refere à consolidação da 'Rede Sul-americana de investigação para o desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia, controle e vigilância de enfermidades transmitidas por vetores, com ênfase à Dengue, Febre Amarela e Malária'. Coordenada pelo Conselho Sul-americano de Saúde, tem por objetivo fomentar a participação dos países na produção e difusão de conhecimentos e tecnologias de prevenção e combate aos vetores e enfermidades, de forma compartilhada e colaborativa (UNASUR, 2016d).

O Plano de Ação para o biênio 2016-2017 ainda elenca três iniciativas que deveriam ser consideradas como prioritárias no próximo Plano de Ação – e que constavam do Plano de Ação para o biênio 2014-2015. A primeira se refere ao 'Programa de Bolsas da Unasul', em nível de pós-graduação, que teria como objetivo a promoção da integração regional e o intercâmbio de conhecimento. No mesmo sentido, a segunda diz respeito ao fomento ao intercâmbio de conhecimento e formação de redes de investigação. Por fim, a terceira iniciativa resgata à pauta o 'Programa de Popularização da Ciência', por meio de programas de apropriação social do conhecimento, à semelhança das experiências em divulgação científica da Colômbia (UNASUR, 2016d).

Após a definição do Plano de Ação para o biênio de 2016-2017, o Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação registrou uma série de encontros. Constam nos registros documentais disponibilizados no repositório institucional da Unasul a realização de nove videoconferências, sendo duas do Grupo de Trabalho especializado em Avaliação[106] (UNASUR, 2016e); duas do Grupo de Trabalho em Diagnóstico sobre as Políticas Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (UNASUR, 2016g, 2016h) – que, entre as políticas, focou naquelas relativas à Gestão do Conhecimento e Propriedade Intelectual –; quatro Sessões de Videoconferência do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação (UNASUR, 2016f, 2016i, 2016j, 2017g); e uma reunião da Instância Executiva do Conselho (UNASUR, 2017h). Nas oportunidades, seriam debatidos e registrados os status de desenvolvimento dos projetos; não constam nos registros resultados significativos ou novos projetos a serem implementados.

[106] Na primeira videoconferência informal do Grupo de Trabalho em Avaliação debateu-se a calendarização e os países responsáveis por cada projeto. Registrou-se baixa participação na reunião. O documento menciona que em 2016 a participação brasileira estaria prejudicada em razão da conturbada situação política do Brasil, com o impeachment da Presidente Dilma. Brasil tem sua participação colocada como "condicional" nas atividades do Grupo de Trabalho de Avaliação (como estabelecido no Plano de Ação 2016-2017) (UNASUR, 2016e). O país suspenderia a participação no Bloco.

Parte III

3. Das análises dos resultados à crítica à agenda de Políticas de Comunicação da Unasul para conteúdos digitais

Já descritas as prerrogativas estabelecidas no Tratado Constitutivo da Unasul, nos Conselhos Autônomos objetos de análises deste estudo, bem como as atividades delas decorrentes ao longo da primeira década de atividades, o esforço passa a ser o de construção de crítica acerca das diretrizes e ações do organismo multilateral no sentido da construção de uma política de comunicação regional voltada à promoção de estratégias para a consolidação e a exploração dos conteúdos digitais como produto cultural imaterial capaz de preservar e promover a identidade cultural da região, e de fomentar a geração de riquezas, no contexto de um capitalismo cognitivo, como mecanismo de catalisação do desenvolvimento de países historicamente subdesenvolvidos e dependentes.

Esse esforço crítico acerca das perspectivas da Unasul foi realizado em três momentos. O primeiro refere-se à análise e comparação entre as perspectivas definidas pelo Tratado Constitutivo da Unasul e pelos Estatutos dos Conselhos Autônomos e os marcos de análise de políticas de comunicação para o desenvolvimento relativas ao setor de conteúdos digitais evidenciadas a partir da tradição teórico-crítica do Ciespal, com especial atenção à análise da comunicação no capitalismo cognitivo – evidenciados no item 1.7; desse esforço evidenciam-se os eixos norteadores das ações do organismo multilateral de articulação política no fomento à produção de conteúdo, seja no campo da conformação de condições de produção técnica e tecnológica, da organização produtiva e da geração de riquezas, das relações entre Estados no âmbito da produção, distribuição e consumo voltadas ao desenvolvimento, da gestão do conhecimento, da regulação das políticas culturais e da propriedade intelectual, ou da inclusão da diversidade sociocultural e da construção de identidade cultural regional.

O segundo momento refere-se ao acompanhamento e avaliação das proposições e atividades desenvolvidas no âmbito dos Grupos de Trabalho Especializados do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, e dos Conselhos Sul-americanos de Educação, de Cultura e de Ciência, Tecnologia e Inovação – sempre, é claro, com foco nas estratégias para consolidação de condições para a ampliação da produção, distribuição e consumo de conteúdos digitais no âmbito da Unasul, e a partir dos marcos de análise evidenciados no item 1.7. Dessa análise busca-se identificar e sistematizar a viabilização das perspectivas defendidas pelos organismos da Unasul, estabelecer o rol de prioridades temático e programático do bloco. Portanto, a partir desse esforço, objetiva-se a confirmação, ou não, das diretrizes estabelecidas como políticas de comunicação efetivas.

Por fim, o terceiro momento é dedicado à sistematização e avaliação a agenda da Unasul para a produção de conteúdos digitais, considerando a necessidade de estabelecimento de estratégias de desenvolvimento para os países e regiões historicamente subdesenvolvidos e dependentes, no contexto do capitalismo cognitivo. Como contribuição à ciência, o estudo ainda discute os limites, lacunas e oportunidades para as próximas investigações no campo da comunicação para o desenvolvimento e das políticas de comunicação para conteúdos digitais no âmbito sul-americano.

3.1 As perspectivas contidas no Tratado Constitutivo da Unasul e nos Estatutos dos Conselhos autônomos analisados

3.1.1 Integração regional e sub-regional para o desenvolvimento comum

Como resultado de negociações multilaterais no âmbito sul-americano, a Unasul já surge como instância privilegiada à concertação de políticas regionais com foco no desenvolvimento da região. Isso, de início, já se mostra bastante alinhado às perspectivas defendidas pela literatura ciespalina acerca das políticas de comunicação para o desenvolvimento focadas na superação do subdesenvolvimento. Isso porque, na medida em que as tecnologias da informação e da comunicação permitiram a estruturação de processos econômicos, sociais e políticos em escalas globais, de perfil concentrado e de características transnacionais, reeditando as relações entre estados e regiões e estabelecendo novas configurações de dominação, os intentos de integração dos países subdesenvolvidos apareceriam como política estratégia para a sobrevivência das economias menos dinâmicas do capitalismo cognitivo.

Para além das negociações para criação do órgão, a questão da necessidade de integração como estratégia para superação das assimetrias e do subdesenvolvimento se mostraram presentes desde os primeiros delineamentos diretivos, como é possível observar no relatório da Comissão Estratégica de Reflexão, estabelecida ainda nos tempos de ‘Comunidade Sul-americana de Nações’, que traçaria os principais objetivos e desafios da Unasul por meio do documento “Un Nuevo modelo de Integración de América del Sur hacia la Unión Sudamericana de Naciones” (UNASUR, 2006a). Objetivos esses, aliás, que previam a necessidade de articulação entre os blocos econômicos sul-americanos – Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Comunidade Andina de Nações (CAN).

Esse relatório, apresentado na II Cúpula de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações (UNASUR, 2006b), sustentaria as afirmações da Declaração de

Cochabamba, que versaram sobre os princípios, os desafios e as oportunidades de um processo de integração sul-americana para superação das desigualdades regionais e da histórica dependência produtiva e tecnológica, assumindo uma perspectiva que sobreleva a função da exploração das virtudes dos processos de integração e associação internacional entre os países da Unasul e entre a Unasul e outros organismos internacionais regionais. Com isso, prospecta-se a construção de condições mais adequadas de competitividade dos países da região sul-americana no âmbito global.

A Declaração de Cochabamba também advoga pela concepção de um modelo de integração para a América do Sul que ultrapassasse os aspectos econômicos e calcados exclusivamente em aspectos inerentes às relações comerciais. Isso significa que o processo de integração latino-americana deveria estar alicerçado naquilo que melhor caracterizaria a região, ou seja, o processo de formação de Estados Nacionais multiculturais, multiétnicos e plurilíngues, que teriam registrado ao longo de sua história diferentes relações de dominação, dependência e lutas sociais; também deveria ser levado em consideração o fato de os países sul-americanos terem ocupado posições subalternas na Divisão Internacional do Trabalho ao longo do capitalismo industrial, e que a transformação da matriz produtiva do capitalismo cognitivo poderia agudizar as contrições internas e externas (UNASUR, 2006a).

Esse é o motivo de a Declaração de Cochabamba defender a necessidade de articulação de uma Agenda de Integração Social e Produtiva a partir da cooperação política, social e cultural, que transcendesse a construção do crescimento econômico, tão presente nas perspectivas de desenvolvimento alicerçadas nos princípios da Economia Política clássica (STUART MILL, 1974), e forjasse condições para um modelo de desenvolvimento equitativo, harmônico e integral. Isso ocorreria por meio do fortalecimento dos projetos nacionais de desenvolvimento e da reafirmação do Estado Nacional autônomo e soberano e do estabelecimento da região como território produtivo e de consumo por meio de mecanismos de cooperação em infraestrutura, energia, complementação industrial e agrícola, proteção e preservação ao meio ambiente, bem como combate à pobreza e à exclusão social. Portanto, os primeiros documentos diretivos da Unasul destacavam a intenção de consolidação de um projeto de integração que contemplasse os interesses dos Estados individualmente, com satisfação das necessidades e enfretamento dos desafios específicos das localidades, e da região como conjunto de interesses comuns, na medida em que, unidos, os Estados poderiam conceber um melhor posicionamento na Geopolítica mundial – perspectiva que vai ao encontro do que afirmam Arjona e Calderón (1998) quando se referem à ‘necessidade

imperiosa' da integração para os casos em que os Estados, por si, não conseguem condições de competitividade no mercado internacional.

Ocorre que, para enfrentamento desse desafio, o aspecto infraestrutural não seria suficiente, carecendo de investimentos e de mobilização de outros setores estratégicos, como segurança, saúde, cultura, educação, ciência e tecnologia (UNASUR, 2006a). E a esse respeito, cabe frisar, o projeto de integração sul-americano também estaria de acordo com as premissas das políticas de desenvolvimento no contexto do capitalismo cognitivo debatidas por Vercellone (2004, 2016) e Sierra Caballero (2016), desde a primazia da criatividade e da produção de conhecimento inovação até a construção de condições para consolidação de um Estado de Bem-Estar social – este último, a ser considerado como indicador de eficiência das estratégias de desenvolvimento. Assim, os autores apontariam que a capacidade de geração e acúmulo de capital, ou a variação positiva de variáveis quantitativas, não poderia ser considerada, por si, um medidor de desempenho das economias no capitalismo. Dessa maneira, e considerando o fator humano como elemento essencial de geração de riquezas no capitalismo cognitivo, a medição de desempenho das economias deveria levar em consideração a variação positiva de variáveis qualitativas, que representariam exatamente a melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade, materializada a partir da consolidação de um Estado de Bem-estar social. Essa contradição entre crescimento das riquezas e desenvolvimento econômico e social apresentar-se-ia como contradição em toda a história do capitalismo e se agudizaria nas fases mais recentes.

Os processos de integração também ditariam o tom do Tratado Constitutivo da Unasul (UNASUR, 2008a), para o qual o objetivo do organismo seria o de construção participativa e consensuada de um espaço cultural, social, econômico e político entre seus povos. O documento reforça a necessidade de alinhamento político no sentido da composição de estratégias para o desenvolvimento, de redução das desigualdades socioeconômica e culturais e luta pelo combate à posição histórica de dependência econômica, científica e tecnológica da América do Sul no cenário internacional. E essa perspectiva retoma a tradição crítica latino-americana evidenciada ao longo da história do Ciespal, que debateu nas últimas seis décadas a problemática da dependência cultural, política e econômica, reorganizada a partir dos diferentes processos de restruturação do capitalismo (ORDOÑEZ ANDRADE, 1974; SUNKEL, 2000; FURTADO, 2000; BOLAÑO, 2016; SIERRA CABALLERO, 2016).

A necessidade de enfrentamento das condições históricas de subordinação política, econômica e cultural pela Unasul, e a complexidade desse processo, teria feito com que os chefes de Estado compreendessem a necessidade de tratamento especializado dos elementos

necessários à consolidação de um outro modelo econômico e de integração sul-americano. E, por isso, ocorreria a criação dos Conselhos Autônomos. Apesar de já evidenciado, vale lembrar que se tratam dos Conselhos Sul-americanos: "Infraestrutura e Planejamento", "Luta contra o Narcotráfico", "Desenvolvimento Social" e "Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia" – este último que seria desmembrado em outros três conselhos autônomos em 2012 e interessariam objetivamente aos intentos investigativos do presente estudo –, definidos a partir da "III Reunión Ordinaria del Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión de Naciones Suramericanas" (UNASUR, 2009a). Isso demonstra que a preocupação com a capacidade de geração de conhecimento e inovações estaria colocada como fator estratégico ao lado das condições infraestruturais e de segurança no projeto de desenvolvimento sul-americano. É verdade que a geração de conhecimentos, tecnologias e inovação seriam os pilares fundamentais do capitalismo desde os primeiros processos de expansão produtiva alicerçadas na perspectiva de acúmulo de capital (FURTADO, 2000; BRESSER-PEREIRA, 2011). A novidade estaria por conta do investimento no debate acerca do papel da Cultura nesse processo, o que aproxima também as diretrizes da Unasul às perspectivas da restruturação do capitalismo e a promoção de uma economia baseada no conhecimento. Além disso, o enfoque na cultura aproximaria as diretrizes norteadoras da Unasul do debate empreendido por Ordoñez-Andrade (1974), para o qual os processos de dominação e de "dependência cultural" antecederiam a "dependência econômica", assim como a retroalimentaria.

A perspectiva da integração para o processo de desenvolvimento da região, como um todo, e dos Estados nacionais estritamente, permaneceria evidente nos Estatutos dos Conselhos analisados pela presente pesquisa – Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, que se desmembraria em três Conselhos temáticos específicos. No estatuto do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (Cosecct), isso pode ser observado quando o documento reafirma o diálogo, a cooperação e o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os países-membros da Unasul como eixos norteadores das atividades setoriais promovidas pelo órgão. Isso seria considerado elemento fundamental para o alinhamento das estratégias comuns de desenvolvimento e para composição de condições para projeção internacional da região em matéria de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. Importante mencionar que, no momento em que o Estatuto do Cosecct aponta a necessidade de projeção internacional da região em matéria de ciência, tecnologia e inovação, o documento se alinha às perspectivas de desenvolvimento no contexto do capitalismo cognitivo, cuja matriz principal de geração de

riquezas seria aquela decorrente do processamento de informações, do investimento em capital humano e da valorização dos insumos produtivos imateriais (VERCELLONE, 2004, 2016). Essa perspectiva pode ser observada como tentativa de ocupação de posições mais efetivas na geopolítica internacional e como busca pela viabilização de alteração da matriz produtiva da região.

No âmbito do Coseccti, a primazia do processo de integração para o desenvolvimento da região é reforçada quando o Estatuto evidencia a necessidade de promoção de estratégias para a redução das assimetrias regionais e sub-regionais em matéria de conhecimentos em educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação; entre as estratégias evidenciadas no Estatuto do Conselho estaria o empreendimento do reconhecimento e da equivalência entre os níveis de estudo dos sistemas educacionais, básico e superior, da região, bem como acerca das certificações ocupacionais, de forma que fosse possível o estabelecimento de fluxos mais profundos de intercâmbio e transferência de conhecimentos por meio da mobilidade científica, tecnológica e educacional, seja no âmbito acadêmico ou laboral (UNASUR, 2010a). Alinhados, os sistemas educacionais e de certificação profissional proporcionariam condições de promoção de estratégias comuns de desenvolvimento, já que isso permitiria o combate às assimetrias e o estabelecimento de diretrizes capazes de dinamizar o compartilhamento, a articulação de competências e conhecimentos, bem como o alinhamento acerca dos sistemas produtivos. Nas palavras de Sierra Caballero (2016), essa perspectiva poderia proporcionar condições para consolidação de um modelo próprio de desenvolvimento para a região, baseado em estratégias comuns e na ampliação do intercâmbio, da mobilidade cidadã e dos fluxos laborais e de conhecimento.

A mesma perspectiva se reflete nos Conselhos autônomos decorrentes do desmembramento do Coseccti. Isso porque, o Estatuto do Conselho Sul-americano de Educação, além de reafirmar as prerrogativas até então defendidas no âmbito do Tratado Constitutivo da Unasul e do Estatuto do Coseccti, reforça a necessidade de harmonização das políticas educativas entre os Estados (UNASUR, 2013j). No mesmo sentido, o Conselho Sul-americano de Cultura enfatiza seu caráter de promotor do diálogo e da articulação intergovernamental em matéria de Cultura, considerando a própria Cultura como estratégia de desenvolvimento da sociedade regional; com isso, no campo da integração, advoga pelo acesso igualitário às expressões culturais dos povos sul-americanos (UNASUR, 2013s).

A perspectiva da integração e do desenvolvimento conjunto dos países da região de abrangência da Unasul também se faz presente no Estatuto do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação, que acrescentaria a preservação e promoção da democracia

como valor fundante dos processos de concertação política. Nesse sentido, o Estatuto do órgão ressalta a relevância da implementação de projetos colaborativos que fossem capazes de amparar o desenvolvimento econômico e social da região e, portanto, as diretrizes de investimentos no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) precisariam levar em consideração o fortalecimento da democracia, da inclusão social e da equidade de oportunidades, bem como a pluralidade e diversidade sociocultural (UNASUR, 2013v). Ou seja, por essa perspectiva, a CT&I seria considerada, assim como a Educação e a Cultura, mecanismos de promoção de qualidade de vida da sociedade sul-americana – orientações presentes entre as determinações do Tratado Constitutivo da Unasul.

Cabe ponderar, para os objetivos desta análise, que a ideia de integração regional como estratégia para o desenvolvimento não seria uma exclusividade das políticas para o desenvolvimento alicerçadas nos objetivos de superação do subdesenvolvimento e da pobreza no contexto do capitalismo cognitivo, como defendido por Vercellone (2004, 2016). Isso porque, a questão da integração regional aparece desde as primeiras estratégias para o desenvolvimento empreendidas pela ONU (1961), baseadas no modelo de desenvolvimento de Rostow (1961), passando pelas perspectivas da NOEI (ONU, 1970, 1974b) e da NOMIC (UNESCO, 1980; MACBRIDE, 1980), assim como nos elementos constituintes dos processos de desenvolvimento de uma Sociedade da Informação estabelecidos a partir da Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação (CMSI) (UIT, 2014). Ocorre que os diferentes momentos e direcionamentos internacionais acerca das estratégias de desenvolvimento apresentaram modelos distintos de integração – ora baseados em processos de transferência de tecnologia e conhecimentos, que agudizariam as relações de dependência (ONU, 1961), ora calcados em processos de articulação de interesses comuns e produção endógena de bens de consumo e de capital promovidos pelos próprios Estados, por meio do compartilhamento estratégico e estabelecimento de objetivos partilhados de desenvolvimento (NOEI; ONU, 1970, 1974b); em outro mais recente, por meio do desenvolvimento de parcerias público-privadas e do fomento à produção e privatização das inovações científicas e tecnológicas (CMSI; UIT, 2014) – este último não alicerçado na promoção de estratégias comuns de desenvolvimento, mas no intercâmbio e transferência de conhecimentos e tecnologias por meio de acordos intergovernamentais bilateriais, reeditando a perspectiva difusionista da Primeira Década da ONU para o Desenvolvimento (1961).

Diferentemente disso, no caso da Unasul, o modelo de integração regional preconiza a concertação e compartilhamento de expectativas, definindo políticas e estratégias comuns – como já havia aparecido nos momentos de construção da NOEI (ONU, 1970, 1974b).

Entretanto, os documentos diretivos não atribuem ao Estado o papel fundamental de vetor desse desenvolvimento, argumentando pela articulação entre os atores produtivos participantes de cada setor – o que o aproxima da ideia de promoção de parcerias público-privadas para o desenvolvimento, conforme preconizada pela CMSI (UIT, 2014). Apesar disso, à revelia daquilo que seria preconizado na Declaração de Genebra (UIT, 2014), ao Estado não seria atribuída função exclusiva de garantia das condições de concorrência e estabilidade do mercado, quando necessário, mas um papel ativo de agente fomentador do desenvolvimento e da própria concertação entre atores envolvidos.

Fato é que a integração regional é apresentada nos documentos oficiais da Unasul como fundamento dos processos de desenvolvimento, tendo a articulação entre atores produtivos a estratégia de definição dos objetivos e da promoção das políticas e ações no âmbito regional. Esse processo de integração estaria baseado no princípio da equidade e da construção de uma cidadania sul-americana. Isso implica, de um lado, no estabelecimento de diálogo entre as diferentes instâncias participantes de cada setor, como o Estado, as universidades, os centros de pesquisa, as empresas públicas e privadas, a sociedade civil (representada por meio de órgãos de classe, por exemplo), organismos de cooperação multilateral (como Mercosul e CAN), entre outros. Além disso, também implica no estabelecimento de direitos civis compartilhados entre os membros, que possibilite a ampliação dos fluxos educacionais, culturais, de circulação e apropriação de conhecimento e laborais (com equidade das certificações profissionais). Assim, cabe a articulação entre as legislações locais, de forma que possa ser estabelecida uma ampla cidadania.

3.1.2 Resgate e fomento à preservação da memória cultural e gestão do conhecimento

Como já evidenciado, as diretrizes conceituais e políticas da Unasul estabelecidas a partir do Tratado Constitutivo e dos estatutos dos Conselhos Autônomos apontam para a necessidade de consolidação de um processo de integração baseado em princípios de equidade e construção de uma cidadania sul-americana. Isso ocorreria por meio do desenho de estratégias capazes de produzir um espaço regional sociopolítico, econômico e cultural integrado, com o objetivo de fortalecer os mecanismos e expectativas de desenvolvimento orgânico – como estipulado logo no Preâmbulo do Tratado Constitutivo (UNASUR, 2008a). Para tanto, a estratégia seria o estímulo à constituição de uma identidade sul-americana, a ser

consolidada a partir do fortalecimento das identidades locais e considerando a cultura tradicional e ancestral como elementos fundamentais desse processo.

Essa perspectiva também dialoga com os aspectos essenciais à construção das políticas de comunicação para o desenvolvimento no contexto do capitalismo cognitivo, evidenciados a partir da literatura que sustenta as discussões desta investigação (SIERRA CABALLERO, 2016). Isso porque, as exigências do modelo de capitalismo atual, que privilegia o setor de bens e serviços culturais, imateriais ou simbólicos, bem como a gestão e manipulação de informações, acarretariam na necessidade de fomento à preservação da memória cultural e gestão do conhecimento. Assim, os saberes e conhecimentos locais e regionais, ancestrais ou tradicionais, seriam considerados insumos produtivos capazes de fortalecer a identidade própria da sociedade e produzir novas tecnologias sociais. Ou seja, na medida em que os povos latino-americanos se reconhecessem a si próprios como conjunto, em suas dificuldades e potencialidades, assim como resgatassem o conhecimento já produzido e acumulado ao longo de sua história, maior seria sua capacidade de enfrentamento dos desafios que se colocam no âmbito do desenvolvimento; além disso, o resgate da memória cultural e a gestão do conhecimento ancestral, e o oriundo dos processos de inovação científica e tecnológica, proporcionaria a capacidade de ampliação do estoque de trabalho intelectual mobilizado de maneira cooperativa na organização produtiva própria do capitalismo cognitivo. Assim, se levado em consideração, então, que os conteúdos digitais poderiam se tornar ferramentas para promoção da identidade cultural e para o desenvolvimento sustentável, a atenção aos conhecimentos e expressões da cultura dos povos ganha ainda mais relevância.

A esse respeito, e aliado às perspectivas acerca dos processos de integração regional, o Tratado Constitutivo ainda aponta que a consolidação da identidade sul-americana dependeria do reconhecimento progressivo de direitos a todos os cidadãos, independentemente do Estado no qual estejam (UNASUR, 2008a). Isso significa que a ideia de identidade sul-americana determinaria o reconhecimento de que os cidadãos das diferentes nacionalidades no âmbito da Unasul devem gozar dos mesmos direitos e acesso aos mesmos benefícios em todo o território regional. Assim, a cidadania regional implicaria a preservação e fomento da diversidade cultural e das expressões da memória e dos conhecimentos e saberes dos povos da região, tanto como elemento constituinte do processo de integração quanto produto do aprimoramento desse processo. Nota-se, nesse sentido, um diálogo muito mais próximo com a ideia de integração proposta no âmbito da NOMIC (MACBRIDE, 1980), pensada como mecanismo estratégico para definição de objetivos e obtenção de vantagens comuns entre Estados de uma região, do que a perspectiva apresentada no âmbito da Declaração de Genebra

(UIT, 2014), para a qual a integração representaria o fenômeno do intercâmbio e da transferência de tecnologias e conhecimentos, assim como trocas comerciais.

Essa perspectiva se reflete na construção das diretrizes do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (Coseccti). Isso pode ser evidenciado a partir da afirmação contida no Estatuto do órgão de que suas atividades deveriam estar pautadas em princípios de preservação, respeito e promoção da equidade e da inclusão social (UNASUR, 2010a) – o que permite a compreensão de que estariam no centro dos debates tanto o compartilhamento de uma identidade cultural regional quanto o reconhecimento acerca da história comum dos povos sul-americanos. O Estatuto ainda reforça a necessidade da promoção de estratégias, programas e políticas relativas ao reconhecimento, à valorização e à apropriação social do patrimônio natural e cultural, material e imaterial, bem como das expressões culturais dos povos da região (UNASUR, 2010a).

Quando os documentos apresentam orientações acerca da temática da conformação e valorização da identidade cultural, não se busca exclusivamente o resgate dos conhecimentos ancestrais e tradicionais, uma vez que a produção de saberes, conhecimentos, tecnologias e inovações não se apresenta como processo estanque em sociedades dinâmicas. Isso significa o empreendimento tanto do resgate quanto do incentivo à produção e à difusão dos legados dos povos sul-americanos. Assim, seja por meio dos sistemas educacionais, seja por meio da mídia ou outros espaços de socialização, haveria de se instituir políticas e programas estratégicos para a difusão de conhecimentos e valorização de uma identidade cultural comum, com enfoque intercultural (UNASUR, 2010a). Portanto, e considerando as possibilidades das tecnologias e plataformas digitais para a circulação de conteúdos, reforça-se o desenvolvimento das indústrias culturais sob a ótica do crescimento econômico, do desenvolvimento humano integral, bem como em relação ao seu potencial como mecanismo de circulação de bens simbólicos e culturais. Interessante notar que o Estatuto do Coseccti considera as indústrias culturais como mecanismos de circulação de bens simbólicos e culturais como elementos positivos e fundamentais à constituição da cidadania sul-americana, mas não apresenta, à priori, crítica sobre o fato de que parte significativa das indústrias culturais estaria permeada pelas lógicas de acumulação de capital, produzindo e reproduzindo elementos culturais externos e descontextualizados em relação aos possíveis intentos de desenvolvimento autônomo da região.

Neste contexto, haveria duas formas possíveis de se interpretar o direcionamento sugerido pelos documentos diretivos institucionais. A primeira possibilidade seria a de que a Unasul apostaria na ênfase às estruturas comerciais das indústrias culturais, que, apesar de

ampliar o volume e os fluxos informativos e circulação de bens culturais e simbólicos, acarretaria na manutenção dos fenômenos de concentração da produção cultural – também se apresentando como contradição ao discurso da independência e da descolonização cultural, que estaria no cerne do projeto de desenvolvimento de países historicamente dependentes. A outra interpretação possível seria a de que a orientação dos documentos diretivos apontaria ao investimento nas indústrias culturais locais e regionais alternativas e, portanto, fora do eixo comercial hegemônico e distante do controle das corporações internacionais e dos oligopólios nacionais. Essa forma de observação seria possível em razão da expressa emergência pelo resgate e preservação da memória cultural e pelo destaque à consolidação de uma identidade e cidadania sul-americanas, já que os produtos culturais circulados por meio dos espaços midiáticos vinculados às corporações internacionais e aos oligopólios nacionais refletiriam posicionamentos adversos às perspectivas culturais apregoadas pelos documentos da Unasul. Dessa forma, apenas a análise das ações empreendidas pelos colegiados do organismo de cooperação multilateral poderia esclarecer a dúvida quanto aos entendimentos oficiais.

Importante ressaltar que, apesar de os documentos oficiais apontarem para a necessidade de consolidação de uma cidadania e uma identidade sul-americana, o organismo de cooperação multilateral também afirma o respeito e fomento às identidades e às diversidades locais – uma vez que preconiza o respeito à soberania dos Estados nacionais (UNASUR, 2008a). Essa orientação é reforçada ao longo do estatuto do Conselho Sul-americano de Educação, para o qual as políticas, programas e projetos deveriam levar em consideração o respeito e a valorização da intraculturalidade, da interculturalidade e da diversidade cultural, enfatizando premissas de inter-relação, diálogo e convivência pacífica e harmoniosa entre os cidadãos, independentemente de seus grupos étnicos, identitários e nacionalidades. O estatuto do Conselho Sul-americano de Educação também fortalece o argumento, ligado à questão da gestão do conhecimento, segundo o qual haveria a necessidade de promoção de estratégias para a incorporação dos saberes e conhecimentos dos povos indígenas (UNASUR, 2013j).

O papel da identidade cultural e da gestão dos conhecimentos produzidos pela sociedade sul-americana é ainda mais marcado no âmbito do Conselho Sul-americano de Cultura. Nota-se essa perspectiva na Declaração de Ministras e Ministros de Cultura dos Estados-membros da Unasul, consolidada na I Reunião de Ministras e Ministros do Conselho Sul-americano de Cultura, realizado em junho de 2013. O documento define que o patrimônio cultural, material e imaterial, concentraria a memória e a identidade da região, estabelecendo-se como principal herança e legado visível da história sul-americana e, por isso, representaria

a própria garantia de futuro de suas sociedades (UNASUR, 2013s). Essa diretriz também está refletida no estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura, que define como prioridade em suas ações e programas a promoção do reconhecimento, da valorização, da proteção, da salvaguarda e da apropriação social do patrimônio natural, cultural, material e imaterial, considerando a diversidade das expressões culturais dos povos da região e o marco dos direitos culturais individuais e coletivos (UNASUR, 2013s).

O Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação, por sua vez, também enfatiza o papel da identidade e da diversidade cultural, bem como da gestão do conhecimento, nos processos de desenvolvimento. Isso se torna visível no momento em que o Estatuto do órgão apregoa que as políticas para o setor de CT&I devem estar respaldadas no respeito aos direitos humanos e à complementaridade dos povos e dos saberes por eles produzidos. Nota-se, portanto, que o órgão indica que os saberes e conhecimentos tradicionais e ancestrais e os processos de inovação seriam complementares entre si. Ou seja, para a Unasul, o desenvolvimento sociocultural sul-americano seria dependente de um processo de articulação entre a construção histórica de conhecimento e a vanguarda científica e tecnológica.

Importante, neste contexto, resgatar as ponderações de Vercellone (2004) acerca das teses principais para a concepção geral de desenvolvimento no capitalismo cognitivo. O autor aponta a necessidade de negação da visão dualista acerca da existência de um setor moderno em oposição a um setor tradicional, este último destinado a desaparecer quando da expansão dos processos de desenvolvimento. Refutando, as premissas estabelecidas por Rostow (1961), para o qual o progresso e o desenvolvimento implicariam na superação da sociedade tradicional – e, por consequências, de suas práticas e conceitos –, Vercellone (2004) advoga pela necessidade de promoção de sinergia e hibridização entre os saberes tradicionais e a investigação das novas técnicas de economia de recursos, sobrelevando o papel da diversidade cultural e os saberes tradicionais como elementos fundamentais dos processos de desenvolvimento de novos conhecimentos e, por consequência, de novos valores de capital.

Considerando que o capital intangível teria superado o capital material como fator principal de geração de capital na transição entre o capitalismo industrial e o capitalismo cognitivo – como constatado desde a década de 1960 por Bell (1991) e ressaltado por Vercellone (2004, 2016), Sierra Caballero (2016) –, a promoção de políticas de fomento e preservação das tradições e culturas, em articulação com as inovações científicas e tecnológicas, representaria a possibilidade de construção ou aprimoramento daquilo que a Economia Política crítica chamou de intelectualidade difusa ou inteligência coletiva, ou seja,

o conjunto de conhecimentos compartilhados pela sociedade, com os quais ocorre a produção de novos saberes e, por consequência, novos insumos produtivos – retroalimentando o trabalho vivo como força de produção no capitalismo cognitivo.

A relevância do investimento no fomento às identidades culturais e aos conhecimentos tradicionais e ancestrais da América do Sul está, portanto, na força que esses elementos representariam numa economia de bens imateriais e simbólicos – que Sierra Caballero (2016) também a define como "economia criativa". Isso ocorre pelo fato de que numa economia imaterial o valor da diversidade e das histórias se apresenta como vetor de desenvolvimento socioeconômico e cultural e proporcionaria insumos suficientes para criação de poder de desenvolvimento regional, alicerçado nas próprias características e necessidades da região. Nesse sentido, importante lembrar, o autor ressalta que a constituição territorial e geopolítica sul-americana seria permeada de culturas diversas, com origens de povos nativos, colonizadores, migrações e mestiçagens – assim como compreendem os documentos diretivos da Unasul, desde o documento "Un Nuevo modelo de Integración de América del Sur hacia la Unión Sudamericana de Naciones" (UNASUR, 2006a). Sendo a diversidade cultural um vetor de geração de valores imateriais, o sincretismo sul-americano, apesar de colocado historicamente num segundo plano das políticas públicas locais e regionais, poderia ser reverenciado como estratégia de desenvolvimento.

Apesar de historicamente deixado de lado, quando o Tratado Constitutivo da Unasul e os Estatutos dos Conselhos Autônomos se alinham à perspectiva da necessidade de fomento, preservação e articulação entre os conhecimentos tradicionais e as inovações científicas e tecnológicas, notadamente poderia se supor que o organismo de cooperação multilateral compreende que, no contexto de uma economia que tende a deslocar a matriz produtiva do industrial para o cognitivo, o investimento na construção de uma identidade cultural a partir do fomento à popularização e apropriação social das expressões culturais e do conhecimento acumulado pela sociedade ao longo de sua história representaria a consolidação de estratégias mais adequadas ao desenvolvimento dos países da região – estes, por sua vez, historicamente ocupantes de posições subalternas na Divisão Internacional do Trabalho. Essa perspectiva seria ainda mais interessante no contexto das políticas para a produção de conteúdos digitais, que aproveitaria os saberes e conhecimentos produzidos ao longo da trajetória civilizatória da América do Sul em toda a sua cadeia produtiva – servindo de mecanismos de promoção e se utilizando desses conhecimentos em sua própria concepção.

Importante evidenciar que a perspectiva de fomento e preservação acerca da identidade e da diversidade cultural e a gestão dos conhecimentos regionais aparecem de

maneiras distintas entre aquilo que se pode observar nos documentos diretivos da Unasul e a conceituação contida no Informe MacBride (1980). Enquanto a Unasul, em consonância com as perspectivas de desenvolvimento no capitalismo cognitivo (VERCELLONE, 2004, 2016), apregoa o fomento, a preservação e apropriação da cultura e dos conhecimentos como possibilidade de construção de uma intelectualidade difusa e capacidade de incremento produtivo imaterial, o Informe MacBride (1980) aponta o benefício do "desenvolvimento intelectual, a formação do caráter e a aquisição de habilidades durante toda a vida" (MACBRIDE, 1980, p. 36). Apesar de o Informe ressaltar a relevância, não perceberia a preservação da cultura e a articulação entre saberes ancestrais e inovações científicas e tecnológicas como possibilidade de insumos produtivos imateriais. Também é verdade que a preocupação do Informe MacBride (1980) estaria muito mais voltada à capacidade de contribuição dos sistemas midiáticos para o desenvolvimento da sociedade sob a lógica do capitalismo industrial – e, portanto, da possibilidade de a ampliação do volume e dos fluxos informativos facilitarem o "avanço cultural", expressão utilizada pelo Informe MacBride (1980), a partir da disseminação de obras culturais e artísticas, das heranças culturais, ampliando os horizontes individuais por meio do estímulo à imaginação e à criatividade.

Também interessante frisar que, apesar de terem sido elaboradas como estratégias para o desenvolvimento no paradigma de uma sociedade informacional, de economia baseada em bens simbólicos e culturais, as Declarações decorrentes da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (UIT, 2014) apontam para a difusão da cultura e das expressões culturais, no que concerne a questão dos conteúdos digitais, com os mesmos objetivos apontados no Informe MacBride (1980). Ou seja, privilegiam o fluxo informativo e cultural como aspecto de contribuição ao desenvolvimento, mas não coloca as expressões culturais e a gestão do conhecimento como elementos estratégicos de geração de capital no campo da produção de conteúdo digital. Nesse sentido, as Declarações da CMSI parecem se preocupar com a necessidade de construção de um fluxo informativo como mercado de comunicação – perspectiva que iria ao encontro da crítica apresentada por Sierra Caballero (2016), segundo o qual os documentos da Cúpula não empreenderiam crítica às crescentes relações entre economia e cultura.

Neste contexto, cabe frisar que os documentos diretivos da Unasul compreendem e enfatizam a emergência de resgate e fomento à preservação da memória cultural e gestão do conhecimento acumulado e produzido como inovação. Ou seja, considera que o desenvolvimento autônomo da região dependeria da valorização das tradições e legado dos povos ancestrais, acrescida da contribuição das inovações científicas e tecnológicas de

vanguarda. Ou seja, orientariam para ações que promovessem a apropriação social dos conhecimentos e reconhecimento e apropriação da identidade própria sul-americana.

3.1.3 Regulação dos direitos culturais e de propriedade intelectual

O debate acerca das relações entre economia e cultura implica, necessariamente, no enfrentamento das contradições ocasionadas pelo processo de privatização dos saberes e dos bens imateriais e simbólicos – conforme debateram Vercellone (2004, 2016) e Sierra Caballero (2016). Isso significa, e seguindo os parâmetros estabelecidos por este estudo a partir da literatura ciespalina, que a preocupação em relação à regulação dos direitos culturais e de propriedade intelectual se justificaria pelo fato de os bens e serviços culturais, imateriais ou simbólicos exercerem funções de insumos produtivos geradores de capital e elementos essenciais na promoção de processos de consolidação da intelectualidade coletiva da sociedade, de um lado, e de que a problemática da propriedade dos saberes, conhecimentos, culturas e tecnologias estaria diretamente ligada à capacidade de um país ou região empreender a mobilização de esforços no sentido da satisfação das necessidades científicas e tecnológicas relevantes à solução de seus problemas estruturais, na elaboração de estratégias de geração de riquezas e no reposicionamento de países e regiões no cenário geopolítico e produtivo internacional.

Como já evidenciado, os documentos diretivos da Unasul apontam, em consonância com a literatura consultada, a necessidade de promoção e fortalecimento da identidade cultural, de preservação e incentivo à diversidade cultural e a emergência da gestão e apropriação do conhecimento no âmbito sul-americano. Também apontam o processo de integração social, cultural, econômico e político como estratégia adequada ao desenvolvimento, considerando as posições subalternas históricas dos países sul-americanos e sua relação de dependência internacional, no contexto do capitalismo cognitivo. Ocorre que essa perspectiva apenas seria possível a partir da atenção à regulação dos direitos culturais e de propriedade intelectual. Ou seja, apesar de se apresentar como pilar das atividades e objetivos da Unasul, a preocupação com o resgate, a preservação, a promoção, a gestão e a apropriação social dos conhecimentos tradicionais e recentemente construídos pouco avançaria em matéria de insumos para o desenvolvimento, caso não seja dada a devida atenção à problemática da regulação dos direitos culturais e de propriedade intelectual.

E esse seria o aspecto central da tese do capitalismo cognitivo, ou seja, de um sistema econômico internacional cuja matriz de acumulação de capital se daria a partir dos processos

de privatização do saber, que teria como resultado a ampliação das assimetrias internacionais em matéria de desenvolvimento. Assim, na medida em que ocorreria a ampliação e o prolongamento do tempo de vigência dos direitos de propriedade intelectual, maior seria a capacidade do detentor da propriedade intelectual de acumular riqueza. Por outro lado, isso também significa que quanto maior o tempo de privatização do conhecimento, mais dificuldade os sistemas produtivos não detentores do direito à propriedade intelectual teriam no processo de desenvolvimento. Partindo do princípio de que as propriedades intelectuais seriam decorrentes dos processos de investimento em ciência, tecnologia e inovação, em tese, os países subdesenvolvidos seriam compelidos à periferia da nova Divisão Internacional do Trabalho no sistema do capitalismo cognitivo, reforçando e ampliando as relações de dependência e exclusão historicamente constituídas no plano internacional. Ocorre, porém, que a questão problemática da propriedade intelectual iria além dos conhecimentos e tecnologias mais recentes, se ampliando à necessidade de proteção acerca do próprio patrimônio cultural, imaterial e simbólico, ancestral e tradicional – que podem ser pirateados e apropriados, carecendo de proteção.

Neste contexto, pode-se afirmar que o Tratado Constitutivo da Unasul e os Estatutos dos colegiados especializados apresentam diretivas em ambos os sentidos: acerca da promoção de conhecimentos, tecnologias e expressões culturais que gerem direitos de propriedade intelectual; e a respeito da proteção à propriedade intelectual dos conhecimentos e expressões culturais dos povos ancestrais.

Com foco evidente no incremento da capacidade de desenvolvimento científico e tecnológico próprios, o Tratado Constitutivo da Unasul apresenta como prerrogativa de atuação do organismo a contribuição com a elaboração e viabilização de projetos comuns ou complementares de pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica (UNASUR, 2008a). Apesar de não apontar diretamente que a diretriz contribuiria para a geração de bens e serviços capazes de gerar direitos de propriedade intelectual, é fato que a orientação denotaria a consolidação da capacidade para estabelecimento de estratégias de crescimento endógeno para os países da região a partir da ampliação dos conhecimentos e das tecnologias e, é claro, dos direitos sobre eles. O Tratado Constitutivo, porém, não menciona a proteção e a promoção de direitos de propriedade aos conhecimentos e saberes tradicionais, apesar de enfatizar, como já evidenciado, a necessidade de ações no sentido da preservação e respeito à diversidade cultural, da promoção da identidade cultural da região e o respeito às diferentes expressões culturais e de vida. Isso ficaria mais claro a partir do estatuto do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (Coseccti), que coloca como prioridade o

debate sobre a propriedade intelectual e os direitos coletivos da natureza e dos povos, num movimento de fomento à proteção aos elementos constituintes da cultura regional (UNASUR, 2010a).

No que concerne a regulação dos direitos culturais, o documento do Coseccti enfatiza a necessidade e a relevância da promoção do livre acesso aos conhecimentos e às expressões culturais produzidos no âmbito sul-americano, bem como acerca do uso e desenvolvimento de softwares livres como ferramentas para a apropriação do conhecimento; entretanto, não faz menção a possíveis atividades de contestação às perspectivas de propriedade intelectual e à privatização do saberes relevantes ao desenvolvimento dos setores estratégicos para os países da Unasul. Na verdade, consta no estatuto que os incentivos ao livre acesso aos conhecimentos produzidos no âmbito da Unasul deveriam destacar o "respeito à propriedade intelectual e à informação reconhecida como reservada" (UNASUR, 2010a). A mesma perspectiva estaria presente no estatuto do Conselho Sul-americano de Educação, que reforçaria a necessidade de ampliação das possibilidades de acesso ao conhecimento, mas com respeito às propriedades intelectuais e à informação reconhecida como reservada (UNASUR, 2013j) – replicando exatamente a mesma expressão apresentada no estatuto do Coseccti. Isso denota uma perspectiva pelo não enfrentamento pela Unasul da questão e da problemática da privatização do saber, sobretudo, aos países subdesenvolvidos.

O Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura também não enfrentaria a questão da privatização do saber, mas seria o documento diretivo dos órgãos analisados que mais reforçaria a questão da regulação dos direitos culturais. Isso porque, entre os princípios estabelecidos estaria o direito à criação e ao acesso universal à Cultura, que seria compreendido como direito fundamental da pessoa e da sociedade, e considerado elemento essencial ao desenvolvimento de sujeitos e grupos. No mesmo sentido, ficaria ressaltada a necessidade de proteção e promoção dos direitos de acesso à cultura às pessoas e coletividades de forma equitativa. Assim, o direito à cultura seria reconhecido como pilar do processo de construção de sociedades democráticas, por meio do respeito à pluralidade e à diversidade cultural. Reforçando o princípio de irrestrito acesso à criação e consumo cultural no contexto de uma sociedade democrática, entre os objetivos específicos do Conselho Sul-americano de Cultura estaria o fomento às ações de combate à discriminação de todos os tipos e formas (UNASUR, 2013s).

Outro aspecto importante que o Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura traz à tona refere-se à discussão acerca da necessidade de combate ao tráfico ilícito de bens patrimoniais e culturais. A perspectiva se alinha à defesa de Sierra Caballero (2016) de que a

memória cultural e os elementos constituintes da cultura dos povos sul-americanos seriam relevantes na condição de insumos produtivos numa economia imaterial como reserva estratégica de geração de riquezas, bem como em relação aos eixos das políticas para o desenvolvimento endógeno debatidas por Vercellone (2004, 2016). Também relevante é a menção sobre o reconhecimento do trabalho dos atores sociais, instituições públicas e privadas, que impulsionem, gerem, difundam, promovam ou divulguem manifestações culturais nos níveis nacional e regional (UNASUR, 2013s).

A questão da regulação dos direitos culturais e propriedade intelectual também aparece no estatuto do Conselho Sul-americano de CT&I. Isso porque, e em alinhamento às perspectivas já destacadas no Tratado Constitutivo e nos estatutos dos demais conselhos analisados, é mencionada a necessidade de que o conhecimento científico-tecnológico seja considerado um patrimônio regional, de livre acesso (UNASUR, 2013v). Essa perspectiva demonstra clara aproximação com a ideia de preservação e promoção do patrimônio imaterial, bem como em relação ao fomento ao livre e amplo acesso a todos os cidadãos sul-americanos aos saberes, tanto ancestrais como aqueles resultados de inovação, com ações para a apropriação social dos conhecimentos e tecnologias produzidas no âmbito regional. Apesar de não mencionar diretamente a questão dos conteúdos digitais e sua cadeia produtiva, há que se supor que o acesso e a apropriação dos conhecimentos passariam pelo processo de divulgação, que, por sua vez, acarretaria na ampliação da produção do setor. Interessante ressaltar que, à semelhança da orientação evidenciada nos estatutos do Coseccti e do Conselho Sul-americano de Educação, o Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação advoga por ações de ampliação do acesso ao conhecimento e à tecnologia a todos os cidadãos, mas enfatiza a manutenção ao respeito aos direitos de propriedade intelectual e à informação reconhecidamente reservada (UNASUR, 2013v) – novamente recorrendo à mesma frase utilizada nos demais documentos diretivos.

Nesse sentido, cabe ressaltar, que as perspectivas de proteção e respeito à propriedade intelectual estariam ao encontro das orientações estabelecidas nas Declarações da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (UIT, 2014). Isso porque, tanto os documentos da Unasul quanto os documentos da CMSI parecem não apresentar crítica às relações imbricadas entre economia e cultura, principalmente no tocante ao processo de privatização dos saberes dos bens imateriais e simbólicos – que seriam, reforça-se, conforme Sierra Caballero (2016), questão central das políticas de comunicação no contexto do capitalismo cognitivo.

Os documentos da Unasul parecem compreender como necessária a garantia dos processos de privatização do saber, apesar de advogar pela ampliação do acesso aos

conhecimentos produzidos na região. Isso porque, ao mesmo tempo em que debate a ampliação do acesso e do consumo cultural, também aponta a relevância dos direitos à propriedade à cultura local e a orientação para que sejam acessíveis apenas aqueles conhecimentos e tecnologias cujos direitos não estariam reservados; e nesse sentido alinha-se à perspectiva defendida pela UIT ao longo das Declarações da CMSI, que defende a proteção à propriedade intelectual como estratégia de fomento e incentivo à inovação e à criatividade, sob o argumento de que a proteção aos direitos de propriedade intelectual, e sua capacidade de geração de recursos financeiros, incentivaria a constituição de polos e parques de produção de tecnologias e conteúdos de todos os tipos, especificidades, formatos e objetivos (UIT, 2014). Portanto, o seu contrário, a vulnerabilidade dos direitos à propriedade intelectual, tenderia a produzir um estado de letargia criativa, desestimulando as aspirações inovadoras da produção de conhecimentos, conteúdos e tecnologias.

Importante ponderar que o Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio, conhecido como Acordo TRIPS[107] (do inglês, Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), destaca a possibilidade de consolidação de regimes especiais de cessão de direitos de propriedades intelectuais e de autor a partir de acordos bi ou multilaterais, ou por meio de autorização de seus detentores (BRASIL, 1994). Nesse sentido, e sendo os países da Unasul signatários do Acordo, haveria a possibilidade de os Estados formarem uma zona de livre acesso e intercâmbio de conhecimentos, tecnologias ou bens culturais e simbólicos que possuíssem direitos de propriedade intelectual sob a tutela dos Estados, com o objetivo de conformação de condições mais efetivas de desenvolvimento orgânico da região e aprofundamento da integração entre os países-membros da Unasul. E nesse sentido, embora os documentos diretivos da Unasul ressaltem a relevância da integração e da cooperação multilateral como estratégia para superação das assimetrias, não estabelecem categoricamente a intenção de consolidação de espaços livres de direitos de propriedade em áreas estratégicas ou carentes de investimentos.

Os documentos da Unasul, à semelhança da Declaração de Genebra (CMSI), estabeleceriam como prioridade tanto a proteção dos direitos à propriedade intelectual quanto sua emergência em relação ao acesso aos conhecimentos e às tecnologias. Portanto, essa relação se apresenta como contradição num sistema no qual os processos de desenvolvimento periférico implicariam na necessidade de ampliação do acesso aos conhecimentos e

[107] Importante mencionar que o Brasil é um dos signatários do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio (OMC) e recepcionou o Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994).

tecnologias, que, por sua vez, exigiria regulação mais ativa do Estado em matéria de propriedade intelectual – por meio de acordos multilaterais. Assim, Unasul e CMSI, apesar de mencionarem a necessidade de compartilhamento de conhecimento e tecnologias como perspectiva relevante a uma economia imaterial, não possuem como orientação conceitual o enfrentamento ao processo de agudização da mercantilização do conhecimento e das tecnologias na condição de barreira à superação das assimetrias regionais em escala global.

Considerando as orientações dos documentos diretivos da Unasul, pode-se afirmar que as perspectivas de regulação dos direitos culturais e propriedade intelectual estariam alicerçadas em 4 pilares fundamentais. O primeiro refere-se à necessidade de ampliação do acesso aos conhecimentos, saberes e tecnologias ancestrais e tradicionais dos povos sul-americanos, assim como e em articulação àquelas técnicas e tecnologias decorrentes dos processos endógenos de inovação científica e tecnológica. O segundo pilar refere-se à necessidade de proteção e combate ao tráfico ilícito do patrimônio natural e cultural, imaterial e simbólico, dos povos tradicionais sul-americanos. O terceiro diz respeito à busca pela inovação científica e tecnológica endógena capaz de gerar direitos de propriedade intelectual e reposicionar a região na nova Divisão Internacional do Trabalho. O quarto pilar é o respeito aos direitos de propriedade intelectual e às informações reconhecidamente reservadas. Assim, nota-se que as orientações da Unasul apontam para uma tentativa de ingresso e manutenção do sistema de acumulação internacional estabelecido no contexto do capitalismo cognitivo. Ou seja, a perspectiva da Unasul não parece implicar na busca por um novo modelo de desenvolvimento, com características próprias e inovadoras, por meio de estratégias de ampliação dos espaços de compartilhamento de conhecimentos e tecnologias livres de direitos de propriedades intelectuais, mas na adequação das estratégias de desenvolvimento às novas exigências e protocolos internacionais.

Cabe ressaltar que, como evidenciado ao longo do debate teórico empreendido na primeira parte deste estudo, no que concerne aos conteúdos digitais, essa perspectiva impactaria o desenvolvimento da cadeia produtiva do setor em razão da privatização das técnicas, tecnologias e plataformas necessárias à ampliação das possibilidades de exploração das indústrias culturais dos países subdesenvolvidos, dificultando a criação de insumos produtivos geradores de capital e agentes de preservação, resgate e conformação da diversidade e da identidade cultural dos povos. Também impactaria no sentido da ampliação das possibilidades de consumo das obras culturais.

3.1.4 Políticas industriais e desenvolvimento tecnológico comum

Relacionada à construção e ao fortalecimento da cadeia produtiva dos conteúdos digitais está a preocupação acerca das relações de trabalho e a organização do capital simbólico, bem como sua relação com as redes digitais. Esse aspecto se liga à necessidade de estabelecimento de nexos entre a capacidade de conformação de núcleos de trabalho vivo como insumo produtivo e seu papel como elemento essencial à produção de capital no capitalismo cognitivo. Também estariam contidas nessa discussão as questões relativas à inclusão produtiva e social das populações sul-americanas no contexto das redes digitalizadas nos setores específicos da produção de conteúdos digitais – inclusive jornalísticos.

A relevância do debate sobre as relações de trabalho e organização do capital simbólico estaria, segundo Vercellone (2016), no centro das estratégias de desenvolvimento, sobretudo no campo da comunicação, uma vez que as relações entre capital e trabalho conformariam exatamente o espaço dos conflitos e contradições na dinâmica do capitalismo. Também relevante seria o fato de que as transformações das relações de trabalho e organização do capital simbólico representariam, exatamente, as mudanças estruturais na forma de produção de capital no capitalismo cognitivo.

Como já afirmado, entre as características do capitalismo cognitivo estaria a hegemonia do trabalho vivo, caracterizado como o conjunto de atividades cognitivas que congregam iniciativas de pensamento e ação, em detrimento do 'trabalho morto', que representa o processo de trabalho organizado a partir da separação das atividades e do controle sobre os processos de produção. Assim, no capitalismo cognitivo, as políticas de desenvolvimento deveriam estar preocupadas com a primazia do valor produtivo do trabalho intelectual, bem como com a problemática da expropriação ou privatização, pelo capital, do conhecimento com o qual a sociedade poderia promover seu próprio desenvolvimento (VERCELLONE, 2016). Por isso, Sierra Caballero (2016) destaca como relevante a preocupação em relação à inclusão produtiva e social das populações sul-americanas no contexto das redes digitalizadas nos setores específicos da produção de conteúdos digitais – inclusive jornalísticos. Isso porque, com a alteração das relações de produção no momento da transição da matriz produtiva do capitalismo emergente, a preocupação acerca dos impactos desse movimento no âmbito da geração de empregos e na empregabilidade seria determinante para os processos de geração de riqueza e as estratégias de desenvolvimento. Ou seja, na medida em que a relação entre capital e trabalho se constitui de forma distinta à organização

industrial da produção, haveria de se ter preocupação em relação aos impactos sociais das transformações da economia.

Cumpre destacar que temática das relações de trabalho e a organização do capital simbólico aparece no horizonte de preocupação dos países idealizadores da Unasul, também, desde o relatório da Comissão Estratégica de Reflexão instituída pela Comunidade Sul-americana de Nações para definição sobre os objetivos e estratégicas a serem adotados no processo de integração sul-americana (UNASUR, 2005). No relatório "Un Nuevo modelo de Integración de América del Sur hacia la Unión Sudamericana de Naciones" (UNASUR, 2006a), a questão da inclusão de forma ampla aparece como objetivo da concertação política regional, por meio do estabelecimento de estratégias de financiamento em áreas como desenvolvimento, segurança, cultura, educação, ciência e tecnologia. Interessante lembrar que Vercellone (2004) menciona que a criação de condições de desenvolvimento para países historicamente ocupantes de posições subalternas e dependentes na Divisão Internacional do Trabalho implicaria no investimento na promoção de um Estado de Bem-estar social – já que este tenderia a produzir condições de sustento às transformações necessárias na matriz produtiva. O mesmo é afirmado no Trabalho Constitutivo da Unasul, quando ressalta a necessidade de promoção da participação do organismo sul-americano no cenário internacional por meio do desenvolvimento social e humano, construído a partir dos princípios da equidade e da inclusão social, bem como da erradicação da pobreza e superação das desigualdades na região, assim como da promoção do acesso universal à seguridade social e aos serviços de saúde. (UNASUR, 2008a)

Ainda no Tratado Constitutivo, fica evidenciada a perspectiva de constituição de políticas e projetos comuns ou complementares de "pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica, com vistas a incrementar a capacidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico próprios" (UNASUR, 2008a). Essa prerrogativa dialoga, apesar de não diretamente, com a ideia de enfrentamento da temática das relações de trabalho e organização do capital simbólico, na medida em que o trabalho vivo se realizaria a partir da articulação dos saberes e da construção de redes. Isso porque, conforme a literatura consultada, o sistema produtivo no capitalismo cognitivo se organizaria por meio de blocos de conhecimento articulados entre si – diferentemente da linearidade do processo produtivo industrial, organizado a partir de linhas de produção. Nesse sentido, a perspectiva de incremento de redes de pesquisa e cooperação setorial contribuiria para a modificação da matriz de desenvolvimento sul-americano e a reconfiguração da organização do trabalho no âmbito regional.

Outra diretriz que contribuiria para a reorganização do trabalho e a organização do capital simbólico regional é encontrada no Estatuto do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (Coseccti). O documento aponta a necessidade de adoção de políticas e projetos que fomentem o acesso, o uso, a produção e a transferência de tecnologia (UNASUR, 2010a). Isso porque, no momento em que se incentiva a articulação e a apropriação de conhecimentos nos diferentes setores produtivos, inclusive aqueles ligados aos conteúdos digitais, contribuir-se-ia com a consolidação de formas de trabalho não estanques e lineares, bem como redes de produção. E nesse sentido, as plataformas digitais seriam importantes mecanismos.

Importante lembrar que a perspectiva do uso de plataformas digitais também é mencionada nas discussões anteriores realizadas no âmbito dos aspectos relativos à gestão do conhecimento. Ocorre que a construção das perspectivas de desenvolvimento de políticas para os setores ligados à produção de conteúdos, no contexto do capitalismo cognitivo, não pode ser observada de maneira fragmentada com o objetivo de compreendê-las de maneira isolada, compartimentando-os de maneira sistemática. Nesse sentido, é natural que se encontrem conexões e benefícios das ações nos diferentes segmentos de atenção às políticas de comunicação para conteúdos digitais. O mesmo pode ser compreendido da perspectiva acerca da relevância da democratização do conhecimento científico e tecnológico, também contido no Estatuto do Coseccti (UNASUR, 2010a); isso porque, iniciativas desse tipo certamente teriam impacto direto na promoção do desenvolvimento produtivo dos Estados-membros, nos diferentes segmentos.

O raciocínio também se aplica à prerrogativa de intensificação de ações e mecanismos de articulação entre universidades, centros de investigação e empresas públicas e privadas (UNASUR, 2010a). O Estatuto do Coseccti reforça a relevância do fomento às transferências de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de melhorar as condições de competitividade no âmbito internacional. O Estatuto do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação reforçaria esse aspecto, elegendo a coordenação de iniciativas e intercâmbios para formação de recursos humanos – colocando ênfase no indivíduo e na capacidade criativa como elementos estratégicos de desenvolvimento (UNASUR, 2013v).

O Estatuto do Coseccti ainda sobreleva a articulação política para aumento da qualidade da educação entre todos os níveis, de forma que seja possível a viabilização das condições necessárias à integração, à inserção e à inclusão dos indivíduos sob o ponto de vista social e laboral (UNASUR, 2010a). Apesar de a diretriz não apontar a inclusão laboral, especificamente, aos processos de trabalho característicos do capitalismo cognitivo, pensar

em desenvolvimento de competências parece mais adequado às novas relações entre saber e poder e ao sistema produtivo organizado a partir de blocos de saber e de trabalho intelectual vivo – já que haveria uma tendência à suavização das funções compartimentadas do processo de produção industrial.

O fato de existirem menções à necessidade de investimentos em inovação científica e tecnológica, bem como na articulação regional por meio de ações de intercâmbio de conhecimentos, não esclarece se os documentos teriam como pano de fundo a produção industrial, para a qual o desenvolvimento científico e tecnológico atuaria no aprimoramento do processo produtivo, ou aquela adequada ao contexto de capitalismo cognitivo, cuja organização do trabalho se realiza na forma de trabalho vivo, conformado em blocos de saber e a partir de redes de colaboração não necessariamente lineares. Afinal, desde os escritos sobre Economia Política Clássica de Stuart Mill (1974), o progresso técnico e tecnológico é caracterizado como elemento fundamental para a superação dos limites de produção; com uma visão crítica ao processo de privatização dos meios de produção, Marx (2008) também reconheceria a primazia da técnica e da tecnologia. Com o mesmo fim apontado por Stuart Mill (1974), a Estratégia para a Primeira Década da ONU para o desenvolvimento (ONU, 1961) advogaria pelo progresso técnico e tecnológico, assim como as teses da Nova Ordem Econômica Interacional o colocava como aspecto central – apesar de serem perspectivas distintas, sobretudo em relação aos processos de transferência de conhecimentos e tecnologia. Da mesma forma, quaisquer orientações para o desenvolvimento de uma economia imaterial seguirão a proposta de investimento em produção de conhecimento e tecnologia. Na verdade, o investimento em inovação científica e tecnológica é inerente ao próprio capitalismo (FURTADO, 2000; BRESSER-PEREIRA, 2011). O que diferenciaria os modelos e propostas seria a capacidade de articular a ampliação dos benefícios e a constituição de uma nova forma de se produzir, mais justa, inclusiva e igualitária. Ocorre, porém, que apesar de mencionar a necessidade de ampliação dos benefícios do desenvolvimento econômico e a ampliação ou fortalecimento do Estado de Bem-estar social, os documentos não efetivam a intencionalidade de alteração da matriz de organização do trabalho e do capital simbólico – exceção feita ao reconhecimento de que a indústria cultural possuiria componente relevante no crescimento econômico, apesar de investimentos no setor de indústrias culturais também não ser inovador e nem revolucionário nas estratégias de desenvolvimento.

A esse respeito, cabe enfatizar que a Declaração de Ministras e Ministros de Cultura e o Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura empreenderiam a defesa das indústrias culturais e da economia criativa, como um todo, em relação à sua capacidade de fortalecer a

produção, o trabalho e a equidade em matéria de cultura, contribuindo diretamente para a consolidação de condições para o desenvolvimento sustentável da região. O documento também reforçaria a necessidade de integração e cooperação para o intercâmbio de capacidades, conhecimentos e experiências sobre temáticas relacionadas à cultura, também como estratégia de desenvolvimento do setor e da própria sociedade (UNASUR, 2013s). Levando-se em consideração que o trabalho cultural, em si, representa uma atividade criativa capaz de se configurar como insumo produtivo, o reconhecimento do valor central da cultura à geração de capital poderia sugerir um entendimento relevante acerca da centralidade do setor. Reforça-se essa diretriz no momento em que o Estatuto advoga pelo princípio da 'cooperação' como eixo norteador de ações de realização conjunta de projetos culturais concretos que fomentem a produção cultural dos setores sociais e dos Estados-membros, como um todo. Essa perspectiva ficaria mais clara quando o Conselho Sul-americano de Cultura adota o discurso pela necessidade de políticas, programas e ações que promovam ou contribuam com o desenvolvimento das indústrias culturais, considerando-as tanto componentes do crescimento econômico e desenvolvimento integral da sociedade, como mecanismos de circulação de bens e serviços culturais na região (UNASUR, 2013s).

A menção acerca da necessidade de investimentos em atividades pertencentes ao setor de economia criativa apresenta-se como exceção no conjunto de diretrizes da Unasul, embora relevante ao objetivo analítico do presente estudo. Isso porque, estaria embutido no conceito de economia criativa o conjunto de atividades criativas capazes de gerar riqueza a partir de bens culturais ou simbólicos como insumo produtivo primário – apesar de Vercellone (2004, 2016) não utilizar o termo economia criativa ou indústrias criativas na conceituação do capitalismo cognitivo. Ou seja, considerar que o investimento na economia criativa implicaria a adoção de uma série de perspectivas condizentes com as premissas do capitalismo cognitivo, pode indicar a existência diálogo entre as prerrogativas institucionais da Unasul e as exigências das políticas de comunicação voltadas ao desenvolvimento no contexto do capitalismo cognitivo – conforme Vercellone (2004; 2016) e Sierra Caballero (2016). Entre essas perspectivas estariam as novas relações entre capital e trabalho, a redução da linearidade dos processos produtivos, o retorno da relação entre o trabalhador e o produto cultural, bem como a primazia das atividades produtivas organizadas a partir de blocos de saber; também incluiria-se a necessidade de uma proposta de investimento em indústrias culturais e na cadeia produtiva criativa da produção de bens culturais e simbólicos.

Apesar de os documentos diretivos da Unasul não enfrentarem diretamente a problemática das transformações nas relações de trabalho e organização do capital simbólico,

principalmente no que compete a capacidade de conformação de trabalho vivo, a defesa do Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura pelo investimento em atividades concernentes à economia criativa denota diálogo com as políticas para o desenvolvimento no contexto do capitalismo cognitivo sustentadas por Vercellone (2014, 2016) e Sierra Caballero (2016).

Afora as perspectivas evidenciadas, cabe ressaltar uma omissão interessante, qual seja, o fato de que nenhum documento oficial da Unasul menciona o jornalismo como atividade componente da indústria cultural e notadamente decorrente de trabalho vivo, capaz de se configurar como insumo produtivo e aspecto fundamental de produção de capital. Mais que isso. O jornalismo sequer é mencionado como estratégia de integração regional ou circulação de expressões culturais e da identidade cultural sul-americana – como em outros momentos.

É verdade que a questão específica da produção cultural em plataformas multimídias é mencionada no décimo sexto objetivo definido no Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura, que ressalta a necessidade de políticas para a geração de conteúdos e narrativas em multimídias que permitam a difusão e o fomento à diversidade cultural dos povos no espectro midiático (UNASUR, 2013s). Isso, evidentemente, pode ensejar o raciocínio de que o jornalismo comporia o conjunto de atividades geradoras de conteúdos em plataformas multimídias. Porém, chama atenção o jornalismo não ser relacionado de nenhuma maneira.

Isso porque, importante resgatar, todas as orientações até então colocadas nos debates internacionais pelos organismos de cooperação e governança global – especificamente ONU, Unesco e União Internacional de Telecomunicações – atribuíram grande ênfase ao jornalismo como elemento fundamental das estratégias de desenvolvimento – apesar de divergirem no plano ideológico e programático. Desde o programa "Primeira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento" (ONU, 1961), que adotaria a perspectiva de desenvolvimento em etapas (ROSTOW, 1961), o jornalismo seria alçado como elemento fundamental para o desenvolvimento, exercendo funções políticas, educativas e de vigilância (SCHRAMM, 1967, 1969). O mesmo ocorreria com a perspectiva da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), que destacaria à comunicação e ao jornalismo funções de 'informação', 'socialização', 'integração', 'motivação' e 'educação' (MACBRIDE, 1980).

Partindo da defesa de Moreno-Galvéz (2016) e Jurado Vargas (2009) acerca da necessidade de retomada de algumas ideias da NOMIC, em razão de os problemas relativos à Comunicação identificados à época da consolidação do Informe MacBride (1980) não serem distantes dos identificados atualmente, as políticas de comunicação focadas no desenvolvimento integral sul-americano precisariam ir além da disponibilização de acesso aos espaços digitais de informação e comunicação, como estratégia de estímulo à apropriação

social das tecnologias de produção e difusão de conteúdos – que estariam previstas nos documentos definidores de diretrizes da Unasul. Para os autores, em consonância com as ideias da NOMIC, haveria de se promover a ampliação do volume, da pluralidade e da diversidade dos conteúdos disponíveis em espaço digital, considerando diferentes formatos, plataformas, linguagens e representações sociais. Portanto, não se trata apenas da disponibilização de espaços nos quais a sociedade sul-americana pudesse acessar conteúdos educacionais ou relativos ao conhecimento científico e tecnológico. Sem excluí-los, a perspectiva aponta para a necessidade de acesso ao consumo e à produção de bens simbólicos audiovisuais em diferentes formatos e linguagens, inclusive jornalístico de caráter comercial, público, estatal, comunitário ou alternativo. Apesar de os Estatutos dos órgãos da Unasul apontarem a necessidade de ampla divulgação de suas ações, não apresentam diretrizes para a aproximação em relação aos meios de comunicação de massa, ou ainda o fomento ao jornalismo alternativo ou comunitário. Nesse sentido, para além do reconhecimento de que as indústrias culturais representariam componentes estratégicos de produção de capital e difusor da identidade cultural da região, os órgãos não colocam ênfase nas potencialidades do jornalismo para o desenvolvimento da região.

A ausência dessa perspectiva também iria de encontro às premissas estabelecidas na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (UIT, 2014), que indicariam a necessidade de investimentos em ações que fomentassem a pluralidade dos meios de comunicação, o estímulo à representação equilibrada e diversificada de grupos sociais na mídia, e o fomento à redução do hiato de conhecimento e fluxo informativo de conteúdos culturais, principalmente em áreas rurais – a atenção às áreas rurais, inclusive, grande preocupação do Informe MacBride (1980). Além disso, o documento da CMSI destaca a relevância de ações de apoio à mídia estabelecida em comunidades locais. Outra diretriz apontaria para a articulação entre os meios de comunicação com vista à integração simbólica regional, por meio do estímulo à formação de redes e parcerias entre meios de comunicação e entre profissionais da comunicação. Assim, cabe frisar, que as Declarações da CMSI estabeleceriam como prioridade a redução dos desequilíbrios internacionais que afetariam os meios de comunicação em todos os aspectos, como os relativos à infraestrutura, aos recursos técnicos e ao desenvolvimento das capacidades humanas – apesar de ressaltar que essa orientação deveria ser viabilizada por meio de parcerias público-privadas, sem que fosse problematizado o histórico processo de concentração da produção jornalística.

Se for considerado que os debates acerca das políticas, ações e investimentos necessários ao fortalecimento das indústrias culturais e da economia criativa incorporariam o

jornalismo ao seu escopo, então os documentos diretivos da Unasul estariam em acordo com outros direcionamentos internacionais. Porém, isso não fica claro; pelo contrário. Tendo as orientações internacionais historicamente dado ênfase clara ao jornalismo no processo de desenvolvimento, os documentos diretivos imporiam uma nova perspectiva de afastamento do jornalismo em relação aos processos de desenvolvimento. É difícil, pois, por meio dos documentos oficiais analisados, empreender conclusões taxativas em relação a esse direcionamento, que pode ter sido influenciado pelas possibilidades atuais de plataformas e oportunidades de comunicação experienciadas pelas sociedades em matéria de comunicação a partir do surgimento e da popularização da internet; também pode ter sofrido influência da própria estrutura histórica da comunicação de massa e do jornalismo, que registrariam processos de concentração do poder de produção e circulação de informações, bem como influência do poder político e econômico. Fato é que a Unasul, à semelhança do não enfrentamento da questão da propriedade intelectual e da privatização do conhecimento e da tecnologia, não trabalhou de forma contundente a questão do jornalismo em seus documentos diretivos – seja em sua modalidade comercial, pública, estatal, comunitária ou alternativa.

A respeito da necessidade de políticas relativas às novas relações de trabalho e organização do capital simbólico, neste contexto, cabe destacar que os documentos diretivos da Unasul indicam como premissas a atuação no fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico endógeno, com ênfase nos processos de intercâmbios e transferências de saberes e conhecimento, bem como o investimento em áreas que contribuiriam para a consolidação de um Estado de Bem-estar social. Os documentos atribuem relevância às indústrias culturais e à economia criativa, mas não aprofundam o debate acerca do processo de reorganização das relações de trabalho características do capitalismo cognitivo, e nem mencionam o jornalismo como componente dos processos de desenvolvimento – seja como vetor dos fluxos comunicativos, seja como atividade composta por trabalho vivo e geradora de bens culturais e simbólicos.

3.1.5 Constituição de Clusters e condições para consolidação de uma economia imaterial

Outro aspecto definido como essencial às Políticas de Comunicação para a produção de conteúdos digitais, a partir da literatura ciespalina, refere-se à necessidade de investimento em políticas industriais e de desenvolvimento tecnológico comuns para o setor. Isso implicaria, principalmente, o investimento no desenvolvimento de recursos humanos capazes

de atuar na produção de ciência, tecnologia e inovação voltadas à cadeia produtiva dos conteúdos digitais, assim como no investimento em recursos humanos aptos a operarem e produzirem no contexto das redes digitalizadas.

Assim como outros aspectos já destacados na discussão, a temática da elaboração de políticas industriais aparece no horizonte de preocupações desde os primeiros intentos integracionistas registrados no relatório final da Comissão Estratégica de Reflexão da Comunidade Sul-americana de Nações. Consta no documento "Un Nuevo modelo de Integración de América del Sur hacia la Unión Sudamericana de Naciones", que os objetivos da integração regional estariam na superação da histórica dependência produtiva e tecnológica, sobrelevando a emergência da consolidação de mecanismos de cooperação em infraestrutura, energia, complementação industrial e agrícola, com fomento ao desenvolvimento de setores considerados estratégicos, como cultura, educação, ciência e tecnologia. Assim, seriam considerados estratégicos, tanto o processo de integração regional quanto o desenvolvimento industrial e tecnológico comum entre setores produtivos, para o enfrentamento das deficiências em termos de competitividade internacional da América do Sul em relação às potências econômicas internacionais (UNASUR, 2006a).

O Tratado Constitutivo da Unasul incorporaria essas premissas e afirmaria que o desenvolvimento produtivo da região passaria, necessariamente, pela definição e implementação de "políticas e projetos comuns ou complementares de pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica, com vistas a incrementar a capacidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico próprios", baseados em processos de integração e cooperação (UNASUR, 2008a). No âmbito do Conselho Sul-americano de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (Coseccti), as perspectivas relativas ao desenvolvimento tecnológico e à promoção de políticas industriais ficariam mais assertivas. Isso porque, o estatuto do órgão colocaria mais ênfase no enfretamento de defasagens históricas no campo da educação e da ciência, bem como na articulação de estratégias industriais. A afirmação se sustenta por meio da identificação de diretriz que advoga pela ampliação da qualidade da cobertura educativa, com perspectiva inclusiva, em todos os níveis de ensino – desde a alfabetização até os níveis superiores de graduação e pós-graduação. Apesar de ampla, trata-se de prerrogativa essencial à superação das problemáticas sul-americanas relativas aos déficits de capacidade em produção de conhecimentos e inovação tecnológica. Também relevante é o destaque do Estatuto do Coseccti para o incentivo às estratégias de difusão do conhecimento científico e tecnológico para todos os territórios regionais (UNASUR, 2010a).

Reforçando premissas contidas no relatório final da Comissão Estratégica de Reflexão da Comunidade Sul-americana de Nações (UNASUR, 2006a) e no Tratado Constitutivo da Unasul (UNASUR, 2008a), o Estatuto do Coseccti ressalta que o incremento do sistema produtivo latino-americano implicaria a intensificação de ações e mecanismos de articulação entre universidades, centros de investigação e empresas públicas e privadas (UNASUR, 2010a). Como política industrial, o Estatuto insinuaria que ações desse tipo permitiriam articulações e definição de estratégias comuns, além da transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de melhorar as condições de competitividade internacional.

No que concernem os objetivos deste estudo, o Estatuto do Coseccti ainda destaca a promoção de políticas e ações que favoreçam o desenvolvimento das indústrias culturais, alicerçado, como já evidenciado, sob três aspectos essenciais: crescimento econômico; desenvolvimento humano integral; e mecanismo de circulação de bens simbólicos e culturais (UNASUR, 2010a). No mesmo sentido, a Declaração de Ministras e Ministros de Cultura e o Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura empreenderiam a defesa das indústrias culturais e da economia criativa, como um todo, em relação à sua capacidade de fortalecer a produção, o trabalho e a equidade em matéria de cultura, contribuindo diretamente para a consolidação de condições para o desenvolvimento sustentável da região. O documento também reforçaria a necessidade de integração e cooperação para o intercâmbio de capacidades, conhecimentos e experiências sobre temáticas relacionadas à cultura, também como estratégia de desenvolvimento do setor e da própria sociedade (UNASUR, 2013s).

Essas perspectivas ainda seriam destacadas no âmbito do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação, que traria novamente ao debate a necessidade de promoção de políticas e mecanismos de fomento à investigação científica e de inovação tecnológica, bem como à transferência de saberes e experiências, como estratégia de desenvolvimento integrado industrial da região (UNASUR, 2013v).

Se levado em consideração que os documentos do Coseccti e do Conselho Sul-americano de Cultura advogariam pelo investimento nas indústrias culturais e nas atividades constituintes do setor de economia criativa como estratégia para desenvolvimento econômico, e que os órgãos reiteram constantemente a necessidade de investigação científica e inovação tecnológica e instituição de políticas industriais comuns para os setores evidenciados como estratégicos para a América do Sul, então, há que se supor que os intentos de definição de políticas industriais nos documentos oficiais da Unasul contemplariam as atividades concernentes às indústrias culturais e dos conteúdos digitais – ainda que a questão específica dos conteúdos digitais não tenha sido mencionada de forma clara.

Resgatando o debate empreendido no tópico anterior, cabe ressaltar que os investimentos e o estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico também estiveram na pauta de debate no âmbito da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC). A afirmação consta no Informe MacBride (1980), que ainda apontava a emergência de o conhecimento produzido estar à disposição coletiva, inclusive com a conformação de plataformas de distribuição e consumo desses conhecimentos. Nota-se, portanto, que a ideia de investimentos em produção de ciência e inovações tecnológicas aproximaria ambas as perspectivas.

Apesar de a ideia de investimento em ciência e tecnologia ser uma perspectiva inerente ao desenvolvimento capitalista desde a transição entre o capitalismo comercial e o capitalismo industrial, assim como a quaisquer estratégias de desenvolvimento estabelecidas nos âmbitos dos organismos de cooperação multilateral e governança global, é importante destacar que os documentos da Unasul apontam para a relevância da geração endógena de conhecimentos e tecnologias. Essa perspectiva se afasta das primeiras estratégias para o desenvolvimento empreendidas pela ONU (1961), baseadas no modelo de desenvolvimento de Rostow (1961), que advogava pela transferência das tecnologias dos países desenvolvidos em direção aos países em desenvolvimento, até que estes últimos atingissem a categoria histórica de países desenvolvidos – ideia que seria combativa pelo estruturalismo latino-americano e a proposta do "Programa de Ação para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional" (ONU, 1974b) e da "Estratégia Internacional de Desenvolvimento para a Terceira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento" (ONU, 1980). Ocorre, porém, que as estratégias de desenvolvimento idealizadas pelos países terceiro-mundistas na década de 1970 sobrelevavam o papel do Estado como vetor dos investimentos na produção endógena de conhecimento e tecnologia e dos processos de desenvolvimento. Da mesma maneira, ao Estado era atribuída a função de articulação de novos mercados e regulação dos mercados atuais – inclusive na conformação de plataformas de distribuição e consumo, no caso dos interesses desta investigação, aquelas destinadas aos conteúdos digitais.

Sob o aspecto da regulação dos mercados, as perspectivas dos documentos diretivos da Unasul possuiriam um caráter menos estatizante do que aquelas apresentadas pela NOEI e da NOMIC – conforme a crítica de Marques de Melo (1992, 2008). Isso porque, os documentos da Unasul não atribuiriam ao Estado um papel claro na regulação de mercado, principalmente no que concerne o principal fator de acumulação de capital no capitalismo cognitivo – a questão da propriedade intelectual. Como já apontado, no que se refere à propriedade intelectual, os documentos da Unasul apontam a necessidade de investimentos em

conhecimentos e tecnologias, na preservação dos saberes e técnicas ancestrais, porém não estabelecem orientações e estratégias específicas em relação à privatização do saber. Pelo contrário, os documentos se colocam de maneira passiva, afirmando em diferentes momentos que haveria de serem respeitados os conhecimentos, as tecnologias e as informações de direitos reservados, sem menção às possibilidades de articulação de acordos e espaços regionais livres de direitos de propriedade intelectual em relação aos conhecimentos e tecnologias necessários às expectativas de desenvolvimento orgânico.

Nesse sentido, novamente, parece ocorrer uma espécie de hibridização entre as prerrogativas da NOMIC e das Declarações oriundas da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, que advogaria pelo empreendimento de ações para o cultivo da capacidade das localidades em criar e distribuir técnicas e tecnologias por meio de parcerias público-privadas, tendo o Estado apenas a função de garantir o cumprimento das regras de mercado (UIT, 2014). Aliás, essa perspectiva já teria sido consolidada desde a queda da NOEI e da NOMIC como política de desenvolvimento promovida pela ONU e Unesco, quando da aprovação da "Nova Estratégia da ONU para o desenvolvimento" (ONU, 1990), que defenderia que ao Estado caberia a função de eliminar os obstáculos ao progresso, como a ineficiência burocrática, o controle do mercado e os monopólios estatais – em claro alinhamento às orientações do Consenso de Washington (SANDRONI, 1999).

No caso dos documentos da Unasul, pode-se apontar que orientam-se pela compreensão de que o Estado seja um agente articulador dos processos de desenvolvimento, inclusive no âmbito das indústrias culturais – diferente da noção estatizante dos processos de desenvolvimento e estímulo à comunicação preconizados pela NOMIC. Isso porque, em diversos momentos as diretivas do organismo multilateral apontam para a articulação e aproximação dos diferentes atores do processo produtivo, como universidades, institutos de pesquisa, empresas públicas e privadas etc, incluindo a perspectiva integracionista de participação das diferentes nações sul-americanas, estabelecendo políticas comuns. No caso do setor cultural, evidencia-se a necessidade de articulação entre os produtores culturais dos diferentes países da região, com fomento do Estado, mas sem a sua responsabilização plena sobre o processo de desenvolvimento das ações. Nota-se, com isso, certa proximidade com as perspectivas das Declarações da CMSI, que indicam a primazia das parcerias público-privadas para desenvolvimento do setor (UIT, 2014).

Entretanto, se for considerada a menção ao investimento na economia criativa, as políticas industriais estariam em pleno acordo com as premissas das políticas para produção de conteúdos no contexto do capitalismo cognitivo. Isso porque, tanto o investimento em

educação e CT&I, quanto a articulação de redes de cooperação e integração laborais e de conhecimento, estariam condizentes com os novos desafios produtivos.

3.1.6 Relações de trabalho e organização do capital simbólico

Corolário do debate sobre a constituição de políticas industriais e do fomento e o papel da produção de conhecimento e inovação tecnológica, outro fator determinante às políticas de comunicação voltadas à produção de conteúdos digitais seria a capacidade de os Estados Sul-americanos constituírem Clusters produtivos e condições para a consolidação de uma economia imaterial. Isso significa o alinhamento das políticas à nova formatação dos processos produtivos num capitalismo cognitivo, além de fazer referência à Nova Divisão Internacional do Trabalho.

Vale lembrar que Vercellone (2004, 2016), Sierra Caballero (2016) e Vila-Viñas (2016) explicam que a nova Divisão Internacional do Trabalho, presente no sistema do capitalismo cognitivo, decorre de dois fatores interligados: o primeiro, aumento da importância do conhecimento científico e tecnológico das atividades produtivas, portanto do trabalho vivo, na medida em que o capital físico perderia sua centralidade no processo de geração de capital, bem como os processos produtivos lineares típicos da organização do trabalho industrial; o segundo refere-se à capacidade de mobilização de redes de inteligências, viabilizadas pelas tecnologias da informação e da comunicação, permitidas pela transformação dos processos produtivos conforme blocos de saberes. Os blocos de saberes, por sua vez, representariam os arranjos produtivos baseados no estoque de trabalho intelectual mobilizado de maneira cooperativa que determinados núcleos seriam capazes de reunir e articular para fins de produção de capital. Assim, o estímulo à constituição desses núcleos seria a estratégia mais adequada ao desenvolvimento de países historicamente dependentes e vulneráveis economicamente. Evidentemente, acresce-se a esse contexto a capacidade de geração de direitos de propriedade intelectual – que representariam a capacidade de acumulação de capital. No caso contrário, a ausência de investimentos na conformação de uma nova estrutura de produção adequada ao contexto do capitalismo cognitivo, os países subdesenvolvidos seriam empurrados a uma realidade de desconexão em relação à rede produtiva internacional, empurrando-os à periferia do sistema mundial de produção.

Diante desse cenário, cabe resgatar algumas diretrizes já evidenciadas nos tópicos de análise anteriores, que contribuiriam com a conformação dessa nova estrutura de produção. E a primeira delas refere-se ao foco principal da Unasul, a saber, a ampliação do processo de

integração. Importante lembrar que essa perspectiva acompanha os debates e as premissas da Unasul desde sua concepção, quando da publicação do relatório final da Comissão Estratégica de Reflexão, da Comunidade Sul-americana de Nações (UNASUR, 2006a). Ficaria evidenciado que a integração entre as nações participantes do bloco configuraria a estratégia mais adequada à superação das desigualdades regionais e da histórica dependência produtiva e tecnológica; e nesse sentido, o próprio Tratado Constitutivo indicaria a promoção da integração industrial e produtiva, bem como a necessidade de promoção de uma multiplicidade de arranjos produtivos. E isso deveria ser estimulado a partir do fomento à conformação de indústrias e empresas de grande porte, mas proporcionando especial atenção "às pequenas e médias empresas, cooperativas, redes e outras formas de organização produtiva" (UNASUR, 2008a) – sugerindo que estaria no escopo de atenção do organismo multilateral a promoção de novos arranjos produtivos, que acompanhem os modelos e oportunidades econômicos atuais.

Outra orientação presente no Tratado Constitutivo da Unasul, que dialogaria com a constituição de novos arranjos produtivos baseados em blocos de saber, refere-se à perspectiva segundo a qual as atividades econômicas e produtivas deveriam privilegiar políticas e projetos comuns ou complementares de pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica. O documento aponta que essa estratégia permitiria o incremento da capacidade, da sustentabilidade e do desenvolvimento científico e tecnológico próprios (UNASUR, 2008a). Isso, portanto, conduziria à interpretação de que a produção de conhecimento endógeno seria um fator determinante, inclusive, à organização de novos arranjos produtivos baseados em estoques de conhecimento.

Os Estatutos dos conselhos Autônomos da Unasul, objetivamente, não avançam na temática dos arranjos produtivos e dos blocos de saber em suas diretrizes. Porém, os quatro órgãos analisados enfatizam a necessidade de conformação de redes de cooperação e interlocução educacional, científica e laboral. Como já evidenciado, essa perspectiva estaria no centro da organização do trabalho na nova Divisão Internacional e, de fato, permeia todas as orientações oficiais da Unasul. Também presente em todos os momentos de discussão no âmbito do organismo de cooperação multilateral regional foi a necessidade de ampliação das capacidades de formação dos cidadãos, da inclusão social e produtiva e da disponibilização pública de conhecimentos ancestrais e decorrentes dos processos de inovação científica e tecnológica, com os quais as sociedades, em conjunto, poderiam traçar estratégias de desenvolvimento. E nesse contexto, os estatutos, com destaque ao do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação, aponta como elemento fundamental a intensificação dos

processos de articulação e colaboração entre instituições de ensino superior, centros de investigação e inovação, públicos e privados, que produzam conjuntamente ou compartilhem conhecimentos necessários (UNASUR, 2013v).

Novamente, no que compete a questão da promoção de clusters e condições de viabilização de uma economia imaterial, vale lembrar a menção da Declaração das Ministras e Ministros do Conselho Sul-americano de Cultura sobre a atenção às indústrias culturais e economia criativa (UNASUR, 2013s). Retomando o debate anterior, se considerado que a economia e as indústrias criativas se caracterizariam por atividades de produção e gestão de bens culturais e/ou simbólicos, conformados em redes de trabalho, com reaproximação entre trabalhador e produto cultural, então haveria uma sugestão contundente de que estaria no radar da Unasul o investimento no setor criativo. Entretanto, é fato que os documentos diretivos oficiais não apresentam orientações específicas para enfrentar o processo de reorganização da estrutura de produção e divisão internacional do trabalho decorrente das características do processo de acumulação de capital do capitalismo cognitivo. A possibilidade de a Unasul possuir entre o conjunto de premissas o investimento na conformação de um sistema produtivo criativo, com a constituição de clusters e arranjos produtivos organizados de forma adequada às exigências do capitalismo cognitivo, refere-se exclusivamente a uma inferência à menção à atenção à economia criativa – de maneira pontual –, passível de ser verificada por meio da análise dos programas e projetos previstos e implementados nos Planos de Ação dos colegiados especializados.

3.1.7 Ócio e consumo cultural

Outro elemento que comporia o escopo das Políticas de Comunicação para produção de conteúdos digitais seria a atenção em relação à indústria do ócio e o consumo cultural. Conforme a literatura ciespalina, o setor estaria diretamente ligado às indústrias culturais, especificamente ao setor de negócios que articula a produção de bens culturais imateriais midiáticos com outras atividades culturais, como aquelas ligadas às artes, ao esporte e ao turismo. Trata-se, objetivamente, do desenvolvimento de políticas e ações capazes de fomentar empreendimentos de produção de conteúdos que aproveitam recursos e oportunidades já disponíveis para constituição de novos produtos para o espectro midiático.

A temática já estaria em voga desde os conceitos e estratégias delineados no Informe MacBride (1980), à época focados principalmente no consumo televisivo – o que seria compreensível dado o fato de a televisão representar-se, à época, como veículo de

comunicação de massa com os maiores índices de audiência, investimentos publicitários, e, sobretudo nos países subdesenvolvidos, o maior potencial de influência política e cultural.

Quando da elaboração do Informe MacBride (1980), considerava-se que a evolução das tecnologias da informação e da comunicação contribuiria para a melhoria da qualidade dos produtos culturais, à redução dos cursos de produção e à logística e aos espaços de distribuição. Nesse sentido, e apenas atualizando as orientações da NOMIC, a indústria do ócio e o consumo cultural teriam recebido incrementos fundamentais à expansão e à possibilidade de desconcentração da produção. Isso porque, o próprio Informe MacBride (1980) aponta que a evolução das tecnologias da informação e da comunicação teriam agudizado, sob a hegemonia da televisão como veículo de comunicação de massa, a concentração da produção dos bens simbólicos e culturais advindos da indústria do ócio. Ocorre, porém, que as tecnologias mais recentes no campo da informação e da comunicação facilitariam os processos de produção e distribuição de produtos culturais, sobretudo audiovisuais, por meio de plataformas aportadas na internet. A partir desse entendimento, e resgatando afirmações e perspectivas da NOMIC, haveria de se pensar em políticas capazes de fomentar a produção cultural midiática não hegemônica, com fomento à diversificação das representações e dos próprios produtores; ou seja, a possibilidade de desconcentração da produção de bens culturais e simbólicos ainda poderia contribuir para a ampliação das estratégias de produção de conteúdos culturais, inclusive de caráter jornalístico e informativo, de comunidades afastadas ou rurais que sofreriam tanto com a falta de representação quanto com a ausência de informações contextualizadas. Mais do que isso. As novas possibilidades comunicativas permitidas pelas tecnologias da informação e da comunicação, quando direcionadas a partir de políticas públicas adequadas, seriam capazes de retomar e avançar no conceito de "direito à comunicação" emergido dos debates da NOMIC, que advogava pela ampliação dos direitos humanos de liberdade de expressão e de acesso e consumo de informações para o direito a produzir informações e representações simbólicas midiáticas e, por isso, participar ativamente dos processos comunicativos da sociedade (JURADO VARGAS, 2009; MORENO-GALVEZ, 2016).

Para além das representações de grupos, ainda resgatando perspectivas do Informe MacBride (1980), o fomento à produção de conteúdos digitais teria potencialidade para combater o fluxo unidirecional de conteúdos midiáticos dos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos. Esse, aliás, está entre os aspectos que Jurado Vargas (2009) e Moreno-Galvéz (2016) apontam ter se agudizado com o desenvolvimento das tecnologias da

informação e da comunicação e se manteriam como problemas estruturas da comunicação na nova configuração do capitalismo.

Reconhecendo o cenário assimétrico de produção de conteúdos no plano interno dos países e no âmbito internacional, a Declaração da CMSI (UTI, 2014) também aponta a necessidade de ampliação da capacidade de produção de conteúdos digitais locais como elemento estratégico para a consolidação do Projeto da Sociedade da Informação. A Declaração de Genebra apregoa a emergência do incentivo à preservação, à promoção e à valorização da diversidade cultural, linguística e o patrimônio cultural, por meio de políticas culturais que promovessem a produção de conteúdos culturais, educacionais e científicos, bem como o desenvolvimento de indústrias culturais locais adaptadas ao contexto linguístico e cultural dos usuários (UIT, 2014). O documento ainda destacaria o fomento à produção local e comunitária, e a necessidade de estímulo à pluralidade dos meios de comunicação e à representação equilibrada e diversificada de grupos sociais na mídia; também destaca o fomento à redução do hiato de conhecimento e fluxo informativo de conteúdos culturais, principalmente em áreas rurais, assim como a emergência do combate aos conteúdos ilegais e lesivos (UIT, 2014).

Cabe ressaltar que, apesar de existirem elementos semelhantes entre as perspectivas do Informe MacBride (1980) e a Declaração de Genebra (2014), há diferenças sensíveis em relação ao papel do Estado. Isso porque, na perspectiva defendida pelo Informe MacBride (1980), em razão das assimetrias econômicas entre países no âmbito internacional, caberia ao Estado atuar como vetor do desenvolvimento do setor, por meio de meios próprios estatais, financiamentos e instituição de mecanismos de regulação do mercado. Já sob a égide da Declaração de Genebra (UIT, 2014), ao Estado caberia a função de articulação entre os atores produtivos, promovendo parcerias público-privadas, intervindo exclusivamente em prol da manutenção das regras e práticas de concorrência justa, na atração de investimentos, na intensificação das infraestruturas das TIC (UIT, 2014) – perspectiva calcada no liberalismo econômico, considerado por García (1980) como uma espécie de ideologia de colonização.

Dada à relevância atribuída historicamente à indústria do ócio e ao consumo cultural midiático pelos documentos internacionais – independentemente de seu aporte ideológico –, é possível afirmar que os documentos diretivos da Unasul atribuíram pouca atenção à questão. Novamente, a primeira orientação mais explícita nesse sentido estaria no Estatuto do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (Coseccti), que salientaria, como já evidenciado, o fomento ao desenvolvimento das indústrias culturais,

sob a ótica do crescimento econômico, do desenvolvimento humano integral e como mecanismo de circulação de bens simbólicos e culturais (UNASUR, 2010a).

O Conselho Sul-americano de Cultura aprofundaria essas questões. Além de reforçar em seu estatuto o estímulo ao desenvolvimento das indústrias culturais e às atividades ligadas à economia criativa, o órgão também afirmaria a Comunicação como princípio. A esse respeito, ficaria estabelecido como estratégia o fomento aos processos comunicativos, capazes de difundir a cultura e fomentar a criação e transformação de práticas de representação cultural dos povos – o que se ligaria à ideia de indústria do ócio e o consumo cultural (UNASUR, 2013s). Outra questão importante relacionada ao fomento à indústria do ócio se deve à orientação de investimentos na geração de conteúdos e narrativas culturais em multimídias, que incluiriam os conteúdos digitais, sob o argumento de que difudiriam e fomentariam a diversidade cultural dos povos no espectro midiático (UNASUR, 2013s).

Porém, os documentos da Unasul, assim como a Declaração de Genebra (UIT, 2014), não apresentariam crítica explícita em relação àquilo que Sierra Caballero (2016) chamou de ‘mediación mercificada’ ou privatização das representações culturais. Apesar de apontar que o princípio da Comunicação implicaria o fomento à ampliação da capacidade de criação e de transformação das práticas de representação cultural, o documento não apresenta preocupação, à priori, com a possibilidade de expropriação dos direitos sobre a propriedade intelectual das produções midiáticas cujas representações culturais estejam presentes. Ou seja, não é apresentado debate sobre a possibilidade de que a iniciativa privada, por exemplo, empreenda a apropriação da representação cultural para fins de lucro. Dessa maneira, haveria de se ter a preocupação com a apropriação tecnológica e dos processos de produção pelos povos cuja representação cultural estaria no centro da produção midiática.

As temáticas relacionadas à produção de conteúdos também estariam presentes para outros fins, que não os de consolidação da indústria do ócio. Exemplo dessa afirmação é a menção à necessidade de ‘desenvolvimento de conteúdos e cursos de integração e comércio’, presente nas diretrizes do Grupo de Integração Educativa, formalizado em 2006 durante a II Cúpula de Chefes de Estado, ainda como Comunidade Sul-americana de Nações (UNASUR, 2006c). Outro exemplo estaria contido no Plano Estratégico do Conselho Sul-americano de Educação, que apontaria a necessidade de consolidação de conteúdos digitais para fins educativos e educação a distância, a ser disponibilizado em plataformas tecnológicas aportadas na internet (UNASUR, 2013h).

3.1.8 Considerações sobre as orientações institucionais da Unasul

A partir da análise das premissas, orientações e direcionamentos empreendidos pelo Tratado Constitutivo da Unasul e dos Estatutos dos Conselhos Autônomos, pode-se evidenciar uma série de perspectivas que, em tese, conduziriam a atuação do organismo no que concerne à produção de conteúdos digitais e estariam refletidas nos Planos de Ação construídos pelos colegiados especializados ao longo da primeira década de trabalho. Isso significa que estariam nesses documentos as temáticas e estratégias selecionadas, enfatizadas, bem como aquelas excluídas, do processo de construção de políticas de comunicação para produção de conteúdos digitais no contexto do capitalismo cognitivo. A apresentação das considerações sobre essa agenda segue a sequência dos aspectos prioritários de atenção às políticas de comunicação para produção de conteúdos digitais evidenciada ao longo do item "3.1" deste trabalho.

Dessa forma, o primeiro destaque se refere à questão da integração regional, que seria apresentada pelos documentos oficiais da Unasul como fundamento dos processos de desenvolvimento. O conjunto de orientações apontaria para a necessidade de promoção e manutenção de uma permanente articulação entre atores produtivos para concepção e viabilização de estratégias e objetivos a serem implementados por políticas e ações no âmbito regional. Trata-se do princípio segundo o qual haveria de se pensar um projeto de desenvolvimento comum sul-americano, capaz de enfrentar a condição histórica de dependência econômica, cultural e tecnológica dos países da região na geopolítica internacional – ainda que as formas e estruturas de dominação e dependência tenham sido alteradas em função da transformação da matriz de produção do capitalismo cognitivo, com uma nova perspectiva de divisão internacional do trabalho. Isso implica, no estabelecimento de diálogo entre as diferentes instâncias participantes de cada setor, como o Estado, as universidades, os centros de pesquisa, as empresas públicas e privadas, a sociedade civil (representada por meio de órgãos de classe), organismos de cooperação multilateral (como Mercosul e CAN), entre outros. Além disso, também demandaria a promoção de direitos civis compartilhados entre os membros, que possibilite a ampliação dos fluxos educacionais, culturais, de circulação e apropriação de conhecimento e laborais (com equidade das certificações profissionais). Assim, caberia a articulação entre as legislações locais, de forma que possa ser estabelecida uma ampla cidadania. Trata-se, na verdade, do fortalecimento da região enquanto ente coletivo e colaborativo entre si.

Em razão da necessidade de superação das condições adversas ao desenvolvimento orgânico sul-americano, esse processo de integração não seria puramente econômico. Isso porque, princípios de equidade e valores como a construção de uma cidadania sul-americana deveriam permear os programas, projetos e ações no âmbito sul-americano. Nesse sentido, também fundamental seria a concepção de políticas e estratégias de resgate e fomento à preservação da memória cultural e gestão do conhecimento acumulado, tradicional e ancestral, bem como daquele produzido como inovação científica e tecnológica. Ou seja, os documentos diretivos da Unasul consideram que o desenvolvimento autônomo da região dependeria da valorização do legado dos povos ancestrais, acrescido da contribuição das inovações científicas e tecnológicas de vanguarda. Portanto, os documentos orientariam para ações que promovessem a apropriação social dos conhecimentos e reconhecimento e apropriação da identidade própria sul-americana.

A problemática da regulação dos direitos culturais e propriedade intelectual estaria alicerçada em quatro pilares fundamentais. O primeiro refere-se à necessidade de ampliação do acesso aos conhecimentos, saberes e tecnologias ancestrais e tradicionais dos povos sul-americanos, assim como e em articulação àquelas técnicas e tecnologias decorrentes dos processos endógenos de inovação científica e tecnológica – destacando a emergência da produção endógena de conhecimentos. O segundo pilar refere-se à necessidade de proteção e combate ao tráfico ilícito do patrimônio natural e cultural, imaterial e simbólico, dos povos tradicionais sul-americanos – que exerceria papel fundamental na construção da identidade e da cidadania sul-americanas, além de contribuir para a consolidação de estoques de conhecimentos adequados às características do sistema contemporâneo de acumulação capitalista. O terceiro diz respeito à busca pela inovação cientifica e tecnológica endógena capaz de gerar direitos de propriedade intelectual e reposicionar a região na nova Divisão Internacional do Trabalho. O quarto pilar é o respeito aos direitos de propriedade intelectual e às informações reconhecidamente reservadas, por meio do cumprimento dos protocolos internacionais sobre propriedade intelectual. Essas orientações da Unasul denotariam uma tentativa de ingresso e manutenção do sistema de acumulação internacional estabelecido no contexto do capitalismo cognitivo, com cumprimento dos protocolos internacionais dos quais os países da Unasul seriam signatários. Apesar disso, o foco na valorização e inclusão das identidades e dos saberes tradicionais e ancestrais da região parece conduzir a uma busca por uma forma alternativa de desenvolvimento, adequada às condições e realidades culturalmente sincréticas da América do Sul. Assim, embora as diretrizes definidas nos documentos institucionais apontem na direção da adequação às exigências do capitalismo na sua forma

mais atual de acumulação, inclui o componente da diversidade e da identidade sul-americana como elemento essencial dos processos de desenvolvimento, estabelecendo uma lógica distante das perspectivas de desenvolvimento que colocam os modelos dos países desenvolvidos como meta e estratégia para os países subdesenvolvidos. Trata-se, na verdade de um modelo reformista da perspectiva do desenvolvimento do Sul, não se configurando em revolucionário em função de não buscar a transformação das estruturas ou da lógica de acumulação. Apesar disso, há que se sobrelevar o fato de que a valorização da cultura local e regional conduz a um reposicionamento no próprio reconhecimento acerca do espaço da América do Sul na geopolítica internacional, apontando para a possibilidade de construção de um protagonismo nos processos de desenvolvimento que não se tem registrado na história – já que os períodos de crescimento econômico sul-americanos foram marcados por aportes financeiros poderosos desde os países desenvolvidos, culminando no aprofundamento da dependência e no endividamento das economias subdesenvolvidas.

A respeito da temática das políticas relativas às novas relações de trabalho e organização do capital simbólico, os documentos diretivos da Unasul reforçam a premissa de atuação da Unasul no fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico endógeno e colaborativo, com ênfase nos processos de intercâmbios e transferências de saberes e conhecimento, bem como o investimento em áreas que contribuiriam para a consolidação de um Estado de Bem-estar social. Os documentos atribuem relevância às indústrias culturais e à economia criativa, mas não indicam perspectivas claras e objetivas acerca do processo de reorganização das relações de trabalho características do capitalismo cognitivo, e nem mencionam o jornalismo como componente dos processos de desenvolvimento – seja como vetor dos fluxos comunicativos, de promoção e resgate das identidades, ou ainda atividade composta por trabalho vivo e geradora de bens culturais e simbólicos relevantes para o modelo de acumulação capitalista contemporâneo. Porém, se levado em consideração que os documentos do Coseccti e do Conselho Sul-americano de Cultura advogariam pelo investimento nas indústrias culturais e nas atividades constituintes do setor de economia criativa como estratégia para desenvolvimento econômico, e que os órgãos reiteram constantemente a necessidade de investigação científica e inovação tecnológica e instituição de políticas industriais comuns para os setores evidenciados como estratégicos para a América do Sul, então, há que se supor que os intentos de definição de políticas industriais nos documentos oficiais da Unasul contemplariam as atividades concernentes às indústrias culturais e dos conteúdos digitais – ainda que a questão específica dos conteúdos digitais não tenha sido mencionada de forma clara nos regramentos institucionais do organismo.

Em relação à necessidade de promoção de novos arranjos produtivos, clusters, e condições adequadas à viabilização de uma economia imaterial, considera-se que a adoção da defesa ao conceito de economia criativa indicaria atenção às novas organizações produtivas emergentes no capitalismo cognitivo. Isso porque, se for considerado que a economia e as indústrias criativas se caracterizariam por atividades de produção e gestão de bens culturais e/ou simbólicos, conformados em redes de trabalho, com reaproximação entre trabalhador e produto cultural, então haveria uma sugestão contundente de que estaria no leque de preocupações da Unasul o investimento no setor criativo. Entretanto, reforça-se, é fato que os documentos diretivos oficiais não apresentam orientações específicas para enfrentar o processo de reorganização da estrutura de produção e divisão internacional do trabalho decorrente das características do processo de acumulação de capital do capitalismo cognitivo – apesar de os documentos não deixarem exatamente clara essa perspectiva, sendo fruto de inferência ao próprio conceito de economia criativa.

No mesmo sentido, sobre a indústria do ócio e o consumo cultural, os documentos da Unasul pouco deram atenção – a despeito da tradicional ênfase atribuída ao setor nos documentos e organismos internacionais que trabalharam a questão da comunicação e dos problemas de comunicação nas últimas quase sete décadas. Sem que haja menção específica acerca da indústria do ócio, esta investigação compreende que a temática estaria contida na perspectiva de adoção de orientações para investimentos nas indústrias culturais e na economia criativa; apesar da inferência, apenas o acompanhamento e a análise do desenvolvimento dos Planos de Ação dos colegiados especializados, sobretudo o do campo da Cultura, pode dirimir essa dúvida.

Por fim, ressalta-se a intrigante omissão das orientações da Unasul no âmbito das indústrias culturais e da economia criativa: o jornalismo. Nenhum documento oficial da Unasul menciona o jornalismo como atividade componente da indústria cultural e notadamente decorrente de trabalho vivo, capaz de se configurar como insumo produtivo e aspecto fundamental de produção de capital – além, é claro, de suas possibilidades na promoção e defesa da democracia, na circulação de informações, na promoção de debates, no fomento ao resgate e preservação da diversidade e da identidade sul-americana, entre outros aspectos. O jornalismo nem sequer é mencionado como estratégia de integração regional ou de circulação de expressões culturais e da identidade cultural sul-americana. A surpresa dessa perspectiva, como já mencionado, decorre do fato de que orientações até então colocadas nos debates internacionais pelos organismos de cooperação e governança global – especificamente ONU, Unesco e União Internacional de Telecomunicações – atribuíram

grande ênfase ao jornalismo como elemento fundamental das estratégias de desenvolvimento, apesar de divergirem no plano ideológico e programático.

O fato de as diretrizes institucionais serem genéricas faz com que, ao pesquisador, seja apenas possível a inferência da possibilidade de adequação das orientações da Unasul às exigências das políticas para produção de conteúdos digitais condizentes com as exigências do paradigma do capitalismo cognitivo. Evidentemente, a identificação da agenda política de um órgão ou setor político, indiferente do âmbito ou do nível político-administrativo que o cerca, depende da análise sobre a viabilização das perspectivas para além das promessas e dos protocolos de intenção. Neste contexto, o presente estudo passa a analisar as ações programadas e empreendidas pelos Planos de Ação dos colegiados especializados da Unasul, verificando a conformidade entre as intenções e as concretizações, as ênfases e as omissões.

3.2 O desenvolvimento dos Planos de Ação e a materialização das diretrizes institucionais da Unasul

Identificados os posicionamentos estabelecidos a partir do Tratado Constitutivo e dos Estatutos dos Conselhos Autônomos da Unasul, o esforço passa a ser o de verificação e sistematização dos programas, projetos e ações previstos e viabilizados para efetivação das diretrizes institucionais do órgão de cooperação multilateral sul-americano. Para tanto, empreende-se análise obedecendo a ordem de apresentação realizada na etapa de descrição cronológica das atividades, organizada por meio das temáticas “Educação”, “Cultura” e “Ciência, Tecnologia e Inovação”. Diferentemente da organização do texto das análises realizadas no tópico anterior, que privilegiaram a fragmentação e compartimentação das diretrizes institucionais, a análise das ações se desenvolve de maneira orgânica. Isso porque, as ações empreendidas pelos órgãos especializados da Unasul abordam ou contemplam diferentes diretrizes e objetivam um conjunto de perspectivas mais amplo, não sendo possível seu tratamento de maneira fragmentada.

Assim, a pesquisa opta por tratar as temáticas levando em consideração o conjunto de atividades empreendidas nos Planos de Ação e atividades específicas, em detrimento da abordagem por meio da sequência de parâmetros propostos ao longo do item “3.1”, definidos a partir da literatura ciespalina. Cabe ainda destacar que em razão da diferença na organização do trabalho dos colegiados, as análises se desenvolvem a partir das dinâmicas próprias dos debates internos, identificando aspectos e temáticas norteadores das atividades e explorando-

os. Portanto, as análises se organizam a partir do trabalho realizado pelos colegiados especializados.

3.2.1 Ações no âmbito da "Educação"

3.2.1.1 O Grupo de Trabalho Especializado em Educação: Plano de Ação 2010-2011

Os delineamentos institucionais influenciaram diretamente a proposição de programas e atividades do Plano de Ação do Grupo de Trabalho Especialização em Educação para o biênio 2010-2011[108]. A primeira evidência estaria na própria escolha pela elaboração de Planos de Ação distintos para a educação, como um todo, e para o ensino superior. Isso porque, no momento em que se opta pelo desenvolvimento de um Plano de Ação específico para o Ensino Superior, denota-se uma atenção bastante acentuada ao caráter central do desenvolvimento científico e tecnológico para a consolidação de condições de desenvolvimento numa economia cuja matriz produtiva está representada na capacidade de geração de bens culturais e simbólicos, assim como na primazia do processamento de informações. É evidente que a melhoria da capacidade de inovação científica e tecnológica, bem como a de conformação de condições para desenvolvimento de atividades de trabalho intelectual, necessitam de investimentos em todo o processo de formação dos indivíduos; entretanto, quando se projeta a emergência do desenvolvimento do setor científico e tecnológico como estratégia para fomento a um setor produtivo de perfil intelectual, há que se apresentarem estratégias para ampliar o conjunto de trabalhadores intelectuais – que emergencialmente ocorre pelo investimento no ensino superior.

O Plano de Ação para o biênio 2010-2011 focado nas ações gerais à educação avança em aspectos interessantes aos objetivos deste estudo. Isso porque, logo no primeiro macro-objetivo é reforçada a necessidade de cooperação educativa, cultural, científica, tecnológica e de inovação na região, bem como o estabelecimento de metas comuns de desenvolvimento do setor, a partir de um trabalho de sistematização das condições reais de oferecimento e desenvolvimento da educação nos países-membros do bloco (UNASUR, 2010d). A perspectiva se estende ao Plano de Ação focado no Ensino Superior. Essas ações estariam

[108] Cabe ressaltar, neste momento, que o Grupo de Trabalho Especializado em Educação avançaria e aprofundaria o debate em aspectos mais amplos do que os que foram debatidos neste tópico. Isso pode ser evidenciado no item 2.1, que descreveu cronologicamente as atividades do Grupo. Porém, neste momento, as análises estão focadas nos elementos que contribuem diretamente à consolidação de estratégias para produção de conteúdos digitais.

diretamente ligadas às orientações referentes à necessidade de integração regional e elaboração de estratégias e objetivos comuns de desenvolvimento. Além disso, o macro-objetivo ainda destacaria necessidade de ampliação da cobertura da educação na região em todos os níveis de ensino, reforçando a preocupação em relação à necessidade de geração de conhecimentos e formação de quadros técnico-especializados – ambas as ações relevantes para a consolidação de trabalhadores cujas atividades se caracterizam pela primazia do trabalho vivo. Ainda nesse macro-objetivo ressalta-se a proposta de consolidação de uma Rede Sul-americana de Bibliotecas escolares, com previsão de repositórios próprios da Unasul por meio de plataformas digitais (UNASUR, 2010d). Novamente, no que concerne aos objetivos desta investigação, nota-se que a gestão do conhecimento e a acessibilidade dos conteúdos no âmbito regional estariam entre as preocupações emergentes no novo paradigma de geração de riquezas. Além disso, interessante destacar que se trata de perspectiva presente tanto no Informe MacBride (1980) quanto nos documentos da CMSI (UIT, 2014) – portanto, uma diretriz independente de viés ideológico, mas que seu componente ideológico estaria presente no plano de sua operação e distribuição de acesso, conteúdo ou utilização.

O segundo macro-objetivo também refletiria as orientações institucionais da Unasul, bem como estabeleceria relações com o princípio da concertação de estratégias regionais e objetivos comuns de desenvolvimento enfatizados tanto pelos documentos da NOEI e da NOMIC, quanto pelas estratégias para o desenvolvimento no capitalismo cognitivo (VERCELLONE, 2004, 2016; SIERRA CABALLERO, 2016). Isso porque, o plano de ação apontaria que estariam entre os objetivos a redução das assimetrias regionais em matéria de conhecimento, tecnologia e cultura, advogando pela articulação dos sistemas de ensino no âmbito regional, permitindo uma mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores de forma mais efetiva. O Plano de Ação para o Ensino Superior também faria menção à questão, ressaltando que os eventuais programas de intercâmbio deveriam privilegiar as áreas e desafios produtivos estabelecidos pelos Estados (UNASUR, 2010d). Isso, certamente, teria impacto contundente nas possibilidades de intercâmbio das inovações científicas e tecnológicas – estas, tão relevantes ao projeto de desenvolvimento. No mesmo sentido, o terceiro macro-objetivo reforçaria a necessidade de integração, mobilidade e intercâmbio acadêmico, profissional e laboral, tendo como perspectiva o compartilhamento de informações sobre os sistemas de reconhecimento, equivalência e asseguramento da qualidade da educação em todos os níveis (UNASUR, 2010d). Essa perspectiva se assentaria tanto no aprofundamento da integração regional e do desenho de objetivos comuns de

desenvolvimento quanto na conformação de condições para consolidação de novos arranjos produtivos e formação de redes.

Outra perspectiva presente no Plano de Ação do Grupo de Trabalho Especializado em Educação, com caráter transversal, seria a promoção de ações orientadas ao desenvolvimento de capacidades e competências que proporcionassem a inserção social e laboral dos cidadãos sul-americanos; nesse sentido, o planejamento do colegiado especializado consideraria a necessidade de promoção de processo educacional ao longo de toda a vida produtiva (UNASUR, 2010d). Se considerado que entre as premissas do desenvolvimento no capitalismo cognitivo estaria a permanente inovação científica e tecnológica, o fomento à permanência dos indivíduos em processos educacionais certamente contribuiria para esse fim. Também no campo da educação permanente para inserção social e laboral, o sexto macro-objetivo estabeleceria a emergência da promoção do desenvolvimento, do acesso e do uso de tecnologias sociais para melhoria da qualidade produtiva e de vida de setores mais necessitados. Outro direcionamento seria o de ampliação das condições de ensino e popularização do conhecimento científico.

Cabe frisar que o Plano de Ação do Grupo de Trabalho Especializado em Educação colocaria ênfase nos conteúdos digitais como estratégia de popularização da ciência e como recurso didático que contribuiria com a ampliação da qualidade da Educação regional (UNASUR, 2010d). A afirmação decorre do fato de que o documento enfatizaria a necessidade de composição de materiais didáticos a serem disponibilizados aos países-membros da Unasul. Neste contexto, pode-se inferir que os conteúdos digitais seriam percebidos no âmbito da Educação como estratégias para desenvolvimento de conteúdos e possibilidade de incremento aos processos educacionais. Apesar disso, os documentos e atividades institucionais não trabalham a questão da produção desses materiais, em si, apenas mencionam a necessidade de articulação para utilização dos benefícios das tecnologias e das possibilidades de mediação e difusão dos conhecimentos. Também não discutem questões relativas ao direito à propriedade intelectual sobre os materiais e nem a adaptação dos conteúdos às línguas oficiais da Unasul. Não há, portanto, aprofundamento da questão dos conteúdos digitais, apenas a menção à relevância de sua utilização. Nesse sentido, não seria possível estabelecer que os conteúdos digitais aplicados aos processos educacionais comporiam as políticas estabelecidas no âmbito do Grupo de Trabalho Especializado em Educação; somente poderia ser afirmado que o órgão estaria propenso ao fomento e que reconheceria sua utilidade, já que, efetivamente, nenhum projeto seria lançado para produção de conteúdos digitais voltados à educação.

Entretanto, não seria possível esperar que os primeiros debates e ações empreendidos no âmbito do Grupo de Trabalho Especializado em Educação abordariam com profundidade a questão da produção de conteúdos digitais. O foco da atenção do colegiado seria outro, a saber, a ampliação da qualidade e do acesso, bem como a articulação e integração entre os sistemas educacionais. E nesse sentido, há que se ressaltar ações relevantes, como o desenvolvimento das pesquisas "Diagnóstico del Estado de la situación de la Ciudadanía" e "Estudio Comparado de los Sistemas Educativos" – ambas financiadas pelo Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul. Por se tratar dos anos iniciais de atividades da Unasul, realmente seria importante que os colegiados especializados empreendessem estudos e análises acerca da real condição de seus setores de atuação, para, então, construir políticas mais acertadas às condições e desafios sul-americanos. Ocorre que uma série de atividades contribuiria indiretamente à melhoria do cenário de produção de conteúdos digitais, como a possibilidade de melhoria dos quadros profissionais e a equivalência dos sistemas de ensino e de certificações laborais, por exemplo, no que diz respeito à cadeia produtiva das indústrias culturais e às atividades relativas à economia criativa. Assim, se se parte do princípio de que os colegiados da Unasul atuariam de maneira complementar, há que se considerar a ação como pertencente ao conjunto de temáticas que compõem a agenda política do organismo.

Também relevantes seriam as menções à realização do Seminário sobre Qualidade e Equidade em Educação no âmbito regional, em novembro de 2011 (UNASUR, 2011b). A relevância do evento estaria no fato de que, dele, teriam sido acordados os eixos diretivos dos Planos Estratégico e Operacional Quinquenais do Conselho Sul-americano de Educação – que debateria questões importantes, apesar de tangenciais, aos objetivos deste estudo, como equivalência regional entre sistemas de ensino e certificações profissionais. Ainda no âmbito da integração e consolidação de estratégias comuns para o desenvolvimento, seria possível perceber a constituição de acordos e parcerias com organismos de pesquisa e de cooperação internacional, como Cepal, Faculdade Flacso e Unesco, além das instituições ligadas ao Convênio Andres Bello – que aparece como parceiro da Unasul nos três conselhos autônomos analisados. A construção de redes de cooperação institucional entre universidades e organismos internacionais reforça a vocação da Unasul como entidade internacional para concertação política e alinhamento de perspectivas de desenvolvimento.

3.2.1.2 Conselho Sul-americano de Educação: Planos Estratégico e Operativo Quinquenais 2013-2017

Os Planos Estratégico e Operacional do Conselho Sul-americano de Educação para o período de 2013-2017 seguiram a mesma tendência de abordagens e objetivos instituídos no âmbito do Grupo de Trabalho Especializado em Educação, colocando-se de forma coerente com as diretrizes da Unasul e em diálogo com as perspectivas de consolidação de condições para a produção de conteúdos digitais defendidas pela literatura ciespalina.

Entre as ações previstas para cumprimento das diretrizes institucionais estavam aquelas ligadas à aproximação entre as agendas da Unasul e do Mercosul. Importante mencionar que a aproximação entre os blocos de cooperação se mostra bastante interessante para os intentos integracionistas sul-americanos. Isso porque, além de contribuir para a aproximação entre os blocos, incluindo a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Mercosul possuiria uma longa trajetória no que concerne à análise e à coordenação de políticas educacionais, uma vez que desde de 1991 é realizada a Reunião de Ministros de Educação do Mercosul (RME)[109]. No mesmo sentido, a proposta de implementação de um sistema de apoio à mobilidade de pesquisadores, docentes e estudantes, entre os países da região seria de grande valia aos intentos integracionistas, bem como no campo da gestão e disseminação do conhecimento produzido no âmbito regional (UNASUR, 2013h).

Outro elemento interessante contido no Plano Estratégico Quinquenal para o período 2013/2017 seria a sistematização das boas práticas implementadas nos diferentes países do organismo multilateral acerca da relação entre educação e mundo do trabalho (UNASUR, 2013h). A aproximação entre o universo acadêmico e o mundo do trabalho também seria um dos aspectos enfatizados, aprofundando as relações entre o desenvolvimento científico e o campo laboral – o que vai ao encontro da perspectiva de uma economia baseada na informação e no conhecimento como insumos produtivos. Nota-se, nesse sentido, uma possibilidade de aproximação entre a agenda do Conselho Sul-americano e Educação e as orientações das políticas para o desenvolvimento no contexto do capitalismo cognitivo (VERCELLONE, 2004, 2016). Também relevante seria o fato de os Planos Estratégico e Operativo terem atribuído importância ao estabelecimento de equivalências entre formações universitárias e ocupações profissionais – que também se configurariam como mecanismos

[109] A Reunião de Ministros de Educação do Mercosul foi instituída pelo Conselho do Mercado Comum (CMC), por meio da Decisão nº 07/91. Em 2001, seria criado oficialmente o Setor Educacional do Mercosul. Informações disponíveis em: http://edu.mercosur.int/pt-BR/.

fundamentais para estabelecimento de espaços, formas e redes colaborativas de produção (UNASUR, 2013h).

Outra questão interessante é o fato de os Planos Estratégico e Operativo terem definido como eixos de ação a temática da "Cidadania e Direitos", que estaria focada na consolidação e afirmação de um sujeito de direitos, que consiga se estabelecer como protagonista no sistema democrático. Enfrentando uma série de problemáticas importantes para viabilização das estratégias de desenvolvimento em países subdesenvolvidos, o eixo advoga por uma agenda educativa comum para promoção e fortalecimento do exercício da cidadania e dos sistemas democráticos baseados no respeito aos direitos humanos, com incorporação da temática pelos sistemas de educação dos países-membros da Unasul. Nesse sentido, seriam definidas como estratégias o fomento à produção de conhecimento sobre a democracia, a cidadania e os Direitos Humanos (UNASUR, 2013h).

Para os interesses desta pesquisa, cabe frisar que os Planos Estratégico e Operativo do Conselho Sul-americano de Educação atribuíram ênfase à questão dos conteúdos digitais voltados aos processos de educação e à capacitação para o trabalho do que fora observado nas atividades do Grupo de Trabalho Especializado em Educação. Isso porque, os documentos elencam uma série de ações nas quais a produção de conteúdos poderia contribuir.

A questão aparece logo no primeiro eixo do Plano Estratégico, que projeta a 'promoção do acesso e uso pedagógico de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) para melhoria da qualidade educativa em todos os níveis'. Especificamente acerca de conteúdos digitais, o documento salientaria a estratégia de estabelecimento de modelos-padrões de TICs para elaboração de materiais educativos para uso e compartilhamento de maneira presencial e virtual para todos os níveis. Outro momento em que os conteúdos digitais seriam elencados como estratégia seria no eixo "Cidadania e Direitos", que previu a elaboração de proposta de capacitação docente e de materiais para desenvolvimento das temáticas em multimeios (UNASUR, 2013h).

Já no Plano Operativo do Conselho Sul-americano de Educação seria mencionada a criação de uma plataforma digital do Centro de Comunicação e Informação da Unasul (UNASUR, 2014a). Entre as funcionalidades da plataforma estaria a construção de uma biblioteca e arquivo virtual para preservação e gestão de obras e documentos multimeios, videoconferência e telefonia, desenvolvimento de trabalhos colaborativos, arquivamento e consulta de indicadores de gestão, construção de bases de dados, entre outras funcionalidades.

Apesar de os Planos Estratégico e Operativo do Conselho Sul-americano de Educação para o quinquênio 2013-2017, como evidenciado na descrição cronológica das atividades do

órgão, realizada no item 2.1, os aspectos transversais à questão dos Conteúdos Digitais, ou eventuais políticas que tratassem do sistema de produção, circulação e distribuição dos materiais mencionados como importantes para os processos de formação educacional, no âmbito escolar e aqueles voltados ao mundo do trabalho, não evoluíram nos debates e nem se fizeram presentes nas discussões relativas à revisão do Plano Operativo (UNASUR, 2017b). Também importante salientar que no período de análise proposto, o Conselho Sul-americano de Educação abordou a questão dos Conteúdos Digitais na condição de elemento constituinte da comunicação institucional e como aporte relativo a processos de capacitação e educação a distância, seja sob o ponto de vista da educação formal ou da capacitação para formação de professores. Entretanto, o debate não avançou para a viabilização da produção.

Isso não significa que de nada teria adiantado a atuação do órgão nas discussões tangente ao setor. Pelo contrário. A partir dos debates, eventos, encontros e articulações entre os técnicos especializados e os Ministros da Educação dos países-membros da Unasul – incluindo os diálogos empreendidos entre Unasul, Mercosul, CAN e outras entidades especializadas –, a relevância da temática teria sido fomentada, com possibilidade de impacto ou influência nas políticas públicas nacionais. Além disso, as ações e estratégias relativas às necessidades de estabelecimento de equivalência em sistemas de ensino e certificações profissionais, bem como o fomento ao intercâmbio de pesquisadores e de conhecimento, também seriam fundamentais no processo de consolidação das condições de desenvolvimento orgânico da região e do fortalecimento das novas matrizes de geração de riqueza.

3.2.2 Ações no âmbito da “Cultura”

Como haveria de se esperar, as ações empreendidas no âmbito da Cultura seriam aquelas que maior proximidade guardaria com os objetivos investigativos deste estudo. E isso é perceptível desde as primeiras articulações do Grupo de Trabalho Especializado em Cultura, por meio de seu Plano de Ação e das atividades desenvolvidas, bem como das iniciativas empreendidas pelo Conselho Sul-americano de Cultura.

Os debates e ações programadas e realizadas ao longo dos dez anos de análise manter-se-iam fiéis às orientações institucionais contidas no Tratado Constitutivo e nos Estatutos dos Conselhos Autônomos, e atuariam na conformação de um ambiente propício à consolidação de políticas e estratégias para o desenvolvimento no contexto do capitalismo cognitivo, incluindo a preocupação com a produção de conteúdos digitais.

Os debates, atividades e ações definidas como prioritários no âmbito do Grupo de Trabalho Especializado em Cultura seriam determinantes para a consolidação de uma agenda programática no âmbito da Unasul. Isso porque, o conjunto de ações que compôs o Plano de Ação do Grupo para o biênio 2010-2011 serviria de base para o desenvolvimento das atividades do Conselho Sul-americano de Cultura, com poucos acréscimos temáticos. A relevância da agenda empreendida pelo Grupo Especializado em Cultura estaria no fato de que a sua concepção teria sido acordada conjuntamente entre os países-membros de tal forma que produziria um legado institucional contundente, pautando as ações seguintes. Por isso, o Plano de Trabalho do Grupo é detalhado a partir de seus eixos e iniciativas efetivadas, com destaque a dois deles: relativos à questão dos Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região, e aos conteúdos culturais para televisão. Os outros temas são relatados na sequência, mas sem a mesma ênfase dos dois primeiros, em coerência com aquilo que estaria evidenciado nos documentos analisados.

3.2.2.1 O Grupo de Trabalho Especializado em Cultura: Plano de Ação 2010-2011

O Plano de Ação do Grupo seria organizado em cinco macro-objetivos que gerariam, principalmente, propostas de estudos para diagnósticos situacionais dos setores culturais da região, foros e encontros regionais especializados, que buscariam a definição de conceitos comuns concertações políticas regionais, assim como estimulariam o processo de integração.

3.2.2.1.1 Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região

O primeiro macro-objetivo delineado pelo Plano de Ação advogaria pela emergência da redução das assimetrias regionais e sub-regionais em matéria de conhecimentos em educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação (UNASUR, 2010f). Essa perspectiva está presente tanto nos documentos diretivos institucionais quanto nas orientações e ações empreendidas no âmbito dos órgãos especializados – o que demonstra sinergia entre os colegiados. Também demonstraria preocupação com a necessidade de estabelecimento de processos de integração e concertação de estratégias comuns para o desenvolvimento, aqui sim especificamente no campo cultural. Essa proximidade se aprofunda quando evidenciado que esse processo de integração e combate às assimetrias regionais deveria estar mobilizado

por ações no sentido da promoção de garantias no âmbito dos Direitos Culturais e da erradicação de todo tipo de racismo e discriminação; também destaca-se a menção às atividades focadas nos processos de descolonização – que implica, obrigatoriamente, no incentivo à preservação da cultura nativa e dos grupos historicamente alijados de direito e cidadania (UNASUR, 2010f). Notadamente, as pautas norteadoras seriam condizentes com as perspectivas da literatura que sustenta esta investigação.

Como estratégia de efetivação do primeiro macro-objetivo do Plano de Ação, projetou-se a realização de um Foro sobre Direitos, Políticas e Legislação Cultural, cujo objetivo seria o de promover o debate, a definição de um marco conceitual e a sistematização das condições regionais de promoção da Cultura (UNASUR, 2010f). Na verdade, a temática já estava presente nos debates empreendidos no âmbito do Coseccti, antes ainda da criação do Grupo de Trabalho Especializado em Cultura, mas seria incorporado à agenda de ações. Esse evento ocorreria em 2010, em Montevideo, Uruguai, sob a coordenação do Ministério de Educação e Cultura daquele país. Sem registro oficial no repositório institucional da Unasul, o encontro estaria mencionado em resumo do evento disponível no site do Ministério de Educação e Cultura do Uruguai (UNASUR/MEC, 2010). Consta no documento que, apesar de os debates terem sido proveitosos, não haveria consenso sobre diretrizes ou ações para avanço na temática. Ficaria, a partir disso, consensuada a necessidade de realização do segundo encontro, que estaria previsto no Plano de Ação do Grupo de Cultura. Interessante notar que os objetivos evidenciados no primeiro macro-objetivo do Plano de Ação seriam os mesmos definidos como prioritários no Seminário sobre Direitos Culturais. Nesse sentido, cabe frisar, o seminário teria representado um momento de reflexão e definição de objetivos, embora não tenha alcançado o delineamento das ações. Ocorre que o seminário de Direitos Culturais seria considerado a primeira ação prática do Coseccti; dessa forma, há que se ponderar, pelo menos, dois benefícios atrelados à sua realização: o levantamento da temática e o poder de continuidade e inclusão do debate no Plano de Ação do Grupo de Cultura.

O avanço, de fato, ocorreria a partir da realização do II Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região, ocorrido em dezembro de 2012. Isso porque, a partir das discussões empreendidas, o organismo teria consensuado tanto a definição de Direitos Culturais quanto o âmbito de sua aplicação (UNASUR, 2012e). Essas definições retroalimentariam as perspectivas constantes no Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura, já que sua elaboração ocorreria no ano seguinte à realização do II Foro.

Os registros do evento afirmam que as definições estabelecidas estariam condizentes com as deliberações de países comprometidos com a construção de Estados democráticos,

coesos e inclusivos, que estariam baseados na busca pela descolonização e no reconhecimento de sua própria diversidade cultural, características multiétnicas, plurinacionais, plurilíngues e multiculturais – perspectivas que iriam ao encontro das afirmações acordadas no Tratado Constitutivo da Unasul (UNASUR, 2012e). Também importante salientar que o fato de ocorrer o consenso acerca da definição de Direitos Culturais, e o âmbito de sua aplicação, representa grande avanço na conformação de condições para estabelecimento de políticas e estratégias para o desenvolvimento no contexto do capitalismo cognitivo, sobretudo em relação às políticas de comunicação focadas na produção de conteúdos digitais. Isso porque, cabe lembrar, a fase cognitiva do capitalismo caracteriza-se pela permanente contradição entre a necessidade de ampliação dos direitos culturais, com maximização das oportunidades de acesso e apropriação do conhecimento e das representações culturais, e a privatização do saber como estratégia de lucratividade. Ou seja, ao mesmo tempo em que a privatização do saber e dos bens culturais e simbólicos seria o elemento gerador e acumulador de capital, a criação dos bens e serviços passíveis de gerar direitos de propriedade de autor e intelectual demandaria a ampliação do estoque e da capacidade de desenvolvimento técnico e tecnológico – que, por sua vez, apenas é possível a partir da ampliação do acesso e regulação sobre, por exemplo, o tempo de vigência dos direitos sobre a propriedade intelectual (VERCELLONE, 2004, 2016). Independentemente de ser contraditório, trata-se de elemento fundamental às discussões sobre desenvolvimento e, portanto, o estabelecimento de um entendimento comum acerca da definição e espaços de aplicação se coloca como essencial.

Cabe, portanto, reforçar que o "II Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região" consensuaria a definição de Direitos Culturais como direitos fundamentais e irrenunciáveis que garantiriam o desenvolvimento dos seres humanos e dos povos no exercício de suas liberdades para construção de sua própria identidade, memória social, conhecimentos e saberes que simbolizam e criam sentidos de vida (UNASUR, 2012e) – portanto, componentes da inteligência difusa ou coletiva mencionada por Vercellone (2016) como elemento fundamental das condições para o desenvolvimento no capitalismo cognitivo. Nota-se, assim, que a Unasul passaria a trabalhar com o conceito de Direito Cultural como elemento norteador de todas as ações do órgão, assim como pilar do desenvolvimento integral da região. Isso reforça o argumento pela necessidade de os processos de integração na América do Sul serem realizados a partir da Cultura – seja como conjunto de conhecimentos e saberes ancestrais ou fruto de inovação científica e tecnológica ideais à projeção de um desenvolvimento sustentável à região, seja como insumo produtivo

capaz de gerar direitos de autor e de propriedade intelectual, ou ainda como elementos de fomento e consolidação de uma cidadania e de uma identidade sul-americana.

O "II Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região" também produziria consenso acerca dos espaços de aplicação do Direito Cultural, totalizando sete âmbitos (UNASUR, 2012e). Apesar de já mencionado no subitem 2.1.2.2.2, destinado à descrição cronológica das atividades dos colegiados especializados da Unasul, opta-se pela remissão dada a relevância das temáticas para o debate.

Os primeiro e segundo âmbitos de aplicação se referem, respectivamente, à 'liberdade de criação e interpretação artística', inclusive no que concerne a seu direito à mobilidade regional, e questões que compreendem a 'interculturalidade', considerando as características estruturantes sul-americana de composição do tecido social a partir dos diferentes povos, como indígenas, afrodescendentes, migrantes, ciganos e outros coletivos culturais (UNASUR, 2012e). Tendo-se em vista a perspectiva de necessidade de resgate e preservação da memória cultural da região, e a diversidade como estoque de insumos produtivos intangíveis, frisa-se a proximidade entre o entendimento oriundo do Foro e as exigências das políticas para o desenvolvimento no capitalismo cognitivo.

As indústrias culturais seriam o terceiro âmbito no qual o Direito Cultural se aplicaria como norteador das relações socioeconômicas, políticas, culturais e produtivas (UNASUR, 2012e). Percebe-se, assim, que os resultados do Foro avançariam no entendimento presente nos documentos diretivos da Unasul, que apontariam as indústrias culturais como componentes fundamentais dos processos de desenvolvimento. Na verdade, o eixo do Plano de Ação e o evento viabilizado aprofundariam ou consolidariam o fomento às indústrias culturais como política da Unasul. O direito cultural aplicado ao âmbito das indústrias culturais seria subdividido em quatro micro-esferas de aplicação: 'propriedade intelectual', 'produção e circulação de bens e serviços', 'acesso aos bens e serviços culturais' e 'promoção e proteção'. Isso significa a compreensão de que Direito Cultural estaria envolvido ao longo de toda a cadeia produtiva das indústrias culturais – do produtor ao consumidor, passando pelos espaços de veiculação e as relações de propriedade envolvidas nesse processo. Nesse sentido, há que se inferir que a questão do direito cultural seria componente transversal às discussões sobre gestão do conhecimento, políticas industriais na era do capitalismo cognitivo, das estratégias para composição de arranjos produtivos, bem como em relação à proteção dos saberes e produções sul-americanas.

A transversalidade da aplicação do conceito seria reforçada ao longo dos demais âmbitos de aplicação, que destacariam a questão do Patrimônio sul-americano em suas

variáveis – ‘tangíveis’, ‘intangíveis’, ‘natural’, ‘cultural’, ‘acessibilidade’, ‘gestão’, ‘administração’, ‘proteção’ e ‘usos’ –, e os ‘Saberes e Conhecimentos’ regionais nas atividades de ‘recuperação e fortalecimento’ e a ‘proteção e promoção’ dos saberes e conhecimentos dos povos tradicionais e da produção de conhecimento mais atuais (UNASUR, 2012e). Nesse sentido, o sexto âmbito de aplicação seria a ‘conservação e recuperação da Memória social’, que teria a capacidade de contribuir para a construção da unidade regional. Por fim, o documento destaca o ‘Direito à educação multicultural’ como o sétimo âmbito de aplicação do Direito Cultural, especificamente em aspectos relacionados à educação artístico-cultural, à profissionalização e a acreditação – esta última, pauta bastante presente no âmbito Educacional da Unasul, com forte componente à constituição de condições para integração produtiva da região (UNASUR, 2012e).

Para além da definição do conceito de Direito Cultural e seus âmbitos de aplicação, o “II Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região” também produziria consenso acerca da necessidade de que a atuação do setor Cultural da Unasul considerasse a problemática do racismo e da discriminação como eixos norteadores. Como já evidenciado no item 2.1, do encontro ficaria consensuado reconhecimento acerca dos altos índices de discriminação, racismo, xenofobia e demais formas de intolerância e exclusão, que seria resultado da herança colonial da região aliada a formas contemporâneas de segregação (UNASUR, 2012e). Isso demonstra coerência em relação à perspectiva de fomento aos valores democráticos e respeito aos direitos humanos, como mencionado no próprio Tratado Constitutivo (UNASUL, 2008a) – que viria a ser reafirmado nos Estatutos dos Conselhos Sul-americano de Educação e de Cultura. Também resgata perspectivas prioritárias desde a 16ª Conferência Geral da Unesco, realizada em 1970, que além de evidenciar as relações diretas entre a comunicação e o desenvolvimento de países em desenvolvimento, a partir da influência dos países do Movimento dos Países Não-Alinhados, ainda orientaria os países a produzirem legislações que regulassem a utilização dos meios de informação para propaganda em favor do racismo, guerra ou qualquer representação de ódio (UNESCO, 1970a).

A definição do conceito de Direito Cultural como elemento transversal às atividades de produção e reprodução simbólicas, sejam elas como atividades meio ou fim no processo de desenvolvimento integral sustentável, aliadas ao reconhecimento acerca da necessidade de preservação e proteção das culturas regionais – com o combate às formas de discriminação como eixo norteador –, iria ao encontro do pensamento de Sierra Caballero (2016) sobre a necessidade de conformação de estratégias próprias de desenvolvimento, alicerçadas nas características e problemáticas da própria região.

Ou seja, tendo a América do Sul uma história compartilhada de colonialismo, dependência e submissão internacional no espectro geopolítico, as políticas para o desenvolvimento, incluindo aquelas voltadas ao setor de comunicação e conteúdos digitais, haveriam de considerar a própria diversidade cultural como espaço de mediação simbólica e esfera de concertação social; portanto, a diversidade cultural como potência produtiva e não como empecilho gerador de conflitos, como apregoado nas teorias desenvolvimentistas, para as quais haveria de se busca pela unicidade do tecido social e dos objetivos, seria a estratégia mais adequada a um movimento nacional em favor do desenvolvimento – mesmo que essa unicidade implicasse no espelhamento e na replicação da cultura e das expectativas dos países desenvolvidos (ROSTOW, 1961). Nas palavras de Sierra Caballero (2016), isso implicaria na conformação de estratégias que privilegiassem o processo de mediação reflexiva entre atividade produtiva e formação de talento humano, com a construção de novos modelos produtivos adequados, de um lado, às exigências do novo modo de produção e acumulação capitalista e, de outro, às características fundantes da sociedade sul-americana. Portanto, no momento em que se estabeleceria a diversidade cultural como potência do desenvolvimento, promover-se-ia a ruptura com a perspectiva da Modernidade colonial na região, ou seja, o rompimento com a perspectiva segundo a qual o desenvolvimento deveria estar espelhado nas experiências de outros países ou regiões – como defendeu o modelo de desenvolvimento em etapas de Rostow (1961) e da "Primeira Década da ONU para o desenvolvimento" (ONU, 1961), e como sugere as orientações da CMSI (UIT, 2014), que, apesar de considerar a necessidade de fomento à preservação das culturas locais, indica como fundamental o intercâmbio e a transferência cultural e de tecnologias desde os países desenvolvidos. Assim, tendo a diversidade cultural como insumo produtivo, gerador de capital e elemento de mediação da sociedade, Sierra Caballero (2016, p. 114) destacaria que a América Latina, como um todo, possuiria um contexto favorável, uma vez que no capitalismo cognitivo o valor da diversidade e das histórias se apresenta como vetor de desenvolvimento socioeconômico e cultural – como "reserva de geração de valores imateriais para a sustentabilidade das economias e ecossistemas simbólicos autóctones".

Cabe ainda frisar que o "II Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região" teria como legado a definição de três eixos temáticos específicos que seriam acolhidos no Plano Quinquenal do Conselho Sul-americano de Cultura: "Indústrias culturais e economia da cultura"; "Patrimônio – gestão, administração e tráfico ilícito"; e "Promoção e difusão artística e criativa" (UNASUR, 2012e). Evidentemente, esses

eixos norteadores estariam em conformidade com a perspectiva de aplicação do direito cultural, apenas congregados em três eixos.

3.2.2.1.2 Reunião sobre Conteúdos Culturais para televisão

Apesar de os documentos diretivos da Unasul não colocarem ênfase na questão das indústrias culturais e nas atividades ligadas à economia criativa, o Plano de Ação do Grupo de Trabalho Especializado Cultura atribuiria grande relevância ao setor, como já evidenciado a partir do reconhecimento das indústrias culturais como âmbito de aplicação do Direito Cultural, nos quatro aspectos essenciais[110]. Neste contexto as ações previstas para o fomento às indústrias culturais seriam mais contundentes e amplas, considerando o setor como elemento transversal às atividades do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (Coseccti) – órgão que, como já evidenciado, congregava os três grupos de trabalho especializado. Nesse sentido, o Plano de Trabalho projetou a necessidade de elaboração de mecanismos por meio dos quais as indústrias culturais pudessem contribuir para o acesso aos produtos gerados em todas as áreas de competência do Coseccti, com disponibilização em diferentes espaços de difusão e comunicação. Em conformidade com a perspectiva de produção de conteúdos digitais defendidas no âmbito do colegiado especializado em Educação da Unasul, o Grupo de Trabalho Especializado em Cultura compreenderia a necessidade de conformação de espaços de veiculação de bens culturais e simbólicos como plataformas privilegiadas para difusão científica, cultural, educacional formal e não formal, bem como mecanismo de integração sociocultural e política para a região (UNASUR, 2010f). Vale lembrar que o "II Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região" também reforçaria a centralidade das indústrias culturais para o processo de desenvolvimento, quando sugere que parte significativa das dimensões de aplicação do conceito de direito cultural estaria relacionada à cadeia produtiva do setor, bem como quando aponta a necessidade de que o futuro Conselho Sul-americano de Cultura incorporasse o eixo norteador "indústrias culturais e economia da cultura" para as estratégias posteriores. Importante destacar que, na oportunidade, seria discutido o potencial das indústrias culturais como vetor de geração de riquezas e como instrumentos essenciais à promoção e difusão da diversidade cultural, bem como para democratizar o acesso à cultura,

[110] São eles: 'propriedade intelectual', 'produção e circulação de bens e serviços', 'acesso aos bens e serviços culturais' e 'promoção e proteção' (UNASUR, 2012e).

na medida em que produziriam bens e serviços culturais que não dependem da presencialidade – entendida como fator histórico de elitização da cultura (UNASUR, 2012e).

A respeito das indústrias culturais, como já afirmado, o Plano de Ação do Grupo de Trabalho Especializado Cultura atribuiria grande ênfase, com a definição de duas ações específicas. A primeira seria a realização de um diagnóstico sobre conteúdos culturais em canais de difusão pública e comunitária, bem como um Foro de conteúdos culturais em televisoras públicas e comunitárias da Unasul (UNASUR, 2010f) – que ocorreriam em 2010, em Buenos Aires, Argentina (UNASUR, 2012b).

Em relação ao diagnóstico sobre a situação e realidade do setor de indústrias culturais na região, seria solicitado seu desenvolvimento ao Instituto de Transferencias de Tecnologias apropiadas para Sectores Marginales (ITACAB) – Convenio Andres Bello, em reunião posterior à definição do Plano de Ação. Esse documento seria entregue em 2012, durante "II Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região" (UNASUR, 2012e). Desse movimento já destaca-se o fato de a Unasul fortalecer o diálogo com os institutos ligados ao Convenio Andres Bello, que se refere a uma organização intergovernamental cujo foco é a integração regional por meio da educação e da cultura – e que apresenta constante participação nos debates da Unasul.

O estudo, embasado em documentos da ONU e Unesco e em literatura específica da área, definiria indústrias culturais e de comunicação como conjunto de atividades que utilizariam aspectos mais ou menos industriais de concepção, criação e produção de bem simbólicos e culturais em grande escala, utilizando-se principalmente de plataformas e suporte de comunicação de circulação massiva; por excelência, seus produtos seriam baseados na criatividade individual e coletiva, e teriam como potencialidade de geração de riqueza sua capacidade de gerar direitos autorais (GRLAŠ, 2012). O estudo também apresentaria o conceito de indústria criativo, diferenciando-o do conceito de indústrias culturais; porém, o documento também argumenta que em muitos países os termos seriam utilizados como sinônimos. Apesar disso, o relatório sugere que o conceito de indústria criativa estaria sendo utilizado para caracterizar atividades com origem na criatividade individual, talento e habilidade, com capacidade de geração de riquezas e empregos a partir de direitos de propriedade intelectual, mas que não estaria condicionado pela exploração em grande escala e difusão massiva. Por isso, seriam atividades que poderiam contribuir em pequenos arranjos produtivos e micro-economias locais. (GRLAŠ, 2012)

O estudo evidenciaria 12 setores no âmbito das indústrias culturais: criação literária, musical, teatral etc; artes cênicas e espetáculos artísticos; artes plásticas e visuais; livros e

publicações; audiovisual; música; desenho; jogos e brinquedos; patrimônio material; patrimônio imaterial; formação cultural. Neste contexto, o estudo definiria esse conjunto de atividades como aquelas prioritárias para investimentos e promoção de políticas públicas nacionais e regionais. O relatório ainda sugeriu um "passo a passo" para a concepção de políticas públicas (GRLAŠ, 2012). Importante frisar que as perspectivas evidenciadas no relatório influenciariam o desenvolvimento das atividades do setor cultural da Unasul – verificável por meio dos Planos de Ação do Conselho Sul-americano de Cultura a partir de 2013. Interessante notar que, apesar de o relatório mencionar o direito de propriedade intelectual e de autoria como elementos norteadores das indústrias culturais e criativas, ao longo das atividades desenvolvidas pelo Coseccti, e pelos Conselhos Autônomos decorrentes de seu desmembramento, o debate sobre a temática apresentaria pouco avanço em ações para enfrentamento acerca da privatização do saber ou do produto cultural e simbólico. Na verdade, como será discutido ao longo do subitem 3.2.3.5, os debates acerca dos direitos de propriedade intelectual reproduziriam a lógica de acumulação e privatização do saber no âmbito regional, mesmo que a Unasul parta do princípio da integração e da cooperação regional para o desenvolvimento. Apesar disso, consolidaria estratégias interessantes para transferência regional de conhecimentos e tecnologias, buscando a conformação de uma zona de trânsito e compartilhamento de conhecimetnos e tecnologias que contribuíssem para o desenvolvimento dos países que compõem a Unasul.

Importante reforçar que, apresentado em 2012, esses conceitos e perspectivas influenciariam e seriam incorporados pelo Estatuto do Conselho Sul-americano de Cultura, elaborado no ano seguinte. Isso demonstra um processo avançado de concertação entre organismos de cooperação internacional (Unasul e Convenio Andres Bello), como havia apregoado o Tratado Constitutivo (UNASUL, 2008a). Ou seja, reforçaria a vocação da Unasul como articulador internacional de interesses no campo da integração e do desenvolvimento.

Já em relação ao fomento ao investimento na plataforma televisiva como meio de difusão de conteúdos culturais, previstos no Plano de Ação, é possível realizar uma série de ponderações. Isso porque, a princípio, parece contraditório que no período em que ocorre a ascensão das plataformas comunicativas aportadas na internet, o foco do Grupo de Trabalho Especializado em Cultura estivesse no veículo 'televisão', ainda mais levando em consideração que os documentos institucionais e o relatório apresentado pelo Instituto de Transferencias de Tecnologias apropiadas para Sectores Marginales (GRLAŠ, 2012) apontariam a possibilidade de investimentos em indústrias criativas, para além das indústrias culturais, que ensejariam investimentos em atividades não massivas e, portanto, com grande

capacidade de inverter o caráter concentracionista da comunicação e da produção cultural na região. Apesar de nenhum documento evidenciar debates e problematizações acerca dessa escolha, é possível interpretá-la como decorrente da grande brecha de acesso à internet observável na região à época, aliada ao contexto de discussão sobre as potencialidades da radiodifusão digital.

Tomando como referência a realidade Brasileira em 2017, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a PNAD-Contínua, apontariam presença muito mais marcante da televisão nos domicílios, alcançando 97,7%. Enquanto isso, os brasileiros com mais de 10 anos a possuírem acesso à internet, por quaisquer meios, chegava à casa dos 69,9% (IBGE, 2018). Entretanto, a realidade observada em 2013 pela mesma série histórica de pesquisas colocaria ainda mais diferença entre as possibilidades de acesso à televisão e à internet; isso porque, 97,2% dos domicílios brasileiros teriam acesso à televisão, enquanto que 49,4% da população teria acesso à internet por quaisquer meios – o que representava menos da metade da população brasileira (IBGE, 2015). Aliados a esses números, há que se considerar que o acesso à internet estaria diretamente ligado ao poder aquisitivo dos cidadãos e da necessidade de letramento digital de uma população não nativa digital, reforçando o argumento de que a televisão estaria à frente em matéria de acessibilidade e potencialidade de atuação do Estado no âmbito das políticas públicas culturais e de promoção da cidadania.

Também importante reforçar que o período de transição entre a primeira e a segunda décadas do século XXI seria marcado, conforme Carvalho e Carvalho (2014), pela consolidação do padrão nipo-brasileiro de televisão digital. Os autores explicam que o modelo nipo-brasileiro contaria com um middleware denominado Ginga, que representaria uma espécie de sistema operacional próprio para televisão digital com capacidade de promover interatividade e, a partir disso, a ampliação da cidadania. Carvalho e Carvalho (2014) apontam que o Ginga seria reconhecido pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) como o quarto padrão digital televisivo mundial e estaria em processo de expansão especialmente na América Latina.

Além disso, parte dos países-membros da Unasul seriam partícipes do consórcio TeleSur, criado em 2005, que se refere a uma plataforma multimídia que inclui a produção e transmissão televisiva que objetiva promover a integração latino-americana. No âmbito brasileiro, o período que antecede a elaboração do Plano de Ação do Grupo de Trabalho Especializado em Cultura seria marcado pela publicação do Decreto nº 6.246, de 24 de

outubro de 2007, que criaria a Empresa Brasileira de Comunicações e oficializaria a criação do canal público TV Brasil[111].

Neste contexto, vale resgatar a defesa de Jurado Vargas (2009) e Moreno-Galvéz (2016) sobre a necessidade de retomada de perspectivas e diagnósticos contidos no Informe MacBride (1980), especificamente em relação à necessidade de combate à concentração histórica dos meios de comunicação e da produção de conteúdos culturais e midiáticos tanto no plano interno, exercido por grupos nacionais atrelados a conglomerados internacionais, quanto no plano internacional desde os países mais desenvolvidos em direção aos países subdesenvolvidos – produzindo um fluxo desigual de informações e de representações culturais, assim como comprimindo as possibilidades de desenvolvimento econômico do setor. O investimento no âmbito das emissoras públicas, apesar de não declarado nos documentos institucionais, sugere uma busca por uma nova configuração do mercado de comunicação, com a articulação de uma alternativa ao caráter comercial predominante historicamente na região. Nesse sentido, a decisão da Unasul dialogaria com as perspectivas da NOMIC, que enfatiza a necessidade de atuação do Estado na promoção de políticas de comunicação, por meio de ações de fomento a setores e regulação de mercado. Também relevante seria a contribuição para construção de condições de desenvolvimento da Indústria do Ócio – componente presente tanto nas orientações do Informe MacBride (1980), quanto nas políticas para o desenvolvimento da comunicação no contexto do capitalismo cognitivo (SIERRA CABALLERO, 2016). Isso porque, a criação de espaços de veiculação de conteúdos culturais independentes das emissoras privadas comerciais contribuiria diretamente para o fomento à Indústria do Ócio e o consumo cultural diverso àquele de caráter puramente mercantil e estrangeiro, estimulando toda a cadeia produtiva do setor.

Portanto, diante da brecha no campo do acesso à internet, a expansão de um sistema de televisão aberta capaz de promover interatividade e da conformação de um complexo sistema público de emissoras de televisão no âmbito sul-americano, é possível compreender o motivo pelo qual haveria a primazia do fomento aos conteúdos culturais para televisão no Plano de Ação do Grupo de Trabalho Especializado em Cultura na Unasul. Entretanto, há que se frisar que a produção de conteúdos culturais para televisão também estaria contida no conceito de conteúdos digitais apresentado por Barbosa Filho (2011), para o qual estariam contemplados materiais de diferentes formatos, pensados para veiculação em plataformas tecnológicas distintas, que incluiriam desde a TV, cinema ou rádio digital, bem como dispositivos móveis,

[111] Disponível em: http://tvbrasil.ebc.com.br/.

videojogos e, é claro, conteúdos voltados à convergência de mídias. Neste contexto, infere-se que a eleição da produção de conteúdos culturais para televisão pública como estratégia mobilizaria a transformação da cadeia produtiva dos conteúdos digitais na região, por meio do fomento à consolidação de espaços de veiculação e consumo de conteúdos digitais televisivos de caráter alternativo à hegemonia dos produtos e canais comerciais. Em outras palavras, a estratégia da Unasul para enfrentamento da concentração da produção e distribuição de conteúdos culturais de caráter comercial se configuraria pelo fomento a formas alternativas de produção e circulação de conteúdos, e não pela regulação explícita do mercado.

O forte investimento da Unasul no debate sobre conteúdos culturais para televisão ficaria mais evidente em razão da idealização e realização dos Foros de Conteúdos Culturais voltados à plataforma televisiva. Consta em documentos da Unasul que o evento teria sido intitulado "I Foro de Contenidos Culturales em Televisoras Públicas y Comunitárias de los Estados Miembros de Unasur", e realizado em 2010 na Argentina (UNASUR, 2011g). Porém, como já mencionado, não há no repositório institucional da Unasul registros oficiais do encontro; também não foi encontrado nenhum registro desse evento na internet a partir do nome oficial relatado nos documentos oficiais. Isso se mostra, obviamente, como um problema às investigações sobre as tratativas e os acordos empreendidos na oportunidade; apesar disso, cabe frisar, os debates e as ações permaneceriam na pauta, demonstrando, por outro lado, que o evento teria sua relevância comprovada e que se manteria o foco no fomento às emissoras de televisão públicas e comunitárias. Relevante teria sido, ainda, a realização de evento relativo à televisão digital, na cidade equatoriana de Guayaquil, mencionado em Ata de reunião do Grupo de Cultura (UNASUR, 2011g); ocorre, porém, que também não há registro desse encontro, e nem das deliberações e atividades desenvolvidas, no repositório institucional da Unasul. De qualquer forma, há que se considerar que ambos os eventos dariam início à estruturação das diretrizes de fomento aos conteúdos digitais na região.

A segunda edição do evento sobre Conteúdos Culturais para Televisão ocorreria em 2012, na cidade de Bogotá, Colômbia. Na oportunidade ficaria explícita a opção pela plataforma televisiva como meio capaz de catalisar processos e transformações culturais. Importante desse evento seria a definição de princípios norteadores da atuação das emissoras de televisão na América do Sul, sobretudo a televisão pública e comunitária, bem como o delineamento de projetos para viabilização das condições de mercado. Pode-se perceber que o encontro idealizou um sistema de comunicação televisiva alicerçado no princípio da cooperação para ampliação das condições de desenvolvimento do mercado de produção, distribuição e circulação de bens culturais e simbólicos nos, e entre os países signatários do

organismo multilateral, a partir de estratégias de produção conjunta e colaboração para ampliação dos espaços de distribuição. Esse sistema haveria de contar e fomentar emissoras públicas e comunitárias, apoiadas pelos Governos sul-americanos, de forma que pudessem construir relatos sobre a própria região independentes da produção das grandes corporações de mídia, contribuindo para o fortalecimento dos imaginários coletivos e reconhecimento das diferenças entre os povos, aliados à ampliação da diversidade de representações midiáticas (UNASUR, 2012b). Essa perspectiva colocaria, de fato, o Estado como vetor ou indutor do desenvolvimento do setor, apesar de não estabelecer estratégias estatais de produção; na verdade, denotaria ao Estado o papel de viabilização de condições para desenvolvimento de um mercado alternativo ao de caráter comercial, historicamente hegemônico na região.

Outro entendimento interessante acerca do sistema de televisão idealizado no encontro promovido pelo Grupo de Trabalho Especializado se refere à defesa dos investimentos em políticas para desenho, investigação e desenvolvimento das indústrias culturais responsáveis pela geração de conteúdos para as emissoras de televisão. Como já evidenciado, o valor desse entendimento está na compreensão de uma cadeia produtiva que separaria os atores "emissora de televisão" e "indústrias culturais" no processo de geração de conteúdos. Isso indica que os debates compreenderam a existência de um parque produtivo independente dos canais de televisão que necessitam de investimentos para fortalecimento da produção de conteúdos culturais. Nesse sentido, a emissora de televisão pode ser encarada tanto como plataforma de veiculação de conteúdos, quanto como agente produtor de conteúdo. Assim, investir em produção de conteúdos para televisão não significaria necessariamente investir na produção de conteúdos a partir das emissoras de televisão – abrindo o leque de políticas públicas para produção de conteúdos multimídias e convergentes. Se resgatadas as perspectivas de elaboração de políticas para o desenvolvimento do setor no capitalismo cognitivo (SIERRA CABALLERO, 2016), esse princípio apontaria indicativos de investimentos em políticas para constituição de Clusters e arranjos produtivos capazes de contribuir com a conformação de condições para consolidação de uma economia imaterial – estratégia fundamental para realinhamento produtivo do setor das indústrias culturais. Essa perspectiva reforçaria o caráter indutor do Estado como promotor de espaços para consolidação de um mercado de produção de conteúdos digitais convergentes.

O documento final do encontro também confirmaria a hipótese sobre a opção pelos investimentos na consolidação de sistema de televisão digital terrestre (UNASUR, 2012b). Apesar de não haver menções sobre os debates e os motivos de ter sido feita a ênfase na radiodifusão digital, há que se considerar o momento histórico no qual o eixo norteador fora

definido. Esse sistema poderia, conforme o documento, contribuir para a consolidação de um sistema de compartilhamento de produções, considerado tanto um objetivo quanto uma tarefa a ser cumprida pelas estratégias de desenvolvimento do setor na região (UNASUR, 2012b). Ou seja, reforça-se a potencialidade da radiodifusão digital como instrumento apropriado ao desenvolvimento da região, especialmente do setor de conteúdos digitais.

Na verdade, o documento seria o primeiro a atribuir ênfase aos conteúdos digitais e destacar a emergência de estabelecimento de uma aliança regional para geração de condições de circulação de sentidos e formas de observar o mundo, advindos e adotados pelos diversos grupos sociais presentes na região, em igualdade de condições de publicização (UNASUR, 2012b). A ferramenta para alcance desse princípio seria o estabelecimento de um sistema de criação de conteúdos audiovisuais, a serem veiculados por meio de emissoras de televisão ou de outras plataformas – novamente demonstrando que a discussão sobre conteúdos culturais ultrapassaria a radiodifusão, analógica ou digital, alcançando novas mídias e plataformas. Isso aponta para a percepção de que os investimentos nesse setor estariam muito mais ligados a resultados de políticas para conteúdos digitais e investimentos na consolidação de uma indústria do ócio, não mais alicerçada exclusivamente na plataforma televisiva, como destacava o Informe MacBride (1980), mas pensada a partir da lógica da convergência das mídias – mais condizente às perspectivas de desenvolvimento no capitalismo cognitivo.

Importante mencionar que os eixos norteadores do sistema regional de televisão, idealizado na segunda reunião sobre Conteúdos Culturais, conduziriam ao desenvolvimento de projetos e iniciativas também bastante coerentes com as perspectivas construídas a partir da literatura que sustenta a presente investigação. Apesar de evidenciado ao longo da segunda etapa da pesquisa, dada a relevância das iniciativas, opta-se por mencioná-las novamente.

A primeira iniciativa proposta se refere ao desenvolvimento de uma plataforma que permitisse a consolidação de um inventário de produções audiovisuais, com disponibilização a todos os países-membros, que se assemelharia à experiência argentina do Banco Audiovisual de Conteúdos Universais da Argentina (Banco Audiovisual de Contenidos Universales Argentinos[112]). Aos países-membros da Unasul caberia o trabalho de difusão da plataforma e ampla divulgação dos conteúdos culturais disponibilizados publicamente (UNASUR, 2012b). Trata-se, notadamente, de uma ação que visa o estímulo a toda a cadeia

[112] O Banco Audiovisual de Conteúdos Universais Argentino é uma plataforma que disponibiliza conteúdos digitais, de livre acesso e distribuição gratuita. O objetivo é o de ampliar e federalizar a oferta de conteúdos audiovisuais para múltiplas plataformas. O banco é alimentado por produções de produtoras independentes, organismos governamentais e não governamentais, universidades, coletivos sociais, culturais e/ou quaisquer outros tipos de organização que tenham interesse em ceder seus conteúdos para veiculação gratuita em canais de televisão ou outras plataformas midiáticas. Disponível em: http://www.bacua.gob.ar/.

produtiva, já que garantiria um espaço de circulação e de consumo dos conteúdos digitais produzidos no âmbito regional. Nesse sentido, e retomando a perspectiva de separação entre a plataforma televisiva e as indústrias culturais realizado anteriormente, é importante salientar que o entendimento sobre a produção de conteúdos digitais parece realmente ultrapassar a perspectiva de servir às emissoras de televisão. Ou seja, por meio dessa iniciativa, os conteúdos de pequenas produtoras ou produtoras independentes teriam a oportunidade de serem transmitidas em outras plataformas, independentemente dos interesses das emissoras comerciais ou da grade de programação das emissoras públicas e comunitárias. Conteúdos de vanguarda, seja pelas abordagens temáticas ou pela linguagem e formatos, poderiam ser fomentados e encontrar seus públicos. Outro benefício se refere ao fato de que a disponibilização pública dos conteúdos digitais ainda permitiria a construção de novos modelos de negócio e de formas de consumo – desconstruindo a lógica da comunicação de massa historicamente construída pelos veículos tradicionais de comunicação e que poderia ocorrer a partir do investimento exclusivo no âmbito da televisão digital.

O segundo projeto definido durante a segunda Reunião sobre Conteúdos Culturais objetivaria o fomento às coproduções entre países-membros da Unasul. Seriam acordadas a realização de duas coproduções. A primeira se refere ao projeto Expreso Sur, uma iniciativa de produção de documentários para veiculação em emissoras de televisão cujo objetivo é o de dar visibilidade ao patrimônio imaterial da região. Inspirado em iniciativa homônima do Ministério da Cultura da Colômbia, o projeto tinha por meta o desenvolvimento de 7 peças de seis minutos, com os quais seriam produzidos dois programas de 30 minutos. Adicionalmente seriam produzidas outras peças de 2 ou 3 minutos. A segunda iniciativa audiovisual se refere ao Anima Unasur, que buscava fomentar a produção de conteúdos animados dirigidos ao público infantil da região, a partir de concurso sul-americano de projetos de animação para disputa de financiamento para desenvolvimento da série animada (UNASUR, 2012b); na oportunidade, não ficaria especificado se se trataria de um financiamento dos países ou se o orçamento da própria Unasul seria utilizado. O que ficaria definido seria a necessidade de cessão dos direitos relativos à propriedade intelectual das obras fomentadas nos projetos, de forma que ficariam liberados para exibição internacional e não poderiam ser objeto de comercialização ou qualquer outro tipo de exploração (UNASUR, 2012b).

Outra frente de trabalho acordada durante o Seminário sobre Conteúdos Culturais para Televisão enfrentaria o problema da formação acadêmica e profissional para o setor de produção audiovisual. Por meio da realização de um diagnóstico sobre as necessidades e ofertas de formação de curta duração, o objetivo seria promover um sistema de formação

profissional alinhado com as perspectivas de desenvolvimento do setor, além de aproximar trabalhadores e acadêmicos (UNASUR, 2012b). Importante frisar que a questão da capacidade e da formação profissional, assim como da produção de conhecimento acerca da cadeia produtiva do audiovisual, já aparecia como pauta na da II Reunião de Altos Delegados, por iniciativa da Argentina, que sugeriria a incorporação de ações para o fortalecimento da produção e da investigação sobre audiovisual na regional; a articulação desse trabalho ocorreria com base na experiência do Centro de Produção e Investigação Audiovisual da Argentina, a partir do qual os países poderiam formular projetos de cooperação em investigação e/ou coprodução de conteúdos. Na esteira desse debate, ainda ficaria registrada a possibilidade de composição de um Acordo de Mercado Comum Cinematográfico no âmbito da Unasul (UNASUR, 2011g), mas que não avançaria.

Por fim, os países-membros da Unasul definiriam como estratégia o compartilhamento de oportunidades de negócio e concertação de interesses como política para beneficiar os membros do organismo multilateral; com isso, os estados pretendiam estabelecer vantagens em momentos de aquisição de equipamentos para consolidação de parques de produção, de articulação em arranjos produtivos ou a negociação em bloco da aquisição de conteúdos estrangeiros (UNASUR, 2012b). Cabe frisar que, apesar de o encontro ter discutido políticas de fomento e regulação de conteúdos, não apresentaria debates relativos a estratégias de proteção do conteúdo regional por meio de sobretaxação de conteúdos estrangeiros ou fomento à aquisição de insumos de capital ao setor ou outro tipo de inciativas protecionistas. Isso reforça a percepção de que as políticas estabelecidas pela Unasul buscariam a promoção de meios e oportunidades de produção de conteúdos culturais, como conteúdos digitais, alternativos àqueles historicamente produzidos por conglomerados nacionais ou internacionais, mas sem a implementação de políticas restritivas ou protecionistas. Se essa percepção estiver correta, infere-se que as políticas para o setor manteriam expectativas e regras do receituário neoliberal e de livre-mercado, sendo os processos de integração o elemento revolucionário em relação à ideologia hegemônica desde a Estratégia Internacional de Desenvolvimento para o Quarto Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU, 1990) e a Nova Estratégia para a Comunicação (UNESCO, 1989).

Os resultados decorrentes dos acordos realizados durante a segunda Reunião sobre Conteúdos Culturais teriam grande relevância sob o ponto de vista do estabelecimento de políticas e estratégias para o desenvolvimento do setor de produção de conteúdos digitais no contexto do capitalismo cognitivo, estabelecendo diálogo em aspectos fundamentais às

estratégias definidas como prioritárias pela literatura que sustenta a investigação – mais do que a percepção acerca do tema no âmbito dos documentos diretivos da Unasul.

Isso porque, as estratégias acordadas partem do princípio de que a integração regional e sub-regional seria fundamental para o alcance dos objetivos e necessidades de desenvolvimento dos países-membros, considerando a emergência do estabelecimento de delineamentos comuns coerentes com a história de subdesenvolvimento e de dependência da América do Sul. E isso seria possível perceber desde a definição daquilo que seria o sistema de televisão regional idealizado no evento – sobretudo se levado em consideração a ideia de livre circulação de conteúdos regionais nos canais públicos e comunitários de televisão –, passando pela perspectiva de concertação de objetivos para obtenção de vantagens comparativas na aquisição de equipamentos, ou a promoção de ações de qualificação dos profissionais da cadeia produtiva do audiovisual. Ainda seria possível essa percepção a partir do projeto de conformação de uma plataforma comum, de acesso gratuito, para exibição das produções regionais; o mesmo significaria o fomento à coprodução de conteúdos culturais, seja o Expreso Sur ou o Anima Unasur.

Esses mesmos programas também enfrentariam as exigências de resgate e fomento à preservação da memória cultural, se pensado que a ampliação das oportunidades de acesso aos conteúdos produzidos na região teria um resultado positivo tanto na diversificação da representação sociocultural presente no espectro midiático, historicamente concentrado, quanto no estímulo à construção de uma cidadania e uma identidade sul-americana capaz de produzir novas tecnologias sociais.

Considerando que os direcionamentos acordados na reunião também destacariam a necessidade de formação profissional e aproximação entre o mercado e a academia, observa-se a preocupação com o desenvolvimento tecnológico e a construção de condições para consolidação de uma economia imaterial. O mesmo entendimento se tem das políticas industriais de aquisição de bens de capital necessários à cadeia produtiva do setor de audiovisual, assim como o investimento na consolidação de uma indústria do ócio. Entretanto, registra-se, houve pouco investimento no debate sobre a questão da propriedade intelectual e os direitos de autor, embora questões como livre circulação de conteúdos produzidos no âmbito sul-americano tenham emergido – seja por meio do sistema público e comunitário de televisão, seja por meio de plataformas compartilhadas de veiculação das produções regionais, com caráter público e gratuito.

E para os objetivos deste estudo, a partir da realização da Reunião sobre Conteúdos Culturais para televisão, é possível começar a considerar a existência de uma preocupação e um investimento no campo das políticas para produção de conteúdos digitais na região.

3.2.2.1.3 Outras temáticas relevantes

Outra questão relevante trabalhada no Plano de Ação do Grupo de Trabalho Especializado em Cultura, e que nortearia o desenvolvimento das atividades do Conselho Sul-americano de Cultura, seria a orientação pelo desenvolvimento de iniciativas para o reconhecimento, a valorização, a proteção, a salvaguarda e a apropriação social do patrimônio natural e cultural, material e imaterial (UNASUR, 2010f). Fator fundamental para conformação de uma identidade cultural e de uma cidadania sul-americana, a temática consta nos documentos diretivos da Unasul e é estabelecida como prioridade pelo entendimento construído a partir da literatura que sustenta os debates desta investigação. Ocorre que a perspectiva também encontra-se presente nas orientações acerca das políticas para viabilização do projeto de Sociedade da Informação (UIT, 2014). O que diferenciaria as abordagens seriam distinções conceituais e ideológicas em relação ao tipo e objetivos da concepção de uma economia imaterial.

O Plano de Ação listaria uma série de ações no âmbito da elaboração de políticas conjuntas para a criação de bens e serviços culturais, como aquelas ligadas ao financiamento de projetos; conformação de condições para facilitar a circulação dos bens e serviços culturais criados, como ações relacionadas à mobilidade de artistas, gestores culturais e produtos e serviços culturais, incluindo nesse momento plataformas, arranjos e eventos de produção e divulgação de bens e serviços culturais. Também relacionada a essa questão estaria a concertação política acerca das legislações regionais que permitissem a dinamização dos fluxos de circulação (UNASUR, 2010f).

Todas as ações, à semelhança daquilo que o Grupo de Trabalho Especializado em Educação e outras menções no âmbito da Cultura, apontam a necessidade de realização de estudos, registros e inventários acerca do patrimônio sul-americano. Na relação entre o patrimônio cultural material e imaterial, o direito à propriedade intelectual e a necessidade de combate ao tráfico de patrimônio cultural material e imaterial, o Plano de Ação proporia a realização de um Foro sobre tráfico ilícito de patrimônio cultural material e imaterial (UNASUR, 2010f). O investimento nesse debate reforça o entendimento acerca do valor da diversidade e os conhecimentos ancestrais e os de fruto de inovação científica e tecnológica.

Essa temática avançaria bastante ao longo do trabalho desenvolvimento pelo Conselho Sul-americano de Cultura, tangenciando os debates sobre a agenda das políticas para produção de conteúdos digitais, já que a questão do resgate, preservação e fomento à memória cultural e aos saberes ancestrais e os oriundos de inovação científica e tecnológica estariam indiretamente ligados à questão das indústrias culturais, incluindo aquelas referentes ao espectro comunicativo. A temática também teria papel de destaque nos debates empreendidos no âmbito do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação – sobretudo entre as diretrizes estabelecidas no Programa Marco da CT&I. Entretanto, para os objetivos desta investigação, trata-se de uma discussão que compõe a problemática das indústrias culturais, inclusive sendo tratada entre as orientações para o setor, mas que não assume caráter central.

Na esteira da perspectiva de integração regional e articulação entre os blocos sul-americanos, e também na mesma direção do Grupo especializado em Educação, o Plano de Ação enfatizaria a necessidade de aproximação em relação ao setor Cultural do Mercosul, com o objetivo de ampliar o trabalho já realizado pelo Sistema Integrado de Informação Cultural (SicSur – desenvolvido no âmbito do Mercosul) para um Sistema Integrado de Informação Cultural da América do Sul. Interessante salientar que a sistematização das informações sobre o setor cultural na área de abrangência da Unasul seria demanda levantada antes da composição do Plano de Ação do Grupo de Trabalho Especializado em Cultura.

Nota-se que as temáticas debatidas no Plano de Ação do Grupo de Trabalho Especializado em Cultura para o biênio 2010-2011, quando não abordam diretamente a questão das indústrias culturais, o fazem de maneira complementar. Ou seja, as indústrias culturais, embutidos neste contexto os conteúdos digitais, seriam os eixos norteadores das atividades do âmbito da Cultura.

3.2.2.2 Conselho Sul-americano de Cultura

O Conselho Sul-americano de Cultura assumiria e desenvolveria o conjunto de ações idealizadas e realizadas no âmbito do Plano de Ação para o biênio 2010-2011. Apesar de considerar o II Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais como sua primeira atividade formal, seria o Plano de Ação para o biênio 2013-2014 que representaria a continuidade dos trabalhos do setor cultural da Unasul. O documento foi composto por cinco áreas de trabalho das quais três interessam mais diretamente ao fomento às indústrias culturais e a regulação dos direitos culturais em razão de impactarem de forma mais precisa na agenda de políticas para a produção de conteúdos digitais.

Por isso, as análises em relação aos projetos e ações empreendidos no âmbito do Conselho Sul-americano de Cultura estão subdivididas a partir das áreas de trabalho evidenciadas no Plano de Ação para o biênio 2013-2014, a saber, “Indústrias Culturais e Economias Criativas”, “Interculturalidade” e “Comunicação e Cultura”. Cabe destacar que os debates apontados como prioritários aos objetivos desta investigação durante a vigência do Plano de Ação 2010-2011 se diluem nessas três áreas de trabalho. Também importante frisar que, em razão de o organograma do Plano de Ação do Conselho Sul-americano de Cultura para o biênio 2015-2016 não estar disponível no repositório institucional da Unasul, a presente pesquisa não teve acesso à divisão oficial de temáticas e projetos. Partindo de uma apresentação realizada durante encontro do colegiado especializado, a presente pesquisa apenas teve acesso ao desenvolvimento das iniciativas. Por esse motivo, os debates que se seguem ocorrerm conforme as áreas de trabalho estabelecidas pelo Plano de Ação 2013-2014, analisando os Planos de Ação de 2013-2014 e 2015-2016 como sequências.

3.2.2.2.1 Indústrias Culturais e Economia Criativa

O fato de o Plano de Ação 2013-2014 ter optado pelo desenvolvimento de uma área de trabalho específica para as Indústrias Culturais e a Economia Criativa corrobora com a afirmação de que as atividades e debates sobre essa temática seriam muito mais marcados e aprofundados nos Planos de Ação do que propriamente no âmbito dos documentos institucionais da Unasul. De um lado, esse aprofundamento é interessante e importante se levada em consideração a centralidade das indústrias culturais e das atividades da economia criativa para os processos de desenvolvimento, no contexto de uma economia capitalista cognitiva, como destacado pelos autores que sustentam teoricamente esta investigação. Porém, a ausência de diretrizes mais contundentes sobre emergência de investimentos para o setor nos documentos institucionais da Unasul permitiria a instabilidade dessa perspectiva como política. Isso porque, na medida em que a opção pelo investimento nas indústrias culturais e na economia criativa se mostra como reflexo do trabalho e das ações de um grupo específico – que, inclusive, é transitório em razão de os representantes dos países-membros nos colegiados especializados da Unasul respeitarem os ciclos eleitorais na região –, haveria a possibilidade de que perspectivas e ações de sucesso fossem abandonadas ou distorcidas em decorrência de mudanças ideológicas nos comandos dos governos participantes do bloco.

Apesar disso, nota-se que o entendimento sobre os potenciais do setor para o desenvolvimento orgânico da região é amadurecido. Isso porque, o próprio objetivo geral do

eixo de trabalho definiria a harmonização das atividades de fomento e difusão das indústrias culturais como elemento norteador das atividades do órgão. E essas atividades teriam um caráter estratégico para a conformação de condições de desenvolvimento das indústrias culturais, pois os cinco direcionamentos do eixo implicariam em um trabalho de inteligência, mapeamento e construção de subsídios para o planejamento das ações do Conselho. Além de uma orientação pela composição estratégica de insumos que sustentariam políticas futuras, a área de trabalho também estaria interessada nas articulações com outros blocos e organismos de cooperação internacional, como estratégia de ampliação dos mercados aos bens e serviços das indústrias culturais do sul (UNASUR, 2013o).

Interessante notar que, ao mesmo tempo em que esta pesquisa pondera a possível vulnerabilidade das políticas de fomento às indústrias culturais e à economia criativa em função da pouca atenção dada pelos documentos diretivos institucionais ao setor, as atividades previstas para serem desenvolvidas nesta área de trabalho do Plano de Ação 2013-2014 indicariam uma projeção de perenidade do Conselho Sul-americano de Cultura e de construção de um terreno sólido de debate e concertação de políticas, embasada na compreensão das realidades e desafios da região. A sistematização da estrutura legal e normativa vinculada às indústrias culturais ilustraria a afirmação (UNASUR, 2013o). Prevista como atividade da área de trabalho em indústrias culturais e economia criativa, a iniciativa tem como potência permitir a compreensão do cenário do setor, podendo orientar novas ações; ou seja, não se trata de um projeto com fim em si mesmo ou que trabalhasse com a possibilidade de seus resultados serem observados no curto prazo. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à proposta de realização de estudos sobre a competitividade da indústria cinematográfica dos países da região, que objetivaria a sedimentação da compreensão sobre os desafios do setor. Essas demandas seriam mantidas no Plano de Ação 2015-2016 – o que significa que não teriam avançado (UNASUR, 2013o).

Também exemplo seria a manutenção na pauta da proposta de avaliação das ferramentas do Sistema de Informações Culturais do Mercosul e do Sistema Nacional de Informação Cultural da Colômbia. É verdade que, apesar de mantida no Plano de Ação 2013-2014 (UNASUR, 2013o), durante a IV Reunião da Instancia Executiva do Conselho Sul-americano de Cultura ficaria decidida a não incorporação do Sistema do Mercosul à estrutura da Unasul; porém, o entendimento sobre a necessidade de utilização das informações proporcionadas pelo sistema para as políticas e ações do Conselho Sul-americano de Cultura permaneceria como orientação. Além disso, a aproximação entre Unasul e Mercosul seguiria em pauta no Plano de Ação para o biênio 2015-2016, oficializada por meio da Resolução nº

32/14, do Conselho Sul-americano de Cultura, que trata sobre "Articulação e Complementação Mercosul-Unasul" (UNASUR, 2015b), que transformaria em perspectiva oficial a articulação, complementaridade e convergência entre as agendas.

Esse direcionamento seria institucionalizado quando, no Plano de Ação 2015-2016, afirma-se a preferência pela realização da "Primeira reunião de autoridades cinematográficas da Unasul" de forma articulada com a Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul (UNASUR, 2015b). Isso demonstra certo amadurecimento da agenda e da necessidade de articulação dos setores produtivos e dos objetivos de desenvolvimento. Vale lembrar que a aproximação entre os setores cinematográficos da Unasul e do Mercosul estaria em destaque desde a I Reunião de Altos Delegados do Grupo de Trabalho Especializado de Cultura, em 2011 (UNASUR, 2011g).

A preocupação com a necessidade de sistematização de informações sobre o setor, e a perspectiva de atuação alinhada entre Unasul e Mercosul, seria novamente reforçada a partir da proposta de criação de um Grupo de Trabalho Especializado para elaboração de um Índice Regional de Cultura, com indicadores que demonstrassem a capacidade de superar a visão economicista do desenvolvimento, a partir das informações disponíveis no SICSUR (UNASUR, 2014j). Essa perspectiva, aliás, é de grande relevância para a presente análise; isso porque, pensar na superação da visão economicista do desenvolvimento sugere a busca por um projeto de desenvolvimento próprio, que considere que o processo de desenvolvimento não se resumiria à variação positiva das variáveis quantitativas econômicas, mas uma ampliação da qualidade de vida da sociedade – ou a consolidação de um Estado de Bem-Estar social, dialogando com Vercellone (2004), como componente das condições estruturais para elaboração de estratégias de desenvolvimento no capitalismo cognitivo que visassem à superação das assimetrias e do subdesenvolvimento histórico da América do Sul. Neste contexto, seriam aliados os processos de integração e a articulação de interesses entre países com a mesma realidade e necessidade de superação do desenvolvimento e assimetrias (SIERRA CABALLERO, 2016). Cabe resgatar que a busca por um modelo de desenvolvimento que ultrapassasse o caráter economicista estaria em pauta desde os debates em torno da Nova Ordem Econômica Internacional e do papel da comunicação nesse processo, materializado no Informe MacBride (1980), e nas construções teóricas do estruturalismo latino-americano (PREBISCH, 1949, 2000; GARCÍA, 1980; SUNKEL, 1980).

Paralelamente às propostas de composição de insumos estratégicos ao planejamento das futuras ações do Conselho, o Plano de Ação 2013-2014 reforçaria a vocação de articuladora regional da Unasul em processos de construção de redes produtivas; também

seriam destaques ações de aproximação entre o colegiado especializado e o mercado do setor (UNASUR, 2013o). Neste contexto, destacam-se propostas de realização de reuniões entre autoridades cinematográficas da região e de elaboração de programas e instrumentos de fomento aos empreendimentos culturais. Também coerente com essa perspectiva é a iniciativa de recopilação e difusão de propostas musicais que visem fusionar ritmos característicos dos países-membros da Unasul, com desenvolvimento de ações de identificação de fonogramas e publicação de um catálogo virtual dos ritmos locais, mixados a ritmos diversos oriundos de outros países da região (UNASUR, 2013o) – esta última, importante destacar, se trata de uma estratégia de fomento à produção de conteúdos digitais, que utiliza da potencial diversidade cultural e das múltiplas expressões culturais sul-americanas.

Por fim, merece destaque, compôs a agenda de ações da Unasul para o período a realização de um evento intitulado "Mercado de Indústrias Culturais do Sul" (MICSUR), que seria realizado na Argentina (UNASUR, 2013o) e cujo objetivo seria o de conformar um espaço de promoção e intercâmbio de conhecimento, produtos e serviços culturais e criativos no âmbito dos países da Unasul. O destaque dado a essa proposta se deve ao fato de esta, efetivamente, se tornar perene. A primeira edição ocorreria em 2014, na Argentina; a segunda, na Colômbia, em 2016; a terceira edição do evento foi realizada no Brasil, em 2018. Não constam nos documentos dos repositórios institucionais da Unasul relatos pormenorizados dos eventos, apenas menção à realização da iniciativa em Declaração dos Ministros e Ministras do Conselho Sul-americano de Cultura (UNASUR, 2014j); nesse documento, seria enfatizado aspecto positivo da primeira edição do evento, apontando que a iniciativa teria conseguido dar início à consolidação de uma rede de socialização de iniciativas regionais para indústrias culturais e economias criativas.

Nota-se, portanto, que as atividades desenvolvidas no âmbito da área de trabalho 'Indústrias Culturais e Economia Criativa' estabelecem uma centralidade muito maior ao setor do que aquela atribuída pelos documentos diretivos institucionais. A partir da análise sobre a proposição e desenvolvimento das atividades, cabe destacar a construção de bases mais sólidas para promoção de políticas comuns e processos de integração para as indústrias culturais – que, conforme as inferências até aqui produzidas, incorporariam o setor de produção de conteúdos digitais. Na verdade, não haveria essa separação nos entendimentos da Unasul entre o que seriam conteúdos culturais e conteúdos digitais, em razão de os documentos e as ações compreenderem os conteúdos culturais midiáticos como conteúdos convergentes às mídias.

3.2.2.2.2 Interculturalidade

A segunda área de trabalho prevista nos Plano de Ação da Unasul se refere à temática da Interculturalidade, cujo objetivo geral é o de promover o reconhecimento positivo da Diversidade Cultural e o objetivo especifico é o fortalecimento e harmonização da política pública intercultural. Herdeira das pautas e debates oriundos do foro sobre "Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região", a área de trabalho preveria quatro ações para dar conta dos objetivos estabelecidos: a) Publicação sobre Políticas Públicas e normatividade dirigidas aos povos indígenas, populações afrodescendentes e minorias culturais na região; b) a própria realização do III Foro sobre Direitos Culturais e projeções para o setor; c) realização de Reunião para intercâmbio de políticas públicas de base comunitária no campo da cultura, que também teria ocorrido em momentos anteriores; d) realização do I Foro sobre Interculturalidade, descolonização e diáspora (UNASUR, 2013o).

É importante destacar que a área de trabalho apresentou grande desenvolvimento em uma de suas atividades; porém abandonaria parte importante de suas ações, sem que fossem relatados nos documentos oficiais os motivos da decisão.

Do lado positivo esteve a consolidação do Atlas sobre Diversidade Cultural e povos indígenas, que teria sido desenvolvido a partir de metodologias participativas, com inclusão de um conjunto representativo de atores envolvidos nos processos de promoção dos direitos culturais. O documento buscou a identificação das condições e das realidades dos povos indígenas da região, com o objetivo de composição de um marco conceitual, histórico e situacional acerca dos povos indígenas da América do Sul, contribuindo para o reconhecimento da identidade e da cidadania sul-americana, bem como para a elaboração de políticas públicas nacionais e regionais. Apoiado pelo Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul, o projeto que culminou na publicação do livro "Diversidades Culturales: Pueblos Indígenas de Suramérica" (UNASUR, 2017i), envolveu a realização de encontros internacionais para debate, assim como a realização de estudos sobre as condições dos povos indígenas da região, com participação efetiva de atores representativos dos povos indígenas.

É importante destacar que o avanço das discussões sobre o direito e as condições dos povos indígenas da região é central nos debates sobre integração sul-americana. A questão estaria presente nos debates da Unasul desde a publicação do relatório da Comissão Estratégica de Reflexão[113], da 'Comunidade Sul-americana de Nações'. A própria defesa pelo

[113] "Un Nuevo modelo de Integración de América del Sur hacia la Unión Sudamericana de Naciones" (UNASUR, 2006a).

respeito aos direitos humanos e aos valores democráticos, bem como a preservação e fomento às culturas nativas da região, implicaria forte atuação dos estados-membros da Unasul no debate sobre a questão indígena e os conhecimentos e saberes ancestrais – como apregoado nos documentos diretivos da Unasul. A perspectiva também dialoga com a literatura que sustenta esta investigação, quando da defesa pelo valor da diversidade cultural e dos conhecimentos e saberes ancestrais como elementos estratégicos dos processos de geração de riquezas, consolidação de condições para conformação de uma economia imaterial e conformação de uma inteligência coletiva ou difusa (VERCELLONE, 2016). Relevante ainda lembrar que a composição de pautas sobre as minorias sul-americanas é reforçada pela proposta de inclusão do Seminário "Los afrodescendentes em el siglo XXI, problemática actual y nuevos desafios" na Área de Trabalho "Interculturalidade".

Apesar dos avanços nesse setor, outros seriam abandonados, como seria o caso da realização de reunião sobre Intercâmbio de Políticas Públicas de base comunitária (UNASUR, 2016b). Consta na Ata da VI Reunião da Instância Executiva que os resultados produzidos na reunião preparatória do Atlas da Diversidade Cultural subsidiariam as discussões da Reunião para Intercâmbio de Políticas Públicas de base comunitária. Entretanto, em 2017, a atividade seria retirada das ações futuras do Conselho Sul-americano de Cultura, sem que fosse efetivamente registrado se em razão do cumprimento das metas ou por sua insuficiência (UNASUR, 2017f). Assim, se de um lado a área de trabalho conquistaria resultado significativo na elaboração de um marco conceitual, histórico e situacional acerca dos povos indígenas na região, não avançou nos trabalhos relativos ao fomento da gestão cultural comunitária, que poderia contribuir para a multiplicidade dos bens e serviços culturais que comporiam o setor na América do Sul.

Também corolária das pautas do foro sobre "Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região" seria a área de trabalho "Defesa de conservação do patrimônio cultural", com especial atenção à prevenção e ao combate ao Tráfico Ilícito do Patrimônio cultural e natural dos países do Sul. Por esse motivo, o presente estudo o trata junto ao tópico Interculturalidade.

É interessante frisar que os Planos de Ação 2013-2014 e, principalmente, o referente ao biênio 2015-2016, atribuem grande importância e ampliam o escopo de atividades relativas a essa questão. Entre as ações previstas estaria a recomendação para que cada país-membro empreendesse esforços para incorporar os instrumentos jurídicos internacionais vigentes relativos à proteção e prevenção do tráfico ilícito de patrimônios culturais. Na condição de entidade articuladora de políticas, a Unasul consensuaria sobre a emergência de adoção pelos

Estados Membros de instrumentos que recepcionem as determinações do documento "Convención Sobre las Medidas que deben adoptarse para Prohibir e Impedir la Importación, la Exportación y la Transferencia de Propiedad Ilícita de Bienes Culturales" (UNESCO, 1970b). Ainda nesse sentido, a Ata da V Reunião da Instância Executiva registra recomendação para que os países-membros elaborem propostas para instrumentalização de mecanismos de conformação de redes de alerta para o tráfico de bens culturais patrimoniais (UNASUR, 2015b). Essas demandas seriam reafirmadas durante a III Reunião de Ministros do Conselho Sul-americano de Cultura, que também empreenderia a criação do Grupo de Trabalho Especializado em Tráfico Ilícito de Bens Culturais e Patrimoniais, com o objetivo de propor estratégias e mecanismos de efetivação dos marcos normativos internacionais e regionais (UNASUR, 2015c).

Entre as ações desenvolvidas ao longo do período analisado estiveram a proposta de realização de reunião de especialistas para intercâmbio de metodologias e sistemas de registros de patrimônio e controle do tráfico ilícito. Mas o avanço mais contundente na questão se refere à criação de um Grupo de Trabalho Especializado em Tráfico Ilícito de Bens Culturais e Patrimoniais, em setembro de 2015 (UNASUR, 2015c), que passaria a responsabilizar-se pela promoção de atividades e acompanhamento dos projetos previstos nos Planos de Ação. Novamente cabe frisar que a elevação da área de trabalho à condição de Grupo de Trabalho Especializado demonstra que a atuação da temática seria incorporada permanentemente às agendas da Unasul, com ampliação das garantias de manutenção das preocupações e ações do órgão mesmo com as possibilidades de mudanças institucionais dos Ministérios de Cultura, ou equivalentes, dos países-membros da Unasul.

3.2.2.2.3 Comunicação e Cultura

Alicerçada nas pautas e nas estratégias emergidas das reuniões sobre Conteúdos Culturais para televisão, a área de trabalho "Comunicação e Cultura" passaria a congregar iniciativas diretas e projetos relativos à produção, circulação e consumo de bens culturais e simbólicos, destacadamente a respeito dos conteúdos digitais. De um lado, as atividades da área de trabalho seriam elementos fundamentais para a consolidação de uma agenda política para o setor de produção de conteúdos digitais; de outro, por se tratar do espaço da implementação de ações efetivas de fomento ao setor, seriam estes projetos que evidenciariam as dificuldades de articulação e conformação de estratégias comuns à viabilização dos objetivos delineados.

Tendo como objetivo a produção e compartilhamento de conteúdos culturais para televisão no âmbito sul-americano, a área de trabalho 'Comunicação e Cultura' seria a instância responsável pela implementação e perenidade dos projetos evidenciados na Reunião sobre Conteúdos Culturais para televisão. Nesse sentido, prospectaria como atividades específicas o lançamento e difusão do projeto 'Banco de conteúdos Culturais', lançamento e divulgação do projeto "Expreso Sur", e elaboração dos modelos de produção dos projetos "La Lleva"[114] e "Anima Sur"[115]. Também de responsabilidade da área de trabalho seria a realização do III Foro de Conteúdos Culturais para Televisão e a formação de uma rede setorial para fortalecer o campo da TV Cultural, por meio do intercâmbio de experiências e conhecimentos entre criadores de conteúdos na região, a ser viabilizado através de estágios profissionais e universitários (UNASUR, 2013o).

Entretanto, a definição das estratégias e objetivos à implementação dos projetos existiria um grande vácuo. A exceção seria o projeto Expreso Sur, que seria viabilizado e teria sua exibição nas emissoras públicas dos países-membros da Unasul – menos à Guiana, ao Suriname e ao Chile –, registrada em Ata de reunião (UNASUL, 2017d). Aliás, na esteira da ampliação da divulgação do conteúdo digital fruto da co-produção dos países da Unasul, seria discutida nesse período a possibilidade de cessão dos direitos autorais do projeto, de forma que o produto audiovisual pudesse ter sua exibição ampliada, inclusive no espaço territorial de abrangência da Comunidade do Caribe (CARICOM) e do Mercosul. Apesar disso, não haveria registro de avanço na questão (UNASUL, 2017f).

No mais, os projetos seriam abandonados ou postergados pelos seus idealizadores. É o caso do III Foro de Conteúdos Culturais para Televisão, que seria retirado do Plano de Trabalho durante a VIII Reunião da Instância Executiva, sem que fosse efetivamente registrado se em razão do cumprimento das metas ou por sua insuficiência. O mesmo ocorreria com o projeto de intercâmbio de experiências e conhecimentos entre criadores de conteúdos da região, que seria empreendida por meio de estágios e visitas técnicas (UNASUR, 2017f). O Banco de Conteúdos Culturais para televisão também seria suspenso e retirado do Plano de Ação para o biênio 2015/2016, por solicitação da própria Argentina.

[114] Importante mencionar que o "La lleva" refere-se ao reality infantil ganhador do prêmio Prix Jeunesse Internacional 2010, um festival de conteúdos digitais voltados ao público infantil, promovido pela ComKids. Segundo seu site oficial, trata-se de uma organização internacional focada "na promoção e produção de conteúdos digitais, interativos e audiovisuais de qualidade para crianças e adolescentes, a partir de pressupostos de responsabilidade social, desenvolvimento cultural e economia criativa no Brasil, na América Latina e na Península Ibérica". Informações em: https://www.comkids.com.br/sobre/.

[115] Uma série de animação voltada ao público infantil.

Já no final do período de análise, em uma das últimas reuniões registradas pelo Conselho Sul-americano de Cultura, duas propostas interessantes aos interesses desta pesquisa seriam trazidas à pauta. A primeira se refere à possibilidade de adesão dos países-membros da Unasul à Plataforma Digital "Retina Latina" – uma plataforma de vídeo por demanda, que disponibiliza produtos audiovisuais latino-americanos gratuitamente, com destaque ao formato cinematográfico; não seria registrado nenhum avanço na temática, embora pudesse se conformar em estratégia fundamental à consolidação da cadeia produtiva dos conteúdos digitais ou das indústrias culturais como um todo. O mesmo raciocínio valeria ao projeto "Red de ciudades creativas", uma iniciativa do Ministério da Cultura da Argentina que objetiva o fortalecimento dos ecossistemas criativos locais, por meio do desenvolvimento de uma rede federal que contribuísse para o trabalho articulado dos setores e das economias criativas (UNASUR, 2017f) –, que também não registraria mais debate a seu respeito.

Neste contexto, portanto, cabe empreender a crítica de que a atuação do Conselho Sul-americano de Cultura teria iniciado sua trajetória com bastante ênfase ao setor de indústrias culturais e conteúdos digitais, mas teria registrado uma sequência de abandono dos projetos mais relevantes à consolidação de estratégias para o fomento do setor. A ausência de registros mais pormenorizados dos debates e acontecimentos que permearam as decisões pelo abandono dos projetos dificulta a compreensão acerca das motivações, dos interesses e das influências internas e externas desse processo. Fato é que o legado institucional consolidado durante a atuação do Grupo de Trabalho Especializado em Cultura parece ter se perdido ao longo do desenvolvimento dos Planos de Ação do Conselho Sul-americano de Cultura, embora tenha avançado em questões tangenciais aos objetivos analíticos deste estudo.

3.2.3 Ações no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação

Para as análises acerca do desenvolvimento das ações da Unasul no âmbito da CT&I, opta-se como ponto de partida o Programa Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação, elaborado entre os anos de 2010 e 2011, e que entraria em vigor a partir de 2012 (ou 2013, a depender do documento oficial que se utiliza). A escolha se deve ao fato de o Programa ter sido elaborado desde o início das atividades do Grupo de Trabalho Especializado em CT&I no âmbito do Coseccti, em concomitância com a aplicação do Plano de Ação para o biênio 2010-2011. Isso fez com que o processo de elaboração do Programa Marco da CT&I se constituísse como resultado natural do desenvolvimento das atividades do Grupo de Trabalho.

Outro argumento em favor da opção se refere ao fato de que o Programa Marco da CT&I ter se configurado como marco conceitual e planejamento estratégico para desenvolvimento da produção científica e tecnológica na região.

Em que pese o fato de não estar apresentado nos documentos oficiais disponibilizados no repositório institucional da Unasul, o Programa Marco da CT&I orienta todas as atividades do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação no período de análise desta pesquisa. Além disso, o programa Marco da CT&I se coloca como instrumento para a consolidação de um Espaço Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação – que seria o aspecto central dos objetivos de atuação dos colegiados especializados da Unasul para o setor.

Antes ainda de descrever as ações decorrentes dos princípios estabelecidos no Programa Marco da CT&I, cabe destacar o fato de que o documento reafirma as vocações e os objetivos apresentados pelo Tratado Constitutivo da Unasul e os estatutos dos conselhos autônomos, avançando nas projeções acerca da consolidação do setor na região. No contexto da presente pesquisa, os direcionamentos e ações decorrentes do Programa seriam de grande relevância, já que a inovação científica e tecnológica se coloca como eixo central das estratégias de desenvolvimento no contexto do capitalismo cognitivo, sobretudo no campo da indústria cultural e dos conteúdos digitais. Além disso, cabe ressaltar, é no ambiente do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação que o debate e os posicionamentos acerca das questões relativas à propriedade intelectual e da gestão do conhecimento tendem a avançar com maior profundidade ou, pelo menos, tenderiam a ser objeto de maior atenção e discussão.

Ilustra a afirmação o fato de que o Programa Marco da CT&I partiria do princípio de que as inovações científicas e tecnológicas desempenhariam um papel predominante no desenvolvimento das sociedades, principalmente em razão de seu potencial como elemento de ampliação da qualidade e exatidão no processo de tomada de decisões. Nesse sentido, para além da perspectiva clássica de que o setor de CT&I possuiria grande contribuição na geração e acúmulo de riquezas, o Programa Marco da CT&I amplia o entendimento para a consolidação do setor como elemento estratégico das transformações na região, no momento em que as inovações científicas e tecnológicas, aliadas ao resgate dos conhecimentos e saberes ancestrais, se constituiriam como vetor de soluções para os problemas da região, considerando as dimensões sociais como prioritárias, a capacidade de o projeto ou iniciativa potencializar o processo de inclusão e equidade social, bem como a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos sul-americanos (UNASUR, 2011l).

Reforça o argumento o próprio processo de concepção do Programa Marco da CT&I. Isso porque, consta em atas de reuniões e no próprio projeto, que o Programa Marco da CT&I teve suas diretrizes definidas coletivamente a partir dos resultados do Seminário "Armonización de Políticas Públicas para América del Sur em Ciencia, Tecnologia y Innovación", realizado em 2010. Isso sugere, e o próprio documento evidencia, uma construção baseada na ideia de concertação política, que se conformaria como elemento coerente às diretrizes de integração regional e à definição de objetivos comuns de desenvolvimento constantes no Tratado Constitutivo da Unasul (UNASUR, 2008a) e nos estatutos dos colegiados especializados.

Importante destacar que o documento considera a necessidade de inclusão do maior número de atores dos sistemas nacionais de ciência, tecnologia e inovação dos países-membros da Unasul. Isso incluiria órgãos governamentais, institutos e sociedades públicos e privados de pesquisa, universidades públicas e privadas, empresas públicas e privadas, bem como órgãos representantes de classes profissionais e organizações da sociedade civil e do Terceiro Setor (UNASUR, 2011l). Essa perspectiva reforçaria o entendimento identificado nos documentos diretivos da Unasul, nos quais o Estado é caracterizado como agente articulador dos atores sociais e produtivos nos processos de desenvolvimento e não como o promotor dos processos de desenvolvimento, apesar de atuar como indutor.

Também no campo da integração regional, outra perspectiva que confirma a hipótese do aprofundamento e ampliação dos direcionamentos institucionais se refere à premissa de aproveitamento e fortalecimento de programas e iniciativas já existentes nas diferentes instâncias de cooperação internacional das quais os países-membros já participavam. Ou seja, no momento em que o Programa Marco da CT&I evidencia como premissa o resgate e ampliação dos projetos nos quais os países-membros da Unasul já estivessem envolvidos, além de primar pela maximização dos espaços de integração e dos recursos disponíveis, ainda indicaria uma predisposição ao diálogo com e entre outras instâncias de cooperação – que também seria destacada pela orientação para estabelecimento de diálogos com outros blocos de cooperação e países cujos interesses e objetivos estivessem em conformidade com aqueles estabelecidos no âmbito da Unasul. Novamente retomando premissas do Tratado Constitutivo (UNASUR, 2008a), o Programa Marco da CT&I também evidencia que os interesses estabelecidos no âmbito da Unasul não deveriam se sobrepor aos interesses nacionais, mas articulá-los, numa clara referência à defesa da soberania dos estados-membros do organismo de cooperação multilateral.

Também norteadores seriam, e em coerência com o Tratado Constitutivo (UNASUR, 2008a), o fomento à construção e à ampliação de redes de conhecimento, formação de talentos e de investigação, privilegiando as capacidades nacionais e regionais, articuladas de maneira colaborativa, bem como a implementação e a identificação e viabilização de fontes permanentes de recursos, de forma conjunta regional, ampliando as capacidades individuais de investimento dos países (UNASUR, 2011l).

Na condição de planejamento estratégico de médio prazo, o Programa Marco da CT&I preveria sua atuação em sete direções específicas, a serem atingidas ao longo do quinquênio de vigência nas áreas prioritárias da Unasul como um todo. Compreende-se, portanto, que a expectativa era a de que, cumpridas as metas estabelecidas, seria possível estabelecer um efetivo Espaço Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação. Tendo-se em vista as considerações delineadas a partir da análise das ações e direcionamentos acerca do campo da Cultura, que sugeririam a centralidade das indústrias culturais e da economia criativa nas ações da Unasul, então pode-se inferir que o campo de atuação do Programa Marco da CT&I contemplaria aspectos inerentes ao fomento do setor, ou, pelo menos, construiria pontes entre suas ações e os objetivos estratégicos do setor – tais como, construção de redes de investigação, transferência de conhecimentos e tecnologias, ou gestão do conhecimento e organização do trabalho imaterial.

As análises seguiram o acompanhamento e debate acerca do cumprimento das metas definidas no Programa Marco da CT&I. Importante lembrar que o próprio documento do Programa estabelece como áreas prioritárias aquelas definidas durante o Seminário "Armonización de Políticas Públicas para América del Sur en Ciencia, Tecnología e Innovación", especificamente 'energias renováveis' 'biotecnologia', 'intercâmbio de experiências em políticas públicas de aperfeiçoamento de sistemas científico-tecnológicos da região', além do desenvolvimento de programas de popularização, divulgação e difusão da ciência e do investimento na produção de tecnologias sociais. Neste contexto, o esforço de análise será o de buscar a sistematização das ações e estratégias que acarretariam influência direta ou indireta às indústrias culturais e à produção de conteúdos digitais. Por isso, eventualmente, ações e estratégias relevantes para o desenvolvimento da região serão preteridas em razão de não se adequarem aos objetivos desta investigação.

3.2.3.1 Instituições científicas focadas na inclusão social

Primeiro direcionamento estabelecido pelo Programa Marco da CT&I refere-se à necessidade de identificação das instituições científicas, em diferentes áreas do conhecimento, e das instituições focadas na inclusão social na região. O Programa Marco prospectaria a possibilidade de consolidação de um catálogo de instituições capazes e interessadas no desenvolvimento de projetos comuns.

A iniciativa se mostra relevante sob dois aspectos: integração dos atores e instituições no âmbito sul-americano e fortalecimento do princípio da promoção da inclusão social – ambas perspectivas importantes na construção ideológica e programática da Unasul. Trata-se de um trabalho a partir do qual criar-se-ia condições de ampliação dos benefícios da ciência e a ampliação da capacidade de produção e utilização de tecnologias sociais.

Atividades para cumprimento dessa diretriz do Programa Marco da CT&I seriam mais marcadas no Plano de Ação para o biênio 2010-2011, a partir do sexto macro-objetivo, que objetivaria a promoção do desenvolvimento, do acesso e uso de tecnologias sociais, com ênfase no benefício de setores da sociedade mais vulneráveis (UNASUR, 2010g). Nesse sentido, estabeleceu-se como atividades prioritárias um inventário das boas práticas e experiências em inovação comunitária e a institucionalização de um Programa no âmbito da Unasul que focasse na promoção da Ciência e da Tecnologia para a inclusão social. Nota-se, com isso, que a reunião das boas práticas e a instituição de um programa de inclusão estariam diretamente ligadas ao trabalho de identificação de instituições científicas e organizações focadas na inclusão digital.

É importante destacar que a perspectiva não voltaria à pauta dos Planos de Ação para os biênios de 2013-2014 e 2015-2016. Apesar disso, se levado em consideração que a identificação de instituições científicas e de inclusão social se configuraria como atividade inicial em um planejamento estratégico de médio prazo, então faria sentido que a iniciativa ficasse restrita às primeiras ações. Apesar disso, a partir dos documentos disponibilizados no repositório institucional da Unasul, não é possível determinar se a atividades teriam sido concluídas ou que o inventário, se concluído, teria sido utilizado na definição das ações do órgão. O que se pode inferir é que, na condição de Planejamento Estratégico, o Programa Marco da CT&I teria iniciado um projeto de levantamento importante no campo da integração regional, baseado no princípio da inclusão dos diferentes atores capazes de contribuir com o desenvolvimento orgânico dos países-membros da Unasul.

A estratégia de construção de inventário de entidades científicas e organizações capazes de contribuir com a inclusão social alinha-se tanto às diretrizes institucionais verificadas a partir dos documentos diretivos da Unasul – Tratado Constitutivo (UNASUR, 2008a) e estatutos dos conselhos autônomos –, quanto às perspectivas de construção de condições de desenvolvimento no capitalismo cognitivo, já que, conforme Vercellone (2004, 2016), comporiam estratégias de promoção do Estado de Bem-Estar Social. Nesse sentido, a capacidade de inclusão social e de consolidação de um Estado de Bem-Estar Social seria, exatamente, elemento de medição de desempenho das políticas de desenvolvimento no capitalismo cognitivo.

3.2.3.2 Sistematização e avaliação das capacidades científicas

Também estratégia inicial de consolidação de bases mais sólidas para a construção de um projeto de desenvolvimento alicerçado em processos de inovação científica e tecnológica, o segundo direcionamento constante no Programa Marco da CT&I refere-se à sistematização e à avaliação das capacidades científicas e tecnológicas dos países-membros. Notadamente uma ação estratégica, o direcionamento pretendeu sistematizar as semelhanças e as diferenças entre as capacidades de inovação científica e tecnológica entre os países, de forma que fosse possível estabelecer relações e estratégias de complementaridades para elaboração de projetos comuns, com otimização de recursos humanos e materiais (UNASUR, 2011l).

À semelhança do subitem 3.2.3.1, a temática constaria no Plano de Ação para o biênio 2010-2011, no primeiro macro-objetivo, que pretendia compor medidas e estratégias para a promoção e o fortalecimento da cooperação educativa, cultural, científica, tecnológica e de inovação da região (UNASUR, 2010g). Entre as atividades previstas esteve a elaboração de uma proposta de inventário de necessidades e capacidades em CT&I, com identificação dos marcos normativos e legais que permitissem a sistematização do potencial do setor na região. Essa ação se alinharia sobremaneira às perspectivas de políticas para o desenvolvimento no capitalismo cognitivo. Isso porque, resgatando algumas das perspectivas teorizadas na primeira parte deste estudo, entre as características do atual sistema de produção e acumulação capitalista estaria a consolidação de capacidades científicas e tecnológicas voltadas à inovação, à manipulação de dados e informações, bem como a produção de bens e serviços imateriais, culturais e simbólicos – todos esses a serem utilizados como insumo primário de geração de riquezas e acumulação de capital por meio de direitos de propriedade intelectual e de autoria (VERCELLONE, 2004, 2016; SIERRA CABALLERO, 2016). Neste

contexto, e considerando o histórico atraso sul-americano no campo do desenvolvimento científico e tecnológico e das relações de dependência para com países e regiões mais desenvolvidos, a estratégia da integração e da complementariedade das capacidades locais, aproveitando a potencialidade de cada país em benefício do coletivo, tenderia a ser a política mais adequada para se compor condições efetivas de desenvolvimento orgânico.

No mesmo sentido se projetou a elaboração de um Manual da Unasul para o desenvolvimento de conceitos interdisciplinares e vínculos em direção à construção de políticas comuns. Isso implicaria na construção de modelos, índices e indicadores de desempenho científico, acadêmico e político, bem como acerca de mecanismos e procedimentos norteadores de práticas de inovação (UNASUR, 2010g). A elaboração de modelos e indicadores comuns também se mostraria como mecanismo interessante para composição de um cenário uníssono de produção de inovações científicas e tecnológicas, com estabelecimento de objetivos comuns e com aproveitamento da potencialidade de cada membro do organismo.

Cabe frisar que, apesar de serem mencionados e possivelmente terem sido consolidados, o resultado do inventário das capacidades e potencialidades científicas dos países da região, o Manual da Unasul para o desenvolvimento de conceitos interdisciplinares e vínculos em direção à construção de políticas comuns, bem como os modelos e indicadores comuns em CT&I, não constam no repositório institucional da Unasul.

Outras ações também teriam influência na identificação das capacidades regionais em ciência e tecnologia. Entre essas estariam o próprio seminário "Armonización de Políticas Públicas para América del Sur em Ciencia, Tecnologia y Innovación", que seria fundamental para a consolidação do Programa Marco da CT&I. Na verdade, todas as iniciativas de integração e compartilhamento e articulação de interesses, como encontros e congressos, contribuiriam diretamente à identificação das capacidades dos países da região. Exemplo disso seria o Foro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Industrialização da Unasul, em 2013; o evento teria grande influência na agenda da Unasul e na identificação e compartilhamento de informações acerca das condições da CT&I na região, bem como as projeções acerca das possibilidades e dos desafios para o desenvolvimento. Os debates, inclusive, culminariam na publicação "Ciencia, Tecnología, Innovación e Industrialización en América del Sur: hacia una estratégia regional" (BRUCKMANN; RODRIGUEZ ARAQUE; SANTOS, 2014), que se caracteriza como compêndio de entendimentos e direcionamentos para a superação das desigualdades, assimetrias e do próprio subdesenvolvimento histórico da região.

Portanto, apesar de não haver um documento específico consolidado acerca da sistematização das capacidades e potencialidades em produção de inovações cientificas e tecnológicas dos países[116], e da região como um todo, há que se supor que a perspectiva se manteve em pauta durante as atividades do período de vigência do Programa Marco da CT&I. Partindo-se desse princípio, é necessário destacar a contribuição para as estratégias para o desenvolvimento no capitalismo cognitivo, embora também não se possam identificar vínculos diretos entre o levantamento e sistematização das capacidades de inovação científica e tecnológica no âmbito das indústrias culturais e da produção de conteúdos digitais.

De fato, o que se poderia inferir acerca da sistematização das capacidades de desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito das indústrias culturais e da produção de conteúdos se refere à menção presente no Plano de Ação para o biênio 2010-2011, sobre a possibilidade de desenvolvimento de treinamentos e oficinas para capacitação nas atividades concernentes à Televisão Digital Interativa. Essa compreensão é possível, não pelos documentos e debates disponibilizados pela Unasul no âmbito do Grupo de Trabalho Especializado ou do Conselho Sul-americano de CT&I, mas pelo debate empreendido pelos colegiados especializados no setor de Cultura, que estabeleceriam foco na Televisão como plataforma capaz de alavancar processos culturais e desenvolver as indústrias culturais – que, conforme identificado compreenderiam o setor de produção de conteúdos digitais.

3.2.3.3 Programas e estratégias para transferência e intercâmbio

O terceiro direcionamento definido pelo Programa Marco da CT&I refere-se à promoção de programas e estratégias para transferência e intercâmbio de experiências. Aliadas às ações definidas como prioridade no subitem 3.2.3.2, as políticas e ações para a transferência e intercâmbio de experiências e conhecimentos teriam como objetivos a ampliação das capacidades produtivas e a maximização dos investimentos regionais em matéria de CT&I; isso porque, na medida em que se estabelece um espaço de compartilhamento e transferência de conhecimentos, experiências e tecnologias, contribui-se para a otimização dos processos de desenvolvimento tecnológico, evitando a duplicidade de investimentos em setores que, eventualmente, já sejam o foco do trabalho em outras redes de pesquisa ou países do território de abrangência da Unasul.

[116] Se há esse documento, pelo menos, não foi disponibilizado no repositório institucional da Unasul.

A proposta de desenvolvimento de programas de mobilidade, intercâmbio e transferência é comum aos três colegiados derivados do Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (Coseccti). Antes ainda. A pauta estava no espectro de atenção do Grupo de Integração Educativa, formalizado em 2006 no âmbito da Comunidade Sul-americana de Nações (UNASUR, 2006c). Desde essa época estaria entre as propostas da Unasul para fortalecimento da produção de inovações científicas e tecnológicas, bem como o compartilhamento dos conhecimentos e saberes ancestrais e tradicionais.

Esse seria, ainda, um direcionamento bastante marcado nos documentos diretivos da Unasul, que considerariam a construção de intercâmbios e projetos de transferência de conhecimentos e tecnologias estratégia fundamental para viabilização do desenvolvimento orgânico dos países sul-americanos, por meio da redução das assimetrias regionais.

A perspectiva teve assento no Plano de Ação 2010-2011 do Grupo de Trabalho Especializado em Ciência, Tecnologia e Inovação – elaborado e operado concomitantemente com a elaboração do Programa Marco da CT&I. No documento, precisamente no quarto macro-objetivo, destaca-se a necessidade de fomento ao acesso e intercâmbio de informações científicas, tecnológicas e de inovação como mecanismo de promoção do desenvolvimento dos países-membros. Nesse sentido, também idealizou-se a elaboração de uma plataforma regional para intercâmbio de experiências em políticas públicas no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação para fomento à integração regional e desenvolvimento endógeno.

Interessante mencionar, neste contexto, que todos os planos de ação mencionam a necessidade de desenvolvimento de plataformas digitais para compartilhamento de conteúdos científicos, educativos ou culturais. Porém, não há debate sobre a produção do conteúdo, em si. Do ponto de vista das políticas para a produção de conteúdos digitais, que interessam especificamente a este estudo, não se tem evolução. Trata-se, aparentemente, de boas intenções que não teriam conseguido se consolidar como política.

Também no terceiro macro-objetivo do Plano de Ação para o biênio 2010-2011, estabelece-se como prioridade a mobilidade e o intercâmbio dos saberes e experiências. Isso deveria ocorrer por meio de visitas técnicas, estágios e treinamentos acadêmicos, profissionais e laborais. Interessante notar que o documento não reduz o intercâmbio e a mobilidade de saberes ao âmbito acadêmico, numa clara valorização da produção de conhecimento oriundo e consolidado no âmbito do mundo do trabalho, bem como da construção de redes de pesquisa compostas por universidades e iniciativas privadas focadas na Inovação e ao Desenvolvimento (UNASUR, 2010g).

Para os interesses desta pesquisa, cabe frisar que o Plano de Ação 2010-2011 estabeleceria como campos prioritários as pesquisas e inovação em tecnologias da informação e da comunicação – além de mencionar energias renováveis e biotecnologias, biomedicina e biodiversidade. Coerente com a ideia de investimento em inovação em Tecnologias da Informação e da Comunicação, e recuperando discussão do subitem 3.2.3.2, é a menção à realização de treinamentos e oficinas de formação para a Televisão Digital Interativa.

O foco no desenvolvimento de espaços e programas de intercâmbio e transferência de conhecimento, tecnologias e experiências se manteria nos Planos de Ação para os biênios de 2013-2014, 2014-2015 e 2016-2017. Entre os objetivos destacados estariam a mudança dos padrões de especialização das economias da região e para a apropriação das tecnologias já disponíveis (UNASUR, 2012c); o fortalecimento do talento humano, o desenvolvimento das capacidades e o melhoramento ou a transformação da matriz cognitiva da região (UNASUR, 2014n). Interessante notar que os Planos de Ação para os biênios 2013-2014 e 2014-2015 destacam a necessidade de alteração da matriz cognitiva e o investimento no talento humano, o que remete claramente à consolidação de condições para desenvolvimento de uma economia imaterial – como apontam Vercellone (2004) e Sierra Caballero (2016). Isso porque, diferentemente de outros momentos das orientações para o desenvolvimento[117], que pensaram o investimento em inovação científica e tecnológica como insumos ou incrementos para o desenvolvimento industrial, os apontamentos da Unasul ensejariam uma transformação da matriz produtiva a partir da ampliação da capacidade de criação e gestão do conhecimento, em direção à consolidação de uma 'sociedade do conhecimento' – expressão utilizada no próprio Programa Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação[118].

Importante destacar que o Plano de Ação 2014-2015 mencionaria a necessidade de retomada e ampliação do Programa de Intercâmbio de Investigadores INTER-UNASUR. Conforme o documento, essa seria uma iniciativa do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação que objetivaria o fomento à articulação de comunidades científicas e inovadoras da região (UNASUR, 2014n). Ocorre, porém, que nenhum outro documento teria registrado esse programa, seja por meio de editais de seleção ou convocatórias de instituições

[117] Como a Estratégia para a Primeira Década da ONU para o desenvolvimento (ONU, 1961), o "Programa de Ação para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional" (ONU, 1974b) e a "Estratégia Internacional de Desenvolvimento para a Terceira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento" (ONU, 1980).

[118] O Programa Marco da CT&I utiliza o termo 'sociedade do conhecimento' para se referir ao paradigma sociotécnico baseado na primazia do conhecimento e da informação como insumos produtivos primários, capazes de gerar e acumular riquezas a partir de direitos de autoria ou de propriedade intelectual. Apesar de a fundamentação teórica desta investigação empreender debate sobre os conceitos de "sociedade da informação" e de "capitalismo cognitivo", ressaltando suas diferenças teóricas e ideológicas, a menção ao termo "sociedade do conhecimento" se dá pela reprodução da terminologia do documento estratégico do colegiado especializado da Unasul.

ou pesquisadores interessados, ou ainda resultados práticos dessa iniciativa. O único registro de programa institucional para pesquisa seria o "Programa de Investigadores/as Asociados/as", desenvolvido no âmbito do Instituto Suramericano de Gobierno em Salud, vinculado ao Conselho Sul-americano de Saúde da Unasul. O instituto desenvolve esse programa com o objetivo de reunir pesquisadores interessados na elaboração de diagnósticos na área de saúde na região, bem como na contribuição por meio de assessorias em políticas públicas para a saúde (UNASUR, 2018). Trata-se, por isso, de um programa que visa a constituição de um corpo técnico para o setor. Funciona exclusivamente sobre a temática da Sáude e não está interessado exatamente no intercâmbio, mas na produção de conhecimento no âmbito institucional. É, de fato, relevante, mas não se enquadra na perspectiva de transferência e intercâmbio de experiências, conhecimentos e tecnologias.

No recorte temporal das análises empreendidas neste estudo, conforme os documentos disponibilizados pela Unasul em seu repositório institucional, nenhum programa de bolsas de intercâmbio ou mobilidade acadêmica para transferência de conhecimentos e tecnologias teria saído do campo do planejamento nos órgãos especializados. Reforça essa afirmação o documento relativo à Reunião de Altos Delegados, que registrou a dificuldade do desenvolvimento de um programa de bolsas em razão da ausência de aportes financeiros – que seriam compartilhados entre os estados-membros da Unasul (UNASUR, 2016d).

Diante disso, há que se frisar que, apesar de manter a temática da necessidade de programas e estratégias para a transferência e o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e experiências, a Unasul não teria conseguido institucionalizar a iniciativa. Portanto, não teria sido viabilizada uma política efetiva e duradoura que permitisse alcançar os objetivos estabelecidos desde o Grupo de Educação Integrativa. Ainda que tenha ocorrido em momentos específicos esses processos de intercâmbio e transferência, apesar de os documentos analisados não evidenciarem, é fato que não se tornou uma política permanente.

3.2.3.4 Construção e integração de redes de instituições de investigação

O quarto direcionamento do Programa Marco da CT&I seria o fomento à construção e integração de redes de instituições de investigação. Perspectiva de grande valor prático em razão da possibilidade de condução de estratégias complementares de desenvolvimento cientifico e tecnológico, e intrinsecamente ligada à discussão empreendida no subitem 3.2.3.3, advoga pela relevância do estabelecimento da integração entre centros e unidades de pesquisa e inovação científica e tecnológica, seja no âmbito interno dos países, seja entre membros da

Unasul, ou ainda entre centros de pesquisa da Unasul e de outros países ou organismos de cooperação.

O Plano de Ação para o biênio 2010-2011 demonstrou preocupação com a temática, afirmando a necessidade de desenvolvimento de processos de cooperação entre universidades, centros de investigação e empresas públicas e privadas da região. Esse objetivo, inicialmente, seria fomentado a partir da proposta de realização de uma Feira Sul-americana de Inovação Tecnológica e Social que servisse de instância permanente de encontro e cooperação dos setores produtores de conhecimento, técnicas e tecnologias. Essa iniciativa seria viabilizada apenas em 2016, com o nome de "Feria Internacional de Ciencia, Tecnologia y Innovación de La Unión de Naciones Suramericanas", na Colômbia. Entretanto, novamente, não há registros do evento no repositório institucional da Unasul, apenas breve menção no site oficial do Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia[119] (Colciencias). Além desse evento, outros seminários e congressos contribuiriam para o estímulo à criação de redes de investigadores, como o já citado "Armonización de Políticas Públicas para América del Sur em Ciencia, Tecnologia y Innovación", o Foro "Gestão do conhecimento no Marco da Integração Regional: desafios e alcances" ou o "Primeiro Foro Internacional de Biodiversidade". Todas essas oportunidades contribuiriam para a construção de redes e articulação entre pesquisadores. Porém, conforme os documentos analisados, apenas duas iniciativas de redes teriam avançado ao status de programas institucionais de formação de espaços colaborativos permanentes de diálogo, produção de conhecimentos e empreendimento de projetos específicos – o "Programa de Capacitação em Energias Renováveis e sobre combustíveis" e o "Programa de Segurança Alimentar e Nutricional", ambos com recursos do Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul.

Em relação ao âmbito das indústrias culturais e criativas, os colegiados especializados em CT&I da Unasul não apontariam nenhum programa específico de formação de redes de pesquisa. Apesar disso, cabe lembrar, seria fomentado o desenvolvimento da investigação sobre audiovisual no âmbito regional, a partir da experiência argentina do Centro de Produção e Investigação Audiovisual da Argentina (UNASUR, 2011g). Entretanto, a iniciativa não teria se efetivado como projeto institucional.

Ainda com o objetivo de fomentar a formação de redes entre instituições de investigação científica e tecnológica, outra frente de atuação dos colegiados especializados em CT&I seria o estabelecimento de cooperação com outros blocos econômicos de

[119] Disponível em: https://www.colciencias.gov.co/cooperacion-con-iberoamerica-multilateral-unasur.

cooperação multilateral da região e fora dela. Nesse sentido, cabe destacar, os documentos evidenciam uma forte intenção de aproximação entre as agendas e os setores especializados em CT&I nos blocos econômicos sul e latino-americanos – como o próprio Mercosul, a Comunidade Andina de Nações e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Em todos os momentos em que essas iniciativas teriam sido mencionadas, reforçou-se a ideia de que teriam a intenção de alinhamento entre propostas e ações. Essas propostas estariam em conformidade com as perspectivas contidas nos documentos institucionais da Unasul, no que concerne à necessidade de estabelecimento de integração regional e redução das assimetrias regionais nos âmbitos cultural, educativo, tecnológico e científico. Também demonstrariam alinhamento com as estratégias para o desenvolvimento dos países sul-americanos no contexto do capitalismo cognitivo. Entretanto, as ações empreendidas pelo Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme os documentos disponibilizados pela Unasul e analisados pela presente pesquisa, não teriam contribuído diretamente com o desenvolvimento de tecnologias ou soluções para o setor de indústrias culturais e criativas, do qual faria parte a cadeia produtiva dos conteúdos digitais.

É possível mencionar neste momento, embora não tenha sido uma ação desenvolvida pelo Conselho Sul-americano de CT&I, que a concertação entre a Unasul e as instituições do Convênio Andres Bello, que é um convênio intergovernamental, teria contribuído de forma contundente para o estabelecimento de conceitos e diretrizes no âmbito das indústrias culturais e criativas; porém, por se tratar de parcerias com foco na produção de conteúdos e organização dos mercados, não tratou da questão do investimento em inovação científica e tecnológica para o setor, por meio da consolidação de redes de investigação. O mesmo ocorre com a aproximação entre Unasul e Mercosul, oficializada por meio da Resolução nº 32/14, do Conselho Sul-americano de Cultura, que trata sobre “Articulação e Complementação Mercosul-Unasul” (UNASUR, 2015b).

Assim, destaca-se que o estabelecimento de integração com os organismos multilaterais, por meio de protocolos de intenção, teria sido muito mais efetivo do que a articulação de redes entre institutos de pesquisa na área de interesse desta pesquisa.

3.2.3.5 Adequação dos marcos legais e normativos nacionais

O tema mais trabalhado nos Planos de Ação desenvolvidos pelos colegiados especializados em CT&I enquadra-se no quinto direcionamento do Programa Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação, que se refere à necessidade de adequação dos marcos legais e

normativos nacionais, de forma a construir condições de estabelecimento e execução conjunta de políticas públicas para o setor (UNASUR, 2011l). Essa temática teria assento permanente nos Planos de Ação dos colegiados especializados. E não é por força do acaso. Se for levado em consideração que o Programa Marco da CT&I aponta entre os seus objetivos principais a promoção de condições para viabilização de uma sociedade do conhecimento de âmbito regional, com democratização dos benefícios a todos os países-membros da Unasul, então a harmonização dos marcos legais e normativos seria tarefa fundamental. Além disso, a adequação dos marcos legais e normativos nacionais teria impacto direto para cumprimento da expectativa evidenciada pelo Programa Marco da CT&I de consolidação de um Espaço Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação, que, por sua vez, seria determinante à construção de condições para as políticas de desenvolvimento no âmbito do capitalismo cognitivo – conforme a literatura que sustenta esta investigação.

Neste sentido, a harmonização e adequação dos marcos legais e normativos teria outra funcionalidade aos objetivos da Unasul, a saber, o aprofundamento dos processos de integração e fortalecimento do diálogo e capacidade de concertação política e promoção de estratégias comuns para construção de uma cidadania sul-americana e fomento a um desenvolvimento orgânico na região – em coerência com a própria proposta contida no Tratado Constitutivo da Unasul (UNASUR, 2008a). O esforço pelo fomento à temática e realização de ações para sua viabilização estava na pauta desde o Grupo de Trabalho Especializado em CT&I, desde a concepção do Plano de Ação operado concomitantemente ao Programa Marco da CT&I, que já advogava pela necessidade de um marco legal comum para a ciência e tecnologia na região, bem como a elaboração de políticas públicas capazes de promover a investigação e a inovação por meio da ciência.

Questão central à adequação dos marcos legais e normativos, e fundamental para as discussões sobre políticas para o desenvolvimento no contexto do capitalismo cognitivo, se refere à propriedade intelectual e apropriação do conhecimento – seja ele ancestral ou fruto de inovações científicas e tecnológicas. Como já evidenciado, a questão do resgate, da preservação e do fomento à apropriação dos saberes e conhecimento ancestrais e tradicionais teria recebido mais atenção nos debates no âmbito dos colegiados especializados em Cultura – como percebido ao longo dos subitens “3.1.8” e “3.2.2”. Sobre esse aspecto, os debates direcionaram as preocupações para a necessidade de combate ao tráfico ilícito de conhecimentos ancestrais, que seriam patrimônios fundamentais à sociedade sul-americana, sobretudo no que concerne à consolidação de uma cidadania regional e a promoção de insumos às indústrias culturais. Isso demonstraria uma perspectiva de adequação às normas

internacionais de proteção à propriedade intelectual e ao direito de autor, prevista no Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (BRASIL, 1994), do qual todos os integrantes da Unasul seriam signatários. Assim, a preocupação dos debates no âmbito da Cultura estaria ligada aos conhecimentos e tradições ancestrais como elementos constituintes da intelectualidade coletiva ou difusa (VERCELLONE, 2016) e como elementos capazes de impulsionar a produção das indústrias culturais – estas últimas com capacidade de gerar riquezas a partir de direitos de propriedade intelectual.

A discussão acerca da capacidade de geração de propriedade intelectual a partir da inovação científica e tecnológica seria a ênfase no âmbito dos colegiados ligados à CT&I, mas sempre gerando incertezas em relação às suas definições. Isso porque, é possível perceber, em todos os momentos em que a temática esteve em pauta, a contradição entre a necessidade de ampliação do acesso aos conhecimentos e tecnologias e a preservação das orientações e protocolos internacionais. A afirmação se sustenta na observação da temática presente no Plano de Ação para o biênio 2010-2011, bem como ao longo de sua operação. Isso porque, enquanto na I Reunião de Altos Delegados se debateu uma proposta de marco político e normativo em matéria de "Acesso a recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual" (UNASUR, 2011e), na II Reunião de Altos Delegados analisar-se-ia a possibilidade de retirada da pauta de discussão do Grupo Especializado em razão dos Protocolos Internacionais que regulariam o direito à propriedade intelectual e um direcionamento tácito pelo cumprimento desses regramentos (UNASUR, 2011f).

Também no Plano de Ação para o biênio 2013-2014 seria estabelecido como prioridade o compartilhamento das informações dos sistemas de CT&I de cada país-membro, com informações sobre as redes físicas e de experiências em políticas públicas para o aperfeiçoamento de sistemas científico-tecnológicos, assim como a definição de estratégias conjuntas para financiamento de projetos comuns (UNASUR, 2012c). Essa perspectiva implicaria uma discussão acerca das normatividades nacionais em matéria de compartilhamento de direitos de propriedade intelectual – que geraria o entendimento, conforme será discutido a seguir, sobre a necessidade de os países compartilharem o conhecimento produzido às áreas de interesse dos demais membros do bloco. Interessante, porém, foi a menção às possibilidades de estudo sobre os modelos e programas de financiamento de projetos comuns baseados na experiência brasileira do Programa Sul-americano de Apoio à Investigação Científica (ProSur). A iniciativa está focada no fomento, compartilhamento, gestão e transferência de propriedade intelectual e industrial no âmbito latino-americano (UNASUR, 2012c). O organismo empreende estratégia interessante desde

2017, qual seja, a edição de um boletim sobre patentes de domínio público. Ou seja, apesar de não estabelecer discussões ou ações para alteração da lógica de acumulação capitalista atual, o organismo (ProSur) propõe estratégia de aproveitamento das possibilidades tecnológicas e conhecimentos já tornados públicos – o que pode contribuir para o desenvolvimento dos diversos setores da economia, além de contribuir para alavancar a própria produção científica regional. Portanto, a estratégia manteria o cumprimento dos protocolos internacionais (BRASIL, 1994) e das orientações da Declaração de Genebra (UIT, 2014), mas contribuiria para o desenvolvimento do setor de CT&I.

Ao longo do período analisado, o momento de debate mais abrangente em relação ao estabelecimento de um marco legal e normativo propício à consolidação de um Espaço Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como à promoção de uma sociedade do conhecimento – conforme apontaria o Programa Marco da CT&I – seria o Primeiro Foro de "Gestão do conhecimento no Marco da Integração Regional: desafios e alcances", realizado na cidade de Atuntaqui, no Equador, em junho de 2014 (UNASUR, 2014l). Como evidenciado no subitem 2.1.5.2, apesar de não estar previsto nos planejamentos do colegiado especializado, seu resultado seria bastante positivo no que se refere ao debate das temáticas relativas à conformação de um sistema legal e normativo do setor na região.

As temáticas debatidas no evento estiveram divididas em três eixos, que apontariam projetos e estratégias. Importante mencionar que, embora os eixos de debate sejam transversais aos direcionamentos do Programa Marco da CT&I, as discussões e ações programadas estariam intimamente ligadas à composição de um cenário normativo comum para o setor e, por isso, estão tratadas neste tópico. Dada a relevância para o debate, opta-se por descrever rapidamente as deliberações do evento.

A primeira Mesa de Trabalho do encontro estaria focada na 'Vigilância Tecnológica e Estado da Técnica'. Desse grupo, emergiriam cinco acordos ou estratégias: criação de Grupo de Trabalho permanente para gerenciar ações específicas para a vigilância e identificação do estado de desenvolvimento da técnica e da tecnologia no âmbito regional; criação de uma rede ou base de dados, de livre acesso e compartilhada entre os países-membros da Unasul, com o objetivo de sistematizar o estado da técnica; criação de um escritório especializado em vigilância tecnológica dentro do Conselho Sul-americano de CT&I, capaz de empreender a recopilação e sistematização dos projetos de investigação e inovação nas diferentes áreas ou frentes de ação da Unasul; e alinhamento das perspectivas de identificação e sistematização de investigações e inovações entre instituições governamentais e agências de propriedade intelectual (UNASUR, 2014l).

Já na segunda mesa de trabalho debateu-se o tema "Proteção das Criações", consensuando duas diretrizes, que se desdobram em atividades específicas. A primeira deliberação aponta para a necessidade de conformar/institucionalizar equipe permanente de especialistas que desenvolvam ações no campo da gestão e da apropriação do conhecimento, com atividades diretamente relacionadas à proteção das criações, à gestão do conhecimento e, principalmente, às formas de licenças alternativas que permitam maior acesso aos conhecimentos produzidos pela sociedade global. A segunda deliberação retoma a agenda pendente de viabilização de 'uma rede de conhecimentos e informações' e o 'avanço em setores estratégicos', como energia/combustível e segurança alimentar e nutricional (UNASUR, 2014l).

A terceira Mesa de Trabalho enfocaria a temática da "Difusão e transferência de conhecimento", com três direcionamentos específicos. O primeiro se refere ao entendimento segundo o qual a Ciência, Tecnologia e a Inovação estariam diretamente articuladas com a questão da Propriedade Intelectual, e que, por isso, haveria necessidade de análise das especificidades nacionais dos mecanismos em matéria de propriedade Intelectual CT&I, de forma a permitir uma melhor concertação com os objetivos de desenvolvimento da Unasul. O segundo direcionamento apontaria que a assimetria em relação aos níveis de desenvolvimento dos membros da Unasul impediria a implementação de políticas uniformes no âmbito da propriedade intelectual, o que demandaria que os países-membros com maior experiência na aplicação da propriedade intelectual e na transferência de tecnologia assumissem o compromisso de compartilhamento de suas práticas e conhecimentos, por meio de eventos regionais. O terceiro direcionamento, na esteira do segundo, reforçaria a necessidade de desenvolvimento de programas de capacitação e fortalecimento do talento humano regional, incluindo intercâmbio de especialistas e investigadores (UNASUR, 2014l).

Os debates empreendidos no âmbito do Foro de "Gestão do conhecimento no Marco da Integração Regional: desafios e alcances" seriam os momentos de delineamento de estratégias mais contundentes para o enfrentamento das assimetrias regionais e dos problemas do subdesenvolvimento econômico, por meio da ampliação da capacidade de produção científica. A primeira delas, destaca-se, advém da terceira Mesa de Trabalho, que discutiu "Difusão e transferência de conhecimento"; isso porque, entre as deliberações estaria o reconhecimento da centralidade da propriedade intelectual para os processos de desenvolvimento sul-americanos, bem como a emergência de que os países, cujos parques de inovação científica e tecnológica estivessem mais desenvolvidos, assumissem o compromisso pela transferência de conhecimentos e tecnologias por meio da cooperação técnica.

A relevância da menção e da estratégia estaria no fato de que, como apontado no subitem 3.1.8, os documentos diretivos da Unasul não teriam avançado em direcionamentos específicos que denotassem a capacidade de os colegiados especializados analisados conformarem espaços de livre acesso e intercâmbio de conhecimentos, tecnologias ou bens culturais e simbólicos. Pelo contrário. Até então, os documentos apenas apontavam a necessidade de fomento ao livre acesso, mas sem mencionar modos factíveis de alcance desse objetivo. No mesmo sentido, sobrelevava-se o processo de integração regional em matéria de Educação, de Cultura e de CT&I, mas sem apresentação de estratégias de enfrentamento à problemática dos direitos de propriedade intelectual, ou mesmo o Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio destacando a possibilidade de consolidação de regimes especiais de cessão de direitos de propriedades intelectuais e de autor a partir de acordos bi ou multilaterais, ou por meio de autorização de seus detentores (BRASIL, 1994).

Levando-se em consideração a centralidade do direito de propriedade intelectual para os processos de produção e acúmulo de riquezas, e seu papel nas estratégias para o desenvolvimento no contexto do capitalismo cognitivo (VERCELLONE, 2004, 2016; SIERRA CABALLERO, 2016), então, há que se considerar um avanço bastante acentuado rumo à materialização de condições para viabilização de um desenvolvimento orgânico na região. Na verdade, a proposta iria além, inclusive, da proposta de atuação do ProSur, que buscaria compilar e difundir tecnologias que não estivessem atreladas a direitos de propriedade intelectual. Portanto, tem-se aqui, um direcionamento político de enfrentamento à questão da propriedade intelectual e materialização de estratégias de integração para o setor.

No mesmo sentido, quando a segunda Mesa de Trabalho reafirma a necessidade de gestão e apropriação de conhecimentos como elemento fundamental às estratégias para o desenvolvimento, aponta-se pelo enfrentamento das condições estruturantes do subdesenvolvimento histórico da região, mas de forma mais adequada aos desafios no novo modelo de acumulação e da lógica da nova Divisão Internacional do Trabalho. Isso ocorre, principalmente, a partir do entendimento sobre a necessidade de delineamento de formas de licenças alternativas que permitam maior acesso aos conhecimentos produzidos pela sociedade global (UNASUR, 2014l). Demonstra-se, nesse momento, que apesar de não lutar pela quebra dos protocolos internacionais dos quais os países-membros da Unasul são signatários, o Conselho Sul-americano de CT&I assume a responsabilidade de busca por outro modelo de produção e compartilhamento de conhecimento. Apesar de a própria Declaração de Genebra (UIT, 2014) indicar a promoção de programas de pesquisa e

desenvolvimento de modelos de softwares, incluindo os abertos e livres, a diretriz emergida do Foro da Unasul apontaria para uma tentativa efetiva de rompimento com as relações de dependência tecnológica até então registradas.

A mesma relevância se pode atribuir às deliberações da Mesa de Trabalho que abordou a 'Vigilância Tecnológica e Estado da Técnica' na região. Isso porque, como já afirmado em outros momentos, a sistematização em relação às potencialidades e os desafios sul-americanos em matéria de CT&I seria de extrema importância para a consolidação de estratégias que, ao mesmo tempo, aproveitem os potenciais dos países-membros e projetem soluções às problemáticas ou deficiências do setor.

Portanto, e retomando afirmação anterior, não seria nenhum exagero atribuir ao Foro de "Gestão do conhecimento no Marco da Integração Regional: desafios e alcances" papel central nas definições de perspectivas e estratégias para o curto e médio prazos no âmbito da Unasul. Também não seria demasiado exagero impor ao evento, para os objetivos desta investigação, a pecha de instância mais produtiva em matéria de definição de conceitos e direcionamentos para a consolidação de condições para o desenvolvimento para o setor de CT&I. Apesar de o evento não mencionar diretamente o campo das indústrias culturais e criativas, dos quais os conteúdos digitais fazem parte, é fato que a conformação de um Espaço Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação tenderia a transformar a própria percepção acerca da centralidade da investigação para os setores estratégicos. Considerando, então, que os documentos diretivos institucionais mencionariam as indústrias culturais e criativas como setor capaz de proporcionar geração de riquezas por meio de direitos de propriedade intelectual, então pode-se inferir que o setor se beneficiaria – ainda que indiretamente, ainda que no médio prazo.

Cabe também frisar os entendimentos emergidos do Foro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Industrialização da Unasul, realizado em 2013, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Embora não tivesse foco específico ao setor de atenção desta pesquisa, o evento debateria questões tangenciais, observáveis na publicação "Ciencia, Tecnología, Innovación e Industrialización em América del Sur: hacia una estratégia regional" (BRUCKMANN; RODRIGUEZ ARAQUE; SANTOS, 2014), que representa o conteúdo principal levantado na oportunidade. Entre os temas centrais estiveram aqueles tratados no texto de René Ramírez Gallegos, intitulado "Ecuador: paraíso del (bio)conocimiento abierto y común para el buen vivir", que destaca a relevância do debate sobre o Direito à propriedade intelectual no campo da ciência e da tecnologia, assumindo o paradigma do capitalismo cognitivo e da necessidade de restruturação do caráter privado do conhecimento, da tecnologia e da inovação para

consolidação de condições de desenvolvimento. Notadamente, reforça-se, que o posicionamento se encontra consonante com o debate teórico empreendido por Vercellone (2004, 2016).

Os direcionamentos levantados a partir dos eventos da Unasul permaneceriam em destaque nos Planos de Ação para os biênios de 2014-2015 e 2016-2017. Entretanto, apesar da relevância das propostas, os documentos institucionais não registrariam avanço. Na verdade, durante Reunião de Altos Delegados realizada em 2016, a Presidência Pro-Tempore do Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação apontaria uma série de críticas ao desenvolvimento das atividades programadas no Plano de Ação para o biênio 2014-2015, entre as quais aquelas definidas como prioritárias durante o Foro de "Gestão do conhecimento no Marco da Integração Regional: desafios e alcances". Na ocasião, entre as críticas estariam a falta de engajamento dos países-membros da Unasul na disponibilização do inventário das legislações nacionais em matéria de propriedade intelectual e sobre o sistema de CT&I. Também registrou-se dificuldade em viabilização dos projetos em razão da dificuldade de obtenção de recursos (UNASUR, 2016d). O Plano de Ação para o biênio 2016-2017 retomaria pautas constantes da agenda da Unasul, como levantamento dos marcos legais normativos do setor, mas sem registro de desenvolvimento efetivo.

Neste contexto, cabe novamente destacar que, apesar de grande debates e direcionamentos, por meio dos documentos disponibilizados no repositório institucional da Unasul, não é possível determinar que as intenções e projetos programados teriam se consolidado como políticas institucionais.

3.2.3.6 Difusão e a popularização da CT&I

O sexto direcionamento emergido do Programa Marco da CT&I se refere à difusão e a popularização da CT&I, como estratégia de estímulo à invenção e ao espírito empreendedor, mas com fomento à preservação e promoção dos conhecimentos ancestrais e tradicionais. Assim, como outros debates empreendidos no âmbito da Educação e da Cultura, a medida possuiria grande relevância para a consolidação de uma intelectualidade difusa, na condição de conjunto de conhecimentos compartilhados pela sociedade, com os quais ocorre a produção de novos saberes e, por consequência, novos insumos produtivos (VERCELLONE, 2016). Portanto, o fortalecimento da intelectualidade difusa retroalimentaria a capacidade de produção de capital intangível.

A proposta mais factível nesse sentido seria apresentada durante o período de vigência do Plano de Ação para o biênio 2010-2011, embora não constasse do planejamento inicial. De forma coerente com a perspectiva de aproveitamento de iniciativas já em operação no âmbito dos países-membros da Unasul, aventou-se a possibilidade de adoção pela Unasul do Programa Ondas para a apropriação social do conhecimento, dirigido ao público infanto-juvenil. Como já mencionado no subitem 2.1.2.3.1, trata-se de uma iniciativa em operação, à época, no âmbito do Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia (Colciencias), que comporia uma das estratégias do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do país (UNASUR, 2011e).

Aos interesses o presente estudo, a implementação da iniciativa teria grande relevância, já que sua estratégia compreenderia a produção, distribuição e circulação de materiais impressos, digitais e audiovisuais focados na formação de uma cultura cidadã e democrática em Ciência, Tecnologia e Inovação na população infanto-juvenil. Portanto, notadamente, seria um programa cujo foco estaria na produção de conteúdos. A iniciativa se manteria em debate por mais uma Reunião de Altos Delegados (UNASUR, 2011f); entretanto, não mais seria mencionada no âmbito do Conselho Sul-americano de CT&I. A difusão e popularização da ciência, tecnologia e inovação ainda constaria no Plano de Ação para o biênio de 2016-2017, mas sem resultado registrado (UNASUR, 2016d).

As poucas menções às estratégias para a difusão e popularização da ciência, da tecnologia e da inovação se configuram como incoerências em relação às perspectivas evidenciadas nos documentos diretivos da Unasul, bem como no Programa Marco da CT&I. A incoerência se agudiza se levado em consideração que as indústrias culturais e criativas se colocariam como elementos centrais das estratégias definidas como prioritárias no âmbito do Conselho Sul-americano de Cultura, e que haveria a determinação no próprio Programa Marco da CT&I para desenvolvimento de ações articuladas entre Conselhos autônomos (UNASUR, 2011l). Ou seja, na medida em que os processos de difusão e popularização da CT&I se utilizariam das indústrias culturais como elementos viabilizadores, e as indústrias culturais seriam elevadas à estratégia principal para a produção, circulação e consumo de bens simbólicos e culturais no âmbito dos órgãos especializados em Cultura da Unasul, haveria de se imaginar que seriam prospectados mecanismos de produção de conteúdos capazes de, ao mesmo tempo, contribuir para a difusão e popularização da ciência e para o fortalecimento da cadeia produtiva das indústrias culturais.

Considerando o déficit histórico sul-americano em matéria de apropriação dos conhecimentos decorrentes dos processos de inovação científica e tecnológica, e a emergência

de fortalecimento da intelectualidade difusa no âmbito regional como estratégia para geração de capital imaterial, haveria de se supor uma atuação mais contundente do colegiado.

3.2.3.7 Ações de inclusão social

O sétimo, e último, direcionamento constante no Programa Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação refere-se à identificação de ações e instituições orientadas à inclusão social no âmbito sul-americano (UNASUR, 2011l). Estreitamente ligado às perspectivas defendidas pelo primeiro direcionamento[120] do Programa, parte-se do princípio de que o desenvolvimento científico e tecnológico teria capacidade de empreender processos de inclusão social, sobretudo em função da capacidade do capital imaterial produzir condições de geração de emprego e renda.

A temática esteve presente no período de operação do Plano de Ação para o biênio 2010-2011. Por se tratar das primeiras iniciativas do Grupo de Trabalho Especializado em CT&I, a ação específica se referiria à consolidação de um marco conceitual sobre inovação e inclusão social capaz de balizar as ações conjuntas no âmbito regional – para além das definições empreendidas pelo Programa Marco da CT&I, que possuiriam um caráter generalista. Nesse sentido, advogava-se pela reunião das experiências sul-americanas a respeito da institucionalidade e das melhores práticas adotadas sobre o tema da inclusão social, em sua interface com a Ciência, a Tecnologia e a Inovação (UNASUR, 2011e). A temática se manteria em voga por mais duas reuniões de Altos Delegados, conforme os registros da Ata da I Reunião; o objetivo do levantamento era o de que essas informações representariam insumos para o desenho de um Programa de Inclusão Social da Unasul (UNASUR, 2011e). A temática seguiu fomentada nas reuniões de Altos Delegados de 2011, sempre enfatizando a emergência e a potencialidade da elaboração de um Marco conceitual da Unasul para inclusão a partir da CT&I (UNASUR, 2011f).

O mesmo ocorreria no Plano de Ação para o biênio 2013-2014, quando ficaria definida a necessidade de desenvolvimento de um Programa sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação aplicadas à inclusão e à inovação (UNASUR, 2012c). Porém, da mesma forma, em ambos Planos de Ação, não haveria descrições pormenorizadas e nem registros de resultados palpáveis da iniciativa.

---

[120] Subitem 3.2.3.1, que versa sobre a necessidade de identificação das instituições científicas, em diferentes áreas do conhecimento, e das instituições focadas na inclusão social na região.

Apesar de não estar no escopo deste estudo, vale frisar que o Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação empreenderia um programa de sucesso no âmbito da inclusão social. Trata-se do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, que seria desenvolvimento de forma bastante efetiva, com envolvimento dos países-membros. Entretanto, não interessa à presente análise.

3.3 Considerações finais

3.3.1 A Agenda da Unasul: a centralidade das indústrias culturais e da propriedade intelectual

Realizadas as análises acerca das ações empreendidas pelos colegiados especializados nos âmbitos da Educação, da Cultura e da Ciência, Tecnologia e Inovação, cabe agora resgatar as premissas, orientações e direcionamentos estabelecidos pelo Tratado Constitutivo da Unasul e pelos Estatutos dos Conselhos Autônomos, e descritos no subitem "3.1.8", de modo que seja possível empreender a definição dos principais temas e estratégias que se consolidariam como políticas permanentes na agenda sul-americana para produção de conteúdos digitais. Neste contexto, a apresentação das considerações segue a sequência dos aspectos prioritários de atenção às políticas de comunicação para produção de conteúdos digitais evidenciados ao longo do item "3.1".

Entretanto, antes de pormenorizar as estratégias observadas, cabe uma afirmação importante, qual seja, o fato de que os Planos de Ação e as atividades desenvolvidas no âmbito dos colegiados especializados analisados assumem as indústrias culturais como elementos centrais dos processos de desenvolvimento sul-americanos. Trata-se, portanto, do primeiro achado deste estudo. Ou seja, a despeito do posicionamento tímido dos documentos diretivos da Unasul, as ações empreendidas nos colegiados especializados iriam muito além, atribuindo às indústrias culturais papel central nos processos de desenvolvimento, principalmente no campo da Cultura, mas que se estende aos espaços dedicados às políticas relativas aos sistemas de educação e da CT&I.

Também importante, e se configura como outro achado interessante, é o fato de que os debates e ações empreendidos não fariam distinção entre o que seriam as indústrias culturais e o que seria o setor de conteúdos digitais midiáticos. Na verdade, em razão do resultado das análises realizadas, considera-se que as menções acerca dos investimentos e regulações relativas às indústrias culturais estariam diretamente ligadas à questão dos conteúdos digitais multimídias e, por isso, partir-se-ia do princípio da existência de uma agenda permanente sobre a cadeia produtiva do setor. Portanto, a esta altura, a pesquisa afirma que a Unasul estabelece uma agenda conceitual e programática acerca da produção de conteúdos digitais – perspectiva que se apoia, principalmente, em atividades desenvolvidas no âmbito do Conselho Sul-americano de Cultura, mas também observadas de forma indireta nas atividades desenvolvidas no âmbito dos Conselhos de Educação e de CT&I.

No âmbito do Conselho Sul-americano de Cultura, essas afirmações se sustentam nas deliberações emergidas de dois eventos, em especial: “II Foro de Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região” e a Reunião sobre Conteúdos Culturais para Televisão (que em alguns documentos apareceria como “II Foro sobre Conteúdos Culturais para televisão”). Nessas duas oportunidades, que nortearam as atividades do colegiado ao longo dos anos analisados, as indústrias culturais apareceriam como mecanismo privilegiado para promoção de benefícios socioeconômicos e culturais, entre os quais: resgate, preservação e fomento à memória cultural; difusão e circulação de bens simbólicos e culturais; ferramenta para a apropriação do conhecimento; estratégia para geração de riquezas, superação das assimetrias e desenvolvimento orgânico regional; além de instrumento para a integração regional.

No que compete aos conteúdos digitais midiáticos, a afirmação decorre da adoção do investimento na conformação de um sistema de televisão digital terrestre como estratégia para fomento às indústrias culturais. Isso porque, como discutido no subitem “3.2.2.1.2”, além do foco no sistema de televisão digital, ainda estava no rol de atenções das atividades do Conselho o fomento ao setor de produção de conteúdos para veiculação nos canais televisivos digitais, demonstrando a compreensão ampliada da cadeia produtiva, caminhando para o entendimento acerca de um conjunto de possibilidades de produção multimídia e convergente que iriam além das emissoras televisivas – embora as satisfizessem. Nesse sentido, tem-se outro achado relevante, qual seja, a televisão digital terrestre seria a aposta da Unasul para promoção das indústrias culturais, ampliação da circulação de bens simbólicos e culturais e resgate e fomento à memória cultural. Na verdade, seria a conformação de um sistema regional de televisão digital, sobretudo composto por emissoras públicas e comunitárias, a aposta da Unasul para ampliação dos fluxos comunicativos culturais.

A centralidade das indústrias culturais e da produção de conteúdos digitais também está presente nos demais colegiados especializados analisados, embora os focos estivessem nas possibilidades de concepção de conteúdos para os processos de formação educacional e para a popularização da ciência. Porém, o fato de possuírem esse objetivo não diminui ou desabona a produção das indústrias culturais, mas as diversifica, orientando para novas possibilidades de investimento e ampliação da compreensão sobre a própria cadeia produtiva do setor.

Assumindo que a Unasul atribuiria centralidade às indústrias culturais, abarcando o setor de produção de conteúdos digitais, é possível verificar os demais aspectos de atenção às políticas para o setor no contexto do capitalismo cognitivo.

Em convergência com os direcionamentos delineados nos documentos diretivos institucionais, pode-se afirmar que o período analisado foi de rica agenda no âmbito da integração regional com foco nas indústrias culturais. Isso porque, além dos eventos que definiriam a centralidade das indústrias culturais como política de desenvolvimento, outras oportunidades de aproximação entre atores produtivos seriam promovidas – como é do caso Mercado de Indústrias Culturais do Sul (MicSur), evento cujo objetivo seria o de promover um espaço de intercâmbio de conhecimento, produtos e serviços culturais e criativos no âmbito dos países da Unasul, e que se manteria como legado do trabalho da Unasul.

Para além dos projetos e propostas, a própria atuação dos colegiados especializados da Unasul confirmaria e avançaria nas perspectivas constantes no Tratado Constitutivo e nos estatutos dos Conselhos Autônomos, no que se refere à necessidade de articulação conjunta de objetivos de desenvolvimento. Isso porque, em todos os momentos de atuação dos Conselhos, os documentos analisados registram construções colaborativas e estratégias que buscaram a aproximação entre os atores produtivos, organismos de pesquisa e inovação, organizações da sociedade civil organizada e representações de classe, bem como instituições governamentais e iniciativa privada. Essa perspectiva se aplicaria desde as atividades e ações específicas, materializadas por meio de projetos, até na composição de instrumentos e mecanismos de medição das capacidades regionais. Ou seja, além de os Planos de Ação previrem projetos que tiveram a participação dos países-membros no processo de decisão, também previram a atuação colaborativa para implementação e evidenciaram a necessidade de compartilhamento dos resultados.

No âmbito das indústrias culturais, também há que se sobrelevar a busca pela aproximação entre a Unasul e os demais organismos de cooperação multilateral – com destaque ao Mercosul, à CAN e à Celac. Isso se mostra verdadeiro quando da verificação das tentativas de aproximação entre agendas da Unasul e do Mercosul, por meio da articulação à agenda da "Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul" (Recam-Mercosul), ou da busca pela integração entre os setores de produção de audiovisual da Unasul e o projeto Plataforma Digital "Retina Latina" – que reúne a produção audiovisual de seis países latino-americanos, dos quais cinco fariam parte da Unasul, em plataforma pública e gratuita de vídeo por demanda, mas que também não seria concretizada.

Também relevante é a percepção de que o início do trabalho dos colegiados especializados analisados, independentemente do setor de atuação, partiu de atividades de diagnóstico e projeções de desafios e oportunidades, por meio de compilação e organização de inventários legais e normativos, de dados de mercado, de condições de produção, de

desenvolvimento científico, das características dos sistemas educativos e de CT&I, dos sistemas de certificação profissional etc. Isso demonstra, de um lado, que a compreensão das realidades locais e regional se colocou como fator preponderante à consolidação de políticas e estratégias de desenvolvimento, inclusive no âmbito das indústrias culturais; e, de outro, que a Unasul projetaria sua atuação para além dos mandatos das presidências Pro-Tempore, já que privilegiaria a composição de um terreno sólido para prospecções de nichos e direcionamentos de atuação. Portanto, há que considerar o fato de que houve um trabalho de inteligência estratégica para desenvolvimento de ações e objetivos comuns, que sustentaria a elaboração de políticas comuns para o desenvolvimento.

Já no âmbito das exigências de resgate e fomento à preservação da memória cultural e gestão do conhecimento, elevadas à condição de elemento constituinte das políticas de comunicação para produção de conteúdos digitais pela fundamentação teórica desta investigação e adotadas como premissas pelos documentos diretivos da Unasul, as atividades previstas nos Planos de Ação dos colegiados especializados dariam bastante ênfase. Entre as iniciativas destacadas estiveram levantamentos e trabalhos de sistematização dos conhecimentos ancestrais e daqueles advindos de inovações científicas, bem como recopilações acerca das culturas indígenas da região. Também estiveram na pauta ações para construção de inventários dos Patrimônios imateriais, naturais e culturais – notadamente, iniciativas que contribuiriam para a construção da inteligência coletiva ou difusa sul-americana e para a consolidação de uma identidade e cidadania sul-americanas.

No que concernem às indústrias culturais, os Planos de Ação atribuiriam relevância à viabilização do objetivo de resgate à memória cultural e gestão do conhecimento em função de seu potencial em duas direções. A primeira se refere à ampliação da circulação de bens culturais e simbólicos tradicionais no espectro midiático; o segundo aponta para as indústrias culturais como instrumentos para a apropriação social e popularização da CT&I, com orientação notadamente de caráter educacional. Esse potencial seria ampliado na medida em que as ações empreendidas pelos colegiados especializados da Unasul ensejariam a expectativa de conformação de um sistema regional de emissoras públicas nacionais, intergovernamentais e comunitárias, por meio do qual seria possível a presença e a capacidade de diversificação das representações culturais nos espaços de exposição, sem a dependência dos espaços comerciais hegemônicos de veiculação midiática. Também reforçariam essa perspectiva os debates e tentativas de viabilização de espaços alternativos de distribuição de conteúdos digitais, como seriam os casos do “Banco Audiovisual de Conteúdos”, baseados nas experiências argentinas, mas que não sairia do campo do planejamento, ou da proposta de

adoção e ampliação do projeto colombiano do “Programa Ondas”, focado na apropriação social do conhecimento, dirigido ao público infanto-juvenil – que também não sairia do âmbito do planejamento.

Também estariam contemplados no âmbito das indústrias culturais os setores de negócio que articulam a produção de bens culturais imateriais midiáticos com outras atividades culturais, como aquelas ligadas às artes, ao esporte e ao turismo – que, por sua vez, representariam estratégias de fomento ao patrimônio natural e cultural, bem como a circulação de bens simbólicos e representações. A afirmação é possível a partir do investimento no projeto Expreso Sur, que apesar de ter um caráter de ação isolada, enfatizou aspectos relacionados ao audiovisual em articulação com o turismo regional.

Na verdade, essas estratégias parecem buscar o enfrentamento do problema histórico da concentração da produção cultural midiática sul-americana, seja no âmbito televisivo ou cinematográfico, que registraria hegemonia da circulação de produtos culturais estrangeiros, cujos conteúdos não refletiriam as culturas locais e regionais, bem como não geraria fomento à cadeia produtiva das indústrias culturais da região. Pelo contrário, tenderia ao sufocamento da produção local e regional. O mesmo ocorreria em relação aos conteúdos para a difusão e popularização da ciência, que também refletiriam os modelos de concentração dos bens culturais para entretenimento e, por isso, não contribuiriam ou contribuiriam de forma restrita à apropriação do conhecimento contextualizado às necessidades locais e regionais.

Interessante notar que, sob o ponto de vista da regulação dos direitos culturais, as diretrizes e as ações da Unasul apontariam para o fomento à diversificação do setor de produção midiática das indústrias culturais, sem a orientação ou apresentação de estratégias restritivas em relação às produções estrangeiras. O que se percebe é um direcionamento para a promoção e fortalecimento das produções regionais, com foco nos saberes e tradições locais. Trata-se de um posicionamento pouco combativo em relação aos tratados internacionais de livre comércio e fluxo informativo, já que não se consolidaria em formas de protecionismo, mas de estímulo e indução do setor por meio do fomento aos processos alternativos de produção, distribuição e consumo de bens culturais e simbólicos.

Aliás, essa seria a premissa das perspectivas de regulação dos direitos culturais e de propriedade intelectual estabelecida a partir das ações e estratégias dos colegiados especializados. Como evidenciado no subitem “3.1.8”, os documentos diretivos da Unasul empreenderiam seus direcionamentos em quatro pilares fundamentais: a) acesso aos conhecimentos, saberes e tecnologias ancestrais e tradicionais dos povos sul-americanos, assim como e em articulação àquelas técnicas e tecnologias decorrentes dos processos

endógenos de inovação científica e tecnológica; b) proteção e combate ao tráfico ilícito do patrimônio natural e cultural, imaterial e simbólico, dos povos tradicionais sul-americanos; c) inovação cientifica e tecnológica endógena capaz de gerar direitos de propriedade intelectual e reposicionar a região na nova Divisão Internacional do Trabalho; d) respeito aos direitos de propriedade intelectual e às informações reconhecidamente reservadas, por meio do cumprimento dos protocolos internacionais sobre propriedade intelectual.

A partir, exclusivamente, das orientações contidas nos documentos diretivos, considerar-se-ia que a Unasul estabeleceria uma estratégia de ingresso e manutenção do sistema de acumulação internacional estabelecido no contexto do capitalismo cognitivo. Ainda que o foco na valorização e inclusão das identidades e dos saberes tradicionais e ancestrais da região conduzisse a uma forma alternativa de desenvolvimento, teoricamente, mais adequada às condições e realidades culturalmente sincréticas da América do Sul, não apresentaria estratégias ou orientações para enfrentamento das contradições entre necessidade de ampliação do acesso aos conhecimentos e as relações de privatização do saber e do capital imaterial em geral. Porém, no plano discursivo, essas temáticas teriam avançado de maneira significativa, principalmente a partir dos II Foro de "Direitos Culturais e mecanismos transversais compartilhados na região" e do Foro de "Gestão do conhecimento no Marco da Integração Regional: desafios e alcances" – realizados nos âmbitos dos Conselhos de Cultura e de CT&I, respectivamente.

Do Conselho Sul-americano de Cultura emergiria a definição acerca do próprio conceito de direitos culturais e sua aplicabilidade, que representaria avanço, principalmente, em relação ao primeiro e segundo pilares estabelecidos pelos documentos diretivos da Unasul. Neste contexto, nortearia as ações da Unasul uma definição consensuada de Direitos Culturais, segundo a qual seriam considerados como direitos fundamentais e irrenunciáveis, capazes de garantir o desenvolvimento dos seres humanos e dos povos no exercício de suas liberdades para construção de sua própria identidade, memória social, conhecimentos e saberes que simbolizam e criam sentidos de vida. Como evidenciado no subitem "3.2.2.1.1", isso reforçaria o argumento pela necessidade de os processos de integração na América do Sul serem realizados a partir da Cultura – seja como conjunto de conhecimentos e saberes ancestrais ou fruto de inovação científica e tecnológica ideais à projeção de um desenvolvimento sustentável à região, seja como insumo produtivo capaz de gerar direitos de autor e de propriedade intelectual, ou ainda com elementos de fomento e consolidação de uma cidadania e de uma identidade sul-americana. No âmbito das indústrias culturais, a aplicação do conceito de Direitos Culturais se daria em quatro micro-esferas: 'propriedade intelectual',

‘produção e circulação de bens e serviços’, ‘acesso aos bens e serviços culturais’ e ‘promoção e proteção’. Portanto, considera-se que o Direito Cultural envolveria toda a cadeia produtiva das indústrias culturais – do produtor ao consumidor, passando pelos espaços de veiculação e as relações de propriedade envolvidas nesse processo. Nesse sentido, e em consonância com a literatura que sustenta o presente estudo, a Unasul consideraria a centralidade da problemática da propriedade intelectual sobre a cadeia produtiva das indústrias culturais e das preocupações relativas às assimetrias na produção e circulação de bens simbólicos, materializadas a partir de fenômenos como o da concentração, ao acesso aos bens e serviços culturais, ou ainda à promoção e proteção de todas as formas de expressões culturais.

No mesmo sentido se deu o debate sobre Direitos Culturais relacionados aos processos de inovação cientifica e tecnológica endógena, e sua capacidade de gerar direitos de propriedade intelectual e reposicionar a região na nova Divisão Internacional do Trabalho. Tendo como palco os colegiados especializados em CT&I, a centralidade dos direitos de propriedade intelectual seria reconhecida como elemento fundamental dos processos de desenvolvimento sul-americanos – assim como o foi no âmbito das indústrias culturais –, bem como acordada a estratégia de conformação de um espaço de compartilhamento de pesquisa. E esse seria outro achado importante deste trabalho. Ou seja, a percepção e a propensão da Unasul pela construção de um espaço de compartilhamento de inovações científicas e tecnológicas que não estivessem sob as amarras dos direitos de propriedade intelectual internacional. Assim, a ideia de integração sul-americana seria vitaminada no sentido do estabelecimento de processos conjuntos de desenvolvimento a partir dos insumos primários mais valiosos no âmbito do capitalismo cognitivo. Também importante é a identificação da orientação para que os países da Unasul em melhores condições de desenvolvimento tecnológico e científico assumissem o protagonismo na transferência de inovações científicas e tecnológicas necessárias ao desenvolvimento orgânico da região. E nesse sentido, cabe salientar, embora não apresente estratégias de enfrentamento às prerrogativas do direito à propriedade intelectual apregoado pelo Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (BRASIL, 1994), estimular-se-ia a concertação política no sentido da consolidação de regimes especiais de cessão de direitos de propriedades intelectuais e de autor, como previsto pelo próprio Protocolo Internacional. Trata-se, portanto, de um direcionamento político de enfrentamento à questão da propriedade intelectual e materialização de estratégias de integração para o setor. Em última instância, essas perspectivas indicariam a propensão à elaboração de um modelo de desenvolvimento mais alinhado às necessidades regionais – conforme a literatura ciespalina defende.

Embora os debates relativos à propriedade intelectual realizados no âmbito dos colegiados especializados em CT&I não tivessem como foco as indústrias culturais, há que se considerar que o próprio estímulo ao setor de inovação poderia contribuir para conformação de um círculo virtuoso em torno da ciência e da tecnologia, que impactaria, pelo menos indiretamente, no setor foco desta invstigação. Além disso, vale lembrar que, no âmbito dos colegiados de Cultura, também seria aventada a possibilidade de desenvolvimento de investigações conjuntas e co-produções no âmbito do Centro de Produção e Investigação Audiovisual da Argentina – o que aproximaria a questão da propriedade intelectual sobre as inovações e sobre as produções simbólicas e culturais. Também relevante é que estiveram presentes ao longo do período de análise menções acerca da possibilidade de conformação de áreas de livre circulação de produtos cinematográficos e cessão de direitos autorais às obras decorrentes do projeto Expreso Sur – mas que, em ambos os casos, não sairiam do papel.

Apesar disso, as orientações acerca das articulações em torno dos direitos de propriedade intelectual sobre inovações científicas e tecnológicas, bem como sobre direitos de autor em produções culturais, impactariam diretamente no âmbito das políticas industriais e desenvolvimento tecnológico comum para a cadeia produtiva dos conteúdos digitais – outra prerrogativa das políticas de comunicação no contexto do capitalismo cognitivo. Isso porque, o investimento no desenvolvimento de recursos humanos capazes de atuar na produção de ciência, tecnologia e inovação focados na cadeia produtiva dos conteúdos digitais seria determinante para a modificação das condições de produção do setor.

Sobre esse aspecto, os documentos diretivos da Unasul enfatizam a premissa de atuação da Unasul no fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico endógeno e colaborativo, com ênfase nos processos de intercâmbios e transferências de saberes e conhecimentos, bem como o investimento em áreas que contribuiriam para a consolidação de um Estado de Bem-estar social – como cultura, educação, saúde etc. Entretanto, no âmbito das ações e projetos relacionados às indústrias culturais, pouco se registraria de concreto. Isso porque, todas as iniciativas de mobilidade laboral e acadêmica e transferência de conhecimentos não sairiam do campo do planejamento – conforme os documentos analisados. Também não foi viabilizada a ampliação regional do Centro de Produção e Investigação Audiovisual da Argentina para desenvolvimento de pesquisas conjuntas na área. No mesmo sentido, outra proposta seria a de sistematização das necessidades e oportunidades de ofertas de cursos de curta duração para formação de quadros para desenvolvimento de conteúdos culturais para televisão – proposta emergida do Seminário sobre Conteúdos Culturais –, que também não teria sua viabilização registrada.

Em relação à necessidade de promoção de novos arranjos produtivos, clusters, e condições adequadas à viabilização de uma economia imaterial – como levantado pela literatura que sustenta esta investigação –, também seriam poucas as ações concretas observadas. Na verdade, a esse respeito, apenas seriam possíveis inferências sobre pretensões de investimentos. Isso porque, se considerado o fato de que os documentos diretivos assumiriam o discurso da atenção às atividades relativas à economia criativa, então haveria foco nas novas organizações produtivas e laborais emergentes no capitalismo cognitivo, levando em consideração que a economia e as indústrias criativas se caracterizariam por atividades de produção e gestão de bens culturais e simbólicos, conformados em redes de trabalho, com reaproximação entre trabalhador e produto cultural. Entretanto, ao longo do estudo, apenas um documento mencionaria a possibilidade de conformação de parques ou arranjos produtivos; e, nesse caso, o debate nem sequer estaria focado na composição de uma nova organização de produtiva, mas na possibilidade de articulação entre países e setores para aquisição de equipamentos em situação de vantagem.

Reforça-se, então, o fato de que os documentos diretivos oficiais não apresentam orientações específicas para enfrentar o processo de reorganização da estrutura de produção e divisão internacional do trabalho decorrente das características do processo de acumulação de capital do capitalismo cognitivo. Apesar disso, frisa-se, há uma ampla compreensão sobre a centralidade do desenvolvimento científico e tecnológico para o desenvolvimento, bem como da formação do talento humano; entretanto, cabe enfatizar, trata-se de uma perspectiva comum para todos os projetos de desenvolvimento, em quaisquer das fases do capitalismo.

No âmbito das relações de trabalho e organização do capital simbólico no contexto das redes digitais e do capitalismo cognitivo, é possível apontar alguns momentos em que se identificaram ações específicas que contribuiriam, de um lado, ao fomento à capacidade de conformação de capital vivo como insumo produtivo e aspecto fundamental de produção de capital e, de outro, à inclusão produtiva e social das populações sul-americanas no contexto das redes digitalizadas nos setores específicos da produção de conteúdos digitais. Especificamente no âmbito dos colegiados de Educação, há forte ênfase na aproximação dos sistemas educacionais e o mundo do trabalho, bem como a orientação para permanência do sujeito nos processos educativos ao longo da vida. Já no âmbito do colegiado de CT&I, principalmente a partir do Programa Marco da CT&I, destacou-se como direcionamento de ação a atuação do órgão na busca por possibilidades de inclusão social por meio da Ciência, da Tecnologia e da Inovação; e isso, certamente, representaria uma estratégia ou possibilidade de fortalecimento à conformação da força de trabalho alicerçada em capital vivo. E, nessa

seara, a cadeia produtiva dos conteúdos digitais, ou amplamente as indústrias culturais, poderiam exercer grande contribuição.

Novamente, e confirmando a omissão das orientações da Unasul a respeito do jornalismo, nenhum documento de registro das atividades dos colegiados especializados analisados mencionaria a atividade, independentemente da intencionalidade – circulação de informações regionais, ampliação dos fluxos comunicativos e espaços de deliberação pública, fortalecimento das identidades locais, ampliação dos espaços comunitários de emissão de informações, estratégia para integração regional etc. Não é possível, por meio desta pesquisa, estabelecer os motivos pelos quais o jornalismo seria preterido como componente do conjunto das indústrias culturais ou como espaço capaz de ampliar o fluxo comunicativo, simbólico e cultural. Entretanto, essa descoberta enseja e instrumentaliza as futuras pesquisas na área, da mesma forma como as demais temáticas e elementos que compuseram a agenda política do Unasul no âmbito da produção de conteúdos digitais.

3.3.2 Resgatando as perspectivas de desenvolvimento no capitalismo cognitivo

Resgatando as três concepções gerais para desenvolvimento no âmbito do capitalismo cognitivo, a partir de Vercellone (2004), verifica-se interessante proximidade com os direcionamentos e tentativas de projetos e ações empreendidos no âmbito dos Conselhos Autônomos analisados da Unasul. Isso porque, se considerado que a primeira concepção geral estaria ligada à negação da visão dualista de oposição entre setores tradicionais e modernos, típica dos modelos desenvolvimentistas da ONU (1961) baseada em Rostow (1961), então as perspectivas e atividades desenvolvidas pela Unasul estariam em pleno acordo. Isso porque, em distintos momentos, é destacado o papel dos conhecimentos e saberes ancestrais nos diferentes campos de atuação – seja nos debates e ações relativos ao setor de Educação, de Cultura ou de CT&I.

Na verdade, o resgate da ancestralidade é aspecto central de toda a organização produtiva da Unasul. Inclusive, para esta pesquisa, o componente da diversidade cultural e da centralidade dos processos de gestão dos conhecimentos tradicionais e decorrentes de inovação científica e tecnológica, aliados à busca por formas alternativas de compartilhamento de direitos de propriedade intelectual, seria justamente o diferencial do modelo de desenvolvimento prospectado para a região. Portanto, alinhado à literatura que sustenta o presente estudo, haveria uma busca pela hibridização dos métodos e tecnologias,

inclusive no âmbito das indústrias culturais, incentivando novos valores de capital e insumos produtivos primários.

A mesma relação de proximidade seria estabelecida com a segunda concepção geral para o desenvolvimento no capitalismo cognitivo, em Vercellone (2004), que estaria no fomento à transferência do foco de matriz de produção – de um setor de produção de bens de consumo e de capital material para um setor imaterial e de serviços. Tendo-se em vista que os principais debates estariam vinculados à capacidade de avanço no âmbito das indústrias culturais e na promoção de inovações científicas e tecnológicas capazes de gerar direitos de autor e de propriedade intelectual, pode-se afirmar que a Unasul teria construído um escopo discursivo e programático condizente com uma estratégia de inserção não subalterna na nova Divisão Internacional do Trabalho. É verdade que Vercellone (2004) aponta que esse deslocamento de matriz produtiva estaria vinculado à capacidade de os Estados assegurarem o livre acesso ao saber e à consequente formação da intelectualidade difusa; também é verdade que os debates empreendidos no âmbito da Unasul não teriam enfrentado a problemática da privatização do saber. Porém, haveria um cenário de concertação acerca da possibilidade de flexibilidade e transferência dos conhecimentos e bens culturais detentores de direitos autorais e de propriedade intelectual, por meio de acordos de cooperação multilateral no âmbito regional que estariam previstos no Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (BRASIL, 1994) e, portanto, não implicariam na quebra dos protocolos internacionais dos quais os países-membros da Unasul seriam signatários. Nesse sentido, estaria em processo de gestação uma espécie de "engenharia do possível" acerca das relações de propriedade intelectual, a partir da qual os Estados sul-americanos teriam condições de empreender processos de desenvolvimento mais adequados – com a contribuição das indústrias culturais, e dos conteúdos digitais, na condição de componentes estratégicos de processos de desenvolvimento numa economia imaterial.

A terceira concepção geral do desenvolvimento no capitalismo cognitivo estaria baseada na negação da premissa do inevitável aprofundamento das desigualdades nas fases iniciais do desenvolvimento, em favor da acumulação (VERCELLONE, 2004) – também fundamento comum aos modelos desenvolvimentistas. Na verdade, numa economia dependente da criatividade, da diversidade cultural e do talento humano, a redução das desigualdades seria condição essencial à difusão dos saberes e ao impulsionamento de uma economia do conhecimento, já que haveria a atenuação da distinção tradicional entre 'bens de consumo e bens de capital'. Ou seja, na medida em que criatividade, diversidade cultural e talento humano se colocam como insumos produtivos primários, a ampliação das

desigualdades sociais de toda ordem impactaria diretamente na capacidade de produção imaterial das sociedades. Esse também seria um aspecto previsto na construção discursiva e programática da Unasul.

Entretanto, apesar de um alinhamento bastante acentuado entre os direcionamentos institucionais da Unasul e as perspectivas para o desenvolvimento no capitalismo cognitivo, também é fato que os documentos analisados ao longo da pesquisa não registrariam grande avanço nos setores relacionados às indústrias culturais e à produção de conteúdos, para além do aspecto discursivo e programático. Porém também há que se ponderar o fato de que os resultados de um projeto regional de desenvolvimento, independentemente da área de atuação, precisariam ser avaliados após um período maior de implementação. Isso porque, parte significativa das atividades necessárias para conformar as condições de efetivação e de inserção dos países-membros da Unasul no novo modelo produtivo e na Nova Divisão Internacional do Trabalho dependeria da solução de problemas estruturais históricos – como o baixo desenvolvimento humano, a redução das assimetrias locais e regionais, os déficits regionais em matéria de educação, cultural e CT&I; além, é claro, das questões infraestruturais, que não fizeram parte do escopo de análise.

Problemas estruturais em matéria de educação, cultura e CT&I são apontados como fatores limitantes da capacidade de desenvolvimento dos países historicamente subdesenvolvidos desde os primeiros projetos de enfrentamento das relações de dependência e de dominação, registrados a partir da atuação do Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA) e das teorizações emergidas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Na verdade, e endossando a defesa de Moreno-Gálvez (2016), ainda estariam longe de serem abandonadas as pautas da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC). No campo da comunicação, então, os processos de concentração no âmbito da produção, distribuição e consumo ainda se mostrariam bastantes presentes, apesar de os atores hegemônicos no cenário midiático terem se alterado.

Neste contexto, há que se reconhecer a existência de uma agenda da Unasul no âmbito das indústrias culturais e da produção de conteúdos digitais, alinhada às perspectivas de superação das condições de subdesenvolvimento e das assimetrias regionais, embora pouca ação prática tenha sido concretizada.

Ocorre que, diante dos elementos expostos, esta investigação considera a atuação da Unasul de maneira positiva, haja vista que haveria uma tendência à ampliação do debate sobre as questões relevantes ao paradigma do capitalismo cognitivo na sociedade sul-americana, à

influência das orientações pela centralidade das indústrias culturais e dos conteúdos digitais no âmbito dos ministérios nacionais especializados, ao fortalecimento das perspectivas de investimento nos setores de inovação científica e tecnológica, bem como à necessidade de construção de uma cidadania e uma identidade sul-americana. De fato, os direcionamentos e tentativas de projetos e ações desenvolvidos pela Unasul, a partir dos colegiados especializados analisados, denotariam preocupação com o caráter de mediação simbólica dos bens imateriais no modelo de acumulação do capitalismo contemporâneo. E, nesse sentido, considera-se que haveria um legado decorrente da atuação da Unasul no fomento ao setor.

3.3.3 Limites da investigação

É evidente que a pesquisa desenvolvida a partir de análise documental apresenta uma série de limitações e desafios. Para além dos benefícios evidenciados por Cellard (2008) acerca da reconstrução histórica e da depuração das intencionalidades registradas como oficiais pelo organismo multilateral objeto da investigação, a análise documental é refém da própria qualidade dos documentos disponibilizados. E, nesse aspecto, foi possível registrar, pelo menos, dois problemas centrais ao longo do trabalho de pesquisa.

O primeiro se refere à falta de qualidade dos registros documentais no âmbito da Unasul. Isso porque, na maioria dos casos, os documentos institucionais, como Atas e Informes de reuniões, apresentam um caráter reducionista dos debates empreendidos e das deliberações afirmadas. Nesse contexto, a presente investigação pouco teve acesso às discussões e aos argumentos apresentados pelos países-membros da Unasul para proposição ou retirada de projetos, programas ou ações. E, nesse sentido, a investigação registrou grande dificuldade para acompanhamento da implementação das ações.

Dessa forma, evidencia-se, parte-se do princípio de que esta pesquisa representa o resultado das análises do recorte possível dos acontecimentos e direcionamentos da Unasul no período. Isso porque, há que se ponderar a possibilidade de elementos importantes referentes às motivações para debates ou ações terem se perdido pela ineficiência dos processos de registro no próprio âmbito da Unasul.

A segunda dificuldade refere-se ao fato de que, para além da falta de qualidade dos registros documentais da Unasul, há grande ausência de registros de reuniões, encontros, videoconferências, planos de ação, estudos encomendados, inventários realizados, livros publicados etc. Nesse sentido, apesar de a pesquisa ter empreendido a análise cronológica dos documentos disponibilizados no repositório institucional da Unasul, bem como busca pontual

por materiais relacionados às atividades do órgão na internet, também trabalha com a possibilidade de que elementos importantes aos interesses deste estudo tenham se perdido.

Apesar disso, acredita-se, os resultados alcançados pelo estudo reflitam com fidelidade os direcionamentos institucionais e desenvolvimento das atividades da Unasul.

3.3.4 Lacunas e oportunidades para as próximas investigações

Todo processo de pesquisa implica no estabelecimento de objetivos bastante delineados, que orientam o trabalho do pesquisador. Nesse movimento, outros aspectos igualmente relevantes ao escopo investigativo ficam descobertos. E essa, talvez, seja a grande contribuição dos intentos e empreendimentos de investigação, ou seja, ensejar um volume cada vez maior de perguntas que alimentam o desenvolvimento científico e conduzem os futuros estudos.

O foco da presente pesquisa esteve na identificação e análise da agenda política dos colegiados especializados da Unasul no que concerne a produção de conteúdos digitais. Desse estudo, algumas conclusões importantes seriam traçadas, como a centralidade das indústrias culturais, a incorporação dos conteúdos digitais como elementos constituintes das indústrias culturais, a construção de uma agenda coerente com as perspectivas de desenvolvimento no capitalismo cognitivo no âmbito da Unasul, entre outros. Mas, é claro, esses achados evidenciam a necessidade de compreensão de outros aspectos que ficariam sem resposta; e, na verdade, sem que fosse empreendida a presente pesquisa, esses temas ou dúvidas não seriam evidenciados.

O presente estudo indica, neste contexto, duas possibilidades de avanço investigativo no âmbito da atuação dos colegiados da Unasul. A primeira se refere à busca pela compreensão acerca dos processos de distribuição das funções dos países-membros no conjunto de atividades elencadas como prioritárias nos Planos de Ação, já que seria possível perceber a hegemonia de alguns países em relação a determinados temas. A segunda aponta para a necessidade de investigação em relação à omissão da Unasul a respeito do fomento às atividades jornalísticas na região, a despeito de toda a história de atenção ao setor atribuída pelos diferentes documentos internacionais desde o pós-guerra.

4. Referências

4.1 Referências Bibliográficas

AVOGADRO, M. Internet: el medio de comunicación. In: ISLAS, O. (Org.). **Internet y la Sociedad de la Información** (Tomo I). Quito – Ecuador: Editorial Quipus, CIESPAL, 2005.

ARJONA, A.L.; CALDERÓN, A.L.. **Comunicación tendiente a consolidar el proceso de integración de Mercosur**. Quito: Ciespal/Unesco, 1998.

BELL, D. **El Advenimiento de la sociedad post-industrial**. Madri:Alianza Editorial, 1991.

BARBOSA FILHO, A. Conteúdos digitais, comunicação e inovação: ferramentas do desenvolvimento sustentável pra políticas públicas dos países emergentes. In: LUSTOSA, T.C. **Produção de conteúdo nacional para mídias digitais**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

BOLAÑO, C.R.S. **Campo aberto**: para a crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju: Edise, 2016.

BOLAÑO, C.R.S. **Capital, Estado, industria cultural**. 1993. 318f. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 1993. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285404. Acesso em: 30 mai. 2018.

BOLAÑO, C.R.S. Introducción. In: BOLAÑO, C.R.S. **Comunicación y la Crítica de la Economía Política**. Quito-Ecuador: Editorial Quipus/Ciespal, 2012.

BOLAÑO, C.R.S. La centralidad de la Economía Política de la Comunicación (EPC) en la construcción del campo académico de la comunicación: una contribución crítica In: BOLAÑO, C.R.S. **Comunicación y la Crítica de la Economía Política**. Quito-Ecuador: Editorial Quipus/Ciespal, 2012.

BRASIL. Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. **Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT**. Anexo IC: Acordo sobre os aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (ADPIC). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1355.htm. Acesso em: 31 mar. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Economia política da desgovernança global. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 463-486, Set. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612007000300001&lng=en&nrm =iso. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **As duas fases da história e as fases do capitalismo**. Textos para discussão 278. São Paulo: FGV-EESP, 2011. Disponível em:

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8081/TD%20278%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Modernidade Neoliberal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n 84, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n84/05.pdf. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRITTOS, V.C. La Economía Política de la Comunicación en Brasil en perspectiva histórica. In: BOLAÑO, C.R.S. **Comunicación y la Crítica de la Economía Política**. Quito-Ecuador: Editorial Quipus/Ciespal, 2012.

BRUCKMANN, M.; RODRIGUEZ ARAQUE, A; SANTOS, T. (Orgs.). **Ciencia, tecnología, innovación e industrialización en América del Sur**: Hacia una estrategia regional. Quito-Ecuador: Unasur, 2014. Disponível em: https://www.alainet.org/images/UNASUR_ciencia%20y%20tecnologi%C2%A6%C3%BCa.pdf. Acesso em: 11 jan. 2019.

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org**.). Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Cepal, 2000.

CARVALHO, J.M. **Cidadania Digital**: Um estudo do programa brasileiro para a sociedade da informação. 2005. 341 f. Tese de doutorado. – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2005.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al*. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

CIESPAL. Informe Final. **Enseñanza de periodismo y medios de información colectiva**. Quito-Ecuador: Ciespal, 1965.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO (CNUCED-ONU). **Declaração Ministerial na ocasião do 40° aniversário do Grupo dos 77**. 2004. Disponível em: https://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/3_D_2004_Conferencia_%20Desenvolvimento.pdf. Acesso em: 28 ago. 2018.

CUNHA, P.R.F. **American way of life**: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950. 2017. 249f. Tese de Doutorado – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2017.

DELICH, V. Prologo. In: BUSANICHE, B. **Propiedad intelectual y derechos humanos**: hacia un sistema de derechos de autor que promueva los derechos culturales. Temperley: Tren en Movimiento, 2016.

ECHAVARRÍA, J.M. Considerações sociológicas sobre o desenvolvimento econômico da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Cepal, 2000.

FÉLIX, C.B. Orígenes del concepto sociedad de la información. In: ISLAS, O. (2005). **Internet y la Sociedad de la Información** (Tomo I). Quito – Ecuador: Editorial Quipus/Ciespal, 2005.

FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Cepal, 2000.

GALLEGOS, R. R. Ecuador: paraíso del (bio)conocimiento abierto y común para el Buen Vivir. In: BRUCKMANN, M.; RODRIGUEZ ARAQUE, A; SANTOS, T. (Orgs.). **Ciencia, tecnología, innovación e industrialización en América del Sur**: Hacia una estrategia regional. Quito-Ecuador: Unasur, 2014. Disponível em: https://www.alainet.org/images/UNASUR_ciencia%20y%20tecnologi%C2%A6%C3%BCa.pdf. Acesso em: 11 jan. 2019.

GARCÍA, A. Elementos para una teoría latinoamericana del desarrollo. **Revista Latinoamericana de Economia**. Universidade Nacional Autónoma de México, v. 5, n. 17, 1974. Disponível em: http://www.revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/44883. Acesso em: 30 mai. 2017.

GARCÍA, A. **Comunicación para la dependencia o para el desarrollo**. Colección Intiyan. Quito-Ecuador: Ciespal, 1980.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Tomo II: crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1992.

HAFFNER, J.A.H. A Cepal e a integração regional latino-americana. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, Editora da UFRGS, v. 20, n. 37, mar., 2002. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25304/000335613.pdf?sequence=1. Acesso em: 30 mai. 2018.

INCISA, L. Industrialização. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

ISLAS, O. Sociedad de la Información, Sociedad de la Ubicuidad. In: ISLAS, O. **Internet y la Sociedad de la Información** (Tomo I). Quito-Ecuador: Editorial Quipus/Ciespal, 2005.

JURADO VARGAS, R. **Reconstrucción de la demanda por el derecho humano a la comunicación**. Quito – Ecuador: Editorial Quipus/Ciespal, 2009.

KÜHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LERNER, D. La proporción: expectativa/logro. In: LERNER, D.; SEURIN, J.L.; RAEUKER, F.; ORDÓÑEZ, M. **La comunicación colectiva y el desarrollo cultural**. 1ª ed., Quito-Ecuador, Ciespal, 1972.

MACBRIDE, S. (Coord). **Uno solo mundo, vocês múltiples**. México: Unesco, 1980.

MALINOWSKI, B. **Una teoría científica de la cultura**. Madrid, Editorial Sarpe, 1984.

MARGLIN, S. Origens e funções do parcelamento das tarefas. **Rev. adm. Empres.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 07-23, Dec., 1978. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901978000400001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 ago.2018.

MARQUES DE MELO, J. Autocrítica para el rescate del NOMIC. **Chasqui: revista latino-americana de comunicación**. n. 41. 1992. Disponível em: https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/739/746. Acesso em: 28 ago. 2018.

MARQUES DE MELO, J. A recepção das idéias de Wilbur Schramm no Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 12-21, jan./jun. 2007. Disponível em: http://www.eca.usp.br/associa/alaic/revista/r6/art_01.pdf. Acesso em: 30 mai. 2018.

MARQUES DE MELO, J. MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. **Revista LOGOS 28**: Globalização e comunicação internacional. v. 15, 1º sem, 2008. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/28/03_josemarques.pdf. Acesso em: 30 mai. 2018.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTELART, A. Por una arqueología de la sociedad de la información. In: BOLAÑO, C.R.S. **Comunicación y la Crítica de la Economía Política**. Quito-Ecuador: Editorial Quipus/Ciespal, 2012.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **Historia de las teorías de la comunicación**. Barcelona, España: Paidós Comunicación, 1997.

MATTEUCCI, N. Direitos Humanos. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

MCLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP, 1972.

MENGOZZI, P. Proteção internacional dos Direitos Humanos. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

MORENO-GALVÉZ, F.J. A evolución del derecho a la comunicación ante la emergencia de la ciudadanía digital. **Revista Chasqui**, n. 132, Quito-Ecuador: Ciespal, 1973.

MOSCO, V. Economia Política da Comunicação: uma perspectiva Laboral. Comunicação e Sociedade 1. **Cadernos do Noroeste**, Serie Comunicação, v. 12, n. 1-2, 1999, p. 97-120.

ORDOÑEZ ANDRADE, M. Los problemas estructurales de la comunicación colectiva. In: CIESPAL. **Periodismo de Comunidad** - Incomunicación Social y Marginalidad. Quito-Ecuador: Ediciones Ciespal, 1974.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). **Carta delas Naciones Unidas**. 1945. Disponível em: https://nacoesunidas.org/docs/carta_da_onu.pdf. Acesso em: 01 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). **Declaración Universal de Derechos Humanos**. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/spn.pdf. Acesso em: 01 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 1515 (XV), de 15 de diciembre de 1960, **"Acción concertada en pro del desarrollo económico de los países economicamente poco desarrollados"**. 1960. Disponível em: https://undocs.org/es/A/RES/1515(XV). Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 1710 (XVI), de 19 de diciembre de 1961. **Decenio de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Programa de cooperación económica internacional**. Disponível em: https://undocs.org/es/A/RES/1710(XVI). Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 1803 (XVII), de 14 de diciembre de 1962, **"Soberania permanente sobre los recursos naturales"**. 1960. Disponível em: https://undocs.org/es/A/RES/1803(XVII). Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 2626 (XXV), de 24 de octubre de 1970. **Estrategia Internacional del Desarrollo para el Segundo Decenio de las Naciones Unidas para el Desarrollo**. 1970. Disponível em: https://undocs.org/es/A/RES/2626(XXV). Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 3201 (S-VI), de 1 de mayo de 1974. **Declaración sobre el establecimiento de un Nuevo Orden Económico Internacional (NOEI)**. 1974a. Disponível em: https://undocs.org/es/A/9559. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 3202 (S-VI). de 1 de mayo de 1974. **Programa de acción sobre el establecimiento de un Nuevo Orden Económico Internacional (NOEI)**. 1974b. Disponível em: https://undocs.org/es/A/9559. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 3281 (XXIX), de 12 de deciembre de 1974. **Carta de Derechos y Deberes Económicos de los Estados**. 1974c. Disponível em: https://undocs.org/es/A/RES/3281(XXIX). Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 3362 (S-VII), de 16 de septiembre de 1975. **Desarrollo y cooperación económica internacional**. 1976. Disponível em: https://undocs.org/es/A/10301. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 35/56, de 5 de diciembre de 1980. **Estrategia Internacional del desarrollo para el Tercer Decenio de las Naciones Unidas para el Desarrollo**. 1980. Disponível em: https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/397/59/IMG/NR039759.pdf?OpenElement. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 45 (III), de 18 de mayo de 1972. **Carta de derechos y deberes económicos de los Estados**. 1972. Disponível em: https://unctad.org/es/Docs/td180vol1_sp.pdf. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 45/199, de 21 de diciembre de 1990. **Estrategia Internacional del Desarrollo para el Cuarto Decenio de las Naciones Unidas para el Desarrollo**. 1990. Disponível em: https://undocs.org/es/A/RES/45/199. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 56/183, de 21 de diciembre de 2001. **Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información**. 2001. Disponível em: https://undocs.org/es/A/RES/56/183. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General**, 16a reunión, París, 12 de octubre-14 de noviembre de 1970, v. 1: Resoluciones. 1970a. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114046_spa. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Convención Sobre las Medidas que deben adoptarse para Prohibir e Impedir la Importación, la Exportación y la Transferencia de Propiedad Ilícita de Bienes Culturales" aprobada por la Conferencia General**, 16a reunión, París, 14 de noviembre de 1970. 1970b. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133378. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). Informe de la Reunión de Expertos sobre políticas y Planeamiento de la Comunicación. **Revista Chasqui**, n. 02, Quito-Ecuador: Ciespal, 1973.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General**, 18a reunión, París, 17 de octubre-23 de noviembre de 1974, v. 1: Resoluciones. 1974. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114046_spa. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Declaración de San José, adoptada por la Conferencia Intergubernamental sobre las Políticas de la Comunicación em América Latina**, San José de Costa Rica, julio de 1976. 1976a. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000047638_spa. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General**, 19a reunión, Nairobi, 26 de octubre-30 de noviembre de 1976, v. 1: Resoluciones. 1976b. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114038_spa. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General**, 20a reunión, París, 24 de octubre-28 de noviembre de 1978, v. 1: Resoluciones. 1978. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114032_spa. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General**, 21a reunión, Belgrado, 23 de septiembre-28 de octubre de 1980, v. 1: Resoluciones. 1980. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114029_spa. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General**, 22a reunión, París, 25 de octubre-26 de novembre de 1983, v. 1: Resoluciones. 1983. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000057611_spa. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General**, 23a reunión, Sofía, 8 de octubre-9 de noviembre de 1985, v. 1: Resoluciones. 1985. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000068427_spa. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General**, 24a reunión, París, 20 de octubre-20 de noviembre de 1987, v. 1: Resoluciones. 1987. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000076995_spa. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General**, 25a reunión, París, 17 de octubre-16 de noviembre de 1989, v. 1: Resoluciones. 1989. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000084696_spa. Acesso em: 28 ago. 2018.

OSTELLINO, P. Não-Alinhamento. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

PASQUINO, G. Modernização. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

PERUZZO, C.M.K. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: MONTEIRO NETO, A. (Org). **Sociedade, política e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014.

POCHMANN, M. Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho. **IE/Unicamp**, Campinas, 2000. Disponível em: http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF. Acesso em: 28 ago. 2018.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas**. Revista Brasileira de Economia**. Fundação Getulio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 1949. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767. Acesso em: 23 ago. 2018.

PREBISCH, R. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. In: CEPAL. **Raúl Prebisch**: un Aporte al Estudio de su Pensamiento. Santiago de Chile: CEPAL/Naciones Unidas, 1987.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Cepal, 2000.

REGONINI, G. Estado de bem-estar. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

RODRÍGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSTOW, W.W. **As etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
RUSCONI, G.E. Capitalismo. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

SALINAS MERUANE, P. Dimensión teórica epistemológica en la investigación cualitativa. In: SALINAS MERUANE, P.; Castro, M.C. **Métodos de investigación social**. Quito-Ecuador, Editorial Quipus/Ciespal, 2009.

SALLES, M.M. **O regionalismo desenvolvimentista sulamericano frente ao sistema multilateral de comércio**: uma análise jurídica do policy space pelas organizações de integração regional da América do Sul. 2012. Tese de Doutorado –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-19032014-100919/pt-br.php. Acesso em: 30 mai. 2018.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTANA, C.S. Notas sobre a história da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976). **História Social**, n. 17, 2009, p. 116-131. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/279/252&gt:. Acesso em: 30 out. 2018.

SCHENKEL, P. Introdución. In: SCHENKEL, P (Org.). **Políticas nacionales de comunicación**. Quito: Ciespal, 1981.

SCHRAMM, W.L. El desarrollo de las comunicaciones y el proceso de desarrollo. In: PYE, L.W. (comp.). **Evolución política y comunciación de masas**, Buenos Aires: Troquel, 1969. Disponível em: https://www.infoamerica.org/documentos_pdf/schramm_01.pdf. Acesso em: 30 ago. 2018.

SCHRAMM, W.L. **El papel de lá información en el desarrollo nacional**. Traducción y edición de Ciespal. Quito-Ecuador: Ciespal, 1967.

SIERRA CABALLERO, F. Capitalismo Cognitivo e Industrias Culturales. Una lectura critica desde el Sur. In: SIERRA CABALLERO, F. (Coord). **Capitalismo Cognitivo y Economía Social del Conocimiento**: La lucha por el Código. Quito-Ecuador: Ediciones Ciespal, 2016.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Pacto da Liga das Nações**. 1919. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html. Acesso em: 01 ago. 2018.

STOPPINO, M. Ideologia. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

STUART MILL, J. **Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela**. In: BENTHAM/STUART MILL, Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

STUMPF, I. R. C., Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

SUNKEL, O.; PAZ, P. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. México: Siglo XXI, 1970.

SUNKEL, O. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Cepal, 2000.

TORRICO VILLANUEVA, E.R. **Comunicación de las matrices a los enfoques**. Quito-Ecuador: Ciespal, 2010.

TRINDADE, A.A.C. As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional. **Revista Inf. legisl**. Brasília, v. 21 n. 81, jan./mar. 1984. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/186371/000406294.pdf. Acesso em: 30 mai. 2018.

ULLOA TAPIA, C. **Comunicación, cultura y desarrollo**. Quito-Ecuador: Editorial Quipus/Ciespal, 2007.

UNASUR. **Diversidades Culturales**: Pueblos Indígenas de Suramérica. Memoria técnica: Foro de Diversidades Culturales- Pueblos Indígenas de Suramérica, dentro del Proyecto del Atlas de la Diversidad Cultural- Pueblos Indígenas de Suramérica UNASUR. La Paz, Bolivia: Unasur/Ministério de Culturas y Turismo de Bolívia. 2017i. Disponível em: http://descolonizacion.gob.bo/descolon-pdf/unasur2017.pdf. Acesso em: 31 mar. 2019.

UNIÓN INTERNACIONAL DE TELECOMUNICACIONES (UIT). **Conferencia de Plenipotenciarios**. Kyoto, 19 de septiembre - 14 de octubre de 1994. Resoluciones. 1994. Disponível em: http://search.itu.int/history/HistoryDigitalCollectionDocLibrary/4.15.51.es.303.pdf. Acesso em: 01 ago. 2018.

UNIÓN INTERNACIONAL DE TELECOMUNICACIONES (UIT). **Conferencia de Plenipotenciarios**. Mnineápolis, 12 de octubre - 6 de noviembre de 1998. Resoluciones. 1998. Disponível em: http://search.itu.int/history/HistoryDigitalCollectionDocLibrary/4.16.51.es.303.pdf. Acesso em: 01 ago. 2018.

UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (UIT). **Documentos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação** [livro eletrônico]: Genebra 2003 e Túnis 2005 [traduzido por Marcelo Amorim Guimarães], São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernosCGIbr_DocumentosCMSI.pdf. Acesso em: 30 mai. 2017.

VERCELLONE, C. Capitalismo cognitivo y economía del conocimiento. Una perspectiva histórica y teórica. In: SIERRA CABALLERO, F.; MANIGLIO, F. (Coords). **Capitalismo Financiero y Comunicación**. Quito-Ecuador: Ediciones Ciespal, 2016.

VERCELLONE, C. Las políticas de desarrollo en tiempos del capitalismo cognitivo. In: MOULIER BOUTANG, Y.; CORSANI, A..; LAZZARATO, M. **Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

VILA-VIÑAS, D. Contradicciones en el Capitalismo Cognitivo: Oportunidades para a América Latina. In: SIERRA CABALLERO, F.; MANIGLIO, F. (Coords). **Capitalismo Financiero y Comunicación**. Quito-Ecuador: Ediciones Ciespal, 2016.

VITULLO, G. E. **Da 'sobrecarga de demandas' às 'democracias iliberais': a 40 anos do Relatório da Comissão Trilateral**. In: 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2015, Caxambu/MG. Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs, de 26 a 30 de outubro de 2015, em Caxambu - MG.. Caxambu: ANPOCS, 2015. p. 1-23.

WAINWRIGHT, H. **Uma resposta ao neoliberalismo**: argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

WOLKMER, A. C. Direito Comunitário, Globalização e Cidadania. **Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**. Publicação do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. v. 20, n. 38, 1999. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15508/14065. Acesso em: 01 mar. 2019.

4.2 Documentos Unasul

UNASUR. **Decisión sobre la Creación de la Comisión Estratégica de Reflexión sobre el Proceso de Integración Sudamericano**. Montevideo: Uruguai, 2005. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECISION_SOBRE_LA_CREACION_DE_LA_COMISION_ESTRATEGICA_DE_REFLEXION_SOBRE_EL_PROCESO_DE_INTEGRACION_SUDAMERICANO.pdf?noderef=72fe16d1-291a-4658-89e3-f80e1b4de61f. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR**. Documento final de la Comisión Estratégica de reflexión un nuevo modelo de integración de América del Sur hacia la Unión Sudamericana de Naciones**. Montevideo: Uruguai, 2006ª. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DOCUMENTO_FINAL_DE_LA_COMISION_ESTRATEGICA_DE_REFLEXION_UN_NUEVO_MODELO_DE_INTEGRACION_DE_AMERICA_DEL_SUR_HACIA_LA_UNION_SUDAMERICANA_DE_NACIONES.pdf?noderef=812632f4-f56f-4304-9152-0c865d404126. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Declaración de Cochabamba**. Colocando uma piedra fundamental para uma Unión Sudamericana. II Cumbre de Jefes de Estado de la Comunidad Sudamericana de Naciones. Cochabamba, Bolívia. 2006b. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECLARACION_DE_COCHABAMBA__COLOCANDO_LA_PIEDRA_FUNDAMENTAL_PARA_UNA_UNION_SUDAMERICANA.pdf?noderef=291f5cf3-5ad2-4a46-9c49-b94b68682505. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Integración educativa sudamericana**. Cochabamba, Bolívia. 2006c. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/INTEGRACION_EDUCATIVA_SUDAMERICANA.pdf?noderef=75cac881-1c22-4463-ba32-265030f26b3d. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la II Reunión del Grupo de Trabajo de Integración Educativa de la Unión de Naciones Suramericanas**. Lima, Perú. 2007a. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/SEGUNDA_REUNION_DEL_GRUPO_DE_TRABAJO_DE_INTEGRACION_EDUCATIVA_DE_LA_UNION_DE_NACIONES_SURAMERICANAS.pdf?noderef=b4d59a6f-7898-44b0-b0f0-fbdd5e2393aa. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Tratado Constitutivo**. Quito: Equador. 2008a. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/TRATADO_CONSTITUTIVO_DE_LA_UNION_DE_NACIONES_SURAMERICANAS_CON_FIRMAS_AUTOGRAFAS.pdf?noderef=527d5fd1-a049-43da-ac0b-52bc72930ea9. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Lineamientos para el Plan de Acción**. Brasília: Brasil. 2008b. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/LINEAMIENTOS_PARA_EL_PLAN_DE_ACCION_2008___2009_DE_UNASUR.pdf?noderef=d5e518b8-fabe-4a75-9fa5-e32a66eab53f. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la III Reunión Ordinaria del Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión de Naciones Suramericanas**. Quito: Ecuador. 2009a. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_TERCERA_REUNION_ORDINARIA_DEL_CONSEJO_DE_JEFAS_Y_JEFES_DE_ESTADO_Y_DE_GOBIERNO_DE_UNASUR.pdf?noderef=61953dff-5730-4edb-aaeb-3aafaec91676. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Decisión para la creación del Consejo Suramericano de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnologia e Innovación**. Quito: Ecuador. 2009b. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECISION_PARA_LA_CREACION_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION__CULTURA__CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION.pdf?noderef=d6436b7b-c847-468d-b687-7d7c3077e2db. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Decisión para la creación del Consejo Suramericano de Desarrollo Social**. Quito: Ecuador. 2009c. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECISION_PARA_LA_DECLARACION_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_DESARROLLO_SOCIAL.pdf?noderef=197069a7-688a-4b15-920b-f56f7529235a. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Decisión para la aprobación del estatuto del Consejo Suramericano de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología e Innovación (Coseccti)**. Los Cardales, Argentina. 2010a. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECISION_PARA_LA_APROBACION_DEL_ESTATUTO_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION__CULTURA__CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION_(COSECCTI).pdf?noderef=c229e40f-0438-4b4b-af16-0cda5b597ef6. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Primera Reunión de los delegados técnicos del Consejo Suramericano de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnologa e Innovación**. Quito, Equador. 2010b. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_PRIMERA_REUNION_DE_LOS_DELEGADOS_TECNICOS_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION__CULTURA__CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION_pdf.pdf?noderef=cdb00e2c-9e83-48a9-86d4-aa3e2566753b. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Primera Reunión de Ministros del Consejo Suramericano de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnologia e Innovación**. Quito, Equador. 2010c. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_PRIMERA_REUNION_DE_MINISTROS_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION__CULTURA__CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION_pdf.pdf?noderef=05b28ffe-3c30-4f86-810b-0199f78a89fa. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Primera Reunión de Ministros del Consejo Suramericano de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnologia e Innovación**. Quito, Equador. 2010d. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_PRIMERA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION__CULTURA__CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION_pdf.pdf?noderef=802845c2-dbc9-4f7a-ad2f-92363604fa82. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Declaración de las Ministras y Ministros de Educación del Consejo Suramericano de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnologia e Innovación**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2010e. Disponível em: <https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECLARACION_DE_LAS_MINISTRAS_Y_MINISTROS_DE_EDUCACION_DEL_CONSEJO_COSECCTI_pdf.pdf?noderef=6093b4a3-346e-4a6c-a86f-f7f33d9829e6>. Acesso em: 11 jan. 2019

UNASUR. **Declaración de las Ministras y Ministros de Educación del Consejo Suramericano de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnologia e Innovación**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2010f. Disponível em: <https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECLARACION_DE_LAS_MINISTRAS_Y_MINISTROS_DE_CULTURA_DEL__CONSEJO_COSECCTI_pdf.pdf?noderef=9be4559f-526b-4029-9b42-73497ba94195>. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Declaración de las Ministras y Ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação del Consejo Suramericano de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnologia e Innovación**. Ciudad Cardales, Argentina. 2010g. Disponível em: <https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECLARACION_DE_LOS_MINISTROS_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION_DEL__COSECCTI_pdf.pdf?noderef=80369ef0-c428-4128-ba7b-f49c2f0b12b7>. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Protocolo Adicional al Tratado Constitutivo de Unasur sobre compromiso com la democracia**. Quito: Equador. 2011. Disponível em: <https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/PROTOCOLO_ADICIONAL_AL_TRATADO_CONSTITUTIVO_DE_UNASUR_SOBRE_COMPROMISO_CON_LA_DEMOCRACIA.pdf?noderef=f999a061-e769-4712-8d22-72d808aead67>. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR**. Actas de Acuerdos y Compromisos de la V Videoconferencia del Grupo de Trabajo Especializado de Educación**. 2011a. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_REUNION_PRESENCIAL_DE_ALTOS_DELEGADOS_DEL_GRUPO_DE_TRABAJO_ESPECIALIZADO_DE_EDUCACION___GTEE_pdf.pdf?noderef=7b263dd4-236e-4c8a-a41c-0f409b80817b. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta del Primer Encuentro de las Instituiciones de Becas de Estudios de los Países Miembros de La Unión de Naciones Suramericanas (Unasur)**. Caracas, Venezuela. 2011b. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/PRIMER_ENCUENTRO_DE_LAS_INSTITUCIONES_DE_BECAS_DE_ESTUDIOS_DE_LOS_PAISES_MIEMBROS_DE_LA_UNASUR_pdf.pdf?noderef=095fea16-ad4f-4d73-be07-81a4981ae460. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR/MEC. **Unión de Nacionais Suramericanas/Ministério de Educación y Cultura de Uruguay**. Resúmen del Foro Regional sobre Derechos Culturales. Montevidéo, Uruguay. 2010. Disponível em: http://www.mec.gub.uy/innovaportal/v/5843/2/mecweb/resumen-foro-regional-sobre-derechos-culturales--coseccti---unasur-?parentid=253. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Reunión de Altos Delegados del Grupo de Trabajo Especializado de Cultura**. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. 2011c. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_DEL_GRUPO_DE_TRABAJO_ESPECIALIZADO_DE_CULTURA_pdf.pdf?noderef=7fd76ff7-249b-4816-93fb-e4ea53f3b73c. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Informe de Situación y Avance de la Hoja de Ruta 2010-2011 del GT de Ciencia, Tecnologia e Innovación del COSECCTI**. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. 2011d. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_REUNION_PRESENCIAL_DE_ALTOS_DELEGADOS_DEL_GRUPO_DE_TRABAJO_ESPECIALIZADO_DE_EDUCACION___GTEE_pdf.pdf?noderef=7b263dd4-236e-4c8a-a41c-0f409b80817b. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la I Reunión de Altos Delegados del Grupo de Trabajo Especializado de Ciencia, Tecnologia y Innovación**. Bogotá, Colombia. 2011e. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_PRIMERA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_DEL_GRUPO_DE_TRABAJO_EN_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION_pdf.pdf?noderef=abb29f0f-51f4-427c-b62f-a472f2e9fa32. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la II Reunión de Altos Delegados del Grupo de Trabajo Especializado de Ciencia, Tecnologia y Innovación**. Montevideo, Uruguay. 2011f. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_SEGUNDA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_DEL_GRUPO_DE_TRABAJO_ESPECIALIZADO_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA__E_INNOVACION_pdf.pdf?noderef=b34ce910-d6fc-4752-8ebc-54b55b333f8d. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la II Reunión de Altos Delegados del Grupo de Trabajo Especializado de Cultura**. Quito, Equador. 2011g. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_SEGUNDA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_DEL_GRUPO_DE_TRABAJO_ESPECIALIZADO_DE_CULTURA_pdf.pdf?noderef=6aadf4ca-f69d-43ac-a000-cbee958304e1. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Declaración de la II Reunión General de Ministras y Ministros del Consejo Suramericano de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología e Innovación**. Quito, Equador. 2011h. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECLARACION_DE_LA_SEGUNDA_REUNION_GENERAL_DE_MINISTRAS_Y_MINISTROS_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION__CULTURA__CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION_pdf.pdf?noderef=064750c7-d33d-4b88-9e45-e05fe5eeb1c1. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Informe**: III Reunión de Ministros de Educación del COSECCTI, Reunion Previa de Altos Delegados de Educación, Seminarios Internacional sobre Calidad y Equidad en la Educación para la región Latinoamericana. Santiago, Chile. 2011i. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/INFORME_TERCERA_REUNION_DE_MINISTROS_DE_EDUCACION_DEL_COSECCTI__REUNION_PREVIA_DE_ALTOS_DELEGADOS_DE_EDUCACION__SEMINIARIO_INTERNACIONAL_SOBRE_CALIDAD_Y_EQUIDAD_EN_LA_EDUCACION_PARA_LA_REGION_LATINOAMERICANA.pdf?noderef=07719535-8d8d-4da4-8d25-c3aa6ab3ada4. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Declaración de la III Reunión de Ministras y Ministros del Grupo de Trabajo Especializado em Cultura**. Quito-Equador. 2011j. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECLARACION_DE_LA_TERCERA_REUNION_DE_MINISTRAS_Y_MINISTROS_DEL_GRUPO_DE_TRABAJO_ESPECIALIZADO_DE_CULTURA__GTEC_pdf.pdf?noderef=4b5af1a5-8b55-446e-8c84-5b3c0501a99d. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Propuesta de Programa Marco de Ciencia, Tecnología e Innovación 2012 – 2016**. 2011l. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/RES02.2013ANEXOVI.pdf. Acesso em: 31 mar. 2019.

UNASUR. **Acta de la III Reunión de Altos Delegados del Grupo de Trabajo Especializado em Educación**. Buenos Aires, Argentina. 2012a. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_TERCERA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_DEL_GRUPO_DE_TRABAJO_ESPECIALIZADO_EN_EDUCACION_pdf.pdf?noderef=81637f6b-3755-4667-bee7-e8fd30b00ff3. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Reunión sobre Contenidos Culturales para Televisión**. Bogotá, Colombia. 2012b. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_REUNION_SOBRE_CONTENIDOS_CULTURALES_PARA_TELEVISION_pdf.pdf?noderef=1ed7a5e1-2ec2-4b0c-ae7c-3b04160a4b1f. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Reunión de Ministros y Altos Delegados del Grupo de Trabajo Especializado en Ciencia, Tecnologia y Innovación**. Lima, Perú. 2012c. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_REUNION_DE_MINISTROS_Y_ALTOS_DELEGADOS_DEL_GRUPO_DE_TRABAJO_ESPECIALIZADO_EN_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION_pdf.pdf?noderef=dc23a08e-f450-49f1-835a-553e37014822. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Decisión nº 12/2012, por la cual el Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión de Naciones Suramericanas crea los Consejos Suramericanos de Educación; de Cultura; y de Ciencia, Tecnología e Innovación em reemplazo del Cosecctí**. Lima, Perú. 2012d. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CJEG_DECISION_No_12_2012__POR_LA_CUAL_EL_CONSEJO_DE_JEFAS_Y_JEFES_DE_ESTADO_Y_DE_GOBIERNO_DE_LA_UNION_DE_NACIONES_SURAMERICANAS_CREA_LOS_CONSEJOS_SURAMERICANOS_DE_EDUCACION__DE_CULTURA__Y_DE_

CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION_EN_REEEMPLAZO_DEL_COSECCTI.pdf?noderef=8e900750-e78d-4e6b-9d3f-aace294fc522. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **II Foro de Derechos Culturales y mecanismos transversales compartidos em la región**. Ibarra, Ecuador. 2012e. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DEL_SEGUNDO_FORO_DE_DERECHOS_CULTURALES_Y_MECANISMOS_TRANSVERSALES_COMPARTIDOS_EN_LA_REGION.pdf?noderef=75980c83-293d-46ff-942f-111f38b60fe9. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **UNASUR/CJEG/DECISIÓN/N° 4/2012, por la cual el Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión de Naciones Suramericanas, decide aprobar el Plan de Acción Estratgico (PAE) 2012-2022**. 2012f. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CJEG_DECISION_No_4_2012__POR_LA_CUAL_EL_CONSEJO_DE_JEFAS_Y_JEFES_DE_ESTADO_Y_DE_GOBIERNO_DE_LA_UNION_DE_NACIONES_SURAMERICANAS_DECIDE_APROBAR_EL_PLAN_DE_ACCION_ESTRATEGICO_(PAE)_2012___2022.pdf?noderef=e0d25fc0-022a-4920-98c4-1084b144467e. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Primera Sesión de Videoconferencia del Consejo Suramericano de Educación**. 2013a. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_PRIMERA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION.pdf?noderef=81724889-a30b-414a-9d9a-c8a3e9fd125e. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Segunda Sesión de Videoconferencia del Consejo Suramericano de Educación**. 2013b. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_SEGUNDA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION.pdf?noderef=c79e4e7f-84bb-4352-bf93-ba9a1a38a571. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Primera Reunión de Altos Delegados y Equipos Técnicos del Consejo Suramericano de Educación**. Lima, Perú. 2013c. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION_(CSE)__ACTA_DE_LA_PRIMERA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_Y_EQUIPOS_TECNICOS_(AD_Y_ET).pdf?noderef=06d536ba-c006-4858-a8ba-1e75ae010e14. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Tercera Sesión de Videoconferencia del Consejo Suramericano de Educación**. 2013d. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_TERCERA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION.pdf?noderef=46e62e80-a175-4427-a2f8-61c68dbb0792. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Segunda Reunión de Altos Delegados y Equipos Técnicos del Consejo Suramericano de Educación**. Montevidéo, Uruguay. 2013e. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_SEG

UNDA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_Y_EQUIPOS_TECNICOS_(AD_Y_ET).pdf?noderef=9641debc-002d-44cb-876d-e9e48f4c9f79. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Cuarta Sesión de Videoconferencia del Consejo Suramericano de Educación**. 2013f. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_CUARTA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION.pdf?noderef=2a5b7135-533a-481e-9f63-0dd92f3e5b19. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Quinta Sesión de Videoconferencia del Consejo Suramericano de Educación**. 2013g. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_QUINTA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION.pdf?noderef=c8ce489c-5415-4c4a-bba1-e9ba68f44f1f. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Tercera Reunión de Altos Delegados y Equipos Técnicos del Consejo Suramericano de Educación**. Lima, Perú. 2013h. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION_(CSE)__ACTA_DE_LA_TERCERA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_Y_EQUIPOS_TECNICOS_(AD_Y_ET).pdf?noderef=9ac83038-d66b-4cbb-9ed7-f31ef37cb3bb. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Declaración de las Ministras y Ministros de Educación de los Estados Miembros de Unasur**. I Reunión del Consejo Suramericano de Educación. Lima, Perú. 2013i. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION_(CSE)__ACTA_DE_LA_TERCERA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_Y_EQUIPOS_TECNICOS_(AD_Y_ET).pdf?noderef=9ac83038-d66b-4cbb-9ed7-f31ef37cb3bb. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Estatuto del Consejo Suramericano de Educación**. Lima, Perú. 2013j. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION_(CSE)__ACTA_DE_LA_TERCERA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_Y_EQUIPOS_TECNICOS_(AD_Y_ET).pdf?noderef=9ac83038-d66b-4cbb-9ed7-f31ef37cb3bb. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Tercera Sesión de Viodeoconferencia**. 2013l. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_VC_No_06_13__ACTA_DE_LA_TERCERA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA.pdf?noderef=f063da53-33e3-4ccf-8434-cea69d9e1f37. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Videoconferencia nº 1 del Consejo Suramericano de Cultura**. 2013m. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_No__01_2013_CSC_PE_VIDEOCONFERENCIA_No__01.pdf?noderef=e8de2750-eb5e-4db5-bec8-ce7c4ceeecfc. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la I Reunión de Altos Delegadas y Delegados del Consejo Suramericano de Cultura**. Lima, Perú. 2013n. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_PRIMERA_REUNION_DE_DELEGADAS_Y_DELEGADOS_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA_(CSC).pdf?noderef=8a24ba3c-f98e-41be-af7c-6cd36bf8830c. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la II Reunión de Altos Delegadas y Delegados del Consejo Suramericano de Cultura**. Lima, Perú. 2013o. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_SEGUNDA_REUNION_DE_DELEGADAS_Y_DELEGADOS_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA_(CSC).pdf?noderef=7c134c70-410a-4164-82e7-506921d38762. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Videoconferencia nº 2 del Consejo Suramericano de Cultura**. 2013p. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_No__02_2013_CSC_PE_VIDEOCONFERENCIA_No__02.pdf?noderef=4eba2c64-c4cb-4761-9cfb-cb9f26919f66. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Videoconferencia nº 3 del Consejo Suramericano de Cultura**. 2013q. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/INFORME_DE_LA_TERCERA_VIDEOCONFERENCIA_DE_DELEGADAS_Y_DELEGADO_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA.pdf?noderef=609ad887-3051-4200-aa43-104c4872c90f. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Videoconferencia nº 4 del Consejo Suramericano de Cultura**. 2013r. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/MINUTA_DE_LA_CUARTA_VIDEOCONFERENCIA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA.pdf?noderef=1be0c8d4-0f59-46d9-a776-955e5a65af4d. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **I Reunión del Consejo Suramericano de Cultura**. Lima, Peru. 2013s. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECLARACION_DE_LAS_MINISTRAS_Y_MINISTROS_DE_CULTURA_DE_LOS_ESTADOS_MIEMBROS_DE_UNASUR__PRIMERA_REUNION_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA.pdf?noderef=7ce53e25-794f-4861-ba4e-d73f0425ee32. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Reunión de Ministras, Ministros y Altos Delegados del Conselho Suramericano de Ciencia, Tecnología e Innovacción**. Cusco, Perú. 2013t. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/REUNION_DE_MINISTRAS__MINISTROS_Y_ALTOS_DELEGADOS_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION___COSUCTI.pdf?noderef=f3f0e7cd-f4b9-4139-9931-b179f2e6d471. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Declaración de Urubamba**. Cusco, Perú. 2013u. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECLARACION_DE_URUBAMBA_DE_MINISTRAS_Y_MINISTROS_Y_ALTOS_DELEGADOS_DEL_CON

SEJO_SURAMERICANO_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION___COSUCTI.pdf?noderef=4ce40929-dba1-4be5-9529-b06709750cd1. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Estatuto del Consejo Suramericano de Ciencia, Tecnologia e Innovación**. 2013v. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ESTATUTO_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION.pdf?noderef=b0672715-d009-409d-b3a1-af72eca3fe7c. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. Unasur/CMRE/Resolucion/n°2 /2013. **Aprueba Estatutos y Planes de Accion de los Consejos Suramericanos de Educación; Cultura; Ciencia, Tecnología e Innovación y el Plan de Accion del Consejo Suramericano en materia de Seguridad Ciudadana, Justicia y Coordinación de Acciones contra la Delincuencia Organizada Transnacional**. 2013x. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/RES02.2013.pdf. Acesso em: 31 mar. 2019.

UNASUR. **Acta de la Primera Sesión de Videoconferencia 2014**. 2014a. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_VC_No_01_14__ACTA_DE_LA_PRIMERA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA_2014.pdf?noderef=3ba09e35-3d4f-4f81-957b-4cc8c07ef79f. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **I Reunión de Altos Delegados y Equipos Técnicos (Instancia Ejecutiva)**. Lima, Perú. 2014b. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_No__01_14__CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION__PRESIDENCIA_PRO_TEMPORE___PERU__PRIMERA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_Y_EQUIPOS_TECNICOS_(INSTANCIA_EJECUTIVA).pdf?noderef=bd53d64a-9bb9-40b3-be9d-10f33995727c. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Tercera Sesión de Videoconferencia**. 2014c. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_VC_No_03_14__ACTA_DE_LA_TERCERA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA.pdf?noderef=de7add5d-d0f5-42a4-a2b8-512e7168d3c7. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Cuarta Sesión de Videoconferencia**. 2014d. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_VC_No_04_14__ACTA_DE_LA_CUARTA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA.pdf?noderef=a050b378-6bcb-410f-88d4-ccdd5ffe9265. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Quinta Sesión de Videoconferencia**. 2014e. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_VC_No_05_14__ACTA_DE_LA_QUINTA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA.pdf?noderef=508f35d2-7a05-4305-aa1a-5c68d467d71b. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **II Reunión de Altos Delegados y Equipos Técnicos**. Lima, Perú. 2014f. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_No_02_14__SEGUNDA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_Y_EQUIPOS_TECNI

COS_(INSTANCIA_EJECUTIVA)_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION.pdf?noderef=cb31f710-c537-4b6a-9c7a-78d21ceedddc. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Décima Sesión de Videoconferencia**. 2014g. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_VC_No_10_14__ACTA_DE_LA_DECIMA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION.pdf?noderef=1e4bcb09-0748-40cd-ada6-26d2711f7cd1. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Décima Primera Sesión de Videoconferencia**. 2014h. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_VC_No_11_14__ACTA_DE_LA_DECIMO_PRIMERA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA_DE_LA_INSTANCIA_EJECUTIVA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION.pdf?noderef=c73cefec-9c41-40e9-b23b-f6179d0af68f. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR**. Acta de la IV Reunión de la Instancia Ejecutiva del Consejo Sul-americano de Cultura**. Paramaribo, Suriname. 2014i. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/CUARTA_REUNION_DE_LA_INSTANCIA_EJECUTIVA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA__INFORME.pdf?noderef=7f1eae8e-5cdc-4c69-afc4-9006a4ba4893. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Declaración de las Ministras y Ministros de Cultura de los Estados Miembros de la Unasur**. Segunda Reunión del Consejo Suramericano de Cultura. Paramaribo, Suriname. 2014j. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECLARACION_DE_LAS_MINISTRAS_Y_MINISTROS_DE_CULTURA_DE_LOS_ESTADOS_MIEMBROS_DE_UNASUR__SEGUNDA_REUNION_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA.pdf?noderef=31ffba94-5a1d-43dc-b654-6503ee922a26. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta del Primer Foro de "Gestión del conocimiento en el marco de la intergración regional, resafios y alcances"**. Atuntaqui, Ecuador. 2014l. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DEL_PRIMER_FORO_DE_GESTION_EL_CONOCIMIENTO_EN_EL_MARCO_DE_LA_INTEGRACION_REGIONAL__DESARIOS_Y_ALCANCES.pdf?noderef=e43f0361-68b0-40c4-a23d-89e17f253ac1. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta del Primero Foro Internacional de Biodiversidade. Conselho Suramericano de Ciencia, Tecnología e Innovación**. Atuntaqui, Ecuador. 2014m. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DEL_PRIMER_FORO_INTERNACIONAL_DE_BIODIVERSIDAD_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CIENCIA__TECNOLOG%C3%8DA_E_INNOVACION___COSUCTI.pdf?noderef=1e1bbe12-0c4b-4040-a99d-1236de9246b0. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Reunión de Ministras, Ministros e Altos Delegados del Consejo Suramericano de Ciencia, Tecnología e Innovación de Unasur**. Urcuquí, Ecuador. 2014n. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_REUNION_DE_MINISTRAS__MINISTROS_Y_ALTOS_DELEGADOS_DEL_CONSEJO_SU

RAMERICANO_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION_DE_UNASUR_(COSUCTI).pdf?noderef=72383bea-5cdf-40c8-b5e0-27e200b15094. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Declaración de Urcuquí. Declaración de Ministras, Ministros y Altos Delegados del Consejo de Ciencia, Tecnología y Unnovación de Unasur**. Urcuquí, Ecuador. 2014o. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/DECLARACION_DE_MINISTRAS__MINISTROS_Y_ALTOS_DELEGADOS_DEL_CONSEJO_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION_DE_UNASUR_(COSUCTI).pdf?noderef=b58687d5-3643-4a5d-a2e2-ee89fdde7b95. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la XXIV Reunión de Altos Delegados (Instancia Executiva)**. Montevideo, Uruguay. 2015a. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_No_24_15__ACTA_DE_LA_VIGESIMA_CUARTA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_(INSTANCIA_EJECUTIVA)_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION.pdf?noderef=692baddd-746c-4dd3-b673-fe711a6b9627. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la V Reunión de la Instancia Ejecutiva del Consejo Suramericano de Cultura**. Montevideo, Uruguay. 2015b. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/INFORME_DE_LA_QUINTA_REUNION_DE_LA_INSTANCIA_EJECUTIVA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA.pdf?noderef=0bb8f6bf-b976-4de0-87ab-f5d9d02d0cdf. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la III Reunión de Ministros del Consejo Suramericano de Cultura**. Montevideo, Uruguay. 2015c. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ACTA_DE_LA_TERCERA_REUNION_DE_MINISTROS_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA.pdf?noderef=83e746e8-e7b6-4885-b04b-3000c082805b. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la XXXIII Reunión de Altos Delegados (Instancia Ejecutiva)**. Montevideo, Uruguay. 2016a. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_VC_No_33_16__ACTA_DE_LA_TRIGESIMA_TERCERA_REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_DE_LA_INSTANCIA_EJECUTIVA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION.pdf?noderef=b1538d61-dd04-4e20-8aa8-b7574a8e5c71. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la VI Reunión presencial de la Instancia Ejecutiva del Consejo Suramericano de Cultura**. Montevideo, Uruguay. 2016b. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/SEXTA_REUNION_PRESENCIAL_DE_LA_INSTANCIA_EJECUTIVA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA.pdf?noderef=57b9873e-25ad-4375-97f4-91f467eaaa58. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Reunión Técnica de Delegados del Consejo Suramericano de Cultura Unasur. Proyecto**: "Atlas de la Diversidade Cultural de Surameérica. La Paz, Bolívia. 2016c. Disponível em https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/REUNION_TECNICA

_DE_DELEGADOS_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA__PROYECTO_ATLAS_DE_LA_DIVERSIDAD_CULTURAL_DE_SURAMERICA.pdf?noderef=74e734a8-6bba-46ba-a3b6-810844f7fb94. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Reunión de Altos Delegados del Consejo Suramericano de Ciencia, Tecnología e Innovación**. Montevideo, Uruguay. 2016d. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/REUNION_DE_ALTOS_DELEGADOS_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CIENCIA_TECNOLOGIA_E_INNOVACION_COSUCTI.pdf?noderef=cc2c71bb-9cd7-4e39-9080-0b49aa11f3ab. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Reunión Informal del Grupo de Trabajo de Evaluación del Consejo Sulramericano de Ciencia, Tecnología e Innovación**. 2016e. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/PRIMERA_REUNION_INFORMAL_DEL_GRUPO_DE_TRABAJO_EVALUACION__GTE__DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION.pdf?noderef=f88cb7a0-5280-4884-bff6-a4ac125fe947. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Primera Sesión de videconferencia del Consejo Sulamericano de Ciencia, Tecnologia e Innovación**. 2016f. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/PRIMERA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA_INFORMAL_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION.pdf?noderef=a93bc118-57d6-461d-b32f-b1ded5f55d4c. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Primera Sesión de Videoconferencia del Grupo de Trabajo para el Diagnóstico sobre las Políticas de los Sistemas Nacionales de Ciencia, Tecnología e Innovación (CTI) del Consejo Suramericano de Ciencia, Tecnología e Innovación**. 2016g. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/PRIMERA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA_DEL_GRUPO_DE_TRABAJO_PARA_EL_DIAGNOSTICO_SOBRE_POLITICAS_DE_LOS_SISTEMAS_NACIONALES_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION.pdf?noderef=04b33312-88c3-4639-8ac4-04302e43b434. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Segunda Sesión de Videoconferencia del Grupo de Trabajo para el Diagnóstico sobre las Politicas de los Sistemas Nacionales de Ciencia, TecnoIogia e lnnovación (CTI) del Consejo Suramericano de Ciencia, Tecnologia e lnnovación**. 2016h. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/SEGUNDA_SESION_DE_VIDEOCONFERENCIA_DEL_GRUPO_DE_TRABAJO_PARA_EL_DIAGNOSTICO_SOBRE_POLITICAS_DE_LOS_SISTEMAS_NACIONALES_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION.pdf?noderef=5637c32d-893e-489e-9106-88810ef5b2e2. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Tercera Sesión de Videoconferencia del Consejo Suramericano de Ciencia, Tecnología e Innovación**. 2016i. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/TERCERA_REUNION_DE_VIDEOCONFERENCIA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CIENCIA__TE

CNOLOGIA_E_INNOVACION.pdf?noderef=e1e783f6-50c5-467f-932e-6749af0bc49b. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Cuarta Sesión de Videoconferencia del Consejo Suramericano de Ciencia, Tecnología e Innovación**. 2016j. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/REUNION_INFORMAL_POR_VIDEOCONFERENCIA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION.pdf?noderef=362d4290-c79f-4a9d-8903-30fd88d45075. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la XXXVIII Reunión de la Instancia Ejecutiva del Consejo Suramericano de Educación**. Quito, Equador. 2017a. disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_No_38_17__ACTA_DE_LA_TRIGESIMA_OCTAVA_INSTANCIA_EJECUTIVA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION.pdf?noderef=6d2088b7-5b87-4153-b547-edd660aeec10. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la XLI Reunión de la Instancia Ejecutiva del Consejo Surmericano de Educación (videoconferencia)**. 2017b. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_No_41_17__ACTA_DE_LA_CUADRAGESIMA_PRIMERA_INSTANCIA_EJECUTIVA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION.pdf?noderef=66781450-08f1-436c-810e-d11234ba30d9. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la XLII Reunión de la Instancia Ejecutiva del Consejo Suramericano de Educación (videoconferencia)**. 2017c. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/UNASUR_CSE_ACTA_No_42_17__ACTA_DE_LA_CUADRAGESIMA_SEGUNDA_INSTANCIA_EJECUTIVA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_EDUCACION.pdf?noderef=9c4af3db-bf46-4353-a45e-549734b4ae1f. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la VII Reunión del Grupo de la Instancia Ejecutiva del Consejo Suramericano de Cultura**. Quito, Ecuador. 2017d. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/SEPTIMA_REUNION_DE_LA_INSTANCIA_EJECUTIVA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA.pdf?noderef=63f8f182-0493-4c2b-970a-7b719dc8ef78. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la Cuarta Reunión del Consejo Suramericano de Cultura**. Quito, Ecuador. 2017e. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/CUARTA_REUNION_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA.pdf?noderef=a60ede3c-588c-4528-aea5-1a77a20fd2ac. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Acta de la VIII Reunión de la Instancia Ejecutiva del Consejo Suramericano de Cultura**. Buenos Aires, Argentina. 2017f. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/OCTAVA_REUNION_DE_LA_INSTANCIA_EJECUTIVA_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CULTURA.pdf?noderef=304ed36d-3b8a-48e5-8c41-b90c818f0e5b. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Quinta Sesión de Videoconferencia del Consejo Suramericano de Ciencia, Tecnología e Innovación**. 2017g. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/SEGUNDA_REUNION_INFORMAL_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION.pdf?noderef=1fc06996-298b-4156-a7dd-9fa7cef1d449. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **V Reunión de la Instancia Ejecutiva del Consejo Suramericano de Ciencia, Tecnología e Innovación**. 2017h. Disponível em: https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/SEGUNDA_REUNION_INFORMAL_DEL_CONSEJO_SURAMERICANO_DE_CIENCIA__TECNOLOGIA_E_INNOVACION.pdf?noderef=1fc06996-298b-4156-a7dd-9fa7cef1d449. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNASUR. **Programa de Investigadores/as Asociados/as. Instituto Suramericano de Gobierno em Salud**. 2018. Disponível em: http://isags-unasur.org/wp-content/uploads/2018/09/programa-de-investigadores-invitados-final-sep2018-1.pdf. Acesso em: 31 mar. 2019.